MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 02
RJ

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na Resolução CNMP nº 174/17 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE** promover a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue.

MPRJ nº: 2020.00174193	**Portaria nº: 25/2020**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "*(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado*".

Origem: Ação Civil Pública nº 0009897-51.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TAC II COMPERJ.

Para tanto, **determina-se.**

1. Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
4. Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação**.

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113)
Tel. 2645-6950

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 25/2020

Trata-se de procedimento administrativo tendente a acompanhar e fiscalizar o cumprimento de obrigação constante nos itens C e C.2/C.4, da cláusula terceira, do TAC II COMPERJ.

O MPRJ, por meio desta Promotoria, ajuizou as ações civis públicas nº 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023 em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos do COMPERJ, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.º 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

As citadas ACP´s foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis nº 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), nº 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), nº 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.º 16/2012 (MPRJ n.º 2012.00126195) e nº 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

Após o ajuizamento das citadas ACP´s, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos citados processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Desde então, foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP´s. De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP´s 0009869-

83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023.

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Sem prejuízo da atuação dos demais legitimados, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção em anexo.

Assim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023, que possuem a seguinte redação:

> ***"CLÁUSULA TERCEIRA:*** *(...) C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ".*
> ***"(...) C.2/ C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21** – Apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

A Constituição da República dispõe que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia*

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", sendo certo que *"para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade"*, nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1º, inciso IV, da CRFB.

O art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 estabelece que "*O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado"*.

De acordo com o disposto no art. 32, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente"*.

Como se sabe, é objetivo institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais, do meio ambiente e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88), sendo que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, III, da Constituição da República.

Os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, o art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e o art. 82, inciso I da Lei nº. 8.078/90, dentre outros, estabelecem que constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados.

Pelo exposto, **RESOLVE** o Promotor de Justiça que a esta subscreve, instaurar o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** em anexo, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado – TAC II COMPERJ.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. **Autuar o presente**, com cópia do termo de ajustamento de conduta celebrado no bojo da ação civil pública nº. 0009884-51.2018.8.19.0023 (TAC II COMPERJ), bem como da sentença judicial que o homologou, e da promoção em anexo;

II. **Oficiar à PETROBRAS,** dando ciência da instauração do presente

procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, quando do requerimento da LO, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

III. Com a chegada da resposta ao item anterior, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação necessária), **oficie-se ao INEA/SEAS**, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II;

IV. Com chegada da resposta ao item II, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação) **remeter o feito ao GATE, via SEI**, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental;

V. **Oficiar ao Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e Instituto Estadual do Ambiente (INEA)** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias após o requerimento da LO, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

VI. **Remeter ao CAO Ambiente** cópia da presente Portaria, em cumprimento ao determinado pelo artigo 80, da Resolução GPGJ nº 2227/2018.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

05

Ref.: Ação Civil Pública nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário)
Ação Civil Pública nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Dutos e Terminais)
Ação Civil Pública nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB)
Ação Civil Pública nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão)

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

MPRJ3SP2TCOITB 202000174193 190220 08:41:46

I- DAS PARTES

1) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ, CEP 24800-113, telefone (21) 2645-6950, e-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br, doravante denominado de **MPRJ,** como compromitente;

2) ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.600/0001-71, pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 – Saúde, Rio de Janeiro – RJ, 20081-312, na pessoa do Secretário ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO, doravante denominado **ERJ**, como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela, nº 110, Saúde, no Rio de Janeiro, por seu Presidente CARLOS HENRIQUE VAZ NETTO, doravante denominado **INEA,** como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, n.º 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelos seus Gerentes Gerais ALESSANDRO DE CASTRO MELO e DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER

FL 06

com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS,** como compromissário;

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre MPRJ, PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO em 09/08/2019, no âmbito da Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023 (e alguns pedidos relativos às ACPs *supra* referenciadas), e homologado judicialmente, equacionando as maiores pendências ambientais, sociais e econômicas relativas ao empreendimento Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ e seu respectivo licenciamento ambiental, em especial sobre a Unidade Petroquímica Básica – UPB; Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí; Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS; reforço hídrico, e ainda a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias;

CONSIDERANDO o acórdão prolatado pela Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, que, em sede de apelação, no dia 05/06/2019, julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para deslocar a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

CONSIDERANDO que, nos autos da ação nº 2013.02.01.006894-8 (CNJ 0000503-53.2008.4.02.5107), perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ficou decidida a *"...suspensão dos efeitos da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0000503-53.2008.4.02.5107 (2008.51.07.000503-2),* ***até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgar recurso de apelação se interposto";***

CONSIDERANDO que, em razão da controvérsia judicial quanto à competência, o IBAMA realizou a delegação cautelar do licenciamento ambiental do COMPERJ para o INEA, na forma do art. 1º, § 2º, da IN 8/2019, e dos arts. 4º, inciso V, e 5º, ambos da Lei Complementar nº 140/2011;

CONSIDERANDO que foram ajuizadas as Ações Civis Públicas nº **0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023,**

0009897-51.2018.8.19.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, todas no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.º 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

CONSIDERANDO que as citadas ACPs foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis nº 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), nº 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), nº 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.º 16/2012 (MPRJ n.º 2012.00126195), nº 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a monetização integral, via Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF, de todas as obrigações relativas à revegetação e florestamento constaram do TAC anterior (firmado em 09/08/2019 e acima referido), relativo a todos os empreendimentos do COMPERJ e à quitação do pedido 10 das ACPs acimas referidas;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO EMISSÁRIO

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009884-52.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, responsável pelo tratamento e transporte de efluentes líquidos industriais gerados no COMPERJ, em Itaboraí, desembocando na costa de Itaipuaçu (Maricá) e, para tal, possui um traçado em trecho terrestre e outro em trecho submarino;

CONSIDERANDO que o empreendimento do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, licenciado por meio do processo nº E- 07/203.855/2008, recebeu Licença Prévia – LP IN020510, em 17/08/2012, aprovando a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do empreendimento;

CONSIDERANDO que o INEA concedeu, em 04/07/2013, a Licença de Instalação – LI IN023703 para obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário

para escoamento de efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá;

CONSIDERANDO a Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025658, concedida em 19/12/2013, que aprova a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã;

CONSIDERANDO que o detalhamento dos programas propostos no EIA/RIMA foram apresentados no Projeto Básico Ambiental – PBA, protocolado no INEA quando do pedido de LI;

CONSIDERANDO que o empreendimento, na sua porção terrestre, encontra-se com sua implantação efetivada em parte, sendo que as obras foram retomadas nos trechos restantes no segundo semestre de 2019;

CONSIDERANDO que a porção costeira e marinha do empreendimento se encontra totalmente implantada;

CONSIDERANDO que, em relação à condicionante 4.2 da LP IN020510, foi acordado em TAC anterior, que a PETROBRAS apresentará, em 120 dias contados da homologação daquele TAC, comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes, em decorrência do redimensionamento para menor do COMPERJ, o qual comprovará que o tratamento primário existente será suficiente para que a qualidade do efluente tratado na primeira fase (UPGN) esteja compatível com os valores determinados na condicionante nº 4.2 da LP IN020510;

CONSIDERANDO que o projeto de paisagismo não é um documento à parte, mas sim um enfoque previsto no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (Item 2.7.8 do PBA do Emissário), protocolado no INEA por ocasião do pedido de LI e que apresenta todas as medidas de revegetação e revestimento vegetal da faixa, como, por exemplo, o elevamento com placas de grama e/ou leguminosas em mudas, que visa desenvolver ações que busquem a recuperação de áreas degradadas, decorrentes das obras de implantação do empreendimento, bem como a integração estético-ecológica de áreas relevantes com seu entorno;

CONSIDERANDO que não cabe à PETROBRAS, na qualidade de titular de servidão administrativa, averbar a Reserva Legal, contudo ela se obriga a informar ao proprietário

ou possuidor do imóvel que proceda à sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

CONSIDERANDO que nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

CONSIDERANDO que o pedido 4.2.5 cita a condicionante 36 da LI IN023703, quando na realidade seu conteúdo diz respeito à condicionante 36 da Licença Ambiental Simplificada – LAS IN025658;

CONSIDERANDO que o Ofício PMM/GP nº 0158/2012, da Prefeitura Municipal de Maricá, foi revogado pelo Ofício PMM/GP nº 0433/2014, o qual declara que as compensações socioambientais ao referido município decorrentes do processo de licenciamento ambiental do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ encontram-se atendidas pela PETROBRAS;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO SISTEMA DE DUTOS

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009897-51.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ, que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, e servirá para o transporte e armazenamento de produtos líquidos entre o COMPERJ e o Terminal de Campos Elíseos – TECAM, além do gasoduto que interligará o sistema de gasodutos Cabiúnas – REDUC (GASDUC), com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a medida compensatória de reposição florestal relativa à implantação do Sistema Dutoviário foi prevista no TCRF celebrado em decorrência de TAC anterior;

CONSIDERANDO que, conforme informado na Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0001/2013, protocolada no INEA em 08/01/2013, a PETROBRAS apresentou o entendimento, com base em instrumento legal, de que não cabe à Companhia, na qualidade de titular de servidão, a averbação da Reserva Legal, mas sim ao proprietário ou possuidor do imóvel ainda não negociado, realizar Cadastro Ambiental Rural – CAR;

CONSIDERANDO que, nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DA UPGN E ULUB

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009869-83.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento UPGN e ULUB do COMPERJ, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 01/2013 (MPRJ 2013.00014040);

CONSIDERANDO a atualização do escopo da UPGN, apresentada ao INEA em 17/07/2017 por meio da carta PRGE/SGP/LA 0093/2017, que informa que o empreendimento denominado ULUB não será mais realizado;

CONSIDERANDO que, para a partida da UPGN, é necessário o funcionamento de parte das Utilidades constantes na LI Nº IN001540 da UPB do COMPERJ, o que ensejou a solicitação de migração destas instalações para o escopo da UPGN quando do pedido de renovação da LI Nº IN025099, em 20/06/2018;

CONSIDERANDO que já existe obrigação no TAC anteriormente celebrado (itens 5.2.1 e 5.10) para cumprimento das condicionantes 6.11 e 6.14 da Licença Prévia IN023530;

CONSIDERANDO que, em vista da reavaliação do Projeto COMPERJ, a implantação da ULUB foi cancelada, tendo sido solicitada a baixa de seu processo de licenciamento junto ao INEA em 12/12/2018, por meio da carta SMS/LARE 0006/2018;

CONSIDERANDO que o Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos é reportado através dos relatórios trimestrais do Programa de Gestão Ambiental – PGA do COMPERJ e que as atividades do referido plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade, ainda que as obra da UPGN estejam concentradas no Platô 10 (localização dentro do COMPERJ);

CONSIDERANDO que as atividades de Controle de Erosão foram temporariamente paralisadas em 2016, conforme notificação do INEA (CILAMRVT 1612/16), e que foram retomadas em maio de 2018, sendo comunicada pela PETROBRAS através da Carta PRGE-SGP-LA 092/2018;

CONSIDERANDO que a contratada responsável pela manutenção e prevenção de assoreamento dos taludes iniciou suas atividades em setembro de 2018 e que segue atualmente seu cronograma de atividades, atendendo toda as áreas do COMPERJ, incluindo as da UPGN;

CONSIDERANDO que a atualização/revisão do Plano de Gerenciamento de Riscos (com incremento do Plano de Atendimento às Emergências) já foi contemplada nos itens 5.2.1 e 5.10 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que estes itens cumprirão o cronograma mencionado no mesmo Termo;

CONSIDERANDO que a solicitação de apresentação do projeto e esclarecimentos sobre o Tratamento de Efluentes Líquidos e Industriais do COMPERJ (condicionante 17 da LI da UPB IN001540) já foi contemplada no itenm 5.2.3 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que este item cumprirá o cronograma mencionado, sendo certo que este atendimento abrange também as unidades da UPGN;

CONSIDERANDO que, com relação ao Sistema de Combate a Incêndio, vigora, no momento, o Plano de Combate à Emergência que atende todo o COMPERJ e que atenderá, em caso de necessidade, a área de implementação das obras da UPGN até que as estruturas estejam concluídas e possam ter sua operação iniciada, quando será então feito Plano de Combate de Emergência específico da UPGN;

CONSIDERANDO que as demais obrigações da condicionante 17 da LI Nº IN025099 (sistema de válvulas para controle da pressão, sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica, sistema de combate a incêndio, etc.) se encontram na fase de projeto executivo, ou seja, estão contempladas no contrato de implantação com a empresa Kerui Metodo, cujo cronograma prevê a finalização da construção das estruturas para operação da Unidade

CONSIDERANDO que o sistema de tocha (flare) se encontra em implantação e que será concluído de acordo com o cronograma de avanço físico da obra;

CONSIDERANDO o novo Estudo de Dispersão Atmosférica – EDA da UPGN, realizado em agosto de 2019 e protocolado no INEA, considerando a atual legislação aplicável (CONAMA 491/2018) e os escopos atualizados do Trem 1 do COMPERJ e da UPGN;

CONSIDERANDO o Plano de Monitoramento de Qualidade do Ar, em andamento no imóvel do COMPERJ, contemplando a UPGN, conforme item 5.11.2 do TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que a Petrobras faz a gestão de gases de efeito estufa levando em consideração todo o sistema de produção, desde as plataformas até as unidades industriais; que tem como premissa de projeto a mitigação de CO_2 nas plataformas de produção; e de que o projeto da UPGN já foi concebido de forma otimizada, o Plano de Mitigação de Gases de Efeito Estufa consolidará as medidas já realizadas para abatimento do gás carbônico na fonte, bem como os valores de redução envolvidos.

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DAS LT DE 345KV

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009859-39.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento Linhas de Transmissão – LTs 345 KV, do COMPERJ, que consiste na implantação de duas novas linhas de transmissão de energia elétrica 345 KV para atender ao crescimento da demanda de energia pela implantação do COMPERJ que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 102/2011 (MPRJ 2010.00590749);

CONSIDERANDO que o desvio das LTs de 345kV compreende apenas uma pequena área, e que o restante do traçado foi mantido na mesma faixa de servidão, objeto do EIA;

CONSIDERANDO, ainda em relação as LTs de 345 KV, que a adequação do traçado ocorreu por questões técnicas e para atender à solicitação do responsável por uma das propriedades afetadas;

CONSIDERANDO que o Diagnóstico Ambiental concluiu que, se comparado ao traçado original, não se observam alterações expressivas relacionadas aos diagnósticos dos meios físico e biótico referentes à área diretamente afetada pela adequação do traçado das LT de 345 kV do COMPERJ e que a área afetada já foi profundamente modificada por ações antrópicas;

CONSIDERANDO a adequação do traçado das LTs realizada na Alternativa 1 do EIA/RIMA (que demonstra que a mudança não importou em impactos adicionais significativos que comprometam a viabilidade ambiental do projeto;

CONSIDERANDO que a faixa das LTs de 345kV, que se estende por 39 (trinta e nove) propriedades, encontra-se desimpedida, com os seguintes andamentos: (i) em 30 (trinta) propriedades, as negociações foram concluídas amigavelmente com a celebração das escrituras de constituição de servidão e as consequentes quitações dos valores indenizáveis; e (ii) em 9 (nove) propriedades, não houve consenso acerca do valor indenizável, e, por isso, foram intentadas ações judiciais, nas quais já restaram deferidas as respectivas imissões na posse;

CONSIDERANDO que o estudo específico para avaliação dos impactos ambientais, mensurando todas as interações dos meios físico e biótico referentes à adequação do traçado das LTs de 345 KV, foi realizado por empresa especializada, que atendeu à legislação pertinente e às solicitações do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que a Licença de Instalação – LI Nº IN024123 de 2013 exigiu, em sua condicionante nº 13, como medida compensatória pela supressão de vegetação de 1,47 ha, "*Recuperar 1,5 hectares como compensação das áreas que sofrerão supressão de vegetação nativa, que devem ser preferencialmente na mesma microbacia hidrográfica*", já compensado no âmbito do TCRF firmado em decorrência do cumprimento de obrigação no TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que, em atendimento à Notificação CEAMNOT/01091970, em 13/07/2018 foi protocolada a última versão de novo Inventário Florestal em função da relocação de um pequeno trecho da LT 345KV, mantendo a mesma faixa de servidão objeto de estudo do EIA da LT de 345 KV, denominado nos estudos de Traçado 1;

CONSIDERANDO que, em 18/07/2019, o INEA notificou a PETROBRAS para que se manifestasse sobre a opção de medida compensatória pela supressão de vegetação adicional 0,4 hectares e 4,13 de interferência em APP, cujo cálculo de reposição resultou em uma compensação de 24,19 hectares (o que corresponde ao precisa ser resposto), já foi assinado o TCRF 02/2019, em 16/08/2019, no valor de R$ R$ 1.929.503,74

FUNDAMENTOS FINAIS GERAIS

CONSIDERANDO o aumento de recolhimento de royalties e participações especiais para a União, Estados e Municípios, decorrente da partida da UPGN em 2021 e do crescimento econômico associado à operação do empreendimento COMPERJ, em especial para o estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que a SEAS e o INEA são os órgãos ambientais legalmente competentes do Estado do Rio de Janeiro para licenciamento e fiscalização do COMPERJ;

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento das presentes ACPs, o MPRJ oficiou à PETROBRAS que, em resposta, manifestou seu interesse em celebrar TAC, razão pela qual o MPRJ pleiteou ao juízo a suspensão do feito;

CONSIDERANDO que, a partir de então, foram realizadas diversas reuniões entre MPRJ, PETROBRAS, SEAS e INEA, que culminaram na celebração do presente TAC que ora é submetido à homologação do Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1° c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*, entendido esse como o *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"* (art. 225, *caput*, da CF/88 e art. 3°, I, da Lei n° 6.938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os arts. 1°, inciso I, 2°, *caput*, 3°, 4° e 5°, inciso I e § 6°, todos da Lei Federal n° 7.347/85, dispõem que:

> *Art. 1° Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as* ***ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:*** *(Redação dada pela Lei n° 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I – ao meio-ambiente;***
> *(...)*
> *Art. 2° As ações previstas nesta Lei serão* ***propostas no foro do local onde ocorrer o dano****, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
> *Art. 3° A ação civil poderá ter* ***por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.***

> *Art. 4º **Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)*
> *Art. 5º **Têm legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
>
> ***I – o Ministério Público;** (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
> *(...)*
> *§ 6º – Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados **compromisso de ajustamento de sua conduta** às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que o MPRJ é, segundo disposições das Leis nºs 7.347/85, arts. 1º e 5º, e 8.078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado à propositura de ACP e celebração de TAC para a defesa coletiva dos direitos e interesses metaindividuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, celebrar TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA para pôr fim às ACPs nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino); nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ); nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), mediante as cláusulas abaixo indicadas.

III- DAS DISPOSIÇÕES

DO OBJETO DO TAC

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo TAC, as partes acordam sobre a integralidade dos pedidos remanescentes (que não foram incluídos no TAC celebrado na ACP nº 0009919-12.2018.819.0023) feitos nas ACPs de números 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), havendo o ajustamento de conduta relativo às obrigações que a Compromissária Petrobras não cumpriu ainda ou são, por meio do presente TAC, alteradas.

Parágrafo Primeiro – O TAC visa pôr fim integral às citadas ACPs, após homologação por sentença judicial no bojo dos processos que tramitam perante o Juízo Estadual da Comarca de Itaboraí, fazendo coisa julgada material.

Parágrafo Segundo – As partes declaram estar cientes do julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Itaboraí/RJ, que deslocou a competência para o licenciamento ambiental do COMPERJ do INEA/SEAS para o IBAMA. Declaram, ainda, estar cientes de que foi concedida a suspensão de execução da sentença (processo nº 2013.02.01.006894-8), em razão de pedido feito pelo ERJ, com efeitos até o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que julgou os recursos de apelação. Finalmente, as partes declaram estar de acordo de que o TAC não trará prejuízo para a coletividade, notadamente para o meio ambiente, nem inviabilizará ao MPF e ao IBAMA o exercício de suas atribuições legais, na medida em que, caso haja o deslocamento superveniente da competência do órgão ambiental para licenciar os empreendimentos em questão por força de eventual decisão judicial transitada em julgado, vigorarão as condicionantes impostas pelo INEA e as obrigações previstas neste TAC até que o IBAMA conceda nova licença com suas próprias condicionantes, além de restarem preservadas as licenças já exauridas. Assim, o MPF e/ou o IBAMA poderão, se assim entenderem conveniente, aderir total ou parcialmente aos termos deste TAC, inclusive fiscalizando seu cumprimento na hipótese de o ajuste ainda estar vigente, eis que o presente instrumento regulariza as pendências ambientais do empreendimento em relação aos fatos narrados na inicial, mantendo o IBAMA o seu poder de autotutela e resguardada ao MPF a sua atribuição/legitimidade de acompanhar e fiscalizar os licenciamentos ambientais;

Parágrafo Terceiro – As partes declaram que a celebração do TAC considera que o COMPERJ terá futuramente em operação apenas a UPGN e a Refinaria (Trem 1), não sendo consideradas as demais Unidades inicialmente previstas, tendo em vista o redimensionamento para menor do empreendimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO EMISSÁRIO TERRESTRE E SUBMARINO DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009884-52.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[1]:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN020510 (que aprova a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário do COMPERJ):

4.1.2) Em relação à condicionante 6 – Apresentar: i) cópia digitalizada do Plano Básico Ambiental - PBA protocolado no INEA, em CD; (ii) cópias digitalizadas dos Relatórios das campanhas realizadas, bem como da apresentação dos resultados das análises de qualidade da água superficial referentes ao emissário, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.1.3) Em relação à condicionante 9 – Apresentar estudo de composição prevista do afluente após a operação do novo escopo das Unidades de Processamento de Gás Natural, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC;

4.1.4) Em relação à condicionante 11 - Comprovar o atendimento por meio de cópia digitalizada de relatório consolidado com as ações de comunicação e relacionamento executadas durante as obras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

4.1.5) Em relação à condicionante 13 – Apresentar cópia digitalizada do Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão, item 2.6.5 do PBA, que substituiu o Programa de Apoio da População Realocada/Indenizada solicitado na

[1] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização na petição inicial.

condicionante da Licença Prévia, em CD, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN023703 (relativa às obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário para escoamento dos efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá, com supressão de vegetação nativa em área de 3,87 ha):

4.2.3) Em relação à condicionante 29 – Apresentar cópia digitalizada (i) do relatório semestral com seis campanhas do plano de monitoramento marinho a ser iniciado 6 meses antes da operação do emissário; bem como (ii) apresentar estudos relativos à biota marinha (diagnóstico e avaliação dos impactos), considerando o emissário submarino com extensão de 2,0 e 4,0 km mais o difusor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.4) Em relação à condicionante 32 – Apresentar "*as built*" do duto conforme implantado, com a apresentação de justificativa técnica para a forma como foi realizado, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.2.5) Em relação à Condicionante 36 da LAS IN 025668 –Considerando que a condicionante referia a observação do Ofício PMM/GP n° 0158/2012 da Prefeitura Municipal de Maricá, comprovar seu atendimento através do Ofício PMM/GP 0433/2014 dando por cumpridas as medidas através da apresentação do convênio celebrado entre a PETROBRAS e o Município de Maricá para a implantação de projeto de macrodrenagem, no valor de R$ 20 milhões, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.3) No que concerne à Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025658 – na qual se aprovou a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã.

4.4) Comprovar o cumprimento da Notificação CEAMNOT/01057635 (Anexo 01 – vide fls. 830/835), mediante apresentação de: (i) relatório com descritivo e registro fotográfico das ações realizadas para solucionar o incidente ocorrido; (ii) laudo de análise realizado por laboratório credenciado pelo INEA com a caracterização do efluente contendo corante de cor azul que extravasou do reservatório; (iii) cópia dos

manifestos de resíduos, de forma a comprovar a destinação do efluente para local licenciado, tudo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da homologação do TAC.

4.5) Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.

4.6/4.8/4.9) Apresentar plano e relatório com as ações de salvamento, resgate e monitoramento de fauna referentes à obra já realizada, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do TAC, bem como prosseguir com o monitoramento até a conclusão da obra, a partir de quando começará a fluir o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do relatório final.

4.10) Apresentar estudo sobre a nova modelagem do transporte da pluma dos efluentes, considerando os novos escopos da UPGN e do Trem 1 do COMPERJ, utilizando dados primários de profundidade (batimetria) e considerando a atual composição de efluentes a serem lançados pelo Emissário Terrestre e Submarino, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO SISTEMA DE DUTOS E TERMINAIS DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009897-51.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA TERCEIRA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[2]:

A) No que concerne à Licença de Instalação nº IN024121 – Apresentar relatório de cumprimento de todas as condicionantes, em até 210 (duzentos e dez) dias contados da

[2] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização do pleito inicial.

homologação do TAC, e atender, eventuais pendências no prazo determinado pelo órgão ambiental

B) No que concerne à Licença Prévia IN020511 - que aprova a concepção e localização do Sistema Dutoviário que se destinará ao transporte de produtos líquidos, petróleo e derivados entre o Complexo petroquímico do Rio de Janeiro e o Terminal de Campos Elíseos (TECAM/REDUC) e de gás natural desde o Ponto de Entrega em Guapimirim até o COMPERJ:

B.1) Em relação à Condicionante 5: (a) Apresentar parecer técnico NUSAM 01/13 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, com indicação dos métodos construtivos para travessias de rios que visam mitigar os impactos decorrentes da implantação dos dutos; (b) Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, apresentar as cartas com as comunicações relativas à execução das travessias dos rios Macacu, Guapiaçu, Guapimirim e Suruí, realizadas com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico simplificado do local de travessia e projeto de recuperação da área de preservação permanente – APP contendo cronograma com as datas precisas das interferências que estão em execução; (c) Apresentar a Autorização 034/2010 do ICMBio para a implantação dos dutos, incluindo válvulas de bloqueio em pontos estratégicos para evitar contaminação dos cursos d'água em casos de acidentes; e (d) Quanto ao Item 6 da Autorização nº 068/2011, apresentar o Plano de Manejo de Resíduos envolvendo todo o material resultante da limpeza da obra, bem como dos resíduos sólidos e efluentes líquidos, não permitindo que sejam dispostos diretamente nos cursos d'água sem que estejam compatíveis com a qualidade do corpo receptor. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.2) Em relação à condicionante 6.1.1 – Apresentar relatórios de atendimento ao Plano de Controle de Erosão, que prevê minimizar ao máximo o carreamento de sólidos para os rios interceptados pelo empreendimento, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.3) Em relação à condicionante 6.1.2 – apresentar a Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0129/2012, protocolada pela PETROBRAS junto ao INEA, através da qual foram apresentadas justificativas para adoção de alternativas às tecnologias de execução dos projetos inicialmente definidos para travessias dos corpos d'água relacionadas no EIA,

priorizando a utilização de método de furo direcional e comprovar o cumprimento desta condicionante, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.4) Em relação à condicionante 6.1.3 – (i) apresentar os Relatórios do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial e Sedimentos; **(ii)** dar continuidade ao monitoramento de dois pontos no rio Macacu, a montante do COMPERJ e a jusante da travessia, que é realizado em maré de sizígia vazante; e **(iii)** dar continuidade às coletas qualitativas do fitoplâncton e do zooplântcton a montante do COMPERJ, que deverão ser com redes de no máximo 10mm e 50 mm, respectivamente. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

B.5) Apresentar o mapa com a localização dos poços de captação de água subterrânea nos municípios atravessados pelos dutos e que estejam cadastrados nos órgãos competentes, bem como a tabela de localização e os dados resumidos dos poços e piezômetros cadastrados na região de estudo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.6) Em relação à condicionante 13 – Apresentar, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC, o protocolo de registro no Cadastro Ambiental Rural – CAR de Reserva Legal dos imóveis rurais onde houve a desapropriação em favor da PETROBRAS;

C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:

C.1) Apresentar relatório de atendimento das condicionantes da LI IN024202 (Programa de Gestão Ambiental – PGA) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

C.2 / C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 – Apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado.

C.3) Em relação à condicionante 7 – Observar as condicionantes de validade constantes da Autorização nº 068/2011, retificada em 08/04/2013, emitida pelo ICMBio, em especial:

a) Quanto ao Item 1 da Autorização nº 068/2011, comprovar que implantou, nos cursos d'água a montante da APA Guapimirim e ESEC Guanabara – Rio Macacu, Rio Guapiaçu, Rio Guapimirim e Rio Suruí –, técnicas de travessia de furo direcional ou aéreo (ponte) para mitigar os principais impactos decorrentes da implantação dos dutos. Para travessia do Rio roncador (Santo Aleixo) e Rio Iriri, poderá ser empregada a técnica convencional (cavalote), no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

b) Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC, que, quando do emprego da metodologia de travessia por ponte, observou as seguintes exigências: (i) A ponte não deve ser utilizada como via de acesso, de modo a não se constituir como infraestrutura viária, favorecendo a ocupação desordenada da região; (ii) A cabeceira da ponte deve se afastar ao máximo da margem do rio, não devendo ser construídos pilares no corpo d'água; (iii) Deve haver vão livre suficiente para não interromper o fluxo do rio nas ocasiões de enchentes (vazão máxima) e que não obstrua a passagem de embarcações sob a ponte. Além disso, comprovar que obteve autorização para implantação da ponte sobre o rio Guapimirim com pilares executados em suas margens.

c) Quanto ao Item 3 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, que, no caso de emprego da técnica do cavalote (convencional) para o rio Roncador e o rio Iriri, foram observadas as seguintes exigências: (i) Evitar a realização das travessias nos meses chuvosos da região – de novembro a março – ou, no mínimo, observar a interrupção da atividade durante os dias mais chuvosos; (ii) Instalar barreiras básicas nas margens e nos cursos d'água na superfície, bem como na secção transversal a jusante da intervenção, para contenção de sedimentos, de modo a evitar a dispersão do fluxo de material nos rios durante a execução da travessia dos dutos; (iii) Proceder ao monitoramento do curso d'água a jusante da área de intervenção, para identificação de áreas de assoreamento decorrentes das ações de execução da travessia dos dutos; (iv) No caso de ocorrência de assoreamento detectada nas ações de monitoramento, como forma de mitigação do impacto gerado, proceder à dragagem da área.

c.1) Com relação aos rios Macacu e Guapiaçu, apresentar relatório com comprovação do desassoreamento dos corpos hídricos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC e, caso seja verificada a necessidade de mais obras de desassoreamento, apresentar, no prazo sucessivo de mais 60 (sessenta) dias, cronograma de execução, cuja realização deverá ser previamente aprovado pelo INEA/SEAS por meio de autorização ou licença própria.

d) Quanto ao Item 4 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, que comunicou às UCs afetadas a data de travessia dos rios acima citados com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico do local de travessia e projeto de recuperação da APP, contendo cronograma com as datas precisas das interferências.

e) Quanto ao Item 5 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, o cumprimento da obrigação de implantar 3 (três) áreas de estação de válvulas de bloqueio a montante da APA Guapimirim para a proteção das bacias dos rios Macacu, Guapiaçú, Santo Aleixo (Roncador), Iriri e Suruí, a fim de evitar a contaminação dos cursos d'água em caso de acidentes.

C.5) Em relação à condicionante 24 – apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, os relatórios do Programa de Gestão Ambiental, evidenciando o cumprimento dos programas apresentados no PBA de acordo com os critérios e cronogramas preestabelecidos até o requerimento da licença de operação.

C.6) Em relação à condicionante 26 – considerando que o empreendimento já foi implantado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, relatórios do Programa de Gestão Ambiental referentes às ações realizadas no âmbito dos programas de comunicação social e educação ambiental, bem como das atividades desenvolvidas com público interno e externo.

C.7) Em relação à condicionante 27 – apresentar o Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão buscando negociação coletiva dos bens patrimoniais com participação de instituições locais e planilha com todas as desapropriações realizadas, indicando quais foram consensuais e quais foram judicializadas, com os respectivos valores pagos, bem como as importâncias avaliadas

(para aqueles casos em que não houve consenso), no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

C.13/C.15) Em relação às Condicionante 42 e 44 – considerando que o empreendimento já foi instalado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, cópia digitalizada (em CD) dos relatórios das atividades referentes à supressão de vegetação.

D) Apresentar os Planos Básicos Ambientais exigidos nas Licenças de Instalação nº IN024121 e nº IN024061, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO UPGN – UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL (PROCESSO Nº 0009869-83.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN023530 – aprova a concepção e localização de Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidades de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.1.1 – Em relação à Condicionante 6.7 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, do Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos do COMPERJ reportado através dos relatórios trimestrais do PGA, visto que as atividades do plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade e que as obras da UPGN estão concentradas no Platô 10; (ii) cópia digitalizada, em CD, do cronograma das atividades a serem realizadas pela contratada responsável pela manutenção dos taludes e prevenção de assoreamento dos mesmos, incluindo as áreas da UPGN, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN025099 – para a implantação das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.2.1) Em relação à Condicionante 7 – apresentar, em CD, cópia digitalizada do novo Estudo de Dispersão Atmosférica, já realizado em agosto de 2019, com dados meteorológicos de superfície da estação meteorológica da Fazenda Macacu e dados meteorológicos de altitude do SODAR da Estação Marco Zero, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da validação do INEA.

4.2.2) Em relação à condicionante 17 – adotar as medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Risco apresentado, inclusive as referentes à instalação de sistema de válvulas para controle da pressão para alimentar as unidades e interligação do sistema de combate a incêndio da UPGN à rede de combate a incêndio do COMPERJ, até o requerimento da LO, contendo, pelo menos:

a) Adoção do programa de manutenção preventiva;

b) Implantação de sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica;

c) Aplicação de técnicas de identificação de perigos para o processo, tais como HAZOP, SIL (Nível de Integridade de Segurança) e LOPA (Análise de Comando de Proteção);

d) Acompanhamento na qualidade da fabricação de equipamentos e materiais;

e) Avaliação das especificações de materiais de tubulação e projeto de suporte das instalações;

f) Elaboração de Plano de Combate a Emergência;

g) Comprovação de implantação do sistema de combate a incêndio; e

h) Eliminação/mitigação de quaisquer fontes de ignição na área.

4.2.4) Em relação à condicionante 24 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, das evidências do cronograma de avanço físico do sistema de tocha (flare), em implantação, para coleta e queima dos gases de hidrocarbonetos e compostos de enxofre provenientes

de alívios operacionais e descargas de emergência; (ii) cópia digitalizada, em CD, das alterações e revisões do Projeto Básico da UPGN, da exclusão das torres de resfriamento (Carta GE-PGI/LIP 0031/2015 e PRGE/SGP/LA 0093/2017) e da solicitação de revisão das condicionantes atreladas a este escopo (Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019), as quais encontram-se em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), em 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.5) Em relação à condicionante 25 – (i) Apresentar *"as built"* da instalação de analisadores de gás sulfídrico (H_2S). O prazo de atendimento será antes do deferimento da licença de operação. Com relação à instalação dos analisadores de mercúrio (Hg), a mesma se encontra em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), conforme Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019.

4.2.6 e 4.2.7) Em relação às condicionantes 26 e 27 - apresentar, no prazo 120 (cento e vinte dias contados da homologação do TAC, "as built" de instalação do analisador de vazão nas unidades que irão aliviar para o flare, bem como do sistema de selagem de bombas e compressores para minimizar emissões fugitivas. Além disso, promover a instalação dos equipamentos citados antes do deferimento da licença de operação, conforme solicitado na condicionante.

4.2.8) Em relação à condicionante 28 – Apresentar Plano de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa, em atendimento à Lei nº 5.690, de 14.04.10, que institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências, em até 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC.

4.3) Apresentar, no prazo de 420 (quatrocentos e vinte dias) dias a contar da homologação do TAC, avaliação dos riscos cumulativos, considerando os possíveis cenários acidentais para a UPGN, incluindo suas interfaces com o gasoduto e a operação do Trem 1 do Comperj, bem como definir as medidas preventivas e mitigadoras necessárias.

4.5) Apresentar estudo quanto ao tratamento de gás natural em relação ao mercúrio, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO LINHAS DE TRANSMISSÃO 345 kV (PROCESSO Nº 0009859-39.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUINTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:

4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado.

4.1.2) Em relação à Condicionante 7.1 – Apresentar, em CD: (i) cópia digitalizada dos laudos de avaliação da PETROBRAS referentes ao valor das respectivas terras, da vegetação e das benfeitorias; (ii) relação do *status* da negociação e do pagamento de indenização, indicando se houve acordo (desapropriação amigável) ou ação judicial (desapropriação judicial); e (iii) documentos relativos à imissão na posse, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC;

4.4.1 – Deverá ser apresentado o Inventário Florestal apresentado ao INEA em 2018, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, contemplando a(s) ADA(s) pela alteração do traçado da Linha de Transmissão.

4.4.6 – Deverá ser comprovado, quando da entrega do estudo acima mencionado, que ele foi elaborado por profissional(is) habilitado(s) pelo CREA, por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

4.5) Apresentar diagnóstico relativo aos meios biótico e físico em resposta à Notificação GELAFNOT/01052751, com novas informações sobre os meios necessários para avaliação da viabilidade locacional do empreendimento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR ADICIONAIS DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS DE Nos 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV)

CLÁUSULA SEXTA: A PETROBRAS compromete-se a cumprir as OBRIGAÇÕES DE PAGAR abaixo especificadas, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes das licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atendimento, em substituição e em complementação aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo nº 0009884-52.2018.8.19.0023, aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo n º 0009897-51.2018.8.19.0023, aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo nº 0009869-83.2018.8.19.0023 e aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo nº 0009859-39.2018.8.19.0023:

1) A PETROBRAS irá apoiar financeiramente os Municípios de Itaboraí, Maricá, Cachoeiras de Macacu, Magé, Guapimirim e Duque de Caxias na elaboração (e eventual atualização, se necessário) do projeto executivo e na execução (limitado ao valor recebido) de seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, no valor total de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), sendo R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) para cada um dos municípios citados, a ser depositado em seis contas judiciais específicas, sendo certo que sua liberação a cada município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. O valor total será depositado pela PETROBRAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

2) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiaçu e

Macacu[3], mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 2.840.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta mil reais); e (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo[4], mediante o depósito, em conta judicial, de R$ 640.066,00 (seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis reais). Em ambos os projetos, o depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor,

3) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para a elaboração e execução de projeto de reurbanização e revitalização (calçadas e arborização) da Avenida 22 de Maio, mediante o depósito, em conta judicial e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, do valor de R$ 6.092.730,32 (seis milhões e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e trinta e dois centavos) cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e

[3] Trata-se do principal manancial de abastecimento público da porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), atendendo cerca de 1,7 milhões de habitantes. É uma bacia estratégica para ações de SBNs com foco na segurança hídrica, levando-se em conta a vocação agropecuária da bacia, a demanda crescente pela água por diversos setores da sociedade e a grande relevância da área para conservação da biodiversidade e para prevenção de inundações. O objetivo é manter e incrementar os serviços ecossistêmicos na bacia do rio Guapi Macacu por meio da disseminação, incentivo e apoio para a adequação ambiental de imóveis rurais, para implantação de práticas de manejo conservacionista da água e do solo e do fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis na bacia do rio Guapi-Macacu. As intervenções serão realizadas em áreas estratégicas para segurança hídrica, associado uma abordagem que visa promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica das propriedades e da participação e do fortalecimento das organizações comunitárias rurais. Para tanto, a proposta será executada de forma integrada com o mecanismo de pagamento por serviços ambientais e aos principais atores na região, de modo a fortalecer e complementar as iniciativas de soluções baseadas na natureza (SbNs) para segurança hídrica em curso na região. O projeto contará com o necessário monitoramento ambiental.

[4] As comunidades alvo deverão estar inseridas em áreas de elevada prioridade para restauração ecológica de acordo com mapeamento do INEA, que terá os seguintes objetivos i) restaurar áreas de matas ciliares e nascentes, degradadas pela agricultura; ii) aumentar a produtividade de áreas de SAF, já existentes; iii) apoiar a conversão de plantios ao sistema de SAF; iv) gerar trabalho e renda através dos SAF; v) formar zonas-tampão no entorno de nascentes e áreas ciliares (APP); vi) Fornecer alimentos orgânicos para duas escolas públicas; vii) Integrar roteiros e atividades turísticos às comunidades das áreas de SAF; viii) Criar uma Associação de Condutores de Visitantes; ix) Capacitar agricultores e guias turísticos, através de cursos e oficinas nas seguintes áreas: Manejo de SAF, agregação de valores (ecológicos, sociais, beneficiamento de produtos), Ecoturismo de Mínimo Impacto, coleta de sementes e produção de mudas.

SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

4) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para projeto de segurança pública com monitoramento de câmeras, mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 255.160,30 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta reais e trinta centavos), no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

5) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor.

DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

CLÁUSULA SÉTIMA: Compete ao INEA e ao MPRJ o acompanhamento e a fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS assumidas no presente TAC.

1) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

2) A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria, a ser entregue

à SEAS/INEA, PETROBRAS e MPRJ no prazo de 60 dias do recebimento referente a cada obrigação.

3) A auditoria independente deverá acompanhar as ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas no presente TAC pelo empreendedor, mediante a adoção, ao menos, das seguintes medidas: (i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor; (ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica; (iii) Deverá realizar vistorias *in loco* para apurar o cumprimento de cada obrigação do TAC, as quais serão levadas em conta na confecção dos relatórios aludidos no item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos); (iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações do TAC.

4) Sem prejuízo das ações a cargo da auditoria independente, o INEA se obriga a fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do COMPERJ contempladas no presente TAC, devendo: (i) Semestralmente, realizar vistorias *in loco* e elaborar relatórios técnicos com avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS e dos relatórios apresentados pela auditoria independente; (ii) Os relatórios apresentados pela auditoria independente na forma do item 6.2 da presente cláusula e os relatórios produzidos pelo INEA indicados no item anterior deverão ser publicados no sítio eletrônico do INEA; (iii) Caso a PETROBRAS descumpra alguma condicionante das licenças, o INEA, no regular emprego de seu poder de polícia, deverá adotar as medidas legais cabíveis para sancionar e compelir o empreendedor a cumpri-la;

5) As obrigações acordadas neste TAC são consideradas automaticamente acrescidas àquelas estabelecidas nos licenciamentos ambientais do COMPERJ, sem necessidade de realização de averbação das licenças ambientais;

6) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo nº 0009897-51.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA nº 008/2013, relativo à aplicação de R$ 352.855,55 (trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, inclusive informando qual Unidade de Conservação foi beneficiada com a compensação efetuada pela PETROBRAS.

7) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 09/2013, relativo à Licença de Instalação IN024123, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985/00.

8) O INEA promoverá, em atendimento ao pedido 5.2 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, análise crítica, na forma prevista nos itens 1 a 4 da presente cláusula, sobre o cumprimento da Condicionante 14 da Licença de Instalação IN024123: "*Apresentar, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da licença, as áreas escolhidas como compensação para serem analisadas / aprovadas pelos técnicos da DILAM-GELAF*".

DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA OITAVA: Compete ao Compromissário ERJ exercer, por meio da SEAS, a regular fiscalização do INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo o processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças.

Parágrafo único – Considerando a previsão de disponibilização de recursos para fins de elaboração de projetos e de intervenções pela SEAS/INEA, as equipes responsáveis pela execução dos projetos deverão apresentar, ao MPRJ, relatórios sobre a evolução da execução, termos de referência, cronogramas, orçamentos e demais informações

relevantes, devendo a SEAS/INEA, ao final, promover a prestação de contas da utilização dos recursos ao MPRJ.

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA NONA: O presente TAC terá validade desde a data de sua homologação judicial, renunciando as partes, desde já, ao direito de recorrer e a questionar sua validade.

Parágrafo único - Os prazos previstos no presente TAC são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

DA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E DA RESPECTIVA QUITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA: A PETROBRAS deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA e à SEAS, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos às medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.

Parágrafo primeiro – Sem prejuízo do disposto no *caput*, o MPRJ, o INEA e a SEAS poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, vistorias ou fiscalizações.

Parágrafo segundo – O MPRJ dará quitação quando do cumprimento das obrigações de fazer após análise a ser feita pelo GATE.

Parágrafo terceiro – O INEA e a SEAS, cumpridas as obrigações aqui avençadas, darão por quitadas as obrigações nele descritas, bem como as condicionantes contidas nas licenças ambientais tratadas nas cláusulas acima, após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens constantes na cláusula sétima.

Parágrafo quarto – As obrigações de pagar/aportar estabelecidas no âmbito deste acordo estarão automaticamente quitadas com o envio do comprovante de depósito em contas judiciais e nas contas indicadas pela SEAS/INEA.

Parágrafo quinto – A responsabilidade pela elaboração dos orçamentos, termos de referência, contratos e eventuais contratações recaem única e exclusivamente sobre os contratantes de cada projeto, não cabendo a responsabilização dos Compromitentes pela execução de tais recursos.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE, DO ÓRGÃO LICENCIADOR E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PETROBRAS.

Parágrafo Primeiro – O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pela PETROBRAS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros em decorrência de seus próprios atos, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo – A celebração do presente Termo não implica em reconhecimento de qualquer irregularidade, vício, ilegalidade, improbidade ou inadequação nos procedimentos de licenciamento ambiental tratados no presente TAC, tampouco nas condutas da SEAS, do INEA ou de quaisquer de seus servidores.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente da PETROBRAS pelos Compromitentes ou pelos demais órgãos e instituições ambientais, no exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Parágrafo Único – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PETROBRAS no que concerne às obrigações ajustadas e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 49.547.956,62 (quarenta e nove milhões quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade da PETROBRAS.

Parágrafo único – O valor das obrigações de pagar previstas neste TAC é de R$ 48.547.956,62 (quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o restante do valor total a importância estimada das obrigações de fazer previstas neste TAC.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará a PETROBRAS ao pagamento de multa diária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida. Por sua vez, sem prejuízo das obrigações de fazer, o descumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará os Compromissários INEA e ERJ ao pagamento de multa trimestral no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada situação de descumprimento e até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro – A multa não será aplicada caso exista justificado motivo técnico para eventual atraso ou descumprimento das obrigações de fazer, devendo ser apresentado por escrito pela Compromissária, em até 5 (cinco) dias após constatada a impossibilidade de cumprimento.

Parágrafo Segundo – A multa também não incidirá caso a obrigação tenha sido realizada, mas o MPRJ entenda pela necessidade de complemento ou ajuste e a PETROBRAS, devidamente notificada, cumpra a exigência em prazo estipulado pelo notificante, não inferior a 10 dias úteis, findo o qual a multa será aplicada, sem prejuízo do exercício do poder de polícia pelo INEA e pela SEAS, inclusive para o devido cumprimento das obrigações decorrentes das licenças ambientais do COMPERJ.

Parágrafo Terceiro – As multas sobre as quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR ou índice de correção que a substitua, e recolhidas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Parágrafo Quarto – A notificação das multas será remetida ao endereço do respectivo destinatário constante neste TAC e será considerada efetivada pela sua simples recepção.

Parágrafo Quinto – Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissária terá 20 (vinte) dias úteis para o recolhimento da multa e 05 (cinco) dias úteis para a remessa do respectivo comprovante ao MPRJ.

Parágrafo Sexto – As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a PETROBRAS da eventual responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O termo inicial do prazo de vigência do presente TAC é a data da sua homologação e, o termo final, 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes.

Parágrafo único – Na eventual hipótese das sentenças homologatórias relativas às ACPs cujo objeto aqui são ajustadas forem exaradas em datas diversas, os prazos de cumprimento e de vigência serão contados a partir da data da última sentença de homologação judicial.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do

presente TAC no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no DOERJ e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, contendo as partes, o objeto, o valor e o prazo total do instrumento, correndo os respectivos encargos às suas expensas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Este TAC, após homologado, tem natureza jurídica de título executivo judicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes a ser homologado judicialmente, podendo ser prorrogado mediante prévio ajuste.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo entre o Compromitente e as Compromissárias quanto à alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originariamente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do empreendimento COMPERJ, para dirimir questões ou disputas envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

IV- CONCLUSÃO

Pelo exposto, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, destinadas ao MPRJ, à PETROBRAS, ao ERJ (SEAS) e ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Itaboraí, 18 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

22
6m

CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ
Presidente do INEA

ALESSANDRO DE CASTRO MELO
PETROBRAS

DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER
PETROBRAS

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
7645
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0009897-51.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.7.610/7.643, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **49C1.J77M.4DLN.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:01:29
Local: TJ-RJ

Fls. 23-A
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
4693
Certificado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0009859-39.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.4.658/4.691, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **48A7.WS4U.LDNV.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO
LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:03:44
Local: TJ-RJ

23-B
fls
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
5747
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Processo: 0009869-83.2018.8.19.0023

Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.5.712/5.745, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4F7E.AF74.H67Q.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO
LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:02:31
Local: TJ-RJ

23-C
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
7317
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0009884-52.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.7.282/ 7.315, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4HTX.PCCY.4RAJ.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO

LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:00:59
Local: TJ-RJ

Ref.: Pasta de Acompanhamento das Ações Civis Pública nº 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023.

PROMOÇÃO APÓS TAC II COMPERJ

O Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, em junho de 2018, ajuizou cinco Ações Civis Públicas em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados aos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

Trata-se dos processos judiciais 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023, que tramitam nessa 1ª Vara Cível de Itaboraí. Neste tema de instalação do COMPERJ, em 2014, esta Promotoria já havia ajuizado em face da Petrobras e do Município de Itaboraí a ACP 0006164-19.2014.8.19.0023 em razão da poluição atmosférica em Sambaetiba, Alto do Jacu, Itaboraí. Veja-se a tabela abaixo:

Nº do Inquérito Civil	Nº da Ação Civil Pública	Vara Competente	Objeto	Data do ajuizamento	Valor da Causa
314/09 132/13 161/15 126/13 34/2014	0009919-12.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos do: (i) projeto principal do COMPERJ em Itaboraí, qual seja, a UPB – Unidade de Petroquímicos Básicos, objeto do IC 314/09; (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09); (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13).	26/06/2018	R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais)
95/2011	0009884-		Ilegalidades no licenciamento		R$

	52.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	ambiental do empreendimento do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ	26/06/2018	1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
102/2011	0009852-39.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento "Linhas de Transmissão 345 KV do COMPERJ"	26/06/2018	R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
106/2010	0009897-89.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ.	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
01/2013	0009869-83.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
82/2013	0006164-19.2014.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Poluição atmosférica causada pelo "pó de pedra" colocado em via pública pela Petrobras sem autorização do poder público em Alto do Jacu, Sambaetiba.	19/03/2014	R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Nas mais de mil páginas das cinco petições iniciais de ACP, com valor total das causas de 7,5 bilhões de reais, foram deduzidos diversos pedidos, como mais de uma centena de obrigações de fazer relativas à complementação de estudos ambientais e instituição e execução de novas medidas recuperatórias, mitigatórias e compensatórias/reparatórias na seara ambiental, dano moral coletivo, condenação genérica em favor dos moradores que sofreram danos com as obras do COMPERJ.

Após o ajuizamento das ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto desde então (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

No dia 29/07/19, por convite do Deputado Estadual Luiz Paulo (formalizado por meio do ofício CPI nº 202/219 - Resolução 01/2019, da ALERJ), este Promotor compareceu à ALERJ e, no bojo da CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, palestrou em

audiência pública, sobre a atuação do MPRJ no caso COMPERJ, com destaque para: (i) as investigações levadas a cabo por meio de todos os inquéritos civis que deram azo ao ajuizamento das ACP's; (ii) o teor das petições iniciais das ACP's do COMPERJ; (iii) o teor da minuta de TAC I COMPERJ[1].

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP´s. **De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP´s 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023.**

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

É o breve relato do caso COMPERJ.

Em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria, neste ato, de forma paralela, inicia duas frentes de atuação sobre o TAC II COMPERJ (na esteira do que já vem fazendo em relação ao TAC I):

1ª) Ampla publicidade ao TAC II, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: A publicidade do

[1] A íntegra da audiência pública da ALERJ e a reportagem sobre o evento constam nos vídeos disponíveis nos seguintes link: https://youtu.be/3e92-FOhAMY e https://youtu.be/N6GyKs6oLL8

TAC em tela se deu de diversas formas, a saber: (i) pelo próprio andamento processual no site do TJRJ; (ii) pela publicação de matéria informativa na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)2; (iii) pela publicação de dezenas de matérias jornalísticas por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo; (iv) pela publicação de extrato do TAC, contendo as partes, o objeto, as obrigações, o valor e o prazo total do instrumento, no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no D.O.E.R.J e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, na esteira da 16° cláusula do TAC; (v) pela expedição dos 33 ofícios, nos moldes do presente, a todos os órgãos públicos direta ou indiretamente interessados (da mesma forma como anteriormente já havia oficiado em 26/08/18, logo após o ajuizamento das ACP's e também após a celebração do TAC I COMPERJ); (vi) pela realização de constantes reuniões com a sociedade civil e autoridades públicas no gabinete da Promotoria.

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC II: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8°, I, da Resolução CNMP n.° 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.° 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC II, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), razão pela qual instaurou os 61 PA's, cuja relação segue na planilha em anexo.

Pelo exposto, para dar concretude e iniciar os trabalhos nas duas frentes acima mencionadas, à Secretaria para cumprimento das seguintes diligências:

1) **Extraiam-se 61 cópias** do TAC II COMPERJ e da presente promoção, autuando-as como notícia de fato autônomas (cada uma com número MPRJ próprio), abrindo-se imediata conclusão para instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas);

[2] http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/83203, publicado em 19/02/2020.

2) **Com auxílio da Assessoria Jurídica, elaborar planilha** contendo o número de cada MPRJ e cada PA, com seu respectivo objeto;

3) **Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do MPRJ,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 768/18 e 1631/19, bem como com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II COMPERJ e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

4) **Oficiar ao Corregedor-Geral do MPRJ,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 769/18 e 1632/19, bem como com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

5) **Oficiar ao Conselho Superior do MPRJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia dos TAC`s I e II COMPERJ e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC I e II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Aduza-se que, apesar de não ser hipótese de comunicação obrigatória ao colendo Conselho, eis que o TAC foi celebrado no bojo de ação civil publica e homologado judicialmente, esta Promotoria, por cautela, diante da importância e repercussão social e ambiental dos acordos, vem dar ciência a esse egrégio CSMP da celebração dos dois TAC`s e da instauração dos 125 procedimentos administrativos instaurados para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Petrobras, ERJ e INEA, bem como se colocar à disposição para eventuais esclarecimentos complementares;

6) **Oficiar ao Coordenador do CAO AMBIENTE,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 770/18 e 1633/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso

Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

7) **Oficiar ao Presidente da PETROBRAS**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

8) **Oficiar ao Coordenador do GAEMA,** com cópia da presente promoção informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Neste ato, esta Promotoria, tal como o fez no TAC I COMPERJ, vem oportunizar ao festejado grupo de apoio especializado em meio ambiente que, se assim entender conveniente do ponto de vista estratégico para o MPRJ e para o próprio GAEMA, que indique quais PA's da planilha em anexo esse grupo teria interesse em prestar auxílio, sendo certo que esta Promotoria requererá o auxílio em todos os eventuais PA's indicados. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

9) **Oficiar ao Presidente do INEA**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

10) **Oficiar ao Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia

da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

11) **Oficiar ao Coordenador do GATE,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 771/18 e 1640/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

12) **Oficiar à Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente de São Gonçalo,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 773/18 e 1636/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Informe-se que no TAC II COMPERJ, em razão dos limites territoriais dos empreendimentos objetos das ACP`s, o Município de São Gonçalo não foi contemplado diretamente com recursos financeiros. De qualquer forma, ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

13) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Magé,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 774/18 e 1641/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta

promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Magé e Guapimirim). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

14) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Nova Friburgo,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 774/18 e 1641/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

15) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Niterói,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 787/18 e 1642/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de

Maricá). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

16) **Oficiar ao Ministério Público Federal** (Procuradoria da República com atribuição na matéria meio ambiente na área de Itaboraí), em complemento e com cópia digital dos nossos ofícios anteriores 2ª PJTC nº 758/18, nº 759/18, nº 760/18, nº 762/18, nº 763/18, nº 766/2018, nº 775/2018, nº 555/19, nº 883/2019, nº 990/2019 e nº 1643/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que, como apontado nos ofícios anteriores, eventuais danos ambientais em unidade de conservação federal ou bem da União não fizeram parte do objeto das ACP´s e do TAC II firmado. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

17) **Oficiar ao Prefeito, Secretário de Obras, Secretário de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Integração ao COMPERJ e Procurador-Geral de Itaboraí,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nºs 776/18, 777/18, 778/18, 779/18, 780/18, 1635/19, 1644/19, 1645/19, 1646/19, 1647/19 e 2052/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de

Itaboraí). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

18) **Oficiar ao Presidente da Câmara Municipal de Itaboraí**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

19) **Oficiar ao Prefeito de Cachoeiras de Macacu,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 781/18, 1649/19 e 2048/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

20) **Oficiar ao Prefeito de Duque de Caxias,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2050/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Duque de Caxias). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

21) **Oficiar ao Prefeito de Magé,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2045/19 informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Magé). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

22) **Oficiar ao Prefeito de Guapimirim,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2043/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Guapimirim). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção,

em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

23) **Oficiar ao Prefeito de Maricá,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2041/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Maricá). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

24) **Oficiar à Assembleia Legislativa, na pessoa de Sua Excelência, o Presidente da ALERJ, via PGJ,** em complemento ao ofício 1651/19 dirigido ao Deputado Estadual Luiz Paulo, que presidiu a CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que o relatório final da citada CPI encaminhado ao MPRJ pelo nobre Deputado foi juntado aos autos das citadas ACPs. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

25) **Oficiar ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

26) **Oficiar ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

27) **Oficiar ao IBAMA,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 1683/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja

comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

28) **Oficiar ao ICMBio,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 1684/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

29) Os itens 1 e 2 da presente promoção devem ser cumpridos imediatamente. Os ofícios dos itens 3 a 29 deverão ser expedidos tão logo sejam instaurados os PA's referidos nos itens 1 e 2.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Ofício 2ª PJTC nº 417/20 - PA 25/2020 - MPRJ 202000174193 - TAC II COMPERJ

Thaís Vieira dos Santos <thais.santos@mprj.mp.br>

Qua, 04/03/2020 14:55

Para: Gabinete SEAS <gabinete@ambiente.rj.gov.br>; ouvidoria .seas <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>
Cc: ouvidoriainea MP <ouvidoriaineamp@gmail.com>

3 anexos (5 MB)

Of. 417.2020 PA 25.2020.pdf; Portaria 25.2020.pdf; TAC II do COMPERJ - Assinado_compressed (1).pdf;

À Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro - SEAS,

Cumprimentando-os, sirvo-me do presente para encaminhar, em anexo, o Ofício 2ª PJTC nº 417/20, expedido pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí no bojo do PA 25/2020 (MPRJ 2020.00174193).

Peço, por gentileza, a confirmação do recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787
Secretaria da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ Fl. 32 Mf

Ofício 2ª PJTC n° 417/2020 *Itaboraí*, 02 de março de 2020.

Ref: **PA 25/2020 – MPRJ 202000174193**
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:** A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a *"(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias após o requerimento da LO, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

33

Ofício 2ª PJTC nº 416/2020

Itaboraí, 02 de março de 2020.

Ref: **PA 25/2020 – MPRJ 202000174193**
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:** A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a *"(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, quando do requerimento da LO, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos, às fls. 34/69, resposta da PF/ TROBRAS ao Ofício nº PJTC nº 416/2020.

Em 12 / 02 / 21

7767

PETROBRAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ITABORAÍ - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TAC2 do COMPERJ
Referência: ACP nº 0009897-51.2018.8.19.0023
Procedimento Administrativo - PA 25/2020 - Itaboraí

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública em referência, vem por meio dos documentos constantes da mídia anexa comprovar o cumprimento da obrigação insculpida na CLÁUSULA TERCEIRA, item C.2/C.4, do TAC2 do COMPERJ, que assim estabelece:

> *"C) No que concerne à Licença de Instalação INO242O2 — que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ 1, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:*
>
> *C.2 / C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 — Apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco — PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando a medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado."*

Nesse sentido, requer a juntada da referida documentação aos autos deste procedimento.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2021.

Fernando Lourenco de Sousa

Assinado de forma digital por Fernando Lourenco de Sousa
Dados: 2021.01.18 11:52:03 -03'00'

Fernando Lourenço de Sousa
OAB/RJ 126.742

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
35
RJ

PETROBRAS

COMPERJ

Atendimento Obrigação C.2 e C.4 (DUTOS)
PA 25/2020 do TAC 2
PROCESSO INEA SEI-07/026/004.632/2019

Rio de Janeiro/RJ
Janeiro de 2020

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -**
na forma abaixo:
05/20

TRASLADO
LIVRO 0964 FLS 068/071 ATO 16 DATA 14.09.2020

S A I B A M, quantos a este público instrumento de procuração bastante virem, que no ano dois mil e vinte, aos quatorze (14) dias do mês de setembro nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do 13º Ofício de Notas, sito na Avenida Rio Branco, 135/3º andar, perante mim, **MARIA DE LURDES DA SILVA MARQUES**, Substituta, matricula 94/1349, compareceu **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**, doravante denominada **OUTORGANTE** ou simplesmente **PETROBRAS**, Sociedade de Economia Mista, com sede nesta Cidade, na Av. República do Chile, nº 65, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, neste ato representada por seu Presidente **ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO**, brasileiro, natural da Cidade São Luís (MA), casado, economista, nascido em 20/07/1944, filho de José do Prado Castello Branco e de Maria da Conceição Cunha Castello Branco, residente e domiciliado nesta Cidade, com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 23º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, portador da carteira de identidade nº 01.895.832-2, expedida pelo DETRAN/RJ, em 23/10/2010, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.389.097-87, com endereço eletrônico: presidente@petrobras.com.br. A presente reconhecida como a própria por mim e pelos documentos apresentados, inclusive seu Presidente também por mim identificado como o próprio, e de que farei comunicar a presente ao competente distribuidor dentro do prazo legal. Então, pela **PETROBRAS (OUTORGANTE)**, por meio de seu representante legal, me foi dito que, por este instrumento público, nomeia e constitui, seus bastantes procuradores: 1) **TAISA OLIVEIRA MACIEL**, brasileira, casada, advogada, nascida em 26 de fevereiro de 1977 na Cidade de Porto Alegre (RS), filha de Ademar Luiz Maciel e Nara Geni de Oliveira Maciel, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, inscrita na OAB/RJ sob o nº 118.488, no CPF/MF sob o nº 032.182.566-74, e endereço eletrônico: contenciosopetrobras@petrobras.com.br, na qualidade de **Advogada-Geral da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS**; 2) **VIVIANE DO NASCIMENTO PEREIRA SÁ**, brasileira, casada, advogada, nascida em 26 de junho de 1975 na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), filha de Amaro Belarmino Pereira Filho e Vicilene Nazaré do Nascimento Pereira, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, inscrita na OAB/RJ sob o nº 130.645, no CPF/MF sob o nº 037.522.417-30, e endereço eletrônico: contenciosopetrobras@petrobras.com.br, na qualidade de **Gerente Geral para Atendimento às Áreas de Negócio do Jurídico da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS**; 3) **HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR**, brasileiro, viúvo, declara que convive em união estável, advogado, nascido em 5 de dezembro de 1963 na Cidade de São João de Meriti (RJ), filho de Hélio Siqueira e Leda Pereira Siqueira, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, inscrito na OAB/RJ sob o nº 62.929, no CPF/MF sob o nº 768.013.577-00, e endereço eletrônico: contenciosopetrobras@petrobras.com.br, na qualidade de **Gerente Geral de Contencioso Integrado do Jurídico da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS**; 4) **MARCO AURÉLIO FERREIRA MARTINS**, brasileiro, casado, advogado, nascido em 19 de julho de 1979 na Cidade de Campinas (SP), filho de Jaime Domingues Martins e Kátia Aparecida Ferreira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
4A 01866910

37

Martins, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, inscrito na OAB/SP sob o nº 194.793, no CPF/MF sob o nº 265.262.708-24, e endereço eletrônico: contenciosopetrobras@petrobras.com.br, na qualidade de **Gerente de Gestão de Escritórios Jurídicos da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS**, doravante denominados **OUTORGADOS**; aos quais outorga os poderes das cláusulas ***ad judicia et extra***, para em conjunto ou individualmente, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, representar a **OUTORGANTE**, inclusive para propor procedimento junto ao Conselho Nacional de Justiça, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes ainda, poderes especiais, para receber citações, notificações e intimações, confessar, reconhecer a procedência de pedidos, transigir, desistir, renunciar a direitos sobre que se fundam ações, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-los, receber e dar quitação, firmar compromissos ou acordos, requerer cancelamento de protesto de título, ajuizar ações rescisórias e impetrar mandado(s) de segurança, apresentar queixa-crime, protocolizar, requerer e retirar documentos, quaisquer certidões, extratos, relatórios e cópias de processos administrativos e judiciais, ainda que submetidos ao sigilo fiscal, podendo agir em Juízo ou fora dele, **devendo os Outorgados respeitar, em todos os seus atos, as alçadas e governança estabelecidas na Tabela de Limites de Competência da PETROBRAS, bem como as normas e padrões aplicáveis à PETROBRAS, especialmente as previsões de ética, integridade e conformidade contidas no Código de Conduta Ética da PETROBRAS**, ficando, outrossim, investidos dos poderes para representar a **PETROBRAS** na fase de conciliação, recebendo intimações para comparecer como representante da parte às audiências de instrução e julgamento, nelas podendo negociar, acordar e transigir, com o que ficam os **OUTORGADOS** qualificados para representar e defender a PETROBRAS e Empresas Subsidiárias/Controladas ou Coligadas, se necessário for, mediante outorga de Poderes das referidas empresas diretamente aos **OUTORGADOS**, em juízo e perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como perante a União Federal, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, em especial perante o Ministério da Fazenda e seus órgãos, inclusive Receita Federal do Brasil, bem como diante da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional de Seguridade Social, e também do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), com vistas a obter e manter a proteção de direitos de propriedade intelectual da **PETROBRAS**, tais como: depositar pedido de patente ou de modelo de utilidade; depositar pedido de registro de desenho industrial, de marcas, de programas de computador e de indicações geográficas; realizar buscas de anterioridade, cumprir exigências, apresentar oposições, subsídios, recursos, pedidos de nulidade administrativa, caducidade e apresentar quaisquer outras petições; transigir, desistir e renunciar, efetuar e receber pagamento; dar e receber quitações; apresentar todas as medidas impeditivas contra processos de terceiros; requerer anotações, certidões e averbações de quaisquer contratos que envolvam propriedade intelectual; requerer alterações dos dados da **PETROBRAS**; requerer registro das obras no campo do Direito Autoral e apresentar petições aos órgãos de registro e a renovação de nomes de domínio, no Brasil e no Exterior, podendo representar a **PETROBRAS** em arbitragens e mediações, especialmente perante o Centro de Arbitragem e de Medição da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em casos de disputas relativas a nomes de domínio, praticando, nestes casos, todos os atos em nome da **PETROBRAS** necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, incluindo apresentar reclamações e defesas, quaisquer petições, provas, pagar taxas administrativas, fazer declarações em nome da **PETROBRAS**, propor e aceitar transações; promover notificações, interpelações e protestos extrajudiciais e mais quaisquer outros atos em defesa dos interesses da **PETROBRAS** e responder às notificações de terceiros; facultado aos

de notas

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

SELO DE PUBLICIDADE FL 38 RJ

OUTORGADOS substabelecer os poderes ora recebidos, no todo ou em parte, com reserva de iguais para si. O presente instrumento permanece válido ainda que o representante da **PETROBRAS** deixe de exercer as funções em cujo exercício o tenha concedido. Lavrada sob minuta apresentada. Foi consultada informação sobre registro de óbito referente ao Outorgante, junto ao Sistema de Modulo de Apoio ao Serviço - MAS, consulta foi feita em 14.09.2020 que recebeu o nº 0713-FYU-00738663 cujo o resultado foi negativo. Certifico que as custas deste ato serão recolhidas ao Cartório, de acordo com a portaria 2881/2019 da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro, da seguinte forma: custas R$ 254,20 (tab.7,2,d); atos gratuitos e PMCMV no valor de R$ 5,84 ; comunicação ao distribuidor R$ 12,46; Recolhido o acréscimo de 20 % no valor de R$ 55,41 devido ao FETJ e o acréscimo de 5% instituído pela Lei 4664/2005, no valor de R$ 13,85 devido ao FUNDPERJ e o acréscimo de 5% instituído pela Lei Complementar 111/2006 no valor de R$ 13,85 devido ao FUNPERJ, e o acréscimo de 4% instituído pela Lei Estadual 6281/2012 no valor de R$ 11,08 devido ao FUNARPEN, mais o acréscimo de R$ 14,58 devida ao ISS; Distribuição no valor de R$ 34,43 e Certidões no valor de R$ 89,30. Assim o disse do que dou fé, me pediu lavrasse nestas Notas, o presente instrumento, o que fiz, lavrei, li, aceitou, outorga e assina, tendo sido dispensadas as testemunhas, conforme Provimento da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado do Rio de Janeiro, 92/84. E, eu **MARIA DE LURDES DA SILVA MARQUES**, matrícula do IPERJ nº 94/1349 Substituta, lavrei, li o presente ato colhendo as assinaturas. E, eu **LUIZ FERNANDO CARVALHO DE FARIA**, matrícula do IPERJ nº 06/1774 Tabelião o encerro e subscrevo. (AA)**ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO**TRASLADADA HOJE. E, eu _____ a digitei. E, eu _____ a subscrevo e assino em público e raso.

EM TSTª **DA VERDADE**

Poder Judiciário – TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDNK01988OTX
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

13º OFÍCIO DE NOTAS
Maria de Lurdes da S. Marques
Substituta
Mat. 94/1349
Av. Rio Branco 135 - 3º Andar
Centro
Rio de Janeiro

AA 018668911

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 39
RJ

PETROBRAS

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, enquanto empregados do Sistema PETROBRAS e integrantes da Gerência do Jurídico da PETROBRAS, com reserva, aos advogados,

ALBERTO FIGUEIREDO NETO, OAB/SE 4.273, CPF 969.290.495-49; **ANA CRISTINA GOLOB MACHADO**, OAB/SE 4.373, CPF 008.505.855-62; **ANA PAULA MACHADO DOS ANJOS**, OAB/SE 2.556, CPF 516.556.675-72; **BRUNO BARROS CAVALCANTI**, OAB/SE 515-B, CPF 013.057.225-07; **CARLOS MARTINEZ FRANCO LIMA GOMES**, OAB/BA 22.036 e OAB/SE 1.041-A, CPF 804.392.765-00; **CAROLINE FONTES REZENDE**, OAB/SE 429-B, CPF 719.433.235-34; **CHRISTIANNE ANGÉLICA DE AGUIAR DEDA**, OAB/SE 3.167, CPF 719.618.285-53; **FABIANO HORA DE BARROS SILVA**, OAB/SE 3.515, CPF 944.950.175-00; **FÁBIO VASCONCELOS SIQUEIRA**, OAB/SE 2.982, CPF 719.603.765-00; **FÁBIO VÍCTOR DE AGUIAR MENEZES**, OAB/SE 5.825, CPF 005.644.535-01; **FLÁVIO DO AMARAL AZEVEDO**, OAB/SE 3.814, CPF 964.089.285-87; **GENIVAL FRANCISCO DA SILVA FEITOZA**, OAB/SE 3301, CPF 588.485.505-25; **JOÃO CARLOS OLIVEIRA COSTA**, OAB/SE 1331, CPF 276.516.905-59; **JOSÉ MARCONDES SÉRVULO DA NÓBREGA JÚNIOR**, OAB/SE 3.817, CPF 979.058.445-87; **LUIZ PEREIRA DE MELO NETO**, OAB/SE 2.155, CPF 585.345.805-10; **RAÍSSA MARIA HORTA MELO**, OAB/SE 4.707, CPF 661.871.925-91; e **WENDELL SANTIAGO ANDRADE**, OAB/SE 2.042, CPF 626.302.105-53; e todos brasileiros e com escritório situado na Rua Acre nº 2504, Bloco "L", Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49075-900;

ALAN ARIOVALDO CANALI GUEDES, OAB/PR 49.048 e OAB/SC 34.106-A, CPF 302.698.528-75;; **ARNO APOLINÁRIO JÚNIOR**, OAB/PR 15.812 e OAB/SC 12.791-A, CPF 500.403.679-91; **DANIELA TOLLEMACHE**, OAB/PR 37.529 e OAB/SC 34.103-A, CPF 033.055.129-97 e **JULIANO LAGO**, OAB/PR 34.256, CPF 015.034.269-12; todos brasileiros e com escritório na REPAR, Rodovia do Xisto, BR-476, km 16, Araucária/PR, CEP 83707-440;

DANIELLE NUNES VALLE, OAB/PA 11.542, CPF 684.945.482-04; **ERIKA MONIQUE PARAENSE SERRA VASCONCELOS**, OAB/PA 14.935, CPF 799.103.352-04 e **ROBERTA MARIA CAPELA LOPES SIROTHEAU**, OAB/PA 14.049, CPF 786.187.032-49, todas brasileiras e com escritório na Rodovia Arthur Bernardes, 5511 – Tapanã, Belém/PA, CEP 66.115-000

ANDRÉA FERNANDES NAPOLEÃO DE SOUZA, OAB/MG 76.842, OAB/RJ 219.686, CPF 028.441.136-13; **BRUNO FREIXO NAGEM**, OAB/MG 97.478, CPF 046.991.976-04; **CARLOS ANTONIO PLÁCIDO**, OAB/MG 75.364, CPF 487.442.396-53; **EDUARDO MOISÉS SANTANA DOS SANTOS**, OAB/MG 96.474, CPF 013.235.086-60; **GUSTAVO DE MAGALHÃES PINTO LOPES CANÇADO**, OAB/MG 74.095, CPF 712.935.666-91; **LUCIANA ARRUDA SILVEIRA**, OAB/MG 102 937, CPF 013.517.126-16; **RAQUEL JOANE COUTINHO**, OAB/MG 112.930, CPF 060.578.076-50; e **VERONICA MAYRINK BARBOSA**, OAB/MG 120.257, CPF 013.841.326-60; todos brasileiros e com escritório situado na REGAP, Avenida Refinaria Gabriel Passos nº 690, Bairro Distrito Industrial Paulo Camilo Sul, Betim/MG, CEP 32669-205;

ANDRÉ DE ALMEIDA BARRETO TOSTES, OAB/DF 20.596, CPF 906.136.781-68; **ANDRÉIA BAMBINI**, OAB/DF 18.331, CPF 615.618.860-68; **BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA FERREIRA**, OAB/DF 15.345, CPF 768.008.651-68; **CANDIDO FERREIRA DA CUNHA LOBO**, OAB/RJ 49.659, CPF: 535.228.507-34; **CAROLINA CAMPOS PINTO**, OAB/DF 53.813, OAB/SP 309.435, CPF 327.160.058-93; **CRISTINA ZANINI MINEIRO HILGENBERG**, OAB/PR 90.306, CPF 888.228.501-49; **EDUARDO LUIZ FERREIRA ARAUJO DE SOUZA**, OAB/DF 54217, CPF 056.224.647-90; **ELIAS NONATO DA SILVA**, OAB/ES 352-B, CPF 400.381.901-25; **ELLEN CRISTIANE JORGE OLIVEIRA**, OAB/DF 19.821, CPF 890.581.351-87; **FELIPE ANTÔNIO LOPES SANTOS**, OAB/DF 57663, CPF 038.323.264-30; **FERNANDO SALLES XAVIER**, OAB/RJ 65.895, CPF 841.977.737-49; **FREDERICO DE OLIVEIRA FERREIRA**, OAB/DF 59.758 e OAB/MG 102.764, CPF 052.904.476-52; **GEÓRGIA VALVERDE LEÃO ROMEIRO**, OAB/BA 18.578, CPF 792.860.705-00; **GUSTAVO DE SOUZA VELLAME**, OAB/RJ 153.962, CPF 056.506.057-00; **JOENY GOMIDE SANTOS**, OAB/DF 15.085, CPF 028.320.946-19; **JOSÉ DAVI CAVALCANTE MOREIRA**, OAB/DF 52.440, OAB/CE 18.620, CPF 651.139.853-68; **JULIANA CARNEIRO MARTINS DE MENEZES**, OAB/DF 21.567, CPF 794.186.861-04; **LEANDRO FONSECA VIANNA**, OAB/DF 53.389, OAB/RJ 150.216, CPF 105.028.567-00; **LÍVIA MORAIS VASCONCELOS SALDANHA**, OAB/DF 21.035, CPF 907.474.371-49; **MAÍRA CIRINEU ARAÚJO**, OAB/DF 20.978, CPF 910.329.461-72; **MARCELO RODRIGUES DE SIQUEIRA**, OAB/DF 60.516, CPF 051.395.906-89; **MARIA TEREZA TORRES FERREIRA COSTA PASSARELLA**, OAB/RJ 128.565, CPF 703.428.061-49; **MAURA SIQUEIRA ROMÃO**, OAB/RJ 121.694, CPF 074.043.637-64; **PAOLA ALLAK DA SILVA**, OAB/RJ 142.389, CPF 099.419.987-28; **RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA**, OAB/DF 21.428, CPF 721.578.361-87; **RUI BARROS DE SOUZA MARTINS**, OAB/PR 43.768, CPF 190.866.428-29; **SÍLVIA ALEGRETTI**, OAB/DF 19.920, CPF 714.126.201-63; **TALES DAVID MACEDO**, OAB/DF 20.227, CPF 816.886.281-34; **TATIANA ZUMA PEREIRA**, OAB/RJ 120.831, CPF 079.471.017-44; e **VANESSA APARECIDA MENDES BAESSE**, OAB/DF 32.576, CPF 060.627.236-48, todos brasileiros e com escritório no Setor de Autarquias Norte (SAN), Via N2, Quadra 01, Bloco D, Edifício PETROBRAS, 4º/7º andares, Brasília/DF, CEP 70040-901;

CANDICE V. FATTORI, OAB/RS 53.974, CPF 962.905.950.91; **DENISE PIMONT BERNDT PARO**, OAB/RS 78.014-B, CPF 674.746.169-04; **FLAVIO BARCELOS DIEHL**, OAB/RS 44.211, CPF 674.581.900-78; **MARINA KORBES**, OAB/RS 64.428, CPF 005.133.380-55; e **RODRIGO DE ALMEIDA AMOY**, OAB/RS 112.264, CPF 100.952.837-81; todos brasileiros e com escritório na REFAP, Avenida Getúlio Vargas nº 11.001, Brigadeira, Canoas/RS, CEP 92420-221;

ALLAN LOPES GRAVATO, OAB/SP 398.655, CPF 105.379.477-01, brasileiro e com escritório na UTGCA, Rodovia Caraguatatuba São Sebastião, km 5, s/nº, Pontal Santa Marina, Caraguatatuba/SP, CEP 11660-970;

GISLENI VALEZI RAYMUNDO, OAB/PR 46.042, CPF 052.988.089-05; **JULIA DE OLIVEIRA RUGGI**, OAB/PR 51.680, CPF 053.948.859-31 e **PHILIPPE DE OLIVEIRA NADER**, OAB/DF 52.032, CPF 099.042.937-75; todos brasileiros e com escritório na Avenida Batel nº 1.898, 2º andar, Batel, Curitiba/PR, CEP 80240-220;

EDUARDO ROMANELLI GUAGLINI, OAB/CE 13.258-B e OAB/MA 9325-A, CPF 156.079.758-43; **LIADERSON PONTES NETO**, OAB/CE 37.248-A, OAB/MA 10.662, CPF 824.860.933-20; **MARILIA CAVALCANTE FRANÇA LIMA**, OAB/CE nº 27.132-B, CPF 419.996.653-68 e **RICARDO MELO DAS NEVES**, OAB/CE 16.871 e OAB/MA 8.880-A, CPF 030.665.457-17; todos brasileiros e com escritório na Avenida Leite Barbosa, s/nº, Bairro Mucuripe, Fortaleza/CE, CEP 60180-420;

TÚLIO FREITAS SOUZA, OAB/MG 612.84, CPF 779.902.266-34, brasileiro e com escritório na Rodovia Alça Leste, s/n, Jardim das Rosas, Ibirité/MG, CEP 30140-080;

DIVANDALMY FERREIRA MAIA, OAB/SE 432-B, CPF 482.090.234-20; **JANAYNA MAGALHÃES ASSUNÇÃO DE MENDONÇA**, OAB/PE 801-B, CPF 888.081.224-68; **KARLA TRIGUEIRO DA SILVA TEIXEIRA**, OAB/PE 21.425-D e OAB/PB 21.425-A, CPF 036.074.594-60; **MARIA ANDRADE DE GODOY PEIXOTO**, OAB/PE 24597-D, CPF 046.297.914-85; **RUBÊNIA MEDEIROS DE OLIVEIRA**, OAB/PE 43632 E OAB/PB 19552, CPF 011.970.064-60 e **TACIANA MATIAS BRAZ DE ALMEIDA**, OAB/PE 21.487-D e OAB/PB 21.487-A, CPF 009.074.504-31; todos brasileiros e com escritório situado na Rodovia PE 60, Km 10, Refinaria Abreu e Lima, Suape, Ipojuca/PE, CEP 55.590-000;

RENATO BRAZ ESCANDIAN, OAB/ES 12.539, CPF 071.362.377-26; e **SILVIA VIEIRA SAROA DA SILVA ESCANDIAN**, OAB/ES 18.306, CPF 038.884.726-36; todos brasileiros e com escritório situado na Rodovia Artur Pinto Santana, Km 4, Fazenda Monsarás, Degredo, Linhares/ES, CEP 29900-000;

ADILSON RANGEL TAVARES JÚNIOR, OAB/RJ 139.004, CPF 077.608.617-02; **ALDENISE BARRETO DE ALBUQUERQUE SILVA**, OAB/RJ 1.678-B, CPF 317.432.854-34; **EMERSON MARTINS DOS SANTOS**, OAB/RJ 198.378, CPF 909.172.436-68; **ÉRIKA PEREIRA DA SILVA NEGREIROS DE FREITAS**, OAB/RJ 91.263, CPF 034.031.327-73; **FELIPE SIQUEIRA DE CARVALHO**, OAB/RJ 116.483, CPF 080.372.587-69; **GILIAN GABRIEL DA ROCHA PAIXÃO FONTES**, OAB/RJ 115.140, CPF 082.573.687-09; **JORGE LUIZ LOURENÇO DAS FLORES**, OAB/RJ 79.287, CPF 877.351.137-49; **JOSÉ EDUARDO PESSANHA DA SILVA**, OAB/RJ 79.163, CPF 897.210.717-49; **JULIANA CARDOSO GUIMARÃES**, OAB/RJ 159.379, CPF 120.092.797-43; **MARCOS ROSA ALVES**, OAB/RJ 150.900, CPF 089.424.027-71; **PRICILA APICELO LIMA**, OAB/RJ 148.259, CPF 103.376.597-02; **RENATA GOMES FERREIRA**, OAB/RJ 150.281, CPF 044.640.896-40; **ROGÉRIO PEIXOTO FERREIRA**, OAB/RJ 135.893, CPF 055.710.367-37; **SUSANA TAVARES DE SÁ VIANA**, OAB/RJ 104.933, CPF 078.709.467-61; e **WANDERLEY CALAZAN ALVARENGA**, OAB/RJ 116.020, CPF 958.330.807-20; todos brasileiros e com escritório situado na Avenida Elias Agostinho nº 665, Imbetiba, Macaé-RJ, CEP 27913-350;

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 40 DO

ANDRÉ FÁBIO PEREIRA GURGEL, OAB/RN 5.415, CPF 007.888.024-61; **ANGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO**, OAB/CE 26766, OAB/AM A1.192, CPF 018.260.213-37; **CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA**, OAB/AM 12.893, CPF 785.152.465-20; **GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES**, OAB/AM 5.150, CPF 519.022.492-91; **PEDRO LUCAS LINDOSO**, OAB/DF 4.543 e OAB/AM A496, CPF 066.874.581-91; **RAIMUNDO RAFAEL DE QUEIROZ NETO**, OAB/AM 1.724, CPF 161.326.022-91; **RODRIGO DA SILVA PINHEIRO**, OAB/AM 8.987, CPF 904.236.742-34; todos brasileiros e com escritório na Avenida Darcy Vargas nº 645, Parque 10 de Novembro, Manaus/AM, CEP 69055-035;

SANDRA CÉLIA MARIA DE OLIVEIRA, OAB/SP 73.449, CPF 055.384.878-06; brasileira e com escritório na RECAP, Avenida Alberto Soares Sampaio nº 2.122-A, Capuava, Mauá/SP, CEP 09380-904;

TARCISIO COLARES NOGUEIRA JÚNIOR, OAB/CE 18.297 e OAB/RN 804-A, CPF 926.688.283-68; e **THAIS DE FATIMA SOUSA ARAUJO**, OAB/RN 11.937-B, CPF 072.821.084-39, todos brasileiros e com escritório na Rodovia BR-304, Avenida do Contorno s/n, Km 46, Alto do Sumaré, Mossoró/RN, CEP-59.633-900;

BRENO AYRES DE OLIVEIRA LIMA, OAB/RN 8.079, 054.273.884-86; **CARLOS ANTONIO FRANÇA JUNIOR**, OAB/RN 8941, CPF 053.322.864-65; **EGAS MALTA BRANDÃO**, OAB/RN 15.560-B, CPF 240.701.494-49; **ELENO ALBERTO DA SILVA**, OAB/RN 15.268-B, CPF 060.899.744-71; **EMERSON ALEXANDRE BORBA VILAR**, OAB/AL 16.468-A, OAB/CE 15.279-A e OAB/RN 4.677-B, CPF 884.937.504-25; **FELIPE CALDAS SIMONETTI**, OAB/RN 5.688, CPF 032.272.754-57; **HÉBER DE OLIVEIRA PELÁGIO**, OAB/RN 4.032, CPF 023.989.104-07; **HELENA TELINO MONTEIRO**, OAB/RN 6.572-B, CPF 012.855.174-74; **JOSÉ LUCIANO DA SILVA**, OAB/RN 4.829, CPF 030.544.084-50; **KELLCILENE CABRAL DE PAULA**, OAB 5571-RN, CPF 031.419.944-63; **MARIA CONSUELO BORBA SOUTO MAIOR**, OAB/RN 6.455-B, CPF 008.371.874-51; **MICHELLE GONCALVES EVARISTO ROCHA**, OAB/RN 5.615, CPF 009.971.164-80; **RICARDO DA SILVA GAMA**, OAB/PR 31.181, CPF 023.277.399-85; **ROSE CRISTINA BARBOSA DE FREITAS**, OAB/RN 5.951, CPF 011.505.384-06 e **VILIANNE SILVA TEIXEIRA DUARTE BORGES**, OAB/RN 5.758, CPF 010.220.264-88; todos brasileiros e com escritório na Avenida Eusébio Rocha nº 1.000, Cidade da Esperança, Natal/RN, CEP 59.070-900;

JORGE EDMUNDO CARPEGIANI DA SILVA JUNIOR, OAB/SP 225.730, CPF 221.155.398-26; **LUIS ALEXANDRE REIS CALDEIRA**, OAB/SP 200.094-B, CPF 278.476.428-16; **MIGUEL BAKMAM XAVIER JÚNIOR**, OAB/SP 236.896, CPF 268.180.878-25 e **WENDELL DAHER DAIBES**, OAB/SP 301.789, CPF 004.131.796-30; todos brasileiros e com escritório na REPLAN, Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP 332), Km 132, Paulínia/SP, CEP 13147-900;

ANDRÉIA CALHEIROS NOBRE DE SANTA RITA, OAB/AL 7.328, CPF 007.784.694-09; **DANIELE DOMINGUES LIMA E SILVA**, OAB/AL 7.286, CPF 013.242.944-69; **EDSON PEDROSA DE OLIVEIRA CAVALCANTE PESSOA**, OAB/AL 7.213, CPF 022.265.224-17; **JORGE LUIZ TENÓRIO DE CARVALHO**, OAB/AL 7.167, CPF 009.749.984-60 e **LUDMILA DE MENDONÇA CERQUEIRA MARTINS FONTES CAVALCANTE**, OAB/AL 7.457, CPF 041.972.864-30; todos brasileiros e com escritório situado na Fazenda Lamarão, s/nº, acesso km 266, BR 316, Zona Rural, Pilar/AL, CEP 57150-000;

ADRIANA DE OLIVEIRA VARELLA MOLINA, OAB/RJ 117.522, CPF 039.092.088-60; **ALESSANDRA DESLANDES FOGIATO**, OAB/PR 38.938, CPF 034.906.479-20; **ALESSANDRA ROLLER**, OAB/RJ 135.704, CPF 168.947.658-39; **ALEX AZEVEDO MESSEDER**, OAB/RJ 119.233, CPF 075.599.657-76; **ALEXANDER BAPTISTA CORREIA**, OAB/RJ 102.465, CPF 069.807.987-66; **ALEXANDRE ELIAHOU ANDRADE DANCOUR**, OAB/RJ 126.187, CPF 053.992.817-83; **ALEXANDRE LUIS BRAGANÇA PENTEADO**, OAB/RJ 88.979, CPF 958.704.667-68; **ALEXANDRE ROSA BOTELHO**, OAB/RJ 206.795 e OAB/SP 206.529, CPF nº 143.798.188-70; **ALEXANDRE CESAR POLIDO**, OAB/RJ 144.746, CPF 079.212.167-81; **ALEXANDRE YUKITO MORE**, OAB/DF 22.742, CPF 697.073.401-34; **ALEXSANDRA ENES DE ARAUJO LEBRE**, OAB/RJ 147.565, CPF 511.805.372-20; **AMANDA CESAR LIMA**, OAB/RJ 173.879, CPF 056.086.287-30; **ANA CAROLINA MELLO PEREIRA DA SILVA DE PAULA**, OAB/RJ 148.786, CPF 098.667.857-00; **ANA PAULA CARNEIRO PONTES FERNANDES**, OAB/RJ 105.384, CPF 077.184.377-10; **ANNA PAULA DE JESUS REIS**, OAB/RJ 181.744, CPF 080.011.447-71; **ANDRE BAPTISTA PEREIRA**, OAB/RJ 171.245, CPF 108.393.947-56; **ANDRÉ LUIZ FALCÃO TANABE**, OAB/RJ 95.452, CPF 026.000.047-77; **ANDRÉA ABRAHÃO DA SILVA**, OAB/RJ 136.110, CPF 090.302.617-14; **ANDREA ALMEIDA SOARES**, OAB/SP 213.367, CPF 293.518.178-65; **ANGELO DA SILVA OLIVEIRA**, OAB/RJ 223.193, CPF 124.311.397-94; **ANTONIO CARLOS MOTTA LINS**, OAB/RJ 55.070, CPF 595.233.107-63; **ANTONIO ALVES RIBEIRO DA COSTA**, OAB/RJ 141.853, CPF 055.182.057-83; **ANTÔNIO JOSÉ SIQUEIRA DE SANTANA**, OAB/SE 5.823, CPF 002.889.465-02; **ARTHUR DE OLIVEIRA BENTO**, OAB/RJ 151.048, CPF 104.700.357-06; **AUTA ALVES CARDOSO**, OAB/SP 83.559, CPF 074.879.528-60; **BEATRIZ DE ANDRADE MAGALHÃES**, OAB/RJ 148.363, CPF 102.465.537-74; **BEATRIZ LOPES FÉLIX SOARES**, OAB/RJ 175.082 CPF 124.173.617-01; **BERNARDO SOARES BARROS**, OAB/RJ 100.676, CPF 074.176.027-18; **BRAULIO LICY GOMES DE MELLO**, OAB/RJ 117.450, CPF 081.292.417-73; **BRUNA NASCIMENTO**, OAB/RJ 126.701, CPF 082.806.077-06; **BRUNO CARNEIRO LOUZADA BERNARDO**, OAB/RJ 222.395 e OAB/ES 16.931, CPF 081.544.777-93; **CAMILA DE AZEREDO QUINTÃO**, OAB/RJ 135.508, CPF 082.382.257-52; **CAMILA DE SOUZA SILVA MENDONÇA**, OAB/RJ 165.632, CPF 118.525.307-66; **CARINA NOGUEIRA DE HOLLANDA CAJAZEIRA**, OAB/RJ 158.550, CPF 104.097.167-90; **CARLOS RAFAEL DE LIMA MACEDO**, OAB/RJ 133.206, CPF 055.578.677-32; **CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE**, OAB/RJ 25.044, CPF 297.810.517-87; **CARLOS AUGUSTO FRAZAO DE AZEVEDO**, OAB/RJ Nº 53.795, CPF 905.568.877-00; **CAROLINA BASTOS LIMA BRUM**, OAB/RJ 135.073, CPF 074.740.607-36; **CAROLINA BEATRIZ ELOY DA MOTTA**, OAB/RJ 126.538, CPF 086.652.427-40; **CHRISTIANO RIBEIRO GORDIANO DE OLIVEIRA**, OAB/RJ 116.812, CPF 073.949.317-57; **CÍNTIA MARIA FRUTUOSO RAFAEL FIGUEIREDO**, OAB/RJ 123.805, CPF 084.336.867-55; **CLARISSA TELLES MOURA LOUBACK**, OAB/RJ 156.130, CPF 113.449.047-00; **CRISTINA MAIA DE MELLO PORTO**, OAB/RJ 118.205, CPF 394.609.162-87; **DANIEL CABRAL GRUENBAUM**, OAB/RJ 183.794, CPF 087.095.757-07; **DANIEL MARINHO DE OLIVEIRA**, OAB/RJ 113.745, CPF 082.431.867-60; **DANIEL SOBRAL TAVARES**, OAB/RJ 130.762, CPF 082.566.357-11; **DANIELE CARESTIATO DANIEL BRAUER**, OAB/RJ 111.427, CPF 073.753.787-62; **DANIELLE GAMA BESSA BITES**, OAB/RJ 115.408, CPF 073.223.327-50; **DAVID COHEN**, OAB/RJ 134.706, CPF 090.666.427-69; **DÉBORA CHAVES GOMES**, OAB/RJ 119.301, CPF 082.338.397-01; **DESIREÉ MARQUES SOBRAL SILVESTRE**, OAB/SE 4.795, CPF 014.962.115-96; **DIEGO BORGES COSTA**, OAB/RJ 151.675, CPF 063.106.076-69; **DIOGO JORGE FAVACHO DOS SANTOS**, OAB/RJ 114.256, CPF 082.526.857-57; **DIONITO DA SILVA MACHADO JUNIOR**, OAB/RJ 130.986, CPF 052.682.947-84; **EDUARDO VALIANTE DE REZENDE**, OAB/RJ 114.485, CPF 028.374.277-13; **ELISABETE BARBOSA RUBERTO**, OAB/RJ 169.700, CPF 116.635.437-71; **ELISABETE BARBOSA RUBERTO**, OAB/RJ 169.700, CPF 116.635.437-71; **ELIZABETH CORREA PADILHA COELHO**, OAB/RJ 60.909, CPF 768.615.117-49; **ERIC OLIVEIRA GUARANÁ**, OAB/RJ 79.192, CPF 012.246.087-12; **EZEQUIEL BALFOUR LEVY**, OAB/RJ 60.574, CPF 704.689.407-82; **FABIANI OLIVEIRA DE MEDEIROS**, OAB/RJ 120.748, CPF 052.768.687-51; **FABIO MACHADO GRILO**, OAB/ES 14.100, CPF 101.999.287-54; **FÁBIO LUIZ DA SILVA MENDES**, OAB/RJ 144.500, CPF 257.711.638-13; **FÁBIO RIBEIRO DA SILVA**, OAB/SP 196.455, CPF 214.672.358-06; **FABRÍCIO POVOLERI MANES**, OAB/RJ 119.812, CPF 042.527.686-40; **FELIPE CAMARA MOREIRA**, OAB/RJ 225.567, CPF 073.170.136-41; **FELIPE GOI JACOB**, OAB/RJ 208.540, CPF 110.495.927-51; **FERNANDA BATISTA DE CARVALHO**, OAB/RJ 149.860, CPF 105.827.637-97; **FERNANDA RIVOLI OLIVEIRA**, OAB/RJ 184.622, CPF 139.471.137-90; **FERNANDO AUGUSTO WERNECK RAMOS**, OAB/RJ 62.562, CPF 924.871.817-53; **FERNANDO LOURENÇO DE SOUZA**, OAB/RJ 126.742, CPF 043.055.657-81; **FERNANDO MIGUEL DE SÁ CARVALHO**, OAB/RJ 208.065, CPF 090.797.747-23; **FRANCISCO ACIOLI GARCIA**, OAB/RJ 201.395, CPF 143.018.397-71; **FREDERICO WINTER**, OAB/RJ 157.566, CPF 105.179.177-42; **GILMAR CARVALHO PEREIRA JUNIOR**, OAB/RJ 147.152, CPF 106.657.807-96; **GISLANE NADYA COSTA SANTOS DUARTE**, OAB/RJ 184.556, CPF 823.541.115-68; **GUILHERME ARAÚJO DRAGO**, OAB/RJ 152.292, CPF 088.666.127-74; **GUILHERME CARNEIRO LEÃO FARIAS**, OAB/RJ 178.300, CPF 110.298.217-20; **GUILHERME DIEGUES MONTEIRO**, OAB/RJ 155.747, CPF 014.512.687-00; **GUILHERME LUIS QUARESMA BATISTA SANTOS**, OAB/RJ 119.620, CPF 085.073.357-05; **GUILHERME VILLELA PIGNATARO**, OAB/RJ 149.765, CPF 104.080.517-52; **GUSTAVO DUPIN MELO**, OAB/MG 132.809, CPF 082.519.386-94; **GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA MARQUES**, OAB/RJ 122.044, CPF 052.949.937-16; **INGRID PALMA SANTOS**, OAB/RJ 146.122, CPF 801.564.525-53; **ISABEL DE SOUZA GOMES**, OAB/RJ 116.331, CPF 938.467.467-20; **ISABELA SOARES FERREIRA**, OAB/RJ 163.554, CPF 118.420.197-83; **JAYME FABBRI TOLEDO**, OAB/RJ 189.825, CPF 057.575.307-23; **JOANA CHEIBUB FIGUEIREDO**, OAB/RJ 130.769, CPF 092.063.467-25; **JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVEIRA**, OAB/RJ 67.701, CPF 642.112.157-87; **JOÃO DE CAMPOS GOMES**, OAB/RJ 64.984, CPF 786.618.547-68; **JOÃO PAULO CURSINO PINTO DOS SANTOS**, OAB/RJ 139.572, CPF 045.293.177-06; **JOSÉ EDUARDO LAZARY TEIXEIRA**, OAB/RJ 069.126, CPF 595.735.707-34; **JUASSARA MARTINS PIMENTEL**, OAB/RJ 206.402, CPF 010.871.163-33; **JULIANA ASSIS SANTOS**, OAB/RJ 148.082, CPF 103.304.927-13; **JULIANA CARVALHO TOSTES NUNES**, OAB/RJ 131.998, CPF 018.841.147-09; **JULY DE ALMEIDA MELLO**, OAB/RJ 184.073, CPF 133.992.037-99; **LAURA GOMES MONTEIRO PINHEIRO**, OAB/RJ 202.833, CPF 091.122.807-12; **LEANDRO MACHADO DE CASTRO**, OAB/RJ 198.786, CPF 226.813.518-71; **LEONAN CALDERARO FILHO**, OAB/RJ 64.823, CPF 444.365.057-15; **LEONARDO CHEVRAND DE MIRANDA E SILVA**, OAB/RJ 103.506, CPF 073.254.387-88; **LEONARDO GARCIA BITES**, OAB/RJ 173.049, CPF 029.969.226-46; **LEONARDO NUNES DA CUNHA FILHO**, OAB/MS 5.412, CPF 068.839.858-83; **LEONARDO JOSE BEZERRA DE SOUZA**, OAB/RJ 138.533, CPF 014.508.537-65; **LILLIAN MARA PADUAN SANTOS**, OAB/PR 42.515, CPF 048.595.509-19; **LÍVIA DE AZEVEDO BRAVO MENEZES OLIVEIRA**, OAB/RJ 126.691, CPF 053.257.937-21; **LUCAS CAPARELLI GUIMARÃES PINTO CORREIA**, OAB/SP 419.259, CPF 027.839.051-08; **LUCAS COSTA RIBEIRO**, OAB/RJ 202.565, CPF 113.999.187-61; **LUCIANA CHAMUSCA FERREIRA GUERRA**, OAB/BA 19.720, CPF 792.690.875-49; **LUCIANA MOTTA CARNEIRO GONDIM**, OAB/RJ 148.123, CPF 105.827.637-97; **LUIGI BRUNO DE LIMA AVALONE RAMALHO**, OAB/RJ 125.916, CPF 054.115.497-44; **LUIZ EDUARDO COELHO WEAVER**, OAB/RJ 30.179, CPF 592.397.867-91; **MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO**, OAB/RJ 104.575, CPF 074.605.167-08; **MARCELO NEGRÃO DEBENEDITO SILVA**, OAB/RJ 115.456, CPF 081.305.027-80; **MARCELO PALLADINO MACHADO VIEIRA**, OAB/RJ 118.176, CPF 079.987.287-36; **MARCIA REGINA DOS SANTOS**, OAB/RJ 125.995, CPF 044.515.637-94; **MÁRCIO LUIZ GOMES NUNES**, OAB/RJ 112.199, CPF 071.816.347-80; **MARCIO MARTINS MUNIZ RODRIGUES**, OAB/RJ 205.276, CPF

MINISTÉRIO PÚBLICO FL 41 RJ

103.693.327-09; **MARCO ANTONIO BAZHUNI**, OAB/RJ 37.062, CPF 678.306.097-72; **MARCO NERY FALBO**, OAB/RJ 215.178, OAB/SP 284.986, CPF 770.120.707-49; **MARCOS ANTONIO MARQUES MACHADO**, OAB/RJ 121.538, CPF 083.059.627-50; **MARCOS VINICIO RODRIGUES LIMA**, OAB/RJ 51.840, CPF 741.502.607-10; **MARIA CLAUDIA DE ANDRADE OLIVEIRA ROCHA**, OAB/RN 7.455, CPF 013.125.284-43; **MARGARETH MICHELS BILHALVA**, OAB/RJ 171.623, CPF 675.338.920-20; **MARIA CAROLINA GOMES PEREIRA VILAS BOAS**, OAB/RJ 1176B, CPF 436723296-49; **MARIA EDUARDA MUREB SOBRINO PORTO**, OAB/RJ 205.139, CPF 147.457.267-75; **MARIA LUISA MARQUES MOREIRA**, OAB/RJ 143.490, CPF 106.977.987-39; **MARIA PEREZ DE BARROS PEREIRA**, OAB/RJ 129.972, CPF 185.004.768-50; **MARIANA FLORÊNCIO DA ROCHA LINS**, OAB/AL 5943, OAB/RJ 212.558, CPF 022.995.754-48; **MARIANA KAIUCA AQUIM**, OAB/RJ 120.590, CPF 082.226.117-04; **MARISA SANFORD SILVEIRA**, OAB/CE 15.528, CPF 424.977.103-25; **MARIO RODRIGO ZAED**, OAB/RJ 125.243, CPF 083.067.987-16; **MARTA MARIA LEITE DE CASTRO VIANNA**, OAB/RJ 68.915, CPF 054.150.587-4; **MILENI BRITTO DE OLIVEIRA MOTTA GOMES**, OAB/RJ 145.503, CPF 070.997.147-83; **MICAELA DOMINGUEZ DUTRA**, OAB/RJ 121.248, CPF 086.221.437-83; **MICHELLE ALCANTARA DOS SANTOS**, OAB/RJ 134.275, CPF 090.386.277-85; **MICHELLE TAVEIRA MENDES DE VASCONCELLOS**, OAB/RJ 110.128, CPF 771.882.331-87; **MIRIAM CLAUDIA JUNQUEIRA DE SOUZA**, OAB/RJ 59.085, CPF 531.289.749-34; **NATÁLIA COPOLA DIAS**, OAB/RJ 186.507, CPF 121.625.557-19; **NATHALIA MESQUITA CEIA**, OAB/RJ 113.024, CPF 079.822.227-14; **PAULA LINHARES KARAM**, OAB/RJ 140.755, CPF 094.641.607-99; **PATRICIA FRANCO BONFADINI MENDES**, OAB/RJ 152.991, CPF 109.540.537-37; **PAULA TORRES RAPOSO ROLIM DE MINTO**, OAB/RJ 121.710, CPF 084.170.797-93; **PAULA DA CUNHA WESTMANN**, OAB/SP 228.918, CPF 219.916.518-30; **PAULO CÉSAR CABRAL FILHO**, OAB/RJ 61.746, CPF 766.276.677-20; **PEDRO ANTONIO ADORNO BANDEIRA ASSUMPÇÃO**, OAB/RJ 185.756, CPF 032.437.361-96; **PEDRO HUGO DANTAS DE OLIVEIRA SOUZA**, OAB/RJ 182.871, CPF 136.514.187-07; **RAFAEL CARLO INDIO E BARTIJOTTO**, OAB/RJ 108.182, CPF 074.312.477-45; **RAFAEL DANGELO MACHADO**, OAB/RJ 216.266, CPF 086.750.857-45; **RAFAEL HENRIQUE ALMEIDA FONTES**, OAB/MG 155.616, CPF 111.876.926-03; **RAFAEL LUCAS ARAÚJO**, OAB/RJ 130.270, CPF 052.384.747-50; **RAFAEL PEREIRA DE SOUSA**, OAB/RJ 157.806, CPF 105.604.097-10; **RAFAEL SOUTO MONTEAGUDO**, OAB/RJ 142.497, CPF 096.163.827-30; **RAFAEL ZIMMERMANN SANTANA**, OAB/RJ 154.238, CPF 107.120.807-16; **RAFHAELA GUIMARÃES ALMEIDA SANTOS**, OAB/RJ 144.393, CPF 044.325.666-71; **RAUL MARCOS KUSDRA**, OAB/RJ 1.292-B, CPF 531.289.749-34; **RAPHAELA CRISTINA NASCIMENTO PERINI RODRIGUES**, OAB/RJ 129.398, CPF 089.431.117-46; **REBECA DE SOUZA**, OAB/RJ 120229, CPF 084.996.457-12; **RENATO GOMES FABIANO ALVES**, OAB/RJ 152.675, CPF 105.989.737-70; **RICARDO BEVILACQUA DA MATTA PEREIRA DE VASCONCELLOS**, OAB/RJ 166.418, CPF 099.108.807-76; **RICARDO MACHADO COSTA**, OAB/RJ 163.442, CPF 099.102.597-97; **RODRIGO LESSA VIEIRA**, OAB/RJ 148.550, CPF 053.830.037-03; **RODRIGO TAVARES DE SALLES**, OAB/RJ 114.166, CPF 083.234.897-00; **RÔMULO DE AMORIM GALVÃO**, OAB/PE 26.057, OAB/BA 28756, CPF 027.932.564-98; **SERGIO BARREIRA BELERIQUE**, OAB/RJ 63.114, CPF 854.206.977-34; **SÉRGIO DE AQUINO VIDAL GOMES**, OAB/RJ 27.933, CPF 566.374.897-00, **SÉRGIO PAULO VIEIRA VILLAÇA JÚNIOR**, OAB/RJ 91.219, CPF 016.802.567-18; **VAGNER SILVA DOS SANTOS**, OAB/RJ 122.659, CPF 084.184.127-63; **TAISE ARRAIS BARROSO**, OAB/RJ 195.959, CPF 130.505.187-40; **TÁSSIA TURANO TORRES**, OAB/RJ 167.787, CPF 122.721.537-12; **THAISE GENUÍNO DE SOUZA**, OAB/RJ 166.019, CPF 104.647.917-23; **THIAGO OLIVEIRA DE FARIAS**, OAB/RJ 162.875, CPF 112.935.907-70; **TIAGO LEMOS DE OLIVEIRA**, OAB/RJ 131.803, CPF 092.846.867-41; **UILTON DOS SANTOS SALVADOR**, OAB/RJ 135.080, CPF 784.677.305-88; **VAGNER SILVA DOS SANTOS**, OAB/RJ 122.659, CPF 084.184.127-63; **VICTOR MESQUITA GOMES**, OAB/RJ 180.167, CPF 029.774.631-60; **VICTOR SOARES DA SILVA CEREJA**, OAB/RJ 168.314, CPF 116.904.607-09 e **VITOR THOME EL HADER**, OAB/RJ 103.466, CPF 076.387.237-75; todos brasileiros e com escritório na Avenida República do Chile nº 65, 20º/21º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-912;

ADRIANA SEIJO DE SÁ FONSECA GUSMÃO, OAB/BA 20.557, CPF 830.340.135-15; **ADRIANO DE AMORIM ALVES**, OAB/BA 17.947, CPF 944.062.435-34; **ALEXANDRE DE SOUZA ARAÚJO**, OAB/BA 20.660, CPF 805.360.345-91; **AMARILDO DE MOURA ROCHA**, OAB/BA 8.722, CPF 291.332.205-06; **CAMILLA ALVES BRITTO**, OAB/BA 25.845, CPF 019.578.585-16;**ARAIANA MASCARENHAS BALEEIRO MONTEIRO**, OAB/BA 21.334, CPF 833.383.655-00, **CARLOS EDUARDO CARDOSO DUARTE**, OAB/BA 15.613, CPF 909.168.325-20; **CAROLINA LIMA DE CAMPOS**, OAB/BA 13.996, CPF 575.873.025-49; **ELAINE LAGO DOS SANTOS**, OAB/BA 29.200, CPF 018.354.655-52; **FRANCISCO DONIZETI DA SILVA JUNIOR**, OAB/BA 33.970, CPF 059.675.164-84e; **IGOR BARROS PENALVA**, OAB/BA 18.389, CPF 793.793.035-72; **JOÃO ALVES DO AMARAL**, OAB/BA 5.869, CPF 062.288.524-34; **JOÃO MARIA PEGADO DE MEDEIROS**, OAB/BA 26.547, CPF 009.321.424-35; **JOICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA**, OAB/BA 9.110, CPF 287.738.885-91; **JOSÉ MELCHÍADES COSTA DA SILVA**, OAB/BA 7.147, CPF 196.684.065-91; **JÚLIA MAGALHÃES SANTIAGO**, OAB/BA 21.247, CPF 812.396.045-53; **KARINA DUSSE**, OAB/BA 31.189, CPF 019.416.355-55; **LUCAS COSTA MOREIRA**, OAB/BA 31.274, CPF 018.791.685-37; **LUCAS MIGUEZ TORRES**, OAB/BA 27.052, CPF 016.658.915-21; **LUCIANA SOUSA VISCO**, OAB/BA 21.287, CPF 778.119.095-53; **LUIZA MARIA GARCEZ BASTOS BRITO**, OAB/BA 25026, CPF 013.430.185-44; **MARCELA PEIXOTO FRANÇA PEREIRA**, OAB/BA 25095, CPF 013.485.025-41; **NINA ROSA DE SOUZA AQUINO**, OAB/BA 33.244, CPF 020.171.635-62; **RENATA CALDAS DE MACEDO**, OAB/BA 22.389, CPF 010.752.025-74; **RENATA PROTÁSIO DE SOUZA DAMASCENO**, OAB/BA 21.808, CPF 824.747.965-68; **ROBERTA BARRETO SODRÉ LEAL**, OAB/BA 24.549, CPF 838.170.265-87; **TARSIS SILVA DE CERQUEIRA**, OAB/BA 24434, CPF 010.167.945-92; **THÁRCIO FERNANDO SOUZA BRITO**, OAB/BA 9.326, CPF 350.043.125-91; e **VICTOR GUTENBERG NOLLA**, OAB/CE 6.055, CPF 746.161.537-87; todos brasileiros e com escritório na Avenida Antônio Carlos Magalhães nº 1.113, Salvador/BA, CEP 41830-900;

ANA CAROLINA NUNES ALBUQUERQUE, OAB/SP 300.189, CPF 329.526.298-54; **ANDRÉ CAPELAZO FERNANDES**, OAB/SP 237.958, CPF 224.506.668-50; **ARTHUR MIGUEL FERREIRA LAWAND**, OAB/SP 212.895, CPF 216.935.748-37; **CEZAR RODRIGO DE MATOS LOPES**, OAB/SP 202.060, CPF 278.630.028-26; **CLAUDIANA SOUZA DE SIQUEIRA MELO**, OAB/SP 299.381, CPF 303.053.298-47; **DANIEL CHAGURI DE OLIVEIRA**, OAB/SP 190.170, CPF 258.654.078-64; **DANIEL GONÇALVES TEIXEIRA**, OAB/SP 228.560, CPF 221.722.718-10; **EDUARDO DE ARAUJO PEREIRA GOMES**, OAB/SP 210.779, CPF 260.909.738-74; **ÉRICO DE ALMEIDA CONSOLE SIMÕES**, OAB/SP 237.511, CPF 261.214.548-65; **ERIKA QUINTAS RODRIGUES**, OAB/SP 201.925, CPF 285.610.858-00; **FERNANDO VIGNERON VILLAÇA**, OAB/SP 110.136, CPF 115.630.808-93; **GUSTAVO PERES SALA**, OAB/SP 156.502, CPF 248.339.698-40; **ISIS QUINTAS CONSOLE SIMÕES**, OAB/SP 225.716, CPF 299.735.008-57; **JOÃO SAMPAIO MEIRELLES JÚNIOR**, OAB/SP 99.947, CPF 065.648.318-03; **JOSÉ BENEDITO CARPINTER DE ABREU E SILVA FILHO**, OAB/SP 185.262, CPF 183.789.588-09; **JULIA ZENUN JUNQUEIRA MIYAMURA**, OAB/SP 222.318, CPF 219.356.048-05; **JHEIFER GOMES DA SILVA**, OAB/SP 335.635, CPF 323.047.028-13; **KAROLINA PRAEIRO NELLI SIMÕES**, OAB/SP 299.321, CPF 221.667.168-14; **LILIAN KILL DAMY CASTRO**, OAB/SP 190.984, CPF 281.563.428-79; **LILIANE AZEVEDO ALCANTARA SEABRA**, OAB/SP 320.605, CPF 010.097.914-94; **LUCIANA PAPAPHILIPPAKIS**, OAB/SP 292.927, CPF 333.355.128-47; **LUIZ CELSO RODRIGUES MADUREIRA**, OAB/SP 233.895, CPF 219.683.998-10; **MAGALI SAVOLDI**, OAB/RS 78.331, CPF 017.207.519-00; **MARALICE MORAES COELHO**, OAB/SP 130.722, CPF 029.556.208-07; **MARCO AURÉLIO DA CRUZ FALCI**, OAB/SP 90.104-B, CPF 445.544.006-20; **MARILIA ALVES BRANDILEONE**, OAB/SP 101.397, CPF 147.283.728-20; **PAULA JUNIE NAGAI**, OAB/SP 218.006, CPF 284.019.668-92; **OSMIR PIRES COUTO JUNIOR**, OAB/SP 245.238, CPF 300.220.958-96; **RICARDO DE VASCONCELOS**, OAB/SP 220.962, CPF 222.784.058-70; **RODRIGO DE CAMPOS LAZARI**, OAB 209.372/SP, CPF 276.791.908-60; **ROSSANA DE ARAÚJO ROCHA**, OAB/SP 190.534, CPF 019.110.734-43; **SERGIO DA SILVA FALECO**, OAB/SP 161.314, CPF 245.575.068-01; **SILVIA ROXO BARJA FALCI**, OAB/SP 183.959, CPF 158.975.178-78; **THIAGO SINIGOI SEABRA**, OAB/SP 208.710, CPF 292.043.088-26 e **VIVIANE ZAMPIERI DE LEMOS BATTISTINI**, OAB/SP 202.690, CPF 259.872.738-03; todos brasileiros e com escritório na Rua Marquês de Herval nº 90, 16º andar, Edifício Valongo, Santos/SP, CEP 11010-310;

CECÍLIA FRANCO SISTERNAS FIORENZO DO NASCIMENTO, OAB/SP 184.531, CPF 268.258.878-66; **DANIEL LANZILLOTTI PAIVA DA CUNHA**, OAB/SP 376.427, CPF 055.578.707-92; **DANIELLE JANNUZZI MARTON PODDIS**, OAB/SP 186.669, CPF 285.815.228-40; **DANILO IAK DEDIM**, OAB/SP 279.469, CPF 323.330.228-25; **MARTINHO ALVES DOS SANTOS JUNIOR**, OAB/SP 196.587, CPF 273.273.348-23 e **MURILO MOURA DE MELLO E SILVA**, OAB/SP 208.577, CPF 454.263.842-15; todos brasileiros e com escritório na REVAP, Rodovia Presidente Dutra, km 143, Jardim Diamante, São José dos Campos/SP, CEP 12220-840;

JULIANO GEMELLI, OAB/PR 41.935, CPF 032.862.709-70, brasileiro e com escritório na Rodovia do Xisto, BR-476, km 143, São Mateus do Sul/PR, CEP 83900-000;

CAMILA CINTRA BACCARO MANSUTTI, OAB/SP 246.636, CPF 310.622.168-22; **CAREM FARIAS NETTO MOTTA**, OAB/SP 208.338, CPF 216.043.928-27; **FABIANA COUTINHO GRANDE**, OAB/RJ 134.291 e OAB/SP 437.255, CPF 897.377.411-53; **GRACE SALOMÃO DE PINHO**, OAB/RJ 1.645, CPF 899.241.426-91; **LIVIA CARNEIRO CARVALHO VASCONCELLOS**, OAB/SP 369.827, CPF 095.190.077-33; **LUIS GUSTAVO VINCENZI SILVEIRA**, OAB/SP 211.252, CPF 220.820.808-03; **MAIRA SILVIA DUARTE PEIXOTO**, OAB/SP 82.593, CPF 082.091.588-21 e **VICTOR CALDAS FERREIRA DE CARVALHO**, OAB/SP 210.601, CPF 275.271.098-40; todos brasileiros e com escritório na Rua Augusta nº 1.168, 8º e 9º andares, Consolação, São Paulo/SP, CEP 01304-001;

JAIRO MARTINS FERREIRA, OAB/ES 16.073, CPF 116.078.737-96; brasileiro e com escritório situado na Rodovia BR-101 Norte, Km 67,5, Bairro Ribeirão, Sao Mateus/ES, CEP 29930-000;

PETROBRAS

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 42
RJ

ANANGELICA FADLALAH BERNARDO CÂMARA, OAB/ES 14.257, CPF 079.893.807-22; **ARIELA RODRIGUES LOUREIRO**, OAB/ES 12.224, CPF 090.905.057-09; **CARLOS CASTRO CABRAL DE MACEDO**, OAB/ES 11.991, CPF 009.589.197-80; **DANIELLE BORGES DE ABREU**, OAB/ES 11.832, CPF 090.171.287-63; **LEANDRO ELOY SOUSA**, OAB/ES 13.463, CPF 105.890.087-06; **MARCELA FERNANDO DUARTE LUCAS**, OAB/ES 9.854, CPF 076.727.357-56; **MARCELA FRANZOTTI MIRANDA GARCIA**, OAB/ES 14.937, CPF 101.961.787-03; **RAABE MENDONÇA BRAGANÇA**, OAB/ES 10.368, CPF 078.455.877-96; **RAFAEL AGRELLO**, OAB/ES 14.361, CPF 019.930.337-18; **RUBENS DREWS MOREIRA**, OAB/ES 14.094, CPF 101.999.177-10; **SOFIA VAREJÃO FILGUEIRAS EGGER**, OAB/ES 9.754, CPF 080.606.337-83; e **THAIS OTTONI MARTINS**, OAB/ES 14 179, CPF 107.790.497-56; todos brasileiros e com escritório situado na Avenida Nossa Senhora da Penha nº 1688, Edifício EDIVIT, Bloco I, 4° andar, Bairro Vermelho, Vitória/ES, CEP 29057-550;

exclusivamente, os poderes da cláusula ***ad judicia*** e ***et extra*** que me foram outorgados por **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS,** na anexa procuração, lavrada em 14 de setembro de 2020, livro 0964, folhas 068/071, ato 16, do 13° Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, ficando os substabelecidos, todos com endereço eletrônico **contenciosopetrobras@petrobras.com.br,** outrossim, dentre outros, investidos dos poderes para representar a Outorgante nas audiências de conciliação e mediação, assim como nas audiências de instrução e julgamento, transigir, receber e dar quitação, ajuizar ações, inclusive rescisórias, impetrar mandados de segurança, oferecer defesas, exceções/objeções, impugnações, interpor recursos judiciais e administrativos, apresentar alegações iniciais, requerer extratos e certidões, cópias de procedimentos/processos e receber alvarás extraídos de processos judiciais, mas vedado receber as respectivas quantias neles mencionadas, podendo, assim, representar e defender a Outorgante em Juízo Estatal e/ou Arbitral e perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como a União Federal, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos da administração direta e indireta, aí abrangendo as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os delegados, concessionários ou permissionários de serviços públicos e habilitados para a prática de todos os atos de interesse da Outorgante junto às referidas pessoas, entidades, órgãos e unidades da Outorgante e unidades administrativas, **devendo os Outorgados respeitar, em todos os seus atos, as alçadas e governança estabelecidas na Tabela de Limites de Competência da PETROBRAS, bem como as normas e padrões aplicáveis à PETROBRAS, especialmente as previsões de ética, integridade e conformidade contidas no Código de Conduta Ética da PETROBRAS**.

Aos substabelecidos **ALBERTO FIGUEIREDO NETO, ANA PAULA CARNEIRO PONTES FERNANDES, ANDRÉ CAPELAZO FERNANDES, ANDRÉA FERNANDES NAPOLEÃO DE SOUZA, BRUNO BARROS CAVALCANTI, BRUNO FREIXO NAGEM, CARLOS ANTONIO FRANÇA JUNIOR, CAROLINE FONTES REZENDE, CLARISSA TELLES MOURA LOUBACK, DANIELLE BORGES ABREU, DANIELLE JANNUZZI MARTON PODDIS, DANIELLE NUNES VALLE, DIOGO JORGE FAVACHO DOS SANTOS, EDSON PEDROSA DE O. CAVALCANTE PESSOA, EDUARDO MOISÉS SANTANA DOS SANTOS, EDUARDO ROMANELLI GUAGLINI, ÉRICO DE ALMEIDA CONSOLE SIMÕES, ERIKA MONIQUE PARAENSE SERRA VASCONCELOS, ERIKA QUINTAS RODRIGUES, FERNANDO VIGNERON VILLAÇA, GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES, ISABEL DE SOUZA GOMES, JAIRO MARTINS FERREIRA, JORGE LUIZ TENÓRIO DE CARVALHO, JULIANO GEMELLI, KARLA TRIGUEIRO DA SILVA TEIXEIRA, LUIS ALEXANDRE REIS CALDEIRA, LUIZ PEREIRA DE MELO NETO, MARCELO RODRIGUES SOUZA BRAYNER, MARCO AURÉLIO DA CRUZ FALCI, MARINA KORBES, MARISA SANFORD SILVEIRA, MARTINHO ALVES DOS SANTOS JUNIOR, MURILO MOURA DE MELLO E SILVA, RENATO BRAZ ESCANDIAN, RICARDO DA SILVA GAMA, RICARDO MELO DAS NEVES, ROBERTA MARIA CAPELA LOPES SIROTHEAU, RODRIGO DA SILVA PINHEIRO, RODRIGO DE ALMEIDA AMOY, SANDRA CELIA MARIA DE OLIVEIRA, SILVIA VIEIRA SAROA DA SILVA, TARCISIO COLARES NOGUEIRA JÚNIOR, VERONICA MAYRINK BARBOSA, THAIS DE FÁTIMA SOUSA ARAÚJO, UILTON DOS SANTOS SALVADOR, VICTOR CALDAS FERREIRA DE CARVALHO e WENDELL DAHER DAIBES,** outorgam-se, além dos poderes das cláusulas ***ad judicia*** e ***et extra***, também os de receber citações, notificações e intimações;

Aos substabelecidos **ALESSANDRA ROLLER, ANDRÉ FÁBIO PEREIRA GURGEL, ANDRÉA ABRAHÃO DA SILVA, ANDREA ALMEIDA SOARES, BRUNO CARNEIRO LOUZADA BERNARDO, CARLOS EDUARDO CARDOSO DUARTE, CARLOS MARTINEZ FRANCO LIMA GOMES, CEZAR RODRIGO DE MATOS LOPES, CHRISTIANO RIBEIRO GORDIANO DE OLIVEIRA, DANIEL GONCALVES TEIXEIRA, DAVID COHEN, DÉBORA CHAVES GOMES, DIEGO BORGES COSTA, EMERSON ALEXANDRE BORBA VILAR, EMERSON MARTINS DOS SANTOS, FABIO MACHADO GRILO, FELIPE ANTÔNIO LOPES SANTOS, FREDERICO DE OLIVEIRA FERREIRA, GEÓRGIA VALVERDE LEÃO ROMEIRO, GILIAN GABRIEL DA ROCHA PAIXÃO FONTES, GISLANE NADYA COSTA SANTOS DUARTE, JOENY GOMIDE SANTOS, JULIANO LAGO, LEANDRO ELOY SOUSA, LEONARDO GARCIA BITES, LEONARDO JOSE BEZERRA DE SOUZA, LUCIANA CHAMUSCA FERREIRA GUERRA, LUIS GUSTAVO VINCENZI SILVEIRA, MÁRCIO LUIZ GOMES NUNES, MARIA ANDRADE DE GODOY PEIXOTO, MARIA LUISA MARQUES MOREIRA, MARIO RODRIGO ZAED, OSMIR PIRES COUTO JUNIOR, PAULA JUNIE NAGAI, PAULA DA CUNHA WESTMANN, RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA, RAFAEL SOUTO MONTEAGUDO, RAPHAELA CRISTINA NASCIMENTO PERINI RODRIGUES, SILVIA ROXO BARJA FALCI, TIAGO LEMOS DE OLIVEIRA, VAGNER SILVA DOS SANTOS, VICTOR SOARES DA SILVA CEREJA, VITOR THOME EL HADER e WENDELL SANTIAGO ANDRADE, enquanto no exercício de funções gerenciais,** outorgam-se, além dos poderes das cláusulas ***ad judicia*** e ***et extra***, também os de receber citações, notificações e intimações, reconhecer a procedência de pedidos, requerer falências, desistir, renunciar a direitos sobre os quais se fundam a ação, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-los, mas vedado receber as respectivas quantias neles mencionadas, assinar termo de arbitragem e mediação, firmar compromissos e requerer cancelamento de protesto de título.

Aos substabelecidos **CAROLINA BASTOS LIMA BRUM, FABIO RIBEIRO DA SILVA, FERNANDO AUGUSTO WERNECK RAMOS, LEONAN CALDERARO FILHO, NATHALIA MESQUITA CEIA e TALES DAVID MACEDO, enquanto no exercício de funções gerenciais,** outorgam-se todos os poderes outorgados na procuração anexa, lavrada em 14 de setembro de 2020, livro 0964, folhas 068/071, ato 16, do 13° Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, facultando o substabelecimento, no todo ou em parte, sendo vedada a outorga a terceiros do poder de substabelecer.

Rio de Janeiro/RJ, 10 de dezembro de 2020.

MARCO AURELIO FERREIRA MARTINS

Assinado de forma digital por MARCO AURELIO FERREIRA MARTINS
Dados: 2020.12.10 16:26:32 -03'00'

Marco Aurélio Ferreira Martins
Gerente de Gestão de Escritórios Jurídicos
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
OAB/SP nº 194.793[1]

[1] **Observação**. Instrumento Particular de Substabelecimento assinado de forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, ao qual se presta a veracidade e mesmos efeitos do original, a ensejar sua validade e aceitação a quem for oposto, na forma pelos artigos 105, §1°, do Código de Processo Civil; 10, da MP 2.200-2, de 24/08/2001 e 11, da lei federal nº 11.419/2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 43
RJ

ESTATUTO SOCIAL DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2019

ESTATUTO SOCIAL DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Capítulo I - Da Natureza, Sede e Objeto da Sociedade

Art. 1º- A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, doravante denominada "Petrobras" ou "Companhia", é uma sociedade de economia mista, sob controle da União com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas de direito privado - em geral - e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo presente Estatuto.

§1º- O controle da União será exercido mediante a propriedade e posse de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), mais 1 (uma) ação, do capital votante da Companhia.

§2º- Com a admissão da Petrobras no segmento especial de listagem denominado Nível 2, da B3, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da Brasil Bolsa Balcão – B3 (Regulamento do Nível 2).

§3º- As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto, exceto quanto ao disposto nos arts. 30, §§4º e 5º, 40, §§3º e 4º e 58, parágrafo único deste Estatuto.

Art. 2º- A Petrobras tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo estabelecer, no País e no exterior, filiais, agências, sucursais e escritórios.

Art. 3º- A Companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

§1º- As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

§2º- A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias integrais e de suas controladas, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

§3º-A Petrobras poderá ter suas atividades, desde que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

§4º- No exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima, a União somente poderá

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 44 RJ

orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, como aqueles relativos à comercialização de combustíveis, bem como outras atividades correlatas, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I– estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II– tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§5º- Na hipótese dos §§3º e 4º acima, o Comitê de Investimentos e o Comitê de Minoritários, em suas atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, avaliarão e mensurarão, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

§6º- Quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a Companhia somente assumirá obrigações ou responsabilidades:

I– que respeitem as condições de mercado definidas conforme §5º acima; ou

II– que se adequem ao disposto nos incisos I e II do §4º acima, observados os critérios de que trata o §5º acima, sendo que, nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a Companhia pela diferença entre as condições de mercado definidas conforme o §5º acima e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

§7º- O exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima será objeto da carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, de que trata o art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Capítulo II - Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Art. 4º- O Capital Social é de R$ 205.431.960.490,52 (duzentos e cinco bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 13.044.496.930 (treze bilhões, quarenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e novecentos e trinta) ações sem valor nominal, sendo 7.442.454.142 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e cento e quarenta e duas) ações ordinárias e 5.602.042.788 (cinco bilhões, seiscentos e dois milhões, quarenta e dois mil e setecentos e oitenta e oito) ações preferenciais.

§1º- Os aumentos de capital mediante a emissão de ações serão submetidos previamente à deliberação da Assembleia Geral.

§2º- A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, até o montante do saldo de lucros e de reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observada a legislação em vigor.

§3º- O capital social poderá ser aumentado com a emissão de ações preferenciais, sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado o limite legal de dois terços do capital social, bem como observado o direito de preferência de todos os acionistas.

§4º- O acionista controlador promoverá medidas tendentes a manter em circulação, no

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 45 RJ

mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações de emissão da Companhia.

Art. 5º- As ações da Companhia serão ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, estas sempre sem direito a voto.

§1º- As ações preferenciais serão inconversíveis em ações ordinárias, e vice-versa.

§2º- As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

§3º- As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos, quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado no parágrafo anterior.

§4º- As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao acionista controlador alienante.

Art. 6º- A integralização das ações obedecerá às normas estabelecidas pela Assembleia Geral. Em caso de mora do acionista, e independentemente de interpelação, poderá a Companhia promover a execução ou determinar a venda das ações, por conta e risco do mesmo.

Art. 7º- As ações da Companhia, todas escriturais, serão mantidas, em nome de seus titulares, em conta de depósito de instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sem emissão de certificado.

Art. 8º- Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

Art. 9º- Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes.

Parágrafo único. A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 10- Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

Art. 11- Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Art. 12- Além da União, na qualidade de acionista controladora da Companhia, poderão ser acionistas pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes ou não no País.

Art. 13- O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais na forma prevista

TRIBUNAL DE CONTAS Fl. 46 RJ

no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, exibindo, no ato, ou depositando, previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.
§1º- A representação da União nas Assembleias Gerais da Companhia far-se-á nos termos da legislação federal específica.
§2º- Na Assembleia Geral de Acionistas que delibere sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, fica condicionado o direito de voto dos acionistas titulares de ações preferenciais ao preenchimento da condição prevista no § 6º do art. 141 da Lei das Sociedades por Ações, de comprovada titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia.

Capítulo III - Das Subsidiárias Integrais, Controladas e Coligadas

Art. 14- Para o estrito cumprimento de atividades vinculadas ao seu objeto, a Petrobras poderá, na conformidade da autorização conferida pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, constituir, e, na forma da legislação vigente, extinguir subsidiárias integrais, sociedades cujo objeto social seja participar de outras sociedades, na forma do art. 8º, § 2º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como associar-se, majoritária e/ou minoritariamente a outras empresas.
Art. 15- Observado o disposto na Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, a Petrobras e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas poderão adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.
Art. 16- As regras de governança da Petrobras, bem como as regras corporativas comuns fixadas pela Petrobras, por meio de orientação de natureza técnica, administrativa, contábil, financeira e jurídica, aplicam-se integralmente às suas sociedades subsidiárias integrais e controladas, e na medida do possível, às coligadas observadas as deliberações dos órgãos de administração de cada sociedade e o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras.
Parágrafo único. As indicações para cargo de administração ou de conselheiro fiscal que couberem à Companhia nas suas subsidiárias, controladas e coligadas, ainda que provenientes de indicação da União nos termos da legislação vigente, deverão observar integralmente os requisitos e vedações impostos pela Lei de Sociedades por Ações, bem como aqueles previstos nos arts. 21, §§1º, 2º e 3º e 43 e seus parágrafos deste Estatuto, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Capítulo IV - Da Administração da Companhia

Seção I - Dos Conselheiros e Diretores Executivos

Art.17- A Petrobras será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.
Art.18- O Conselho de Administração será integrado por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 11 (onze) membros, cabendo à Assembleia Geral dos Acionistas designar dentre

Fl. 47

eles o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão unificado que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

§1º- Respeitado o prazo de gestão unificado dos seus membros, a composição do Conselho de Administração deverá ser alternada, de modo a permitir a constante renovação do órgão, sem comprometer o histórico e experiência a respeito dos negócios da Companhia, respeitadas as seguintes regras:

I- Não participarão do rodízio o conselheiro presidente da Companhia, os eleitos pelos minoritários ordinaristas, pelos preferencialistas e pelos empregados;

II- 20% (vinte por cento) dos demais conselheiros deverão ser renovados a cada 4 (quatro) anos. Se resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§2º- No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho, o substituto será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral.

§3º- O membro do Conselho de Administração eleito na forma do caput deste artigo poderá ser reeleito no máximo 3 (três) vezes consecutivas.

§4º- No caso do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados, o limite de reeleição deverá observar a legislação e regulações vigentes.

§5º-O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% (quarenta por cento) de membros independentes, incidindo este percentual sobre o número total de Conselheiros de Administração, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.

§6º- O Conselho de Administração deve ser composto apenas por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a Companhia, exceto quanto ao membro designado como Presidente da Companhia e ao membro eleito pelos empregados.

§7º- Os membros do Conselho de Administração a serem indicados pela União com a finalidade de atender o número mínimo de independentes previsto no §5º deste artigo serão selecionados em lista tríplice, elaborada por empresa especializada e com experiência comprovada, não sendo permitida a interferência na indicação desta lista, que será de inteira responsabilidade da empresa especializada.

§8º- As funções de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Companhia ou principal executivo não serão exercidas pela mesma pessoa.

§9º- A qualificação como Conselheiro Independente será expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.

§10º-Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo 5º deste artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5.

§11- É vedada a recondução do Conselheiro de Administração, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§12- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro de Administração para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão.

Art. 19- No processo de eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral de Acionistas serão observadas as seguintes regras:

Fl. 48

I- É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger 1 (um) Conselheiro, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo;
II- É assegurado aos acionistas titulares de ações preferenciais, que representem em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, excluído o acionista controlador, eleger e destituir 1 (um) membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia Geral;
III- Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema de voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem o direito de eleger Conselheiro, será assegurado à União o direito de eleger Conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas e pelos empregados, mais 1 (um), independentemente do número de Conselheiros estabelecido no art. 18 deste Estatuto;
IV- É assegurado aos empregados o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração em votação em separado, pelo voto direto de seus pares, conforme §1º do art. 2º da Lei nº 12.353 de 28 de dezembro de 2010;
V – Desde que respeitado o disposto na legislação aplicável, é assegurado ao Ministério da Economia indicar um membro do Conselho de Administração.
Art. 20- A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Presidente, escolhido pelo Conselho de Administração dentre os seus membros, e até 8 (oito) Diretores Executivos, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre pessoas naturais residentes no País, com prazo de gestão unificado que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reeleições consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.
§1º- O Conselho de Administração deverá observar na escolha e eleição dos membros da Diretoria Executiva a sua capacidade profissional, notório conhecimento e especialização nas respectivas áreas de contato em que esses administradores irão atuar, observado o Plano Básico de Organização.
§2º- Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Petrobras, permitido, porém, após justificativa e aprovação pelo Conselho de Administração, o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia e, excepcionalmente, no Conselho de Administração de outras sociedades.
§3º- Os membros da Diretoria Executiva, além dos requisitos exigíveis dos membros do Conselho de Administração, conforme art. 21 abaixo, deverão atender ao requisito de 10 (dez) anos de experiência em liderança, preferencialmente, no negócio ou em área correlata, conforme especificado na Política de Indicação da Companhia.
§4º- É vedada a recondução de membro da Diretoria Executiva, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.
§5º- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Diretor Executivo para a Petrobras só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão.
Art. 21- A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pelo art. 147 e complementadas por aquelas previstas no art. 162 da Lei das Sociedades por Ações, bem como aquelas previstas na Política de Indicação, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.
§1º- Para fins de cumprimento dos requisitos e vedações legais, a Companhia considerará ainda as seguintes condições para a caracterização da reputação ilibada do indicado para o cargo de administração, as quais serão detalhadas na Política de Indicação:
I- não possuir contra si processos judiciais ou administrativos com acórdão desfavorável ao indicado, em segunda instância, observada a atividade a ser desempenhada;
II- não possuir pendências comerciais ou financeiras que tenham sido objeto de protesto

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 49 RJ

ou de inclusão em cadastros oficiais de inadimplentes, sendo possível o esclarecimento à Companhia sobre tais fatos;

III- demonstrar a diligência adotada na resolução de apontamentos indicados em relatórios de órgãos de controle interno ou externo em processos e/ou atividades sob sua gestão, quando aplicável;

IV- não possuir falta grave relacionada ao descumprimento do Código de Ética, Guia de Conduta, Manual do Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção ou outros normativos internos, quando aplicável;

V- não ter sido enquadrado no sistema de consequência disciplinar no âmbito de qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da Petrobras ou ter sofrido penalidade trabalhista ou administrativa em outra pessoa jurídica de direito público ou privado nos últimos 3 (três) anos em decorrência de apurações internas, quando aplicável.

§2º- É vedada a indicação, para o cargo de administração:

I - de representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita;

II - de Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;

III - de titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;

IV - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

V - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VI - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VII - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

VIII - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria Companhia ou com suas controladas sediadas no Brasil, nos 3 (três) anos anteriores à data de sua nomeação;

IX - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a União ou com a própria Companhia;

X - de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IX; e

XI - de pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§3º- O indicado não poderá acumular mais de 2 (duas) posições remuneradas em conselhos de administração ou fiscal na Companhia ou em qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da Petrobras.

§4º- Os requisitos legais e de integridade deverão ser analisados pelo Comitê de Pessoas, no prazo de 8 (oito) dias úteis, a partir da entrega das informações por parte do candidato ou de quem o indica, podendo ser prorrogado por mais 8 (oito) dias úteis a pedido do Comitê. Caso haja motivo objetivamente comprovado, o prazo de análise poderá ser suspenso, por ato formal do Comitê.

§5º- Será vedada a investidura em cargos de administração daqueles que possuírem ascendentes, descendentes ou parentes colaterais ocupando cargos no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva ou no Conselho Fiscal da Companhia.

§6º- A investidura de representante dos empregados no Conselho de Administração estará sujeita aos requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 50 RJ

Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Política de Indicação e nos §§1º e 2º deste artigo.

§7º- O Comitê de Pessoas poderá solicitar ao indicado para o cargo que compareça a uma entrevista para esclarecimento sobre os requisitos deste artigo, sendo que a aceitação do convite obedecerá à vontade do indicado.

Art. 22- Os Conselheiros e membros da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente.

§1º- O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: (i) a indicação de pelo menos 1 (um) domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia; (ii) a adesão ao Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e (iii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto e demais termos estabelecidos pela legislação e pela Companhia.

§2º- A posse do Conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do Conselheiro.

§3º- Antes de tomar posse, e ao deixar o cargo, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens, que será arquivada na Companhia.

Art. 23- Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos do art. 158, da Lei das Sociedades por Ações, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, sendo-lhes vedado participar na deliberação acerca de operações envolvendo outras sociedades em que participem ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na Companhia.

§1º- A Companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

§2º- A garantia prevista no parágrafo anterior se estende aos membros do Conselho Fiscal, bem como a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

§3º- A Companhia poderá, ainda, celebrar contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, comitês e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia, de forma a fazer frente a determinadas despesas relacionadas a processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes, desde a data de sua posse ou do início do vínculo contratual com a Companhia.

§4º- Os contratos de indenidade não abarcarão:

I- atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes de seus signatários;

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 51 RJ

II- atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude;
III- atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia;
IV- indenizações decorrentes de ação social prevista no Art. 159 da Lei nº 6.404/76 ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976; ou
V- demais casos previstos no contrato de indenidade.
§5º- O contrato de indenidade deverá ser adequadamente divulgado e prever, entre outras coisas:
I- o valor limite da cobertura oferecida;
II- o prazo de cobertura; e
III- o procedimento decisório quanto ao pagamento da cobertura, que deverá garantir a independência das decisões e assegurar que sejam tomadas no interesse da Companhia.
§6º- O beneficiário do contrato de indenidade estará obrigado a devolver à Companhia os valores adiantados nos casos em que, após decisão final irrecorrível, restar comprovado que o ato praticado pelo beneficiário não é passível de indenização, nos termos do contrato de indenidade.
Art. 24- Perderá o cargo o Conselheiro que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho de Administração.
Art. 25- No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral, na forma prevista no art. 150 da Lei das Sociedades por Ações.
§1º- O Conselheiro, ou membro da Diretoria Executiva, eleito em substituição, completará o prazo de gestão do substituído, e, quando findo o prazo de gestão, permanecerá no cargo até a posse do sucessor.
§2º- Caso o Conselheiro representante dos empregados não complete o prazo de gestão, será observado o seguinte:
I- assumirá o segundo colocado mais votado, se não houver transcorrido mais da metade do prazo de gestão;
II- serão convocadas novas eleições, se houver transcorrido mais da metade do prazo de gestão.
§3º- Na hipótese de que trata o § 2º, o Conselheiro substituto completará o prazo de gestão do Conselheiro substituído.
§4º - No caso de vacância dos cargos dos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias ou preferenciais, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral para eleição de substituto em até 60 (sessenta) dias, contados da data da efetiva vacância do cargo.
Art. 26- A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, individualmente, por seu Presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, podendo nomear procuradores ou representantes.
Art. 27- O Presidente e os Diretores Executivos não poderão ausentar-se do exercício do cargo, anualmente, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou não, sem licença ou autorização do Conselho de Administração.
§1º- O Presidente e os Diretores Executivos farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de licença remunerada mediante prévia autorização da Diretoria Executiva, vedado o pagamento em dobro da remuneração pela licença não gozada no ano anterior.
§2º- Ao Presidente, compete designar, dentre os Diretores Executivos, seu substituto

MINISTÉRIO PÚBLICO PL 52 RJ

eventual.

§3º- No caso de vacância do cargo de Presidente, o Presidente do Conselho de Administração indicará o substituto dentre os demais membros da Diretoria Executiva até a eleição do novo Presidente nos termos do art. 20 deste Estatuto.

§4º- No caso de ausência ou impedimento de um Diretor Executivo, os seus encargos serão assumidos por um substituto escolhido pelo mesmo, dentre outros integrantes da Diretoria Executiva ou um de seus subordinados diretos, este último até um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§5º- No caso da indicação ser feita a um subordinado, condicionada à aprovação do Presidente, o mesmo participará de todas as atividades rotineiras do Diretor Executivo, inclusive com a presença em reuniões de Diretoria, para instruir as matérias da área de contato do respectivo Diretor Executivo, sem, no entanto, exercer direito de voto.

Art. 28- Após o término da gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ficam impedidos, por um período de 6 (seis) meses, contados do término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares, de:

I- aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, exercer atividades ou prestar qualquer serviço a empresas concorrentes da Companhia;

II- aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares; e

III- patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares.

§1º- Incluem-se no período a que se refere o caput deste artigo, eventuais períodos de licença anual remunerada não gozados.

§2º- Durante o período de impedimento, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal farão jus a remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupavam, condicionado ao disposto no §6º deste artigo.

§3º- Não terão direito à remuneração compensatória, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que optarem pelo retorno, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função ou cargo, efetivo ou superior, que, anteriormente à sua investidura, ocupavam na administração pública ou privada.

§4º- O descumprimento do impedimento de 6 (seis) meses implica, além da perda de remuneração compensatória, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.

§5º- Cessará o direito à percepção da remuneração compensatória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis e restituição dos valores já recebidos, ao ex-membro da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que:

I- incorrer em qualquer das hipóteses que configuram conflito de interesses de que trata o art. 5º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013;

II- for condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por crimes contra a

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 53 RJ

administração pública;
III- for condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por improbidade administrativa; ou
IV- sofrer cassação de aposentadoria, demissão ou conversão de exoneração em destituição do cargo em comissão.
§6º- O início do pagamento da remuneração compensatória está condicionado à caracterização do conflito de interesse e o impedimento para o exercício de atividade profissional e será precedido de manifestação formal sobre a caracterização de conflito:
I- da Comissão de Ética da Presidência da República, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para os membros da Diretoria Executiva, inclusive para o Presidente da Companhia;
II- da Comissão de Ética da Petrobras, que decidirá com o subsídio das áreas técnicas, quando necessários ao exame da matéria, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Seção II - Do Conselho de Administração

Art. 29- O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Petrobras, competindo-lhe:
I- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;
II- aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos, promovendo, anualmente, análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução dos referidos planos, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União;
III- fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva e de seus membros e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia;
IV- avaliar, anualmente, resultados de desempenho, individual e coletivo, dos administradores e dos membros dos Comitês do Conselho, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação gerencial e administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; e c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo de que tratam o art. 37, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;
V- avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;
VI- aprovar o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva ou de seus membros, deverão ser submetidos à aprovação do Conselho de Administração;
VII- deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
VIII- fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de riscos, de investimentos, de meio ambiente, de divulgação de informações, de distribuição de dividendos, de transações com partes relacionadas, de porta-vozes, de recursos humanos e de participações minoritárias, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;
IX- aprovar a transferência da titularidade de ativos da Companhia, inclusive contratos de

concessão e autorizações para refino de petróleo, processamento de gás natural, transporte, importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva ou por seus membros;

X- aprovar o Regulamento Eleitoral de escolha do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados;

XI- aprovar os planos que disponham sobre a admissão, carreira, sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Petrobras;

XII- aprovar a Política de Indicação que contenha os requisitos mínimos para indicação de membros do Conselho de Administração e de seus Comitês, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, a ser disponibilizada, de forma ampla, aos acionistas e ao mercado, nos limites da legislação aplicável;

XIII- aprovar e divulgar Carta Anual e Carta de Governança Corporativa, na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XIV- implementar, diretamente ou por intermédio de outros órgãos da Companhia, e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e àqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XV- manifestar-se formalmente quando da realização de ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da Companhia;

XVI- definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa.

§1º- A fixação da política de recursos humanos de que trata o inciso VII não poderá contar com a participação do Conselheiro representante dos empregados, caso as discussões e deliberações em pauta envolvam assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

§2º- Sempre que a Política de Indicação pretender impor requisitos adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração e para os Conselheiros Fiscais, tais requisitos deverão ser encaminhados para deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral.

§3º- A manifestação formal, favorável ou contrária, de que trata o inciso XV será por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de ações, abordando, pelo menos: (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Petrobras; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Petrobras; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Art. 30- Compete, ainda, ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

I- atribuições de cada membro da Diretoria Executiva que constarão no Plano Básico de Organização, a ser divulgado pela Companhia em seu sítio eletrônico;

II- indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia, proposta pela

55

Diretoria Executiva, conforme definido no Plano Básico de Organização, com base nos critérios fixados pelo próprio Conselho de Administração;
III- autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, exceto nos casos de competência da Assembleia Geral, conforme as disposições legais, regulamentares e estatutárias;
IV- permuta de valores mobiliários de sua emissão;
V- eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva;
VI-constituição de subsidiárias integrais, participações da Companhia em sociedades controladas ou coligadas, a transferência ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;
VII- convocação de Assembleia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;
VIII- Código de Ética, Código de Boas Práticas e Regimento Interno do Conselho de Administração e Guia de Conduta do Sistema Petrobras;
IX- Política e Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras;
X- escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à Companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;
XI- relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;
XII- escolha dos integrantes dos Comitês do Conselho, dentre seus membros e/ou dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica em relação à especialidade do respectivo Comitê, e aprovação das atribuições e regras de funcionamento dos Comitês;
XIII- assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral, dependam de sua deliberação;
XIV- critérios de integridade e conformidade, bem como os demais critérios e requisitos pertinentes aplicáveis à eleição dos membros da Diretoria Executiva e à indicação dos titulares da estrutura geral, que deverão atender, no mínimo, àqueles constantes do art. 21, §§1º, 2º e 3º deste Estatuto;
XV- o contrato de indenidade a ser firmado pela Companhia e os procedimentos que garantam a independência das decisões, conforme definido no art. 23, §§3º a 6º deste Estatuto Social;
XVI- alienação do controle do capital social de subsidiárias integrais da Companhia;
XVII- casos omissos deste Estatuto Social.
§1º- O Conselho de Administração contará com 6 (seis) Comitês de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, vinculados diretamente ao Conselho: Comitê de Investimentos; Comitê de Auditoria; Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras; Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Comitê de Pessoas; e Comitê de Minoritários.
I- Os pareceres dos Comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração, à exceção da hipótese prevista no §4º deste artigo, quando o parecer do Comitê de Minoritários será obrigatório;
II- Os membros dos Comitês poderão participar como convidados de todas as reuniões do Conselho de Administração;
III- A composição e as regras de funcionamento dos Comitês serão disciplinadas em regimentos a serem aprovados pelo Conselho de Administração, sendo vedada a participação, seja como membro, seja como convidado permanente destes comitês, do Presidente da Companhia, dos Diretores Executivos e dos empregados, salvo, neste

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 56 RJ

último caso, o Conselheiro eleito pelos empregados e os titulares das unidades organizacionais vinculadas diretamente ao Conselho de Administração;

IV – O Conselheiro eleito pelos empregados da Companhia não poderá participar do Comitê de Auditoria, do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras e do Comitê de Pessoas;

§2º- O Comitê de Pessoas terá as atribuições previstas nos arts. 21 a 23 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como deverá analisar os requisitos de integridade previstos no art. 21 deste Estatuto para a investidura em cargo de administração e de conselheiro fiscal da Companhia.

§3º- Sempre que houver necessidade de avaliar operações com a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, desde que fora do curso normal dos negócios da Companhia, e que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, o Comitê de Minoritários deverá prestar o assessoramento prévio, emitindo seu parecer a respeito da transação pretendida.

§4º- De modo a permitir a representação dos acionistas preferencialistas, o Comitê de Minoritários também realizará o assessoramento prévio aos acionistas, emitindo seu parecer sobre as seguintes operações abaixo indicadas, em reunião que deverá contar obrigatoriamente com a participação do conselheiro de administração eleito pelos preferencialistas, sendo que o parecer do Comitê deverá constar integralmente, incluindo o inteiro teor das manifestações divergentes, do Manual da Assembleia que for convocada para deliberar sobre:

I- transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

II- aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais
o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;

III- avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;

IV- escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, conforme Art. 40, X deste Estatuto; e

V- alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, enquanto estiver em vigor Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

§5º- Caso a decisão final do Conselho de Administração divirja do parecer do Comitê de Minoritários indicado no parágrafo anterior, a manifestação do Conselho, incluindo a integralidade das manifestações divergentes, também deverá constar do Manual da Assembleia que for convocada para deliberar sobre as operações acima mencionadas, de modo a melhor instruir o voto dos acionistas.

§6º- O referido Comitê de Minoritários será formado pelos 2 (dois) membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas minoritários ordinaristas e pelos preferencialistas, além de 1 (um) terceiro membro independente, que se enquadre nos quesitos do art. 18, §5º deste Estatuto, escolhido pelos demais membros do Comitê, podendo ser ou não membro do Conselho de Administração.

Art. 31- O Conselho de Administração poderá determinar a realização de inspeções, auditorias ou tomadas de contas na Companhia, bem como a contratação de especialistas, peritos ou auditores externos, para melhor instruírem as matérias sujeitas a sua deliberação.

Art. 32- O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos Conselheiros,

MINISTÉRIO PÚBLICO FL 57 RJ

ordinariamente, no mínimo a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.
§1º- Fica facultada, se necessária, a participação dos Conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.
§2º- As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.
§3º- O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar membros da Diretoria Executiva da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.
§4º- As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes e serão registradas no livro próprio de atas.
§5º- As operações previstas nos §§3º e 4º do art. 30 deste Estatuto serão aprovadas pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros presentes.
§6º- Em caso de empate, o Presidente do Conselho terá o voto de qualidade.

Seção III - Da Diretoria Executiva

Art. 33- Cabe à Diretoria Executiva e aos seus membros exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.
§1º- É assegurada ao Diretor Executivo de Governança e Conformidade, no exercício de suas atribuições, a possibilidade de se reportar diretamente ao Conselho de Administração nas hipóteses do art. 9º, §4º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
§2º- O Conselho de Administração poderá delegar atribuições à Diretoria Executiva, ressalvadas aquelas expressamente previstas na lei societária e observadas as alçadas estabelecidas em tais delegações.
Art. 34- Compete à Diretoria Executiva:
I- Avaliar, aprovar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e planos plurianuais;
b) o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos;
c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia;
d) o resultado de desempenho das atividades da Companhia.
e) a indicação dos titulares da estrutura geral da Companhia, com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração.
f) os planos que disponham sobre a admissão, carreira, sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Petrobras.
II- aprovar:
a) oscritérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
b) os critérios de aproveitamento econômico de áreas produtoras e coeficiente mínimo de reservas de óleo e gás, observada a legislação específica;
c) a política de preços e estruturas básicas de preço dos produtos da Companhia;

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 58 RJ

d) os planos de contas, critérios básicos para apuração de resultados, amortização e depreciação de capitais investidos, e mudanças de práticas contábeis;
e) os manuais e normas corporativas de governança, contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outras regras corporativas necessárias à orientação do funcionamento da Companhia;
f) as normas para cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia;
g) alterações na estrutura organizacional da Companhia, conforme competências estabelecidas no Plano Básico de Organização, bem como criar, transformar ou extinguir Unidades de Operação, agências, filiais, sucursais e escritórios no País e no exterior;
h) a criação e a extinção de Comitês não estatutários, vinculados a Diretoria Executiva ou a seus membros, aprovando as respectivas regras de funcionamento, atribuições e limites de competência para atuação;
i) o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência do Presidente ou dos Diretores Executivos, deverão ser submetidos para aprovação da Diretoria Executiva, respeitada a alçada definida pelo Conselho de Administração;
j) o plano anual de seguros da Companhia;
l) convenções ou acordos coletivos de trabalho, bem como a propositura de dissídios coletivos de trabalho;
m) a prestação de garantias reais ou fidejussórias, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes;
III- garantir a implementação do Plano Estratégico e dos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos, respeitando os limites orçamentários aprovados;
IV- deliberar sobre marcas e patentes, nomes e insígnias.
Art. 35- Em havendo pautas de sua competência, a Diretoria Executiva reunir-se-á, com a maioria de seus membros, dentre eles o Presidente ou o seu substituto, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de 2/3 (dois terços) dos Diretores Executivos.
§1º- A Diretoria Executiva contará com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento.
§2º- Os membros da Diretoria Executiva contarão com até 8 (oito) Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, compostos por titulares da estrutura geral da Companhia, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo Regimento Interno, observado o disposto no art. 160 da Lei das Sociedades por Ações.
§3º- Os assessoramentos dos Comitês Técnicos Estatutários não vinculam a Diretoria Executiva ou seus membros, conforme o caso, porém serão condição necessária para o exame e deliberação da matéria no âmbito das respectivas competências.
§4º- A composição, as regras de funcionamento e as atribuições dos Comitês Técnicos Estatutários serão disciplinadas em Regimento Interno a ser aprovado pelo Conselho de Administração.
Art. 36- Compete, individualmente:
§1º- Ao Presidente:
I- convocar, presidir e coordenar os trabalhos das reuniões da Diretoria Executiva;
II- propor ao Conselho de Administração a indicação dos Diretores Executivos;
III- prestar informações ao Conselho de Administração, ao Ministro de Estado ao qual a

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 59 RJ

Companhia está vinculada, e aos órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional;
IV- garantir a mobilização de recursos para fazer frente às situações de risco severo à segurança, meio ambiente e saúde;
V- exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.
§2º- Ao Diretor Executivo a quem for atribuído o relacionamento com investidores, responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.
§3º- Ao Diretor Executivo a quem for atribuída a área de conformidade e de governança, orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança e de conformidade.
§4º– Ao Presidente e a cada Diretor Executivo, dentre as áreas de contato descritas no Plano Básico de Organização:
I- implementar o plano estratégico e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, com utilização do sistema de gestão da Companhia;
II- admitir e demitir empregados e formalizar as designações para cargos e funções gerenciais;
III- designar empregados para missões no exterior;
IV- acompanhar, controlar e reportar à Diretoria Executiva as atividades técnicas e operacionais das subsidiárias integrais e empresas das quais a Petrobras participe ou com as quais esteja associada;
V- designar e instruir os representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como com as orientações corporativas aplicáveis;
VI- administrar, supervisionar e avaliar desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização, bem como praticar atos de gestão correlacionados a essas atividades, podendo fixar limites de valor para delegação da prática desses atos, respeitadas as regras corporativas aprovadas pela Diretoria Executiva;
VII- aprovar as normas e procedimentos para desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização.
Art. 37- As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes e registradas no livro próprio de atas.
Parágrafo único. Em caso de empate, o Presidente terá o voto de qualidade.
Art. 38- A Diretoria Executiva encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

Capítulo V - Da Assembleia Geral

Art. 39- A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:
I- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações

MINISTÉRIO PÚBLICO FL 60 RJ

financeiras;
II- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
III- eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
Art. 40- A Assembleia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, esta última precedida de assessoramento do Comitê de Minoritários, na forma do art. 30, §§4º e 5º deste Estatuto, quando for o caso, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:
I- reforma do Estatuto;
II- modificação no capital social;
III - avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
IV- emissão de debêntures conversíveis em ações ou a sua venda quando em tesouraria;
V- incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão, fusão;
VI- participação da Companhia em grupo de sociedades;
VII- destituição de membros do Conselho de Administração;
VIII- alienação de debêntures conversíveis em ações de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias integrais e controladas;
IX- cancelamento do registro de Companhia aberta;
X- escolha de empresa especializada, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de uma lista tríplice de empresas especializadas, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do acionista controlador, além de satisfazer os requisitos e responsabilidades dos §§1° e 6º do art. 8° da Lei das Sociedades por Ações, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo respectivo valor econômico, a ser utilizado nas hipóteses de cancelamento do registro de Companhia aberta ou de saída do Nível 2;
XI- renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;
XII- aprovação dos requisitos da Política de Indicação que sejam adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais.
§1º- A deliberação da matéria prevista no inciso XI deste artigo deverá ser tomada por maioria absoluta de votos das ações ordinárias em circulação, não se computando os votos em branco.
§2º- Na hipótese de oferta pública formulada pelo acionista controlador, este arcará com os custos da elaboração do laudo de avaliação.
§3º- Nas hipóteses do art. 30, §§4º e 5º, o parecer do Comitê de Minoritários e a manifestação do Conselho de Administração, quando divergir do parecer do Comitê de Minoritários, deverão ser incluídos na proposta da administração que instruirá o voto dos acionistas ordinaristas em Assembleia Geral.
§4º- O acionista controlador poderá se manifestar em sentido contrário ao assessoramento do Comitê de Minoritários, sendo-lhe facultado fundamentar as razões pelas quais entende que tais recomendações não devem ser seguidas.
Art. 41- A Assembleia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica, e dos membros dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 61 RJ

Art. 42- As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente da Companhia ou substituto que este vier a designar, e, na ausência de ambos, por 1 (um) acionista escolhido pela maioria dos votos dos presentes.
Parágrafo único. O Presidente da Assembleia escolherá, dentre os acionistas presentes, o Secretário da mesa.

Capítulo VI - Do Conselho Fiscal

Art. 43- O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de até 5 (cinco) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, todos residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na Política de Indicação, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e no art. 21, §§1º, 2º e 3º deste Estatuto, acionistas ou não, dos quais 1 (um) será eleito pelos detentores das ações ordinárias minoritárias e outro pelos detentores das ações preferenciais, em votação em separado.
§1º- Dentre os membros do Conselho Fiscal, 1 (um) será indicado pelo Ministro da Economia, como representante do Tesouro Nacional.
§2º- Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a 2 (duas) reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do prazo de atuação, pelo respectivo suplente.
§3º- Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, do qual constará: (i) a subscrição ao Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e (ii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto.
§4º- Aplica-se o procedimento previsto no art. 21, §§4º, 5º e 7º deste Estatuto às indicações para membros do Conselho Fiscal.
§5º- Os membros do Conselho Fiscal também deverão declarar se atendem aos critérios de independência constantes do art. 18, §5º deste Estatuto.
Art. 44- O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de 1 (um) ano, permitidas 2 (duas) reeleições consecutivas.
§1º- É vedada a recondução do Conselheiro Fiscal, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.
§2º- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro Fiscal para a Petrobras só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de atuação.
Art. 45- A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.
Art. 46- Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral:
I- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
II- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 62 RJ

III- opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
IV- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;
V- convocar a Assembleia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
VI- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria Executiva;
VII- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
VIII- exercer essas atribuições durante a liquidação.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devam ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II, III e VII deste artigo.

Capítulo VII - Dos Empregados da Companhia

Art. 47- Os empregados da Petrobras estão sujeitos à legislação do trabalho e aos regulamentos internos da Companhia, observando-se as normas legais aplicáveis aos empregados das sociedades de economia mista.
Art. 48- A admissão de empregados pela Petrobras e por suas subsidiárias integrais e controladas obedecerá a processo seletivo público, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.
Art. 49- As funções da Administração Superior e as responsabilidades dos respectivos titulares serão definidas no Plano Básico de Organização da Companhia.
§1º- As funções a que se refere o caput deste artigo, vinculadas ao Conselho de Administração, poderão, excepcionalmente, e, a critério do Conselho de Administração, ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem o quadro permanente da Companhia, por meio de cargos em comissão de livre provimento.
§2º- As funções a que se refere o caput deste artigo, vinculadas à Diretoria Executiva ou aos seus membros, poderão, mediante proposta e justificativa da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho de Administração, de forma excepcional, ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem o quadro permanente da Companhia, por meio de cargos em comissão de livre provimento.
§3º- As funções gerenciais que integram o quadro organizacional da Companhia, nos demais níveis, terão as responsabilidades dos titulares definidas nas normas dos respectivos órgãos.
Art. 50- Sem prejuízo das requisições previstas em lei, a cessão de empregados da Petrobras e de suas subsidiárias integrais ou controladas dependerá de autorização, em cada caso, da Diretoria Executiva e será feita, sempre que possível, mediante o reembolso dos custos correspondentes.
Art. 51- A Companhia destinará uma parcela dos resultados anuais a ser distribuída entre

MINISTÉRIO PÚBLICO FL 63 RJ

seus empregados, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho de Administração, observada a legislação em vigor.

Capítulo VIII - Disposições Gerais

Art. 52- As atividades da Petrobras obedecerão ao Plano Básico de Organização, que conterá, dentre outros, o modelo de organização e definirá a natureza e as atribuições de cada unidade da estrutura geral e as relações de subordinação necessárias ao funcionamento da Petrobras, de acordo com o presente Estatuto.
Art. 53- O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis.
§1º- Observadas as disposições legais, a Companhia poderá realizar a distribuição de dividendos intercalares ou juros sobre o capital próprio, com base nos lucros apurados nos balanços semestrais ou em periodicidade inferior, considerando os resultados apurados em cada trimestre, por deliberação do Conselho de Administração.
§2º- O Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento de dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes no último balanço aprovado em Assembleia Geral.
§3º- Os dividendos intermediários e intercalares e os juros sobre o capital próprio serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório.
Art. 54- Sobre os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários, para fins de aumento do capital da Companhia, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC desde o dia da transferência até a data da capitalização.
Art. 55- A Petrobras destinará, do lucro líquido apurado no seu Balanço Anual, a parcela de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o capital social integralizado, para constituição de reserva especial, destinada ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.
Parágrafo único. O saldo acumulado da reserva prevista neste artigo não poderá exceder 5% (cinco por cento) do capital social integralizado.
Art. 56- Após deliberada a distribuição do dividendo mínimo previsto no art. 8º deste Estatuto, poderá a Assembleia Geral, observados os termos da legislação societária e as normas federais específicas, atribuir percentagens ou gratificação aos membros da Diretoria Executiva da Companhia, a título de remuneração variável.
Art. 57- A Diretoria Executiva poderá autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa, inclusive a doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais, na forma prevista no § 4º do art. 154 da Lei das Sociedades por Ações.
Art. 58- A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Contrato de Participação e do Regulamento de Sanções do Nível 2.

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 64 RJ

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às disputas ou controvérsias que se refiram às atividades da Petrobras fundamentadas no art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e observado o disposto neste Estatuto no que tange ao interesse público que justificou a criação da Companhia, bem como às disputas ou controvérsia que envolvam direitos indisponíveis.

Art. 59- Os contratos celebrados pela Petrobras para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório, na forma da legislação aplicável.

Art. 60- Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedem as concessões de que trata a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, a Petrobras poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convite, assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.

Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercitada sem penalidade ou indenização de qualquer espécie no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, posteriormente, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.

Art. 61- A alienação do controle acionário da Petrobras, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, realizar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

§1º- A oferta pública, prevista no caput deste artigo, será também realizada quando houver (i) cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, de que venha resultar a alienação do controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Petrobras, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Petrobras nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

§2º- Aquele que adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no caput deste artigo, e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente
adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Petrobras nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

§3º- O acionista controlador alienante somente transferirá a propriedade de suas ações se o comprador subscrever o Termo de Anuência dos Controladores. A Companhia somente registrará a transferência de ações para o comprador, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, se este(s) subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Nível 2.

§4º- A Petrobras somente registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle se os seus signatários subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

Art. 62- Na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Petrobras e consequente saída do Nível 2, deverá ser ofertado um preço mínimo às ações,

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 65 RJ

correspondente ao valor econômico apurado por empresa especializada escolhida pela Assembleia Geral, na forma da Lei das Sociedades por Ações, e conforme previsto no art. 40, inciso XI deste Estatuto.

Parágrafo único. Os custos com a contratação de empresa especializada de que trata este artigo serão suportados pelo acionista ofertante.

Art. 63- Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do art. 40, inciso XI deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º- O acionista controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Art. 64- Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no art. 63 deste Estatuto.

§1º- A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º- Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 65- A saída da Petrobras do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o art. 40, inciso XI deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º- O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

§2º- Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 66 RJ

deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º- Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

§4º- Caso a assembleia geral mencionada no §3ª acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 67
RJ

PETROBRAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF - 33.000.167/0001-01
NIRE - 33300032061

EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em reunião levada a efeito em 20-3-2019, sob a presidência do Presidente do Conselho Eduardo Bacellar Leal Ferreira, com a participação das Conselheiras Ana Lúcia Poças Zambelli e Clarissa de Araújo Lins e dos Conselheiros Danilo Ferreira da Silva, Jerônimo Antunes, João Cox Neto, Marcelo Mesquita de Siqueira Filho, Nivio Ziviani, Roberto da Cunha Castello Branco e Segen Farid Estefen, deliberou (Ata nº 1.589, item 5), dentre outros, sobre o assunto a seguir transcrito: "**ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS:** - O Presidente do Conselho de Administração Eduardo Bacellar Leal Ferreira, considerando a indicação do Sr. Roberto da Cunha Castello Branco pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para o cargo de Presidente da Petrobras (Ofício nº 881/2018/GM-MME, de 13-12-2018), propôs e submeteu ao Colegiado a matéria da referência, com recomendação de aprovação do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão. **DECISÃO**: - O Conselho de Administração, com abstenção do Conselheiro Roberto da Cunha Castello Branco, voto contrário do Conselheiro Danilo Ferreira da Silva e voto favorável de todos os demais presentes, elegeu o Sr. **ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO**, brasileiro, natural da cidade São Luís, estado do Maranhão, Economista, casado, com domicílio na Avenida República do Chile nº 65, 24º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-912, portador da carteira de identidade nº 01.895.832-2, expedida pelo DETRAN/RJ, e do CPF nº 031.389.097-87, para um novo mandato como Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, com prazo de gestão até 20 de março de 2021." ----------

Rio de Janeiro, 29 de março 2019.

João Gonçalves Gabriel
Secretário-Geral da Petrobras

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2019/218886-0 Data do protocolo: 12/04/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/04/2019 SOB O NÚMERO 00003581937 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 071B154272E7802C78D81FB809C8D15EB290504C697E62140ADF7A08ECAF881F
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 3/5
JUCERJA assinado digitalmente

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 68
RJ

TERMO DE POSSE DO SENHOR ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO

NO CARGO DE PRESIDENTE

DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF – 33.000.167/0001-01
NIRE - 33300032061

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e dezenove, no escritório da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, situado na Av. República do Chile, nº 65, 24º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, em cumprimento ao disposto no artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, compareceu o Senhor Roberto da Cunha Castello Branco, brasileiro, natural da Cidade de São Luís, Maranhão, economista, casado, com domicílio na Av. República do Chile, nº 65, 24º andar, Centro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, CEP 20031-912, portador da carteira de identidade nº 01.895.832-2, expedida pelo DETRAN/RJ, e do CPF nº 031.389.097-87, que, após anuir: (**I**) aos termos da cláusula compromissória de que trata o artigo 58 do Estatuto Social da Petrobras, que estabelece que "A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Contrato de Participação e do Regulamento de Sanções, do Nível 2"; (**II**) ao Termo de Anuência dos Administradores conforme disposto no Regulamento do Nível 2 da B3, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis; (**III**) aos artigos 16 e 23 da Lei nº 13.303/16, que dispõem, respectivamente, que "sem prejuízo do disposto nesta Lei, o administrador de empresa pública e de sociedade de economia mista é submetido às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976" e que "é condição para investidura em cargo de diretoria da empresa pública e da sociedade de economia mista a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento"; (**IV**) ao parágrafo 2º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76; e (**V**) ao disposto no Decreto nº 6.029/07, que institui o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e, ainda, após ter tomado ciência e dado sua anuência integral aos termos do Estatuto Social e do "Padrão PP-1PBR-00510 – Gerir Regime Disciplinar de Empregados e Sistema de Consequências da Alta Administração e Conselho Fiscal", ambos da Petrobras, e ter cumprido a obrigação relativa à declaração de bens preceituada no artigo 22, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, bem como as disposições contidas na Instrução nº 367/02, da Comissão de Valores Mobiliários, tomou posse no cargo de Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, com prazo de gestão até 20 de março de 2021, para o qual foi eleito em reunião do Conselho de Administração da Petrobras realizada em 20 de março de 2019, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 142 da Lei nº 6.404/76 e nos artigos 20 e 21 do mencionado Estatuto. Do que, para constar, eu, João Gonçalves Gabriel, Secretário-Geral da Petrobras, lavrei o presente termo que vai assinado pelo empossado e, posteriormente, por mim. Rio de Janeiro, 22 de março de 2019.

Roberto da Cunha Castello Branco
Presidente

João Gonçalves Gabriel
Secretário-Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2019/218886-0 Data do protocolo: 12/04/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/04/2019 SOB O NÚMERO 00003581937 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 071B154272E7802C78D81FB809C8D15EB290504C697E62140ADF7A08ECAF881F
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 69
RJ

DECLARAÇÃO

Em cumprimento às disposições da Instrução nº 367, de 29 de maio de 2002, da Comissão de Valores Mobiliários, bem como em atenção ao disposto na Lei nº 13.303/2016, eu, abaixo assinado, declaro, sob as penas da lei, que:

I - não estou impedido nem incorro nas vedações estabelecidas por lei especial, incluindo a Lei nº 13.303/2016, e não estou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;

II - não estou condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;

III - atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;

IV - não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2019.

Roberto da Cunha Castello Branco

13º Ofício de Notas - Tabelião Luiz Fernando Carvalho de Faria
Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423 - Nº 08310870
Reconheço por semelhança a(s) firma(s):
ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO-161E/20
9-ECZD70662%AGD, #==========
Rio de Janeiro, 28 de Março de 2019 as 12:42:57
1- Em Testemunho da verdade
RONALD PEREIRA DIAS - Autorizado - RPD - 75
Válido somente com selo eletrônico. Total R$7,91
ECZD70662 AGD Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

13º Ofício de Notas
Ronald Pereira Dias
Escrevente Autorizado
Matr. 94/16946

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2019/218886-0 Data do protocolo: 12/04/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/04/2019 SOB O NÚMERO 00003581937 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 071B154272E7802C78D81FB809C8D15EB290504C697E62140ADF7A08ECAF881F
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exma. Promotora de Justiça
Em 12/02/21
7787

Promoção em separado, impressa em 02 lauda (s).

Itaboraí, 23/02/2021.

LUISA THURY MOSQUEIRA DE AZEVEDO
Promotora de Justiça / Mat. 8938

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 24/02/21. 7787

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado"*.

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/30-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 32/33.

Ofício da Petrobras à fl. 34, instruído de fls. 35/69, remetendo mídia digital (fl. 35), contendo informações sobre o cumprimento da obrigação supracitada.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: *"O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão"*, sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)"*, nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18;

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 71
RJ

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*";

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Junte-se** o ofício expedido em abril ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ;

2- **Cumpram-se** as determinações contidas nos itens III e IV do Relatório Inicial de Investigação (fl. 04);

3- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2021.

Luisa Thury Mosqueira de Azevedo

LUISA THURY MOSQUEIRA DE AZEVEDO
Promotora de Justiça
Mat. 8938

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 72
RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC nº 812/2020 *Itaboraí*, 27 de abril de 2019.
Ref: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano na 2ª Promotoria de Justiça do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 331 (trezentos e trinta e um) feitos, conforme planilha em anexo, em atenção ao art. 9º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ nº 1769/12 e art. 61, §4º, do Regimento Interno desse CSMP/RJ.

Ressalta-se que todos os procedimentos em anexo estão aguardando resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na última promoção lançada em cada procedimento, que pode ser consultada pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

(assinado eletronicamente)

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Dados: 2020.04.28 11:57:30 -03'00'

AO
EXMO. SR.
DR. JOSÉ EDUARDO CIOTOLA GUSSEM
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Marechal Câmara, nº 370 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20020-080

Fls. 73

Ofício 2ª PJTC n° 354/2021 *Itaboraí*, 24 de fevereiro de 2021.

Ref: **PA 25/2020 – MPRJ 202000174193**
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotora de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:** A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a *"(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

LUISA THURY MOSQUEIRA DE AZEVEDO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

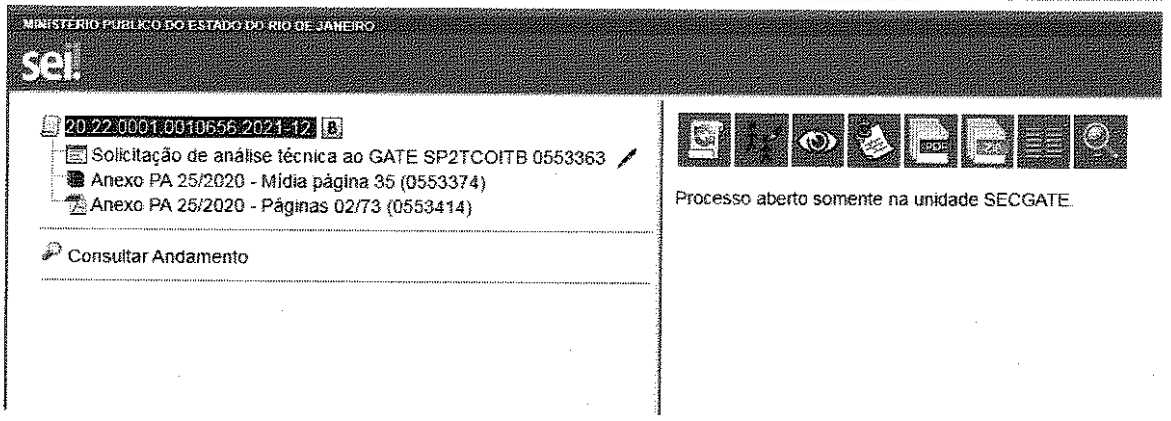
Encaminhado em 25/02/21 Fls. 7787 (email)

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 74
RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 71/2021
PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Certifico, nesta data, em cumprimento ao determinado à fl. 71, item 2, o encaminhamento de Solicitação de Análise Técnica ao GATE, via SEI (Processo 20.22.0001.0010656.2021-12), na forma abaixo.



Itaboraí, 08 de março de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 75 RJ

Solicitação de análise técnica ao GATE - 0553363

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
3226

Secretário(a):
Thaís Vieira dos Santos

E-mail:
thais.santos@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
202000174193

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

2. Trata-se de avaliação em saúde mental?
Não

* Caso a resposta seja positiva, preencher Anexo I - Identificação Individual

3. Trata-se de procedimento sujeito à prescrição para a propositura da ação judicial prevista na Lei no 8.429/92?
Não

***Caso a resposta seja positiva, indique o mês e o ano do termo final:**
-

4. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

5. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

6. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

6.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 6.1 seja marcada, descreva:**

-

6.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

6.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 6.3:
-

6.4 Oriunda dos Grupos de Atuação Especializada existentes na estrutura do Ministério Público.
Não

7. Trata-se de pedido de apoio técnico destinado a constatar a inexistência ou cessação de danos a direitos transindividuais ou regularização da prestação de serviços públicos ou atividades ilegais?
Não

8. É necessária alguma inspeção ou vistoria?
Não

* Caso a resposta seja positiva, preencher Anexo II - Endereço para Edificações

A dúvida técnica deve ser indicada por meio: i) da escolha dos serviços técnicos pretendidos, conforme portfólio de serviços disponível na página do GATE na intranet;ii) da elaboração de quesitos específicos e não jurídicos ou, ainda;iii)da descrição livre.

* Para serviços de análises de economicidade de contratos em aquisições, prestações de serviços ou obras, avaliação de imóveis (economicidade em aquisições ou aluguéis de imóveis) e prestação de contas ou congêneres - Consultar o Anexo III - Tabela de Quadro de Anexos.

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remeter o feito ao GATE, via SEI, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 08/03/2021, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0553363** e o código CRC **41C4642D**.

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos, à fl. 76, Of. SEAS / OUVI SEI nº 29
Em 22 / 03 / 21
7787

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls: 76 RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI SEI Nº29 Rio de Janeiro, 01 de março de 2021

Ilma. Sra. Promotora

Dra. Luisa Thury Mosqueira de Azevedo

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

MPRJSP2TCOITB 20210022468 3 190321 15:01:09

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 354/2021 - PA 25/2020 – MPRJ 202000174193

Excelentíssima Promotora de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 01/03/2021, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **14024582** e o código CRC **6A5D4FFF**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 14024582

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 77
RJ

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo. Promotor de Justiça
Em 22 / 03 / 21
62 77 66

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 15 /04/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 16 /04/21.

Ref.: Procedimento Administrativo nº 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Defiro o pedido de dilação de prazo (fl. 76) por mais 60 dias, **oficie-se** em resposta;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 13 de abril de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.04.15 11:07:52 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 79
RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 717/2021 *Itaboraí*, 20 de abril de 2021.

Ref.: PA **25/2020 – MPRJ 202000174193**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotora de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:** A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "*(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado*".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of. SEAS/OUVI SEI Nº 29, bem como informar o deferimento do pedido de dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação, do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO

Expedido em
22/04/21
7787
Servidor
(via email)

Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 22/04/2021, às 10:46, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0631805** e o código CRC **853EC9E7**.

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos, à fl. 80, despacho do GATE.
Em 23/04/21
7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 80 RJ

DESPACHO

REF.: MPRJ 2020.00174193 – SEI nº 20.22.0001.0010656.2021-12

Trata-se de expediente administrativo oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí, referente ao MPRJ 2020.00174193, o qual apura o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº 0009897-51.2018.8.19.0023, que se refere ao Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ *("C. No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim - COMPERJ I, com aproximadamente 11 Km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A Petrobras, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado").*

Com efeito, a atuação deste órgão técnico é pautada pela Resolução GPGJ 2.187/2018 e pela Ordem de Serviço nº 001/2017, que regulamentam o sistema de atendimento das solicitações de análises pelo GATE, sendo certo que, de acordo com o artigo 9º da mencionada Resolução, um dos requisitos para atuação do GATE é o da complementariedade, de modo que a atuação do GATE deve restringir-se às hipóteses em que haja manifestação prévia dos órgãos de controle estatais com atribuição, mas esta não seja suficiente a elucidar a questão técnica objeto de análise.

Nesse caso, a quesitação/indicação da dúvida técnica pela Promotoria de Justiça solicitante deve fazer referência às conclusões ou premissas adotadas pelo órgão público investido do poder de polícia, de forma a justificar a necessidade de avaliação complementar ou substitutiva à realizada por esse órgão.

Na hipótese vertente, consta ofício da 2ª PJTC nº 354/2021 (Fl. 100 - PDF do anexo PA 25/2020 – Páginas 02/73), datado de 24 de fevereiro de 2021, solicitando ao órgão ambiental competente *"que seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta."*

Entretanto, não constam dos documentos encaminhados no bojo do SEI nº 20.22.0001.0010656.2021-12 o relatório da auditoria externa, tampouco parecer técnico do INEA.

Nessa esteira, a análise técnica ora solicitada ao GATE deverá ser realizada após a elaboração e apresentação do relatório de auditoria externa contratada pelo Estado do Rio de Janeiro e do parecer técnico do INEA, cumprindo assim o caráter complementar da atuação deste grupo de apoio técnico especializado.

Destaca-se que a presente deliberação é tomada em consonância com o ajustado após debates com a equipe técnica que atua nos casos do COMPERJ, a qual sinalizou à Coordenação a impossibilidade de atendimento da SAT ora reencaminhada.

Destarte, estando o GATE impossibilitado de encetar a análise solicitada, procede-se à devolução do presente ao órgão de origem, instruindo-o com presente despacho, para as providências cabíveis.

COORDENAÇÃO GERAL DO GATE

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE DE CARVALHO PEREIRA, Promotor de Justiça**, em 23/03/2021, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0561950** e o código CRC **7F7A932D**.

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo. Promotor de Justiça
Em 05/07/21
1787

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 13/07/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 14/07/2021.
62033867

Ref.: Procedimento Administrativo nº 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Ciente** do acrescido à fl. 80;

2- **Reitere-se** o ofício não respondido (fl. 73);

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 12 de julho de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.07.13 12:55:09 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1366/2021 *Itaboraí*, 15 de julho de 2021.

Ref.: **PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:** A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "*(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado*".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos do Ofício 2ª PJTC nº 354/2021, solicitar que seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Expedido em 20/07/21 7787 Servidor (via email)

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO

Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 20/07/2021, às 10:36, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0809605** e o código CRC **703A6BF0**.

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
83
RJ

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
OF. SCAS / SUBEXE SEI Nº 197
21 / 07 / 2021
6203387

Compuq 2

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 84 RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI N°197 Rio de Janeiro, 07 de julho de 2021

Exmo. Sr.
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofícios 2ª PJTC nº 417/2020 nº 717/2021, e nº 354/2021.

PA 25/2020 – MPRJ 202000174193

PROTOCOLO 202100534457 120721 14:24:02

Senhor Promotor

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao termo dos ofícios em epígrafe, que visa apurar o cumprimento das obrigações contidas nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II do COMPERJ, pactuado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, a empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Civil Pública nº 9869-83.2018.8.19.0023, vimos tecer as considerações que seguem.

Em manifestação realizada pelo setor técnico do Instituto Estadual do Ambiente- INEA, foi informado que a PETROBRAS apresentou no âmbito do processo de requerimento de Licença de Operação nº EXT-PD/007.10488/2021, o Plano de Resposta a Emergência (PRE), o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) e o relatório de atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº IN024202, dentre as quais consta a condicionante (nº 21) referente a adoção das medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Riscos.

O INEA informou também que após avaliação destes documentos, foi emitida em 30/06/2021, a notificação nº 8188/2021, solicitando a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminação das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado,** em 09/07/2021 às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº

sei! assinatura eletrônica

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código verificador **19333144** e o código CRC **7B4EA381**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
OF. SEAS/SUBEXE SEI nº 238
Em 02/08/21
Rubrica 6100489

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 05

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº238 Rio de Janeiro, 29 de julho de 2021

Exmo. Sr.
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

MPRJ9P2TCOITB 202106015589 020821 14:22:20

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 1366/2021

PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao ofício em epígrafe, visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023, vimos tecer as considerações que seguem.

Informo que foi realizado o envio do Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº 197, no dia 09 de julho de 2021, encaminhando as informações requeridas quanto ao cumprimento da obrigação.

Considerando o curto espaço de tempo entre o Ofício enviado por esta Secretaria e requisição Ministerial no Ofício em referência, indagamos se podemos considerar a demanda atendida por meio do Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº197.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo

ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado**, em 30/07/2021, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **20266573** e o código CRC **D1B608D6**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 20266573

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 119/2022
PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193

Certifico que os presentes autos foram integralmente digitalizados (fls. 02/85) e anexados ao grupo de SharePoint desta Promotoria de Justiça e ao sistema MGP, em arquivo digital no formato PDF. Certifico, ainda, a fiel reprodução da documentação original dos autos físicos no referido arquivo digital.

Certifico que, a partir desta data, **o presente procedimento passará a adotar tramitação exclusivamente eletrônica**, conforme orientação do Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, com fulcro no artigo 17 da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP Nº 46 de 30 de setembro de 2021.

Por fim, certifico que os autos físicos permanecerão mantidos sob a guarda desta Secretaria.

Itaboraí, 15 de fevereiro de 2022.

Thaís Vieira dos Santos
Mat. 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 11 de abril de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 25 de abril de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/30-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 32/33.

Ofício da Petrobras à fl. 34, instruído de fls. 35/69, remetendo mídia digital (fl. 35), contendo informações sobre o cumprimento da obrigação supracitada.

Ofício da SEAS à fl. 76, solicitando dilação de prazo.

Despacho do GATE à fl. 80, informando que a análise solicitada ao GATE deverá ser realizada após a elaboração e apresentação do relatório de auditoria externo contratada pelo ERJ e do parecer técnico do INEA, cumprindo assim seu caráter complementar da atuação de apoio técnico especializado.

Ofício da SEAS à fl. 84, informando que o INEA após avaliação dos documentos apresentados pela Petrobras emitiu a Notificação n. 8188/2021, solicitando revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de*

12 (doze) meses (...)", nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- Acusando o recebimento do ofício de fl. 84, **oficie-se à SEAS** solicitando informar se a Petrobras atendeu à Notificação n. 8188/2021, objetivando a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo;

2- Oficie-se à Petrobras, com cópia de fl. 84, solicitando que promova a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo, conforme solicitado pela SEAS;

3- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 19 de abril de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.04.25 09:56:00 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 2543/2021 *Itaboraí*, 26 de novembro de 2021.

Ref.: **MPRJ 2021.00334810 - Relação de Inquéritos Civis e Procedimentos Administrativos que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, em complementação ao Ofício 2ª PJTC nº 787/2021, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 350 (trezentos e cinquenta) inquéritos civis e 147 (cento e quarenta e sete) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018 e no art. 3º da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 40, de 30 de abril de 2021.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 29/11/2021, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1111839** e o código CRC **912DBC98**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 913/2022 *Itaboraí*, 26 de abril de 2022.

Ref.: **PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193**

(Favor mencionar na resposta)

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:** A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "*(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of. SEAS/SUBEXEC SEI Nº 197 (em anexo), solicitar que seja informado se a Petrobras atendeu à Notificação n. 8188/2021, objetivando a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e de fl. 84 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/04/2022, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1431965** e o código CRC **C8FB1289**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 914/2022 *Itaboraí*, 26 de abril de 2022.

Ref.: **PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Gerente-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:** A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "*(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of. SEAS/SUBEXEC SEI Nº 197 (em anexo), solicitar que promova a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo, conforme solicitado pela SEAS. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e de fl. 84 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR GERENTE GERAL
ALESSANDRO DE CASTRO MELO
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro – RJ
CEP: 20031-912

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/04/2022, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1431973** e o código CRC **A3838E40**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição dos Ofícios 2ª PJTC nº 913 a 914/2022, via email.

Itaboraí, 03 de maio de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI SEI Nº26 Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 913/2022 - PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 04/05/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **32260026** e o código CRC **7A095882**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 32260026

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº197 Rio de Janeiro, 07 de julho de 2021

Exmo. Sr.
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofícios 2ª PJTC nº 417/2020 nº 717/2021, e nº 354/2021.

PA 25/2020 – MPRJ 202000174193

Senhor Promotor

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao termo dos ofícios em epígrafe, que visa apurar o cumprimento das obrigações contidas nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II do COMPERJ, pactuado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, a empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Civil Pública nº 9869-83.2018.8.19.0023, vimos tecer as considerações que seguem.

Em manifestação realizada pelo setor técnico do Instituto Estadual do Ambiente- INEA, foi informado que a PETROBRAS apresentou no âmbito do processo de requerimento de Licença de Operação nº EXT-PD/007.10488/2021, o Plano de Resposta a Emergência (PRE), o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) e o relatório de atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº IN024202, dentre as quais consta a condicionante (nº 21) referente a adoção das medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Riscos.

O INEA informou também que após avaliação destes documentos, foi emitida em 30/06/2021, a notificação nº 8188/2021, solicitando a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminação das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito**, **Subsecretário de Estado**, em 09/07/2021, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **19333144** e o código CRC **7B4EA381**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

PETROBRAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ITABORAÍ - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TAC2 do COMPERJ
Referência: Ofício 2ª PJTC nº 914/2022
Procedimento Administrativo - PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada nos presentes autos, em cumprimento à requisição constante do Ofício 2ª PJTC nº 914/2022, vem à presença de Vossa Excelência informar que efetuou a revisão/complementação do Plano de Atendimento à Emergência - PAE e do Plano de Gerenciamento de Risco - PGR relativos ao Gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, solicitada na Notificação INEA nº 8188/2021, conforme atestam os documentos anexos.

Tais Planos foram elaborados seguindo as diretrizes dos respectivos Termos de Referência - TRs, emitidos pelo INEA, e consideraram os cenários de emergência identificados no Estudo de Análise de Riscos - EAR elaborado para o Gasoduto, estabelecendo ações, estratégias e procedimentos para prevenir acidentes e controlar e extinguir situações de emergência, com vistas à proteção das pessoas e à redução de danos ao meio ambiente e a terceiros, atendendo, portanto, ao demandado na supracitada Notificação, expedida pelo órgão ambiental estadual.

Com efeito, requer que Vossa Excelência digne declarar satisfeita a obrigação insculpida na CLÁUSULA TERCEIRA, item C.2/C.4, do TAC2 do COMPERJ, extinguindo o feito.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com

PETROBRAS

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2022.

Fernando Lourenco de Sousa

Assinado de forma digital por Fernando Lourenco de Sousa
Dados: 2022.06.02 11:43:42 -03'00'

(documento assinado digitalmente)

Fernando Lourenço de Sousa

OAB/RJ 126.742

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2021

SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0077/2021

À Senhora
Alana da Costa di Lauro Pedreira
Analista Ambiental
Serv. de Aval. de Risco Ambiental Tecnol. e Planos de Emergência – SARAT
Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental Tecnológico – GELRAM
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
Av. Venezuela, 110, Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Assunto: Atendimento à Notificação nº 8188/2021 – Apresentação do EAR Atualizado do Gasoduto Guapimirim-Comperj I.

Referência: Processo EXT-PD/007.10488/2021.

Prezada Senhora,

Em referência ao Processo EXT-PD/007.10488/2021, enviamos o Estudo de Análise de Riscos – EAR atualizado do Gasoduto Guapimirim-Comperj I com a avaliação dos riscos desta instalação operando em sentido bidirecional, bem como das respectivas linhas de interligação situadas no Ponto de Entrega de Guapimirim e no Polo GasLub de Itaboraí.

O estudo seguiu a metodologia e demais orientações definidas no Termo de Referência – TR de análise de riscos do INEA. Quando comparado aos critérios de aceitabilidade de risco deste TR, o estudo demonstrou que os resultados de risco individual e de risco social são toleráveis.

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,
Guilherme Nohra Senna
Assinado de forma digital por Guilherme Nohra Senna
DN: cn=Guilherme Nohra Senna, o=Petrobras, ou=SMS/LCA, email=guilherme.senna@petrobras.com.br, c=BR
Dados: 2021.11.08 14:55:46 -03'00'

Guilherme Nohra Senna
Gerente de Licenciamento para Refino, Gás Natural e Logística

Anexo(s): EAR Atualizado do Gasoduto Guapimirim-Comperj I.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.96

PROTOCOLO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Informo que nesta data foi(ram) juntado(s) ao EXT-PD/007.10488/2021 o(s) seguinte(s) documento(s):

- Documentos em resposta a notificações, em atendimento ao(s) item(ns): 1
- Carta

São de responsabilidade do requerente e dos técnicos responsáveis os estudos e as informações prestadas, sujeitando-se às responsabilidades penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente, bem como ao indeferimento do requerimento em trâmite ou ao cancelamento do documento de licenciamento emitido.

Niterói, 09 de novembro de 2021.

Anielle Monteiro Marinho
Analista ambiental
ID 51168324

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2022

SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0002/2022

À Senhora
ALANA DA COSTA DI LAURO PEDREIRA
Analista Ambiental
Serv. de Aval. de Risco Ambiental Tecnol. e Planos de Emergência – SARAT
Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental Tecnológico – GELRAM
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
Av. Venezuela, 110, Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Assunto: Complementação ao Atendimento à Notificação nº 8188/2021 – Apresentação do PGR e PRE do Gasoduto Guapimirim-Comperj I.

Referência: Processo EXT-PD/007.10488/2021.

Prezada Senhora,

Em referência ao Processo EXT-PD/007.10488/2021 e em complementação ao atendimento à Notificação nº 8188/2021, enviamos o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e o Plano de Resposta a Emergências – PRE do Gasoduto Guapimirim-Comperj I (Gaserj). O Termo de Compromisso assinado será encaminhado posteriormente.

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Guilherme Nohra Senna

Assinado de forma digital por Guilherme Nohra Senna
DN: cn=Guilherme Nohra Senna, o=Petrobras, ou=SMS/LCA, email=guilherme.senna@petrobras.com.br, c=BR
Dados: 2022.01.12 11:51:00 -03'00'

Guilherme Nohra Senna
Gerente de Licenciamento para Refino, Gás Natural e Logística

Anexo(s): 1) Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
2) Plano de Resposta a Emergências – PRE.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.96

PROTOCOLO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Informo que nesta data foi(ram) juntado(s) ao EXT-PD/007.10488/2021 o(s) seguinte(s) documento(s):

- Carta
- Programa de Gerenciamento de Riscos

São de responsabilidade do requerente e dos técnicos responsáveis os estudos e as informações prestadas, sujeitando-se às responsabilidades penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente, bem como ao indeferimento do requerimento em trâmite ou ao cancelamento do documento de licenciamento emitido.

Niterói, 13 de janeiro de 2022.

Anielle Monteiro Marinho
Analista ambiental
ID 51168324

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 9 de março de 2022

SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0020/2022

À Senhora
ALANA DA COSTA DI LAURO PEDREIRA
Analista Ambiental
Serv. de Aval. de Risco Ambiental Tecnol. e Planos de Emergência – SARAT
Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental Tecnológico – GELRAM
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
Av. Venezuela, 110, Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Assunto: Complementação ao Atendimento à Notificação nº 8188/2021 – Apresentação do Termo de Compromisso do PGR do Gasoduto Guapimirim-Comperj I (Gaserj).

Referência: Processo EXT-PD/007.10488/2021.

Prezada Senhora,

Em referência ao Processo EXT-PD/007.10488/2021 e em complementação ao atendimento à Notificação nº 8188/2021, enviamos o Termo de Compromisso referente ao Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR do Gasoduto Guapimirim-Comperj I (Gaserj), já apresentado a este INEA por meio da carta SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0002/2022.

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Guilherme Nohra Senna

Assinado de forma digital por Guilherme Nohra Senna
DN: cn=Guilherme Nohra Senna, o=Petrobras, ou=SMS/LCA, email=guilherme.senna@petrobras.com.br, c=BR
Dados: 2022.03.09 14:26:46 -03'00'

Guilherme Nohra Senna
Gerente de Licenciamento para Refino, Gás Natural e Logística

Anexo(s): Termo de Compromisso do PGR do Gasoduto Guapimirim-Comperj I.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.96

PROTOCOLO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Informo que nesta data foi(ram) juntado(s) ao EXT-PD/007.10488/2021 o(s) seguinte(s) documento(s):

- Carta
- Termo de Compromisso do PGR assinado

São de responsabilidade do requerente e dos técnicos responsáveis os estudos e as informações prestadas, sujeitando-se às responsabilidades penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente, bem como ao indeferimento do requerimento em trâmite ou ao cancelamento do documento de licenciamento emitido.

Niterói, 15 de março de 2022.

Anielle Monteiro Marinho
Analista ambiental
ID 51168324

TRANSPETRO

NP-1

COMPROMISSO COM UM PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO
Regional UN-RJMG
Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030

A Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO se compromete a manter um Programa de Gerenciamento dos Riscos proporcionados pelos ativos da Regional UN-RJMG à população, em razão da produção, operação, armazenamento, consumo, geração e/ou transporte de substâncias perigosas.

O responsável geral pelo Programa de Gerenciamento de Riscos será o Sr. Sérgio Moacir da Luz Ferreira, Gerente Setorial de Segurança, Meio Ambiente e Saúde. O Programa contará com a seguinte estrutura e atribuições mínimas para cumprir os objetivos:

1. Informações de segurança nos locais de trabalho

Responsáveis: Sr. Felipe Toneli Chagas, Gerente DTRM.
Sr. Felipe José Silveira Lapa, Gerente ANGRA.
Sr. Arlygleidson Viana Alves, Gerente BG.

Atribuições:

a) Manter disponíveis para as pessoas envolvidas as informações sobre segurança que sejam pertinentes a cada local de trabalho, que serão sempre atualizadas. Essas informações abrangerão os riscos proporcionados pelas substâncias perigosas e os riscos decorrentes da tecnologia e dos equipamentos empregados.

b) As informações relativas aos riscos proporcionados pelas substâncias perigosas conterão, pelo menos:
   - as vias e a forma de agressão ao ser humano;
   - os limites permissíveis de exposição;
   - os dados físicos;
   - os dados de reatividade;
   - os dados de corrosividade;
   - os dados de estabilidade térmica e química;
   - os efeitos perigosos sobre os diferentes materiais existentes no local de trabalho.

c) As informações relativas aos riscos decorrentes da tecnologia e dos equipamentos empregados conterão, pelo menos:

- características dos vasos, tanques, bombas, tubulações e acessórios, válvulas, sistemas de dosagem, sistemas de alívio e de ventilação, sistemas de detecção de gases e fogo, sistemas de desligamento de emergência, sistemas de intertravamento e sistemas de controle;
- requisitos especiais para a instalação elétrica;
- precauções necessárias para se evitar a exposição de pessoas;
- procedimentos no caso de exposição a agentes agressivos.

2. Informações relativas aos procedimentos e condições de operação nos locais de trabalho

Responsáveis: Sr. Felipe Toneli Chagas, Gerente DTRM.
Sr. Felipe José Silveira Lapa, Gerente ANGRA.
Sr. Arlygleidson Viana Alves, Gerente BG.

Atribuições:

a) Manter disponíveis para as pessoas envolvidas em cada local de trabalho, as informações sobre os procedimentos e condições de operação aprovados, que serão sempre atualizadas.

b) As informações relativas aos procedimentos conterão, pelo menos, o que for relativo:

- à partida;
- à operação normal;
- às operações temporárias;
- à parada normal;
- à parada de emergência.

c) As informações relativas às condições operacionais conterão, pelo menos, o que for relativo:

- aos limites operacionais;
- às consequências da ocorrência de desvios operacionais;
- às medidas que evitem a ocorrência de desvios operacionais.

d) Manter disponíveis:

- fluxogramas, isométricos e/ou diagramas de tubulação e instrumentação.

3. Treinamento do pessoal

Responsável: Sr. Davi Caetano Dias, Gerente Setorial de RH.

Atribuições:

a) Promover o treinamento inicial das pessoas que serão envolvidas em cada local de trabalho.

b) Promover o retreinamento das pessoas envolvidas em cada local de trabalho, no máximo a cada trinta meses.

c) Manter registros do treinamento e do retreinamento de cada pessoa envolvida em cada local de trabalho, contendo, pelo menos, as datas e o conteúdo programático.

4. Integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

Responsável: Sr. Felippe Thiago Camilo Reis, Gerente SIE.
Sr. Felipe Toneli Chagas, Gerente DTRM.
Sr. Felipe José Silveira Lapa, Gerente ANGRA.
Sr. Arlygleidson Viana Alves, Gerente BG.

Atribuições:

a) Promover a realização periódica de inspeções em todos os equipamentos e sistemas de proteção.

b) Promover as manutenções preditiva e/ou preventiva e os testes funcionais com a frequência necessária à integridade e confiabilidade dos equipamentos e sistemas.

c) Promover a manutenção corretiva imediata, no caso de falha da manutenção preditiva e/ou preventiva.

d) Manter o registro das periodicidades previstas e do efetivo cumprimento das inspeções, manutenções e testes funcionais de cada equipamento ou sistema.

5. Plano de ação para emergências

Responsável: Sr. Kilder Souza Moraes, Engenheiro de Segurança.

Atribuições:

a) Implementar um plano de ação para situações de emergência, designando as equipes que deverão atuar nessas ocasiões.

b) Treinar o pessoal previsto para participar de situações de emergência e as demais pessoas nos procedimentos de resgate e evacuação.

c) Retreinar as pessoas das equipes de emergência pelo menos uma vez por mês e as demais, no máximo, a cada trinta meses.

d) Manter o registro dos treinamentos e retreinamentos realizados, onde conste, como mínimo, as datas, os participantes e o conteúdo programático.

e) Revisar o Plano de Ação para Emergências sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato, encaminhando ao INEA uma cópia em papel e outra em meio digital;

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022

TRANSPETRO

NP-1

Flavio Godinho Vlana

Assinado de forma digital por Flavio Godinho Vlana
Dados: 2022.03.09 12:08:29 -03'00'

Flávio Godinho Viana

Responsável pela Empresa

Sérgio Moacir da Luz Ferreira

Assinado de forma digital por Sérgio Moacir da Luz Ferreira
Dados: 2022.03.08 20:28:50 -03'00'

Sérgio Moacir da Luz Ferreira

Responsável pelo Programa de Gerenciamento de Riscos

Kilder Souza Moraes

Responsável pelo Plano de Ação para Emergências

Kilder Souza Moraes
Engenheiro
Registro CREA-RJ 891015079
Matrícula: 001307-0
TP/DDT/DTNNESE/SE

TRANSPETRO

NP-1

Ricardo de Carvalho Pinheiro
Assinado de forma digital por Ricardo de Carvalho Pinheiro
Dados: 2022.03.08 16:02:42 -03'00'

Felipe Toneli Chagas

Responsável pelas informações de segurança nos locais de trabalho

FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Assinado de forma digital por FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Dados: 2022.03.08 16:15:52 -03'00'

Felipe José Silveira Lapa

Responsável pelas informações de segurança nos locais de trabalho

Arlygleidson Viana Alves

Responsável pelas informações de segurança nos locais de trabalho

Ricardo de Carvalho Pinheiro
Assinado de forma digital por Ricardo de Carvalho Pinheiro
Dados: 2022.03.08 16:08:02 -03'00'

Felipe Toneli Chagas

Responsável pelas informações relativas aos procedimentos e condições de operação nos locais de trabalho

FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Assinado de forma digital por FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Dados: 2022.03.08 15:31:53 -03'00'

Felipe José Silveira Lapa

Responsável pelas informações relativas aos procedimentos e condições de operação nos locais de trabalho

Arlygleidson Viana Alves

Responsável pelas informações relativas aos procedimentos e condições de operação nos locais de trabalho

P/ Davi Caetano Dias

Responsável pelo treinamento do pessoal

Felippe Thiago Camilo Reis

Responsável pela integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

Ricardo de Carvalho Pinheiro
Assinado de forma digital por Ricardo de Carvalho Pinheiro
Dados: 2022.03.08 16:08:22 -03'00'

Felipe Toneli Chagas

Responsável pela integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Assinado de forma digital por FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Dados: 2022.03.08 15:32:39 -03'00'

Felipe José Silveira Lapa

Responsável pela integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

Órgão Gestor: TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS

DATA REVISÃO: MAR/2022

TRANSPETRO

NP-1

Arlygleidson Viana Alves

Responsável pela integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

Plano de Resposta a Emergências

GASODUTOS DA GERÊNCIA DTRM

REVISÃO P

12 / 2021



SUMÁRIO

1. OBJETIVO 4
2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES 4
2.1 PETROBRAS 4
2.2 TRANSPETRO 4
2.3 Legislação 5
2.4 Outros 6
3. RELACIONAMENTO COM OUTROS PLANOS 6
3.1 Integração ao Plano de Contingência Corporativo - PCCORP 6
3.2 Integração ao Plano de Emergência Individual - PEI 7
3.3 Integração a outros Planos de Resposta a Emergência – PRE 7
4. ABRANGÊNCIA 8
4.1 Limites de jurisdição de abrangência 8
4.2. Definição da área geográfica vulnerável 8
5. DEFINIÇÕES E SIGLAS 9
6. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE, INSTALAÇÃO E ATIVIDADE 9
6.1 A identificação de cada instalação compreendida neste Plano estão descritas nas respectivas pastas que contêm ANEXOS específicos de cada instalação: 9
6.2 Dados para emissão de documentos e autorização para transporte de recursos 9
7. RESPONSÁVEIS 10
7.1. Representante Legal da Instalação 10
7.2. Responsável Técnico pela Elaboração e Revisão do PRE 10
7.3. Responsável pelo Gerenciamento, Coordenação e Implantação do PRE 10
8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA - EOR 10
8.1 Grupo Especial de Contingência - GEC 11
9. SISTEMA DE ALERTA 12
9.1 Alerta por Controle Operacional 12
9.2 Alerta por Comunicação Interna 13
9.3 Alerta por Comunicação Externa 14
10. RECONHECIMENTO DA EMERGÊNCIA 14
11. COMUNICAÇÃO DA EMERGÊNCIA 14
11.1 Fluxograma de Comunicação de Emergência 14
11.2 Gestão de Comunicação de Crise 16
12. ACIONAMENTO DA EOR 17
13. CENÁRIO DE EMERGÊNCIA 17
14. OBJETIVOS DA RESPOSTA, ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS 18
14.1. Objetivos da Resposta 18
14.2. Informações para Estratégias de Resposta 18
14.2.1 Segurança às Pessoas (Fora da Instalação) 18
14.2.2 Segurança às Pessoas (na Instalação) 24
14.2.3 Ambiental 25
14.2.4 Segurança às Instalações 26

14.2.5 Análise de Vulnerabilidade 27
14.3. Descrição das Estratégias de Resposta 34
14.4. Procedimentos de Resposta 36
14.4.1 Interrupção e Controle do Evento 36
14.4.2 Proteção de Receptores Ameaçados 37
14.4.3 Recuperação de Receptores Impactados 39
14.4.4 Segurança e Saúde do Pessoal Envolvido nas Ações de Resposta 44
14.4.5 Procedimentos Não Aplicáveis 44
14.5. Procedimentos de Apoio 44
14.5.1 Monitoramento e Controle da Saúde Ocupacional 44
14.5.2 Monitoramento e Controle de Riscos 46
14.5.3 Segurança Física de Pessoas, Equipamentos e Instalações da Companhia e de Terceiros 46
14.5.4 Coleta e Disposição dos Resíduos Gerados 47
14.5.5 Acionamento e Deslocamento de Recursos 47
14.5.6 Monitoramento da Evolução da Emergência 49
14.5.7 Obtenção e Atualização de Informações Relevantes 49
14.5.8 Registro das Ações de Resposta 50
14.5.9 Desmobilização 51
14.5.10 Documentação 52
14.5.11 Levantamento de Dinheiro em Espécie 52
14.5.12 Acionamento do Seguro e Controle e Inventários dos Salvados 53
14.5.13 Compras e Contratações 53
14.5.14 Gestão de Custos 55
15. RECURSOS 55
15.1 Recursos Materiais 56
15.2 Recursos Humanos 56
16. CONTINUIDADE DA RESPOSTA 56
17. ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES 56
17.1 Desmobilização 57
17.2 Ações Suplementares 57
17.3 Análise Crítica 57
17.4 Critérios para Reinício Seguro de Operação ou Atividade Relacionada com Anomalias de SMS 58
18. GERENCIAMENTO DO PRE - PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIA 58
18.1 Revisão / Atualização 58
18.2 Planejamento e Execução de Simulados 59
18.3 Divulgação e Implantação 59
19. ANEXOS 59

1. OBJETIVO

Este Plano foi elaborado por uma equipe multidisciplinar da TRANSPETRO, observando o conteúdo da Norma PETROBRAS N-2644 e Padrão TRANSPETRO PP-0TP-00026 - Elaboração e Revisão de Planos de Resposta a Emergências.

Este documento tem como objetivo estabelecer procedimentos técnico-administrativos a serem adotados nos cenários de emergência, que eventualmente possam ocorrer durante as operações nas instalações de Gás Natural da DTRM possibilitando, desta forma, ações rápidas, eficientes e ordenadas, visando preservar vidas, evitar ou minimizar danos às instalações e impactos às comunidades vizinhas, ao meio ambiente e à imagem da Companhia.

O presente documento refere-se ao Plano de Resposta a Emergências que estabelece as estratégias, procedimentos e a estrutura de resposta a emergências.

2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

2.1 PETROBRAS

- Norma PETROBRAS N-2098 - Inspeção de Dutos Terrestres em Operação;
- Norma PETROBRAS N-2644 - Plano de Resposta a Emergências;
- Norma PETROBRAS N-2782 - Critérios para Aplicação de Técnicas de Avaliação de Riscos e Confiabilidade;
- DI-1PBR-00193 - Gestão de SMS / Diretriz 3 - Avaliação e Gestão de Riscos;
- DI-1PBR-00201 - Gestão de SMS / Diretriz 11 - Contingência;
- DI-1PBR-00202 - Gestão de SMS / Diretriz 12 - Relacionamento com a Comunidade;
- PP-1PBR-00398 - Resposta a Emergências em SMS;
- PE-1PBR-00196 - Atenção à Saúde dos Participantes da Estrutura Organizacional de Resposta (EOR), Dimensionamento e Alocação dos Recursos de Saúde em Emergências;
- PE-1PBR-00197 - Plano de Contingência Corporativo - PCCORP;
- PE-1PBR-00008 - Procedimentos em Caso de Ameaça com Explosivos;
- Guia de Comunicação de Crise da PETROBRAS.

2.2 TRANSPETRO

- EP-5TP-00011 - Produtos Químicos da Malha RJ/MG;
- MO-5TP-00068 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GNL - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00134 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GASDUC II;
- MO-5TP-00212 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - GASCAB I;
- MO-5TP-00213 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GA_PNA-1 / Cabiúnas 20" (GASCAB-II) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00214 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GA_PGP-1 / Cabiúnas 22" (GASCAB-III) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00215 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GA_PCE-1 / Cabiúnas 18" (Enchovão) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00216 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00238 - Malha Norte Fluminense – Manual de Operação – Gasoduto GASERJ;

- MO-5TP-00239 - Malha Norte Fluminense – Manual de Operação – Gasoduto Rota 3 – (Trecho Terrestre);
- PE-0TP-00038 - Seguro de Riscos Operacionais/Procedimentos;
- PE-0TP-00304 - Planejar Contingência;
- PE-0TP-00311 - Responder Emergência;
- PE-0TP-00354 - Manter Estado de Prontidão;
- PE-3TP-00012 - Protocolo de Responsabilidade de Interfaces TRANSPETRO E UN-REGAP;
- PE-3TP-00014 - Protocolo de Responsabilidades das Interfaces para Operação dos Sistemas de Oleodutos entre as Unidades do TECAM, UN-REDUC E TABG;
- PE-3TP-00245 - Planos de Emergência Individuais (PEI) da Gerência Geral do Sudeste;
- PE-4TP-00023 - PRE - Plano de Resposta a Emergência Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara - TRBG;
- PE-4TP-00095 - Plano de Resposta à Emergência dos Terminais e Estações de Bombeio da Gerência DTRM;
- PE-4TP-00098 - Plano de Resposta à Emergência dos Oleodutos da Gerência DTRM;
- PE-5TP-00025 - Monitoração, Detecção e Controle de Vazamentos em Gasodutos;
- PE-5TP-00205 - Situações Anormais e de Emergência;
- PE-5TP-00212 - Acompanhamento operacional e rotinas do CNCO/GAS;
- PE-5TP-00213 - Limites Operacionais;
- PE-5TP-00399 - Malha Norte Fluminense - Atividades com PIG;
- PE-5TP-01151 – Malha Norte Fluminense - Atividades em Áreas de Válvulas;
- PE-5TP-01414 - Operações de Despressurização de Gasodutos - Estação de Barra do Furado;
- PG-3TP-00042 - Protocolo de Responsabilidades entre TRANSPETRO, E&P-AGP/UO-BC e UO-AGN/APCAB - GASCAB I / II / III e ENCHOVÃO;
- PG-3TP-00046 - Protocolo de Responsabilidades entre TRANSPETRO e UO-BS e APCAB - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - (Trecho Terrestre);
- PG-3TP-00054 - Protocolo de Responsabilidades entre Transpetro, APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ;
- PG-3TP-00055 - Protocolo de Responsabilidades entre TRANSPETRO, UN-BS e APITB - Gasoduto Rota 3 - (Trecho Terrestre);
- PP-0TP-00002 - Gerir Anomalias em SMS;
- PP-0TP-00032 - Gerir de Resíduos;
- PP-0TP-00073 - Contingência em SMS;
- PP-3TP-00043 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, APCAB e REDUC - GASDUC II;
- PP-3TP-00050 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre SE/DTRM e SE/BG - Gasoduto de GNL BG;
- PP-3TP-00051 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, UO-BS e APCAB - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - (Trecho Terrestre);
- PP-3TP-00062 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ;
- PP-3TP-00063 - PMO – Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, UN-BS e APITB – Gasoduto Rota 3 – (Trecho Terrestre).

2.3 Legislação

- Portaria 3214 de 08/06/1978 - Aprova as Normas Regulamentadoras (NR-23- Proteção contra Incêndios/ NR 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis);
- Lei 4395 de 1998 - Cria o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC);
- Lei 9605 de 09 de dezembro de 1999, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

- Lei 9966 de 28 de abril de 2000, que estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional;
- Resolução ANP nº 44 de 22/12/2009 - Procedimento para Comunicação de Incidente;
- Instrução Normativa IBAMA nº 15 de 6/10/2014 - SIEMA - Sistema Nacional de Emergências Ambientais;
- Regulamento Técnico nº 2/2011 - Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural (RTDT);
- Decreto nº 8.127 de 22 de outubro de 2013 - Institui o Plano Nacional de Contingência;
- Resolução CONAMA nº. 398 de 11/06/2008 - "Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleos originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração".

Demais legislações associadas às atividades de SMS da TRANSPETRO, de âmbito Federal, Estadual e Municipal na área de abrangência das instalações do órgão estão disponibilizadas na intranet endereço: http://apl.ti.petrobras.com.br/lexamb/ e http://portal.transpetro.com.br/intr/appmanager/portalIntranet/SMS, ícone SGI / Legislações de SMS.

2.4 Outros

- Estudo de Análise de Riscos (EARs) das Unidades Operacionais.

3. RELACIONAMENTO COM OUTROS PLANOS

As situações de emergência na TRANSPETRO são classificadas segundo os níveis de resposta, definidos a partir de critérios de Gerenciamento de Riscos, conforme descritos a seguir:

- **Nível de Resposta Local:** inclui organização, procedimentos operacionais de resposta e recursos da instalação, atividade ou serviço que conta com recursos próprios e externos disponíveis em instituições e empresas locais ou outros recursos, inclusive corporativos, disponibilizados por meio de protocolos específicos firmados para atendimento de emergências;

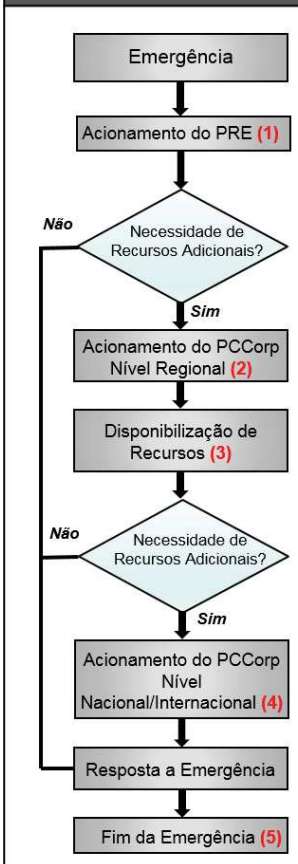
- **Nível de Resposta Regional:** quando os recursos locais não forem suficientes para combater a emergência. Incluem recursos externos disponíveis de unidades organizacionais da mesma região, instituições e empresas da região e outros recursos corporativos localizados na região;

- **Nível de Resposta Nacional ou Internacional:** quando os recursos regionais não forem suficientes para combater a emergência. Inclui recursos externos disponíveis em quaisquer unidades organizacionais da companhia, instituições e empresas nacionais ou internacionais e recursos corporativos localizados em mais de uma região.

3.1 Integração ao Plano de Contingência Corporativo - PCCORP

O objetivo do Plano de Contingência Corporativo é prover recursos adicionais as Unidades Operacionais, em nível de resposta Nacional/Internacional, quando estes não forem suficientes para a resposta à emergência e estabelecer os mecanismos para acionamento, transporte e entrega de recursos em nível Corporativo, que permitam atender pronta e eficientemente às situações de emergência decorrentes das atividades do Sistema PETROBRAS.

Nota: Em situações de emergência, quando houver necessidade de recursos adicionais aos previstos no Plano de Emergência da Unidade Operacional, o acionamento dos Planos Corporativos e PCCORP, ficam a critério da Unidade em emergência, conforme fluxograma a seguir.

O QUÊ?	QUEM?	ONDE?	QUANDO?	COMO?	POR QUÊ?
	(1) Conforme estabelecido no Plano de Emergência (PRE/PEI) da UO	Na Unidade em emergência	Após a detecção da emergência	Conforme procedimentos estabelecidos no PRE da Unidade	Para controlar a emergência
	(2) Comando da emergência ou Gerente da Unidade em emergência ou designado.	Na Unidade em emergência	Quando constatar a necessidade de recursos adicionais	Acionando o Coordenador do PCCorp e/ou Gerentes de unidades na mesma região da emergência	Para disponibilizar recursos adicionais da mesma região para o controle da emergência
	(3) Gerentes das Unidades na mesma região ou Coordenador Regional que possa atender com maior rapidez à solicitação.	Onde ele se encontrar	Quando acionado pela Unidade em Emergência	Consultando o inventário próprio da Unidade, disponibilizando os recursos e negociando a logística dos mesmos.	Para auxiliar a Unidade em Emergência
	(4) Comando da emergência ou Gerente da Unidade em emergência ou designado.	Onde ele se encontrar	Quando recursos regionais não forem suficientes para atender à emergência.	Acionando o Coordenador do PCCorp e/ou Gerentes das Unidades de outras regiões.	Para aumentar os recursos para controle da emergência
	(5) Conforme estabelecido no Plano de Emergência (PRE/PEI) da Unidade em emergência.	Na Unidade em emergência	Na conclusão das atividades de resposta à emergência	Informando às partes interessadas e envolvidas	Para desmobilização dos recursos

3.2 Integração ao Plano de Emergência Individual - PEI

Este PRE deve trabalhar de forma integrada com o PEI dos Oleodutos para resposta aos cenários de incidentes de poluição por óleo. Os cenários de incidente de poluição por óleo encontram-se detalhados no PEI, alinhados a Resolução CONAMA 398/2008.

As informações e procedimentos de resposta relacionados aos Planos de Emergência Individual - PEI dos Oleodutos estão disponíveis eletronicamente no sistema informatizado de controle a Emergências - InfoPAE, que pode ser acessado pelo endereço: http://infopae.petrobras.com.br

3.3 Integração a outros Planos de Resposta a Emergência – PRE

Este PRE deve trabalhar de forma integrada com o Plano de Resposta a Emergência dos Oleodutos da Gerência DTRM - PE-4TP-00098, quando os dutos (Gasodutos e Oleodutos) compartilham de uma mesma faixa.

4. ABRANGÊNCIA

O presente PRE, será aplicado sempre que a Coordenação das Ações de Resposta estiver sob a responsabilidade do TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM, ou seja, enquanto outra autoridade responsável não assumir a referida Coordenação e sempre que:

- Ocorra uma emergência ou exercícios no TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM, em operações sob sua responsabilidade;

- Seja necessário desenvolver/ apoiar ações, destinadas a tratar as consequências de atos ilícitos que possam afetar as pessoas, o meio ambiente e as instalações ou minimizar seus efeitos com uma pronta atuação.

4.1 Limites de jurisdição de abrangência

Este Plano de Resposta a Emergência aplica-se aos **Gasodutos e Estações de Compressão** operadas pela TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM e abrange toda a faixa de servidão e suas instalações, equipamentos e acessórios, tais como: linha tronco, canhão lançador/recebedor de dispositivos de inspeção e limpeza (PIGs), pontos de entrega e válvulas de bloqueio/segurança. As instalações compreendidas são:

1. GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC;
2. GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos;
3. GASCAB I, II, III;
4. Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2);
5. Gasoduto Guapimirim-Comperj (GASERJ I);
6. Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre.

No caso de emergência no trecho marítimo, embora as ações iniciais de bloqueio de válvulas sejam de responsabilidade de atuação direta da DTRM, através do CNCL, ações de isolamento de área com uso de embarcações apropriadas, inspeção marítima, reparo em trecho marítimo, serão realizadas através de recursos disponibilizados pelo Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara e pela área de Serviço de Engenharia da TRANSPETRO.

Para emergências envolvendo as operações do Terminal Flexível de Gás Natural Liquefeito (GNL), operado pelo Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG), consultar o PE-4TP-00023 - PRE - Plano de Resposta a Emergência Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara - TRBG.

4.2. Definição da área geográfica vulnerável

As áreas consideradas vulneráveis foram definidas com base no Estudo de Análise de Riscos - EAR, e estão descritas neste Plano.

5. DEFINIÇÕES E SIGLAS

Para os propósitos deste Plano são adotados os termos indicados no Portal Petrobras – DSERV Glossário - Definições e Siglas utilizadas em SMS no endereço:
http://portalpetrobras.petrobras.com.br/conteudo/petr_banco_anexos/transp_dserv/GLOSSrev2.pdf

Para efeito de melhor entendimento, seguem abaixo, as siglas de identificação ligadas às Questões / Órgãos de Meio Ambiente.

- ALA - Autorização para Licenciamento Ambiental;
- APA - Área de Proteção Ambiental;
- ESEC - Estação Ecológica;
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- PAED - Plano de Ações de Emergências para Dutos;
- PARNA - Parque Nacional;
- REBio - Reserva Biológica;
- RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural;
- UC - Unidade de Conservação.

6. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE, INSTALAÇÃO E ATIVIDADE

6.1 A identificação de cada instalação compreendida neste Plano estão descritas nas respectivas pastas que contêm ANEXOS específicos de cada instalação:

- Anexo 1.0 - GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC
- Anexo 2.0 - GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos
- Anexo 3.0 - GASCAB I, II, III
- Anexo 4.0 - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)
- Anexo 5.0 - Gasoduto Guapimirim Comperj (GASERJ)
- Anexo 6.0 - Gasoduto Rota 3 (Maricá) - Trecho Terrestre

6.2 Dados para emissão de documentos e autorização para transporte de recursos

- Nome: Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- CNPJ: 02.709.449/0002-30
- IE - Inscrição Estadual: 77.120.610
- Telefone: (21) 3227-6694

7. RESPONSÁVEIS

7.1. Representante Legal da Instalação

- Nome: Felipe Toneli Chagas - Gerente Operacional
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Telefone: (21) 3227-5663
- E-mail: felipetoneli@transpetro.com.br

7.2. Responsável Técnico pela Elaboração e Revisão do PRE

- Nome: Sérgio Moacir da Luz Ferreira - Gerente Setorial de Segurança Operacional
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Telefone: (21) 3227-1763
- E-mail: smoarcirluz@transpetro.com.br

- Nome: Kilder Souza Moraes – Engenheiro de Segurança do Trabalho
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Registro Profissional: CREA-RJ 891015079
- Telefone: (21) 3227-2827
- E-mail: kilder@transpetro.com.br
- Data: 27 / 01 / 2022
- Assinatura: Kilder Souza Moraes

Kilder Souza Moraes
Engenheiro
Registro CREA-RJ 891015079
Matrícula: 001307-0
TP/DDT/DTNNESE/SE

7.3. Responsável pelo Gerenciamento, Coordenação e Implantação do PRE

- Nome: Felipe Toneli Chagas - Gerente Operacional
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Telefone: (21) 3227-5663
- E-mail: felipetoneli@transpetro.com.br

8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA - EOR

A Estrutura Organizacional de Resposta - EOR está preestabelecida, a fim de se formar quando da ocorrência de uma emergência. É compatível com as ações necessárias ao controle destes, em seus vários tipos, dimensões e cenários de emergência, possibilitando ajustes para a ampliação de sua capacidade de ação em função da evolução do acidente ou quando requisitados recursos adicionais, internos ou externos.

O comando das ações iniciais é de responsabilidade do Gerente Operacional.

A Coordenação da Contingência é exercida pelo Gerente Operacional até a chegada do Gerente Geral de Segurança e Contingência da TRANSPETRO.

Ao chegar ao local da emergência, o Gerente Geral de Segurança e Contingência assume a Coordenação reportando-se ao Comando Unificado da Emergência, que é formado pelo Gerente Operacional, Gerente de Segurança e Contingência e Representante(s) da(s) Autoridade(s) Pública(s).

- **Funções**

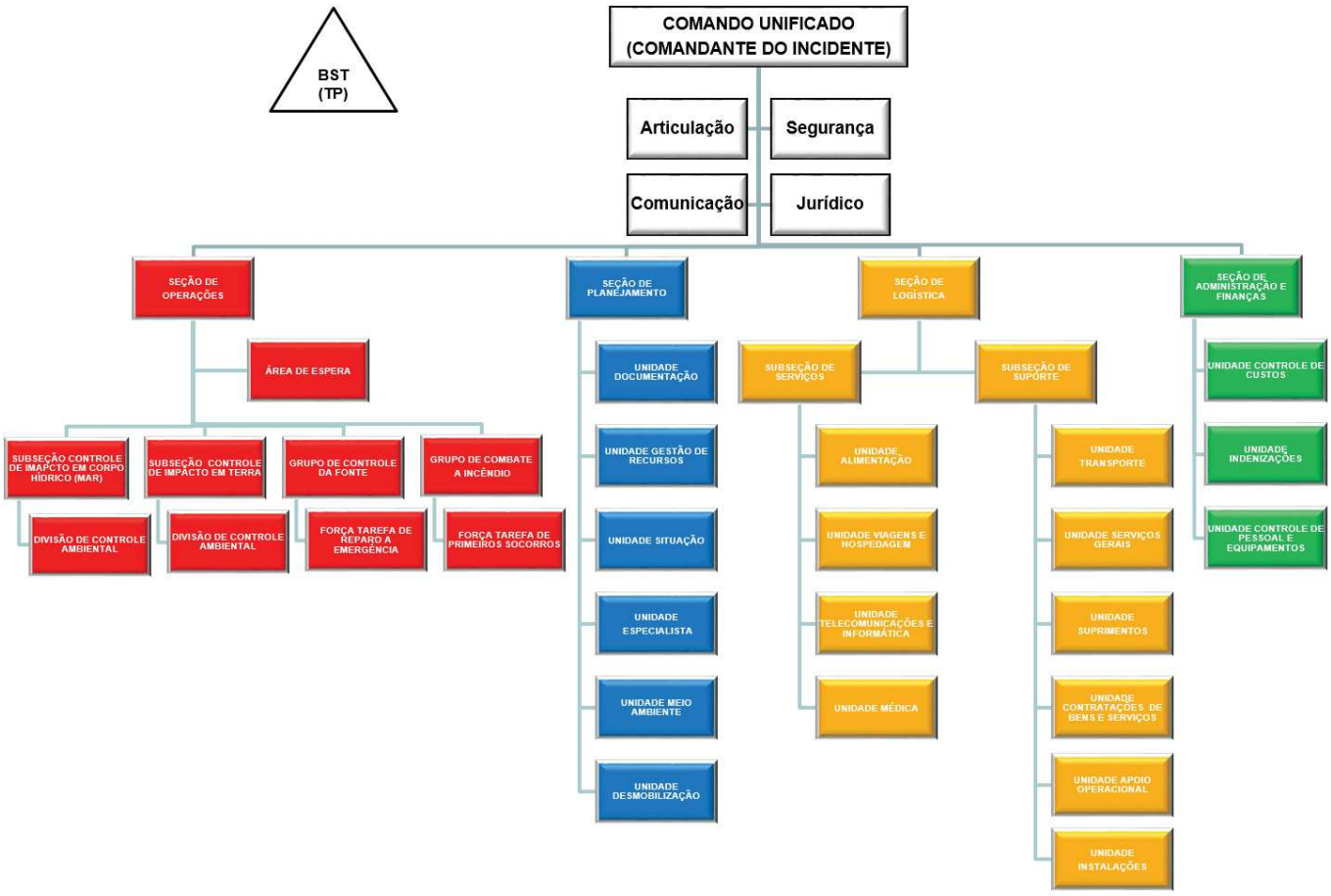
O organograma a seguir apresenta a Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) para atendimento a emergência, suas respectivas funções e a relação entre seus Grupos de Ação.

A composição nominal da EOR, durante a emergência, poderá ser alterada em função da mobilidade de pessoal ou da indisponibilidade momentânea de alguns empregados que, eventualmente, poderão ser convocados para assumir tarefas especiais, inclusive no trato da própria emergência.

- **Atribuições e responsabilidades durante a emergência**

As atribuições e responsabilidades relacionadas aos integrantes da EOR estão disponibilizada no ANEXO D.

A **Estrutura Organizacional de Resposta (EOR)** da TRANSPETRO é apresentada a seguir:



A EOR está distribuída juntamente com lista anexa em formato A4, contendo os nomes e telefones de contato das pessoas que compõem essa estrutura nos seguintes locais:

- Sala do ORBEL I;
- Sala de Reunião 2 do antigo Prédio da Malha;
- Sala de Controle Operacional.

Conforme orientações do DIP TP/DDT/DTNNESE/SE/SEG 31/2019, de 05/02/2019, todas as cópias em locais diferentes do indicado devem ser retiradas e destruídas.

A relação dos integrantes da EOR se encontra no DIP emitido pela Gerência TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS.

8.1 Grupo Especial de Contingência - GEC

Caso seja necessário, o GEC da TRANSPETRO, composto por especialistas em ações de controle e combate a emergências, é convocado pelo Gerente de Segurança e Contingência da TRANSPETRO, ficando vinculado hierarquicamente a Coordenação da Contingência.

9. SISTEMA DE ALERTA

As comunicações de alerta podem ser feitas utilizando-se o ramal interno para Comunicação de Emergência **(8800)**, telefone convencional, telefone celular, rádios transceptores fixos e portáteis e, externamente, através do **Telefone 168.**

Todos os alertas devem ser imediatamente transmitidos ao Operador na Sala de Controle ou de sobreaviso que por sua vez, dará início ao Fluxograma de Comunicação de Situação de Emergência.

Quando o alerta de emergência parte da comunidade interna e/ou externa a operação é paralisada imediatamente. Após a paralisação da operação, ou quando do recebimento do alerta, o Grupo de Reconhecimento é acionado por telefone ou rádio.

Para constatação e reconhecimento das emergências estas podem ser executadas por Técnicos de Operação, Manutenção e Segurança do Trabalho, que deverão estar portando detector de gás para medição da atmosfera, no menor tempo possível, no local da emergência com produto inflamável.

Nas situações de emergência, todos os serviços e operações locais devem ser imediatamente suspensos, atentando-se para os cuidados de segurança operacional nas ações posteriores.

FORMAS DE ALERTA

As formas de alerta são as seguintes:

- Alerta por Controle Operacional;
- Alerta por Comunicação Interna;
- Alerta por Comunicação Externa.

9.1 Alerta por Controle Operacional

A Sala de Controle através do Sistema Supervisório analisa o comportamento das variáveis de processo em tempo real (pressão, vazão, temperatura e densidade), além da diferença de volumes acumulados (DVA).

A Sala de Controle acompanha as evoluções das variáveis de processo, durante as etapas de repouso (duto parado), regime transitório (início e parada do bombeio) e o regime permanente (operação estabilizada), verificando a consistência dos dados e gráficos de tendência.

Verifica a qualquer momento se as variáveis de processo estão de acordo com os limites expressos nos Procedimentos Mútuos de Operação (PMO) para sistema dutoviário.

Na Sala de Controle do CNCL estão disponíveis todos os indicadores, registradores e comandos necessários para controle das operações realizadas, tais como:

- Sistema supervisório iFIX;
- Comandos e indicações do estado das bombas;
- Indicadores de Pressão, Vazão e Temperatura;
- Chaves de Nível para Pressão, Vazão e Temperatura;
- Computadores interligados à rede PETROBRAS (intranet);
- Controle Start/Stop das EMEDs (Estações de Medição);
- Sistema fixo de rádio (interligado ao sistema de gravação digital);
- Monitor do CFTV e joystick para controle das câmeras.

Localizado na Sede da TRANSPETRO, no Rio de Janeiro, o CNCL monitora através do Sistema Supervisório todo o processo de transferência e transporte de Gás, possibilitando paradas de equipamentos, o fechamento e a abertura de válvulas, bem como o controle das variáveis de processo comparando-os com os parâmetros definidos em procedimentos operacionais.

A qualquer anormalidade identificada no Gasoduto, o CNCL comunica ao Sobreaviso da Gerência DTRM, o qual irá ao local para avaliar a situação. Depois de confirmada a anormalidade, o técnico relata ao CNCL e a sua Supervisão, e toma as medidas necessárias para controlar a situação no local, se possível. Caso não for possível, a operação poderá ser interrompida, em comum acordo com o CNCL.
A partir da confirmação da anormalidade, dá-se início ao Fluxograma de Comunicação de Emergência.

Toda comunicação realizada com o CNCL, seja em situação de emergência ou em qualquer outra situação, é gravada automaticamente.

9.2 Alerta por Comunicação Interna

Pode ser através da operação local (intramuros) através de seus Operadores durante inspeções rotineiras e supervisão dos sistemas internos/equipamentos,

As Equipes de Operação, SMS e Segurança Patrimonial, são orientadas a realizar a observações das instalações e da faixa de dutos, com o objetivo de detectar possíveis vazamentos ou qualquer outro tipo de emergência.

Adicionalmente todas as demais pessoas, internas ao Terminal (TECAM) estão orientadas a informar a Sala de Controle Operacional do Terminal **(ramal 8800)** sobre qualquer indício de emergência.

Diariamente, conforme rotina operacional, o Inspetor de Faixas de Dutos realiza inspeção na faixa de dutos terrestre. Em caso de emergência nos Gasodutos, imediatamente, os Inspetores comunicam ao CNCL.

A comunicação interna deve ser registrada conforme Padrões específicos vigentes cuja finalidade é recolher informações para posterior registro no InfoPAE.

Nota: No caso do **Gasoduto GNL**, em seu trecho marítimo, durante as operações de transferência de gás natural comprimido, haverá embarcações de apoio, disponibilizadas pelo Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG), para inspeção do traçado do duto.

Caso seja detectado algum problema, dá-se início ao fluxograma de comunicação de emergência.

Convenções de Alarmes de Emergências

As convenções de alarmes de emergência são estabelecidas, conforme quadro abaixo.

Situação	Tipo de Toque
Teste Semanal	01 toque contínuo de 15 segundos
Início de Emergência	01 toque de 60 segundos
Término de Emergência	02 toques de 15 segundos
Abandono de Área	01 toque de 180 segundos

Em caso de acionamento do alarme as pessoas que não têm função específica na EOR se dirigem ao Ponto de Encontro para aguardar orientações. O controle de pessoas no Ponto de Encontro, bem como a manutenção da ordem e da disciplina é de responsabilidade do Grupo de Monitores da EOR.

Após o acionamento da EOR, as pessoas com função específica devem se dirigir as Salas de Crise previamente definidas e identificada, a fim de facilitar a mobilização e a organização da emergência.

As Salas de Crise se dividem em:

Sala de Comando da Emergência e Logística do Terminal TECAM:

- Sala de Reunião Orbel I;
- Sala de Reunião 2 do antigo Prédio da Malha.
- Sala de Imprensa - Recepção do Terminal TECAM.

Conforme a necessidade da estratégia de combate definida pela EOR, poderá ser deslocado para o local da emergência, um Posto de Comando Avançado para dar suporte às ações desenvolvidas nas diversas Frentes de Combate.

9.3 Alerta por Comunicação Externa

O alerta de detecção de emergência pode ser dado por outras instituições ou pela própria comunidade, principalmente no caso dos dutos, através do **Telefone 168** que são divulgados ao longo de toda a Faixa dos Gasodutos e constam nas placas de sinalização das faixas de dutos.

Estes telefones são atendidos pelos Operadores da Mesa de Atendimento da TIC que, ao identificarem que se trata de emergência, redirecionam a chamada para o COTUR do CNCL, localizado na Sede da TRANSPETRO no Rio de Janeiro.

10. RECONHECIMENTO DA EMERGÊNCIA

O reconhecimento da emergência deve ser realizado pelo Grupo de Reconhecimento da EOR, considerando as seguintes atribuições:

a) Identificar o local da emergência e pontos de referência;
b) Avaliar a extensão da emergência;
c) Definir rota de acesso ao local da emergência;
d) Informar o tipo de emergência (vazamento, incêndio, etc.);
e) Identificar o (s) equipamento (s) envolvido(s);
f) Verificar a existência e número de vítimas;
g) Avaliar os riscos envolvidos;
h) Avaliar as condições ambientais presentes no local da emergência;
i) Dar retorno imediato ao COTUR do CNCL.

11. COMUNICAÇÃO DA EMERGÊNCIA

11.1 Fluxograma de Comunicação de Emergência

A comunicação do acidente deve seguir no âmbito interno e para as autoridades públicas diretamente ligadas as atividades da Unidade Operacional. O Fluxo de Comunicação de Situação de Emergência tem como premissa básica o tempo máximo de 20 minutos para a informação chegar ao Presidente da TRANSPETRO.

As pessoas devem ser comunicadas na ordem de prioridade definida no Fluxograma de Comunicação de Ocorrências. Não conseguindo contato, a pessoa subsequente deve ser imediatamente comunicada.

O caminho da intranet é:

http://portalpetrobras.petrobras.com.br/PetrobrasPortal/appmanager/portal/desktop?_nfpb=true&_pageLabel=petr_generico_avancado_generico_menu_transp_dserv&idConteudo=generico_menu_008855&areaAtual=transp_dserv

Informações mínimas necessárias para informe no Fluxo de Comunicação de ocorrências:

- Caracterização da emergência;
- Data e horário da emergência;
- Localidade;
- Descrição do ocorrido com as informações disponíveis no momento;
- Número e situação das vítimas, quando houver;
- Ações tomadas de imediato.

A Comunicação Inicial será feita imediatamente ao Órgão Ambiental Estadual e ANP, no caso de incêndio, explosão, vazamento de gás e incidente de poluição por óleo, por meio de formulário específico, conforme modelo disponível no **ANEXO B**.

Nota: No Caso do **GASDUC II e ROTA 2**, qualquer ocorrência que afetar as Unidades de Conservação do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) também será comunicado, além do Órgão Ambiental Estadual e ANP, conforme modelo disponível no **ANEXO B**.

Posteriormente à comunicação do acidente, a Gerência Operacional tem um prazo legal de 30 dias para enviar à ANP o Relatório Detalhado de Incidente, de acordo com o Art. 3º da Resolução nº 44/2009 da ANP. As informações relacionadas ao teor do relatório podem ser acessadas no endereço: http://www.anp.gov.br/leg/legislacao.asp. O modelo de formulário de relatório encontra-se disponível também no Sistema InfoPAE.

Deve-se comunicar também ao Órgão Regional do Ministério do Trabalho e Emprego (Setor de Segurança e Saúde do Trabalho) e ao Sindicato da Categoria Profissional predominante no estabelecimento a ocorrência de vazamento, incêndio ou explosão envolvendo inflamáveis e líquidos combustíveis que tenha como consequência qualquer das possibilidades a seguir:

a) morte de trabalhador (es);
b) ferimentos em decorrência de explosão e/ou queimaduras de 2º ou 3º grau, que implicaram em necessidade de internação hospitalar;
c) acionamento do Plano de Resposta a Emergências que tenha requerido medidas de intervenção e controle.

A comunicação deve ser encaminhada até o segundo dia útil após a ocorrência e deve conter:

a) Nome da empresa, endereço, local, data e hora da ocorrência;
b) Descrição da ocorrência, incluindo informações sobre os inflamáveis, líquidos combustíveis e outros produtos envolvidos;
c) Nome e função da vítima;
d) Procedimentos de investigação adotados;
e) Consequências;
f) Medidas emergenciais adotadas.

No caso de necessidade de comunicação formal da emergência a outras instituições públicas e/ou externas, poderão ser utilizados outros meios de comunicação, conforme seja aplicável. As entidades externas a serem comunicadas e/ou acionadas de acordo com a situação são:

- Corpo de Bombeiros;

- Defesa Civil;
- Prefeituras;
- Polícia Militar;
- Polícia Rodoviária;
- Polícia Federal;
- Outras instituições direta ou indiretamente relacionadas à emergência (exemplo: PAM – Plano de Auxílio Mútuo).

Os telefones de contatos das entidades externas estão relacionados no DIP emitido pela **TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS** com a relação de contatos do Fluxo de Comunicação e Estrutura Organizacional de Resposta (EOR)**.**

Os acidentes ambientais, incidentes de poluição por óleo e demais acidentes envolvendo produto (s) perigoso (s), e outros que tenham sua comunicação exigida no processo de licenciamento ou autorização ambiental, dos empreendimentos ou atividades licenciadas ou autorizadas pelo IBAMA devem ser comunicados via Sistema Nacional de Emergências Ambientais - SIEMA, conforme previsto na Instrução Normativa nº 15 de 06 de outubro de 2014. Caso o sistema esteja inoperante, esta comunicação deve ocorrer, encaminhando a comunicação via e-mail para: emergenciasambientais.sede@ibama.gov.br.

Encontram-se distribuídos estrategicamente pelo Terminal - TECAM, quadros contendo o Fluxograma de Comunicação de Ocorrências, cuja finalidade é tornar este processo mais ágil e eficaz.

O Administrador do Plano é responsável pelo controle dos quadros e atualização do Fluxograma de Comunicação de Ocorrências. Estes quadros e os telefones de contato estão localizados:

- Sala do ORBEL I;
- Sala de Reunião 2 do antigo Prédio da Malha;
- Sala de Controle Operacional.

Todas as comunicações relacionadas à emergência devem estar de acordo com as diretrizes do Guia de Comunicação de Crise da PETROBRAS.

11.2 Gestão de Comunicação de Crise

Todas as comunicações relacionadas à emergência na Gerência DTRM devem estão de acordo com as diretrizes do Guia de Comunicação de Crise da PETROBRAS que pode ser encontrado no padrão DI-1PBR-00301 (Guia de Comunicação de Crise).

O objetivo do sistema de Comunicação de Crise é estabelecer processos de comunicação entre as áreas envolvidas em momentos de crise, de forma a gerar posicionamentos oficiais (notas e/ou comunicados) para o público externo e interno, com o objetivo de reduzir ao máximo e/ou eliminar o impacto negativo da ocorrência sobre a imagem da Companhia.

O sistema de Comunicação de Crise e o Fluxograma de Comunicação de Emergência devem ser acionados simultaneamente, sempre que for reconhecida uma situação de crise, que estará caracterizada todas as vezes que uma situação de emergência for reconhecida.

O sistema de Comunicação de Crise não substitui ou elimina o Plano de Resposta de Emergência e o Fluxograma Básico de Comunicação.

12. ACIONAMENTO DA EOR

A Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) é estabelecida pelo Gerente Operacional a partir da confirmação da emergência, sendo suas funções acionadas conforme a magnitude da emergência.

No DIP emitido pela Gerência **TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS** deste Plano de Resposta a Emergência se encontra disponível a Estrutura Organizacional de Resposta, bem como a relação com o nome de todos os elementos constitutivos, contendo o telefone de contato, inclusive dos suplentes designados para chefiar as seções da estrutura e as funções dos integrantes da EOR.

13. CENÁRIO DE EMERGÊNCIA

13.1 Vazamentos / Incêndio / Explosão

Os cenários de emergência relacionados foram identificados através de Estudo de Análise de Risco - EAR, vigente para a Gerência DTRM, elaborado por equipe multidisciplinar das Gerências Operacionais, e apresenta eventos significativos ocorridos nas instalações relacionados a Incêndio, Explosão e Vazamento.

O EAR será atualizado sempre que houver uma mudança significativa na instalação, processo, atividades, sistemas, produtos e materiais ou na periodicidade definida no Padrão correspondente.

Os cenários de emergência para vazamentos, incêndio e explosão de cada instalação compreendida neste Plano estão descritas nas respectivas pastas específicas em **ANEXO**:

- Anexo 1.0 - GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC
- Anexo 2.0 - GNL - Gasoduto Píer de GNL-Campos Elíseos
- Anexo 3.0 - GASCAB I, II, III e Enchovão (Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas)
- Anexo 4.0 - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)
- Anexo 5.0 - Gasoduto Guapimirim COMPERJ (GASERJ)
- Anexo 6.0 - Gasoduto Rota 3 (Maricá) - Trecho Terrestre

Nota: Além de danos às pessoas, eventuais cenários acidentais a partir dos dutos podem também gerar danos à vegetação do entorno (incêndio florestal). Nestes casos, as ações de resposta estão estabelecidas no Item 14.4.

A tabela com cenários típicos e estratégias para as instalações dos Gasodutos, encontra-se no **ANEXO K**.

13.2 Outros Cenários

Estão relacionados no tópico Procedimentos de Resposta deste PRE (subitem 14.4.3 Recuperação de Receptores Impactados, alínea **a**), além das ações para respostas à emergência.

Estes cenários foram identificados através da técnica de análise de risco APR, conforme **ANEXO J.**

14. OBJETIVOS DA RESPOSTA, ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS

14.1. Objetivos da Resposta

As estratégias de reposta têm como objetivo definir o melhor conjunto de ações para controlar e extinguir as situações de emergência, no menor espaço de tempo possível, protegendo as pessoas, mitigando os danos ao meio ambiente e ao patrimônio próprio ou de terceiros, bem como reduzir a quantidade de produto vazado.

14.2. Informações para Estratégias de Resposta

As informações relevantes para subsidiar o planejamento das estratégias de respostas referentes aos cenários de emergência, considerando as distâncias de interesse, população potencialmente afetada, edificações com ocupação intensiva e as áreas vulneráveis, encontram-se descritas neste Plano e no Estudo de Análise Riscos da Instalação.

14.2.1 Segurança às Pessoas (Fora da Instalação)

a) Distâncias de Interesse

As distâncias de interesse relacionadas aos cenários acidentais identificados nos Estudos de Análise de Riscos dos Gasodutos - EARs, estão apresentadas nos respectivos **ANEXOS** referenciados no item 13.1 - Distâncias correspondentes aos maiores Alcances Vulneráveis - 1%.

Para efeito de dimensionamento de recursos e procedimentos de resposta a emergência são considerados os maiores alcances vulneráveis dos cenários de pequenos e grandes vazamentos estimados no Estudo de Análise de Riscos da instalação.

Estas distâncias visam subsidiar as ações de isolamento/evacuação de público interno e externo no âmbito do PRE, de acordo com os eventos possíveis de ocorrer. Assim sendo, é recomendado que nos primeiros momentos de um eventual vazamento de Gás Natural, proceda-se o isolamento para as distâncias estimadas.

b) População Potencialmente Afetada

As populações potencialmente afetadas pelos cenários acidentais são aqueles presentes no raio de alcance das distâncias de interesse destes cenários, sendo, por isso, consideradas no cálculo dos riscos social e individual para cada Instalação abaixo identificada:

- **GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC**

O Gasoduto atravessa oito (08) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. Os dutos passam pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios, estradas e, em alguns pontos, núcleos populacionais.

Municípios da Faixa do GASDUC II

Município	Área (km²)	População	Ext. no Município (Km)
Macaé	1.216,85	206.728	24,2
Rio das Ostras	230,6	122.196	15,4
Casimiro de Abreu	462,98	41.167	27,0
Silva Jardim	938,34	21.349	34,9
Cachoeiras de Macacu	955,8	54.770	36,8
Guapimirim	356,6	57.105	12,5
Magé	385,7	244.334	25,4
Duque de Caxias	464,6	873.921	2,5

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região foram definidas as áreas de influência, sendo a Área de Influência Direta, 400 metros para cada lado do eixo central da faixa de domínio e a Área de Influência Indireta, os municípios atingidos pelo traçado. Para a estimativa do número de pessoas foram consideradas as seguintes premissas:

- **Residência:** 4 pessoas, com base na média de moradores por domicílio particular permanente, para os municípios onde há presença de população, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Censo Demográfico 2010 (disponível no site www.ibge.com.br) conforme apresentado no quadro abaixo:

Média de Moradores por Domicílio Particular Permanente

Município	Média (pessoa/domicílio)
Macaé	3,48
Rio das Ostras	3,45
Casimiro de Abreu	3,51
Silva Jardim	3,61
Cachoeiras de Macacu	3,50
Guapimirim	3,57
Magé	3,4
Duque de Caxias	3,3
Média	3,48

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os núcleos populacionais significativos encontrados ao longo da faixa do gasoduto estão apresentados no **ANEXO 1.6-C - Hipóteses Acidentais - Aglomerados Humanos Significativos.**

Duque de Caxias

Duque de Caxias é uma cidade componente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, situada na Baixada Fluminense. O município limita-se ao Norte com Petrópolis e Miguel Pereira; ao Leste com a Baía da Guanabara e Magé; ao Sul com a cidade do Rio de Janeiro e ao Oeste com São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu. Caxias possui clima quente, porém, os 3º e 4º distritos (Imbariê e Xerém) têm temperatura amena em virtude da área verde e da proximidade da Serra dos Órgãos.

Economicamente, apresenta um grande crescimento nos últimos anos, sendo a indústria e o comércio as principais atividades. Há cerca de 809 indústrias e 10 mil estabelecimentos comerciais instalados no município. Segundo o IBGE, o município de Duque de Caxias registra o sexto maior PIB (Produto Interno Bruto 1999 - 2002) no *ranking* nacional e o segundo maior do Estado do Rio de Janeiro, em um total de 14,06 bilhões de reais. A cidade ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação de ICMS do Estado, perdendo somente para a capital. No município está localizada a REDUC, um Polo Gás-Químico e contará com uma usina termelétrica.

Os principais segmentos industriais são: químico, petroquímico, metalúrgico, gás, plástico, mobiliário, têxtil e vestuário.

Magé

Localiza-se a uma latitude 22º39'10" Sul e a uma longitude 43º02'26" Oeste, estando a uma altitude de 5 metros. Sua população estimada em 2000 era de 205.830habitantes. Possui uma área de 386,61 km² e pertence à mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro.

Guapimirim

Localiza-se a uma latitude 22º32'14" sul e a uma longitude 42º58'55" oeste, estando a uma altitude de 48 metros. Os municípios limítrofes a Guapimirim são Petrópolis e Teresópolis (Norte:), Itaboraí (Sul), Cachoeiras de Macacu (Leste) e Magé (Oeste). Está 60km distante da capital e tem como principais atividades econômicas o comércio em Geral, a indústria, a agropecuária e o turismo.

Cachoeiras de Macacu

Localiza-se a uma latitude 22º27'45" sul e a uma longitude 42º39'11" oeste, estando a sede do município a uma altitude entre 50 e 57 metros. É atravessado pelo Rio Macacu, o maior rio que deságua na Baía de Guanabara, tanto em extensão quanto em volume d'água. Sua economia baseia-se na agricultura (principalmente coco, goiaba, inhame, mandioca, milho) e a pecuária bovina.

Silva Jardim

Localiza-se 35 metros acima do nível do mar. Sua população estimada em 2005 era de 23.222 habitantes. Faz divisa com os municípios de Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Araruama.
Atualmente, a sua base econômica está centrada no setor primário, com ênfase na pecuária, apresentando pouca expressão no setor terciário (comércio e serviços), sendo que o turismo, mais precisamente o ecoturismo tem se mostrado uma atividade promissora, desenvolvendo-se mais na região da lagoa de Juturnaíba e na vila de Aldeia Velha, conhecida também pelo nome de Quartéis.

Casimiro de Abreu

Possui uma área de 462,98 km² subdividida nos distritos de Casimiro de Abreu (sede), Barra de São João, Professor Souza e Rio Dourado.

Na parte serrana do município, encontram-se os povoados de Barra do Sana, Cascata e São Romão, subindo pela rodovia RJ-142, bem como Quartéis ou Aldeia Velha, situada a 8 km da BR-101 e da portaria da Reserva Biológica Poço das Antas, por uma estrada de não pavimentada. A sede localiza-se as margens da BR-101, principal rodovia do norte do Estado do Rio de Janeiro.

Rio das Ostras

Localiza-se na Região dos Lagos, a uma latitude 22º31'37" sul e a uma longitude 41º56'42" oeste, estando a uma altitude de 4 metros. Dotado de belas praias, tem recebido altos investimentos aplicáveis em infraestrutura provenientes dos *royalties* cedidos pela PETROBRAS na área em questão.

A construção da Rodovia Amaral Peixoto e a expansão turística da Região dos Lagos pela instalação da PETROBRAS em Macaé, foram de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento de Rio das Ostras, que viu sua população crescer até chegar ao momento de sua emancipação político-administrativa, do município de Casimiro de Abreu, em 1992.

Macaé

Macaé pertence à Região Norte Fluminense, que também abrange os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. O município tem uma área total de 1.216 quilômetros quadrados, correspondentes a 12,5% da área da Região Norte Fluminense. O município está dividido em seis distritos - Sede, Cachoeiros de Macaé, Córrego do Ouro, Glicério, Frade e Sana.

Macaé está localizada a uma latitude de -22º37'08" e longitude de -41º78'69" e faz divisa com as cidades de Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabu, ao Norte; Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, ao Sul; Trajano de Moraes e Nova Friburgo, a Oeste; e com o Oceano Atlântico, a Leste.
Com uma economia que cresceu muito nos últimos vinte anos. Macaé é uma cidade em ebulição. Por conta do desenvolvimento da indústria do Gás Natural e gás. A cidade hoje é bem diferente da vila de pescadores dos anos 70.

O crescimento da indústria do Gás Natural provocou o aumento populacional, com a chegada de gente de todo o país e do mundo para trabalhar em Macaé. A população triplicou – são mais de 200 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE, estimativa feita com base no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dez por cento da população é de estrangeiros. O município é responsável por 85% da produção de Gás Natural e 47% da produção de Gás Natural do país.

- **GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos**

O Gasoduto atravessa dois (02) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. Os dutos passam pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios, estradas e, em alguns pontos, núcleos populacionais.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto GNL

Município	Km Inicial	Km Final	Ext. Município (Km)
Magé	0,000	2,670	2,8
Duque de Caxias	2,670	5,149	5,2

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região foram definidas as áreas de influência, sendo a Área de Influência Direta, 400 metros para cada lado do eixo central da faixa de domínio e a Área de Influência Indireta, os municípios atingidos pelo traçado. Para a estimativa do número de pessoas foram consideradas as seguintes premissas:

- **Residência:** 4 pessoas, com base na média de moradores por domicílio particular permanente, para os municípios onde há presença de população, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Censo Demográfico 2010 (disponível no site www.ibge.com.br) conforme apresentado no quadro abaixo:

Média de Moradores por Domicílio Particular Permanente

Município	Total	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural
Magé	3,5	3,5	3,6
Duque de Caxias (Distrito Campos Elíseos)	3,6	3,6	-x-
Média	**3,6**	**3,6**	**-x-**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os núcleos populacionais significativos encontrados ao longo da faixa do gasoduto estão apresentados na **Matriz de Ocupação Humana**, conforme **ANEXO 2.5-D.**

c) Perfil Socioeconômico

A caracterização das comunidades, na área de influência de cada Instalação, está apresentada no item 14.2.1 Segurança das Pessoas (Fora da Instalação), alínea B.

d) Organização Social das Comunidades

A caracterização das comunidades, na área de influência de cada Instalação, está apresentada no item 14.2.1 Segurança das Pessoas (Fora da Instalação), alínea B.

e) Edificações com Ocupação Intensiva

São consideradas edificações com ocupação intensiva aquelas com capacidade para agregar simultaneamente grande número de pessoas, como por exemplo, escolas, faculdades, creches, shopping centers, terminais rodoviários, terminais ferroviários, aeroportos, clubes, ginásios, templos religiosos etc.
Em uma situação de emergência as edificações que se encontrem dentro do raio de alcance dos cenários acidentais previstos para esse PRE, incluindo as com ocupação intensiva, devem ser evacuadas.

Consultar o item 14.2.1 Segurança às Pessoas (Fora da Instalação), alínea B.

f) Edificações para o Deslocamento da População

Para as situações de emergência que possam afetar comunidades próximas aos Gasodutos, caberá ao órgão público competente à coordenação da evacuação e a definição dos locais destinados a abrigar pessoas evacuadas, que normalmente ocorrerá na sede dos municípios mais próximos; neste caso poderão ser utilizadas escolas, pousadas, hotéis, entre outros.

GASODUTO LULA NE–CABIÚNAS – ROTA 2

O Gasoduto atravessa um (01) município no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. O duto passa pelo município atravessando na sua maior parte de reserva ambiental, estradas e, em um (01) núcleo populacional.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto GNL

Município	Km Inicial	Km Final	Ext. Município (Km)
Macaé	0,000	4,100	4,100

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região realizou-se uma avaliação detalhada e precisa dos dados populacionais de modo a se representar da forma mais real possível os resultados de risco social. Os dados populacionais residenciais da localidade em estudo foram obtidos utilizando-se os setores censitários abrangidos pela região, conforme figura abaixo:



A tabela a seguir, apresenta os dados do número de domicílios e respectivo número de residentes para cada setor da região:

Municípios Atravessados pelo Gasoduto Lula NE – Cabiúnas (Rota 2)

Código do Setor	Município	Distrito	Bairro	Domicílios Particulares e Coletivos	Pessoas Residentes	Média
330240305030002	Macaé	Macaé	Lagomar	235	665	2,8
330240305030023	Macaé	Macaé	Lagomar	245	795	3,2
330240305030024	Macaé	Macaé	Lagomar	240	792	3,3
330240305030025	Macaé	Macaé	Lagomar	345	1013	2,9
330240305030026	Macaé	Macaé	Lagomar	146	464	3,2
330240305030029	Macaé	Macaé	Lagomar	237	763	3,2
330240305030034	Macaé	Macaé	Lagomar	145	481	3,3
330240305030035	Macaé	Macaé	Lagomar	211	684	3,2

Fonte: Reavaliação dos Riscos do Trecho Terrestre do Gasoduto Iracema - Cabiúnas

- **GASODUTO GUAPIMIRIM COMPERJ (GASERJ)**

O Gasoduto atravessa três (03) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. O duto passa pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios e estradas.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto GASERJ

Município	Km Inicial	Km Final	Área	População	Densidade Demográfica (hab/km²)
Guapimirim	00+000	03+020	360	51.483	142,70
Cachoeiras de Macacu	03+020	09+430	953	54.273	56,90
Itaboraí	09+430	11+113	430	218.008	506,55

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

- **GASODUTO ROTA 3 (MARICÁ) – TRECHO TERRESTRE**

O Gasoduto atravessa dois (02) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. O duto passa pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios e estradas.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto Rota 3

Município	Km Inicial	Km Final
Maricá	0,000	22+200
Itaboraí	22+200	47+678

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região realizou-se uma avaliação detalhada e precisa dos dados populacionais de modo a se representar da forma mais real possível os resultados de risco social. Os dados populacionais residenciais da localidade em estudo foram obtidos utilizando-se os setores censitários abrangidos pela região, conforme **Anexo 6.1**.

14.2.2 Segurança às Pessoas (na Instalação)

a) Distâncias de Interesse

As distâncias de interesse relacionadas aos cenários acidentais identificados nos Estudos de Análise de Riscos dos Gasodutos - EAR, estão apresentadas nos respectivos ANEXOS referenciados no item 13.1- Distâncias correspondentes aos maiores Alcances Vulneráveis - 1%.

Para efeito de dimensionamento de recursos e procedimentos de resposta a emergência, são considerados os maiores alcances vulneráveis dos cenários de pequenos e grandes vazamentos estimados no Estudo de Análise de Riscos da instalação.

Estas distâncias visam subsidiar as ações de isolamento/evacuação de público interno e externo no âmbito do PRE, de acordo com os eventos possíveis de ocorrer. Assim sendo, é recomendado que nos primeiros momentos de um eventual vazamento de Gás Natural, proceda-se o isolamento para as distâncias estimadas.

Em caso de emergência deverão ser desocupadas, permanecendo no local somente as equipes de combate, quando possível.

b) Trabalhadores Potencialmente Afetados (Abrigados e não Abrigados)

Tanto para o público interno quanto para o externo o estudo considerou as seguintes probabilidades de fatalidade por evento acidental:

Incêndio em nuvem (flash fire): Considerou-se que na área ocupada pelo envelope do incêndio em nuvem (flash fire) até o LII, o nível de radiação corresponde a uma probabilidade de 100% de letalidade para pessoas abrigadas

e não abrigadas. Uma característica típica do incêndio em nuvem é que ele pode "envelopar" uma pessoa. Assim, assumiu-se que haverá no máximo uma fatalidade devido a este evento até o limite da faixa correspondente ao LII.

Efeitos de Radiação térmica: Segundo o Purple Book (TNO, p. 5.7,1999), assume-se que as pessoas *indoors* (abrigadas) estarão protegidas contra o calor da radiação até que a edificação pegue fogo. O ponto inicial para a ignição de edificações é de 35 kW/m², e se a edificação estiver em chamas, assume-se que todas as pessoas dentro irão morrer. Portanto, não há fator de proteção para radiações maiores do que 35 kW/m². O número de fatalidades de pessoas *outdoors* (não abrigadas) irá variar conforme o nível de radiação térmica alcançado. De acordo com o EAR da instalação, de acordo com o evento, os níveis de radiação térmica podem chegar a 35 kW/m² ou até mesmo ultrapassar tal valor.

Uma relação entre os níveis de radiação térmica e efeitos que podem ser observados está apresentada no quadro abaixo:

Nível de radiação térmica e efeitos observados

Nível de radiação térmica (kW/m²)	Efeitos observados
1,0 a 1,6	Radiação suportável sem o uso de roupas protetoras.
4,0 a 5,0	Radiação suportável com o uso de roupas protetoras. Mal estar.
12,5	Radiação que provoca queimaduras não letais. Perigo à vida e à saúde. Fusão de tubulações plásticas. Ignição de roupas.
37,5	Radiação que provoca queimaduras letais. Perigo à vida. Dano aos equipamentos industriais.

Fonte: CETESB

As instalações compreendidas pelos Gasodutos não possuem trabalhadores fixos. O número destes trabalhadores é flutuante podendo vir a aumentar dependendo da quantidade de visitantes na instalação ou manutenção programadas.

c) Período de Trabalho (Abrigados e não Abrigados)

O Gasoduto é operado remotamente pelo Centro Nacional de Controle e Logística - CNCL e a manutenção é realizada pelos técnicos da Gerência DTRM em regime administrativo, porém este número de trabalhadores é flutuante, pois instalações compreendidas pelos Gasodutos não possuem trabalhadores fixos, conforme identificado no item 14.2.2, alínea B - Trabalhadores Potencialmente Afetados (Abrigados e não Abrigados).

14.2.3 Ambiental

a) Volume Vazado em Potencial

O volume de Gás Natural contido nas tubulações e equipamentos é estimado pelo CNCL conforme as condições operacionais no período. A estimativa do volume vazado pode ser obtida através de contato com TP/DDT/COICM/LCI/PMQ/PROG.

b) Áreas Vulneráveis (Região Geográfica, Hidrografia, Sensibilidade Ambiental)

Segundo a FISPQ do Gás Natural, a substância não é considerada passível de causar danos à vida aquática, não sendo observados efeitos sobre organismos aquáticos. O Gás Natural também não é passível de causar danos ao solo, não sendo observados efeitos sobre organismos do solo.
Porém em caso de incêndio que cause danos ambientais, a Gerência de Segurança e Contingência e Gerência de Segurança, Meio Ambiente e Saúde devem consensar com o Órgão Ambiental, a técnica adequada para subsidiar a estratégia de recuperação dos ecossistemas.

c) Condições Climáticas (Marés, Vento, Corrente, Sol, Chuva)

Avaliar a emergência considerando as **condições meteorológicas** reinantes no local (direção dos ventos, chuvas, etc.). Consultar o EAR da instalação disponível na rede interna da empresa.

d) Período de Realização de Resposta (dia ou noite)

A primeira resposta a emergência, será dada pela equipe que estiver em regime de turno/sobreaviso, podendo contar com o reforço da brigada de incêndio que se encontra em horário administrativo. Já no período noturno, a resposta será dada pela equipe que estiver trabalhando e, caso necessário, serão convocados outros membros da EOR.

14.2.4 Segurança às Instalações

a) Efeitos Diretos (Distâncias de Interesse e Instalações)

Os parâmetros para análise de danos materiais, decorrentes de radiações térmicas foram obtidas na referência *Purple-Book TNO* para instalações de superfície.

Os materiais críticos de análise são madeira, material sintético, vidro e aço. Os dois primeiros são combustíveis e podem levar a incêndios secundários. O vidro, apesar de não ser combustível, pode quebrar sob efeito de mudança de temperatura. O aço, não protegido para temperaturas elevadas, também não é combustível, mas a resistência e dureza reduzem quando a temperatura aumenta, podendo levar a uma falha estrutural.

Os danos materiais devido ao calor de radiação térmica podem ser diferenciados em dois níveis:

Danos nível 1: ignição da superfície exposta e sua quebra ou outro tipo de falha estrutural (colapso).

Danos nível 2: descoloração da superfície do material, descascamento da pintura e/ou deformação dos elementos estruturais.

A radiação térmica necessária para atingir o dano nível 1 é mais alta que a necessária para o dano nível 2.
No caso de instalações industriais, os equipamentos de processo, de armazenamento ou dutos de transporte de produtos perigosos são normalmente de aço, material de interesse para este estudo. A falha estrutural de um destes pode levar a acidentes secundários do acidente inicial (efeito dominó).

O quadro abaixo apresenta valores de radiação críticos para materiais avaliados pelo TNO, válido para um tempo de exposição superior a 30 minutos.

Valores Críticos de Radiação Térmica por Tipo de Material

Material	Intensidade de Radiação Crítica (kW/m2)	
	Danos Nível 1	Danos Nível 2
Madeira	15	2
Material sintético	15	2
Vidro	4	-
Aço	100	25

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

b) Efeito Dominó (Distância de Interesse e Instalações)

Com base em todas as informações levantadas pelos Estudos de Análise de Riscos - EAR, conclui-se que a possibilidade de ocorrência de efeito dominó não é esperada para instalações vizinhas aos Gasodutos.

14.2.5 Análise de Vulnerabilidade

Define-se ponto notável como um elemento que pode interferir na integridade da Instalação ou ser impactado pelos efeitos físicos decorrentes de eventual incidente, sendo assim, a caracterização da região sob influência de cada Instalação considerou os pontos notáveis listados abaixo:

- **GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC**

Pontos Notáveis

Km	Cruzamento / Travessia	Município
8 + 000m	Cabal Água Azul	Macaé
8 + 600m	Rio Macaé	Macaé
8 + 650m	Canal Virgem Santa	Macaé
37 + 000m	Linha de Transmissão de Furnas	Macaé
37 + 400m	Ferrovia Centro Atlântica	Macaé
65 + 800m	Rio Aldeia Velha	Casimiro de Abreu
75 + 000m	Linha de Transmissão de Furnas	Silva Jardim
81 + 300m	Rio São João	Silva Jardim

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

- **GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos**

a) Rodovias

Os principais cruzamentos que podem, de alguma forma, afetar ou sofrer os efeitos de acidentes ocorridos no Gasoduto são as rodovias não pavimentadas nos pontos: 0,519 km; 2,307 km; 3,060 km.

b) Travessias de Cursos D'Água/Corpos D'Água

O trecho submarino do Gasoduto possui aproximadamente 11 km, iniciando no Píer e percorrendo a Baía de Guanabara até a chegada na praia de Mauá.

No trecho terrestre o duto atravessa o Rio Estrela, localizado no km 2,670 e o Canal do Coelho no km 4,920.

c) Compartilhamento de Faixa

O Gasoduto foi instalado em faixa nova por cerca de 2 km. Nos 3 km restantes, segue em faixa existente dos dutos de Cabiúnas-REDUC, até atingir a área da estação de Campos Elíseos.

No **Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa**, constante no **ANEXO 2.6**, apresenta os diferentes arranjos de configurações de compartilhamento ao longo do seu traçado e larguras das faixas.

Vale ressaltar, que no trecho onde o duto segue em faixa existente (20 m), foi feita a ampliação da faixa para 70 metros.

d) Linhas de Transmissão

Ao longo do traçado do Gasoduto não foram identificados pontos de cruzamento com linhas de transmissão elétrica.

e) Outros Pontos Notáveis

Vide **ANEXO 2.5-E**.

- **GASCAB I - Gasoduto Estação Barra do Furado - Cabiúnas**

O GASCAB I possui uma extensão de 67,628 km e aproximadamente 10.000 m³ de volume e transfere gás natural oriundo das plataformas marítimas do Polo Sul e Polo Norte que chegam a Barra do Furado até o Terminal de Cabiúnas (TECAB). Além disso possui: diâmetro nominal de 18”, vazão nominal de projeto de **5.400 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 80 bar, temperatura de operação de 28°C e 4 válvulas de bloqueio.

No GASCAB I, existem quatro válvulas de bloqueio de 18” automáticas (Valve Thru Conduit- VTC), cada uma com by-pass de 6” dotado de duas válvulas de bloqueio. Em média suas válvulas de bloqueio são distanciadas entre si por 16,80 km de duto.

- **GASCAB II - Gasoduto Estação Barra do Furado-Cabiúnas**

O GASCAB II possui uma extensão de 67,710 km e aproximadamente 12.500 m³ de volume e interliga a Plataforma Marítima de Namorado I, escoando o gás natural das plataformas da UN-BC até Cabiúnas. Além disso possui: diâmetro nominal de 20”, vazão nominal de projeto de **11.000 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 102 bar, temperatura de operação de 28°C e 6 válvulas de bloqueio.

No GASCAB II, existem quatro válvulas de bloqueio de 20” automáticas (Válvulas Esfera - VES) de passagem plena, cada uma com by-pass de 4” dotado de duas válvulas de bloqueio. Além dessas válvulas, existem duas válvulas de retenção que foram instaladas como resultado de Análise de Risco realizada anteriormente. Essas duas válvulas de retenção, aliadas às VES-03 e VES-04, têm a função de isolar os trechos entre as cidades de Carapebus e Quissamã em caso de sinistro nos gasodutos. Em média suas válvulas de bloqueio são distanciadas entre si por 16,85 km de duto (não estão nesse cálculo as válvulas de retenção).

- **GASCAB III - Gasoduto Estação Barra do Furado - Cabiúnas**

O GASCAB III possui uma extensão de 67,500 km e 15.068 m³ de volume e transporta o gás natural proveniente do Garoupão até o TECAB. Além disso, possui: diâmetro nominal de 22", vazão nominal de projeto de **10.500 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 130 bar, temperatura de operação de 28°C e 6 Válvulas de bloqueio.

No GASCAB III, existem quatro válvulas de bloqueio de 22" automáticas (Válvulas Esfera - VES), cada uma com by-pass de 8" dotado de duas válvulas de bloqueio, e duas válvulas de retenção. Em média suas válvulas de bloqueio são distanciadas entre si por 16,85 km de duto (não estão nesse cálculo as válvulas de retenção).

- **Enchovão - Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas**

O Enchovão tem um trecho de apenas 5 km e aproximadamente 700 m³ de volume sob responsabilidade da TRANSPETRO, entre a válvula localizada na Praia de Cabiúnas (SDV-01) e o TECAB. Este duto destina-se a transferir o gás natural proveniente da Plataforma de Enchova até o TECAB. Além disso possui: diâmetro nominal de 18", comprimento de 5.000m, vazão nominal de projeto de **6.500 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 95 bar, temperatura de operação de 28°C e 1 válvula de bloqueio.

Como o trecho Gasoduto Enchovão sob responsabilidade da TRANSPETRO é pequeno, existe apenas uma válvula de bloqueio - SDV-01 (Shut Down Valve) - localizada na Praia de Cabiúnas.

- **Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)**

O Projeto Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) consiste na ampliação da infraestrutura de escoamento do gás oriundo das áreas produtoras do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, através da instalação de um gasoduto tronco interligando as áreas produtoras a UTGCAB - Unidade de Tratamento de Gás Cabiúnas.

O Gasoduto tem um comprimento total de aproximadamente 380 km de extensão (376 km de trecho marítimo e 4 km de trecho terrestre) e diâmetro nominal de 24 polegadas no trecho terrestre. Além disso possui: vazão nominal de projeto de **20.000 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 254 kgf/cm² e pressão máxima de projeto de 254 kgf/cm².

O Gasoduto, trecho terrestre, inicia no ponto de interligação com o trecho submarino após a zona de arrebentação na Praia do Lagomar. Segue utilizando faixa vizinha ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, atravessando zona residencial do Bairro do Lagomar e cruzando as rodovias RJ-178 e RJ-106 até chegar a UTGCAB.

Como o trecho do Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) sob responsabilidade da TRANSPETRO é pequeno, existe apenas uma válvula de bloqueio - XV-01 - localizada na Praia do Lagomar.

a) Cruzamento com Rodovias e Ferrovias

Foram identificados os seguintes cruzamentos ao longo do traçado do Gasoduto.

Cruzamento	Localização (Km)
Av. MPM (Maria Prado Mancebo)	1,754
Ferrovia (desativada)	2,044
Rodovia RJ 178	2,344
Rodovia Amaral Peixoto (RJ 106)	2,494

b) Travessias de Cursos D'Água/Corpos D'Água

Foi identificada a seguinte travessia:

Travessia	Localização (Km)
Canal Macaé - Campos	1,321

c) Compartilhamento de Faixa

Ao longo do seu traçado o Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) compartilhará a faixa com o Gasoduto Enchovão (18"), o emissário do TECAB (desativado) e o Oleoduto Monobóia (36") que está desativado. O início do compartilhamento ocorrerá no km 0 do Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) e finalizará no km 2,350. Dados do arranjo de compartilhamento:

Duto	Pressão	Temperatura	Diâmetro
ENCHOVÃO	95 kgf/cm2	20 ºC	18 polegadas

No Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa, constante no **ANEXO 4.4**, apresenta os diferentes arranjos de configurações de compartilhamento ao longo do seu traçado e larguras das faixas.

d) Linhas de Transmissão

Ao longo do traçado do gasoduto não foram identificados pontos de cruzamento com linhas de transmissão elétrica.

e) Outros Pontos Notáveis

Vide **ANEXO 4.7.**

- **Gasoduto Guapimirim COMPERJ (GASERJ)**

O gasoduto Guapimirim-COMPERJ I irá transferir gás não processado oriundo do GASDUC II até o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

O gasoduto será composto por uma linha tronco com aproximadamente 11 km de extensão e diâmetro nominal de 16 polegadas, interligando o GASDUC II, localizado próximo ao ponto de entrega em Guapimirim, às unidades do COMPERJ que farão o processamento deste gás. Haverá duas áreas de "scrapers", sendo uma para o lançamento e a outra para o recebimento de PIG's, sendo o lançamento a ser realizado em Guapimirim e o recebimento no COMPERJ.

a) Condições Operacionais

Principais Características Operacionais do Gasoduto Guapimirim – COMPERJ

Geral	Produto transportado	Gás Natural
	Diâmetro Nominal	16”
	Pressão Máxima de Operação	100 kgf/cm²
	Extensão total	11,1 km
	Material	Aço Carbono
Sentido Guapimirim – Polo GasLub	Vazão Máxima de Operação	7.150.000 Nm³/d
	Temperatura de Operação	5,3 – 42,3 °C
Sentido Polo GasLub – Guapimirim	Vazão Máxima de Operação	12.000.000 Nm³/d
	Temperatura de Operação	19,4 – 45 °C

b) Principais Pontos Notáveis

Foram considerados como Pontos Notáveis os locais de cruzamentos do duto por rodovias e ferrovias e as travessias de rios.

Km	Ponto Notável	Município
00+000	PE Guapimirim	Guapimirim
00+865	Cruzamento com Estrada Secundária	Guapimirim
01+430	Sítio	Guapimirim
03+010	Travessia com Rio Guapiaçú	Cachoeiras de Macacu
05+280	Sítio	Cachoeiras de Macacu
09+450	Travessia com Rio Macacu	Itaboraí
11+113	Polo GasLub	Itaboraí

c) Compartilhamento de Faixa

O gasoduto inicia na faixa existente dos dutos Cabiúnas – Campos Elíseos, junto à estação de medição de Guapimirim, seguindo por cerca de 2 km em faixa nova, com direção predominante Sul, até atingir a nova faixa dos dutos de interligação COMPERJ – Campos Elíseos. Nesta nova faixa segue na direção predominante sudeste, por cerca de 7,6 km, até atingir acerca do COMPERJ. Dentro da área do COMPERJ percorre cerca de 1,5 km até atingir a área do recebedor e do ponto de entrega.

No Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa, constante no **ANEXO 5.4**, apresenta os diferentes arranjos de configurações de compartilhamento ao longo do seu traçado e larguras das faixas.

Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre

a) Condições Operacionais

Principais Características Operacionais do Gasoduto Rota 3 – Trecho Terrestre

Geral	Fluído	Gás Natural
	Estado Físico	Gás
Vazão (106 X m3/d)	Normal	1 a 17,8
	Mínimo	1
	Máximo	17,8
Pressão Kgf/cm² Manométrico	Normal	80 a 149
	Mínimo	80
	Máximo	149
	Projeto	254
Temperatura (ºC)	Normal	2,5 a 23
	Mínimo	2,5
	Máximo	23
	Projeto	40

b) Cruzamento com Rodovias e Ferrovias

Foram identificados os seguintes cruzamentos ao longo do traçado do Gasoduto.

Km	Coordenadas		Rodovia / Estrada
0+000	739.307	7.461.106	RJ-102 / Ponta Negra – Jaconé
1+170	739.154	7.462.216	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
4+340	736.479	7.460.761	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
4+720	736.202	7.460.840	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
5+296	735.611	7.461.130	Estrada Vicinal
7+647	734.476	7.462.888	Estrada Vicinal
8+550	733.834	7.463.570	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
11+380	731.592	7.464.927	Estrada Vicinal
11+590	731.472	7.464.992	Estrada Vicinal
11+810	731.391	7.465.188	RJ - 106 / Rod. Amaral Peixoto
17+700	726.853	7.467.901	Estrada Vicinal
18+240	726.445	7.468.380	RJ - 114 / Estrada de Ubatiba
22+604	723.869	7.470.803	Estrada Vicinal
22+900	723.879	7.471.147	Estrada Vicinal
23+235	723.749	7.471.423	Estrada Vicinal
24+230	722.880	7.471.890	Estrada do Silvado
25+490	722.844	7.473.076	Estrada do Silvado
26+410	722.405	7.473.965	Estrada do Silvado
27+990	721.596	7.475.150	Estrada da Fazenda São José

29+790	721.445	7.476.923	Estrada Vicinal
30+285	721.699	7.476.923	Estrada Vicinal
31+760	721.852	7.478.446	Estrada Vicinal
33+020	722.527	7.479.830	Estrada Vicinal
33+280	722.553	7.480.007	RJ - 114 / Av. Antônio G. Maricá
33+600	722.870	7.481.043	Estrada Vicinal
34+337	722.870	7.481.043	Estrada Vicinal
35+350	723.317	7.481.916	Estrada Vicinal
35+520	723.406	7.482.111	BR - 101 / Rod. Gov. Mário Covas
35+970	723.681	7.482.381	Estrada Eugênio Costa
36+668	724.104	7.482.818	Estrada Vicinal
37+960	725.153	7.483.303	BR - 101 / Rod. Gov. Mário Covas
39+140	725.614	7.484.147	BR - 101 / Rod. Gov. Mário Covas
41+160	725.174	7.485.785	Estrada Vicinal
41+575	725.051	7.486.241	Estrada Vicinal
41+870	724.960	7.486.512	RJ - 116 / Rod. Pres. J. Goulart
43+392	723.775	7.487.491	Estrada Vicinal
45+630	722.420	7.489.200	Estrada Vicinal

c) Travessias de Cursos D'Água/Corpos D'Água

Foi identificada a seguinte travessia:

Km	Coordenadas		Curso D'água
6+030	735.086	7.461.456	Córrego Paracatu
7+560	734.428	7.462.808	Rio Bananal
9+070	733.375	7.463.785	Rio Doce
9+970	732.807	7.464.473	Rio das Conchas
15+120	728.692	7.466.676	Córrego Riachinho
15+760	728.017	7.466.876	Rio Itapateiu
18+520	726.415	7.468.657	Rio Ubatiba
19+120	726.047	7.469.137	Rio Fundo
24+010	722.923	7.471.864	Rio Brinquinho
26+660	722.334	7.474.188	Rio (sem denominação)
33+090	722.470	7.479.874	Rio Itapacorá
34+180	722.762	7.480.942	Córrego Bambuzal
34+400	722.925	7.481.053	Rio Calundu ou Iguá
36+210	723.769	7.482.624	Rio (sem denominação)
45+190	722.825	7.488.828	Rio Caceribu

d) Compartilhamento de Faixa

Ao longo do traçado do gasoduto não foram identificados pontos de compartilhamento de faixa.

e) Linhas de Transmissão

Km	Coordenadas	
34+520	731.391	7.465.188
35+550	731.391	7.465.188

f) Outros Pontos Notáveis

Vide **ANEXO 6.1.**

14.3. Descrição das Estratégias de Resposta

As estratégias de resposta do presente Plano foram elaboradas considerando a avaliação da emergência através da simulação de consequências e sensibilidade, bem como considerando os recursos disponíveis para a execução das ações de resposta previstas, inclusive aqueles oriundos de outras Unidades Organizacionais e de terceiros.

Foram considerados os tempos de mobilização desses recursos, conforme **ANEXO F** - Tempo de Deslocamento de Recursos, até o local da emergência e a logística envolvida na sua mobilização. Como premissa básica foi considerada as ações prioridades para os cenários de maior potencial identificados, com vista à redução da consequência e a mitigação dos danos e impactos.

Os tempos de chegada em locais estratégico, válvulas e Pontos de Entrega, estão disponíveis no **ANEXO C** - Tempos de Respostas a Emergências.

As descrições das estratégias de resposta a seguir consideram na instalação os cenários de emergência de maior potencial de criticidade, que necessitem de uma estratégia previamente definida, relacionados no **item 6** – Cenários de Emergência.

Segundo a análise por árvore de eventos realizada no EAR da instalação os eventos acidentais podem ser divididos em cenários com e sem a ignição do Gás Natural. Em outras palavras, basicamente, os eventos acidentais envolvendo a segurança de processo da instalação se resumirão a vazamento de Gás Natural com e sem ignição.

Um incêndio em nuvem ou um flashfire acontecerão como desdobramento de um vazamento de Gás Natural, inicialmente sem ignição, e em seguida poderá evoluir para um ou mais incêndios em jato.

O evento acidental Bola de Fogo, embora tenha grande potencial para causar danos, se extingue poucos segundos após sua ocorrência e em seguida ele evolui para um ou mais incêndios em jato.

Ações comuns a todos os cenários:

1 - Realizar o reconhecimento do local da emergência;
2 - Acionar EOR;
3 - Definir zonas quentes, morna e fria;
4 - Isolar área e controlar acesso;
5 - Controlar fontes de ignição e avaliar a necessidade de desernergizar equipamentos;
6 - Monitorar as condições climáticas.

Item	Hipóteses Acidentais	Objetivo	Estratégia	Observações	Cenários
1	Vazamento de Gás Natural	Interromper vazamento e monitorar a pluma	1 - Interromper e controlar o evento (Ações operacionais de emergência) 2 - Reduzir o inventário do trecho sinistrado 3 - Proteger equipamentos e instalações 4 - Monitorar propagação da pluma (deslocamento e LII) 5 - Apoiar ações de evacuação, controle do público interno e externo, e assistência a vítimas 6 - Interditar vias internas, rodovias e estradas.		
2	Incêndio	Combater incêndio e minimizar impactos	1 - Interromper e controlar o evento (Ações operacionais de emergência); 2 - Combater o incêndio. 3 - Monitorar a área; 4 - Proteger áreas sensíveis; 5 - Proteger equipamentos e instalações; 6 - Apoiar ações de evacuação, controle do público interno e externo, e assistência a vítimas 7- Comunicar instalações/empresas vizinhas 8 - Interditar vias externas/rodovias e estradas.		
3	Acidentes Pessoais	Preservar vidas	1 - Identificar a existência de vítima (s) no local da emergência 2 - Acionar a atividade médica e definir a estratégia de socorro à vítima 3 - Para os cenários de acidentes em espaço confinado e trabalho em altura, acionar equipe de resgate especializada, para realizar o resgate 4 - Controlar fonte geradora do acidente 5 - Monitorar área (deslocamento da mancha, e toxicidade/ LII, quando aplicável); 6 - Acionar, se necessário, a assistente social para providências junto ao hospital e familiares.		

As estratégias para o evento de explosão serão definidas com base na consequência deste evento (vazamento e/ou incêndio).

O evento de acidentes pessoais contempla todos os acidentes que se enquadram como: trauma, acidentes com meios de transporte, espaço confinado e trabalho em altura, e é coberto por procedimento de resposta específico, parte integrante deste Plano (Resgate e Atendimento a Vítimas e seus familiares).

Os acidentes ocasionados por desastres naturais e ações de terceiros devem ser enquadrado aos cenários de emergência acima.

O cenário relacionado a doenças contagiosas é coberto pelos **ANEXOS G**, parte integrante deste Plano

14.4. Procedimentos de Resposta

Estes procedimentos operacionais estabelecem ações de respostas para interrupção e controle dos cenários de emergência de acordo com as ações previstas nas estratégias.

Compete a Coordenação da Contingência avaliar as condições de segurança do local, com o objetivo de indicar a área adequada para instalação da base de controle da emergência visando a centralização das informações.

Onde há o compartilhamento com outros dutos (Gasodutos ou Oleodutos), deverão ser tomadas medidas de controle operacional necessárias para manter sua integridade e a segurança das áreas adjacentes.

Todos os empregados envolvidos na execução das ações previstas nos procedimentos devem portar e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual e entre outros que se façam necessários.

14.4.1 Interrupção e Controle do Evento

Atividade	Responsável
Seguir o procedimento PE-5TP-00205 - Situações Anormais e de Emergência.	Ações operacionais - Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL)
Acionar fluxograma conforme DIP emitido pela Gerência TP\DDT\DTNNESE\UN-RJMG\SMS, referente a Gerência DTRM e solicitar à Unidade Operacional o acionamento de seu PRE.	
Tomar as ações de contingência que podem incluir: a avaliação do nível de vazamento, monitoramento do vazamento, parada imediata do sistema de compressão a montante, se for o caso, partida ou aumento da vazão do sistema de compressão de jusante, redução ou interrupção de injeção de gás no Gasoduto afetado.	
Promover, em conjunto com o pessoal de campo, o mais rápido possível, a despressurização do trecho afetado.	
Avaliar impactos ao sistema de transporte e avisar à GE-OP/LOGÍSTICA/PCL caso a ocorrência coloque em risco o atendimento aos clientes, solicitando revisão da Programação de Transporte e ações a serem tomadas.	
Estimar o volume de gás vazado.	
Desencadear o fluxograma de comunicação de emergência e acionar o Plano de Resposta a Emergências da Instalação.	Supervisor de Operações
Assumir o comando das operações de combate, até a chegada do titular ou suplente nomeado na estrutura organizacional de resposta - EOR.	Supervisor de Operações
Enviar técnico a válvula para verificar se o fechamento foi realizado pela alta velocidade de queda de pressão (ROPD) ou pressão baixa no gasoduto (PSL) e caso esteja aberto, realizar o fechamento e informar ao CNCL.	
Acionar as brigadas de combate à emergência das Unidades Operacionais mais próximas do local da emergência.	
Definir a estratégia inicial de resposta.	
Dimensionar os recursos iniciais.	
Acionar as equipes de reparos de emergência considerando as características e a magnitude do acidente.	
Manter monitoramento constante para avaliação do andamento das ações de combate informando o Coordenador da Emergência.	
No caso de emergência no trecho marítimo do Gasoduto GNL, acionar os recursos de emergência do Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG), listados no PE-4TP-00023.	

Avaliar a emergência considerando as **condições meteorológicas** reinantes no local (direção dos ventos, chuvas, etc.). Consultar o EAR da instalação disponível na rede interna da empresa.	Brigada de Emergência Coordenação de Segurança e Contingência
Realizar o isolamento do local da emergência considerando: **Para o cenário de vazamento:** • Zona quente (80% LII): considerar a área de isolamento acima de 80% do LII (nenhuma equipe deve permanecer dentro dessa área). ***Nota 5:*** O raio de isolamento da zona quente não deve ser inferior ao definido no EAR para 100% do LII. • Zona morna: considerar o isolamento entre 80% e 20% do LII, a partir da delimitação da zona quente (equipe de monitoramento e primeiro atendimento); • Zona fria: partir da delimitação da zona morna (equipes de apoio). **Para o cenário de incêndio:** • Zona quente: Definir a área de isolamento equivalente à distância correspondente de 1% de fatalidade (distância definida no EAR para jato de fogo).	
Realizar o monitoramento da emergência.	
Identificar e bloquear todos os equipamentos que possam estar contribuindo para a ocorrência, caso possível. **Nota:** Nos casos em que as válvulas de bloqueio e outros dispositivos de emergência não possam ser atuados automaticamente ou remotamente, o coordenador de ações de resposta deve avaliar a forma mais segura de fechamento ou atuação manual das válvulas e dispositivos.	
Realizar resgate e o primeiro atendimento, se solicitado pelo Corpo de Bombeiros Militar, removendo, as vítimas da zona quente para atendimento na zona fria.	
Instalar biruta próxima ao local para monitorar a direção do vento.	
Analisar o local sinistrado para determinar a gravidade e extensão da emergência.	
Verificar a existência de vítimas.	
Identificar os possíveis danos ao meio ambiente.	
Mapear os riscos existentes no local gerados pela emergência.	
Verificar as rotas tanto para acesso como para fuga.	
Assumir o Comando das Operações de combate, até a chegada do titular ou suplente nomeado na Estrutura Organizacional de Resposta - EOR.	
Determinar o acionamento de recursos externos adicionais de acordo com a necessidade apresentada.	
Assumir a função de coordenador da emergência até a chegada do Gerente Geral de Segurança e Contingência da TRANSPETRO.	Gerente de Manutenção e Operação
Garantir os recursos humanos e materiais necessários para Interrupção e controle do evento.	
Acionar as equipes de reparos de emergência conforme as características e a magnitude do acidente.	
Solicitar recursos humanos e materiais de outras unidades da PETROBRAS e órgãos externos conforme a necessidade.	
Manter monitoramento constante para avaliação do andamento das ações de combate e definição de novas estratégias e/ou correção das estratégias sendo utilizadas.	

14.4.2 Proteção de Receptores Ameaçados

a) Evacuação e Proteção do Público Interno

As instalações do Gasoduto são desassistidas localmente, consequentemente não se faz necessário a adoção de medidas para evasão de trabalhadores ou visitantes.

b) Proteção da População Circunvizinha

Este procedimento visa estabelecer as ações que devem vigorar para proteção das populações vizinhas a faixas de dutos e Instalações de Gás Natural da DTRM. Visa também orientar a Coordenação de Relacionamento com a Comunidade e Grupo de Evasão quanto às medidas a serem tomadas para a proteção da população.
O cadastro de comunidades e seus respectivos líderes comunitários é mantido e atualizado pela Coordenação de Manutenção de Faixa de Dutos, que em situações de emergência assume a função de Coordenação de Relações com a Comunidade.

Caso seja necessário realizar a proteção de população, devem ser adotadas as ações abaixo:

Atividade	Responsável
Realizar o monitoramento de explosividade constante na área externa que poderá ser afetada, inclusive junto às comunidades.	Coordenação de Segurança e Contingência e Avaliação de Riscos
Articular e manter informados os órgãos públicos (Defesa Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros) nas estratégias de proteção à comunidade. Uma lista com telefones e endereços de Hospitais e outros telefones constam no DIP emitido pela Gerência TP\DDT\DTNNESE\UN-RJMG\SMS referente aos contatos da EOR.	Coordenação da Contingência Coordenação de Relações com a Comunidade
Manter a Defesa Civil do município afetado constantemente informada sobre a evolução da emergência (SINDEC – Sistema Nacional de Defesa Civil) bem como as demais autoridades competentes, de modo que estas autoridades tenham informação suficiente para definir, se necessário, a decretação ou homologação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública.	Comando unificado Coordenação da Contingência
✓ A comunicação com a comunidade será realizada conforme estratégia de comunicação de acordo com a “Norma de Comunicação de Crise” da Comunicação Institucional. ✓ Informar e manter informada a comunidade (interna e externa) sobre a emergência ocorrida e seu desenvolvimento de acordo com as orientações corporativas. ✓ Atender as demandas da imprensa. ✓ Preparar release sobre a emergência para a comunicação local. ✓ Recepcionar e providenciar condições de trabalho para a mídia, em conformidade com as orientações corporativas. ✓ Apoiar localmente os interlocutores designados no contato com a imprensa.	Coordenação de Relações com a Comunidade Comunicação
Solicitar à Defesa Civil a evacuação, interdição e isolamento das áreas afetadas, sempre que a situação oferecer riscos à comunidade, e apoiar estas ações, caso solicitado.	Coordenação da Contingência e Coordenação de Relações com a Comunidade
Providenciar o transporte e alojamento para a população evacuada em local seguro em comum acordo com a Defesa Civil, através de alojamentos públicos ou de hotéis.	Coordenação de Relações com a comunidade e Coordenação de Logística
Solicitar à Polícia Militar e/ou Rodoviária a interdição e isolamento das principais vias de acessos (avenidas, ruas, rodovias) às áreas afetadas, sempre que a situação oferecer riscos à comunidade e à população em trânsito.	Coordenação da Contingência
Fornecer apoio médico à comunidade, através da equipe de saúde (interna – TRANSPETRO ou externa - SAMU, Corpo de Bombeiros, SUS) com meios capazes de intervir com recursos humanos e materiais, tais como ambulância, instalação de posto de atendimento médico emergencial temporário, inclusive com recursos para atendimento a problemas respiratórios, em função das necessidades identificadas.	Coordenação de Saúde Atendimento às Vítimas

Designar, em conjunto com a Defesa Civil, pessoa ou grupo de pessoas para efetuar o levantamento das consequências e elaborar Plano de estratégias de minimização imediata dos efeitos à população comprovadamente afetada. Providenciando todos os recursos humanos e materiais necessários para o cumprimento do Plano.	Coordenação de Relações com a Comunidade
Providenciar todos os recursos humanos e materiais necessários para o cumprimento do Plano de estratégias de minimização imediata dos efeitos à população comprovadamente afetada.	Coordenação de logística
Cadastrar pessoas e partes interessadas prejudicadas com o acidente.	Coordenação de Relações com a Comunidade e Avaliação de Danos
Registrar e atender, quando pertinente, as solicitações da comunidade.	Coordenação de Relações com a Comunidade
Definir com a Defesa Civil o momento de desinterdição e liberação das áreas externas após terem sido restauradas as condições de segurança para a comunidade.	Coordenação da Contingência

c) Proteção de Áreas Vulneráveis e da Fauna e Flora

Vazamento sem Ignição:

Não foram observados efeitos adversos para animais e plantas decorrente de contato ou exposição ao Gás Natural.

Vazamento com Ignição:

Atividade	Responsável
Identificar áreas vulneráveis, consultando estudos de análise de risco, os estudos de impacto ambiental e considerando os seguintes aspectos: • Sensibilidade ambiental; • Elevada biodiversidade; • Difícil recuperação; • Ocupações humanas ao longo da faixa do duto; • Atividades socioeconômicas	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Meio Ambiente
Definir estratégias para a proteção de áreas vulneráveis, considerando o risco de surgimento e propagação de focos de incêndio pela vegetação, em conjunto com os órgãos públicos.	
✓ Avaliar os danos ambientais em conjunto com os órgãos ambientais e definir a técnica adequada para recuperação dos ecossistemas. ✓ Solicitar apoio a entidades independentes ou especialistas internos ou externos para avaliação do impacto ambiental, quando necessário. ✓ Acompanhar trabalho de entidades contratadas para avaliação de impacto ambiental.	
Apoiar o Corpo de Bombeiros Militar nas ações de combate ao fogo nas vegetações com potencial de atingir áreas vulneráveis.	

14.4.3 Recuperação de Receptores Impactados

a) Resgate e Atendimento a Vítimas e Assistência a seus Familiares

Este procedimento tem como objetivo estabelecer os procedimentos que devem vigorar quando da ocorrência de vítimas, definindo as ações para o resgate e atendimento a vítimas e seus familiares.

Visa orientar a Coordenação da Contingência e os Grupos de Saúde e Atendimento a Vítimas quanto às medidas a serem tomadas durante essas situações.

As Unidades Operacionais dispõem de kit de primeiros socorros em pontos estratégicos para atendimento inicial e transporte de acidentados, além de contar com empregados treinados em primeiros socorros.

As ações de atendimento a vítima terão prioridade sobre as demais atividades da Gerência Operacional e serão exercidas, em tempo integral e com dedicação exclusiva enquanto durar a emergência.

No momento da comunicação da emergência a Equipe de Reconhecimento deve verificar a existência de vítimas no local da emergência e comunicar a Sala de Comando.

No horário administrativo, a Sala de Comando deve acionar a Equipe de Saúde da Unidade Operacional pelo ramal interno de emergência **8800** ou via rádio, quando aplicável.

A Equipe de Saúde deve acionar o Núcleo de Atendimento a Emergências (NAE), telefone **(21) 3211-9400** ou pela rota **740-9400**, informando a situação do acidentado.

Fora do horário administrativo, o Supervisor de Turno deve acionar o Núcleo de Atendimento a Emergências (NAE) pelo telefone (**21) 3211-9400** ou pela rota **811-9400**, informando:

- Número de vítimas;
- Nome dos acidentados;
- Idade aproximada;
- Descrição do estado geral de saúde (acordado, sonolento, inconsciente, agitado) e das lesões (corte, escoriação, queimadura, perfuração, fratura, esmagamento, extensão da lesão)

O NAE deve orientar o socorrista quanto aos seguintes procedimentos: primeiros socorros, solicitação de remoção, local para encaminhamento da vítima, entre outros. Não conseguido contato, acionar diretamente o serviço de remoção.

Cabe ao Núcleo de Atendimento a Emergências (NAE):

- Orientar a equipe da unidade operacional ou prédio administrativo quanto aos procedimentos de primeiros socorros;
- Realizar o acionamento de equipes de resgate externas;
- Realizar a comunicação da emergência ao Coordenador de Saúde;
- Realizar o acompanhamento da vítima;
- Disponibilizar, caso solicitado, lista atualizada de hospitais e clínicas de atendimento de emergência e/ou especializado por região.

Nota: Para fins de fluxo de comunicação, o Coordenador da área de lotação do empregado acidentado deve comunicar ao NAE a ocorrência do acidente.

Quando possível, iniciar os procedimentos de Primeiros Socorros no local do acidente através de profissional de saúde ou brigadista (orientado por profissional de saúde).

O Coordenador de Saúde da EOR deve, quando necessário, designar grupos de socorro médico para as diversas frentes de trabalho.

O Grupo de Saúde e Atendimento a Vítimas da EOR e as equipes médicas externas devem se deslocar para as proximidades do acidente, quando convocados pela Coordenação da Contingência permanecendo instalados na zona fria.

A Coordenação de Segurança deve verificar e assegurar que os riscos em potencial foram identificados e estão controlados.

O Coordenador de Saúde da EOR manterá a Companhia atualizada quanto à assistência dispensada às vítimas, aos familiares e aos cuidados prestados a força de trabalho.

O Coordenador de Saúde da EOR deve convocar os Assistentes Sociais para atendimento social às vítimas e seus familiares visando:

- Fornecer das orientações pertinentes em relação às normas da empresa;
- Realizar estudo social, quando aplicável;
- Acompanhar os atendimentos realizados;
- Apoiar a equipe da saúde na comunicação da ocorrência de acidentes graves e óbitos a família.

Nota: No período das 19:00 às 07:00 horas da manhã nos dias úteis, sábados e domingos o Serviço Social será acionado pelo NAE.

Procedimento Para Resgate

A Equipe de Combate envolvida no atendimento à emergência na zona quente deve priorizar socorro às vítimas e providenciar sua remoção, conforme orientações do profissional de saúde utilizando os recursos de primeiros socorros existentes (maca, colete cervical, imobilizadores de membros etc.). As vítimas deverão ser removidas para a zona fria.

Caso necessário, o Coordenador da Contingência deve solicitar recursos adicionais (Corpo de Bombeiros, Serviços de Resgate etc.) para atendimento a vítimas.

Em caso de vítimas de serviços em eletricidade as medidas operacionais necessárias para desenergizar área e/ou equipamento devem ser verificadas, assim como, a interrupção do contato da vítima com a fonte energizada, utilizando luvas isolantes de borracha de acordo com a classe de tensão, bastão isolante e/ou material similar.

Como regra básica, não se deve mover uma vítima de eletricidade do local do acidente até que todo o processo de remoção tenha sido devidamente organizado. Entretanto, a remoção deve ser feita se:

- Houver perigo de incêndio;
- Houver materiais perigosos ou explosivos;
- O local do acidente, oferecer perigo à vítima ou ao socorrista.

Em caso de vítimas de intoxicação ou queimadura por produtos químicos, a conduta será orientada por profissional do NAE ou equipe de saúde local, considerando as características da lesão e FISPQ.

Resgate a vítima em espaço confinado

Pessoal capacitado e credenciado é responsável pelo atendimento à(s) vítima(s) em espaço confinado e deverá ser acionada a partir da deflagração da emergência

- Identificar a existência e a quantidade de vítima(s) em espaço confinado;
- Verificar o estado da(s) vítima(s) consciente(s) ou inconsciente(s);
- Comunicar a emergência pelo Ramal 8800 ou via rádio, contatando imediatamente o Supervisor de Entrada e o Responsável Técnico local;
- Acionar pessoal capacitado;
- Fazer uso dos equipamentos de proteção respiratória e equipamentos de resgate disponíveis;
- Efetuar a avaliação do espaço confinado (controle de riscos mecânicos, bloqueio de linhas de alimentação de fluídos, ventilação, etc.) e monitoramento da atmosfera da área da emergência e seu entorno;
- Definir estratégia de resgate, forma de retirada da(s) vítima(s) do espaço confinado e recursos de primeiros socorros a serem utilizados, em articulação com a Equipe de Resgate, Responsável Técnico, Grupo de Segurança e Monitoramento Ocupacional;
- Acionar o Grupo de Saúde e o Grupo de Atendimento a Vítimas da EOR;
- Acionar Equipe de SMS da Unidade Operacional;
- Remover vítima para fora da zona de risco, encaminhando-a para atendimento local no Setor Médico ou externo, caso necessário;
- Tomar as devidas precauções para evitar a contaminação com sangue.

Caso necessário, o Coordenador da Contingência deve solicitar recursos adicionais (Corpo de Bombeiros, Serviços de Resgate etc.) para atendimento às vítimas.

No caso de vítimas decorrentes de serviço em altura

- Comunicar a emergência pelo Ramal 8800 ou via rádio;
- Acionar a Equipe de Resgate;
- Acionar a atividade médica e definir a estratégia de socorro à vítima;
- A equipe de resgate deve avaliar o local, identificando possíveis riscos à sua segurança e a segurança da vítima;
- A área deve ser isolada, caso seja necessário;
- A equipe de resgate deve proceder ao resgate conforme técnicas de resgate em altura;
- A vítima deve ser transportada, de forma adequada, para um local seguro;
- Caso necessário, devem ser prestados os primeiros atendimentos a vítima e encaminha-la ao serviço médico;
- Acionar, se necessário, a assistente social para providências junto ao hospital e familiares.

Intoxicação Alimentar - DTA:

Para casos de suspeita de ocorrência de DTA (Doença Transmitida por Alimentos) deve ser acionado, imediatamente, o sobreaviso médico da TRANSPETRO através do número: **(21) 3211-9400** ou ramal: **740-9400**, para adoção das medidas cabíveis.

O apoio médico local da TRANSPETRO deve seguir o Fluxograma de Atendimento a Intoxicação Alimentar, **ANEXO H** e preencher o **ANEXO I** - Relatório de Atendimento para Registro e Investigação de Surto de DTA.

b) Monitoramento das Áreas Atingidas

Parâmetros a serem monitorados para segurança das equipes de combate e da comunidade:

- ✓ Explosividade;
- ✓ Ruído;
- ✓ Propagação de nuvem de Gás Natural;
- ✓ Propagação de focos de incêndio.

Os equipamentos de monitoramento devem estar sempre calibrados.

Os pontos e as periodicidades de monitoramento devem ser acordados com o Órgão Ambiental, mas devem atender no mínimo as condições a seguir:

I. No cenário de emergência deve haver no mínimo uma biruta para acompanhamento da direção de propagação de focos de incêndio ou de nuvem de Gás Natural. A biruta deve estar disposta de forma a que as equipes de emergência possam visualizar a direção do vento sem estarem expostos a risco.

II. No cenário de emergência deve haver no mínimo um decibelímetro para acompanhamento do nível de pressão sonora decorrente do vazamento. Os pontos onde cada equipe se localiza devem ser avaliados e as proximidades das residências não evacuadas também.

III. No cenário de emergência deve haver no mínimo dois detectores de explosividade para verificação de zonas de risco. Um detector deve ficar posicionado nos pontos de isolamento posicionados na direção do vento, conforme indicação da biruta, e o outro na direção contrária.

IV. O responsável pelo monitoramento deve constantemente percorrer os receptores ameaçados fazendo avaliações fora da zona quente.

V. Durante o vazamento o monitoramento de tais parâmetros deve ser constante.

Após o término da emergência, a explosividade continuará a ser monitorada nas proximidades do furo, trinca ou ruptura por onde ocorreu o vazamento. Essa ação visa impedir que uma possível fonte de ignição entre em contato com emanações de Gás Natural que por ventura possam existir antes do reparo.

Em caso de incêndio classe “A”, o procedimento de monitoramento e rescaldo de controle do sinistro, devem ser acordados com o Corpo de Bombeiros.

c) Limpeza e Controle das Áreas Atingidas

Devido as características físico-químicas do Gás Natural, torna-se desnecessário a adoção de medidas de limpeza e controle das áreas atingidas.
Porém em caso de incêndio classe “A”, a técnica de limpeza a ser adotada se compõe de:

- ✓ Delimitação da área afetada;
- ✓ Recolhimento do resíduo a ser enviado para descarte;
- ✓ Disposição final dos resíduos recolhidos conforme procedimentos prescritos no PP-0TP-00032 - Gerenciamento de Resíduos;
- ✓ Recuperação da área afetada.

Após o encerramento do evento acidental a área atingida deve ser recomposta para retornar às suas características anteriores. Para tanto se deve utilizar para limpeza da área recursos manuais (como: pás e enxadas) e/ou mecanizados (como: retroescavadeiras e caminhões caçamba). A Manutenção de Faixa de Dutos deve ser requisitada para auxiliar na limpeza da área. A técnica de recuperação da vegetação afetada deve ser consensada com o Órgão Ambiental.

Compete à Coordenação de Segurança e Contingência e Coordenação de Meio Ambiente orientar as ações de limpeza.

14.4.4 Segurança e Saúde do Pessoal Envolvido nas Ações de Resposta

Esse procedimento visa preservar a segurança e saúde do pessoal envolvido nas ações de resposta.
O pessoal envolvido nas ações de resposta deve:

I. Assegurar primeiramente a sua própria segurança e saúde;
II. Usar equipamentos de proteção individual adequado:
    a. Luvas de látex para não entrar em contato com fluidos corporais das vítimas;
    b. Conjuntos de aproximação com máscara autônoma para situações de atmosfera IPVS (Imediatamente Perigosa a Vida e a Saúde) e calor proveniente de chamas;
    c. EPIs básicos (Capacete, óculos de segurança e botina);
    d. Protetor auricular para situação de ruído proveniente da instalação ou do vazamento;
    e. Luvas para proteção contra superfícies abrasivas;
    f. Perneira para proteção contra o ataque de animais peçonhentos.

III. Assegurar a segurança da área, isolando-a para evitar o risco de atropelamento e a presença de fontes de ignição.

As demais ações para preservar a segurança e saúde do pessoal envolvido nas ações de resposta estão relacionadas nos Procedimentos de Apoio.

14.4.5 Procedimentos Não Aplicáveis

Devido às características físico-químicas do Gás Natural, os procedimentos listados abaixo não se aplicam as instalações:

- Contenção de Agente;
- Remoção de Agente;
- Dispersão de Agente;
- Neutralização de Agente;
- Desvio de Frente de Propagação.

14.5. Procedimentos de Apoio

14.5.1 Monitoramento e Controle da Saúde Ocupacional

O objetivo desse procedimento é estabelecer um Plano para implementação de ações de monitoramento e controle da saúde ocupacional das pessoas envolvidas nas ações de controle da emergência, sejam elas funcionários próprios, contratados ou funcionários de órgãos de defesa públicos, durante e após um evento acidental.

Ações	Responsável
Zelar pela saúde e pela integridade física das pessoas envolvidas no atendimento a emergência e pelo cumprimento das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho - NRs.	Todos os Responsáveis em conjunto com a EOR e os líderes das frentes de trabalho Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Prover informações e recursos para que as pessoas envolvidas nas ações de resposta se protejam contra os riscos identificados.	
Delimitar as zonas quente, morna, fria e de exclusão para cada frente de trabalho.	Coordenação de Segurança e Contingência
Manter monitoramento constante dos níveis de concentração dos gases e vapores e ruído no interior das zonas delimitadas nas frentes de trabalho. Assim como a direção de propagação de chamas.	
Estabelecer as rotas de fuga e acesso aos locais de atendimento à emergência.	
Prover alimentação, hidratação e áreas para proteção contra intempéries para as pessoas envolvidas nas ações de resposta.	Coordenação de Logística
Prever em conformidade com a legislação vigente turnos de trabalho no atendimento à emergência implantando rodízios das equipes de trabalho.	Todos os Coordenadores da EOR e líderes das frentes de trabalho
Definir, com base nas legislações e normas nacionais e internacionais pertinentes, quais os níveis de tolerância aos agentes de risco que as pessoas envolvidas no atendimento à emergência poderão ficar expostas sem comprometimento de sua saúde. Com base nessa informação orientar à força de trabalho envolvida nas ações de resposta sobre as ações preventivas.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Distribuir os EPIs necessários à preservação da saúde e integridade física das pessoas envolvidas no controle da emergência.	Coordenação de Segurança e Contingência
Utilizar os EPIs seguindo a orientação da Coordenação de Segurança e Contingência.	Todos os envolvidos nas ações de controle da emergência
Observar a realização de esforço humano excessivo nas frentes de trabalho, interromper atividades que ofereçam risco à integridade física ou à saúde das pessoas e orientá-las sobre a forma segura de agir.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Verificar e orientar o atendimento das condições de conforto nas frentes de trabalho de acordo com a NR-24.	Coordenação de Segurança e Contingência
Supervisionar as questões de Segurança e Saúde por parte das contratadas.	Todos os Responsáveis em conjunto com a EOR e os líderes das frentes de trabalho
Interromper atividades que ofereçam risco à integridade física ou à saúde das pessoas. ***Nota:*** Após a interrupção de qualquer atividade por esse motivo o coordenador por ela responsável deve ser imediatamente informado.	Todos os envolvidos nas ações de controle da emergência Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Coordenar a realização do DSMS nas frentes de trabalho.	Coordenação de Segurança e Contingência
Registrar ocorrências de SMS nas frentes de trabalhos.	
Participar do processo de investigação e análise do acidente.	Todos os envolvidos nas ações de controle da emergência que forem solicitados

Caso haja exposição a produto derramado ou vazado durante contenção ou recolhimento e/ou diante de qualquer outro risco à saúde, todos os trabalhadores envolvidos no evento devem realizar exames complementares conforme previsto no PP-0V3-00024 - ATENÇÃO À SAÚDE DOS TRABALHADORES DAS EQUIPES DE EMERGÊNCIA. Tal procedimento visa realizar o controle biológico caso tenha ocorrido da exposição ocupacional aos agentes químicos previstos no PB PP-0V3-00024. A responsabilidade de aplicar esse procedimento na Gerência é da Coordenação de Saúde e da Coordenação de Segurança e Contingência.

14.5.2 Monitoramento e Controle de Riscos

O objetivo desse procedimento é estabelecer um Plano para implementação de ações de monitoramento e controle dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes das pessoas envolvidas nas operações de ação de resposta durante e após um evento acidental.

Ações	Responsável
Definição (reconhecimento) dos riscos físicos, químicos e biológicos presentes no cenário de emergência, incluindo o produto vazado seguindo as metodologias recomendadas pelo National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH USA), FUNDACENTRO, Portaria 3214/78, NBR pertinente ou outras normas internacionalmente aceitas como adequadas. Avaliando, conforme o caso e a necessidade, os níveis de pressão sonora (ruído), a concentração de gases e vapores por amostragens nos trabalhadores expostos.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Identificar os efeitos potenciais adversos para a saúde das pessoas dos agentes de riscos físicos, químicos e biológicos, reconhecidos.	
Definição (reconhecimento) dos riscos ergonômicos e de acidentes presentes no cenário de emergência.	Coordenação de Segurança e Contingência
Manter as demais equipes e o comando informados sobre os riscos reconhecidos no cenário da emergência. Assim como sua evidente ou provável localização.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Efetuar monitoramento constante da atmosfera da área da emergência e seus entornos verificando a presença de gases e vapores tóxicos, inflamáveis e radiação térmica (casos de incêndio) para acompanhamento da evolução das condições de meio ambiente e de segurança, subsidiando decisões de evacuação, liberação de áreas e saúde ocupacional.	Coordenação de Segurança e Contingência
Delimitar as zonas quente, morna e fria para cada frente de trabalho.	
Manter as equipes a uma distância segura dos riscos.	Todos os Responsáveis em conjunto com a EOR e os líderes das frentes de trabalho Coordenação de Segurança e Contingência

14.5.3 Segurança Física de Pessoas, Equipamentos e Instalações da Companhia e de Terceiros

Ações	Responsável
Identificar todas as pessoas envolvidas nas ações de resposta que tenham ações no local da emergência.	Coordenação da Contingência
Coordenar suas ações para resguardar as Instalações e bens da Companhia e terceiros com a autoridade policial responsável pelo local.	Vigilância Patrimonial
Em conjunto com a autoridade policial responsável pelo local providenciar o isolamento da área, restringindo e coordenando o acesso. Somente permitir acesso ao pessoal identificado.	
Efetuar o controle de pessoas nos pontos de evacuação e abandono, mantendo a ordem e a disciplina.er	
Em caso de presença de pessoas não autorizadas nas frentes de trabalho, adotar o seguinte procedimento: 1º Informá-la que se trata de uma situação de risco e solicitar que ela se desloque para local seguro; 2º Caso ela não atenda à primeira solicitação acionar defesa civil ou autoridade policial para auxílio na remoção da pessoa não autorizada.	Vigilância Patrimonial
Preservar os bens patrimoniais da companhia e de terceiro contra furto, roubo e vandalismo. Assim como a integridade física das pessoas contra qualquer tipo de violência ou agressão.	

Estabelecer, no âmbito das unidades do Sistema PETROBRAS, medidas pré-determinadas de proteção e prevenção frente à ameaça de atos potencialmente lesivos ao patrimônio ou às pessoas, entre elas invasão, sabotagem ou agressões, seja contra instalações, edificações ou pessoal.	
Manter as unidades industriais informadas sobre as ameaças levantadas que lhes sejam relevantes.	
Recepcionar e encaminhar autoridades públicas, imprensa, outras partes interessadas e apoio externo, conforme orientações da Coordenação de Contingência.	Vigilância Patrimonial
Apoiar a autoridade policial na coordenação do trânsito.	
Apoiar ações da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Grupo de Evacuação, em caso de necessidade.	
Acionar Autoridade Policial no caso de identificação de indivíduo se apropriando indevidamente ou praticando ação de vandalismo contra os bens da companhia ou de terceiros.	Vigilância Patrimonial Todos os envolvidos nas ações de contingência

14.5.4 Coleta e Disposição dos Resíduos Gerados

Este procedimento tem como objetivo orientar a Coordenação da Contingência e estabelecer as ações que devem vigorar para coleta e destinação dos resíduos gerados quando da ocorrência de uma emergência.

A identificação, classificação, manejo e disposição dos resíduos gerados na emergência devem ser realizados conforme PP-0TP-00032 Gerenciamentos de Resíduos - **ANEXO C** Armazenamento e Disposição dos Resíduos Gerados na Emergência, e em consonância com os requisitos legais vigentes.

14.5.5 Acionamento e Deslocamento de Recursos

Este procedimento tem como objetivo estabelecer as ações, para acionamento e deslocamento de recursos humanos e materiais quando da ocorrência de emergência.

Cabe ao Gerente da DTRM o acionamento dos recursos da EOR. Caso ele esteja impedido, o acionamento poderá ser realizado através de pessoa por ele designada.

O acionamento ou requisição de qualquer recurso (humano ou material) deve seguir a hierarquia da EOR.

O acionamento do Plano de Contingência Regional é feito pelo coordenador de recursos de emergência, após consentimento do Gerente da DTRM. Assim como por pessoa por eles designada.
O acionamento Plano de Contingência Corporativo - PCCORP é feito pelo Gerente da DTRM. Assim como por pessoa por eles designada.

A prioridade para deslocamento de recursos deve obedecer a seguinte hierarquia:
1º Recursos humanos para isolamento da área e socorro médico;
2º Material para isolamento da área e comunicação;
3º Recursos para hidratação e alimentação das equipes;
4º Recursos para deslocamento de pessoas da comunidade;
5º Demais recursos que se façam necessários.

Ações	Responsável
Avaliar o cenário acidental e definir o tipo e quantitativo de recursos adicionais, materiais e humanos, para o atendimento à emergência.	Coordenação da Contingência Coordenação de Planejamento e Estratégias

Identificar as instalações da PETROBRAS que possam fornecer os recursos adicionais necessários (via: InfoPAE web, contatos CDA, contatos CRE, entre outros).	Coordenação da Contingência Coordenação de Logística - Suporte
Formalizar a solicitação junto às instalações PETROBRAS.	
Realizar ou coordenar o deslocamento de recursos de terceiros.	Coordenação de Logística
Encaminhar para “compras e contratações” informações sobre prestadores de serviços/fornecedores e solicitar pagamentos/contratação.	
Providenciar alimentação e água para as frentes de trabalho. ***Nota:*** Na 1ª hora da emergência, deve-se designar um responsável por fornecer água e alimentação.	
Providenciar o transporte/mobilização dos recursos materiais e humanos para o local da emergência, priorizando: 1º Contratos e convênios previamente existentes; 2º Contratação de empresas previamente identificadas e cadastradas; 3º Contratação de empresas identificadas durante a emergência.	
Disponibilizar hospedagem para o pessoal envolvido nas ações de resposta, preferencialmente em hotéis de rede credenciada.	Coordenação de Logística
Identificar e providenciar local seguro para armazenamento dos recursos materiais, tanto em campo, quanto dentro das Unidades Operacionais.	
Realizar o registro de entrada e saída de recursos materiais, considerando no mínimo: origem, data e hora de recebimento/ expedição, integridade na entrada, característica operacional, quantidade, localização em campo, responsável, manutenção, integridade na saída e desmobilização.	
Indicar colaborador para percorrer as frentes de trabalho (logística de campo) identificando as demandas (água, alimentação, EPI, recursos materiais consumíveis e não consumíveis, recursos humanos) repassando as mesmas para a coordenação da logística.	
Identificar e providenciar local para realização de reparos e manutenção nos equipamentos avariados, controlando a entrada e a saída de recursos.	
Identificar e providenciar local para abastecimento de veículos e equipamentos ou acordar rotina de abastecimento em pontos descentralizados diretamente pelos responsáveis pelos veículos e equipamentos	
Verificar se o condutor do veículo possui todas as documentações e habilitações necessárias ao desempenho de suas funções.	
Concluir o processo de pagamentos/contratações dos serviços/recursos.	Controladoria de Custos e Fundo Rotativo
Avaliar a necessidade de acionamento dos recursos humanos especializados.	Coordenação de Segurança e Contingência
Realizar o controle dos recursos humanos, considerando no mínimo: origem, localização em campo, função, local de hospedagem e desmobilização.	Coordenação de Planejamento e Estratégias
Atualizar, diariamente, o inventário de material identificando a necessidade de aquisição de recursos adicionais (reposição ou novos).	Coordenador da Contingência Coordenação de Planejamento e Estratégias Coordenação de Logística
Devolução de recursos. ***Nota:*** A devolução de recurso deve ser informada pela área responsável à Coordenação de Logística que dará o encaminhamento adequado para sua devolução, caso o recurso não seja necessário em outra unidade.	Todas as Coordenações envolvidas nas ações de resposta Coordenação de Logística
Verificar o estado de conservação do veículo.	Motoristas e Condutores Coordenação de Segurança e Contingência
Certificar a utilização correta do cinto de segurança por todos os passageiros.	Motoristas e Condutores Coordenação de Logística
Não transportar passageiros nas caçambas de peruas e caminhões.	
Respeitar os limites de velocidade de acordo com o indicado nas sinalizações e na falta destas cumprir a legislação vigente, atentando para as condições das	

estradas. Respeitar as demais sinalizações do sistema de trânsito, tanto verticais como horizontais.	
Não ultrapassar a capacidade máxima de carga do meio de transporte a ser utilizado.	
Não trafegar pelas pistas (ruas, avenidas e estradas) com excesso lateral, caso seja necessário este tipo de transporte providenciar batedores e autorização das autoridades competentes, conforme legislação.	

14.5.6 Monitoramento da Evolução da Emergência

O objetivo do procedimento de monitoramento da evolução da emergência é disponibilizar informações ao Comando Unificado e Coordenação da Contingência para que ela tome as ações necessárias.

Em um cenário envolvendo vazamento de Gás Natural as variáveis de processo que podem interferir na emergência são:

- ✓ Pressão;
- ✓ Vazão;
- ✓ Inventário.

Ações	Responsável
Efetuar monitoramento constante da atmosfera no entorno da área da emergência verificando a presença de gases e vapores tóxicos, inflamáveis e monitoramento da radiação térmica (casos de incêndio) até o término do reparo do equipamento sinistrado.	Coordenação de Segurança e Contingência
Efetuar monitoramento constante dos parâmetros disponíveis remotamente no trecho sinistrado e manter Coordenação da Contingência informada.	CNCL
Solicitar, sempre que necessário, à TP/DDT/COICM/LCI/PMQ/PROG a estimativa de inventário de produto na instalação para dimensionar e prever a continuidade das ações de resposta.	Coordenação da Contingência
Realizar estimativa de inventário de produto na instalação e manter Coordenação da Contingência informada.	TP/DDT/COICM/LCI/PMQ/PROG
Acompanhar parâmetros disponíveis para visualização em local seguro na instalação.	Coordenação de Ações de Resposta
Acompanhar a evolução dos reparos dos equipamentos que deram causa a emergência.	Coordenação de Ações de Resposta Reparos de Emergência
Elaborar relatório diário, para monitoramento da ocorrência pelo Comando Unificado e Coordenação da Contingência, contendo: todas as atividades desenvolvidas, materiais, equipamentos, veículos disponíveis e utilizados, recursos humanos disponíveis, serviços contratados e ocorrências de SMS.	Todos os Grupos

14.5.7 Obtenção e Atualização de Informações Relevantes

Ações	Responsável	Periodicidade
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência os documentos que contém as informações mínimas relevantes sobre a região afetada para definições das estratégias de combate.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Relações com a comunidade	No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência informações sobre as características da região: relevo, corpos hídricos, ocupação populacional, perfil socioeconômico, acessos rodoviários e ferroviários.	Coordenação de Segurança e Contingência	No início da emergência

Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência o Estudo de Análise de Risco da instalação.		No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência e na Sala de Operações informações sobre as condições meteorológicas presentes e futuras (previsões).		Permanentemente
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência os Fluxogramas dos processos, mapas das redes de drenagem, dentre outros.		No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência, na Sala de Operações e na Sala de Logística a relação de recursos materiais com suas características técnicas, localização e quantidades.		No início da emergência
Obter fotos aéreas, imagens de satélites, fotos comuns das áreas do antes, quando houver, durante o desenrolar e após o término da emergência.	Registros e Relatórios	Diariamente e ao término da emergência
Obter e disponibilizar na Sala de Operações as Fichas de Informação de Produtos Químicos movimentados e/ou em uso pela instalação.	Supervisão de Operação e Manutenção	No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência os Planos de Emergência Regional e Corporativo.	Coordenação de Segurança e Contingência	Quando solicitado pelo Comando Unificado
Dar divulgação dos dados relevantes atualizados para todos os Coordenadores e Líderes de Frentes de Trabalho de forma clara, rápida e objetiva, através de radiofrequência, telefones, cópias impressas ou pessoalmente.	Comando Unificado Coordenação da Contingência	Ao início dos trabalhos de cada equipe Sempre que for necessário divulgar informações relevantes
Registrar e manter todas as informações relevantes e suas atualizações com data e horário de obtenção	Registros e Relatórios	Permanentemente
Consultar para obtenção de dados mais específicos os Órgãos Oficiais (tais como IBGE, IBAMA, INPE, Órgãos Ambientais Estaduais e municipais, ICMBio e outros), Universidades, sites da Intranet PETROBRAS, Internet.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Relações com a comunidade	Sempre que for necessário

14.5.8 Registro das Ações de Resposta

Ações	Responsável
Designar pessoa para efetuar todos os registros das ações de resposta até o término da emergência.	Coordenação da Contingência
Elaborar relatório diário contendo: duração da jornada de trabalho, atividades realizadas, horário das atividades realizadas, fatos relevantes (ex.: acompanhamento das ações e acidentes ocorridos no local da emergência), quantidade e relação dos recursos humanos e materiais na frente de serviço.	Líderes das frentes de serviço
Diariamente obter as informações relevantes e atualizar o relatório da emergência.	Registros e Relatórios
Ao fim da emergência confeccionar book com toda documentação produzida em decorrência da emergência, incluindo, mas não se restringindo a estes itens: ✓ Atas das reuniões de planejamento; ✓ Registros fotográficos e fílmicos; ✓ Registros diários de acompanhamento das ações desenvolvidas e efetuadas pelas frentes de trabalho; ✓ Boletins meteorológicos;	

✓ Atas das reuniões com Órgãos externos; ✓ Registro e cópia de correspondências recebidas e enviadas durante e sobre a emergência; ✓ Relatórios quantitativos diários de HH utilizados para o combate à emergência; ✓ Relatórios quantitativos diários de materiais e equipamentos utilizados para o combate à emergência; ✓ Registros de comunicações expedidas para a imprensa; ✓ Registros dos monitoramentos efetuados e seus resultados; ✓ Registros e relatórios das solicitações e atendimento as comunidades afetadas; ✓ Registro dos pousos e decolagens de aeronaves; ✓ Registro das oportunidades de melhorias observadas e levantadas durante as reuniões de planejamento; ✓ Todo e qualquer registro que o Comando das Operações achar pertinente sua inclusão. ✓ Todos os documentos, boletins, relatórios, etc. ou suas cópias, deverão ser arquivados em pasta própria e específica da emergência em curso e guardados sob os cuidados da Gerência Setorial de Segurança Operacional.	

Os relatórios escritos em campo poderão ser manuscritos ou em formato digital e seus elaboradores devem encaminha-los para os seus respectivos superiores hierárquicos dentro da EOR.

Os relatórios das coordenações deverão ser elaborados em formato digital, consolidando as informações dos líderes de suas respectivas frentes de trabalho e encaminhados para o Comando Unificado e para o responsável pelos Registros e Relatórios com periodicidade mínima diária.

Os coordenadores devem manter a Coordenação da Contingência e o Comando Unificado permanentemente informados sobre a evolução da emergência e sobre suas ações, essas informações podem ser efetuadas via telefone, rádio, pessoalmente ou mensagem de texto de celular.

O responsável pelos Registros e Relatórios deve elaborar, após o encerramento da emergência um Relatório de Ocorrência, com coleta de dados, análises, desenvolvimentos das ações de combate e recomendação de prevenções visando o controle dos riscos que geraram a emergência. Esse relatório deve ser encaminhado à Gerência de Segurança e Contingência da TRANSPETRO, à Diretoria de SMS Corporativo da PETROBRAS S/A e outras partes interessadas.

O responsável pelos Registros e Relatórios deve elaborar relatórios para envio ao órgão ambiental, à ANP e para ficar à disposição do MTE. O modelo a ser seguido para envio à ANP está relacionado no **ANEXO B** - Formulário de Comunicação Inicial e Relatório de Incidente. O modelo de relatório a ser seguido para os demais órgãos deve seguir o mesmo elaborado corporativamente para acidentes e incidentes.

14.5.9 Desmobilização

Ao encerramento da emergência a desmobilização se dará da forma apresentada no quadro abaixo:

Ações	Responsável
Ordenar aos coordenadores envolvidos que iniciem a desmobilização de seus recursos. ***Nota:*** a coordenação das ações de desmobilização cabe à equipe de logística de campo.	Comando Unificado
Atender às solicitações da equipe de desmobilização e apresentar relação de recursos que devem ser desmobilizados.	Todas as Coordenações e Equipes envolvidas nas ações de resposta.
Levantar o quantitativo de recursos humanos mobilizados, o nome, o endereço de residência de cada colaborador ou outro destino ao qual o mesmo deve ser encaminhado e o período contínuo de trabalho de cada um até o momento da ordem de desmobilização.	Coordenação de Logística Logística de Campo

Levantar o quantitativo e o tipo dos recursos materiais mobilizados e os destinos aos quais devem ser enviados.	
Verificar quais os recursos humanos necessários para realização da desmobilização, comunicar aos colaboradores, formar equipes e definir seus objetivos. ***Nota:*** Podem ser aproveitados recursos humanos que tenham atuado na contingência, desde que respeitada a carga horária diária máxima de trabalho definida na legislação.	
Mobilizar os recursos materiais necessários à desmobilização e disponibilizá-los para as equipes.	
Desmobilizar os recursos humanos que já estiverem liberados, encaminhando-os para suas respectivas residências ou outros destinos aos quais os mesmos devam ser enviados.	
Desmobilizar os recursos materiais que já estiverem liberados, encaminhando-os para os destinos aos quais devam ser enviados.	
Desmobilizar a equipe de Logística de Campo juntamente com as demais equipes que a estiverem apoiando.	Coordenação de Logística

14.5.10 Documentação

Ações	Responsável
Designar pessoa para efetuar os registros e relatórios das ações de resposta até o término da emergência.	Coordenação da Contingência
Documentar, registrar e classificar as ações de controle da emergência tomadas de acordo com a norma de classificação da informação da PETROBRAS. ***Nota:*** Para a documentação devem ser considerados os registros fotográficos, filmagens, coleta de amostras para análises químicas, toxicológicas e monitoramento biológico.	Registros e Relatórios
Registrar e escriturar as atas de reuniões.	
Atualizar diariamente com as frentes de trabalho informações sobre a emergência.	
Elaborar relatório diário sobre todas as atividades desenvolvidas, consolidando as informações recebidas de todos os grupos.	
Reportar os relatórios a Coordenação da Contingência para validação.	
Repassar todas as informações pertinentes ao Operador do InfoPAE para inserção no sistema, se aplicável.	
Registrar o tratamento das ações, que possam se postergar após o término da emergência, relativas a restauração do local afetado, ressarcimento a comunidade e ações de saúde.	
Elaborar relatório final da emergência de forma a permitir a posterior avaliação do PRE e subsidiar processos investigatórios e jurídicos.	
Encaminhar documentação gerada na emergência para guarda pela Coordenação de Segurança e Contingência.	
Guardar a documentação gerada na emergência de forma a resguardar a TRANSPETRO e a PETROBRAS contra eventuais demandas jurídicas.	Coordenação de Segurança e Contingência

14.5.11 Levantamento de Dinheiro em Espécie

Para levantamento de dinheiro em espécie a Gerência DTRM possui Agentes de Fundo Rotativo distribuídos geograficamente. O levantamento de dinheiro em espécie em caso de emergência se dará através dos agentes.
A qualquer momento cada agente pode sacar até R$ 1.000,00 por dia, respeitando-se as restrições bancárias quanto a horário para saque em caixas eletrônicos.

Mediante autorização da Gerência Operacional da DTRM, o valor de saque poderá ser ampliado para atender às necessidades geradas pela emergência.

Ações	Responsável
Acionar o Agente do Fundo Rotativo e autorizá-lo a realizar o levantamento de dinheiro em espécie para atender às necessidades geradas pela emergência.	Gerência da DTRM
Acionar a DIRETORIA FINANCEIRA ADMINISTRATIVA para levantamento das quantias adicionais necessárias e para criação de OI (SAP-R3) para emergência.	
Elaborar controle diário de prestação de contas das despesas efetuadas.	Agente do Fundo Rotativo
Elaborar relatório diário de despesas efetuadas.	
Emitir relatório de caixa ao final da emergência.	
Atender as normas e prazos previstos no Manual Financeiro da TRANSPETRO.	
Orientar pessoal que efetuará as compras sobre os dados a serem utilizados na emissão das notas fiscais.	
Solicitar as notas fiscais dos bens e serviços adquiridos conforme orientação do Agente do Fundo Rotativo.	Todas as Coordenações e Equipes envolvidas nas ações de resposta que realizarem compras ou contratações durante a emergência

14.5.12 Acionamento do Seguro e Controle e Inventários dos Salvados

Este procedimento tem por objetivo orientar a Coordenação da Contingência e estabelecer os procedimentos para acionamento do seguro e controle de inventário dos salvados quando da ocorrência da emergência.

Conforme procedimento PE-0TP-00038 Seguro de Riscos Operacionais/Procedimento, são cobertos pelo procedimento de acionamento de seguros de riscos operacionais as seguintes instalações: tanques e esferas e respectivos produtos, unidades de processamento / geração, bens móveis, prédios, utilidades e dutos internos.

Nota: O Seguro de Riscos Operacionais não cobre a atividade de transporte de dutoviário (Gás ou Petróleo e Derivados).

Para fins de ressarcimento a terceiros, o Seguro de Responsabilidade Civil cobre danos corporais e materiais a terceiros em decorrência de acidentes nas instalações operacionais, incluindo poluição súbita e acidental e remoção de destroços.

São cobertas, pelo Seguro de Responsabilidade Civil, as atividades operacionais de todas as unidades operadas pela TRANSPETRO (dutos, terminais, estações intermediárias, terminais de GNL e unidades de processamento de Gás Natural).

O Procedimento para acionamento das modalidades de seguro de Riscos Operacionais e de Responsabilidade Civil está descritos no item 6.2 Comunicação de Sinistro do padrão PE-0TP-00038 Seguro de Riscos Operacionais/Procedimento.

Nos casos de colisão de navios com cais, píeres, quadros de bóias ou monobóias e nos casos de poluição causada por navios, o procedimento para ressarcimento dos prejuízos deve seguir o definido no procedimento PE-3TP-00152 Ressarcimento de Danos de Causados aos Terminais por Navios /Procedimentos.

14.5.13 Compras e Contratações

As compras e contratações de recursos externos para atendimento à emergência devem ser realizadas de forma a atender as necessidades das equipes de controle do evento quanto ao tipo de recurso e tempo de mobilização.

Para compra ou contratação de tais recursos não é necessário que os fornecedores estejam cadastrados na TRANSPETRO, bastando apenas que:

1º A Coordenação da Contingência ou o Gerente da DTRM autorizem;
2º Os recursos supram a necessidade provocada pelo evento acidental quanto ao tipo e tempo de mobilização;
3º O fornecedor aceite os termos da TRANSPETRO para posterior recebimento dos valores monetários pelo serviço prestado / venda ou que a equipe em campo possua dinheiro em espécie para efetuar a contratação ou aquisição.

Ações	Responsável
Solicitar os recursos externos necessários para os coordenadores das equipes.	Todos os membros das equipes envolvidas nas ações de controle da emergência
Solicitar os recursos externos necessários para a Coordenação de Logística, Coordenação da Contingência ou Comando Unificado.	Todos os Coordenadores das equipes envolvidas nas ações de controle da emergência
Centralizar solicitações de recursos, submetendo a sua aprovação ao Coordenador de Logística.	Logística de campo
Identificar fornecedor com disponibilidade do recurso necessário. ***Nota:*** Os fornecedores podem ser identificados em campo no cadastro de fornecedores do Sistema PETROBRAS e TRANSPETRO, em lista telefônica ou pela internet.	Logística de campo Todos os Coordenadores das equipes envolvidas nas ações de controle da emergência Gerência SUP
Entrar em conto com o fornecedor e expor os termos para contratação ou aquisição e pagamento.	Logística de campo Gerência SUP
Demarcar, sinalizar e preparar área para controle e recebimento de equipamentos e materiais.	Logística de campo
Indicar pessoa para apontar serviços, veículos e aeronaves próprios e de terceiros mobilizados.	
Controlar o recebimento e devolução de recursos externos, mantendo o Comando de Operações ciente destas demandas.	
Inspecionar e cadastrar materiais, viaturas e equipamentos recebidos e a devolver.	
Controlar os recursos colocados à disposição.	
Assegurar estoques mínimos para prevenir faltas.	
Consolidar diariamente as medições de serviços para a emergência.	
Providenciar a manutenção dos equipamentos usados na emergência que forem locados pela logística	

14.5.14 Gestão de Custos

Ações	Responsável
Definir estrutura de custos para a emergência e informar à Controladoria de Custos.	Comando Unificado
Adotar as ações necessárias junto à área financeira para levantamento das quantias adicionais necessárias em espécie e para criação de OI (SAP-R3) para emergência.	Controladoria de Custos
Acompanhar as ações relativas ao Fundo Rotativo.	
Acompanhar o responsável pela contratação para atender a emergência no que tange aos contratos.	
Avaliar disponibilidade e utilização dos recursos usados e/ou contratados para a emergência.	
Elaborar planilha específica para acompanhamento de custos.	
Elaborar formulários específicos para acompanhamento de contratação.	
Acompanhar diariamente com as frentes de trabalho os custos realizados.	
Elaborar diariamente planilha contendo os valores estimados referentes às atividades executadas durante a emergência, entregando ao final do dia a Coordenação da Contingência.	
Controlar o uso dos helicópteros para planilhamento de custos, quando aplicável.	Serviços e Materiais
Entregar medições consolidadas para o responsável pelo Grupo de Controle de Custos.	
Entregar medições consolidadas para o responsável pelo Grupo de Controle de Custos.	
Elaborar os relatórios e demais documentos relativos aos custos ressarcíveis conforme orientações das companhias seguradoras e instruções internas.	Seguros

15. RECURSOS

Foram relacionados os equipamentos, materiais de resposta e recursos humanos, compatíveis com as ações necessárias ao controle das emergências, em seus vários tipos, dimensões e cenários de emergência, considerando aspectos de segurança, meio ambiente e saúde.

Os recursos materiais e humanos incluindo equipamentos de monitoramento biológico e ambiental, identificados pelo nome, tipo, características operacionais, quantidade e localização estão relacionados no Sistema Informatizado de Apoio a Emergência (InfoPAE) – Módulo Gestão de Recursos, na intranet da Companhia no endereço: https://infopae.petrobras.com.br.

Os equipamentos de monitoramento devem estar sempre calibrados.

O **ANEXO E** - Informações sobre recursos médicos de emergência e listagem de equipamentos e materiais terrestre apresenta a relação dos equipamentos e materiais de resposta, considerando nome, tipo, características operacionais, quantidade e localização.

15.1 Recursos Materiais

Os equipamentos e materiais próprios de emergência estão disponíveis nas Bases Operacionais fixadas na região de influências dos Gasodutos.

Caso os recursos materiais da Gerência DTRM não sejam suficientes para o controle da emergência, o Comando da Emergência poderá consultar o **InfoPAE - Sistema Informatizado para Apoio a Plano de Ação de Emergência** e requisitar os equipamentos e materiais necessários ao controle da emergência às Unidades Organizacionais do Sistema PETROBRAS, conforme os Planos de Emergências Corporativos descritos no item 9.

Os CREs (Centro de Resposta a Emergência) das bases de apoio aos Gasodutos são os seguintes:

- ESLOR - Estação de Lorena;
- ESMAN - Estação da Mantiqueira;
- ESTAP - Estação de Tapinhoã;
- PE - São Brás do Suaçuí;
- TABG - Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara;
- TECAM - Terminal de Campos Elíseos;
- TEJAP - Terminal de Japeri;
- TEVOL - Terminal de Volta Redonda.

15.2 Recursos Humanos

Os recursos humanos existentes para combate a emergências a serem utilizados são os disponíveis na EOR descrita no item 9, além de outros órgãos da PETROBRAS, se necessário.

Os Órgãos Públicos de apoio à emergência (Corpo de Bombeiros, SAMU, Defesa Civil, Policia Militar, Polícia Rodoviária, etc.) e especialistas externos estão disponíveis na Lista de contatos do fluxo de Comunicação e EOR emitida por DIP pela Gerência TP\DDT\DTNNESE\UN-RJMG\SMS.

16. CONTINUIDADE DA RESPOSTA

Quando as ações da primeira resposta não forem suficientes para o controle da emergência deve ser elaborado Plano de ação para controle da emergência, visando garantir a continuidade das operações de resposta. O Plano de ação deve ser elaborado em intervalos de tempo pré-estabelecidos, de 6 horas, 12 horas ou 24 horas, e é utilizado para definir e compartilhar prioridades, objetivos e metas comuns, bem como definir e organizar o uso dos recursos. A elaboração do Plano de ação permite planejar dentro de um horizonte de tempo mais confiável e garantem o gerenciamento da emergência em ciclos sucessivos de planejamento, organização, execução e controle da emergência.

17. ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES

O encerramento das operações de resposta está a cargo do Comando Unificado da Emergência, após à confirmação que a fonte foi controlada e não existe mais risco de novos impactos às pessoas, ao patrimônio e ao meio ambiente.

As ações pós-emergência e monitoramento de áreas afetadas devem ser decididas pelo Coordenador de Contingência, em comum acordo com os órgãos ambientais competentes.

17.1 Desmobilização

- Desmobilizar as equipes envolvidas, equipamentos e materiais utilizados na emergência, depois de assegurar que toda área atingida tenha sido limpa e todo o resíduo gerado tenha sido recolhido.

17.2 Ações Suplementares

- Gerar no SIGA (Sistema Integrado de Gestão de Anomalias) um Relatório de Tratamento de Anomalias - RTA, conforme o padrão **PG-0TP-00024 - Tratamento de Anomalias** e elaborar um relatório de análise e investigação de incidentes/acidentes conforme preconiza o padrão **PP-0TP-00002 - Apropriação, Identificação e Tratamento de Anomalias de SMS;**

- Encaminhar o relatório à Gerência de Segurança e Contingência da TRANSPETRO, à Diretoria de SMS Corporativo da PETROBRAS S/A e outras partes interessadas;

- Confirmar o cumprimento de cada etapa prevista neste Plano, efetuando o registro das ações que devam se postergar para após o encerramento da emergência, destacando-se as ações de ressarcimento à comunidade e recuperação dos ecossistemas.

- Após situações de emergência, a Coordenação de Meio Ambiente deve avaliar os danos ambientais e o processo de recuperação dos ecossistemas em conjunto com o órgão ambiental responsável.

- Após situações de emergência, a equipe de reparos de emergência deve:

    - ✓ Realizar os reparos de emergência no gasoduto ou outras instalações atingidas;
    - ✓ Recuperar a área atingida, efetuando escavação, recomposição de terreno, remoção de escombros e limpeza que forem necessários e aplicáveis;
    - ✓ Articular-se com o CREDUTO nos casos aplicáveis.

Nota: Caso haja exposição a produto derramado ou vazado durante contenção ou recolhimento e/ou diante de qualquer outro risco à saúde, todos os trabalhadores envolvidos no evento devem realizar exames complementares conforme previsto no PP-0V3-00024 - ATENÇÃO À SAÚDE DOS TRABALHADORES DAS EQUIPES DE EMERGÊNCIA. Tal procedimento visa realizar o controle biológico caso tenha ocorrido da exposição ocupacional aos agentes químicos previstos no PB PP-0V3-00024. A responsabilidade de aplicar esse procedimento na gerência DTRM é da Coordenação de Saúde e da Coordenação de Segurança e Contingência.

17.3 Análise Crítica

- Realizar análise crítica da emergência conforme os critérios descritos no PG-0TP-00088 - Gestão de Contingência em SMS.

17.4 Critérios para Reinício Seguro de Operação ou Atividade Relacionada com Anomalias de SMS

Anomalia de SMS	Atividade	Responsável
Anomalias de SMS relacionadas a equipamentos operacionais sob responsabilidade da Gerência DTRM Vazamento de gás em Linha Tronco e/ou acessórios do Gasoduto Presença de fogo na instalação	Após confirmação do fim da emergência retomar as operações somente após liberação da Gerência responsável pelos reparos de emergência.	Gerente de Manutenção e Operação
	Avaliar as condições de segurança do local, verificando se estão controlados os riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Colher as informações relevantes para investigação e analisar a ocorrência.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Autorizar a remoção do isolamento da área.	Comissão de Investigação e Análise da Ocorrência
	Após confirmação do fim da emergência retomar as atividades somente após liberação da Coordenação Segurança e Contingência	Gerente de Manutenção e Operação Supervisor de Operações
Anomalias de SMS relacionadas acidentes com lesão à força de trabalho ou terceiros. ***Nota:*** Neste item também estão considerados os acidentes de trânsito.	Avaliar as condições de segurança do local, verificando se estão controlados os riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Colher as informações relevantes para investigação e analisar a ocorrência.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Autorizar a remoção do isolamento da área.	Comissão de Investigação e Análise da Ocorrência
	Após ações de socorro à vítima retomar as atividades e operações somente após liberação da Coordenação de Segurança e Contingência	Gerente de Manutenção e Operação Supervisor de Operações
Demais Anomalias de SMS	Avaliar as condições de segurança do local, verificando se estão controlados os riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Colher as informações relevantes para investigação e analisar a ocorrência.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Autorizar a remoção do isolamento da área.	Comissão de Investigação e Análise da Ocorrência
	Após ações de socorro à vítima, retomar as atividades e operações somente após liberação da Coordenação de Segurança e Contingência	Gerente de Manutenção e Operação Supervisor de Operações

18. GERENCIAMENTO DO PRE - PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIA

18.1 Revisão / Atualização

O Plano de Resposta à Emergência deve ser revisado ou atualizado conforme definido no PP-0TP-00026 - Elaboração e Revisão de Planos de Resposta a Emergências.

18.2 Planejamento e Execução de Simulados

O PRE deve ser avaliado através da realização de simulados, na frequência estabelecida no Cronograma Anual de Simulados, conforme definido no PP-0TP-00020 - Manutenção do Pronto Atendimento a Emergências em SMS.

18.3 Divulgação e Implantação

- **Interna:** A Gerência Setorial de Segurança Operacional realizará treinamento para a força de trabalho da Unidade Operacional.
- **Externa:** A Comunicação Institucional em conjunto com a Manutenção de Faixa de Dutos realizará a divulgação para as partes interessadas.

19. ANEXOS

Pasta: Anexos Comuns

- ✓ Anexo A - Mapa de Acesso Rodoviário e Ferroviário
- ✓ Anexo B - Formulário de Comunicação Inicial e Relatório de Incidente
- ✓ Anexo C - Atribuições e Responsabilidades dos Integrantes da EOR
- ✓ Anexo D - Recursos Médicos, Equipamentos e Materiais de Resposta
- ✓ Anexo E - Tempo de Deslocamento de Recursos
- ✓ Anexo F - Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico
- ✓ Anexo G - Fluxograma de Atendimento a Intoxicação Alimentar
- ✓ Anexo H - Relatório atendimento registro e investigação de surto de DTA
- ✓ Anexo I - APR Complementar
- ✓ Anexo J - Cenários típicos e estratégias
- ✓ Anexo K - Acordos de Cooperação

Pasta: GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC

- ✓ Anexo 1.0 - Itens 6 e 13 - GASDUC II
- ✓ Anexo 1.1 - Traçado do Duto
- ✓ Anexo 1.2 - Fluxograma de Engenharia
- ✓ Anexo 1.3 - Diagrama Blocos
- ✓ Anexo 1.4 - Mapa de Localização Geográfica
- ✓ Anexo 1.5 - Croquis de Acesso
- ✓ Anexo 1.6 - Dados do EAR

Pasta: GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos

- ✓ Anexo 2.0 - Itens 6 e 13 - GNL
- ✓ Anexo 2.1 - Fluxograma de Engenharia
- ✓ Anexo 2.2 - Diagrama de Blocos
- ✓ Anexo 2.3 - Mapa de Localização Geográfica
- ✓ Anexo 2.4 - Croquis de acesso
- ✓ Anexo 2.5 - Dados do EAR
- ✓ Anexo 2.6 - Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa

- **Pasta: GASCAB I, II, III e Enchovão (Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas)**

✓ Anexo 3.0 - Itens 6 e 13 - GASCAB I, II, III e Enchovão (Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas)
✓ Anexo 3.1 - Desenhos, Plantas e Croquis
✓ Anexo 3.2 - Receptores Ameaçados
✓ Anexo 3.3 - Características Climáticas

- **Pasta: Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)**

✓ Anexo 4.0 - Itens 6 e 13 – Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)
✓ Anexo 4.1 - Acordos Formais
✓ Anexo 4.2 - Coordenadas Geográficas Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - Trecho Terrestre
✓ Anexo 4.3 - Dados do EAR
✓ Anexo 4.4 - Descrição do Sistema
✓ Anexo 4.5 - Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa
✓ Anexo 4.6 - Fluxograma de Engenharia
✓ Anexo 4.7 - Mapas de Acesso
✓ Anexo 4.8 - Mapa de Localização Geográfica e Pontos Notáveis
✓ Anexo 4.9 - Procedimento Básico de Resposta

- **Pasta: Gasoduto Guapimirim COMPERJ (GASERJ)**

✓ Anexo 5.0 - Itens 6 e 13 – Guapimirim COMPERJ (GASERJ)
✓ Anexo 5.1 - Fluxograma de Engenharia
✓ Anexo 5.2 - Mapeamento Traçado
✓ Anexo 5.3 - Mapas de Acesso
✓ Anexo 5.4 - Dados EAR

- **Pasta: Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre**

✓ Anexo 6.0 - Itens 6 e 13 – Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre
✓ Anexo 6.1 - Matriz de Ocupação Humana
✓ Anexo 6.2 - Fluxograma de Engenharia
✓ Anexo 6.3 - Mapas de Acesso
✓ Anexo 6.4 - Mapeamento Traçado
✓ Anexo 6.5 - Dados EAR

PG-3TP-00040

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)

Segurança Operacional



Sumário

1. OBJETIVO 3
2. APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA 3
3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIAS E COMPLEMENTARES 3
3.1. Documentos de Referência 3
3.2. Documentos Complementares 3
4. DEFINIÇÕES E SIGLAS 5
5. AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE 5
6. DESCRIÇÃO 5
6.1. Caracterização do Empreendimento e do Entorno 6
6.2. Identificação de Perigos 9
6.2.1. Revisão do Estudo de Análise de Risco ou da Identificação de Perigos 10
6.3. Procedimentos Operacionais 11
6.4. Gerenciamento de Modificações 13
6.5. Manutenção e Garantia de Integridade 14
6.6. Capacitação de Recursos Humanos 15
6.7. Investigação de Incidentes e Acidentes (Gerir Anomalias de SMS) 16
6.8. Plano de Resposta a Emergência (PRE) 18
6.8.1. Exercícios Simulados 19
6.9. Indicadores e Metas 20
6.10. Auditoria do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) 21
7. REGISTROS 21
8. ANEXOS 21

1. OBJETIVO

Prover, em nível tático, orientações gerais para o estabelecimento dos procedimentos de segurança operacional, e subsidiar a elaboração dos Planos de Emergência (PRE e PEI), visando à prevenção de acidentes no desenvolvimento de operações nas instalações da Gerência Geral do Sudeste.

2. APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Aplica-se a todas as instalações (terminais terrestres e aquaviários, oleodutos, gasodutos, pontos de entrega e estações de compressão e de bombeio) sob responsabilidade da Gerência Geral do Sudeste

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIAS E COMPLEMENTARES

3.1. Documentos de Referência

- NORMA CETESB P4.261
- RTDT - REGULAMENTO TÉCNICO DE DUTOS TERRESTRES ANP Nº 02/2011
- Estudos de Análise de Riscos (EAR's) das Unidades Operacionais
- Termo de Referência - Estudo de Análise de Riscos em Polidutos de Transporte (IBAMA)

3.2. Documentos Complementares

- **PG-0TP-00001** - Gestão do Sistema de Padronização da Transpetro
- **PG-0TP-00012** - Diretrizes dos Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos da TRANSPETRO
- **PG-0TP-00043** - Sistema de Indicadores
- **PG-0TP-00142** - Desenvolvimento de Recursos Humanos
- **MG-1TP-00005** - Plano Diretor da Manutenção da Diretoria de Dutos e Terminais - PMD-DDT
- **PP-0TP-00002** - Apropriação, Identificação e Tratamento de Anomalias de SMS
- **PP-0TP-00017** - Avaliação e Gestão de Riscos

- **PP-2TP-00075** - Gerenciamento das Atividades para Integridade Estrutural de Dutos
- **PP-0TP-00073** - Contingência em SMS
- **PE-0TP-00304** - Planejar Contingência.
- **PE-0TP-00354** - Manter Estado de Prontidão
- **PE-0TP-00311** - Responder Emergência
- **PE-0TP-00029** - Gestão de Mudanças em Tecnologias, Instalações e Pessoas
- **PE-0TP-00076** - Gestão da Matriz de Capacitação em SMS
- **PE-0TP-00183** - Gerir Aspectos de SMS em Contratos de Prestação de Serviços
- **PE-0TP-00279** - Divulgação e Análise de Abrangência de Anomalias de SMS
- **PE-0TP-00298** - Indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- **PE-0TP-00300** - Execução de Auditoria Interna do Sistema de Gestão de QSMS
- **PE-0TP-00303** - Avaliação de Gestão de SMS
- **PE-3TP-00245** - Planos de Emergência Individuais (PEI) da Gerência Geral do Sudeste
- **PE-4TP-00023** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) - Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara/TRBG
- **PE-4TP-00025** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) - Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Comprida
- **PE-4TP-00026** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) - Terminal Aquaviário da Ilha d'Água
- **PE-4TP-00039** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) - Terminal Aquaviário de Angra dos Reis
- **PE-4TP-00086** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) dos Gasodutos e ECOMPS da Gerência DTRM
- **PE-4TP-00095** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) dos Terminais e Estações de Bombeio da Gerência DTRM
- **PE-4TP-00098** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) dos Oleodutos da Gerência DTRM
- **PE-4TP-00339** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) -dos Ativos da Nova Transportadora do Sudeste (NTS)
- Plano de Resposta a Emergências (PRE) dos Ativos da DTRM/TECAM (InfoPAE)
- **N-2782** - Técnicas Aplicáveis à Análise de Riscos Industriais.

- **N-2644 -** Plano de Resposta a Emergências

4. DEFINIÇÕES E SIGLAS

As definições das terminologias e siglas de SMS adotados neste procedimento estão disponíveis no portal de SMS da Transpetro na Intranet Glossário - Definições e Siglas utilizadas em SMS.

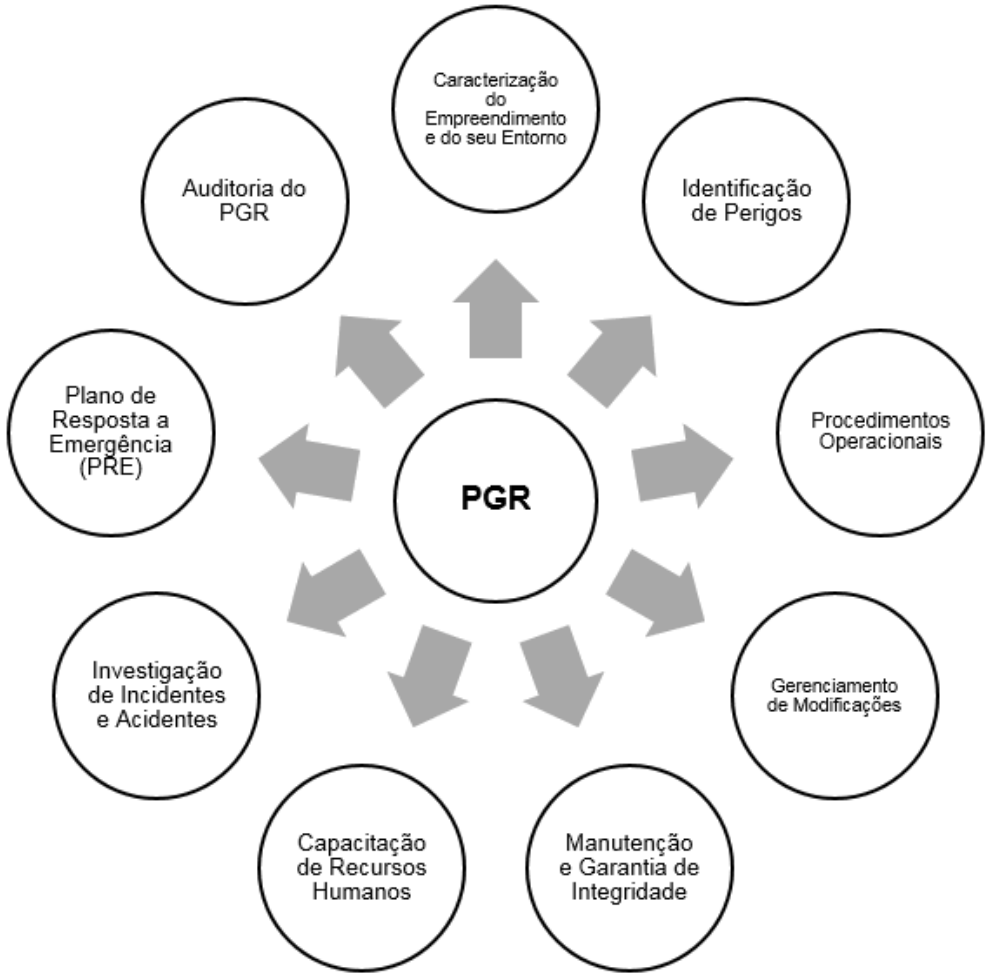
5. AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE

Tabela 1 – Atribuições e Responsabilidade

Atribuições e Responsabilidade	
Quem	**O quê**
Gerência Setorial de Segurança Operacional	Gerir o Programa de Gerenciamento de Riscos e os Planos de Resposta a Emergências (PRE) e os Planos de Emergência Individual (PEI)
	Subsidiar as Unidades Organizacionais (UO's), sob a gestão da Gerência Geral do Sudeste, na implementação dos PRE's e PEI's
	Coordenar a elaboração e atualização dos EAR's
Gerências das Unidades Organizacionais	Implementar os Planos de Resposta a Emergências (PRE) e os Planos de Emergência Individual (PEI)

6. DESCRIÇÃO

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) é um documento de nível tático do Sistema de Gestão da Transpetro, o qual estabelece orientações gerais de gestão, que devem ser observadas e desdobradas em todas as UO's, através dos seus respectivos Planos de Resposta a Emergência (PRE). O PGR descreve os processos a serem adotados, em cada uma das instalações, com vistas à prevenção de acidentes. Estes processos estão demonstrados na figura a seguir.

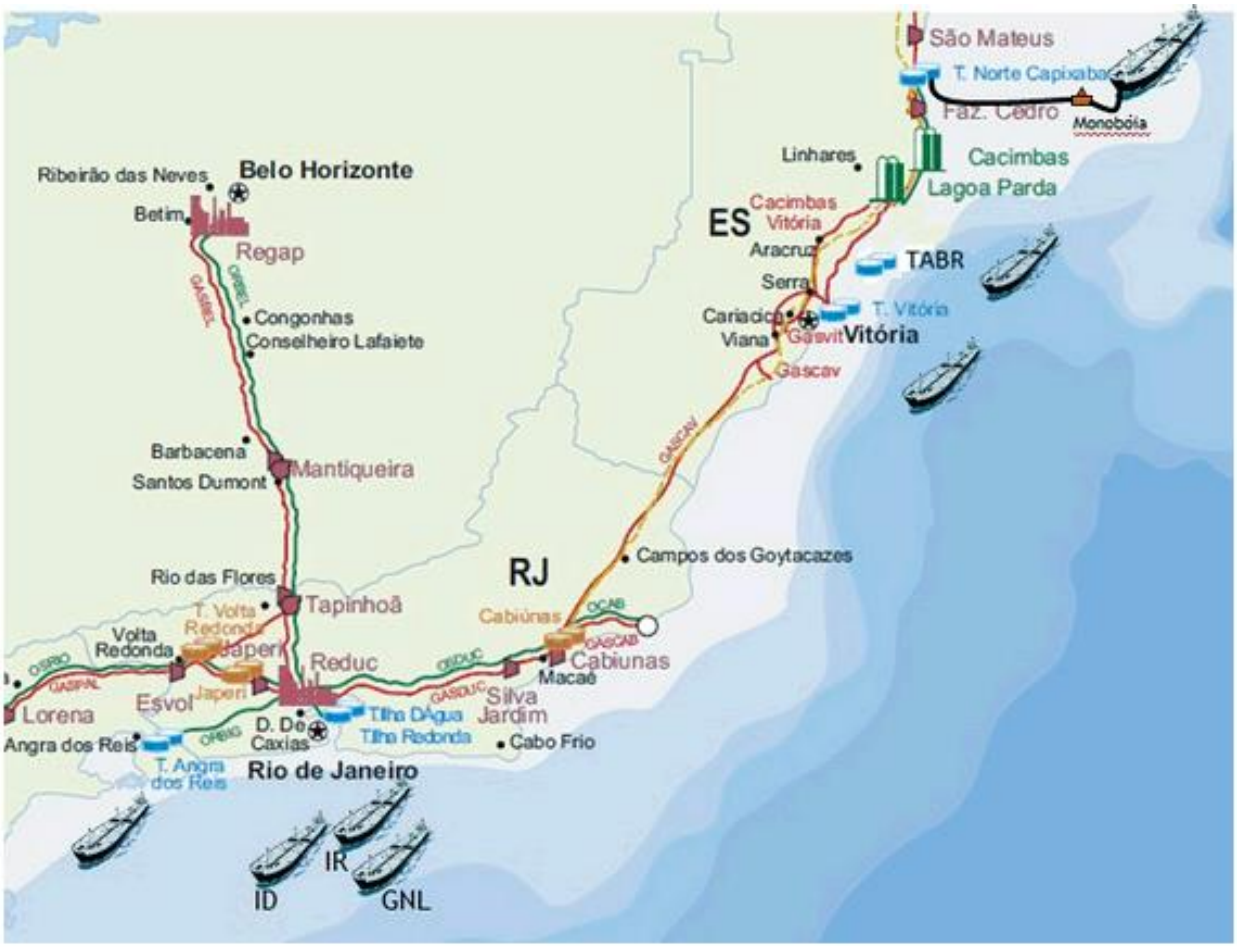


Uma vez que estes processos são desenvolvidos por áreas distintas dentro da Transpetro, o Gerente Setorial de Segurança Operacional é o responsável pelo acompanhamento do PGR. Entretanto, a conformidade dos diversos processos que abrangem este PGR, é de responsabilidade do Gerente de cada instalação.

6.1. Caracterização do Empreendimento e do Entorno

A Gerência Geral do Sudeste (TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG) é responsável pelo gerenciamento dos Terminais e Dutos presentes na sua área de atuação, visando atingir os resultados negociados, atuando de forma integrada com os demais segmentos da Companhia e buscando rentabilidade, excelência nas operações, confiabilidade, máxima disponibilidade das instalações, elevado nível de segurança operacional e observando os valores de SMS, com o objetivo de assegurar o abastecimento e a distribuição de derivados, dentro das condições econômicas estabelecidas. A Gerência Geral do

Sudeste é responsável pelas instalações existentes no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, conforme figura a seguir.



As instalações (Terminais Terrestres, Terminais Aquaviários, Estações de Compressão e de Bombeio, Oleodutos, Gasodutos e Pontos de Entrega) compreendidas em cada uma das Unidades Organizacionais da Gerência Geral do Sudeste, bem como um breve descritivo das atividades realizadas é apresentado no Anexo I. A Transpetro é responsável pela manutenção e operação destas instalações.

A caracterização das instalações e de seus entornos, para cada um dos ativos encontra-se de forma detalhada nos respectivos Estudos de Análise de Risco (EAR's) das instalações, elaborados conforme orientações dos Órgãos Ambientais competentes. A tabela a seguir, indica o conteúdo mínimo necessário para a caracterização dos empreendimentos e respectivos entornos.

Caracterização do Empreendimento e do seu Entorno	
Empreendimentos Pontuais	**Dutos**
Identificação do empreendimento	Identificação do empreendimento
Substâncias químicas	Substâncias químicas
Instalações e Processos - Características físicas - Atividades e processos realizados - Substâncias armazenadas - Operações de carga e descarga - Sistemas de proteção - Informações gerais - Normas/ Aspectos de segurança - Lista de documentos anexos	Instalações - Informações construtivas - Parâmetros e condições operacionais - Métodos construtivos - Classe de locação - Válvulas, dispositivos de segurança e de alívio - Sistema de proteção de corrosão - Tipos de proteção Mecânica - Parâmetros de Monitoração - Sinalização - Faixa do duto - Gradiente hidráulico - Normas e códigos de projeto - Lista de documentos e anexos - Outros aspectos relevantes
	Traçado do sistema
Caracterização do entorno	Caracterização do entorno - Caracterização dos pontos notáveis - Caracterização das condições meteorológicas

Além dos EAR's, informações detalhadas das instalações também podem ser encontradas no Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Técnicos de Engenharia da Transpetro (Gedtrans) e nos respectivos data-book e Manuais de Operação.

Os traçados gerais dos dutos com o mapa de localização das instalações e suas respectivas coordenadas geográficas estão inseridos no sistema GIS Transpetro, cujo acesso está disponível para toda força de trabalho.

As variáveis de processo são monitoradas e controladas pelo Centro Nacional de Controle Logístico (CNCL), localizado na sede da Companhia, no Rio de Janeiro. No impedimento do seu funcionamento operacional, é acionada uma unidade de backup

localizada no Terminal de Campos Elíseos, a qual permanece de prontidão para assumir o controle das operações.

O monitoramento e controle remoto das instalações são realizados pelo Sistema de Controle Supervisório e de Aquisição de Dados (SCADA), que consiste em computadores executando um sistema operacional do tipo multiusuário e multitarefa em tempo real. Além do controle operacional, esse sistema permite o controle de inventário, monitoramento de pressão, vazão e temperatura das substâncias transportadas. Os alarmes do sistema são ajustados para evitar que os limites operacionais extremos das variáveis de processo atinjam valores que acarretem numa operação insegura.

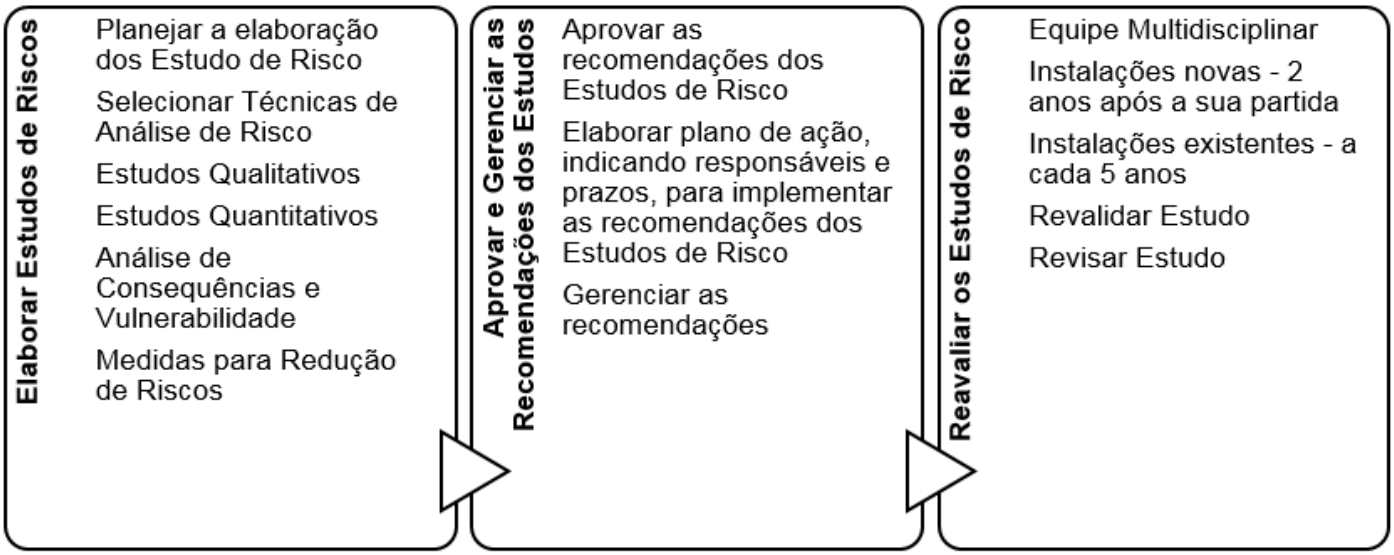
Os limites das variáveis operacionais das instalações encontram-se disponíveis nos procedimentos dos órgãos TP/DDT/COICM/LCI/OP/GAS e TP/DDT/COICM/LCI/OP/OL, no Sistema Integrado de Padronização Eletrônica da Petrobras (SINPEP)

6.2. Identificação de Perigos

As orientações para a identificação, avaliação e gerenciamento de riscos operacionais na Transpetro, durante todo ciclo de vida das instalações, processos e produtos encontram-se descritas no PP-0TP-00017 - Avaliação e Gestão de Riscos Operacionais Relacionados a SMS.

A Norma Técnica N-2782 estabelece as técnicas de identificação de perigos e análise de riscos de processo a serem empregadas nas diversas fases do ciclo de vida das instalações industriais do Sistema Petrobras.

As principais atividades compreendidas no processo de identificação, avaliação e gerenciamento de riscos operacionais, encontram-se na figura a seguir:



Os ativos abrangidos pela Gerência Geral do Sudeste possuem EAR, onde constam a identificação dos perigos e suas consequências, bem como a análise histórica dos acidentes ocorridos em instalações similares no mundo, consultada através de bancos de dados internacionais.

A metodologia e os formulários utilizados na identificação dos perigos podem variar entre os estudos em função do termo de referência para elaboração do EAR e do Memorial Descritivo (MD) utilizado, solicitando à contratada responsável pela elaboração do estudo o atendimento às normas Petrobras ou a outras técnicas internacionalmente reconhecidas.

6.2.1. Revisão do Estudo de Análise de Risco ou da Identificação de Perigos

Em conformidade com o PP-0TP-00017 - Avaliação e Gestão de Riscos Operacionais Relacionados a SMS, para instalações novas, a primeira reavaliação deve ser feita em até 2 anos após sua partida. No caso de instalações existentes, a reavaliação das suas condições de risco deve ser realizada a cada 5 anos.

A reavaliação deve ser deve ser realizada pela equipe multidisciplinar designada pela Gerência Operacional, considerando a análise criteriosa de todos os cenários acidentais identificados no estudo, ressaltando eventuais alterações em sistemas, parâmetros operacionais ou dados populacionais.

No processo de Gerenciamento de Modificações, a avaliação e gestão de riscos se aplica previamente a mudanças nas instalações, pessoas ou tecnologia.

6.3. Procedimentos Operacionais

O PG-0TP-00001 - Gestão do Sistema de Padronização da Transpetro, estabelece a sistemática para elaboração, implementação e controle dos padrões, bem como a hierarquia dos tipos de padrões e seus níveis de abrangência.

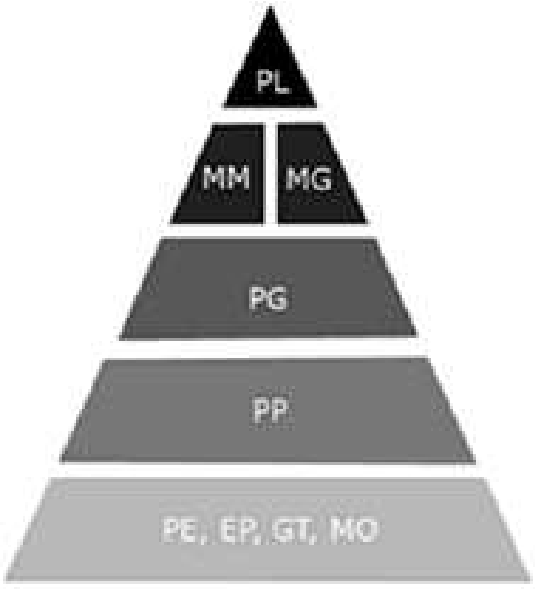
A Gerência Geral do Sudeste e as UO's sob sua gestão, estabelecem para cada uma de suas instalações, um conjunto de padrões documentados, os quais estabelecem as disposições e requisitos relacionados à execução de processos de natureza operacional, administrativa ou estratégica, atividades, tarefas e produtos.

O Sistema de Padronização abrange os seguintes tipos de padrões:

- **Política (PL)**: Orientação de caráter estratégico, com conteúdo aprovado pelo Conselho de Administração (CA).
- **Manual de Gestão do Macroprocesso (MM)**: Documento que estabelece diretrizes, requisitos, práticas e apresenta os padrões relativos aos macroprocessos identificados na cadeia de valor.
- **Manual de Gestão da Área ou Unidade (MG)**: Documento que detalha a gestão da Área ou da Unidade de forma alinhada com os macroprocessos.
- **Padrão de Gestão (PG)**: Documento que detalha os Manuais de Gestão em orientações gerenciais ou que descreve a gestão da unidade organizacional com os seus elementos (produtos, clientes, processos, insumos e fornecedores).

- **Padrão de Processo (PP)**: Documento que orienta a execução e o controle de um processo (gestão, suporte ou negócio), definindo processos desdobrados ou atividades que o compõem, assim como seus clientes, produtos, insumos e fornecedores.
- **Padrão de Execução (PE)**: Documento que detalha o procedimento para a execução de uma atividade crítica e suas tarefas. Pressupõe a existência de um processo mapeado em que a atividade descrita se inclua.
- **Especificação de Produto (EP)**: Documento que estabelece as características de um produto (bens ou serviços) de entrada (insumo) ou de saída de um processo. Quando pertinente, pode ser incorporado em um PP ou PE.
- **Guia de Treinamento (GT)**: Documento que organiza as informações e conhecimentos essenciais à capacitação dos empregados para executar uma ou mais tarefas.
- **Manual de Operação (MO)**: Documento que orienta o funcionamento de instalações. Deve conter informações de projeto, construção e dados de operação.

A figura a seguir indica a hierarquia dos tipos de padrões existentes no Sistema Petrobras:

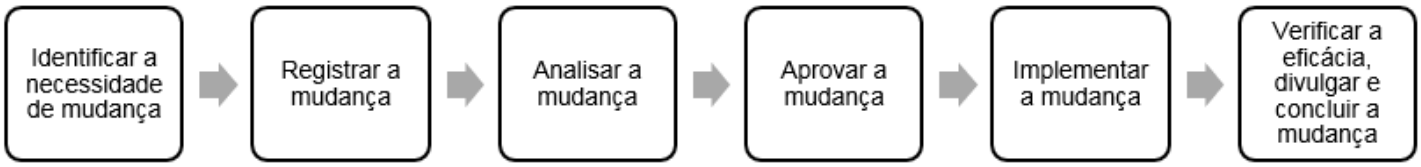


Todos os procedimentos estão disponíveis no Sistema Integrado de Padronização Eletrônica da Petrobras (SINPEP) e podem ser facilmente acessados por todos os empregados.

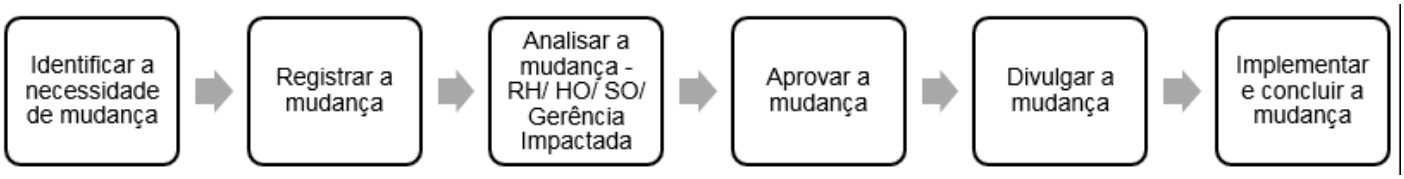
6.4. Gerenciamento de Modificações

A sistemática para a gestão de mudanças em tecnologias, instalações e pessoas, que inclui as etapas de registro, análise, aprovação, implementação, verificação da eficácia, divulgação e conclusão da mudança, visando à eliminação ou redução de riscos decorrentes de sua implantação, encontra-se descrita no PE-0TP-00029 - Gestão de Mudanças em Tecnologias, Instalações e Pessoas. Este processo tem por objetivo assegurar que potenciais riscos decorrentes da implementação das mudanças, sejam identificados, avaliados e gerenciados, previamente à sua implementação.

A figura a seguir apresenta as etapas do processo de gestão de mudanças em tecnologias e instalações:



As etapas de execução da atividade de gestão de mudança de pessoas encontram-se na figura abaixo:



Nota: RH - Recursos Humanos; HO - Higiene Ocupacional; SO - Saúde Ocupacional.

Durante a etapa de análise da mudança, os riscos devem ser avaliados quanto à sua aceitabilidade e, conforme a sua magnitude, deve ser verificada a necessidade de implementação de medidas de controle preventivas e/ou corretivas para a implementação da mudança proposta, sendo que o resultado dessa análise pode implicar na inviabilidade da implantação da mudança.

O processo de gestão de mudanças é feito por meio do Sistema de Gerenciamento de Mudanças (SGM).

6.5. Manutenção e Garantia de Integridade

O MG-1TP-00005 - Plano Diretor da Manutenção da Diretoria de Dutos e Terminais - PMD-DDT estabelece um plano de ações, concatenadas em níveis hierárquicos e visão temporal, para desenvolvimento da função manutenção nas diversas instalações operadas e mantidas por esta diretoria a partir de conceitos e práticas de Gestão de Ativos.

O programa de manutenção dos equipamentos sob responsabilidade da Gerência Geral do Sudeste é realizado pelas gerências de O&M. Já o programa de manutenção das faixas de dutos é realizado pelas gerências de faixa.

A Gerência Geral do Sudeste e as UO's sob sua gestão, estabelecem procedimentos para a manutenção das instalações e das faixas de dutos sob sua responsabilidade. Estes procedimentos podem ser facilmente acessados através do SINPEP, sob a gestão do órgão TP/DDT/COICM/MN.

O PG-0TP-00014 estabelece a gestão das Atividades de Inspeção de Equipamentos Estáticos e Instalações. As orientações para o Gerenciamento da Integridade de Dutos em operação encontram-se descritas no PP-2TP-00075.

Os procedimentos relacionados à integridade de dutos são gerenciados pelo órgão TP/DSERV/ETI/TII/INTEG.

A integridade dos vasos de pressão das instalações é garantida através dos Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos (SPIE), cujas diretrizes estão estabelecidas no PG-0TP-00012 - Diretrizes dos Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos da TRANSPETRO, gerenciado pela TP/DSERV/ETI/TII/INTEG.

Todas as manutenções são controladas por meio do sistema SAP-R3.

6.6. Capacitação de Recursos Humanos

Programas de Treinamento devem ser previstos com o objetivo de habilitar e manter a capacitação das pessoas, de acordo com as diferentes funções e atribuições na execução das atividades de contingência.

As orientações, regras e critérios para o treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos no âmbito da Transpetro estão definidas no PG-0TP-00142 - Desenvolvimento de Recursos Humanos.

O PE-0TP-00183 - Gerir Aspectos de SMS em Contratos de Prestação de Serviços, através dos seus anexos de SMS, prevê, em função da categoria do serviço a ser contratado, a obrigatoriedade de treinamento dos empregados terceirizados. Essa obrigatoriedade fica prevista no contrato de prestação de serviço.

O PE-0TP-00354 - Manter Estado de Prontidão, estabelece que os recursos humanos devem estar preparados para resposta a emergência. Com base no perfil das funções definidas pelo Incident Command System (ICS), a UO deve selecionar as pessoas para a composição da Estrutura Organizacional de Resposta, definir e acompanhar a realização dos treinamentos necessários considerando os cenários de emergência.

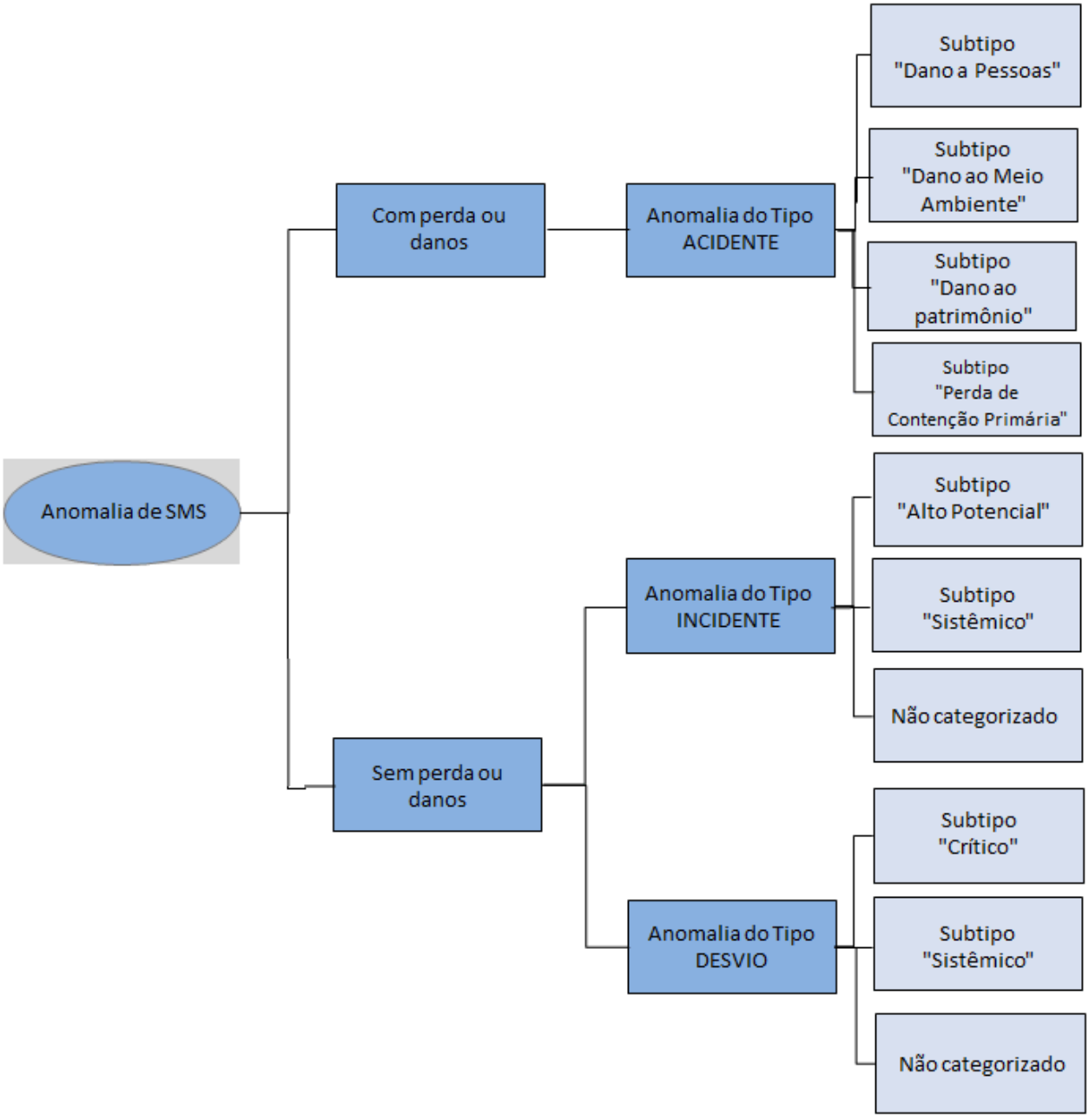
A Matriz de Capacitação de SMS encontra-se no PE-0TP-00076 - Gestão da Matriz de Capacitação em SMS e tem por objetivo assegurar que os empregados próprios Transpetro e cedidos do Sistema Petrobras à Transpetro estejam capacitados conforme legislação vigente e normas e padrões internos que compõem a Matriz de Capacitação em SMS.

Adicionalmente, o responsável pelo gerenciamento, coordenação e implementação do Plano de Resposta a Emergência (PRE) deve treinar e divulgar o PRE à força de trabalho da unidade, de forma a garantir que todos tenham conhecimento dos cenários, ações e papeis a serem executados em caso de emergência, em conformidade com a Política e Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde e PE-0TP-00304 - Planejar Contingência.

Na Gerência Geral do Sudeste, a capacitação dos empregados também é realizada conforme o Programa de Qualificação de Dutos e Terminais do Sudeste (PQDT), cujo objetivo é treinar os empregados, qualificando-os em tarefas críticas e acelerar a transferência de conhecimento entre os técnicos mais experientes e os menos experientes em atividades relacionadas aos Dutos e Terminais.

6.7. Investigação de Incidentes e Acidentes (Gerir Anomalias de SMS)

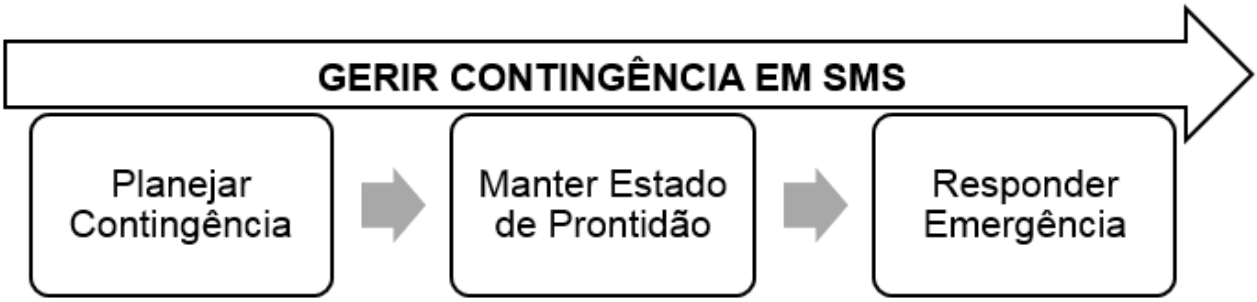
Os critérios para apropriação, identificação, análise e tratamento das anomalias dos tipos acidente, incidente e desvio correlacionados às atividades e operações da Transpetro, que afetem a força de trabalho, as comunidades, as instalações, o patrimônio, a contenção de produtos perigosos ou o meio ambiente estão descritos no PP-0TP-00002. De acordo com este padrão, as anomalias de SMS podem ser classificadas, conforme figura a seguir.



O PE-0TP-00279 - Divulgação e Análise de Abrangência de Anomalias de SMS estabelece as etapas de recebimento, envio e análise dos Alertas de SMS sobre as anomalias ocorridas no Sistema Petrobras, de forma a regulamentar sua abrangência para análise de pertinência e implantação das ações preventivas e/ou de bloqueio recomendadas.

6.8. Plano de Resposta a Emergência (PRE)

O processo da Contingência estabelece que as situações de emergência que podem sobrevir em cada instalação, atividade, operação, serviço ou empreendimento devem ser previstas e enfrentadas com rapidez e eficácia, visando a minimizar seus impactos negativos. A descrição deste processo encontra-se no PP-0TP-00073 - Contingência em SMS.



O planejamento da contingência em SMS descreve a atividade para elaboração e revisão de Planos de Resposta a Emergências (PRE), incluindo sua atualização contínua, conforme PE-0TP-00304 – Planejar Contingência.

A figura a seguir indica as etapas para a elaboração dos Planos de Resposta a Emergências.



A Norma Técnica Petrobras N-2644 - Plano de Resposta a Emergências estabelece as orientações e requisitos mínimos para a elaboração dos PRE, bem como a sua estrutura.

Os planos de resposta a emergências devem ser revisados e atualizados nas situações:

a) Sempre que uma análise de risco assim o indicar;
b) Sempre que a instalação sofrer modificações físicas, operacionais ou organizacionais capazes de afetar os seus procedimentos ou a sua capacidade de resposta;

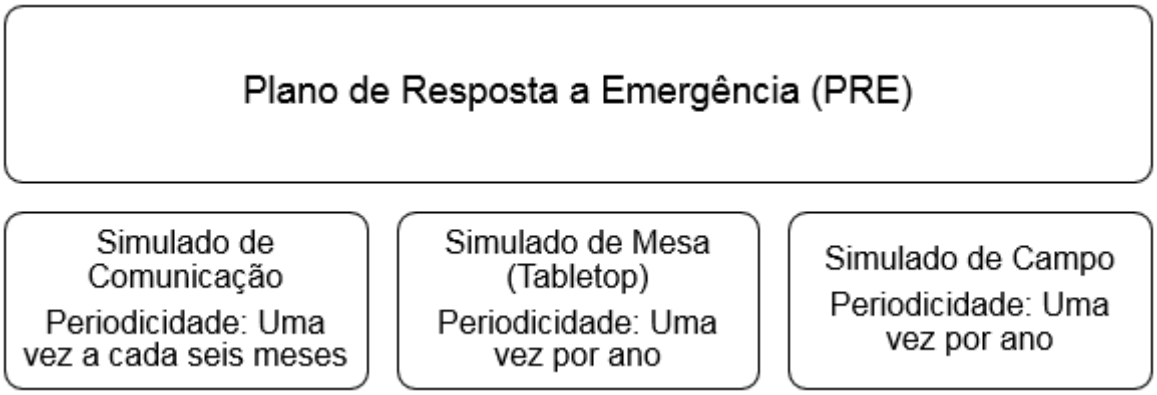
c) Quando a análise crítica do desempenho do plano, decorrente do seu acionamento por emergência ou exercício simulado, recomendar;
d) A critério de órgão oficial competente;
e) A cada 2 anos, caso nenhuma das situações anteriores seja verificada.

Nota: Para o cenário de incêndio em instalações terrestres, conforme a ABNT NBR 15219, deve ser aplicado o Anexo A da norma, em atendimento ao critério de periodicidade de 12 meses para a sua revisão.

6.8.1. Exercícios Simulados

Exercícios simulados são ferramentas fundamentais e obrigatórias para verificar a eficácia dos Planos de Resposta a Emergência e dos treinamentos das equipes de resposta. A sistemática para planejar, definir os objetivos, classificar, executar, analisar criticamente e registrar os exercícios simulados está prevista no PE-0TP-00354 - Manter Estado de Prontidão.

A frequência mínima estabelecida para cada simulado encontra-se na figura a seguir.



Simulado de Comunicação: permite a verificação de todo o processo de comunicação com os públicos de interesse internos e externos, incluindo os sistemas utilizados, o fluxograma de comunicação de ocorrências e a qualidade das informações

Simulado de Mesa (Tabletop): realizado em sala de treinamento para verificação da eficácia da coordenação da EOR no exercício de suas respectivas atribuições e no planejamento para resposta a um determinado cenário de emergência

Simulado de Campo: para um dado cenário de emergência, consiste da mobilização e aplicação de recursos permitindo a verificação de todo o processo de acionamento, mobilização e deslocamento das equipes, dos materiais e dos equipamentos necessários, próprios ou de terceiros, bem como da aplicação desses recursos nas ações de resposta predefinidas.

6.9. Indicadores e Metas

O estabelecimento do Sistema de Indicadores da Transpetro, incluindo a orientação para a criação, desdobramento, classificação, controle e acompanhamento dos indicadores de desempenho dos processos de negócio, suporte e gestão está descrito no PG-0TP-00043. As metas estabelecidas para os indicadores são revisadas anualmente e cadastradas no Sistema de Gestão por Resultados (SIGER), onde são periodicamente analisados criticamente

A definição dos indicadores de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Transpetro e as responsabilidades de operação dos dados, encontra-se disponível no PE-0TP-00298 - Indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

E finalmente, o PP-0TP-00073 - Contingência em SMS, estabelece os indicadores utilizados para a verificação do desempenho do processo de contingência, cujas identidades encontram-se disponíveis no **Anexo II**:

IRS - Índice de Realização de Simulados

TRTCE - Taxa de Realização de Treinamentos de Combate a Emergência

IPAS - Taxa de Implantação do Plano de Ação de Simulados

VAZO - Volume de Vazamento de Óleo e Derivados

NVAZO - Número de Vazamentos de Óleo e Derivados

VPV - Volume de Produto Vazado

VTPD - Volume Total de Produto Derramado

TIER 1 - Taxa de Anomalias de Segurança de Processo Nível 1

TIER 2 - Taxa de Anomalias de Segurança de Processo Nível 2

6.10. Auditoria do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)

Este PGR deve ser submetido a processo de auditoria, seguindo as orientações dos procedimentos PE-0TP-00300 - Execução de Auditoria Interna do Sistema de Gestão de QSMS, o qual estabelece as orientações para planejamento e execução das auditorias internas do Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Transpetro e PE-0TP-00303 - Avaliação de Gestão de SMS, o qual define a execução do processo de Avaliação da Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde com base no PAG-SMS da Petrobras.

O resultado da auditoria pode indicar a necessidade de revisão deste PGR. Este PGR também será revisado sempre que:

a) Houver mudança significativa nas características da instalação;
b) Outro empreendimento for incorporado pela Gerência Geral do Sudeste;
c) Houver mudança em diplomas legais ou nos requisitos estabelecidos pela Transpetro que justifiquem a revisão.

7. REGISTROS

Não aplicável.

8. ANEXOS

Anexo I - Caracterização dos Empreendimentos GGSE.

Anexo II - Identidade dos Indicadores de Contingência.

PRM-GON-RJ-00005593/2022

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Exmo. Procurador Dr. Marco Otávio Almeida Mazzoni

Cumprimentando-o, envio a Vossa Excelência para as providências que entender cabíveis, o documento PRM-GON-RJ-00005479/2022, protocolado em resposta ao Ofício 2ª PJTC nº 914/2022 Procedimento Administrativo - PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193.

Certifico que, mediante pesquisa nos sistemas Único e Aptus, usando como parâmetro "procedimento administrativo - pa 25/2020 - mprj 2020.00174193", não foi localizado registro que permita identificar possível conexão com o presente expediente.

São Gonçalo, 06 de junho de 2022.

Julio Pedro dos Santos

Técnico Administrativo – Mat. 30235-0

SERAP-PRM/SG

Assinado com login e senha por JULIO PEDRO DOS SANTOS, em 06/06/2022 11:59. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave d9a39c23.91e98c66.b499f01f.d443a1c0

Assinado com login e senha por JULIO PEDRO DOS SANTOS, em 06/06/2022 11:59. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave d9a39c23.91e98c66.b499f01f.d443a1c0

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE S.GONÇ/ITABOR/MAGE

PRM-GON-RJ-00005600/2022

Documento PRM-GON-RJ-00005479/2022

DESPACHO

Trata-se de pedido de dilação de prazo protocolado protocolado em resposta ao Ofício 2ª PJTC nº 914/2022 Procedimento Administrativo - PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193.

Posto isso, remeta-se o documento em referência à 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Itaboraí.

São Gonçalo, 6 de junho de 2022.

MARCO OTAVIO ALMEIDA MAZZONI
Procurador da República

Assinado com certificado digital por MARCO OTAVIO ALMEIDA MAZZONI, em 06/06/2022 16:28. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 6603549a.0e8ea244.9184d271.771bb158

PRM-GON-RJ-00005602/2022

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SAO GONÇALO/RJ

Ofício nº 163 /2022 – MPF/PRM-SG-RJ/GAB/MOAM

Ref.: **Documento PRM-GON-RJ-00005479/2022**

São Gonçalo, 6 de junho de 2022.

Excelentíssimo Senhor
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Itaboraí
Rua Doutor Getúlio Vargas Nº 2670- 4º andar
E-mail: pjtc.saude.metro2@mprj.mp.br
Tel.: (21) 3707-3942

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho o documento em epígrafe, em razão do seu envio a esta PRM, por aparente equívoco.

Atenciosamente,

MARCO OTAVIO ALMEIDA MAZZONI
Procurador da República

Assinado com certificado digital por MARCO OTAVIO ALMEIDA MAZZONI, em 06/06/2022 16:28. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave cd31ed59.bbfcdcd8.ca9eb39b.062afc84

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 25/2020 – MPRJ 202000174193**

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos:

- À fl. 98, Of. SEAS/OUVI SEI Nº 26.
- Às fls. 99/100, Of. SEAS/SUBEXE SEI Nº 197.
- Às fls. 101/199, resposta da PETROBRAS ao Ofício 2ª PJTC nº 914/2022.

Itaboraí, 06 de setembro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 06 de setembro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 09 de setembro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Acusando o recebimento do ofício de fls. 99/100, **oficie-se à SEAS** solicitando informar se a Petrobras cumpriu a notificação nº 8188/2021;

2- **Ciente** do acrescido às fls. 101/199;

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 08 de setembro de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.09.09 10:12:09 -03'00'

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo de Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 2147/2022 *Itaboraí*, 12 de setembro de 2022.

Ref.: **PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193**

(Favor mencionar na resposta)

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:** A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "*(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of. SEAS/SUBEXE SEI Nº197 (em anexo), solicitar seja informado se a Petrobras cumpriu a notificação nº 8188/2021. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 99/100 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 14/09/2022, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1784430** e o código CRC **0AFA787F**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição do Ofício 2ª PJTC nº 2147/2022, via email.

Itaboraí, 14 de setembro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº64 Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2022

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 2147/2022 - PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 14/09/2022, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **39570936** e o código CRC **D864A387**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 39570936

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº872 Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2022

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 973/2022 e nº 2147/2022

PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao ofício em epígrafe, visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para encaminhar cópia da manifestação técnica INEA/SERVARAT SEI Nº 769 realizada pelo Serviço de Avaliação de Risco Ambiental Tecnológico e Planos de Emergência- SERVARAT vinculado ao Instituto Estadual do Ambiente- INEA com informações sobre o cumprimento da notificação nº 8188/2022.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Filipe Alves da Silva Mendes
Subsecretário Executivo
ID Funcional: 4398646-3

Documento assinado eletronicamente por **Filipe Alves da SIlva Mendes**, **Subsecretário de Estado**, em 18/11/2022, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **42842804** e o código CRC **3D5AC03E**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 42842804

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Manifestação.INEA/SERVARAT SEI Nº769 Rio de Janeiro,05 de outubro de 2022

Em resposta ao questionamento do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre o cumprimento da notificação nº 8188/2022, informo que o Plano de Resposta a Emergência (PRE) e o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) foram aprovados, conforme Pareceres Técnicos nº GELRAC-PTC-065/2022 e GELRAC-PTC-064/2022, instruídos no processo nº EXT-PD/007.10488/2021.

No que se refere ao cumprimento das medidas preventivas e mitigadoras do Estudo de Risco, foi emitida nova notificação nº 8598/2022 solicitando que a empresa apresente essas informações.

Documento assinado eletronicamente por **Alana da Costa Di Lauro Pedreira**, **Adjunto**, em 05/10/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **40704540** e o código CRC **0B619569**.

Referência: Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 40704540

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por alanaclp, versão 2 por alanaclp em 05/10/2022 16:28:08.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.58

NOTIFICAÇÃO

Processo nº: EXT-PD/007.10488/2021 **Notificação:** 8598/2022

Finalidade
A presente notificação tem por objetivo dar ciência ao notificado PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS acerca de decisão tomada pelo INEA ou intimar sobre providências a serem adotadas.

Dados do Interessado	
Nome: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	
CNPJ/CPF: 33.000.167/0001-01	

Dados da Atividade	
Coordenadas geográficas: 22º 37' 12" - 42 º 54' 0"	Inscrição Estadual: 80170270
Endereço: Gasoduto Guapimirim-Comperj I (Gaserj), S/N	
Bairro/Localidade: Vários Bairros	
Município: Itaboraí	CEP: 24841-203
Código da Atividade: 4940-0/00	
Atividade principal: Transporte dutoviário	

Dados do Representante
Nome: José Luz de Almeida
E-mail: jluz@petrobras.com.br
Telefone: (21) 21664289

Itens com controle de prazo	
Nº do Item: 4	Tipo de ação: Solicitar documento
Setor emissor do item: SARAT - Serviço de Avaliação de Risco Ambiental Tecnológico e Planos de Emergência	
Prazo para atendimento	

Signatário: ALANA DA COSTA DI LAURO PEDREIRA:11527652726, Certificado: AC PRODESP RFB v1
Hash Doc: 6f2a6e0607592d6844533881c6e05a01044c957d, Data Assinatura: 05/10/2022 16:02:26

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas em meio eletrônico.

Prazo original:	Prorrogação automática:	Prorrogação adicional:	Prazo total:
30 Dia(s)	15 Dia(s)	0 Dia(s)	45 Dia(s)

Motivo: Apresentação de documento(s)

Descrição: Descrever as ações adotadas para atendimento das medidas indicadas no Estudo de Risco apresentado na ocasião da LI, conforme condicionante nº 21 da IN024202, sendo elas:

- Implantar e manter planos de inspeção e manutenção preventiva;
- Demarcar a faixa, sinalizar e identificar os equipamentos, linhas, válvulas e caixa de válvulas na faixa e nos terminais, de modo a atender a N-2200;
- Manter procedimento de comunicação com as comunidades próximas à faixa de dutos, com o objetivo de informar sobre os riscos presentes e sobre medidas de segurança necessárias;
- Acompanhar os pontos de teste eletrolíticos de acordo com as normas, evitando a corrosão externa do duto;
- Manter o sistema de supervisão e controle (SCADA) operacional;
- Manter programa de divulgação dos telefones de emergência para a faixa de dutos;
- Registrar e investigar as causas de acidentes
- Implementar sistema de inspeção com periodicidade pré-determinada, enfatizando as áreas com presença de população;
- Instalar canhão lançador e recebedor de PIG para limpeza e inspeção periódica.

Dados dos solicitantes

Setor: SARAT

Nome: Alana da Costa di Lauro Pedreira

Cargo: Analista Ambiental / Engenheira / Adjunto II

Id funcional: 50856243

Observação:

O prazo para atendimento de cada item desta notificação foi automaticamente prorrogado pela metade do prazo original, cabendo ao requerente o atendimento integral dos itens nos prazos totais estabelecidos.

Em caso de não atendimento ou de apresentação de justificativa técnica não aceita pelo INEA, para qualquer item da notificação, no prazo total estabelecido, o requerimento de licenciamento ambiental será indeferido e o processo administrativo será encerrado. Neste caso, a regularização do empreendimento ou atividade estará condicionada à apresentação de novo requerimento e abertura de novo processo administrativo, mediante pagamento de nova Guia de Recolhimento, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2022.

Alana da Costa di Lauro Pedreira
Analista Ambiental / Engenheira / Adjunto II
ID 50856243

Signatário: ALANA DA COSTA DI LAURO PEDREIRA:11527652726, Certificado: AC PRODESP RFB v1
Hash Doc: 6f2a6e0607592d6844533881c6e05a01044c957d, Data Assinatura: 05/10/2022 16:02:26

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas em meio eletrônico.

Ref. **PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193**

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos:

- À fl. 206, Of. SEAS/OUVI Nº 64.
- Às fls. 207/211, Of. SEAS/SUBEXE Nº 872.

Itaboraí, 06 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 06 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 16 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/30-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 32/33.

Ofício da Petrobras à fl. 34, instruído de fls. 35/69, remetendo mídia digital (fl. 35), contendo informações sobre o cumprimento da obrigação supracitada.

Ofício da SEAS à fl. 76, solicitando dilação de prazo.

Despacho do GATE à fl. 80, informando que a análise solicitada ao GATE deverá ser realizada após a elaboração e apresentação do relatório de auditoria externo contratada pelo ERJ e do parecer técnico do INEA, cumprindo assim seu caráter complementar da atuação de apoio técnico especializado.

Ofício da SEAS à fl. 84, informando que o INEA após avaliação dos documentos apresentados pela Petrobras emitiu a Notificação n. 8188/2021, solicitando revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo.

Ofício da SEAS à fl. 98, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS às fls. 99/100, informando que em manifestação realizada pelo setor técnico do Instituto Estadual do Ambiente- INEA, foi informado que a PETROBRAS apresentou no âmbito do processo de requerimento de Licença de Operação nº EXTPD/007.10488/2021, o Plano de Resposta a Emergência (PRE), o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) e o relatório de atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº IN024202, dentre as quais consta a condicionante (nº 21) referente a adoção das medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Riscos.

O INEA informou também que após avaliação destes documentos, foi emitida em 30/06/2021, a notificação nº 8188/2021, solicitando a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminação das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo

Ofício da Petrobras às fls. 101/102, instruído de fls. 103/199, informando efetuou a revisão/complementação do Plano de Atendimento à Emergência - PAE e do Plano de Gerenciamento de Risco - PGR relativos ao Gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, solicitada na Notificação INEA nº 8188/2021. Tais Planos foram elaborados seguindo as diretrizes dos respectivos Termos de Referência - TRs, emitidos pelo INEA, e consideraram os cenários de emergência identificados no Estudo de Análise de Riscos - EAR elaborado para o Gasoduto, estabelecendo ações, estratégias e procedimentos para prevenir acidentes e controlar e extinguir situações de emergência, com vistas à proteção das pessoas e à redução de danos ao meio ambiente e a terceiros, atendendo, portanto, ao demandado na supracitada Notificação, expedida pelo órgão ambiental estadual.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- Acusando o recebimento do ofício de fls. 99/100, **oficie-se à SEAS** solicitando informar se a Petrobras atendeu à Notificação n. 8188/2021, objetivando a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo;

2- **Ciente** do acrescido às fls. 101/199;

3- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 09 de março de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 948/2022 *Itaboraí*, 28 de abril de 2022.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis e Procedimentos Administrativos que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 343 (trezentos e quarenta e três) inquéritos civis e 146 (cento e quarenta e seis) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 29/04/2022, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1438938** e o código CRC **5C31556B**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 380/2023 *Itaboraí*, 21 de março de 2023.

Ref.: **PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193**

(Favor mencionar na resposta)

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:** A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "*(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of. SEAS/SUBEXE SEI Nº197 (em anexo), solicitar seja informado se a Petrobras atendeu à Notificação n. 8188/2021, objetivando a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e de fls. 99/100 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 21/03/2023, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2245423** e o código CRC **B0DFE211**.

20.22.0001.0014909.2022-26 2245423v2

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição do Ofício 2ª PJTC nº 380/2023, via email.

Itaboraí, 21 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº18 Rio de Janeiro, 22 de março de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 380/2023 - PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 22/03/2023, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **49023022** e o código CRC **C73014C6**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº279 Rio de Janeiro, 28 de março de 2023

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 380/2023

PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao ofício em epígrafe, visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para informar que foi encaminhado o Ofício SEAS/SUBEXE Nº872, datado em 17 de novembro de 2022, contendo cópia da manifestação técnica INEA/SERVARAT SEI Nº 769 vinculada ao Instituto Estadual do Ambiente- INEA com informações sobre o cumprimento da notificação nº 8188/2022.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito**, **Subsecretário de Estado**, em 30/03/2023, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **49380538** e o código CRC **0E907451**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº872 Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2022

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 973/2022 e nº 2147/2022

PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao ofício em epígrafe, visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para encaminhar cópia da manifestação técnica INEA/SERVARAT SEI Nº 769 realizada pelo Serviço de Avaliação de Risco Ambiental Tecnológico e Planos de Emergência- SERVARAT vinculado ao Instituto Estadual do Ambiente- INEA com informações sobre o cumprimento da notificação nº 8188/2022.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Filipe Alves da Silva Mendes
Subsecretário Executivo
ID Funcional: 4398646-3

Documento assinado eletronicamente por **Filipe Alves da SIlva Mendes**, **Subsecretário de Estado**, em 18/11/2022, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **42842804** e o código CRC **3D5AC03E**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 42842804

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Criado por marcelogm, versão 3 por julianamd em 17/11/2022 16:11:36.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Manifestação.INEA/SERVARAT SEI Nº769 Rio de Janeiro,05 de outubro de 2022

Em resposta ao questionamento do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre o cumprimento da notificação nº 8188/2022, informo que o Plano de Resposta a Emergência (PRE) e o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) foram aprovados, conforme Pareceres Técnicos nº GELRAC-PTC-065/2022 e GELRAC-PTC-064/2022, instruídos no processo nº EXT-PD/007.10488/2021.

No que se refere ao cumprimento das medidas preventivas e mitigadoras do Estudo de Risco, foi emitida nova notificação nº 8598/2022 solicitando que a empresa apresente essas informações.

Documento assinado eletronicamente por **Alana da Costa Di Lauro Pedreira**, **Adjunto**, em 05/10/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **40704540** e o código CRC **0B619569**.

Referência: Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 40704540

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por alanaclp, versão 2 por alanaclp em 05/10/2022 16:28:08.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.58

NOTIFICAÇÃO

Processo nº: EXT-PD/007.10488/2021 **Notificação:** 8598/2022

Finalidade
A presente notificação tem por objetivo dar ciência ao notificado PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS acerca de decisão tomada pelo INEA ou intimar sobre providências a serem adotadas.

Dados do Interessado
Nome: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS
CNPJ/CPF: 33.000.167/0001-01

Dados da Atividade	
Coordenadas geográficas: 22º 37' 12" - 42 º 54' 0"	Inscrição Estadual: 80170270
Endereço: Gasoduto Guapimirim-Comperj I (Gaserj), S/N	
Bairro/Localidade: Vários Bairros	
Município: Itaboraí	CEP: 24841-203
Código da Atividade: 4940-0/00	
Atividade principal: Transporte dutoviário	

Dados do Representante
Nome: José Luz de Almeida
E-mail: jluz@petrobras.com.br
Telefone: (21) 21664289

Itens com controle de prazo	
Nº do Item: 4	Tipo de ação: Solicitar documento
Setor emissor do item: SARAT - Serviço de Avaliação de Risco Ambiental Tecnológico e Planos de Emergência	
Prazo para atendimento	

Signatário: ALANA DA COSTA DI LAURO PEDREIRA:11527652726, Certificado: AC PRODESP RFB v1
Hash Doc: 6f2a6e0607592d6844533881c6e05a01044c957d, Data Assinatura: 05/10/2022 16:02:26

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas em meio eletrônico.

Prazo original:	Prorrogação automática:	Prorrogação adicional:	Prazo total:
30 Dia(s)	15 Dia(s)	0 Dia(s)	45 Dia(s)

Motivo: Apresentação de documento(s)

Descrição: Descrever as ações adotadas para atendimento das medidas indicadas no Estudo de Risco apresentado na ocasião da LI, conforme condicionante nº 21 da IN024202, sendo elas:

- Implantar e manter planos de inspeção e manutenção preventiva;
- Demarcar a faixa, sinalizar e identificar os equipamentos, linhas, válvulas e caixa de válvulas na faixa e nos terminais, de modo a atender a N-2200;
- Manter procedimento de comunicação com as comunidades próximas à faixa de dutos, com o objetivo de informar sobre os riscos presentes e sobre medidas de segurança necessárias;
- Acompanhar os pontos de teste eletrolíticos de acordo com as normas, evitando a corrosão externa do duto;
- Manter o sistema de supervisão e controle (SCADA) operacional;
- Manter programa de divulgação dos telefones de emergência para a faixa de dutos;
- Registrar e investigar as causas de acidentes
- Implementar sistema de inspeção com periodicidade pré-determinada, enfatizando as áreas com presença de população;
- Instalar canhão lançador e recebedor de PIG para limpeza e inspeção periódica.

Dados dos solicitantes

Setor: SARAT

Nome: Alana da Costa di Lauro Pedreira

Cargo: Analista Ambiental / Engenheira / Adjunto II

Id funcional: 50856243

Observação:

O prazo para atendimento de cada item desta notificação foi automaticamente prorrogado pela metade do prazo original, cabendo ao requerente o atendimento integral dos itens nos prazos totais estabelecidos.

Em caso de não atendimento ou de apresentação de justificativa técnica não aceita pelo INEA, para qualquer item da notificação, no prazo total estabelecido, o requerimento de licenciamento ambiental será indeferido e o processo administrativo será encerrado. Neste caso, a regularização do empreendimento ou atividade estará condicionada à apresentação de novo requerimento e abertura de novo processo administrativo, mediante pagamento de nova Guia de Recolhimento, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2022.

Alana da Costa di Lauro Pedreira
Analista Ambiental / Engenheira / Adjunto II
ID 50856243

Signatário: ALANA DA COSTA DI LAURO PEDREIRA:11527652726, Certificado: AC PRODESP RFB v1
Hash Doc: 6f2a6e0607592d6844533881c6e05a01044c957d, Data Assinatura: 05/10/2022 16:02:26

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas em meio eletrônico.

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0005596/2023-51

INTERNO

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras.

Itaboraí, 15 de Maio de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0005596/2023-51

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. Acusando o recebimento do ofício SEAS SUBEXE Nº279 de índex 00521575, **oficie-se à SEAS** solicitando informar se a Petrobras atendeu à Notificação n. 8598/2022, objetivando o cumprimento das medidas preventivas e mitigadoras do Estudo de Risco;

II. **Reitere-se** o ofício não respondido;

III. Após o decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 23 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 23-05-2023 15:15

Ofício nº 650/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0005596/2023-51
Assunto: PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of.SEAS/SUBEXE Nº279 (em anexo), solicitando informar se a Petrobras atendeu à Notificação n. 8598/2022, objetivando o cumprimento das medidas preventivas e mitigadoras do Estudo de Risco. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 25-05-2023 08:43

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e do Of.SEAS/SUBEXE Nº279 (00521575) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 25 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº59 Rio de Janeiro, 27 de junho de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 650/2023-2PJTCOITB - PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 27/06/2023, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **54656966** e o código CRC **0A8855F8**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 00665978

INTERNO

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras.

Itaboraí, 27 de junho de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 00681224

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 – MPRJ 2020.0017419

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. Defiro o pedido de dilação de prazo (índex 00665952) por mais 60 (sessenta) dias, **oficie-se** em resposta;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 03 de julho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 03-07-2023 14:29

Ofício nº 956/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00687105
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Assunto: PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 07-07-2023 13:32

Justiça acusar o recebimento do Of.SEAS/OUVI Nº59, bem como informar sobre o deferimento do pedido de dilação de prazo para resposta por mais 60 (sessenta) dias.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 07 de julho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 00703549

Documento enviado em 07 de julho de 2023:
Ofício 956/2023-2PJTCOITB

INTERNO

OFÍCIO 956/2023, via e-mail.

Itaboraí, 11 de julho de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº730 Rio de Janeiro, 18 de julho de 2023

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 650/2023-2PJTCOITB

PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, onde foram solicitadas informações acerca do adimplemento da obrigação contida no nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para encaminhar, em anexo, a Manifestação INEA/SERVARAT SEI Nº534 realizada pelo INEA, informando que a Petrobras apresentou relatório (anexo) comprovando o atendimento às medidas preventivas e mitigadoras.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito**, **Subsecretário de Estado**, em 18/07/2023, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **56023740** e o código CRC **45DEF279**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Manifestação.INEA/SERVARAT SEI Nº534 Rio de Janeiro,04 de julho de 2023

Em resposta ao questionamento do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre o cumprimento da notificação nº 8598/2022, informo que a PETROBRAS apresentou Relatório, instruído no processo nº EXT-PD/007.10488/2021, comprovando o atendimento às medidas preventivas e mitigadoras.

Anexos: I - Carta SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0098/2022 (SEI nº 55102598).

Atenciosamente,

Nathália Vilela Santana Ferrão
Chefe de Serviço
ID. Funcional 4431486-8

Documento assinado eletronicamente por **Nathalia Vilela Santana Ferrão**, **Chefe de Serviço**, em 04/07/2023, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **55103438** e o código CRC **D42A2171**.

Referência: Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 55103438

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por nathaliavsf, versão 2 por nathaliavsf em 04/07/2023 11:47:30.

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2022

SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0098/2022

À Senhora
ALANA DA COSTA DI LAURO PEDREIRA
Analista Ambiental
Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental e Áreas Contaminadas – GELRAC
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
Av. Venezuela, 110, Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Assunto: Atendimento à Notificação GELRAC nº 8618/2022.

Referência: Processo EXT-PD/007.10488/2021.

Prezada Senhora,

Em referência ao Processo EXT-PD/007.10488/2021, apresentamos em anexo o Relatório de Atendimento à Notificação nº 8618/2022, emitida pela GELRAC, e respectivos anexos, visando subsidiar a análise e emissão da Licença de Operação – LO do Gasoduto Guapimirim-Comperj I (Gaserj 16").

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Guilherme Nohra Senna

Assinado de forma digital por Guilherme Nohra Senna
DN: cn=Guilherme Nohra Senna, o=Petrobras, ou=SMS/LCA/LI-RGN-LOG, email=guilherme.senna@petrobras.com.br, c=BR
Dados: 2022.10.13 17:20:32 -03'00'

Guilherme Nohra Senna
Gerente de Licenciamento para Refino, Gás Natural e Logística

Anexo(s): Relatório de Atendimento à Notificação nº 8618/2022 e Anexos.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.96

PROTOCOLO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Informo que nesta data foi(ram) juntado(s) ao EXT-PD/007.10488/2021 o(s) seguinte(s) documento(s):

- Carta
- Sumario
- Relatório fotográfico
- Plano de atendimento à emergência
- Manoal de Operação
- Formulário

São de responsabilidade do requerente e dos técnicos responsáveis os estudos e as informações prestadas, sujeitando-se às responsabilidades penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente, bem como ao indeferimento do requerimento em trâmite ou ao cancelamento do documento de licenciamento emitido.

null, 16 de novembro de 2022.

Tatiele Neves dos Santos Martin
Analista Ambiental
ID 51350513

GASODUTO GUAPIMIRIM-COMPERJ I (GASERJ)

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO À NOTIFICAÇÃO GELRAC Nº 8618/2022

ATENDIMENTO À CONDICIONANTE Nº 21 DA LO Nº IN024202 (Processo nº EXT-PD/007.10488/2021)

Outubro/2022

ATENDIMENTO À NOTIFICAÇÃO Nº 8618/2022

A) OBJETIVO

O presente relatório tem como objetivo apresentar as evidências de atendimento à condicionante nº 21 da Licença de Instalação – LI Nº IN024202 do Gasoduto Guapimirim-Comperj (Gaserj 16"), visando subsidiar a emissão da Licença de Operação (Processo nº EXT-PD/007.10488/2021) para este empreendimento.

B) EVIDÊNCIAS DE ATENDIMENTO

1) Implantar e manter planos de inspeção e manutenção preventiva.

O Sumário dos Procedimentos de Operação, Inspeção e Manutenção (Anexo 1) contempla as ações necessárias ao adequado funcionamento do Gasoduto Guapimirim-Comperj I. Tais ações seguem descritas no item 6 (Rotinas de Operação, Manutenção e Inspeção) que informa, a necessidade de capacitação dos operadores, o registro e correção de anomalias, a periodicidade de manutenção de equipamentos e instrumentos, os procedimentos para retomada da operação e inspeção etc.

Destaca-se ainda que as rotinas praticadas para o Gasoduto se baseiam em um conjunto de padrões de gestão e execução listados no item 2 do próprio Sumário, o qual já foi inclusive apresentado à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em atendimento à solicitação desta Agência.

2) Demarcar a faixa, sinalizar e identificar os equipamentos, linhas, válvulas e caixa de válvulas na faixa e nos terminais, de modo a atender a N-2200.

O Relatório Fotográfico de Implantação de Sinalização, com as evidências de demarcação de faixa e identificação dos equipamentos, é apresentado no Anexo 2.

3) Manter procedimento de comunicação com as comunidades próximas à faixa de dutos, com o objetivo de informar sobre os riscos presentes e sobre medidas de segurança necessárias.

O procedimento de comunicação com as comunidades próximas à faixa de dutos é apresentado no subitem "b" do item 14.4.2. do Plano de Resposta a Emergências – PRE (PE-4TP-00086-P), Anexo 3. Este Plano foi atualizado recentemente, em Dezembro/2021, para incluir a operação do Gasoduto.

O item 14.4.2. apresenta às ações para proteção da população circunvizinha à faixa de dutos e orienta a coordenação de relacionamento com a comunidade a respeito das medidas a serem tomadas para a sua proteção. Ainda neste item, são apresentadas as ações para proteção de áreas vulneráveis e da fauna e flora.

4) Acompanhar os pontos de teste eletrolíticos de acordo com as normas, evitando a corrosão externa do duto.

O Manual de Operação do Gaserj 16" (MO-5TP-00238-0), Anexo 4, pertencente à Malha Norte Fluminense, tem como objetivo disponibilizar as informações necessárias aos processos de controle e proteção à movimentação de gás natural não processado.

O item 6.9 deste Manual apresenta os provadores para verificação de corrosão e que se encontram no Km 0 do gasoduto, localizado dentro do Polo GasLub de Itaboraí.

Tabela 9 – Provadores de corrosão.

Provador	Tipo	Quilômetro (Km)	Localização
XE-4715.1406	DCL (Disco Cupom)	0	Recebedor – Polo GasLub RP-4715.1501
XE-4715.1408			
XE-4715.1405			
XE-4715.1407	Resistência Elétrica		

Os testes de corrosão do Gasoduto têm periodicidade anual, conforme item 6.2.1 do Sumário de O&M (linha "XE" da tabela).

5) Manter o sistema de supervisão e controle (SCADA) operacional.

O item 6.13 do Manual de Operação do Gaserj 16" apresenta a filosofia e o modelo de controle operacional do gasoduto. Em suma, o modelo de operação é centralizado, enquanto a supervisão, controle e coordenação operacional são realizados pelo CNCL (Centro Nacional de Controle e Logística), localizado na sede da Transpetro no Rio de Janeiro/RJ, onde o monitoramento das variáveis de processo ocorre em tempo real.

A operação do gasoduto se dá através de dois sistemas de controle: as Estações de Compressão (ECOMPs), operadas utilizando o *software* de supervisão iFIX, e as demais estações dos gasodutos, que são operadas utilizando o *software* de supervisão OASyS.

O item 6.13 traz mais detalhes sobre a rotina operacional do centro de controle.

6) Manter programa de divulgação dos telefones de emergência para a faixa de dutos.

O telefone para contato em caso de emergência é o 168, informado no item 9.3 (Alerta por Comunicação Externa) do PRE atualizado em Dezembro/2021. Este telefone é divulgado nas placas de sinalização ao longo do gasoduto, conforme mostrado na figura abaixo.



Figura 1 – Placa de sinalização do Gasoduto com telefone 168.

Os telefonemas são atendidos pelos operadores da mesa de atendimento da TIC que, ao identificarem que se trata de emergência, redirecionam a chamada para o Coordenador de Turno – COTUR do CNCL, localizado na sede da Transpetro no Rio de Janeiro/RJ.

7) Registrar e investigar as causas de acidentes.

As ações a serem tomadas em caso de acidentes são apresentadas no item 11 (Comunicação da Emergência) do PRE, onde constam o fluxo de comunicação da emergência, os órgãos e instituições que deverão ser contatados entre outros.

O registro da ocorrência deverá ser feito no Formulário de Comunicação Inicial e Relatório de Incidente (Anexo 5), que consta no Anexo B do PRE. Entre as informações que deverão constar neste Formulário, estão a data, hora e uma breve descrição do incidente, metodologia utilizada para investigação, consequências (existência de pessoas feridas, ecossistemas afetados, danos ao patrimônio e a terceiros etc.).

8) Implementar sistema de inspeção com periodicidade pré-determinada, enfatizando as áreas com presença de população.

Assim como informado no item 1 acima, as rotinas de inspeção do Gasoduto são apresentadas no item 6 do Sumário dos Procedimentos de Operação, Inspeção e Manutenção.

9) Instalar canhão lançador e recebedor de PIG para limpeza e inspeção periódica.

Os canhões lançadores e recebedores de pig foram instalados conforme previsto, vide figuras abaixo.



Figura 2 – Vista do canhão lançador de pig LP-4715.1501.



Figura 3 – Vista do canhão com sua tampa em primeiro plano.



Figura 4 – Vista do canhão recebedor de pig RP-4715.1501.

C) ANEXOS

Anexo 1 – Sumário dos Procedimentos de Operação, Inspeção e Manutenção.

Anexo 2 – Relatório Fotográfico da Faixa e Equipamentos.

Anexo 3 – Plano de Resposta a Emergências – PRE de Dez/2021 (PE-4TP-00086-P).

Anexo 4 – Manual de Operação do Gaserj 16" (MO-5TP-00238-0).

Anexo 5 – Formulário de Comunicação Inicial e Relatório de Incidente.

ÍNDICE DE REVISÕES

REV	DESCRIÇÃO OU FOLHAS ATINGIDAS
0	EMISSÃO ORIGINAL .

	REVISÃO:	0						
	DATA:	27/10/2020						
	ELABORAÇÃO:	Peradelles						
	VERIFICAÇÃO:	Jonatã						
	APROVAÇÃO:	Ricardo						

AS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO DE PROPRIEDADE DA TRANSPETRO, SENDO PROIBIDA DA UTILIZAÇÃO FORA DA SUA FINALIDADE.

FORMULÁRIO PERTENCENTE À NORMA TRANSPETRO

ÍNDICE

1. OBJETIVO

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E PRINCIPAIS NORMAS APLICÁVEIS

3. DEFINIÇÕES

4. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO GASODUTO GASERJ

4.1. Dados Gerais

5. OPERACIONALIDADE

5.1 Supervisão e Controle

5.2. Programa de Manutenção

5.3. Fluxograma Simplificado

6. ROTINAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO

6.1. Rotinas de Operação

6.2. Rotinas de Manutenção

6.2.1. Resumo dos Subsistemas e suas Periodicidades

6.3. Retorno de Equipamentos à Operação

6.4. Rotinas de Inspeção

7. SISTEMA DA GARANTIA DA QUALIDADE

8. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE DE EMERGÊNCIA

1. OBJETIVO

Este documento tem como objetivo condensar as principais informações sobre a operação, manutenção e inspeção do GASODUTO GUAPIMIRIM/COMPERJ I – GASERJ, localizado nos municípios de Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro, iniciando no Ponto de Entrega de Guapimirim e terminando no Pólo GASLUB de Itaboraí.

O Gasoduto GASDUC II teve um pequeno trecho cortado e retirado para possibilitar a interligação deste com o Gasoduto GUAPIMIRIM/COMPERJ I – GASERJ e viabilizar a movimentação de gás para o Pólo GASLUB de Itaboraí.

Esse sumário é parte integrante da documentação apresentada à Agência Nacional de Petróleo (ANP) para obtenção da Autorização de Operação (AO), em atendimento ao item II do Art. 18 da Resolução ANP nº 52 de 02.12.2015, a saber: "Sumário dos Procedimentos de Operação, Inspeção e Manutenção"

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E PRINCIPAIS NORMAS APLICÁVEIS:

- RTDT - Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural. ANP, 02/2011;
- ANP- Agência Nacional do Petróleo-Resolução ANP 52/2015 de 02/12/2015
- PETROBRAS N-2246-Pré-operação e Operação de gasodutos;
- PETROBRAS-N-1710-Codificação de Documentos Técnicos de Engenharia;
- PETROBRAS-N-2098-Inspeção em Dutos Terrestres em Operação;
- PETROBRAS-N-2368- Inspeção, Manutenção, Calibração e Teste de Válvulas de Segurança e/ou Alívio;
- NBR ISO 9.001:2000, NBR ISO14.001:2004 e a OSHAS 18.001:1999
- Norma de Construção: NBR 15280-2 e PETROBRAS N-464;
- NBR 16381:2015, Dutos terrestres e Submarinos — Câmara de Pig
- Norma de Projeto: NBR 15280-1, ISO 13623
- Norma para Flanges: ASME B.16.5 e ISO 15590-3;
- Norma para válvulas API 6D;
- Norma de conexões: ASME B16.9 e ISO 15590-2;
- Planilha de Controle e avaliação de Legislação e Outros Requisitos - PAL
- Sistema SGI (Sistema de Gestão Integrado) de QSMS da TRANSPETRO;
- MG-0TP-00002 – Manual de Gestão da Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Transpetro;
- PG-2TP-00035 – Processo de Manutenção Industrial;
- PE-5TP-00205 – Situações Anormais e de Emergência;
- MO-5TP-00238 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GASERJ
- PG-3TP-00054 - Protocolo de Responsabilidades entre Transpetro APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ
- PP-3TP-00062 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ
- PE-4TP-00086 - PRE - Plano de Resposta à Emergências dos Gasodutos e ECOMPS da Gerência DTRM;
- PP-3TP-00023 – Processo de Monitoração de Vazamentos para Gasodutos
- PE-5TP-00025 – Monitoração, Detecção e Controle de Vazamentos em Gasodutos
- PE-0TP-00124 – Permissão para Trabalho - (VERSÃO SPT)
- PE-0TP-00125 – Controle de Fontes de Energias - LIBRA
- PE-3TP-00043 – Inspeção de Tubulações Industriais
- PG-0TP-00015 – Inspeção de Sistemas de Proteção Catódica de Dutos
- PE-1TP-00053 – Inspeção de Faixas de Dutos e Acessos
- PE-5TP-00213 – Limites Operacionais
- PE-5TP-00211 – Ajustes Operacionais
- PE-5TP-01501 – Malha Norte Fluminense – Atividades na DTRM/RJNF
- PE-5TP-00399 – Malha Norte Fluminense – Atividades com Pig
- PE-5TP-01151 – Malha Norte Fluminense - Manutenção e Operações em Áreas de Válvulas
- MO-5TP-00134 – Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GASDUC II
- PE-3TP-00119 – Programação, Lançamento, Recebimento Acompanhamento de Operação de PIGs pelas Malhas e pelo CNCO;
- PP-1TP-00033 – Gaseificação e Pressurização de Gasodutos
- PG-0TP-00023 – Auditoria Interna do Sistema de Gestão de QSMS
- PP-0TP-00002 – Apropriação, Identificação e Tratamento de Anomalias de SMS
- EP-3TP-00011 - Atividades Críticas
- PE-5TP-00205 - Situações Anormais e de Emergência
- PP-0TP-00002 - Gerir Anomalias de SMS
- PE-0TP-00376 – Segurança Operacional

3. DEFINIÇÕES

ANP: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

DDT: Diretoria de Dutos e Terminais.

CNCL: Centro Nacional de Controle e Logística;

SAP R/3: Systems Applications and Products – (Sistema de Controle e Gerenciamento Centralizado)

SINPEP: Sistema Integrado de Padronização Eletrônica da Petrobras;

SGI: Sistema de Gestão Integrada de QSMS da Transpetro;

QSMS: Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde;

SIGA: Sistema Integrado de Gestão de Anomalias;

SOL: Sistema de Gestão Integrada On Line: sistema informatizado que gerencia aspectos, impactos, perigos e consequências de SMS da Transpetro;

AIPC: Aspectos e Impactos Ambientais, Perigos e Consequências;

PAG-SMS: Processo de Avaliação de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde;

4. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO GASODUTO GASERJ

O Projeto Gasoduto GASERJ consiste no escoamento do Gás Natural do GASDUC II até o Pólo GASLUB de Itaboraí.

O gasoduto tem um comprimento total de aproximadamente 11 km de e diâmetro nominal de 16 polegadas.

4.1. Dados Gerais:

Características Operacionais do Gasoduto GASERJ 16”		
GERAL	FLUÍDO	GAS NATURAL
	EST. FÍSICO	GAS + COND.
VAZÃO (10^6 X m3/d)	NORMAL	3,0 a 7,0
	MÍNIMO	3,0
	MÁXIMO	7,0
PRESSÃO kgf/cm² manométrica	NORMAL	53,0 a 94,8
	MÍNIMO	45,0
	MÁXIMO	100,0
	PROJETO	100,0
TEMPERATURA º C	NORMAL	12,6 a 28,9
	MÍNIMO	0
	MÁXIMO	40
	PROJETO	0 / 40
Nota: vazão referenciada a 1 atm e 20ºC.		

5. OPERACIONALIDADE

5.1. Supervisão e Controle:

O GASODUTO GASERJ é monitorado em tempo integral pelo do Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL) da TRANSPETRO, localizado na cidade do Rio de Janeiro, que é responsável pela operação remota das instalações terrestres de gás natural.

O CNCL através do sistema supervisório (OASYS), analisa criticamente as informações recebidas sobre as variáveis do sistema (pressão, temperatura e vazão) e executa as correções e ajustes necessários no processo de transporte e transferência de gás natural.

5.2. Programa de Manutenção:

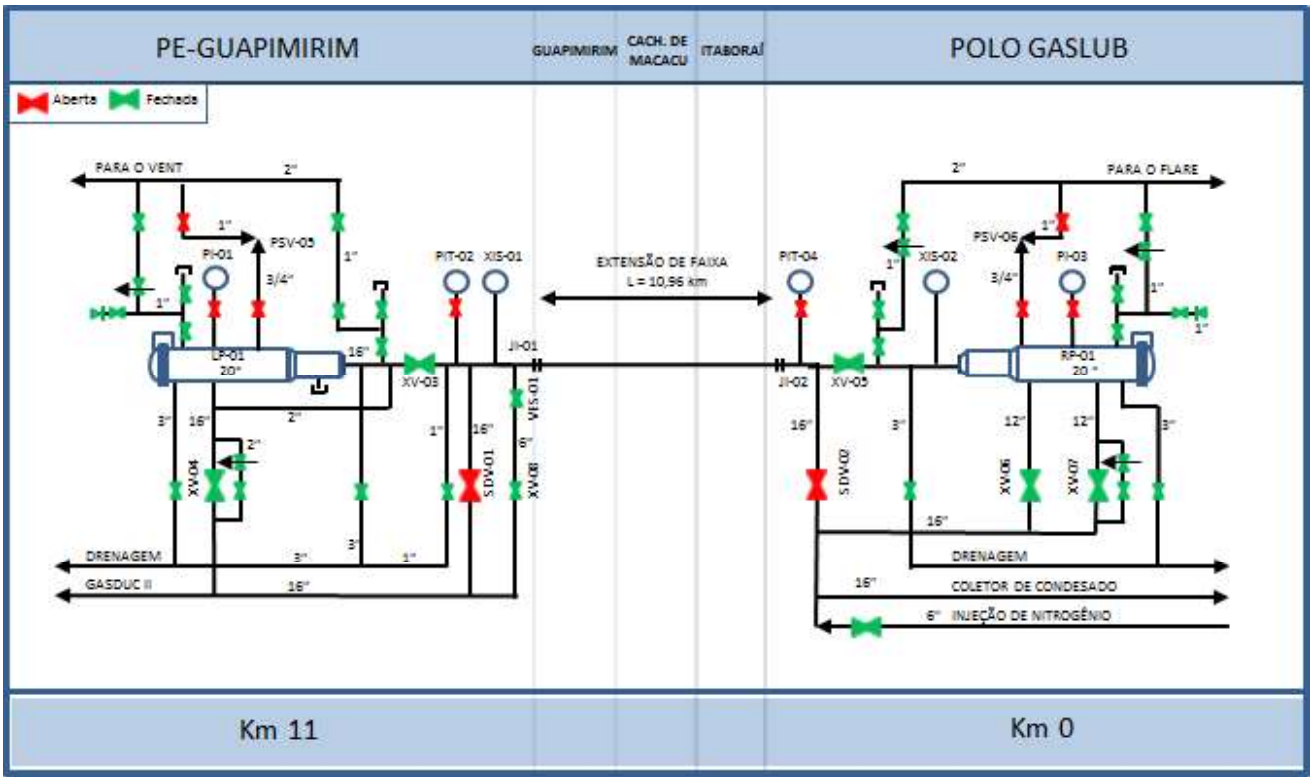
Toda manutenção preventiva, detectiva ou corretiva é devidamente programada, registrada e acompanhada no sistema SAP, ferramenta adotada para o gerenciamento e banco de dados de manutenção em toda a TRANSPETRO.

A TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJNF de maneira complementar a atividade executada pelo CNCL, atua na área onde o gasoduto está localizado, com profissionais habilitados e treinados, mantendo no dia a dia a sua operacionalidade e executando as manutenções necessárias.

A Gerência Setorial TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJNF, com sede no TECAM, é responsável pela inspeção e manutenção do gasoduto e demais instalações do trecho terrestre. Os padrões seguidos pelos técnicos para operação, manutenção e inspeção dessas instalações estão disponíveis no SINPEP.

A Gerência Setorial possui mapas de acesso de todas as instalações, inclusive as válvulas de bloqueio do gasoduto o que possibilita que seus funcionários, em caso de uma emergência, cheguem até qualquer ponto ao longo do gasoduto a tempo de fazer qualquer intervenção necessária.

5.3. Fluxograma Simplificado:



6. ROTINAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO

As atividades de operação e manutenção dos instrumentos que fazem parte do GASODUTO GASERJ estão definidas da seguinte forma:

6.1. Rotinas Operacionais:

Por motivo de segurança todas as tarefas operacionais realizadas no GASODUTO GASERJ são executadas por funcionários próprios e contratados conforme estabelecido em padrões operacionais. Os executantes, antes de realizarem qualquer intervenção são treinados e capacitados nos padrões de execução.

Os executantes realizam as tarefas operacionais cientes de todos os aspectos e impactos; perigos e consequências (AIPC) disponíveis no sistema SOL, sistema esse que acessam regularmente.

Caso ocorra alguma anomalia durante a execução da tarefa operacional, existe uma sistemática de registro de anomalia (SIGA) onde estas são registradas e analisadas; a causa básica é apontada, as ações corretivas são indicadas, implementadas e sua eficácia verificada pela chefia imediata.

Caso seja identificada a necessidade de revisão do padrão operacional, este é revisado e a força de trabalho é novamente treinada e capacitada no padrão operacional.

6.2. Rotinas de Manutenção:

A realização da manutenção dos equipamentos e instrumentos visa assegurar a continuidade do processo. Abaixo estão detalhadas as rotinas de manutenção.

A manutenção executada nos subsistemas do GASODUTO GASERJ acontece conforme a periodicidade pré-estabelecida para cada equipamento e/ou instrumento, em função da respectiva criticidade, que foi estabelecida através de critérios corporativos descritos no PE-0TP-00376 – Segurança Operacional.

6.2.1. Resumo dos Subsistemas e suas Periodicidades:

SUBSISTEMA	EQUIPAMENTOS	CRITICIDADE	PERIODICIDADE	ATIVIDADE
MONITORAÇÃO E COMUNICAÇÃO	PLC	B	Anual	Inspeção
	UPS	A	03 Meses	Manut. / Inspeção
	Banco de Baterias	A	02 Meses	Manut. / Inspeção
	RTU	B	Anual	Inspeção
	PIT (Trans. Ind. de Pressão)	C	03 Anos	Calibração
	PI	C	02 Anos	Inspeção
	XE	C	Anual	Inspeção
	ZSL ou ZSH (Chaves Ind. de Posicionamento)	C	Anual	Inspeção

SUBSISTEMA	EQUIPAMENTOS	CRITICIDADE	PERIODICIDADE	ATIVIDADE
ALINHAMENTO E CONTROLE	Válvula de Acionamento Manual	C	02 Anos	Manut. / Inspeção
	Atuador Motorizado	C	01 Ano	Inspeção

SUBSISTEMA	EQUIPAMENTOS	CRITICIDADE	PERIODICIDADE	ATIVIDADE
BLOQUEIO E SEGURANÇA	XV (válvula de Comando Remoto)	A	Anual	Preventiva Inspeção
	PSV (Válvula de Segurança)	A	Anual – Inspeção Externa 02 Anos – Calibração em Bancada 04 Anos – Inspeção Interna	Inspeção Externa / Calibração / Inspeção Interna

6.3. Retorno de Equipamentos à Operação:

- O **PP-1TP-00033 -** Gaseificação e Pressurização de Gasodutos, estabelece a metodologia aplicável para o retorno à operação de equipamentos nos quais tenha sido executado algum tipo de manutenção**.**
  O procedimento consiste em:

  - Executar teste hidrostático, quando necessário**.** Após o teste, executar a passagem de PIG para a total retirada de água nos trechos baixos**.** Caso na ocasião da gaseificação o requisito de secagem da N-0464 (Ponto de orvalho estabilizado <= -39ºC) não tenha sido atendido ou mantido, a gaseificação pode prosseguir desde que seja confirmado, através de duas medições espaçadas em 12 horas, que o nitrogênio está com ponto de orvalho estabilizado <= -20ºC. Situações distintas dessa deverão ser objeto de análise e procedimento específico**.**
  - Inertizar o trecho;
  - Proceder a medição de oxigênio através da válvula de purga (deverá estar abaixo de 3%);
  - Bloquear válvula de purga, mantendo uma pressão mínima no equipamento para garantir a inertização;
  - Alinhar o equipamento a partir dos instrumentos de proteção (PSV's, MEDIDORES, e OUTROS) e válvulas de saída;
  - Abrindo a válvula para purga, iniciar a gaseificação do equipamento com gás natural através de linha alternativa de menor diâmetro, quando houver..
  - Monitorar a gaseificação através da válvula de purga;
  - Ao término da operação, bloquear a válvula de purga e concluir a operação de gaseificação e pressurização do equipamento;
  - Alinhar todo o sistema para operação normal

6.4. Rotinas de Inspeção:

A inspeção realizada no GASODUTO GASERJ contempla a manutenção do próprio gasoduto e todos os equipamentos existentes no Gasoduto, visando garantir a confiabilidade da malha de gás, a segurança e a proteção ao meio ambiente. A atividade de inspeção é executada por profissionais devidamente treinados e qualificados, gerando planos de ações corretivas para as anomalias detectadas. Os padrões que orientam a execução destas tarefas encontram-se no SINPEP.

7. SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE

O sistema de garantia da qualidade é parte integrante do Sistema de Gestão Integrado (SGI) da TRANSPETRO, do qual fazem parte as **NBR ISO 9.001:2000, NBR ISO14.001:2004 e a OSHAS 18.001:1999.**

O escopo de certificação do SGI, na Diretoria de Dutos e Terminais (DDT), alcança o serviço de transporte e transferência de Gás Natural, abrangendo as atividades desenvolvidas na sede, no Rio de Janeiro, e nas Gerências Regionais-Malhas de Gasodutos.

A Política de Gestão da Qualidade da TRANSPETRO atende aos requisitos do mercado, visando à satisfação dos clientes através da qualidade na entrega dos produtos e especificações, pautados na excelência operacional, melhoria contínua e eficácia dos processos.
A qualidade do processo de transporte de gás natural é verificada pela realização de auditorias internas periódicas, por grupo de auditores devidamente treinados, para avaliar se o SGI está em conformidade com: as ações de gestão planejadas, requisitos normativos e se está adequadamente implementado e mantido, atendendo aos Objetivos e à Política do SGI de QSMS da TRANSPETRO. Atendendo ao Padrão de Gestão (PG) - **PG-0TP-00023** - Auditoria Interna do Sistema de Gestão de QSMS.

Os resultados das auditorias são tratados conforme diretrizes definidas no Padrão **PP-0TP-00002** - Gerir Anomalias de SMS, no qual os gestores das áreas auditadas, implementam as ações corretivas como o acompanhamento, verificação e relato destas.

As auditorias externas são realizadas periodicamente e atestam formalmente (emissão de certificados) a conformidade do processo da TRANSPETRO com as normas **ISO 9001**, **NBR ISO14.001:2004** e a **OSHAS 18.001:1999.**

A abrangência dos resultados do processo de Auditoria tem o objetivo de assegurar que ações sejam tomadas para eliminar as não conformidades reais e/ou potenciais de auditorias internas e externas do SGI.

A melhoria contínua do Sistema de Gestão de QSMS está lastreado na implementação dos objetivos e programas estabelecidos nas Políticas do SGI de QSMS, resultados de auditorias (internas e externas), reuniões de análise crítica e avaliações do sistema e dados.

Outras ações evidenciadas como melhoria: gestão da informação; gestão de indicadores; gestão de mudanças; auditoria do PAG-SMS; dentre outros.
e

8. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE DE EMERGÊNCIAS

O Plano de Respostas a Emergência (PRE) dos Gasodutos e ECOMPS da Gerência DTRM **- PE-4TP-00086** - contempla a área, onde está instalado o GASODUTO GASERJ
, e tem como objetivo estabelecer procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados para situações emergenciais, que eventualmente possam ocorrer, possibilitando a adoção de ações rápidas, eficientes e coordenadas, visando preservar vidas, evitar ou minimizar danos às instalações, impactos ás comunidades vizinhas e ao meio ambiente. Este documento apresenta informações relevantes sobre a caracterização da instalação, a caracterização da região do entorno, incluindo condições climáticas típicas, perfil populacional e pontos notáveis, acessos à instalação, cenários acidentais, bem como os procedimentos operacionais de resposta propriamente ditos.

Os procedimentos operacionais de resposta às emergências, de forma sucinta envolvem:
• Acionamento do PRE – conforme padrão: **PE-4TP-00086** - PRE - Plano de Resposta à Emergências dos Gasodutos e ECOMPS da Gerência DTRM que encaminha a equipe de reconhecimento, ao local do sinistro para verificação da ocorrência

• Execução das ações de contingência que podem incluir: a avaliação do nível de vazamento, monitoramento do vazamento, parada imediata do sistema de compressão a montante, partida ou aumento da vazão do sistema de compressão a jusante, redução ou interrupção de injeção de gás no gasoduto afetado:

- Bloqueio imediato das válvulas de montante e jusante, isolando o trecho afetado;
- Despressurização do trecho afetado;
- Avaliação dos impactos ao sistema de transporte, solicitando revisão da Programação de Transporte;
- Estimativa do volume de gás vazado.

Além disso, no PRE são citados procedimentos para monitoramento da evolução da emergência, procedimento para resgate e atendimento a vítimas e seus familiares, procedimento para proteção das populações, procedimentos para monitoramento e controle dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes para as pessoas, dentre outros.

Para que seja definido o encerramento da emergência, é realizada uma avaliação pelo coordenador da contingência, Comando de Operações e Órgão Ambiental, quando aplicável. Após análise e concordância entre os envolvidos, a emergência pode ser encerrada.
Após a emergência, é elaborado um Relatório de Ocorrência, com coleta de dados, análises, desenvolvimentos das ações de combate e recomendação de prevenções visando o controle dos riscos que geraram a emergência.

GASODUTO GUAPIMIRIM-COMPERJ I (GASERJ 16”)

ANEXO 2

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO

PÚBLICA



Canhão lançador de pig.



Placa do canhão lançador de pig.



Destaque do canhão de pig.



Vista de válvula do gasoduto devidamente identificada.



Gasoduto e interligações devidamente sinalizadas.



Vista de válvula na chegada do Gasoduto no Ponto de Entrega de Guapimirim.



Vista de válvula.



Sinalização com telefone 0800 de emergência.



Sinalização de rota de fuga em caso de emergência.



Placas de alerta e marcos de sinalização ao longo da faixa.



Placas de alerta ao longo da faixa.



Escada para acesso às instalações.



Canhão e tubulação de água de incêndio com sinalização.

Plano de Resposta a Emergências

GASODUTOS DA GERÊNCIA DTRM

REVISÃO P

12 / 2021



SUMÁRIO

1. OBJETIVO 4
2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES 4
2.1 PETROBRAS....4
2.2 TRANSPETRO 4
2.3 Legislação....5
2.4 Outros 6
3. RELACIONAMENTO COM OUTROS PLANOS 6
3.1 Integração ao Plano de Contingência Corporativo - PCCORP 6
3.2 Integração ao Plano de Emergência Individual - PEI....7
3.3 Integração a outros Planos de Resposta a Emergência – PRE....7
4. ABRANGÊNCIA....8
4.1 Limites de jurisdição de abrangência 8
4.2. Definição da área geográfica vulnerável 8
5. DEFINIÇÕES E SIGLAS 9
6. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE, INSTALAÇÃO E ATIVIDADE 9
6.1 A identificação de cada instalação compreendida neste Plano estão descritas nas respectivas pastas que contêm ANEXOS específicos de cada instalação:....9
6.2 Dados para emissão de documentos e autorização para transporte de recursos....9
7. RESPONSÁVEIS....10
7.1. Representante Legal da Instalação....10
7.2. Responsável Técnico pela Elaboração e Revisão do PRE....10
7.3. Responsável pelo Gerenciamento, Coordenação e Implantação do PRE 10
8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA - EOR....10
8.1 Grupo Especial de Contingência - GEC 11
9. SISTEMA DE ALERTA 12
9.1 Alerta por Controle Operacional 12
9.2 Alerta por Comunicação Interna....13
9.3 Alerta por Comunicação Externa....14
10. RECONHECIMENTO DA EMERGÊNCIA....14
11. COMUNICAÇÃO DA EMERGÊNCIA 14
11.1 Fluxograma de Comunicação de Emergência 14
11.2 Gestão de Comunicação de Crise....16
12. ACIONAMENTO DA EOR 17
13. CENÁRIO DE EMERGÊNCIA 17
14. OBJETIVOS DA RESPOSTA, ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS 18
14.1. Objetivos da Resposta....18
14.2. Informações para Estratégias de Resposta 18
14.2.1 Segurança às Pessoas (Fora da Instalação) 18
14.2.2 Segurança às Pessoas (na Instalação)....24
14.2.3 Ambiental....25
14.2.4 Segurança às Instalações 26

14.2.5 Análise de Vulnerabilidade 27
14.3. Descrição das Estratégias de Resposta....34
14.4. Procedimentos de Resposta 36
14.4.1 Interrupção e Controle do Evento....36
14.4.2 Proteção de Receptores Ameaçados....37
14.4.3 Recuperação de Receptores Impactados 39
14.4.4 Segurança e Saúde do Pessoal Envolvido nas Ações de Resposta 44
14.4.5 Procedimentos Não Aplicáveis....44
14.5. Procedimentos de Apoio....44
14.5.1 Monitoramento e Controle da Saúde Ocupacional 44
14.5.2 Monitoramento e Controle de Riscos 46
14.5.3 Segurança Física de Pessoas, Equipamentos e Instalações da Companhia e de Terceiros....46
14.5.4 Coleta e Disposição dos Resíduos Gerados....47
14.5.5 Acionamento e Deslocamento de Recursos 47
14.5.6 Monitoramento da Evolução da Emergência....49
14.5.7 Obtenção e Atualização de Informações Relevantes 49
14.5.8 Registro das Ações de Resposta 50
14.5.9 Desmobilização 51
14.5.10 Documentação....52
14.5.11 Levantamento de Dinheiro em Espécie....52
14.5.12 Acionamento do Seguro e Controle e Inventários dos Salvados 53
14.5.13 Compras e Contratações....53
14.5.14 Gestão de Custos 55
15. RECURSOS....55
15.1 Recursos Materiais 56
15.2 Recursos Humanos 56
16. CONTINUIDADE DA RESPOSTA....56
17. ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES....56
17.1 Desmobilização 57
17.2 Ações Suplementares....57
17.3 Análise Crítica....57
17.4 Critérios para Reinício Seguro de Operação ou Atividade Relacionada com Anomalias de SMS....58
18. GERENCIAMENTO DO PRE - PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIA 58
18.1 Revisão / Atualização 58
18.2 Planejamento e Execução de Simulados 59
18.3 Divulgação e Implantação 59
19. ANEXOS....59

1. OBJETIVO

Este Plano foi elaborado por uma equipe multidisciplinar da TRANSPETRO, observando o conteúdo da Norma PETROBRAS N-2644 e Padrão TRANSPETRO PP-0TP-00026 - Elaboração e Revisão de Planos de Resposta a Emergências.

Este documento tem como objetivo estabelecer procedimentos técnico-administrativos a serem adotados nos cenários de emergência, que eventualmente possam ocorrer durante as operações nas instalações de Gás Natural da DTRM possibilitando, desta forma, ações rápidas, eficientes e ordenadas, visando preservar vidas, evitar ou minimizar danos às instalações e impactos às comunidades vizinhas, ao meio ambiente e à imagem da Companhia.

O presente documento refere-se ao Plano de Resposta a Emergências que estabelece as estratégias, procedimentos e a estrutura de resposta a emergências.

2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

2.1 PETROBRAS

- Norma PETROBRAS N-2098 - Inspeção de Dutos Terrestres em Operação;
- Norma PETROBRAS N-2644 - Plano de Resposta a Emergências;
- Norma PETROBRAS N-2782 - Critérios para Aplicação de Técnicas de Avaliação de Riscos e Confiabilidade;
- DI-1PBR-00193 - Gestão de SMS / Diretriz 3 - Avaliação e Gestão de Riscos;
- DI-1PBR-00201 - Gestão de SMS / Diretriz 11 - Contingência;
- DI-1PBR-00202 - Gestão de SMS / Diretriz 12 - Relacionamento com a Comunidade;
- PP-1PBR-00398 - Resposta a Emergências em SMS;
- PE-1PBR-00196 - Atenção à Saúde dos Participantes da Estrutura Organizacional de Resposta (EOR), Dimensionamento e Alocação dos Recursos de Saúde em Emergências;
- PE-1PBR-00197 - Plano de Contingência Corporativo - PCCORP;
- PE-1PBR-00008 - Procedimentos em Caso de Ameaça com Explosivos;
- Guia de Comunicação de Crise da PETROBRAS.

2.2 TRANSPETRO

- EP-5TP-00011 - Produtos Químicos da Malha RJ/MG;
- MO-5TP-00068 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GNL - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00134 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GASDUC II;
- MO-5TP-00212 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - GASCAB I;
- MO-5TP-00213 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GA_PNA-1 / Cabiúnas 20" (GASCAB-II) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00214 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GA_PGP-1 / Cabiúnas 22" (GASCAB-III) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00215 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GA_PCE-1 / Cabiúnas 18" (Enchovão) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00216 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00238 - Malha Norte Fluminense – Manual de Operação – Gasoduto GASERJ;

- MO-5TP-00239 - Malha Norte Fluminense – Manual de Operação – Gasoduto Rota 3 – (Trecho Terrestre);
- PE-0TP-00038 - Seguro de Riscos Operacionais/Procedimentos;
- PE-0TP-00304 - Planejar Contingência;
- PE-0TP-00311 - Responder Emergência;
- PE-0TP-00354 - Manter Estado de Prontidão;
- PE-3TP-00012 - Protocolo de Responsabilidade de Interfaces TRANSPETRO E UN-REGAP;
- PE-3TP-00014 - Protocolo de Responsabilidades das Interfaces para Operação dos Sistemas de Oleodutos entre as Unidades do TECAM, UN-REDUC E TABG;
- PE-3TP-00245 - Planos de Emergência Individuais (PEI) da Gerência Geral do Sudeste;
- PE-4TP-00023 - PRE - Plano de Resposta a Emergência Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara - TRBG;
- PE-4TP-00095 - Plano de Resposta à Emergência dos Terminais e Estações de Bombeio da Gerência DTRM;
- PE-4TP-00098 - Plano de Resposta à Emergência dos Oleodutos da Gerência DTRM;
- PE-5TP-00025 - Monitoração, Detecção e Controle de Vazamentos em Gasodutos;
- PE-5TP-00205 - Situações Anormais e de Emergência;
- PE-5TP-00212 - Acompanhamento operacional e rotinas do CNCO/GAS;
- PE-5TP-00213 - Limites Operacionais;
- PE-5TP-00399 - Malha Norte Fluminense - Atividades com PIG;
- PE-5TP-01151 – Malha Norte Fluminense - Atividades em Áreas de Válvulas;
- PE-5TP-01414 - Operações de Despressurização de Gasodutos - Estação de Barra do Furado;
- PG-3TP-00042 - Protocolo de Responsabilidades entre TRANSPETRO, E&P-AGP/UO-BC e UO-AGN/APCAB - GASCAB I / II / III e ENCHOVÃO;
- PG-3TP-00046 - Protocolo de Responsabilidades entre TRANSPETRO e UO-BS e APCAB - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - (Trecho Terrestre);
- PG-3TP-00054 - Protocolo de Responsabilidades entre Transpetro, APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ;
- PG-3TP-00055 - Protocolo de Responsabilidades entre TRANSPETRO, UN-BS e APITB - Gasoduto Rota 3 - (Trecho Terrestre);
- PP-0TP-00002 - Gerir Anomalias em SMS;
- PP-0TP-00032 - Gerir de Resíduos;
- PP-0TP-00073 - Contingência em SMS;
- PP-3TP-00043 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, APCAB e REDUC - GASDUC II;
- PP-3TP-00050 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre SE/DTRM e SE/BG - Gasoduto de GNL BG;
- PP-3TP-00051 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, UO-BS e APCAB - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - (Trecho Terrestre);
- PP-3TP-00062 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ;
- PP-3TP-00063 - PMO – Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, UN-BS e APITB – Gasoduto Rota 3 – (Trecho Terrestre).

2.3 Legislação

- Portaria 3214 de 08/06/1978 - Aprova as Normas Regulamentadoras (NR-23- Proteção contra Incêndios/ NR 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis);
- Lei 4395 de 1998 - Cria o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC);
- Lei 9605 de 09 de dezembro de 1999, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

- Lei 9966 de 28 de abril de 2000, que estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional;
- Resolução ANP nº 44 de 22/12/2009 - Procedimento para Comunicação de Incidente;
- Instrução Normativa IBAMA nº 15 de 6/10/2014 - SIEMA - Sistema Nacional de Emergências Ambientais;
- Regulamento Técnico nº 2/2011 - Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural (RTDT);
- Decreto nº 8.127 de 22 de outubro de 2013 - Institui o Plano Nacional de Contingência;
- Resolução CONAMA nº. 398 de 11/06/2008 - "Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleos originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração".

Demais legislações associadas às atividades de SMS da TRANSPETRO, de âmbito Federal, Estadual e Municipal na área de abrangência das instalações do órgão estão disponibilizadas na intranet endereço: http://apl.ti.petrobras.com.br/lexamb/ e http://portal.transpetro.com.br/intr/appmanager/portalIntranet/SMS, ícone SGI / Legislações de SMS.

2.4 Outros

- Estudo de Análise de Riscos (EARs) das Unidades Operacionais.

3. RELACIONAMENTO COM OUTROS PLANOS

As situações de emergência na TRANSPETRO são classificadas segundo os níveis de resposta, definidos a partir de critérios de Gerenciamento de Riscos, conforme descritos a seguir:

- **Nível de Resposta Local:** inclui organização, procedimentos operacionais de resposta e recursos da instalação, atividade ou serviço que conta com recursos próprios e externos disponíveis em instituições e empresas locais ou outros recursos, inclusive corporativos, disponibilizados por meio de protocolos específicos firmados para atendimento de emergências;

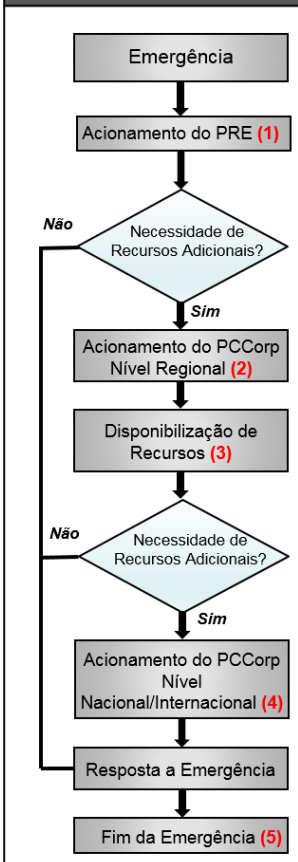
- **Nível de Resposta Regional:** quando os recursos locais não forem suficientes para combater a emergência. Incluem recursos externos disponíveis de unidades organizacionais da mesma região, instituições e empresas da região e outros recursos corporativos localizados na região;

- **Nível de Resposta Nacional ou Internacional:** quando os recursos regionais não forem suficientes para combater a emergência. Inclui recursos externos disponíveis em quaisquer unidades organizacionais da companhia, instituições e empresas nacionais ou internacionais e recursos corporativos localizados em mais de uma região.

3.1 Integração ao Plano de Contingência Corporativo - PCCORP

O objetivo do Plano de Contingência Corporativo é prover recursos adicionais as Unidades Operacionais, em nível de resposta Nacional/Internacional, quando estes não forem suficientes para a resposta à emergência e estabelecer os mecanismos para acionamento, transporte e entrega de recursos em nível Corporativo, que permitam atender pronta e eficientemente às situações de emergência decorrentes das atividades do Sistema PETROBRAS.

Nota: Em situações de emergência, quando houver necessidade de recursos adicionais aos previstos no Plano de Emergência da Unidade Operacional, o acionamento dos Planos Corporativos e PCCORP, ficam a critério da Unidade em emergência, conforme fluxograma a seguir.

O QUÊ?	QUEM?	ONDE?	QUANDO?	COMO?	POR QUÊ?
	(1) Conforme estabelecido no Plano de Emergência (PRE/PEI) da UO	Na Unidade em emergência	Após a detecção da emergência	Conforme procedimentos estabelecidos no PRE da Unidade	Para controlar a emergência
	(2) Comando da emergência ou Gerente da Unidade em emergência ou designado.	Na Unidade em emergência	Quando constatar a necessidade de recursos adicionais	Acionando o Coordenador do PCCorp e/ou Gerentes de unidades na mesma região da emergência	Para disponibilizar recursos adicionais da mesma região para o controle da emergência
	(3) Gerentes das Unidades na mesma região ou Coordenador Regional que possa atender com maior rapidez à solicitação.	Onde ele se encontrar	Quando acionado pela Unidade em Emergência	Consultando o inventário próprio da Unidade, disponibilizando os recursos e negociando a logística dos mesmos.	Para auxiliar a Unidade em Emergência
	(4) Comando da emergência ou Gerente da Unidade em emergência ou designado.	Onde ele se encontrar	Quando recursos regionais não forem suficientes para atender à emergência.	Acionando o Coordenador do PCCorp e/ou Gerentes das Unidades de outras regiões.	Para aumentar os recursos para controle da emergência
	(5) Conforme estabelecido no Plano de Emergência (PRE/PEI) da Unidade em emergência.	Na Unidade em emergência	Na conclusão das atividades de resposta à emergência	Informando às partes interessadas e envolvidas	Para desmobilização dos recursos

3.2 Integração ao Plano de Emergência Individual - PEI

Este PRE deve trabalhar de forma integrada com o PEI dos Oleodutos para resposta aos cenários de incidentes de poluição por óleo. Os cenários de incidente de poluição por óleo encontram-se detalhados no PEI, alinhados a Resolução CONAMA 398/2008.

As informações e procedimentos de resposta relacionados aos Planos de Emergência Individual - PEI dos Oleodutos estão disponíveis eletronicamente no sistema informatizado de controle a Emergências - InfoPAE, que pode ser acessado pelo endereço: http://infopae.petrobras.com.br

3.3 Integração a outros Planos de Resposta a Emergência – PRE

Este PRE deve trabalhar de forma integrada com o Plano de Resposta a Emergência dos Oleodutos da Gerência DTRM - PE-4TP-00098, quando os dutos (Gasodutos e Oleodutos) compartilham de uma mesma faixa.

4. ABRANGÊNCIA

O presente PRE, será aplicado sempre que a Coordenação das Ações de Resposta estiver sob a responsabilidade do TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM, ou seja, enquanto outra autoridade responsável não assumir a referida Coordenação e sempre que:

- Ocorra uma emergência ou exercícios no TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM, em operações sob sua responsabilidade;

- Seja necessário desenvolver/ apoiar ações, destinadas a tratar as consequências de atos ilícitos que possam afetar as pessoas, o meio ambiente e as instalações ou minimizar seus efeitos com uma pronta atuação.

4.1 Limites de jurisdição de abrangência

Este Plano de Resposta a Emergência aplica-se aos **Gasodutos e Estações de Compressão** operadas pela TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM e abrange toda a faixa de servidão e suas instalações, equipamentos e acessórios, tais como: linha tronco, canhão lançador/recebedor de dispositivos de inspeção e limpeza (PIGs), pontos de entrega e válvulas de bloqueio/segurança. As instalações compreendidas são:

1. GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC;
2. GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos;
3. GASCAB I, II, III;
4. Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2);
5. Gasoduto Guapimirim-Comperj (GASERJ I);
6. Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre.

No caso de emergência no trecho marítimo, embora as ações iniciais de bloqueio de válvulas sejam de responsabilidade de atuação direta da DTRM, através do CNCL, ações de isolamento de área com uso de embarcações apropriadas, inspeção marítima, reparo em trecho marítimo, serão realizadas através de recursos disponibilizados pelo Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara e pela área de Serviço de Engenharia da TRANSPETRO.

Para emergências envolvendo as operações do Terminal Flexível de Gás Natural Liquefeito (GNL), operado pelo Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG), consultar o PE-4TP-00023 - PRE - Plano de Resposta a Emergência Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara - TRBG.

4.2. Definição da área geográfica vulnerável

As áreas consideradas vulneráveis foram definidas com base no Estudo de Análise de Riscos - EAR, e estão descritas neste Plano.

5. DEFINIÇÕES E SIGLAS

Para os propósitos deste Plano são adotados os termos indicados no Portal Petrobras – DSERV Glossário - Definições e Siglas utilizadas em SMS no endereço:
http://portalpetrobras.petrobras.com.br/conteudo/petr_banco_anexos/transp_dserv/GLOSSrev2.pdf

Para efeito de melhor entendimento, seguem abaixo, as siglas de identificação ligadas às Questões / Órgãos de Meio Ambiente.

- ALA - Autorização para Licenciamento Ambiental;
- APA - Área de Proteção Ambiental;
- ESEC - Estação Ecológica;
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- PAED - Plano de Ações de Emergências para Dutos;
- PARNA - Parque Nacional;
- REBio - Reserva Biológica;
- RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural;
- UC - Unidade de Conservação.

6. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE, INSTALAÇÃO E ATIVIDADE

6.1 A identificação de cada instalação compreendida neste Plano estão descritas nas respectivas pastas que contêm ANEXOS específicos de cada instalação:

- Anexo 1.0 - GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC
- Anexo 2.0 - GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos
- Anexo 3.0 - GASCAB I, II, III
- Anexo 4.0 - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)
- Anexo 5.0 - Gasoduto Guapimirim Comperj (GASERJ)
- Anexo 6.0 - Gasoduto Rota 3 (Maricá) - Trecho Terrestre

6.2 Dados para emissão de documentos e autorização para transporte de recursos

- Nome: Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- CNPJ: 02.709.449/0002-30
- IE - Inscrição Estadual: 77.120.610
- Telefone: (21) 3227-6694

7. RESPONSÁVEIS

7.1. Representante Legal da Instalação

- Nome: Felipe Toneli Chagas - Gerente Operacional
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Telefone: (21) 3227-5663
- E-mail: felipetoneli@transpetro.com.br

7.2. Responsável Técnico pela Elaboração e Revisão do PRE

- Nome: Sérgio Moacir da Luz Ferreira - Gerente Setorial de Segurança Operacional
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Telefone: (21) 3227-1763
- E-mail: smoarcirluz@transpetro.com.br

- Nome: Kilder Souza Moraes – Engenheiro de Segurança do Trabalho
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Registro Profissional: CREA-RJ 891015079
- Telefone: (21) 3227-2827
- E-mail: kilder@transpetro.com.br

- Data: _____/_____/_____

- Assinatura: _____

7.3. Responsável pelo Gerenciamento, Coordenação e Implantação do PRE

- Nome: Felipe Toneli Chagas - Gerente Operacional
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Telefone: (21) 3227-5663
- E-mail: felipetoneli@transpetro.com.br

8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA - EOR

A Estrutura Organizacional de Resposta - EOR está preestabelecida, a fim de se formar quando da ocorrência de uma emergência. É compatível com as ações necessárias ao controle destes, em seus vários tipos, dimensões e cenários de emergência, possibilitando ajustes para a ampliação de sua capacidade de ação em função da evolução do acidente ou quando requisitados recursos adicionais, internos ou externos.

O comando das ações iniciais é de responsabilidade do Gerente Operacional.

A Coordenação da Contingência é exercida pelo Gerente Operacional até a chegada do Gerente Geral de Segurança e Contingência da TRANSPETRO.

Ao chegar ao local da emergência, o Gerente Geral de Segurança e Contingência assume a Coordenação reportando-se ao Comando Unificado da Emergência, que é formado pelo Gerente Operacional, Gerente de Segurança e Contingência e Representante(s) da(s) Autoridade(s) Pública(s).

- **Funções**

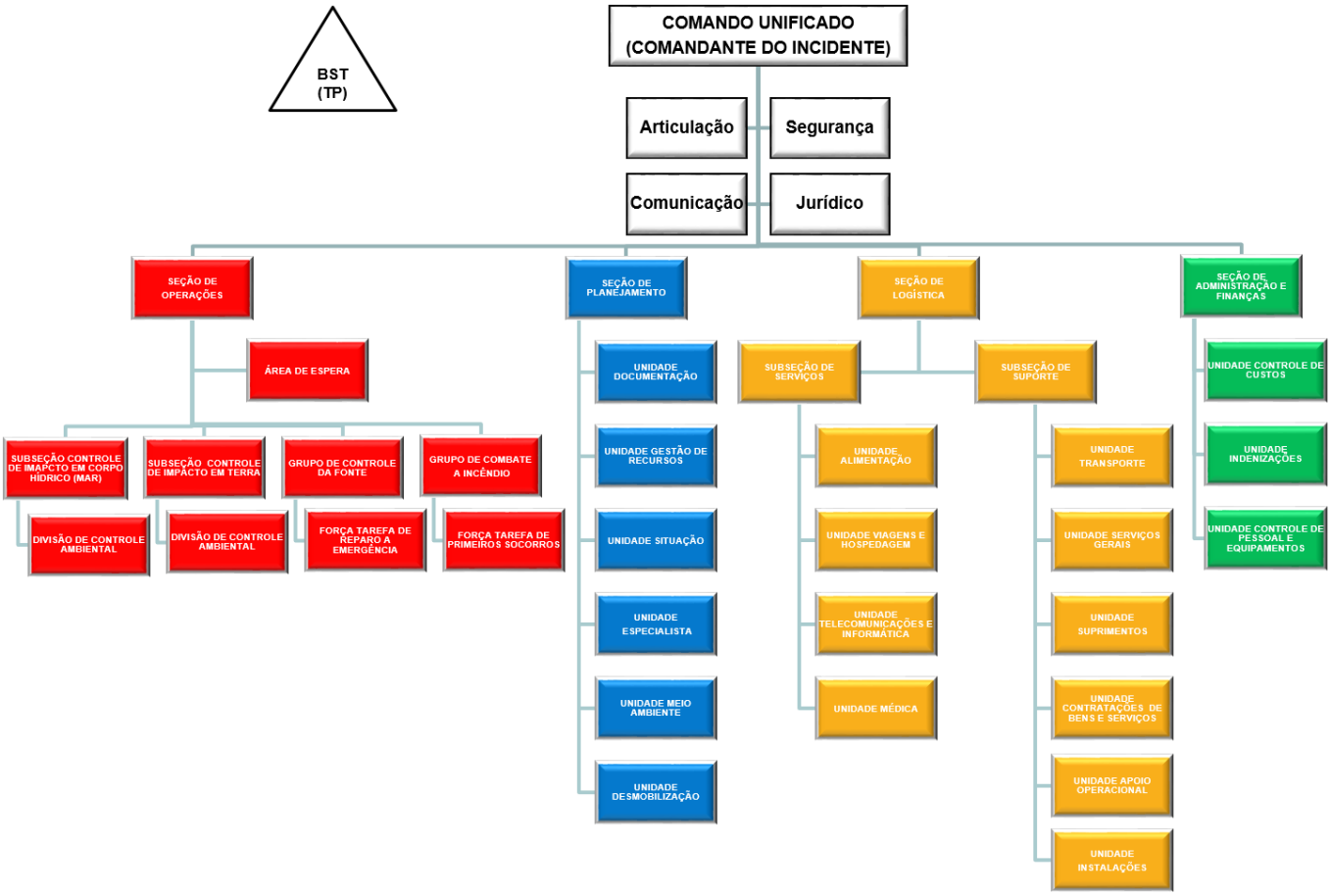
O organograma a seguir apresenta a Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) para atendimento a emergência, suas respectivas funções e a relação entre seus Grupos de Ação.

A composição nominal da EOR, durante a emergência, poderá ser alterada em função da mobilidade de pessoal ou da indisponibilidade momentânea de alguns empregados que, eventualmente, poderão ser convocados para assumir tarefas especiais, inclusive no trato da própria emergência.

- **Atribuições e responsabilidades durante a emergência**

As atribuições e responsabilidades relacionadas aos integrantes da EOR estão disponibilizada no ANEXO D.

A **Estrutura Organizacional de Resposta (EOR)** da TRANSPETRO é apresentada a seguir:



A EOR está distribuída juntamente com lista anexa em formato A4, contendo os nomes e telefones de contato das pessoas que compõem essa estrutura nos seguintes locais:

- Sala do ORBEL I;
- Sala de Reunião 2 do antigo Prédio da Malha;
- Sala de Controle Operacional.

Conforme orientações do DIP TP/DDT/DTNNESE/SE/SEG 31/2019, de 05/02/2019, todas as cópias em locais diferentes do indicado devem ser retiradas e destruídas.

A relação dos integrantes da EOR se encontra no DIP emitido pela Gerência TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS.

8.1 Grupo Especial de Contingência - GEC

Caso seja necessário, o GEC da TRANSPETRO, composto por especialistas em ações de controle e combate a emergências, é convocado pelo Gerente de Segurança e Contingência da TRANSPETRO, ficando vinculado hierarquicamente a Coordenação da Contingência.

9. SISTEMA DE ALERTA

As comunicações de alerta podem ser feitas utilizando-se o ramal interno para Comunicação de Emergência **(8800)**, telefone convencional, telefone celular, rádios transceptores fixos e portáteis e, externamente, através do **Telefone 168.**

Todos os alertas devem ser imediatamente transmitidos ao Operador na Sala de Controle ou de sobreaviso que por sua vez, dará início ao Fluxograma de Comunicação de Situação de Emergência.

Quando o alerta de emergência parte da comunidade interna e/ou externa a operação é paralisada imediatamente. Após a paralisação da operação, ou quando do recebimento do alerta, o Grupo de Reconhecimento é acionado por telefone ou rádio.

Para constatação e reconhecimento das emergências estas podem ser executadas por Técnicos de Operação, Manutenção e Segurança do Trabalho, que deverão estar portando detector de gás para medição da atmosfera, no menor tempo possível, no local da emergência com produto inflamável.

Nas situações de emergência, todos os serviços e operações locais devem ser imediatamente suspensos, atentando-se para os cuidados de segurança operacional nas ações posteriores.

FORMAS DE ALERTA

As formas de alerta são as seguintes:

- Alerta por Controle Operacional;
- Alerta por Comunicação Interna;
- Alerta por Comunicação Externa.

9.1 Alerta por Controle Operacional

A Sala de Controle através do Sistema Supervisório analisa o comportamento das variáveis de processo em tempo real (pressão, vazão, temperatura e densidade), além da diferença de volumes acumulados (DVA).

A Sala de Controle acompanha as evoluções das variáveis de processo, durante as etapas de repouso (duto parado), regime transitório (início e parada do bombeio) e o regime permanente (operação estabilizada), verificando a consistência dos dados e gráficos de tendência.

Verifica a qualquer momento se as variáveis de processo estão de acordo com os limites expressos nos Procedimentos Mútuos de Operação (PMO) para sistema dutoviário.

Na Sala de Controle do CNCL estão disponíveis todos os indicadores, registradores e comandos necessários para controle das operações realizadas, tais como:

- Sistema supervisório iFIX;
- Comandos e indicações do estado das bombas;
- Indicadores de Pressão, Vazão e Temperatura;
- Chaves de Nível para Pressão, Vazão e Temperatura;
- Computadores interligados à rede PETROBRAS (intranet);
- Controle Start/Stop das EMEDs (Estações de Medição);
- Sistema fixo de rádio (interligado ao sistema de gravação digital);
- Monitor do CFTV e joystick para controle das câmeras.

Localizado na Sede da TRANSPETRO, no Rio de Janeiro, o CNCL monitora através do Sistema Supervisório todo o processo de transferência e transporte de Gás, possibilitando paradas de equipamentos, o fechamento e a abertura de válvulas, bem como o controle das variáveis de processo comparando-os com os parâmetros definidos em procedimentos operacionais.

A qualquer anormalidade identificada no Gasoduto, o CNCL comunica ao Sobreaviso da Gerência DTRM, o qual irá ao local para avaliar a situação. Depois de confirmada a anormalidade, o técnico relata ao CNCL e a sua Supervisão, e toma as medidas necessárias para controlar a situação no local, se possível. Caso não for possível, a operação poderá ser interrompida, em comum acordo com o CNCL.
A partir da confirmação da anormalidade, dá-se início ao Fluxograma de Comunicação de Emergência.

Toda comunicação realizada com o CNCL, seja em situação de emergência ou em qualquer outra situação, é gravada automaticamente.

9.2 Alerta por Comunicação Interna

Pode ser através da operação local (intramuros) através de seus Operadores durante inspeções rotineiras e supervisão dos sistemas internos/equipamentos,

As Equipes de Operação, SMS e Segurança Patrimonial, são orientadas a realizar a observações das instalações e da faixa de dutos, com o objetivo de detectar possíveis vazamentos ou qualquer outro tipo de emergência.

Adicionalmente todas as demais pessoas, internas ao Terminal (TECAM) estão orientadas a informar a Sala de Controle Operacional do Terminal **(ramal 8800)** sobre qualquer indício de emergência.

Diariamente, conforme rotina operacional, o Inspetor de Faixas de Dutos realiza inspeção na faixa de dutos terrestre. Em caso de emergência nos Gasodutos, imediatamente, os Inspetores comunicam ao CNCL.

A comunicação interna deve ser registrada conforme Padrões específicos vigentes cuja finalidade é recolher informações para posterior registro no InfoPAE.

Nota: No caso do **Gasoduto GNL**, em seu trecho marítimo, durante as operações de transferência de gás natural comprimido, haverá embarcações de apoio, disponibilizadas pelo Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG), para inspeção do traçado do duto.

Caso seja detectado algum problema, dá-se início ao fluxograma de comunicação de emergência.

Convenções de Alarmes de Emergências

As convenções de alarmes de emergência são estabelecidas, conforme quadro abaixo.

Situação	Tipo de Toque
Teste Semanal	01 toque contínuo de 15 segundos
Início de Emergência	01 toque de 60 segundos
Término de Emergência	02 toques de 15 segundos
Abandono de Área	01 toque de 180 segundos

Em caso de acionamento do alarme as pessoas que não têm função específica na EOR se dirigem ao Ponto de Encontro para aguardar orientações. O controle de pessoas no Ponto de Encontro, bem como a manutenção da ordem e da disciplina é de responsabilidade do Grupo de Monitores da EOR.

Após o acionamento da EOR, as pessoas com função específica devem se dirigir as Salas de Crise previamente definidas e identificada, a fim de facilitar a mobilização e a organização da emergência.

As Salas de Crise se dividem em:

Sala de Comando da Emergência e Logística do Terminal TECAM:

- Sala de Reunião Orbel I;
- Sala de Reunião 2 do antigo Prédio da Malha.
- Sala de Imprensa - Recepção do Terminal TECAM.

Conforme a necessidade da estratégia de combate definida pela EOR, poderá ser deslocado para o local da emergência, um Posto de Comando Avançado para dar suporte às ações desenvolvidas nas diversas Frentes de Combate.

9.3 Alerta por Comunicação Externa

O alerta de detecção de emergência pode ser dado por outras instituições ou pela própria comunidade, principalmente no caso dos dutos, através do **Telefone 168** que são divulgados ao longo de toda a Faixa dos Gasodutos e constam nas placas de sinalização das faixas de dutos.

Estes telefones são atendidos pelos Operadores da Mesa de Atendimento da TIC que, ao identificarem que se trata de emergência, redirecionam a chamada para o COTUR do CNCL, localizado na Sede da TRANSPETRO no Rio de Janeiro.

10. RECONHECIMENTO DA EMERGÊNCIA

O reconhecimento da emergência deve ser realizado pelo Grupo de Reconhecimento da EOR, considerando as seguintes atribuições:

a) Identificar o local da emergência e pontos de referência;
b) Avaliar a extensão da emergência;
c) Definir rota de acesso ao local da emergência;
d) Informar o tipo de emergência (vazamento, incêndio, etc.);
e) Identificar o (s) equipamento (s) envolvido(s);
f) Verificar a existência e número de vítimas;
g) Avaliar os riscos envolvidos;
h) Avaliar as condições ambientais presentes no local da emergência;
i) Dar retorno imediato ao COTUR do CNCL.

11. COMUNICAÇÃO DA EMERGÊNCIA

11.1 Fluxograma de Comunicação de Emergência

A comunicação do acidente deve seguir no âmbito interno e para as autoridades públicas diretamente ligadas as atividades da Unidade Operacional. O Fluxo de Comunicação de Situação de Emergência tem como premissa básica o tempo máximo de 20 minutos para a informação chegar ao Presidente da TRANSPETRO.

As pessoas devem ser comunicadas na ordem de prioridade definida no Fluxograma de Comunicação de Ocorrências. Não conseguindo contato, a pessoa subsequente deve ser imediatamente comunicada.

O caminho da intranet é:

http://portalpetrobras.petrobras.com.br/PetrobrasPortal/appmanager/portal/desktop?_nfpb=true&_pageLabel=petr_generico_avancado_generico_menu_transp_dserv&idConteudo=generico_menu_008855&areaAtual=transp_dserv

Informações mínimas necessárias para informe no Fluxo de Comunicação de ocorrências:

- Caracterização da emergência;
- Data e horário da emergência;
- Localidade;
- Descrição do ocorrido com as informações disponíveis no momento;
- Número e situação das vítimas, quando houver;
- Ações tomadas de imediato.

A Comunicação Inicial será feita imediatamente ao Órgão Ambiental Estadual e ANP, no caso de incêndio, explosão, vazamento de gás e incidente de poluição por óleo, por meio de formulário específico, conforme modelo disponível no **ANEXO B**.

Nota: No Caso do **GASDUC II e ROTA 2**, qualquer ocorrência que afetar as Unidades de Conservação do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) também será comunicado, além do Órgão Ambiental Estadual e ANP, conforme modelo disponível no **ANEXO B**.

Posteriormente à comunicação do acidente, a Gerência Operacional tem um prazo legal de 30 dias para enviar à ANP o Relatório Detalhado de Incidente, de acordo com o Art. 3º da Resolução nº 44/2009 da ANP. As informações relacionadas ao teor do relatório podem ser acessadas no endereço: http://www.anp.gov.br/leg/legislacao.asp. O modelo de formulário de relatório encontra-se disponível também no Sistema InfoPAE.

Deve-se comunicar também ao Órgão Regional do Ministério do Trabalho e Emprego (Setor de Segurança e Saúde do Trabalho) e ao Sindicato da Categoria Profissional predominante no estabelecimento a ocorrência de vazamento, incêndio ou explosão envolvendo inflamáveis e líquidos combustíveis que tenha como consequência qualquer das possibilidades a seguir:

a) morte de trabalhador (es);
b) ferimentos em decorrência de explosão e/ou queimaduras de 2º ou 3º grau, que implicaram em necessidade de internação hospitalar;
c) acionamento do Plano de Resposta a Emergências que tenha requerido medidas de intervenção e controle.

A comunicação deve ser encaminhada até o segundo dia útil após a ocorrência e deve conter:

a) Nome da empresa, endereço, local, data e hora da ocorrência;
b) Descrição da ocorrência, incluindo informações sobre os inflamáveis, líquidos combustíveis e outros produtos envolvidos;
c) Nome e função da vítima;
d) Procedimentos de investigação adotados;
e) Consequências;
f) Medidas emergenciais adotadas.

No caso de necessidade de comunicação formal da emergência a outras instituições públicas e/ou externas, poderão ser utilizados outros meios de comunicação, conforme seja aplicável. As entidades externas a serem comunicadas e/ou acionadas de acordo com a situação são:

- Corpo de Bombeiros;

- Defesa Civil;
- Prefeituras;
- Polícia Militar;
- Polícia Rodoviária;
- Polícia Federal;
- Outras instituições direta ou indiretamente relacionadas à emergência (exemplo: PAM – Plano de Auxílio Mútuo).

Os telefones de contatos das entidades externas estão relacionados no DIP emitido pela **TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS** com a relação de contatos do Fluxo de Comunicação e Estrutura Organizacional de Resposta (EOR)**.**

Os acidentes ambientais, incidentes de poluição por óleo e demais acidentes envolvendo produto (s) perigoso (s), e outros que tenham sua comunicação exigida no processo de licenciamento ou autorização ambiental, dos empreendimentos ou atividades licenciadas ou autorizadas pelo IBAMA devem ser comunicados via Sistema Nacional de Emergências Ambientais - SIEMA, conforme previsto na Instrução Normativa nº 15 de 06 de outubro de 2014. Caso o sistema esteja inoperante, esta comunicação deve ocorrer, encaminhando a comunicação via e-mail para: emergenciasambientais.sede@ibama.gov.br.

Encontram-se distribuídos estrategicamente pelo Terminal - TECAM, quadros contendo o Fluxograma de Comunicação de Ocorrências, cuja finalidade é tornar este processo mais ágil e eficaz.

O Administrador do Plano é responsável pelo controle dos quadros e atualização do Fluxograma de Comunicação de Ocorrências. Estes quadros e os telefones de contato estão localizados:

- Sala do ORBEL I;
- Sala de Reunião 2 do antigo Prédio da Malha;
- Sala de Controle Operacional.

Todas as comunicações relacionadas à emergência devem estar de acordo com as diretrizes do Guia de Comunicação de Crise da PETROBRAS.

11.2 Gestão de Comunicação de Crise

Todas as comunicações relacionadas à emergência na Gerência DTRM devem estão de acordo com as diretrizes do Guia de Comunicação de Crise da PETROBRAS que pode ser encontrado no padrão DI-1PBR-00301 (Guia de Comunicação de Crise).

O objetivo do sistema de Comunicação de Crise é estabelecer processos de comunicação entre as áreas envolvidas em momentos de crise, de forma a gerar posicionamentos oficiais (notas e/ou comunicados) para o público externo e interno, com o objetivo de reduzir ao máximo e/ou eliminar o impacto negativo da ocorrência sobre a imagem da Companhia.

O sistema de Comunicação de Crise e o Fluxograma de Comunicação de Emergência devem ser acionados simultaneamente, sempre que for reconhecida uma situação de crise, que estará caracterizada todas as vezes que uma situação de emergência for reconhecida.

O sistema de Comunicação de Crise não substitui ou elimina o Plano de Resposta de Emergência e o Fluxograma Básico de Comunicação.

12. ACIONAMENTO DA EOR

A Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) é estabelecida pelo Gerente Operacional a partir da confirmação da emergência, sendo suas funções acionadas conforme a magnitude da emergência.

No DIP emitido pela Gerência **TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS** deste Plano de Resposta a Emergência se encontra disponível a Estrutura Organizacional de Resposta, bem como a relação com o nome de todos os elementos constitutivos, contendo o telefone de contato, inclusive dos suplentes designados para chefiar as seções da estrutura e as funções dos integrantes da EOR.

13. CENÁRIO DE EMERGÊNCIA

13.1 Vazamentos / Incêndio / Explosão

Os cenários de emergência relacionados foram identificados através de Estudo de Análise de Risco - EAR, vigente para a Gerência DTRM, elaborado por equipe multidisciplinar das Gerências Operacionais, e apresenta eventos significativos ocorridos nas instalações relacionados a Incêndio, Explosão e Vazamento.

O EAR será atualizado sempre que houver uma mudança significativa na instalação, processo, atividades, sistemas, produtos e materiais ou na periodicidade definida no Padrão correspondente.

Os cenários de emergência para vazamentos, incêndio e explosão de cada instalação compreendida neste Plano estão descritas nas respectivas pastas específicas em **ANEXO**:

- Anexo 1.0 - GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC
- Anexo 2.0 - GNL - Gasoduto Píer de GNL-Campos Elíseos
- Anexo 3.0 - GASCAB I, II, III e Enchovão (Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas)
- Anexo 4.0 - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)
- Anexo 5.0 - Gasoduto Guapimirim COMPERJ (GASERJ)
- Anexo 6.0 - Gasoduto Rota 3 (Maricá) - Trecho Terrestre

Nota: Além de danos às pessoas, eventuais cenários acidentais a partir dos dutos podem também gerar danos à vegetação do entorno (incêndio florestal). Nestes casos, as ações de resposta estão estabelecidas no Item 14.4.

A tabela com cenários típicos e estratégias para as instalações dos Gasodutos, encontra-se no **ANEXO K**.

13.2 Outros Cenários

Estão relacionados no tópico Procedimentos de Resposta deste PRE (subitem 14.4.3 Recuperação de Receptores Impactados, alínea **a**), além das ações para respostas à emergência.

Estes cenários foram identificados através da técnica de análise de risco APR, conforme **ANEXO J.**

14. OBJETIVOS DA RESPOSTA, ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS

14.1. Objetivos da Resposta

As estratégias de reposta têm como objetivo definir o melhor conjunto de ações para controlar e extinguir as situações de emergência, no menor espaço de tempo possível, protegendo as pessoas, mitigando os danos ao meio ambiente e ao patrimônio próprio ou de terceiros, bem como reduzir a quantidade de produto vazado.

14.2. Informações para Estratégias de Resposta

As informações relevantes para subsidiar o planejamento das estratégias de respostas referentes aos cenários de emergência, considerando as distâncias de interesse, população potencialmente afetada, edificações com ocupação intensiva e as áreas vulneráveis, encontram-se descritas neste Plano e no Estudo de Análise Riscos da Instalação.

14.2.1 Segurança às Pessoas (Fora da Instalação)

a) Distâncias de Interesse

As distâncias de interesse relacionadas aos cenários acidentais identificados nos Estudos de Análise de Riscos dos Gasodutos - EARs, estão apresentadas nos respectivos **ANEXOS** referenciados no item 13.1 - Distâncias correspondentes aos maiores Alcances Vulneráveis - 1%.

Para efeito de dimensionamento de recursos e procedimentos de resposta a emergência são considerados os maiores alcances vulneráveis dos cenários de pequenos e grandes vazamentos estimados no Estudo de Análise de Riscos da instalação.

Estas distâncias visam subsidiar as ações de isolamento/evacuação de público interno e externo no âmbito do PRE, de acordo com os eventos possíveis de ocorrer. Assim sendo, é recomendado que nos primeiros momentos de um eventual vazamento de Gás Natural, proceda-se o isolamento para as distâncias estimadas.

b) População Potencialmente Afetada

As populações potencialmente afetadas pelos cenários acidentais são aqueles presentes no raio de alcance das distâncias de interesse destes cenários, sendo, por isso, consideradas no cálculo dos riscos social e individual para cada Instalação abaixo identificada:

- **GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC**

O Gasoduto atravessa oito (08) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. Os dutos passam pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios, estradas e, em alguns pontos, núcleos populacionais.

Municípios da Faixa do GASDUC II

Município	Área (km²)	População	Ext. no Município (Km)
Macaé	1.216,85	206.728	24,2
Rio das Ostras	230,6	122.196	15,4
Casimiro de Abreu	462,98	41.167	27,0
Silva Jardim	938,34	21.349	34,9
Cachoeiras de Macacu	955,8	54.770	36,8
Guapimirim	356,6	57.105	12,5
Magé	385,7	244.334	25,4
Duque de Caxias	464,6	873.921	2,5

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região foram definidas as áreas de influência, sendo a Área de Influência Direta, 400 metros para cada lado do eixo central da faixa de domínio e a Área de Influência Indireta, os municípios atingidos pelo traçado. Para a estimativa do número de pessoas foram consideradas as seguintes premissas:

- **Residência:** 4 pessoas, com base na média de moradores por domicílio particular permanente, para os municípios onde há presença de população, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Censo Demográfico 2010 (disponível no site www.ibge.com.br) conforme apresentado no quadro abaixo:

Média de Moradores por Domicílio Particular Permanente

Município	Média (pessoa/domicílio)
Macaé	3,48
Rio das Ostras	3,45
Casimiro de Abreu	3,51
Silva Jardim	3,61
Cachoeiras de Macacu	3,50
Guapimirim	3,57
Magé	3,4
Duque de Caxias	3,3
Média	3,48

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os núcleos populacionais significativos encontrados ao longo da faixa do gasoduto estão apresentados no **ANEXO 1.6-C - Hipóteses Acidentais - Aglomerados Humanos Significativos.**

Duque de Caxias

Duque de Caxias é uma cidade componente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, situada na Baixada Fluminense. O município limita-se ao Norte com Petrópolis e Miguel Pereira; ao Leste com a Baía da Guanabara e Magé; ao Sul com a cidade do Rio de Janeiro e ao Oeste com São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu. Caxias possui clima quente, porém, os 3º e 4º distritos (Imbariê e Xerém) têm temperatura amena em virtude da área verde e da proximidade da Serra dos Órgãos.

Economicamente, apresenta um grande crescimento nos últimos anos, sendo a indústria e o comércio as principais atividades. Há cerca de 809 indústrias e 10 mil estabelecimentos comerciais instalados no município. Segundo o IBGE, o município de Duque de Caxias registra o sexto maior PIB (Produto Interno Bruto 1999 - 2002) no *ranking* nacional e o segundo maior do Estado do Rio de Janeiro, em um total de 14,06 bilhões de reais. A cidade ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação de ICMS do Estado, perdendo somente para a capital. No município está localizada a REDUC, um Polo Gás-Químico e contará com uma usina termelétrica.

Os principais segmentos industriais são: químico, petroquímico, metalúrgico, gás, plástico, mobiliário, têxtil e vestuário.

Magé

Localiza-se a uma latitude 22º39'10" Sul e a uma longitude 43º02'26" Oeste, estando a uma altitude de 5 metros. Sua população estimada em 2000 era de 205.830habitantes. Possui uma área de 386,61 km² e pertence à mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro.

Guapimirim

Localiza-se a uma latitude 22º32'14" sul e a uma longitude 42º58'55" oeste, estando a uma altitude de 48 metros. Os municípios limítrofes a Guapimirim são Petrópolis e Teresópolis (Norte:), Itaboraí (Sul), Cachoeiras de Macacu (Leste) e Magé (Oeste). Está 60km distante da capital e tem como principais atividades econômicas o comércio em Geral, a indústria, a agropecuária e o turismo.

Cachoeiras de Macacu

Localiza-se a uma latitude 22º27'45" sul e a uma longitude 42º39'11" oeste, estando a sede do município a uma altitude entre 50 e 57 metros. É atravessado pelo Rio Macacu, o maior rio que deságua na Baía de Guanabara, tanto em extensão quanto em volume d'água. Sua economia baseia-se na agricultura (principalmente coco, goiaba, inhame, mandioca, milho) e a pecuária bovina.

Silva Jardim

Localiza-se 35 metros acima do nível do mar. Sua população estimada em 2005 era de 23.222 habitantes. Faz divisa com os municípios de Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Araruama.
Atualmente, a sua base econômica está centrada no setor primário, com ênfase na pecuária, apresentando pouca expressão no setor terciário (comércio e serviços), sendo que o turismo, mais precisamente o ecoturismo tem se mostrado uma atividade promissora, desenvolvendo-se mais na região da lagoa de Juturnaíba e na vila de Aldeia Velha, conhecida também pelo nome de Quartéis.

Casimiro de Abreu

Possui uma área de 462,98 km² subdividida nos distritos de Casimiro de Abreu (sede), Barra de São João, Professor Souza e Rio Dourado.

Na parte serrana do município, encontram-se os povoados de Barra do Sana, Cascata e São Romão, subindo pela rodovia RJ-142, bem como Quartéis ou Aldeia Velha, situada a 8 km da BR-101 e da portaria da Reserva Biológica Poço das Antas, por uma estrada de não pavimentada. A sede localiza-se as margens da BR-101, principal rodovia do norte do Estado do Rio de Janeiro.

Rio das Ostras

Localiza-se na Região dos Lagos, a uma latitude 22º31'37" sul e a uma longitude 41º56'42" oeste, estando a uma altitude de 4 metros. Dotado de belas praias, tem recebido altos investimentos aplicáveis em infraestrutura provenientes dos *royalties* cedidos pela PETROBRAS na área em questão.

A construção da Rodovia Amaral Peixoto e a expansão turística da Região dos Lagos pela instalação da PETROBRAS em Macaé, foram de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento de Rio das Ostras, que viu sua população crescer até chegar ao momento de sua emancipação político-administrativa, do município de Casimiro de Abreu, em 1992.

Macaé

Macaé pertence à Região Norte Fluminense, que também abrange os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. O município tem uma área total de 1.216 quilômetros quadrados, correspondentes a 12,5% da área da Região Norte Fluminense. O município está dividido em seis distritos - Sede, Cachoeiros de Macaé, Córrego do Ouro, Glicério, Frade e Sana.

Macaé está localizada a uma latitude de -22º37'08" e longitude de -41º78'69" e faz divisa com as cidades de Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabu, ao Norte; Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, ao Sul; Trajano de Moraes e Nova Friburgo, a Oeste; e com o Oceano Atlântico, a Leste.
Com uma economia que cresceu muito nos últimos vinte anos. Macaé é uma cidade em ebulição. Por conta do desenvolvimento da indústria do Gás Natural e gás. A cidade hoje é bem diferente da vila de pescadores dos anos 70.

O crescimento da indústria do Gás Natural provocou o aumento populacional, com a chegada de gente de todo o país e do mundo para trabalhar em Macaé. A população triplicou – são mais de 200 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE, estimativa feita com base no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dez por cento da população é de estrangeiros. O município é responsável por 85% da produção de Gás Natural e 47% da produção de Gás Natural do país.

- **GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos**

O Gasoduto atravessa dois (02) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. Os dutos passam pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios, estradas e, em alguns pontos, núcleos populacionais.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto GNL

Município	Km Inicial	Km Final	Ext. Município (Km)
Magé	0,000	2,670	2,8
Duque de Caxias	2,670	5,149	5,2

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região foram definidas as áreas de influência, sendo a Área de Influência Direta, 400 metros para cada lado do eixo central da faixa de domínio e a Área de Influência Indireta, os municípios atingidos pelo traçado. Para a estimativa do número de pessoas foram consideradas as seguintes premissas:

- **Residência:** 4 pessoas, com base na média de moradores por domicílio particular permanente, para os municípios onde há presença de população, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Censo Demográfico 2010 (disponível no site www.ibge.com.br) conforme apresentado no quadro abaixo:

Média de Moradores por Domicílio Particular Permanente

Município	Total	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural
Magé	3,5	3,5	3,6
Duque de Caxias (Distrito Campos Elíseos)	3,6	3,6	-x-
Média	**3,6**	**3,6**	**-x-**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os núcleos populacionais significativos encontrados ao longo da faixa do gasoduto estão apresentados na **Matriz de Ocupação Humana**, conforme **ANEXO 2.5-D.**

c) Perfil Socioeconômico

A caracterização das comunidades, na área de influência de cada Instalação, está apresentada no item 14.2.1 Segurança das Pessoas (Fora da Instalação), alínea B.

d) Organização Social das Comunidades

A caracterização das comunidades, na área de influência de cada Instalação, está apresentada no item 14.2.1 Segurança das Pessoas (Fora da Instalação), alínea B.

e) Edificações com Ocupação Intensiva

São consideradas edificações com ocupação intensiva aquelas com capacidade para agregar simultaneamente grande número de pessoas, como por exemplo, escolas, faculdades, creches, shopping centers, terminais rodoviários, terminais ferroviários, aeroportos, clubes, ginásios, templos religiosos etc.
Em uma situação de emergência as edificações que se encontrem dentro do raio de alcance dos cenários acidentais previstos para esse PRE, incluindo as com ocupação intensiva, devem ser evacuadas.

Consultar o item 14.2.1 Segurança às Pessoas (Fora da Instalação), alínea B.

f) Edificações para o Deslocamento da População

Para as situações de emergência que possam afetar comunidades próximas aos Gasodutos, caberá ao órgão público competente à coordenação da evacuação e a definição dos locais destinados a abrigar pessoas evacuadas, que normalmente ocorrerá na sede dos municípios mais próximos; neste caso poderão ser utilizadas escolas, pousadas, hotéis, entre outros.

GASODUTO LULA NE–CABIÚNAS – ROTA 2

O Gasoduto atravessa um (01) município no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. O duto passa pelo município atravessando na sua maior parte de reserva ambiental, estradas e, em um (01) núcleo populacional.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto GNL

Município	Km Inicial	Km Final	Ext. Município (Km)
Macaé	0,000	4,100	4,100

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região realizou-se uma avaliação detalhada e precisa dos dados populacionais de modo a se representar da forma mais real possível os resultados de risco social. Os dados populacionais residenciais da localidade em estudo foram obtidos utilizando-se os setores censitários abrangidos pela região, conforme figura abaixo:



A tabela a seguir, apresenta os dados do número de domicílios e respectivo número de residentes para cada setor da região:

Municípios Atravessados pelo Gasoduto Lula NE – Cabiúnas (Rota 2)

Código do Setor	Município	Distrito	Bairro	Domicílios Particulares e Coletivos	Pessoas Residentes	Média
330240305030002	Macaé	Macaé	Lagomar	235	665	2,8
330240305030023	Macaé	Macaé	Lagomar	245	795	3,2
330240305030024	Macaé	Macaé	Lagomar	240	792	3,3
330240305030025	Macaé	Macaé	Lagomar	345	1013	2,9
330240305030026	Macaé	Macaé	Lagomar	146	464	3,2
330240305030029	Macaé	Macaé	Lagomar	237	763	3,2
330240305030034	Macaé	Macaé	Lagomar	145	481	3,3
330240305030035	Macaé	Macaé	Lagomar	211	684	3,2

Fonte: Reavaliação dos Riscos do Trecho Terrestre do Gasoduto Iracema - Cabiúnas

GASODUTO GUAPIMIRIM COMPERJ (GASERJ)

O Gasoduto atravessa três (03) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. O duto passa pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios e estradas.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto GASERJ

Município	Km Inicial	Km Final	Área	População	Densidade Demográfica (hab/km²)
Guapimirim	00+000	03+020	360	51.483	142,70
Cachoeiras de Macacu	03+020	09+430	953	54.273	56,90
Itaboraí	09+430	11+113	430	218.008	506,55

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

- **GASODUTO ROTA 3 (MARICÁ) – TRECHO TERRESTRE**

O Gasoduto atravessa dois (02) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. O duto passa pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios e estradas.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto Rota 3

Município	Km Inicial	Km Final
Maricá	0,000	22+200
Itaboraí	22+200	47+678

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região realizou-se uma avaliação detalhada e precisa dos dados populacionais de modo a se representar da forma mais real possível os resultados de risco social. Os dados populacionais residenciais da localidade em estudo foram obtidos utilizando-se os setores censitários abrangidos pela região, conforme **Anexo 6.1**.

14.2.2 Segurança às Pessoas (na Instalação)

a) Distâncias de Interesse

As distâncias de interesse relacionadas aos cenários acidentais identificados nos Estudos de Análise de Riscos dos Gasodutos - EAR, estão apresentadas nos respectivos ANEXOS referenciados no item 13.1- Distâncias correspondentes aos maiores Alcances Vulneráveis - 1%.

Para efeito de dimensionamento de recursos e procedimentos de resposta a emergência, são considerados os maiores alcances vulneráveis dos cenários de pequenos e grandes vazamentos estimados no Estudo de Análise de Riscos da instalação.

Estas distâncias visam subsidiar as ações de isolamento/evacuação de público interno e externo no âmbito do PRE, de acordo com os eventos possíveis de ocorrer. Assim sendo, é recomendado que nos primeiros momentos de um eventual vazamento de Gás Natural, proceda-se o isolamento para as distâncias estimadas.

Em caso de emergência deverão ser desocupadas, permanecendo no local somente as equipes de combate, quando possível.

b) Trabalhadores Potencialmente Afetados (Abrigados e não Abrigados)

Tanto para o público interno quanto para o externo o estudo considerou as seguintes probabilidades de fatalidade por evento acidental:

Incêndio em nuvem (flash fire): Considerou-se que na área ocupada pelo envelope do incêndio em nuvem (flash fire) até o LII, o nível de radiação corresponde a uma probabilidade de 100% de letalidade para pessoas abrigadas

e não abrigadas. Uma característica típica do incêndio em nuvem é que ele pode “envelopar” uma pessoa. Assim, assumiu-se que haverá no máximo uma fatalidade devido a este evento até o limite da faixa correspondente ao LII.

Efeitos de Radiação térmica: Segundo o Purple Book (TNO, p. 5.7,1999), assume-se que as pessoas *indoors* (abrigadas) estarão protegidas contra o calor da radiação até que a edificação pegue fogo. O ponto inicial para a ignição de edificações é de 35 kW/m², e se a edificação estiver em chamas, assume-se que todas as pessoas dentro irão morrer. Portanto, não há fator de proteção para radiações maiores do que 35 kW/m². O número de fatalidades de pessoas *outdoors* (não abrigadas) irá variar conforme o nível de radiação térmica alcançado. De acordo com o EAR da instalação, de acordo com o evento, os níveis de radiação térmica podem chegar a 35 kW/m² ou até mesmo ultrapassar tal valor.

Uma relação entre os níveis de radiação térmica e efeitos que podem ser observados está apresentada no quadro abaixo:

Nível de radiação térmica e efeitos observados

Nível de radiação térmica (kW/m²)	Efeitos observados
1,0 a 1,6	Radiação suportável sem o uso de roupas protetoras.
4,0 a 5,0	Radiação suportável com o uso de roupas protetoras. Mal estar.
12,5	Radiação que provoca queimaduras não letais. Perigo à vida e à saúde. Fusão de tubulações plásticas. Ignição de roupas.
37,5	Radiação que provoca queimaduras letais. Perigo à vida. Dano aos equipamentos industriais.

Fonte: CETESB

As instalações compreendidas pelos Gasodutos não possuem trabalhadores fixos. O número destes trabalhadores é flutuante podendo vir a aumentar dependendo da quantidade de visitantes na instalação ou manutenção programadas.

c) Período de Trabalho (Abrigados e não Abrigados)

O Gasoduto é operado remotamente pelo Centro Nacional de Controle e Logística - CNCL e a manutenção é realizada pelos técnicos da Gerência DTRM em regime administrativo, porém este número de trabalhadores é flutuante, pois instalações compreendidas pelos Gasodutos não possuem trabalhadores fixos, conforme identificado no item 14.2.2, alínea B - Trabalhadores Potencialmente Afetados (Abrigados e não Abrigados).

14.2.3 Ambiental

a) Volume Vazado em Potencial

O volume de Gás Natural contido nas tubulações e equipamentos é estimado pelo CNCL conforme as condições operacionais no período. A estimativa do volume vazado pode ser obtida através de contato com TP/DDT/COICM/LCI/PMQ/PROG.

b) Áreas Vulneráveis (Região Geográfica, Hidrografia, Sensibilidade Ambiental)

Segundo a FISPQ do Gás Natural, a substância não é considerada passível de causar danos à vida aquática, não sendo observados efeitos sobre organismos aquáticos. O Gás Natural também não é passível de causar danos ao solo, não sendo observados efeitos sobre organismos do solo.
Porém em caso de incêndio que cause danos ambientais, a Gerência de Segurança e Contingência e Gerência de Segurança, Meio Ambiente e Saúde devem consensar com o Órgão Ambiental, a técnica adequada para subsidiar a estratégia de recuperação dos ecossistemas.

c) Condições Climáticas (Marés, Vento, Corrente, Sol, Chuva)

Avaliar a emergência considerando as **condições meteorológicas** reinantes no local (direção dos ventos, chuvas, etc.). Consultar o EAR da instalação disponível na rede interna da empresa.

d) Período de Realização de Resposta (dia ou noite)

A primeira resposta a emergência, será dada pela equipe que estiver em regime de turno/sobreaviso, podendo contar com o reforço da brigada de incêndio que se encontra em horário administrativo. Já no período noturno, a resposta será dada pela equipe que estiver trabalhando e, caso necessário, serão convocados outros membros da EOR.

14.2.4 Segurança às Instalações

a) Efeitos Diretos (Distâncias de Interesse e Instalações)

Os parâmetros para análise de danos materiais, decorrentes de radiações térmicas foram obtidas na referência *Purple-Book TNO* para instalações de superfície.

Os materiais críticos de análise são madeira, material sintético, vidro e aço. Os dois primeiros são combustíveis e podem levar a incêndios secundários. O vidro, apesar de não ser combustível, pode quebrar sob efeito de mudança de temperatura. O aço, não protegido para temperaturas elevadas, também não é combustível, mas a resistência e dureza reduzem quando a temperatura aumenta, podendo levar a uma falha estrutural.

Os danos materiais devido ao calor de radiação térmica podem ser diferenciados em dois níveis:

Danos nível 1: ignição da superfície exposta e sua quebra ou outro tipo de falha estrutural (colapso).

Danos nível 2: descoloração da superfície do material, descascamento da pintura e/ou deformação dos elementos estruturais.

A radiação térmica necessária para atingir o dano nível 1 é mais alta que a necessária para o dano nível 2.
No caso de instalações industriais, os equipamentos de processo, de armazenamento ou dutos de transporte de produtos perigosos são normalmente de aço, material de interesse para este estudo. A falha estrutural de um destes pode levar a acidentes secundários do acidente inicial (efeito dominó).

O quadro abaixo apresenta valores de radiação críticos para materiais avaliados pelo TNO, válido para um tempo de exposição superior a 30 minutos.

Valores Críticos de Radiação Térmica por Tipo de Material

Material	Intensidade de Radiação Crítica (kW/m2)	
	Danos Nível 1	Danos Nível 2
Madeira	15	2
Material sintético	15	2
Vidro	4	-
Aço	100	25

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

b) Efeito Dominó (Distância de Interesse e Instalações)

Com base em todas as informações levantadas pelos Estudos de Análise de Riscos - EAR, conclui-se que a possibilidade de ocorrência de efeito dominó não é esperada para instalações vizinhas aos Gasodutos.

14.2.5 Análise de Vulnerabilidade

Define-se ponto notável como um elemento que pode interferir na integridade da Instalação ou ser impactado pelos efeitos físicos decorrentes de eventual incidente, sendo assim, a caracterização da região sob influência de cada Instalação considerou os pontos notáveis listados abaixo:

- **GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC**

Pontos Notáveis

Km	Cruzamento / Travessia	Município
8 + 000m	Cabal Água Azul	Macaé
8 + 600m	Rio Macaé	Macaé
8 + 650m	Canal Virgem Santa	Macaé
37 + 000m	Linha de Transmissão de Furnas	Macaé
37 + 400m	Ferrovia Centro Atlântica	Macaé
65 + 800m	Rio Aldeia Velha	Casimiro de Abreu
75 + 000m	Linha de Transmissão de Furnas	Silva Jardim
81 + 300m	Rio São João	Silva Jardim

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

- **GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos**

a) Rodovias

Os principais cruzamentos que podem, de alguma forma, afetar ou sofrer os efeitos de acidentes ocorridos no Gasoduto são as rodovias não pavimentadas nos pontos: 0,519 km; 2,307 km; 3,060 km.

b) Travessias de Cursos D'Água/Corpos D'Água

O trecho submarino do Gasoduto possui aproximadamente 11 km, iniciando no Píer e percorrendo a Baía de Guanabara até a chegada na praia de Mauá.

No trecho terrestre o duto atravessa o Rio Estrela, localizado no km 2,670 e o Canal do Coelho no km 4,920.

c) Compartilhamento de Faixa

O Gasoduto foi instalado em faixa nova por cerca de 2 km. Nos 3 km restantes, segue em faixa existente dos dutos de Cabiúnas-REDUC, até atingir a área da estação de Campos Elíseos.

No **Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa**, constante no **ANEXO 2.6**, apresenta os diferentes arranjos de configurações de compartilhamento ao longo do seu traçado e larguras das faixas.

Vale ressaltar, que no trecho onde o duto segue em faixa existente (20 m), foi feita a ampliação da faixa para 70 metros.

d) Linhas de Transmissão

Ao longo do traçado do Gasoduto não foram identificados pontos de cruzamento com linhas de transmissão elétrica.

e) Outros Pontos Notáveis

Vide **ANEXO 2.5-E**.

- **GASCAB I - Gasoduto Estação Barra do Furado - Cabiúnas**

O GASCAB I possui uma extensão de 67,628 km e aproximadamente 10.000 m³ de volume e transfere gás natural oriundo das plataformas marítimas do Polo Sul e Polo Norte que chegam a Barra do Furado até o Terminal de Cabiúnas (TECAB). Além disso possui: diâmetro nominal de 18”, vazão nominal de projeto de **5.400 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 80 bar, temperatura de operação de 28°C e 4 válvulas de bloqueio.

No GASCAB I, existem quatro válvulas de bloqueio de 18” automáticas (Valve Thru Conduit- VTC), cada uma com by-pass de 6” dotado de duas válvulas de bloqueio. Em média suas válvulas de bloqueio são distanciadas entre si por 16,80 km de duto.

- **GASCAB II - Gasoduto Estação Barra do Furado-Cabiúnas**

O GASCAB II possui uma extensão de 67,710 km e aproximadamente 12.500 m³ de volume e interliga a Plataforma Marítima de Namorado I, escoando o gás natural das plataformas da UN-BC até Cabiúnas. Além disso possui: diâmetro nominal de 20”, vazão nominal de projeto de **11.000 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 102 bar, temperatura de operação de 28°C e 6 válvulas de bloqueio.

No GASCAB II, existem quatro válvulas de bloqueio de 20” automáticas (Válvulas Esfera - VES) de passagem plena, cada uma com by-pass de 4” dotado de duas válvulas de bloqueio. Além dessas válvulas, existem duas válvulas de retenção que foram instaladas como resultado de Análise de Risco realizada anteriormente. Essas duas válvulas de retenção, aliadas às VES-03 e VES-04, têm a função de isolar os trechos entre as cidades de Carapebus e Quissamã em caso de sinistro nos gasodutos. Em média suas válvulas de bloqueio são distanciadas entre si por 16,85 km de duto (não estão nesse cálculo as válvulas de retenção).

- **GASCAB III - Gasoduto Estação Barra do Furado - Cabiúnas**

O GASCAB III possui uma extensão de 67,500 km e 15.068 m³ de volume e transporta o gás natural proveniente do Garoupão até o TECAB. Além disso, possui: diâmetro nominal de 22", vazão nominal de projeto de **10.500 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 130 bar, temperatura de operação de 28°C e 6 Válvulas de bloqueio.

No GASCAB III, existem quatro válvulas de bloqueio de 22" automáticas (Válvulas Esfera - VES), cada uma com by-pass de 8" dotado de duas válvulas de bloqueio, e duas válvulas de retenção. Em média suas válvulas de bloqueio são distanciadas entre si por 16,85 km de duto (não estão nesse cálculo as válvulas de retenção).

- **Enchovão - Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas**

O Enchovão tem um trecho de apenas 5 km e aproximadamente 700 m³ de volume sob responsabilidade da TRANSPETRO, entre a válvula localizada na Praia de Cabiúnas (SDV-01) e o TECAB. Este duto destina-se a transferir o gás natural proveniente da Plataforma de Enchova até o TECAB. Além disso possui: diâmetro nominal de 18", comprimento de 5.000m, vazão nominal de projeto de **6.500 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 95 bar, temperatura de operação de 28°C e 1 válvula de bloqueio.

Como o trecho Gasoduto Enchovão sob responsabilidade da TRANSPETRO é pequeno, existe apenas uma válvula de bloqueio - SDV-01 (Shut Down Valve) - localizada na Praia de Cabiúnas.

- **Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)**

O Projeto Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) consiste na ampliação da infraestrutura de escoamento do gás oriundo das áreas produtoras do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, através da instalação de um gasoduto tronco interligando as áreas produtoras a UTGCAB - Unidade de Tratamento de Gás Cabiúnas.

O Gasoduto tem um comprimento total de aproximadamente 380 km de extensão (376 km de trecho marítimo e 4 km de trecho terrestre) e diâmetro nominal de 24 polegadas no trecho terrestre. Além disso possui: vazão nominal de projeto de **20.000 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 254 kgf/cm² e pressão máxima de projeto de 254 kgf/cm².

O Gasoduto, trecho terrestre, inicia no ponto de interligação com o trecho submarino após a zona de arrebentação na Praia do Lagomar. Segue utilizando faixa vizinha ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, atravessando zona residencial do Bairro do Lagomar e cruzando as rodovias RJ-178 e RJ-106 até chegar a UTGCAB.

Como o trecho do Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) sob responsabilidade da TRANSPETRO é pequeno, existe apenas uma válvula de bloqueio - XV-01 - localizada na Praia do Lagomar.

a) Cruzamento com Rodovias e Ferrovias

Foram identificados os seguintes cruzamentos ao longo do traçado do Gasoduto.

Cruzamento	Localização (Km)
Av. MPM (Maria Prado Mancebo)	1,754
Ferrovia (desativada)	2,044
Rodovia RJ 178	2,344
Rodovia Amaral Peixoto (RJ 106)	2,494

b) Travessias de Cursos D'Água/Corpos D'Água

Foi identificada a seguinte travessia:

Travessia	Localização (Km)
Canal Macaé - Campos	1,321

c) Compartilhamento de Faixa

Ao longo do seu traçado o Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) compartilhará a faixa com o Gasoduto Enchovão (18"), o emissário do TECAB (desativado) e o Oleoduto Monobóia (36") que está desativado. O início do compartilhamento ocorrerá no km 0 do Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) e finalizará no km 2,350. Dados do arranjo de compartilhamento:

Duto	Pressão	Temperatura	Diâmetro
ENCHOVÃO	95 kgf/cm2	20 ºC	18 polegadas

No Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa, constante no **ANEXO 4.4**, apresenta os diferentes arranjos de configurações de compartilhamento ao longo do seu traçado e larguras das faixas.

d) Linhas de Transmissão

Ao longo do traçado do gasoduto não foram identificados pontos de cruzamento com linhas de transmissão elétrica.

e) Outros Pontos Notáveis

Vide **ANEXO 4.7.**

- **Gasoduto Guapimirim COMPERJ (GASERJ)**

O gasoduto Guapimirim-COMPERJ I irá transferir gás não processado oriundo do GASDUC II até o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

O gasoduto será composto por uma linha tronco com aproximadamente 11 km de extensão e diâmetro nominal de 16 polegadas, interligando o GASDUC II, localizado próximo ao ponto de entrega em Guapimirim, às unidades do COMPERJ que farão o processamento deste gás. Haverá duas áreas de "scrapers", sendo uma para o lançamento e a outra para o recebimento de PIG's, sendo o lançamento a ser realizado em Guapimirim e o recebimento no COMPERJ.

a) Condições Operacionais

Principais Características Operacionais do Gasoduto Guapimirim – COMPERJ

Geral	Produto transportado	Gás Natural
	Diâmetro Nominal	16”
	Pressão Máxima de Operação	100 kgf/cm²
	Extensão total	11,1 km
	Material	Aço Carbono
Sentido Guapimirim – Polo GasLub	Vazão Máxima de Operação	7.150.000 Nm³/d
	Temperatura de Operação	5,3 – 42,3 °C
Sentido Polo GasLub – Guapimirim	Vazão Máxima de Operação	12.000.000 Nm³/d
	Temperatura de Operação	19,4 – 45 °C

b) Principais Pontos Notáveis

Foram considerados como Pontos Notáveis os locais de cruzamentos do duto por rodovias e ferrovias e as travessias de rios.

Km	Ponto Notável	Município
00+000	PE Guapimirim	Guapimirim
00+865	Cruzamento com Estrada Secundária	Guapimirim
01+430	Sítio	Guapimirim
03+010	Travessia com Rio Guapiaçú	Cachoeiras de Macacu
05+280	Sítio	Cachoeiras de Macacu
09+450	Travessia com Rio Macacu	Itaboraí
11+113	Polo GasLub	Itaboraí

c) Compartilhamento de Faixa

O gasoduto inicia na faixa existente dos dutos Cabiúnas – Campos Elíseos, junto à estação de medição de Guapimirim, seguindo por cerca de 2 km em faixa nova, com direção predominante Sul, até atingir a nova faixa dos dutos de interligação COMPERJ – Campos Elíseos. Nesta nova faixa segue na direção predominante sudeste, por cerca de 7,6 km, até atingir acerca do COMPERJ. Dentro da área do COMPERJ percorre cerca de 1,5 km até atingir a área do recebedor e do ponto de entrega.

No Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa, constante no **ANEXO 5.4**, apresenta os diferentes arranjos de configurações de compartilhamento ao longo do seu traçado e larguras das faixas.

Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre

a) Condições Operacionais

Principais Características Operacionais do Gasoduto Rota 3 – Trecho Terrestre

Geral	Fluído	Gás Natural
	Estado Físico	Gás
Vazão (106 X m3/d)	Normal	1 a 17,8
	Mínimo	1
	Máximo	17,8
Pressão Kgf/cm² Manométrico	Normal	80 a 149
	Mínimo	80
	Máximo	149
	Projeto	254
Temperatura (ºC)	Normal	2,5 a 23
	Mínimo	2,5
	Máximo	23
	Projeto	40

b) Cruzamento com Rodovias e Ferrovias

Foram identificados os seguintes cruzamentos ao longo do traçado do Gasoduto.

Km	Coordenadas		Rodovia / Estrada
0+000	739.307	7.461.106	RJ-102 / Ponta Negra – Jaconé
1+170	739.154	7.462.216	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
4+340	736.479	7.460.761	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
4+720	736.202	7.460.840	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
5+296	735.611	7.461.130	Estrada Vicinal
7+647	734.476	7.462.888	Estrada Vicinal
8+550	733.834	7.463.570	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
11+380	731.592	7.464.927	Estrada Vicinal
11+590	731.472	7.464.992	Estrada Vicinal
11+810	731.391	7.465.188	RJ - 106 / Rod. Amaral Peixoto
17+700	726.853	7.467.901	Estrada Vicinal
18+240	726.445	7.468.380	RJ - 114 / Estrada de Ubatiba
22+604	723.869	7.470.803	Estrada Vicinal
22+900	723.879	7.471.147	Estrada Vicinal
23+235	723.749	7.471.423	Estrada Vicinal
24+230	722.880	7.471.890	Estrada do Silvado
25+490	722.844	7.473.076	Estrada do Silvado
26+410	722.405	7.473.965	Estrada do Silvado
27+990	721.596	7.475.150	Estrada da Fazenda São José

29+790	721.445	7.476.923	Estrada Vicinal
30+285	721.699	7.476.923	Estrada Vicinal
31+760	721.852	7.478.446	Estrada Vicinal
33+020	722.527	7.479.830	Estrada Vicinal
33+280	722.553	7.480.007	RJ - 114 / Av. Antônio G. Maricá
33+600	722.870	7.481.043	Estrada Vicinal
34+337	722.870	7.481.043	Estrada Vicinal
35+350	723.317	7.481.916	Estrada Vicinal
35+520	723.406	7.482.111	BR - 101 / Rod. Gov. Mário Covas
35+970	723.681	7.482.381	Estrada Eugênio Costa
36+668	724.104	7.482.818	Estrada Vicinal
37+960	725.153	7.483.303	BR - 101 / Rod. Gov. Mário Covas
39+140	725.614	7.484.147	BR - 101 / Rod. Gov. Mário Covas
41+160	725.174	7.485.785	Estrada Vicinal
41+575	725.051	7.486.241	Estrada Vicinal
41+870	724.960	7.486.512	RJ - 116 / Rod. Pres. J. Goulart
43+392	723.775	7.487.491	Estrada Vicinal
45+630	722.420	7.489.200	Estrada Vicinal

c) Travessias de Cursos D'Água/Corpos D'Água

Foi identificada a seguinte travessia:

Km	Coordenadas		Curso D'água
6+030	735.086	7.461.456	Córrego Paracatu
7+560	734.428	7.462.808	Rio Bananal
9+070	733.375	7.463.785	Rio Doce
9+970	732.807	7.464.473	Rio das Conchas
15+120	728.692	7.466.676	Córrego Riachinho
15+760	728.017	7.466.876	Rio Itapateiu
18+520	726.415	7.468.657	Rio Ubatiba
19+120	726.047	7.469.137	Rio Fundo
24+010	722.923	7.471.864	Rio Brinquinho
26+660	722.334	7.474.188	Rio (sem denominação)
33+090	722.470	7.479.874	Rio Itapacorá
34+180	722.762	7.480.942	Córrego Bambuzal
34+400	722.925	7.481.053	Rio Calundu ou Iguá
36+210	723.769	7.482.624	Rio (sem denominação)
45+190	722.825	7.488.828	Rio Caceribu

d) Compartilhamento de Faixa

Ao longo do traçado do gasoduto não foram identificados pontos de compartilhamento de faixa.

e) Linhas de Transmissão

Km	Coordenadas	
34+520	731.391	7.465.188
35+550	731.391	7.465.188

f) Outros Pontos Notáveis

Vide **ANEXO 6.1.**

14.3. Descrição das Estratégias de Resposta

As estratégias de resposta do presente Plano foram elaboradas considerando a avaliação da emergência através da simulação de consequências e sensibilidade, bem como considerando os recursos disponíveis para a execução das ações de resposta previstas, inclusive aqueles oriundos de outras Unidades Organizacionais e de terceiros.

Foram considerados os tempos de mobilização desses recursos, conforme **ANEXO F** - Tempo de Deslocamento de Recursos, até o local da emergência e a logística envolvida na sua mobilização. Como premissa básica foi considerada as ações prioridades para os cenários de maior potencial identificados, com vista à redução da consequência e a mitigação dos danos e impactos.

Os tempos de chegada em locais estratégico, válvulas e Pontos de Entrega, estão disponíveis no **ANEXO C** - Tempos de Respostas a Emergências.

As descrições das estratégias de resposta a seguir consideram na instalação os cenários de emergência de maior potencial de criticidade, que necessitem de uma estratégia previamente definida, relacionados no **item 6** – Cenários de Emergência.

Segundo a análise por árvore de eventos realizada no EAR da instalação os eventos acidentais podem ser divididos em cenários com e sem a ignição do Gás Natural. Em outras palavras, basicamente, os eventos acidentais envolvendo a segurança de processo da instalação se resumirão a vazamento de Gás Natural com e sem ignição.

Um incêndio em nuvem ou um flashfire acontecerão como desdobramento de um vazamento de Gás Natural, inicialmente sem ignição, e em seguida poderá evoluir para um ou mais incêndios em jato.

O evento acidental Bola de Fogo, embora tenha grande potencial para causar danos, se extingue poucos segundos após sua ocorrência e em seguida ele evolui para um ou mais incêndios em jato.

Ações comuns a todos os cenários:

1 - Realizar o reconhecimento do local da emergência;
2 - Acionar EOR;
3 - Definir zonas quentes, morna e fria;
4 - Isolar área e controlar acesso;
5 - Controlar fontes de ignição e avaliar a necessidade de desernergizar equipamentos;
6 - Monitorar as condições climáticas.

Item	Hipóteses Acidentais	Objetivo	Estratégia	Observações	Cenários
1	Vazamento de Gás Natural	Interromper vazamento e monitorar a pluma	1 - Interromper e controlar o evento (Ações operacionais de emergência) 2 - Reduzir o inventário do trecho sinistrado 3 - Proteger equipamentos e instalações 4 - Monitorar propagação da pluma (deslocamento e LII) 5 - Apoiar ações de evacuação, controle do público interno e externo, e assistência a vítimas 6 - Interditar vias internas, rodovias e estradas.		
2	Incêndio	Combater incêndio e minimizar impactos	1 - Interromper e controlar o evento (Ações operacionais de emergência); 2 - Combater o incêndio. 3 - Monitorar a área; 4 - Proteger áreas sensíveis; 5 - Proteger equipamentos e instalações; 6 - Apoiar ações de evacuação, controle do público interno e externo, e assistência a vítimas 7- Comunicar instalações/empresas vizinhas 8 - Interditar vias externas/rodovias e estradas.		
3	Acidentes Pessoais	Preservar vidas	1 - Identificar a existência de vítima (s) no local da emergência 2 - Acionar a atividade médica e definir a estratégia de socorro à vítima 3 - Para os cenários de acidentes em espaço confinado e trabalho em altura, acionar equipe de resgate especializada, para realizar o resgate 4 - Controlar fonte geradora do acidente 5 - Monitorar área (deslocamento da mancha, e toxicidade/ LII, quando aplicável); 6 - Acionar, se necessário, a assistente social para providências junto ao hospital e familiares.		

As estratégias para o evento de explosão serão definidas com base na consequência deste evento (vazamento e/ou incêndio).

O evento de acidentes pessoais contempla todos os acidentes que se enquadram como: trauma, acidentes com meios de transporte, espaço confinado e trabalho em altura, e é coberto por procedimento de resposta específico, parte integrante deste Plano (Resgate e Atendimento a Vítimas e seus familiares).

Os acidentes ocasionados por desastres naturais e ações de terceiros devem ser enquadrado aos cenários de emergência acima.

O cenário relacionado a doenças contagiosas é coberto pelos **ANEXOS G**, parte integrante deste Plano

14.4. Procedimentos de Resposta

Estes procedimentos operacionais estabelecem ações de respostas para interrupção e controle dos cenários de emergência de acordo com as ações previstas nas estratégias.

Compete a Coordenação da Contingência avaliar as condições de segurança do local, com o objetivo de indicar a área adequada para instalação da base de controle da emergência visando a centralização das informações.

Onde há o compartilhamento com outros dutos (Gasodutos ou Oleodutos), deverão ser tomadas medidas de controle operacional necessárias para manter sua integridade e a segurança das áreas adjacentes.

Todos os empregados envolvidos na execução das ações previstas nos procedimentos devem portar e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual e entre outros que se façam necessários.

14.4.1 Interrupção e Controle do Evento

Atividade	Responsável
Seguir o procedimento PE-5TP-00205 - Situações Anormais e de Emergência.	Ações operacionais - Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL)
Acionar fluxograma conforme DIP emitido pela Gerência TP\DDT\DTNNESE\UN-RJMG\SMS, referente a Gerência DTRM e solicitar à Unidade Operacional o acionamento de seu PRE.	
Tomar as ações de contingência que podem incluir: a avaliação do nível de vazamento, monitoramento do vazamento, parada imediata do sistema de compressão a montante, se for o caso, partida ou aumento da vazão do sistema de compressão de jusante, redução ou interrupção de injeção de gás no Gasoduto afetado.	
Promover, em conjunto com o pessoal de campo, o mais rápido possível, a despressurização do trecho afetado.	
Avaliar impactos ao sistema de transporte e avisar à GE-OP/LOGÍSTICA/PCL caso a ocorrência coloque em risco o atendimento aos clientes, solicitando revisão da Programação de Transporte e ações a serem tomadas.	
Estimar o volume de gás vazado.	
Desencadear o fluxograma de comunicação de emergência e acionar o Plano de Resposta a Emergências da Instalação.	Supervisor de Operações
Assumir o comando das operações de combate, até a chegada do titular ou suplente nomeado na estrutura organizacional de resposta - EOR.	Supervisor de Operações
Enviar técnico a válvula para verificar se o fechamento foi realizado pela alta velocidade de queda de pressão (ROPD) ou pressão baixa no gasoduto (PSL) e caso esteja aberto, realizar o fechamento e informar ao CNCL.	
Acionar as brigadas de combate à emergência das Unidades Operacionais mais próximas do local da emergência.	
Definir a estratégia inicial de resposta.	
Dimensionar os recursos iniciais.	
Acionar as equipes de reparos de emergência considerando as características e a magnitude do acidente.	
Manter monitoramento constante para avaliação do andamento das ações de combate informando o Coordenador da Emergência.	
No caso de emergência no trecho marítimo do Gasoduto GNL, acionar os recursos de emergência do Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG), listados no PE-4TP-00023.	

Avaliar a emergência considerando as **condições meteorológicas** reinantes no local (direção dos ventos, chuvas, etc.). Consultar o EAR da instalação disponível na rede interna da empresa.	Brigada de Emergência Coordenação de Segurança e Contingência
Realizar o isolamento do local da emergência considerando: **Para o cenário de vazamento:** • Zona quente (80% LII): considerar a área de isolamento acima de 80% do LII (nenhuma equipe deve permanecer dentro dessa área). ***Nota 5:*** O raio de isolamento da zona quente não deve ser inferior ao definido no EAR para 100% do LII. • Zona morna: considerar o isolamento entre 80% e 20% do LII, a partir da delimitação da zona quente (equipe de monitoramento e primeiro atendimento); • Zona fria: partir da delimitação da zona morna (equipes de apoio). **Para o cenário de incêndio:** • Zona quente: Definir a área de isolamento equivalente à distância correspondente de 1% de fatalidade (distância definida no EAR para jato de fogo).	
Realizar o monitoramento da emergência.	
Identificar e bloquear todos os equipamentos que possam estar contribuindo para a ocorrência, caso possível. **Nota:** Nos casos em que as válvulas de bloqueio e outros dispositivos de emergência não possam ser atuados automaticamente ou remotamente, o coordenador de ações de resposta deve avaliar a forma mais segura de fechamento ou atuação manual das válvulas e dispositivos.	
Realizar resgate e o primeiro atendimento, se solicitado pelo Corpo de Bombeiros Militar, removendo, as vítimas da zona quente para atendimento na zona fria.	
Instalar biruta próxima ao local para monitorar a direção do vento.	
Analisar o local sinistrado para determinar a gravidade e extensão da emergência.	
Verificar a existência de vítimas.	
Identificar os possíveis danos ao meio ambiente.	
Mapear os riscos existentes no local gerados pela emergência.	
Verificar as rotas tanto para acesso como para fuga.	
Assumir o Comando das Operações de combate, até a chegada do titular ou suplente nomeado na Estrutura Organizacional de Resposta - EOR.	
Determinar o acionamento de recursos externos adicionais de acordo com a necessidade apresentada.	
Assumir a função de coordenador da emergência até a chegada do Gerente Geral de Segurança e Contingência da TRANSPETRO.	Gerente de Manutenção e Operação
Garantir os recursos humanos e materiais necessários para Interrupção e controle do evento.	
Acionar as equipes de reparos de emergência conforme as características e a magnitude do acidente.	
Solicitar recursos humanos e materiais de outras unidades da PETROBRAS e órgãos externos conforme a necessidade.	
Manter monitoramento constante para avaliação do andamento das ações de combate e definição de novas estratégias e/ou correção das estratégias sendo utilizadas.	

14.4.2 Proteção de Receptores Ameaçados

a) Evacuação e Proteção do Público Interno

As instalações do Gasoduto são desassistidas localmente, consequentemente não se faz necessário a adoção de medidas para evasão de trabalhadores ou visitantes.

b) Proteção da População Circunvizinha

Este procedimento visa estabelecer as ações que devem vigorar para proteção das populações vizinhas a faixas de dutos e Instalações de Gás Natural da DTRM. Visa também orientar a Coordenação de Relacionamento com a Comunidade e Grupo de Evasão quanto às medidas a serem tomadas para a proteção da população.
O cadastro de comunidades e seus respectivos líderes comunitários é mantido e atualizado pela Coordenação de Manutenção de Faixa de Dutos, que em situações de emergência assume a função de Coordenação de Relações com a Comunidade.

Caso seja necessário realizar a proteção de população, devem ser adotadas as ações abaixo:

Atividade	Responsável
Realizar o monitoramento de explosividade constante na área externa que poderá ser afetada, inclusive junto às comunidades.	Coordenação de Segurança e Contingência e Avaliação de Riscos
Articular e manter informados os órgãos públicos (Defesa Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros) nas estratégias de proteção à comunidade. Uma lista com telefones e endereços de Hospitais e outros telefones constam no DIP emitido pela Gerência TP\DDT\DTNNESE\UN-RJMG\SMS referente aos contatos da EOR.	Coordenação da Contingência Coordenação de Relações com a Comunidade
Manter a Defesa Civil do município afetado constantemente informada sobre a evolução da emergência (SINDEC – Sistema Nacional de Defesa Civil) bem como as demais autoridades competentes, de modo que estas autoridades tenham informação suficiente para definir, se necessário, a decretação ou homologação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública.	Comando unificado Coordenação da Contingência
✓ A comunicação com a comunidade será realizada conforme estratégia de comunicação de acordo com a “Norma de Comunicação de Crise” da Comunicação Institucional. ✓ Informar e manter informada a comunidade (interna e externa) sobre a emergência ocorrida e seu desenvolvimento de acordo com as orientações corporativas. ✓ Atender as demandas da imprensa. ✓ Preparar release sobre a emergência para a comunicação local. ✓ Recepcionar e providenciar condições de trabalho para a mídia, em conformidade com as orientações corporativas. ✓ Apoiar localmente os interlocutores designados no contato com a imprensa.	Coordenação de Relações com a Comunidade Comunicação
Solicitar à Defesa Civil a evacuação, interdição e isolamento das áreas afetadas, sempre que a situação oferecer riscos à comunidade, e apoiar estas ações, caso solicitado.	Coordenação da Contingência e Coordenação de Relações com a Comunidade
Providenciar o transporte e alojamento para a população evacuada em local seguro em comum acordo com a Defesa Civil, através de alojamentos públicos ou de hotéis.	Coordenação de Relações com a comunidade e Coordenação de Logística
Solicitar à Polícia Militar e/ou Rodoviária a interdição e isolamento das principais vias de acessos (avenidas, ruas, rodovias) às áreas afetadas, sempre que a situação oferecer riscos à comunidade e à população em trânsito.	Coordenação da Contingência
Fornecer apoio médico à comunidade, através da equipe de saúde (interna – TRANSPETRO ou externa - SAMU, Corpo de Bombeiros, SUS) com meios capazes de intervir com recursos humanos e materiais, tais como ambulância, instalação de posto de atendimento médico emergencial temporário, inclusive com recursos para atendimento a problemas respiratórios, em função das necessidades identificadas.	Coordenação de Saúde Atendimento às Vítimas

Designar, em conjunto com a Defesa Civil, pessoa ou grupo de pessoas para efetuar o levantamento das consequências e elaborar Plano de estratégias de minimização imediata dos efeitos à população comprovadamente afetada. Providenciando todos os recursos humanos e materiais necessários para o cumprimento do Plano.	Coordenação de Relações com a Comunidade
Providenciar todos os recursos humanos e materiais necessários para o cumprimento do Plano de estratégias de minimização imediata dos efeitos à população comprovadamente afetada.	Coordenação de logística
Cadastrar pessoas e partes interessadas prejudicadas com o acidente.	Coordenação de Relações com a Comunidade e Avaliação de Danos
Registrar e atender, quando pertinente, as solicitações da comunidade.	Coordenação de Relações com a Comunidade
Definir com a Defesa Civil o momento de desinterdição e liberação das áreas externas após terem sido restauradas as condições de segurança para a comunidade.	Coordenação da Contingência

c) Proteção de Áreas Vulneráveis e da Fauna e Flora

Vazamento sem Ignição:

Não foram observados efeitos adversos para animais e plantas decorrente de contato ou exposição ao Gás Natural.

Vazamento com Ignição:

Atividade	Responsável
Identificar áreas vulneráveis, consultando estudos de análise de risco, os estudos de impacto ambiental e considerando os seguintes aspectos: • Sensibilidade ambiental; • Elevada biodiversidade; • Difícil recuperação; • Ocupações humanas ao longo da faixa do duto; • Atividades socioeconômicas	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Meio Ambiente
Definir estratégias para a proteção de áreas vulneráveis, considerando o risco de surgimento e propagação de focos de incêndio pela vegetação, em conjunto com os órgãos públicos.	
✓ Avaliar os danos ambientais em conjunto com os órgãos ambientais e definir a técnica adequada para recuperação dos ecossistemas. ✓ Solicitar apoio a entidades independentes ou especialistas internos ou externos para avaliação do impacto ambiental, quando necessário. ✓ Acompanhar trabalho de entidades contratadas para avaliação de impacto ambiental.	
Apoiar o Corpo de Bombeiros Militar nas ações de combate ao fogo nas vegetações com potencial de atingir áreas vulneráveis.	

14.4.3 Recuperação de Receptores Impactados

a) Resgate e Atendimento a Vítimas e Assistência a seus Familiares

Este procedimento tem como objetivo estabelecer os procedimentos que devem vigorar quando da ocorrência de vítimas, definindo as ações para o resgate e atendimento a vítimas e seus familiares.

Visa orientar a Coordenação da Contingência e os Grupos de Saúde e Atendimento a Vítimas quanto às medidas a serem tomadas durante essas situações.

As Unidades Operacionais dispõem de kit de primeiros socorros em pontos estratégicos para atendimento inicial e transporte de acidentados, além de contar com empregados treinados em primeiros socorros.

As ações de atendimento a vítima terão prioridade sobre as demais atividades da Gerência Operacional e serão exercidas, em tempo integral e com dedicação exclusiva enquanto durar a emergência.

No momento da comunicação da emergência a Equipe de Reconhecimento deve verificar a existência de vítimas no local da emergência e comunicar a Sala de Comando.

No horário administrativo, a Sala de Comando deve acionar a Equipe de Saúde da Unidade Operacional pelo ramal interno de emergência **8800** ou via rádio, quando aplicável.

A Equipe de Saúde deve acionar o Núcleo de Atendimento a Emergências (NAE), telefone **(21) 3211-9400** ou pela rota **740-9400**, informando a situação do acidentado.

Fora do horário administrativo, o Supervisor de Turno deve acionar o Núcleo de Atendimento a Emergências (NAE) pelo telefone (**21) 3211-9400** ou pela rota **811-9400**, informando:

- Número de vítimas;
- Nome dos acidentados;
- Idade aproximada;
- Descrição do estado geral de saúde (acordado, sonolento, inconsciente, agitado) e das lesões (corte, escoriação, queimadura, perfuração, fratura, esmagamento, extensão da lesão)

O NAE deve orientar o socorrista quanto aos seguintes procedimentos: primeiros socorros, solicitação de remoção, local para encaminhamento da vítima, entre outros. Não conseguido contato, acionar diretamente o serviço de remoção.

Cabe ao Núcleo de Atendimento a Emergências (NAE):

- Orientar a equipe da unidade operacional ou prédio administrativo quanto aos procedimentos de primeiros socorros;
- Realizar o acionamento de equipes de resgate externas;
- Realizar a comunicação da emergência ao Coordenador de Saúde;
- Realizar o acompanhamento da vítima;
- Disponibilizar, caso solicitado, lista atualizada de hospitais e clínicas de atendimento de emergência e/ou especializado por região.

Nota: Para fins de fluxo de comunicação, o Coordenador da área de lotação do empregado acidentado deve comunicar ao NAE a ocorrência do acidente.

Quando possível, iniciar os procedimentos de Primeiros Socorros no local do acidente através de profissional de saúde ou brigadista (orientado por profissional de saúde).

O Coordenador de Saúde da EOR deve, quando necessário, designar grupos de socorro médico para as diversas frentes de trabalho.

O Grupo de Saúde e Atendimento a Vítimas da EOR e as equipes médicas externas devem se deslocar para as proximidades do acidente, quando convocados pela Coordenação da Contingência permanecendo instalados na zona fria.

A Coordenação de Segurança deve verificar e assegurar que os riscos em potencial foram identificados e estão controlados.

O Coordenador de Saúde da EOR manterá a Companhia atualizada quanto à assistência dispensada às vítimas, aos familiares e aos cuidados prestados a força de trabalho.

O Coordenador de Saúde da EOR deve convocar os Assistentes Sociais para atendimento social às vítimas e seus familiares visando:

- Fornecer das orientações pertinentes em relação às normas da empresa;
- Realizar estudo social, quando aplicável;
- Acompanhar os atendimentos realizados;
- Apoiar a equipe da saúde na comunicação da ocorrência de acidentes graves e óbitos a família.

Nota: No período das 19:00 às 07:00 horas da manhã nos dias úteis, sábados e domingos o Serviço Social será acionado pelo NAE.

Procedimento Para Resgate

A Equipe de Combate envolvida no atendimento à emergência na zona quente deve priorizar socorro às vítimas e providenciar sua remoção, conforme orientações do profissional de saúde utilizando os recursos de primeiros socorros existentes (maca, colete cervical, imobilizadores de membros etc.). As vítimas deverão ser removidas para a zona fria.

Caso necessário, o Coordenador da Contingência deve solicitar recursos adicionais (Corpo de Bombeiros, Serviços de Resgate etc.) para atendimento a vítimas.

Em caso de vítimas de serviços em eletricidade as medidas operacionais necessárias para desenergizar área e/ou equipamento devem ser verificadas, assim como, a interrupção do contato da vítima com a fonte energizada, utilizando luvas isolantes de borracha de acordo com a classe de tensão, bastão isolante e/ou material similar.

Como regra básica, não se deve mover uma vítima de eletricidade do local do acidente até que todo o processo de remoção tenha sido devidamente organizado. Entretanto, a remoção deve ser feita se:

- Houver perigo de incêndio;
- Houver materiais perigosos ou explosivos;
- O local do acidente, oferecer perigo à vítima ou ao socorrista.

Em caso de vítimas de intoxicação ou queimadura por produtos químicos, a conduta será orientada por profissional do NAE ou equipe de saúde local, considerando as características da lesão e FISPQ.

Resgate a vítima em espaço confinado

Pessoal capacitado e credenciado é responsável pelo atendimento à(s) vítima(s) em espaço confinado e deverá ser acionada a partir da deflagração da emergência

- Identificar a existência e a quantidade de vítima(s) em espaço confinado;
- Verificar o estado da(s) vítima(s) consciente(s) ou inconsciente(s);
- Comunicar a emergência pelo Ramal 8800 ou via rádio, contatando imediatamente o Supervisor de Entrada e o Responsável Técnico local;
- Acionar pessoal capacitado;
- Fazer uso dos equipamentos de proteção respiratória e equipamentos de resgate disponíveis;
- Efetuar a avaliação do espaço confinado (controle de riscos mecânicos, bloqueio de linhas de alimentação de fluídos, ventilação, etc.) e monitoramento da atmosfera da área da emergência e seu entorno;
- Definir estratégia de resgate, forma de retirada da(s) vítima(s) do espaço confinado e recursos de primeiros socorros a serem utilizados, em articulação com a Equipe de Resgate, Responsável Técnico, Grupo de Segurança e Monitoramento Ocupacional;
- Acionar o Grupo de Saúde e o Grupo de Atendimento a Vítimas da EOR;
- Acionar Equipe de SMS da Unidade Operacional;
- Remover vítima para fora da zona de risco, encaminhando-a para atendimento local no Setor Médico ou externo, caso necessário;
- Tomar as devidas precauções para evitar a contaminação com sangue.

Caso necessário, o Coordenador da Contingência deve solicitar recursos adicionais (Corpo de Bombeiros, Serviços de Resgate etc.) para atendimento às vítimas.

No caso de vítimas decorrentes de serviço em altura

- Comunicar a emergência pelo Ramal 8800 ou via rádio;
- Acionar a Equipe de Resgate;
- Acionar a atividade médica e definir a estratégia de socorro à vítima;
- A equipe de resgate deve avaliar o local, identificando possíveis riscos à sua segurança e a segurança da vítima;
- A área deve ser isolada, caso seja necessário;
- A equipe de resgate deve proceder ao resgate conforme técnicas de resgate em altura;
- A vítima deve ser transportada, de forma adequada, para um local seguro;
- Caso necessário, devem ser prestados os primeiros atendimentos a vítima e encaminha-la ao serviço médico;
- Acionar, se necessário, a assistente social para providências junto ao hospital e familiares.

Intoxicação Alimentar - DTA:

Para casos de suspeita de ocorrência de DTA (Doença Transmitida por Alimentos) deve ser acionado, imediatamente, o sobreaviso médico da TRANSPETRO através do número: **(21) 3211-9400** ou ramal: **740-9400**, para adoção das medidas cabíveis.

O apoio médico local da TRANSPETRO deve seguir o Fluxograma de Atendimento a Intoxicação Alimentar, **ANEXO H** e preencher o **ANEXO I** - Relatório de Atendimento para Registro e Investigação de Surto de DTA.

b) Monitoramento das Áreas Atingidas

Parâmetros a serem monitorados para segurança das equipes de combate e da comunidade:

- ✓ Explosividade;
- ✓ Ruído;
- ✓ Propagação de nuvem de Gás Natural;
- ✓ Propagação de focos de incêndio.

Os equipamentos de monitoramento devem estar sempre calibrados.

Os pontos e as periodicidades de monitoramento devem ser acordados com o Órgão Ambiental, mas devem atender no mínimo as condições a seguir:

I. No cenário de emergência deve haver no mínimo uma biruta para acompanhamento da direção de propagação de focos de incêndio ou de nuvem de Gás Natural. A biruta deve estar disposta de forma a que as equipes de emergência possam visualizar a direção do vento sem estarem expostos a risco.

II. No cenário de emergência deve haver no mínimo um decibelímetro para acompanhamento do nível de pressão sonora decorrente do vazamento. Os pontos onde cada equipe se localiza devem ser avaliados e as proximidades das residências não evacuadas também.

III. No cenário de emergência deve haver no mínimo dois detectores de explosividade para verificação de zonas de risco. Um detector deve ficar posicionado nos pontos de isolamento posicionados na direção do vento, conforme indicação da biruta, e o outro na direção contrária.

IV. O responsável pelo monitoramento deve constantemente percorrer os receptores ameaçados fazendo avaliações fora da zona quente.

V. Durante o vazamento o monitoramento de tais parâmetros deve ser constante.

Após o término da emergência, a explosividade continuará a ser monitorada nas proximidades do furo, trinca ou ruptura por onde ocorreu o vazamento. Essa ação visa impedir que uma possível fonte de ignição entre em contato com emanações de Gás Natural que por ventura possam existir antes do reparo.

Em caso de incêndio classe “A”, o procedimento de monitoramento e rescaldo de controle do sinistro, devem ser acordados com o Corpo de Bombeiros.

c) Limpeza e Controle das Áreas Atingidas

Devido as características físico-químicas do Gás Natural, torna-se desnecessário a adoção de medidas de limpeza e controle das áreas atingidas.
Porém em caso de incêndio classe “A”, a técnica de limpeza a ser adotada se compõe de:

- ✓ Delimitação da área afetada;
- ✓ Recolhimento do resíduo a ser enviado para descarte;
- ✓ Disposição final dos resíduos recolhidos conforme procedimentos prescritos no PP-0TP-00032 - Gerenciamento de Resíduos;
- ✓ Recuperação da área afetada.

Após o encerramento do evento acidental a área atingida deve ser recomposta para retornar às suas características anteriores. Para tanto se deve utilizar para limpeza da área recursos manuais (como: pás e enxadas) e/ou mecanizados (como: retroescavadeiras e caminhões caçamba). A Manutenção de Faixa de Dutos deve ser requisitada para auxiliar na limpeza da área. A técnica de recuperação da vegetação afetada deve ser consensada com o Órgão Ambiental.

Compete à Coordenação de Segurança e Contingência e Coordenação de Meio Ambiente orientar as ações de limpeza.

14.4.4 Segurança e Saúde do Pessoal Envolvido nas Ações de Resposta

Esse procedimento visa preservar a segurança e saúde do pessoal envolvido nas ações de resposta.
O pessoal envolvido nas ações de resposta deve:

I. Assegurar primeiramente a sua própria segurança e saúde;
II. Usar equipamentos de proteção individual adequado:
   a. Luvas de látex para não entrar em contato com fluidos corporais das vítimas;
   b. Conjuntos de aproximação com máscara autônoma para situações de atmosfera IPVS (Imediatamente Perigosa a Vida e a Saúde) e calor proveniente de chamas;
   c. EPIs básicos (Capacete, óculos de segurança e botina);
   d. Protetor auricular para situação de ruído proveniente da instalação ou do vazamento;
   e. Luvas para proteção contra superfícies abrasivas;
   f. Perneira para proteção contra o ataque de animais peçonhentos.

III. Assegurar a segurança da área, isolando-a para evitar o risco de atropelamento e a presença de fontes de ignição.

As demais ações para preservar a segurança e saúde do pessoal envolvido nas ações de resposta estão relacionadas nos Procedimentos de Apoio.

14.4.5 Procedimentos Não Aplicáveis

Devido às características físico-químicas do Gás Natural, os procedimentos listados abaixo não se aplicam as instalações:

- Contenção de Agente;
- Remoção de Agente;
- Dispersão de Agente;
- Neutralização de Agente;
- Desvio de Frente de Propagação.

14.5. Procedimentos de Apoio

14.5.1 Monitoramento e Controle da Saúde Ocupacional

O objetivo desse procedimento é estabelecer um Plano para implementação de ações de monitoramento e controle da saúde ocupacional das pessoas envolvidas nas ações de controle da emergência, sejam elas funcionários próprios, contratados ou funcionários de órgãos de defesa públicos, durante e após um evento acidental.

Ações	Responsável
Zelar pela saúde e pela integridade física das pessoas envolvidas no atendimento a emergência e pelo cumprimento das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho - NRs.	Todos os Responsáveis em conjunto com a EOR e os líderes das frentes de trabalho Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Prover informações e recursos para que as pessoas envolvidas nas ações de resposta se protejam contra os riscos identificados.	
Delimitar as zonas quente, morna, fria e de exclusão para cada frente de trabalho.	Coordenação de Segurança e Contingência
Manter monitoramento constante dos níveis de concentração dos gases e vapores e ruído no interior das zonas delimitadas nas frentes de trabalho. Assim como a direção de propagação de chamas.	
Estabelecer as rotas de fuga e acesso aos locais de atendimento à emergência.	
Prover alimentação, hidratação e áreas para proteção contra intempéries para as pessoas envolvidas nas ações de resposta.	Coordenação de Logística
Prever em conformidade com a legislação vigente turnos de trabalho no atendimento à emergência implantando rodízios das equipes de trabalho.	Todos os Coordenadores da EOR e líderes das frentes de trabalho
Definir, com base nas legislações e normas nacionais e internacionais pertinentes, quais os níveis de tolerância aos agentes de risco que as pessoas envolvidas no atendimento à emergência poderão ficar expostas sem comprometimento de sua saúde. Com base nessa informação orientar à força de trabalho envolvida nas ações de resposta sobre as ações preventivas.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Distribuir os EPIs necessários à preservação da saúde e integridade física das pessoas envolvidas no controle da emergência.	Coordenação de Segurança e Contingência
Utilizar os EPIs seguindo a orientação da Coordenação de Segurança e Contingência.	Todos os envolvidos nas ações de controle da emergência
Observar a realização de esforço humano excessivo nas frentes de trabalho, interromper atividades que ofereçam risco à integridade física ou à saúde das pessoas e orientá-las sobre a forma segura de agir.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Verificar e orientar o atendimento das condições de conforto nas frentes de trabalho de acordo com a NR-24.	Coordenação de Segurança e Contingência
Supervisionar as questões de Segurança e Saúde por parte das contratadas.	Todos os Responsáveis em conjunto com a EOR e os líderes das frentes de trabalho
Interromper atividades que ofereçam risco à integridade física ou à saúde das pessoas. ***Nota:*** Após a interrupção de qualquer atividade por esse motivo o coordenador por ela responsável deve ser imediatamente informado.	Todos os envolvidos nas ações de controle da emergência Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Coordenar a realização do DSMS nas frentes de trabalho.	Coordenação de Segurança e Contingência
Registrar ocorrências de SMS nas frentes de trabalhos.	
Participar do processo de investigação e análise do acidente.	Todos os envolvidos nas ações de controle da emergência que forem solicitados

Caso haja exposição a produto derramado ou vazado durante contenção ou recolhimento e/ou diante de qualquer outro risco à saúde, todos os trabalhadores envolvidos no evento devem realizar exames complementares conforme previsto no PP-0V3-00024 - ATENÇÃO À SAÚDE DOS TRABALHADORES DAS EQUIPES DE EMERGÊNCIA. Tal procedimento visa realizar o controle biológico caso tenha ocorrido da exposição ocupacional aos agentes químicos previstos no PB PP-0V3-00024. A responsabilidade de aplicar esse procedimento na Gerência é da Coordenação de Saúde e da Coordenação de Segurança e Contingência.

14.5.2 Monitoramento e Controle de Riscos

O objetivo desse procedimento é estabelecer um Plano para implementação de ações de monitoramento e controle dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes das pessoas envolvidas nas operações de ação de resposta durante e após um evento acidental.

Ações	Responsável
Definição (reconhecimento) dos riscos físicos, químicos e biológicos presentes no cenário de emergência, incluindo o produto vazado seguindo as metodologias recomendadas pelo National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH USA), FUNDACENTRO, Portaria 3214/78, NBR pertinente ou outras normas internacionalmente aceitas como adequadas. Avaliando, conforme o caso e a necessidade, os níveis de pressão sonora (ruído), a concentração de gases e vapores por amostragens nos trabalhadores expostos.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Identificar os efeitos potenciais adversos para a saúde das pessoas dos agentes de riscos físicos, químicos e biológicos, reconhecidos.	
Definição (reconhecimento) dos riscos ergonômicos e de acidentes presentes no cenário de emergência.	Coordenação de Segurança e Contingência
Manter as demais equipes e o comando informados sobre os riscos reconhecidos no cenário da emergência. Assim como sua evidente ou provável localização.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Efetuar monitoramento constante da atmosfera da área da emergência e seus entornos verificando a presença de gases e vapores tóxicos, inflamáveis e radiação térmica (casos de incêndio) para acompanhamento da evolução das condições de meio ambiente e de segurança, subsidiando decisões de evacuação, liberação de áreas e saúde ocupacional.	Coordenação de Segurança e Contingência
Delimitar as zonas quente, morna e fria para cada frente de trabalho.	
Manter as equipes a uma distância segura dos riscos.	Todos os Responsáveis em conjunto com a EOR e os líderes das frentes de trabalho Coordenação de Segurança e Contingência

14.5.3 Segurança Física de Pessoas, Equipamentos e Instalações da Companhia e de Terceiros

Ações	Responsável
Identificar todas as pessoas envolvidas nas ações de resposta que tenham ações no local da emergência.	Coordenação da Contingência
Coordenar suas ações para resguardar as Instalações e bens da Companhia e terceiros com a autoridade policial responsável pelo local.	Vigilância Patrimonial
Em conjunto com a autoridade policial responsável pelo local providenciar o isolamento da área, restringindo e coordenando o acesso. Somente permitir acesso ao pessoal identificado.	
Efetuar o controle de pessoas nos pontos de evacuação e abandono, mantendo a ordem e a disciplina.er	
Em caso de presença de pessoas não autorizadas nas frentes de trabalho, adotar o seguinte procedimento: 1º Informá-la que se trata de uma situação de risco e solicitar que ela se desloque para local seguro; 2º Caso ela não atenda à primeira solicitação acionar defesa civil ou autoridade policial para auxílio na remoção da pessoa não autorizada.	Vigilância Patrimonial
Preservar os bens patrimoniais da companhia e de terceiro contra furto, roubo e vandalismo. Assim como a integridade física das pessoas contra qualquer tipo de violência ou agressão.	

Estabelecer, no âmbito das unidades do Sistema PETROBRAS, medidas pré-determinadas de proteção e prevenção frente à ameaça de atos potencialmente lesivos ao patrimônio ou às pessoas, entre elas invasão, sabotagem ou agressões, seja contra instalações, edificações ou pessoal.	
Manter as unidades industriais informadas sobre as ameaças levantadas que lhes sejam relevantes.	
Recepcionar e encaminhar autoridades públicas, imprensa, outras partes interessadas e apoio externo, conforme orientações da Coordenação de Contingência.	Vigilância Patrimonial
Apoiar a autoridade policial na coordenação do trânsito.	
Apoiar ações da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Grupo de Evacuação, em caso de necessidade.	
Acionar Autoridade Policial no caso de identificação de indivíduo se apropriando indevidamente ou praticando ação de vandalismo contra os bens da companhia ou de terceiros.	Vigilância Patrimonial Todos os envolvidos nas ações de contingência

14.5.4 Coleta e Disposição dos Resíduos Gerados

Este procedimento tem como objetivo orientar a Coordenação da Contingência e estabelecer as ações que devem vigorar para coleta e destinação dos resíduos gerados quando da ocorrência de uma emergência.

A identificação, classificação, manejo e disposição dos resíduos gerados na emergência devem ser realizados conforme PP-0TP-00032 Gerenciamentos de Resíduos - **ANEXO C** Armazenamento e Disposição dos Resíduos Gerados na Emergência, e em consonância com os requisitos legais vigentes.

14.5.5 Acionamento e Deslocamento de Recursos

Este procedimento tem como objetivo estabelecer as ações, para acionamento e deslocamento de recursos humanos e materiais quando da ocorrência de emergência.

Cabe ao Gerente da DTRM o acionamento dos recursos da EOR. Caso ele esteja impedido, o acionamento poderá ser realizado através de pessoa por ele designada.

O acionamento ou requisição de qualquer recurso (humano ou material) deve seguir a hierarquia da EOR.

O acionamento do Plano de Contingência Regional é feito pelo coordenador de recursos de emergência, após consentimento do Gerente da DTRM. Assim como por pessoa por eles designada.
O acionamento Plano de Contingência Corporativo - PCCORP é feito pelo Gerente da DTRM. Assim como por pessoa por eles designada.

A prioridade para deslocamento de recursos deve obedecer a seguinte hierarquia:
1º Recursos humanos para isolamento da área e socorro médico;
2º Material para isolamento da área e comunicação;
3º Recursos para hidratação e alimentação das equipes;
4º Recursos para deslocamento de pessoas da comunidade;
5º Demais recursos que se façam necessários.

Ações	Responsável
Avaliar o cenário acidental e definir o tipo e quantitativo de recursos adicionais, materiais e humanos, para o atendimento à emergência.	Coordenação da Contingência Coordenação de Planejamento e Estratégias

Identificar as instalações da PETROBRAS que possam fornecer os recursos adicionais necessários (via: InfoPAE web, contatos CDA, contatos CRE, entre outros).	Coordenação da Contingência Coordenação de Logística - Suporte
Formalizar a solicitação junto às instalações PETROBRAS.	
Realizar ou coordenar o deslocamento de recursos de terceiros.	Coordenação de Logística
Encaminhar para “compras e contratações” informações sobre prestadores de serviços/fornecedores e solicitar pagamentos/contratação.	
Providenciar alimentação e água para as frentes de trabalho. ***Nota:*** Na 1ª hora da emergência, deve-se designar um responsável por fornecer água e alimentação.	
Providenciar o transporte/mobilização dos recursos materiais e humanos para o local da emergência, priorizando: 1º Contratos e convênios previamente existentes; 2º Contratação de empresas previamente identificadas e cadastradas; 3º Contratação de empresas identificadas durante a emergência.	
Disponibilizar hospedagem para o pessoal envolvido nas ações de resposta, preferencialmente em hotéis de rede credenciada.	Coordenação de Logística
Identificar e providenciar local seguro para armazenamento dos recursos materiais, tanto em campo, quanto dentro das Unidades Operacionais.	
Realizar o registro de entrada e saída de recursos materiais, considerando no mínimo: origem, data e hora de recebimento/ expedição, integridade na entrada, característica operacional, quantidade, localização em campo, responsável, manutenção, integridade na saída e desmobilização.	
Indicar colaborador para percorrer as frentes de trabalho (logística de campo) identificando as demandas (água, alimentação, EPI, recursos materiais consumíveis e não consumíveis, recursos humanos) repassando as mesmas para a coordenação da logística.	
Identificar e providenciar local para realização de reparos e manutenção nos equipamentos avariados, controlando a entrada e a saída de recursos.	
Identificar e providenciar local para abastecimento de veículos e equipamentos ou acordar rotina de abastecimento em pontos descentralizados diretamente pelos responsáveis pelos veículos e equipamentos	
Verificar se o condutor do veículo possui todas as documentações e habilitações necessárias ao desempenho de suas funções.	
Concluir o processo de pagamentos/contratações dos serviços/recursos.	Controladoria de Custos e Fundo Rotativo
Avaliar a necessidade de acionamento dos recursos humanos especializados.	Coordenação de Segurança e Contingência
Realizar o controle dos recursos humanos, considerando no mínimo: origem, localização em campo, função, local de hospedagem e desmobilização.	Coordenação de Planejamento e Estratégias
Atualizar, diariamente, o inventário de material identificando a necessidade de aquisição de recursos adicionais (reposição ou novos).	Coordenador da Contingência Coordenação de Planejamento e Estratégias Coordenação de Logística
Devolução de recursos. ***Nota:*** A devolução de recurso deve ser informada pela área responsável à Coordenação de Logística que dará o encaminhamento adequado para sua devolução, caso o recurso não seja necessário em outra unidade.	Todas as Coordenações envolvidas nas ações de resposta Coordenação de Logística
Verificar o estado de conservação do veículo.	Motoristas e Condutores Coordenação de Segurança e Contingência
Certificar a utilização correta do cinto de segurança por todos os passageiros.	Motoristas e Condutores Coordenação de Logística
Não transportar passageiros nas caçambas de peruas e caminhões.	
Respeitar os limites de velocidade de acordo com o indicado nas sinalizações e na falta destas cumprir a legislação vigente, atentando para as condições das	

estradas. Respeitar as demais sinalizações do sistema de trânsito, tanto verticais como horizontais.	
Não ultrapassar a capacidade máxima de carga do meio de transporte a ser utilizado.	
Não trafegar pelas pistas (ruas, avenidas e estradas) com excesso lateral, caso seja necessário este tipo de transporte providenciar batedores e autorização das autoridades competentes, conforme legislação.	

14.5.6 Monitoramento da Evolução da Emergência

O objetivo do procedimento de monitoramento da evolução da emergência é disponibilizar informações ao Comando Unificado e Coordenação da Contingência para que ela tome as ações necessárias.

Em um cenário envolvendo vazamento de Gás Natural as variáveis de processo que podem interferir na emergência são:

- ✓ Pressão;
- ✓ Vazão;
- ✓ Inventário.

Ações	Responsável
Efetuar monitoramento constante da atmosfera no entorno da área da emergência verificando a presença de gases e vapores tóxicos, inflamáveis e monitoramento da radiação térmica (casos de incêndio) até o término do reparo do equipamento sinistrado.	Coordenação de Segurança e Contingência
Efetuar monitoramento constante dos parâmetros disponíveis remotamente no trecho sinistrado e manter Coordenação da Contingência informada.	CNCL
Solicitar, sempre que necessário, à TP/DDT/COICM/LCI/PMQ/PROG a estimativa de inventário de produto na instalação para dimensionar e prever a continuidade das ações de resposta.	Coordenação da Contingência
Realizar estimativa de inventário de produto na instalação e manter Coordenação da Contingência informada.	TP/DDT/COICM/LCI/PMQ/PROG
Acompanhar parâmetros disponíveis para visualização em local seguro na instalação.	Coordenação de Ações de Resposta
Acompanhar a evolução dos reparos dos equipamentos que deram causa a emergência.	Coordenação de Ações de Resposta Reparos de Emergência
Elaborar relatório diário, para monitoramento da ocorrência pelo Comando Unificado e Coordenação da Contingência, contendo: todas as atividades desenvolvidas, materiais, equipamentos, veículos disponíveis e utilizados, recursos humanos disponíveis, serviços contratados e ocorrências de SMS.	Todos os Grupos

14.5.7 Obtenção e Atualização de Informações Relevantes

Ações	Responsável	Periodicidade
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência os documentos que contém as informações mínimas relevantes sobre a região afetada para definições das estratégias de combate.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Relações com a comunidade	No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência informações sobre as características da região: relevo, corpos hídricos, ocupação populacional, perfil socioeconômico, acessos rodoviários e ferroviários.	Coordenação de Segurança e Contingência	No início da emergência

Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência o Estudo de Análise de Risco da instalação.		No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência e na Sala de Operações informações sobre as condições meteorológicas presentes e futuras (previsões).		Permanentemente
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência os Fluxogramas dos processos, mapas das redes de drenagem, dentre outros.		No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência, na Sala de Operações e na Sala de Logística a relação de recursos materiais com suas características técnicas, localização e quantidades.		No início da emergência
Obter fotos aéreas, imagens de satélites, fotos comuns das áreas do antes, quando houver, durante o desenrolar e após o término da emergência.	Registros e Relatórios	Diariamente e ao término da emergência
Obter e disponibilizar na Sala de Operações as Fichas de Informação de Produtos Químicos movimentados e/ou em uso pela instalação.	Supervisão de Operação e Manutenção	No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência os Planos de Emergência Regional e Corporativo.	Coordenação de Segurança e Contingência	Quando solicitado pelo Comando Unificado
Dar divulgação dos dados relevantes atualizados para todos os Coordenadores e Líderes de Frentes de Trabalho de forma clara, rápida e objetiva, através de radiofrequência, telefones, cópias impressas ou pessoalmente.	Comando Unificado Coordenação da Contingência	Ao início dos trabalhos de cada equipe Sempre que for necessário divulgar informações relevantes
Registrar e manter todas as informações relevantes e suas atualizações com data e horário de obtenção	Registros e Relatórios	Permanentemente
Consultar para obtenção de dados mais específicos os Órgãos Oficiais (tais como IBGE, IBAMA, INPE, Órgãos Ambientais Estaduais e municipais, ICMBio e outros), Universidades, sites da Intranet PETROBRAS, Internet.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Relações com a comunidade	Sempre que for necessário

14.5.8 Registro das Ações de Resposta

Ações	Responsável
Designar pessoa para efetuar todos os registros das ações de resposta até o término da emergência.	Coordenação da Contingência
Elaborar relatório diário contendo: duração da jornada de trabalho, atividades realizadas, horário das atividades realizadas, fatos relevantes (ex.: acompanhamento das ações e acidentes ocorridos no local da emergência), quantidade e relação dos recursos humanos e materiais na frente de serviço.	Líderes das frentes de serviço
Diariamente obter as informações relevantes e atualizar o relatório da emergência.	Registros e Relatórios
Ao fim da emergência confeccionar book com toda documentação produzida em decorrência da emergência, incluindo, mas não se restringindo a estes itens: ✓ Atas das reuniões de planejamento; ✓ Registros fotográficos e fílmicos; ✓ Registros diários de acompanhamento das ações desenvolvidas e efetuadas pelas frentes de trabalho; ✓ Boletins meteorológicos;	

✓ Atas das reuniões com Órgãos externos; ✓ Registro e cópia de correspondências recebidas e enviadas durante e sobre a emergência; ✓ Relatórios quantitativos diários de HH utilizados para o combate à emergência; ✓ Relatórios quantitativos diários de materiais e equipamentos utilizados para o combate à emergência; ✓ Registros de comunicações expedidas para a imprensa; ✓ Registros dos monitoramentos efetuados e seus resultados; ✓ Registros e relatórios das solicitações e atendimento as comunidades afetadas; ✓ Registro dos pousos e decolagens de aeronaves; ✓ Registro das oportunidades de melhorias observadas e levantadas durante as reuniões de planejamento; ✓ Todo e qualquer registro que o Comando das Operações achar pertinente sua inclusão. ✓ Todos os documentos, boletins, relatórios, etc. ou suas cópias, deverão ser arquivados em pasta própria e específica da emergência em curso e guardados sob os cuidados da Gerência Setorial de Segurança Operacional.	

Os relatórios escritos em campo poderão ser manuscritos ou em formato digital e seus elaboradores devem encaminha-los para os seus respectivos superiores hierárquicos dentro da EOR.

Os relatórios das coordenações deverão ser elaborados em formato digital, consolidando as informações dos líderes de suas respectivas frentes de trabalho e encaminhados para o Comando Unificado e para o responsável pelos Registros e Relatórios com periodicidade mínima diária.

Os coordenadores devem manter a Coordenação da Contingência e o Comando Unificado permanentemente informados sobre a evolução da emergência e sobre suas ações, essas informações podem ser efetuadas via telefone, rádio, pessoalmente ou mensagem de texto de celular.

O responsável pelos Registros e Relatórios deve elaborar, após o encerramento da emergência um Relatório de Ocorrência, com coleta de dados, análises, desenvolvimentos das ações de combate e recomendação de prevenções visando o controle dos riscos que geraram a emergência. Esse relatório deve ser encaminhado à Gerência de Segurança e Contingência da TRANSPETRO, à Diretoria de SMS Corporativo da PETROBRAS S/A e outras partes interessadas.

O responsável pelos Registros e Relatórios deve elaborar relatórios para envio ao órgão ambiental, à ANP e para ficar à disposição do MTE. O modelo a ser seguido para envio à ANP está relacionado no **ANEXO B** - Formulário de Comunicação Inicial e Relatório de Incidente. O modelo de relatório a ser seguido para os demais órgãos deve seguir o mesmo elaborado corporativamente para acidentes e incidentes.

14.5.9 Desmobilização

Ao encerramento da emergência a desmobilização se dará da forma apresentada no quadro abaixo:

Ações	Responsável
Ordenar aos coordenadores envolvidos que iniciem a desmobilização de seus recursos. ***Nota:*** a coordenação das ações de desmobilização cabe à equipe de logística de campo.	Comando Unificado
Atender às solicitações da equipe de desmobilização e apresentar relação de recursos que devem ser desmobilizados.	Todas as Coordenações e Equipes envolvidas nas ações de resposta.
Levantar o quantitativo de recursos humanos mobilizados, o nome, o endereço de residência de cada colaborador ou outro destino ao qual o mesmo deve ser encaminhado e o período contínuo de trabalho de cada um até o momento da ordem de desmobilização.	Coordenação de Logística Logística de Campo

Levantar o quantitativo e o tipo dos recursos materiais mobilizados e os destinos aos quais devem ser enviados.	
Verificar quais os recursos humanos necessários para realização da desmobilização, comunicar aos colaboradores, formar equipes e definir seus objetivos. ***Nota:*** Podem ser aproveitados recursos humanos que tenham atuado na contingência, desde que respeitada a carga horária diária máxima de trabalho definida na legislação.	
Mobilizar os recursos materiais necessários à desmobilização e disponibilizá-los para as equipes.	
Desmobilizar os recursos humanos que já estiverem liberados, encaminhando-os para suas respectivas residências ou outros destinos aos quais os mesmos devam ser enviados.	
Desmobilizar os recursos materiais que já estiverem liberados, encaminhando-os para os destinos aos quais devam ser enviados.	
Desmobilizar a equipe de Logística de Campo juntamente com as demais equipes que a estiverem apoiando.	Coordenação de Logística

14.5.10 Documentação

Ações	Responsável
Designar pessoa para efetuar os registros e relatórios das ações de resposta até o término da emergência.	Coordenação da Contingência
Documentar, registrar e classificar as ações de controle da emergência tomadas de acordo com a norma de classificação da informação da PETROBRAS. ***Nota:*** Para a documentação devem ser considerados os registros fotográficos, filmagens, coleta de amostras para análises químicas, toxicológicas e monitoramento biológico.	Registros e Relatórios
Registrar e escriturar as atas de reuniões.	
Atualizar diariamente com as frentes de trabalho informações sobre a emergência.	
Elaborar relatório diário sobre todas as atividades desenvolvidas, consolidando as informações recebidas de todos os grupos.	
Reportar os relatórios a Coordenação da Contingência para validação.	
Repassar todas as informações pertinentes ao Operador do InfoPAE para inserção no sistema, se aplicável.	
Registrar o tratamento das ações, que possam se postergar após o término da emergência, relativas a restauração do local afetado, ressarcimento a comunidade e ações de saúde.	
Elaborar relatório final da emergência de forma a permitir a posterior avaliação do PRE e subsidiar processos investigatórios e jurídicos.	
Encaminhar documentação gerada na emergência para guarda pela Coordenação de Segurança e Contingência.	
Guardar a documentação gerada na emergência de forma a resguardar a TRANSPETRO e a PETROBRAS contra eventuais demandas jurídicas.	Coordenação de Segurança e Contingência

14.5.11 Levantamento de Dinheiro em Espécie

Para levantamento de dinheiro em espécie a Gerência DTRM possui Agentes de Fundo Rotativo distribuídos geograficamente. O levantamento de dinheiro em espécie em caso de emergência se dará através dos agentes.
A qualquer momento cada agente pode sacar até R$ 1.000,00 por dia, respeitando-se as restrições bancárias quanto a horário para saque em caixas eletrônicos.

Mediante autorização da Gerência Operacional da DTRM, o valor de saque poderá ser ampliado para atender às necessidades geradas pela emergência.

Ações	Responsável
Acionar o Agente do Fundo Rotativo e autorizá-lo a realizar o levantamento de dinheiro em espécie para atender às necessidades geradas pela emergência.	Gerência da DTRM
Acionar a DIRETORIA FINANCEIRA ADMINISTRATIVA para levantamento das quantias adicionais necessárias e para criação de OI (SAP-R3) para emergência.	
Elaborar controle diário de prestação de contas das despesas efetuadas.	Agente do Fundo Rotativo
Elaborar relatório diário de despesas efetuadas.	
Emitir relatório de caixa ao final da emergência.	
Atender as normas e prazos previstos no Manual Financeiro da TRANSPETRO.	
Orientar pessoal que efetuará as compras sobre os dados a serem utilizados na emissão das notas fiscais.	
Solicitar as notas fiscais dos bens e serviços adquiridos conforme orientação do Agente do Fundo Rotativo.	Todas as Coordenações e Equipes envolvidas nas ações de resposta que realizarem compras ou contratações durante a emergência

14.5.12 Acionamento do Seguro e Controle e Inventários dos Salvados

Este procedimento tem por objetivo orientar a Coordenação da Contingência e estabelecer os procedimentos para acionamento do seguro e controle de inventário dos salvados quando da ocorrência da emergência.

Conforme procedimento PE-0TP-00038 Seguro de Riscos Operacionais/Procedimento, são cobertos pelo procedimento de acionamento de seguros de riscos operacionais as seguintes instalações: tanques e esferas e respectivos produtos, unidades de processamento / geração, bens móveis, prédios, utilidades e dutos internos.

Nota: O Seguro de Riscos Operacionais não cobre a atividade de transporte de dutoviário (Gás ou Petróleo e Derivados).

Para fins de ressarcimento a terceiros, o Seguro de Responsabilidade Civil cobre danos corporais e materiais a terceiros em decorrência de acidentes nas instalações operacionais, incluindo poluição súbita e acidental e remoção de destroços.

São cobertas, pelo Seguro de Responsabilidade Civil, as atividades operacionais de todas as unidades operadas pela TRANSPETRO (dutos, terminais, estações intermediárias, terminais de GNL e unidades de processamento de Gás Natural).

O Procedimento para acionamento das modalidades de seguro de Riscos Operacionais e de Responsabilidade Civil está descritos no item 6.2 Comunicação de Sinistro do padrão PE-0TP-00038 Seguro de Riscos Operacionais/Procedimento.

Nos casos de colisão de navios com cais, píeres, quadros de bóias ou monobóias e nos casos de poluição causada por navios, o procedimento para ressarcimento dos prejuízos deve seguir o definido no procedimento PE-3TP-00152 Ressarcimento de Danos de Causados aos Terminais por Navios /Procedimentos.

14.5.13 Compras e Contratações

As compras e contratações de recursos externos para atendimento à emergência devem ser realizadas de forma a atender as necessidades das equipes de controle do evento quanto ao tipo de recurso e tempo de mobilização.

Para compra ou contratação de tais recursos não é necessário que os fornecedores estejam cadastrados na TRANSPETRO, bastando apenas que:

1º A Coordenação da Contingência ou o Gerente da DTRM autorizem;
2º Os recursos supram a necessidade provocada pelo evento acidental quanto ao tipo e tempo de mobilização;
3º O fornecedor aceite os termos da TRANSPETRO para posterior recebimento dos valores monetários pelo serviço prestado / venda ou que a equipe em campo possua dinheiro em espécie para efetuar a contratação ou aquisição.

Ações	Responsável
Solicitar os recursos externos necessários para os coordenadores das equipes.	Todos os membros das equipes envolvidas nas ações de controle da emergência
Solicitar os recursos externos necessários para a Coordenação de Logística, Coordenação da Contingência ou Comando Unificado.	Todos os Coordenadores das equipes envolvidas nas ações de controle da emergência
Centralizar solicitações de recursos, submetendo a sua aprovação ao Coordenador de Logística.	Logística de campo
Identificar fornecedor com disponibilidade do recurso necessário. ***Nota:*** Os fornecedores podem ser identificados em campo no cadastro de fornecedores do Sistema PETROBRAS e TRANSPETRO, em lista telefônica ou pela internet.	Logística de campo Todos os Coordenadores das equipes envolvidas nas ações de controle da emergência Gerência SUP
Entrar em conto com o fornecedor e expor os termos para contratação ou aquisição e pagamento.	Logística de campo Gerência SUP
Demarcar, sinalizar e preparar área para controle e recebimento de equipamentos e materiais.	Logística de campo
Indicar pessoa para apontar serviços, veículos e aeronaves próprios e de terceiros mobilizados.	
Controlar o recebimento e devolução de recursos externos, mantendo o Comando de Operações ciente destas demandas.	
Inspecionar e cadastrar materiais, viaturas e equipamentos recebidos e a devolver.	
Controlar os recursos colocados à disposição.	
Assegurar estoques mínimos para prevenir faltas.	
Consolidar diariamente as medições de serviços para a emergência.	
Providenciar a manutenção dos equipamentos usados na emergência que forem locados pela logística	

14.5.14 Gestão de Custos

Ações	Responsável
Definir estrutura de custos para a emergência e informar à Controladoria de Custos.	Comando Unificado
Adotar as ações necessárias junto à área financeira para levantamento das quantias adicionais necessárias em espécie e para criação de OI (SAP-R3) para emergência.	Controladoria de Custos
Acompanhar as ações relativas ao Fundo Rotativo.	
Acompanhar o responsável pela contratação para atender a emergência no que tange aos contratos.	
Avaliar disponibilidade e utilização dos recursos usados e/ou contratados para a emergência.	
Elaborar planilha específica para acompanhamento de custos.	
Elaborar formulários específicos para acompanhamento de contratação.	
Acompanhar diariamente com as frentes de trabalho os custos realizados.	
Elaborar diariamente planilha contendo os valores estimados referentes às atividades executadas durante a emergência, entregando ao final do dia a Coordenação da Contingência.	
Controlar o uso dos helicópteros para planilhamento de custos, quando aplicável.	Serviços e Materiais
Entregar medições consolidadas para o responsável pelo Grupo de Controle de Custos.	
Entregar medições consolidadas para o responsável pelo Grupo de Controle de Custos.	
Elaborar os relatórios e demais documentos relativos aos custos ressarcíveis conforme orientações das companhias seguradoras e instruções internas.	Seguros

15. RECURSOS

Foram relacionados os equipamentos, materiais de resposta e recursos humanos, compatíveis com as ações necessárias ao controle das emergências, em seus vários tipos, dimensões e cenários de emergência, considerando aspectos de segurança, meio ambiente e saúde.

Os recursos materiais e humanos incluindo equipamentos de monitoramento biológico e ambiental, identificados pelo nome, tipo, características operacionais, quantidade e localização estão relacionados no Sistema Informatizado de Apoio a Emergência (InfoPAE) – Módulo Gestão de Recursos, na intranet da Companhia no endereço: https://infopae.petrobras.com.br.

Os equipamentos de monitoramento devem estar sempre calibrados.

O **ANEXO E** - Informações sobre recursos médicos de emergência e listagem de equipamentos e materiais terrestre apresenta a relação dos equipamentos e materiais de resposta, considerando nome, tipo, características operacionais, quantidade e localização.

15.1 Recursos Materiais

Os equipamentos e materiais próprios de emergência estão disponíveis nas Bases Operacionais fixadas na região de influências dos Gasodutos.

Caso os recursos materiais da Gerência DTRM não sejam suficientes para o controle da emergência, o Comando da Emergência poderá consultar o **InfoPAE - Sistema Informatizado para Apoio a Plano de Ação de Emergência** e requisitar os equipamentos e materiais necessários ao controle da emergência às Unidades Organizacionais do Sistema PETROBRAS, conforme os Planos de Emergências Corporativos descritos no item 9.

Os CREs (Centro de Resposta a Emergência) das bases de apoio aos Gasodutos são os seguintes:

- ESLOR - Estação de Lorena;
- ESMAN - Estação da Mantiqueira;
- ESTAP - Estação de Tapinhoã;
- PE - São Brás do Suaçuí;
- TABG - Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara;
- TECAM - Terminal de Campos Elíseos;
- TEJAP - Terminal de Japeri;
- TEVOL - Terminal de Volta Redonda.

15.2 Recursos Humanos

Os recursos humanos existentes para combate a emergências a serem utilizados são os disponíveis na EOR descrita no item 9, além de outros órgãos da PETROBRAS, se necessário.

Os Órgãos Públicos de apoio à emergência (Corpo de Bombeiros, SAMU, Defesa Civil, Policia Militar, Polícia Rodoviária, etc.) e especialistas externos estão disponíveis na Lista de contatos do fluxo de Comunicação e EOR emitida por DIP pela Gerência TP\DDT\DTNNESE\UN-RJMG\SMS.

16. CONTINUIDADE DA RESPOSTA

Quando as ações da primeira resposta não forem suficientes para o controle da emergência deve ser elaborado Plano de ação para controle da emergência, visando garantir a continuidade das operações de resposta. O Plano de ação deve ser elaborado em intervalos de tempo pré-estabelecidos, de 6 horas, 12 horas ou 24 horas, e é utilizado para definir e compartilhar prioridades, objetivos e metas comuns, bem como definir e organizar o uso dos recursos. A elaboração do Plano de ação permite planejar dentro de um horizonte de tempo mais confiável e garantem o gerenciamento da emergência em ciclos sucessivos de planejamento, organização, execução e controle da emergência.

17. ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES

O encerramento das operações de resposta está a cargo do Comando Unificado da Emergência, após à confirmação que a fonte foi controlada e não existe mais risco de novos impactos às pessoas, ao patrimônio e ao meio ambiente.

As ações pós-emergência e monitoramento de áreas afetadas devem ser decididas pelo Coordenador de Contingência, em comum acordo com os órgãos ambientais competentes.

17.1 Desmobilização

- Desmobilizar as equipes envolvidas, equipamentos e materiais utilizados na emergência, depois de assegurar que toda área atingida tenha sido limpa e todo o resíduo gerado tenha sido recolhido.

17.2 Ações Suplementares

- Gerar no SIGA (Sistema Integrado de Gestão de Anomalias) um Relatório de Tratamento de Anomalias - RTA, conforme o padrão **PG-0TP-00024 - Tratamento de Anomalias** e elaborar um relatório de análise e investigação de incidentes/acidentes conforme preconiza o padrão **PP-0TP-00002 - Apropriação, Identificação e Tratamento de Anomalias de SMS;**

- Encaminhar o relatório à Gerência de Segurança e Contingência da TRANSPETRO, à Diretoria de SMS Corporativo da PETROBRAS S/A e outras partes interessadas;

- Confirmar o cumprimento de cada etapa prevista neste Plano, efetuando o registro das ações que devam se postergar para após o encerramento da emergência, destacando-se as ações de ressarcimento à comunidade e recuperação dos ecossistemas.

- Após situações de emergência, a Coordenação de Meio Ambiente deve avaliar os danos ambientais e o processo de recuperação dos ecossistemas em conjunto com o órgão ambiental responsável.

- Após situações de emergência, a equipe de reparos de emergência deve:

    - ✓ Realizar os reparos de emergência no gasoduto ou outras instalações atingidas;
    - ✓ Recuperar a área atingida, efetuando escavação, recomposição de terreno, remoção de escombros e limpeza que forem necessários e aplicáveis;
    - ✓ Articular-se com o CREDUTO nos casos aplicáveis.

Nota: Caso haja exposição a produto derramado ou vazado durante contenção ou recolhimento e/ou diante de qualquer outro risco à saúde, todos os trabalhadores envolvidos no evento devem realizar exames complementares conforme previsto no PP-0V3-00024 - ATENÇÃO À SAÚDE DOS TRABALHADORES DAS EQUIPES DE EMERGÊNCIA. Tal procedimento visa realizar o controle biológico caso tenha ocorrido da exposição ocupacional aos agentes químicos previstos no PB PP-0V3-00024. A responsabilidade de aplicar esse procedimento na gerência DTRM é da Coordenação de Saúde e da Coordenação de Segurança e Contingência.

17.3 Análise Crítica

- Realizar análise crítica da emergência conforme os critérios descritos no PG-0TP-00088 - Gestão de Contingência em SMS.

17.4 Critérios para Reinício Seguro de Operação ou Atividade Relacionada com Anomalias de SMS

Anomalia de SMS	Atividade	Responsável
Anomalias de SMS relacionadas a equipamentos operacionais sob responsabilidade da Gerência DTRM Vazamento de gás em Linha Tronco e/ou acessórios do Gasoduto Presença de fogo na instalação	Após confirmação do fim da emergência retomar as operações somente após liberação da Gerência responsável pelos reparos de emergência.	Gerente de Manutenção e Operação
	Avaliar as condições de segurança do local, verificando se estão controlados os riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Colher as informações relevantes para investigação e analisar a ocorrência.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Autorizar a remoção do isolamento da área.	Comissão de Investigação e Análise da Ocorrência
	Após confirmação do fim da emergência retomar as atividades somente após liberação da Coordenação Segurança e Contingência	Gerente de Manutenção e Operação Supervisor de Operações
Anomalias de SMS relacionadas acidentes com lesão à força de trabalho ou terceiros. ***Nota:*** Neste item também estão considerados os acidentes de trânsito.	Avaliar as condições de segurança do local, verificando se estão controlados os riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Colher as informações relevantes para investigação e analisar a ocorrência.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Autorizar a remoção do isolamento da área.	Comissão de Investigação e Análise da Ocorrência
	Após ações de socorro à vítima retomar as atividades e operações somente após liberação da Coordenação de Segurança e Contingência	Gerente de Manutenção e Operação Supervisor de Operações
Demais Anomalias de SMS	Avaliar as condições de segurança do local, verificando se estão controlados os riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Colher as informações relevantes para investigação e analisar a ocorrência.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Autorizar a remoção do isolamento da área.	Comissão de Investigação e Análise da Ocorrência
	Após ações de socorro à vítima, retomar as atividades e operações somente após liberação da Coordenação de Segurança e Contingência	Gerente de Manutenção e Operação Supervisor de Operações

18. GERENCIAMENTO DO PRE - PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIA

18.1 Revisão / Atualização

O Plano de Resposta à Emergência deve ser revisado ou atualizado conforme definido no PP-0TP-00026 - Elaboração e Revisão de Planos de Resposta a Emergências.

18.2 Planejamento e Execução de Simulados

O PRE deve ser avaliado através da realização de simulados, na frequência estabelecida no Cronograma Anual de Simulados, conforme definido no PP-0TP-00020 - Manutenção do Pronto Atendimento a Emergências em SMS.

18.3 Divulgação e Implantação

- **Interna:** A Gerência Setorial de Segurança Operacional realizará treinamento para a força de trabalho da Unidade Operacional.
- **Externa:** A Comunicação Institucional em conjunto com a Manutenção de Faixa de Dutos realizará a divulgação para as partes interessadas.

19. ANEXOS

Pasta: Anexos Comuns

- ✓ Anexo A - Mapa de Acesso Rodoviário e Ferroviário
- ✓ Anexo B - Formulário de Comunicação Inicial e Relatório de Incidente
- ✓ Anexo C - Atribuições e Responsabilidades dos Integrantes da EOR
- ✓ Anexo D - Recursos Médicos, Equipamentos e Materiais de Resposta
- ✓ Anexo E - Tempo de Deslocamento de Recursos
- ✓ Anexo F - Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico
- ✓ Anexo G - Fluxograma de Atendimento a Intoxicação Alimentar
- ✓ Anexo H - Relatório atendimento registro e investigação de surto de DTA
- ✓ Anexo I - APR Complementar
- ✓ Anexo J - Cenários típicos e estratégias
- ✓ Anexo K - Acordos de Cooperação

Pasta: GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC

- ✓ Anexo 1.0 - Itens 6 e 13 - GASDUC II
- ✓ Anexo 1.1 - Traçado do Duto
- ✓ Anexo 1.2 - Fluxograma de Engenharia
- ✓ Anexo 1.3 - Diagrama Blocos
- ✓ Anexo 1.4 - Mapa de Localização Geográfica
- ✓ Anexo 1.5 - Croquis de Acesso
- ✓ Anexo 1.6 - Dados do EAR

Pasta: GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos

- ✓ Anexo 2.0 - Itens 6 e 13 - GNL
- ✓ Anexo 2.1 - Fluxograma de Engenharia
- ✓ Anexo 2.2 - Diagrama de Blocos
- ✓ Anexo 2.3 - Mapa de Localização Geográfica
- ✓ Anexo 2.4 - Croquis de acesso
- ✓ Anexo 2.5 - Dados do EAR
- ✓ Anexo 2.6 - Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa

- **Pasta: GASCAB I, II, III e Enchovão (Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas)**

✓ Anexo 3.0 - Itens 6 e 13 - GASCAB I, II, III e Enchovão (Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas)
✓ Anexo 3.1 - Desenhos, Plantas e Croquis
✓ Anexo 3.2 - Receptores Ameaçados
✓ Anexo 3.3 - Características Climáticas

- **Pasta: Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)**

✓ Anexo 4.0 - Itens 6 e 13 – Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)
✓ Anexo 4.1 - Acordos Formais
✓ Anexo 4.2 - Coordenadas Geográficas Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - Trecho Terrestre
✓ Anexo 4.3 - Dados do EAR
✓ Anexo 4.4 - Descrição do Sistema
✓ Anexo 4.5 - Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa
✓ Anexo 4.6 - Fluxograma de Engenharia
✓ Anexo 4.7 - Mapas de Acesso
✓ Anexo 4.8 - Mapa de Localização Geográfica e Pontos Notáveis
✓ Anexo 4.9 - Procedimento Básico de Resposta

- **Pasta: Gasoduto Guapimirim COMPERJ (GASERJ)**

✓ Anexo 5.0 - Itens 6 e 13 – Guapimirim COMPERJ (GASERJ)
✓ Anexo 5.1 - Fluxograma de Engenharia
✓ Anexo 5.2 - Mapeamento Traçado
✓ Anexo 5.3 - Mapas de Acesso
✓ Anexo 5.4 - Dados EAR

- **Pasta: Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre**

✓ Anexo 6.0 - Itens 6 e 13 – Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre
✓ Anexo 6.1 - Matriz de Ocupação Humana
✓ Anexo 6.2 - Fluxograma de Engenharia
✓ Anexo 6.3 - Mapas de Acesso
✓ Anexo 6.4 - Mapeamento Traçado
✓ Anexo 6.5 - Dados EAR

TRANSPETRO

NP-1

TRANSPETRO **Código: MO-5TP-00238-0**

MALHA NORTE FLUMINENSE - MANUAL DE OPERAÇÃO - GASODUTO GASERJ

Status: Ativo

Órgão aprovador:
TP/DOP/DTNNESE/UO-RJMG/DTRM/RJSP

Órgão gestor: **TP/DOP/DTNNESE/UO-RJMG/DTRM/RJSP**

Data de Aprovação: 11/12/2020

Assinatura: Ricardo de Carvalho Pinheiro

Tipo de Cópia Impressa:
Não Controlada

Cadastro do padrão

Clique aqui para expandir a seção validação.

Padrão entrou em validação em 09/11/2020. **Prazo para validação:** 44 **dias (até** 24/12/2020**)**

Gerência Aprovadora	Não se aplica.	Validado

SUMÁRIO

1. OBJETIVO
2. APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA
3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E COMPLEMENTARES
   3.1. Documentos de Referência
   3.2. Documentos Complementares
4. DEFINIÇÕES
5. AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE
6. DESCRIÇÃO
   6.1. Características Físicas das Instalações
      6.1.1. Características do Gasoduto
         6.1.1.1. Descrição Geral
         6.1.1.2. Localização Geográfica do Gasoduto
         6.1.1.3. Diâmetro, Espessura, Classe de Locação e Material e perfil longitudinal
   6.2. Produto Movimentado
      6.2.1. Produto
      6.2.2. Qualidade

6.2.3. Segurança
6.3. Instalações Intermediárias
6.3.1. Estação de Compressão
6.3.2. Estação de Redução de Pressão
6.3.3. Estação de Interconexão (EDG)
6.3.4. Área Intermediária de Válvula/Scrapers
6.4. Pontos de Recebimento e Entrega
6.4.1. Ponto de Recebimento
6.4.2. Ponto de Entrega
6.5. Válvulas de Bloqueio (Atuação Local / Remota e Manual / Automática)
6.6. Volume entre Válvulas de Bloqueio do Gasoduto
6.7. Dispositivos de Passagem de PIG
6.8. Instrumentos do Gasoduto
6.9. Provadores de Corrosão
6.10. Instalações de Purga (Vents)
6.11. Estações Retificadoras (ER)
6.12. Juntas de Isolamento Elétrico
6.13. Controle do Processo
6.13.1. Filosofia de Controle Operacional
6.13.1.1. Modelo adotado
6.13.1.2. Estrutura do Controle Operacional (Salas de controle/CNCL)
6.14. Características Operacionais do Gasoduto
6.14.1. Pressões, Vazões e Temperaturas Operacionais
6.14.2. Acompanhamento das Variáveis de Processo
6.15. Sistema de Supervisão, Controle e Aquisição de Dados – SCADA
6.15.1. Automação
6.15.2. Telecomunicações
6.15.3. Informática
6.16. Sistemas de Segurança
6.16.1. Dispositivos de Proteção
6.16.2. Válvulas de Bloqueio Automático do Gasoduto
6.17. Intertravamentos
6.18. Sistemas de Detecção de Vazamentos
6.19. Sistemática de Comunicação Operacional (entre CNCL e UOs)
6.20. Fonte Alternativa de Energia
7. REGISTROS
8. ANEXOS

1. OBJETIVO

O Manual de Operação do Gasoduto GASERJ 16" tem como objetivo principal disponibilizar as informações necessárias referentes às instalações, aos processos de controle e proteção à movimentação de gás natural não processado.

2. APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Este padrão aplica-se **TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJNF** - Gerência Setorial de Manutenção de Dutos RJ-Norte Fluminense e as gerências descritas a seguir:

TP/DDT - Diretoria de Dutos e Terminais
TP/DDT/DTNNESE - Gerência Executiva de Operação de Dutos e Terminais N/NE/SE
TP/DDT/COICM/LCI/OP/GAS - Gerência Setorial de Operação de Gasodutos
TP/DDT/ILO - Gerência Geral de Integração Logística e Operações
TP/DDT/ILO/OP - Gerência de Operações do CNCL
TP/DDT/ILO/TT - Gerência de Transporte Terrestre
TP/DDT/ILO/SOL - Gerência de Soluções Integradas e Otimização
TP/DDT/ILO/PIL - Gerência de Programação e Integração Logística
TP/DDT/ILO/GMEQ - Gerência de Movimentação, Medição e Qualidade
TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG - Gerência Geral de UN-RJ/MG
TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM - Gerência de Dutos e Terminais RJ/MG
TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJNF - Gerência Setorial de Dutos RJ/Norte Fluminense
TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS - Gerência Setorial de SMS
TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SIE - Gerência de Serviços Integrados e Equipamentos
TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SIE/INSP - Gerência Setorial de Inspeção
TP/DSERV/SMS/PIC/ACERC - Gerência Setorial de Auditoria, Certificação e Controle

G&E/PGE - Gerência Geral de Programação de Gás e Energia
G&E/UN-AGN - Gerência Geral da Unidade de Negócios Ativos de Gás Natural
G&E/UN-AGN/APITB - Gerência de Ativo de Processamento de Itaboraí
G&E/UN-AGN/APITB/MI - Gerência Setorial de Manutenção de Integridade
G&E/UN-AGN/APITB/PSO - Gerência Setorial de Planejamento e Suporte Operacional
G&E/UN-AGN/APITB/SMS-APITB - Gerência Setorial de SMS - APITB
G&E/UN-AGN/APITB/OP-UTGITABORAI - Gerência Setorial de Operação da Unidade de Tratamento de Gás de Itaboraí
G&E/UN-AGN/APCAB - Gerência do Ativo de Processamento de Cabiúnas
G&E/UN-AGN/APCAB/MI - Gerência Setorial de Engenharia Industrial
G&E/UN-AGN/APCAB/PSO - Gerência Setorial de Planejamento e Suporte Operacional
G&E/UN-AGN/APCAB/OP-UTGCAB - Gerência Setorial de Operação da Unidade de Tratamento de Gás de Cabiúnas
G&E/UN-AGN/APCAB/SMS-APCAB - Gerência Setorial de SMS - APCAB

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E COMPLEMENTARES

3.1. Documentos de referência

Resolução **ANP Nº 6, de 03.02.2011**;
RTDT - Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural;
Resolução **ANP nº 41, de 09.10.2015**;
PETROBRAS N-2246 – Operação de Gasoduto Terrestre e Submarino;
PETROBRAS N-2634 – Operações com passagem de PIGs;
PETROBRAS N-2726 – Dutos: Terminologia;
ET-4000.00-6520-940-PTD-002 – Padrão para Elaboração de Manual de Operação de Gasodutos.

3.2. Documentos complementares

PG-4TP-00019 - Operações de Transporte de Gás Natural;
PE-5TP-00213 - Limites Operacionais;
PE-5TP-00212 - Acompanhamento Operacional e Rotinas do CNCO/Gás;
PE-5TP-00206 - Comunicação entre CNCO/Gás e Malhas;
PE-3TP-00119 - Programação, Lançamento, Recebimento e Acompanhamento de Operações de Pigs em Gasodutos;
PE-5TP-00025 - Monitoração, Detecção e Controle de Vazamentos em Gasodutos;
PE-0TP-00376 - Segurança Operacional;
PE-5TP-01501 - Malha Norte Fluminense - Atividades na DTRM/RJNF;
PE-5TP-01151 - Malha Norte Fluminense - Atividades em Áreas de Válvulas;
PE-5TP-00399 - Malha Norte Fluminense - Atividades com PIG;
MO-5TP-00134 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GASDUC II
PP-0TP-00002 - Gerir Anomalias de SMS;
EP-3TP-00011 - Atividades Críticas;
PE-5TP-00205 - Situações Anormais e de Emergência;
PE-4TP-00086 - PRE - Plano de Resposta à Emergências dos Gasodutos e ECOMPS da Gerência DTRM;
PG-3TP-00054 - Protocolo de Responsabilidades entre Transpetro, APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ
PP-3TP-00062 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ

4. DEFINIÇÕES

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível;
AO - Autorização de Operação emitida pela ANP;
CLP - Controlador Lógico Programável
CNCL - Centro Nacional de Controle e Logística - localizado na sede da

TRANSPETRO onde são realizadas todas as operações dos gasodutos da TRANSPETRO;
EMPACOTAMENTO – Volume de gás armazenado no duto;
ESTOQUE OPERACIONAL – Ver empacotamento;
ESTOQUE MÁXIMO – Maior empacotamento possível para o gasoduto isto é, com vazões mínimas e pressões máximas;
ESTOQUE MÍNIMO – Menor empacotamento possível para o gasoduto isto é, com vazões máximas e pressões mínimas;
FISPQ - Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico;
GASDUC – Gasoduto Cabiúnas-REDUC;
GN - Gás Natural;
INVENTÁRIO – Ver empacotamento;
LP - Lançador de PIGs;
RP - Recebedor de PIGs;
PIG - Dispositivo que transita por dentro de uma linha impulsionado pelo próprio gás, com objetivo de limpar ou inspecionar o duto;
PMO - Procedimento Mútuo de Operação;
PÓLO GASLUB - Pólo de Gás e Lubrificantes
PR - Protocolo de Responsabilidades;
PRE - Plano de Resposta a Emergências;
PULMÃO – Diferença entre o empacotamento em uma condição genérica e o empacotamento mínimo;
PULMÃO MÁXIMO – Diferença entre o maior e o menor empacotamento;
RTA - Relatório de Tratamento de Anomalia;
SDV - Shut Down Valve (Válvula de bloqueio rápido);
SINPEP - Sistema Integrado de Padronização Eletrônica da Petrobras;
UIP – Unidade de Interface de Processo;
UO (Unidade Operacional) – Subdivisão geograficamente distinta de um órgão operacional, ou ainda, o próprio órgão quando não houver subdivisões geográficas;
UTG - Unidade de Tratamento de Gás;
UTGCAB - Unidade de Tratamento de Gás Cabiúnas;
UTGITABORAI - Unidade de Tratamento de Gás de Itaboraí;
UTR – Unidade Terminal Remota;
XV – Válvula automática.

5. AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE

ATIVIDADE	AUTORIDADE	RESPONSABILIDADE
Elaboração / Revisão do Manual	Gerente Setorial da Malha	Técnicos de manutenção
Manutenção do Gasoduto	Supervisor da Malha	Técnicos de manutenção
Operação do Gasoduto	TP/DDT/COICM/LCI	TP/DDT/COICM/LCI

6. DESCRIÇÃO

6.1. Características Físicas das Instalações
6.1.1. Características do Gasoduto
6.1.1.1. Descrição Geral

O Gasoduto GASERJ 16", tem seu início no km 0, dos Dutos Norte – Pólo Gaslub, na área das Instalações TRANSPETRO, seguindo com os demais dutos por 8,25 km, pouco antes da Área de Válvulas Nº 1 do oleoduto OCERJ, a partir deste ponto segue por mais 2,75 km numa faixa independente até o Ponto de Entrega de Guapimirim, totalizando 11 km de extensão.

O Gasoduto GASDUC II, no Ponto de Entrega de Guapimirim, teve um pequeno trecho cortado e retirado, como indicado na **Figura 1** a seguir, para possibilitar a interligação deste com o Gasoduto GUAPIMIRIM/COMPERJ I – GASERJ e viabilizar a movimentação do gás para o Pólo Gaslub

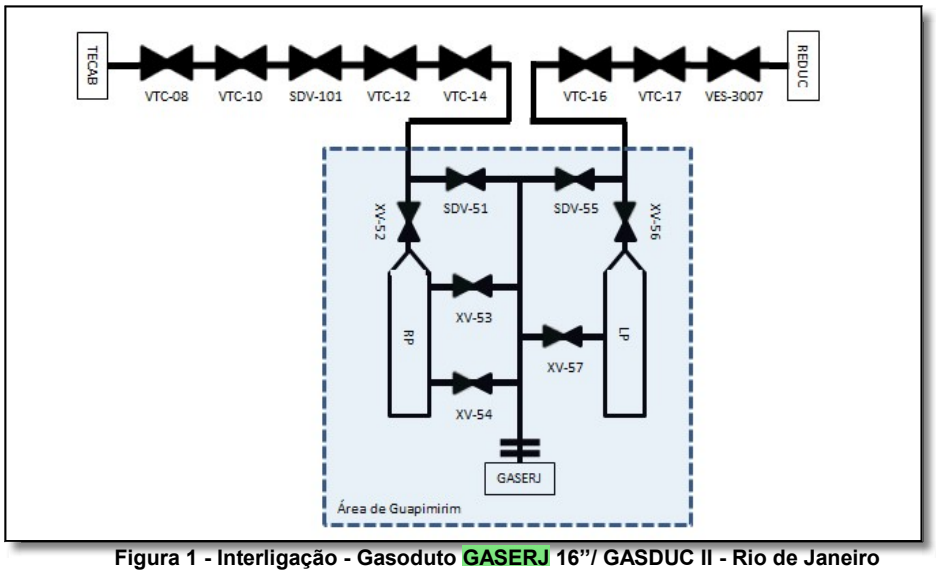


Figura 1 - Interligação - Gasoduto GASERJ 16"/ GASDUC II - Rio de Janeiro

As instalações descritas serão utilizadas para o escoamento de gás natural não processado do GASDUC II para o Pólo Gaslub. A quilometragem inicial (km 0) do GASERJ 16" está referenciada no Pólo Gaslub e a quilometragem final (km 11) localizada no Ponto de Interconexão do GASDUC II em Guapimirim, embora o sentido do fluxo seja o inverso.

A **Figura 2** apresenta o fluxograma simplificado do GASERJ 16".

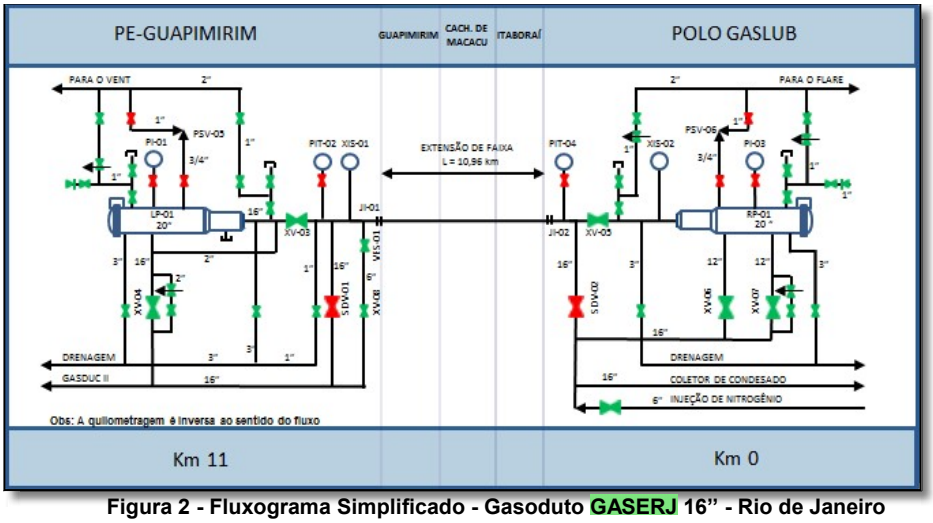


Figura 2 - Fluxograma Simplificado - Gasoduto GASERJ 16" - Rio de Janeiro

6.1.1.2. Localização Geográfica do Gasoduto

Municípios atravessados pelo GASERJ 16" - **Tabela 1**.

Tabela 1 – Municípios atravessados pelo Gasoduto GASERJ 16"

Município	Início (km)	Término (km)
Itaboraí	0 km	2 km
Cachoeiras de Macacu	2 km	8 km
Guapimirim	8 km	11 km



Figura 3 – PE-GUAPIMIRIM - Guapimirim - Rio de Janeiro

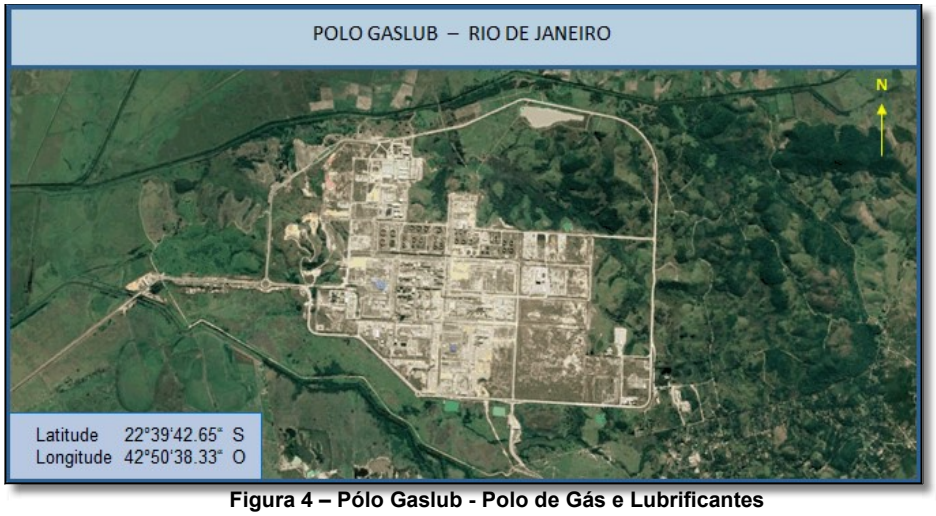


Figura 4 – Pólo Gaslub - Polo de Gás e Lubrificantes

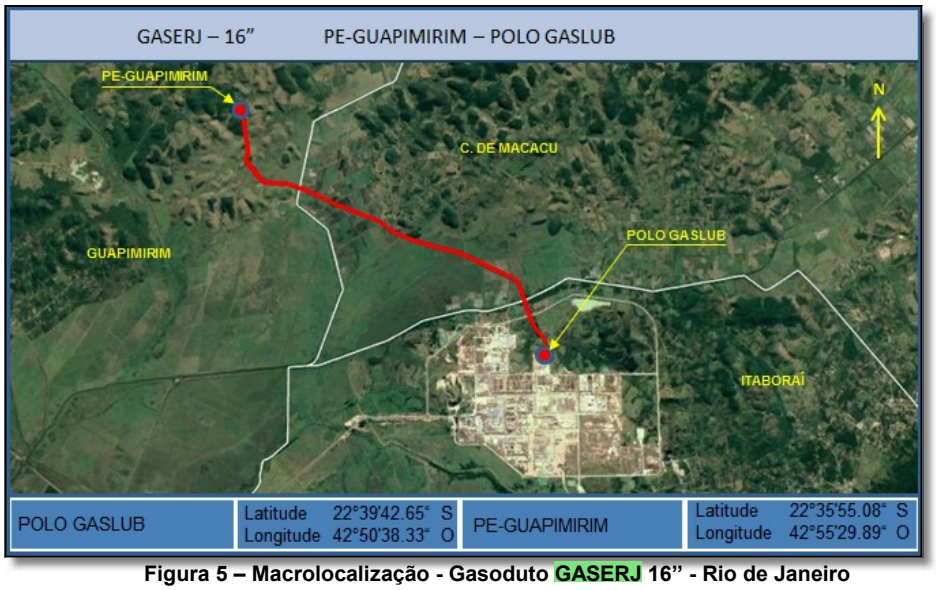


Figura 5 – Macrolocalização - Gasoduto GASERJ 16" - Rio de Janeiro

6.1.1.3. Diâmetro, Espessura, Classe de Locação e Material e Perfil Longitudinal

Tabela 2 – Diâmetro, Espessura, Material do GASERJ 16"

Trecho (km)	Diâmetro (pol.)	Espessura (pol.)	Classe de Locação	Material
0 ao 01 + 751,14 09 + 389,85 ao 11 + 111,46	16	0,375	1 / 2	API 5L X65
01 + 751,14 ao 02 + 883,80 02 + 919,61 ao 02 + 669,35 03 + 140,59 ao 03 + 400,75 03 + 484,64 ao 03 + 930,94 03 + 992,94 ao 04 + 539,71 04 + 589,25 ao 05 + 126,71 06 + 547,68 ao 07 + 885,60 07 + 985,01 ao 09 + 389,85	16	0,344	1	
02 + 883,80 ao 02 + 919,61 02 + 669,35 ao 03 + 140,59 03 + 400,75 ao 03 + 484,64 03 + 930,94 ao 03 + 992,94 04 + 539,71 ao 04 + 589,25 05 + 126,71 ao 06 + 547,68 07 + 885,60 ao 07 + 985,01	16	0,375	1	

O perfil longitudinal encontra-se no **Anexo D** deste documento.

6.2. Produto Movimentado
6.2.1. Produto

Tabela 3 – Composição do Gás Natural

Componente	Fração Molar							
	Sigla	A (%)	B (%)	C (%)	D (%)	E (%)	F (%)	G (%)
Metano	C1	81,6563	81,8329	79,0859	80,2839	80,6639	75,1925	83,0544
Etano	C2	8,5808	8,6010	10,1915	9,2182	9,2581	12,4088	7,9310
Propano	C3	5,3961	5,4112	6,1535	5,9588	5,9888	7,4593	4,8229
Isobutano	i-C4	0,7869	0,7869	0,7718	0,8398	0,8398	0,8099	0,7330
Butano	n-C4	1,4287	1,4338	1,6913	1,4497	1,4497	1,9598	1,4177
Isopentano	i-C5	0,2748	0,2748	0,3455	0,2599	0,2599	0,4000	0,2901
Pentano	n-C5	0,3488	0,3488	0,4598	0,3099	0,3099	0,5299	0,3884
Hexano	C6	0,1584	0,1584	0,1634	0,1200	0,1200	0,1300	0,1975
Heptano	C7	0,0602	0,0602	0,0652	0,0400	0,0400	0,0500	0,0808
Octano	C8	0,0142	0,0142	0,0142	0,0100	0,0100	0,0100	0,0186
Nonano	C9	0,0019	0,0019	0,0019	-	-	-	0,0038
Decano	C10	0,0003	0,0003	0,0003	-	-	-	0,0007
Nitrogênio	N2	0,5448	0,5448	0,6307	0,5899	0,5899	0,7599	0,4990
Dióxido de Carbono	CO2	0,6676	0,4456	0,3345	0,8398	0,3999	0,1800	0,4922
Água	H2O	0,0797	0,0848	0,0898	0,0900	0,1000	0,1100	0,0692
Sulfeto de hidrogênio	H2S	0,0005	0,0005	0,0005	-	-	-	0,0010
Peso Molecular	Mol	20,47	20,62	21,04	20,72	20,62	21,85	20,22

6.2.2. Qualidade

O monitoramento da qualidade do gás natural é feita por meio da aquisição de dados, análise e arquivamento dos Certificados de Análise, emitidos pelos órgãos produtores e/ou processadores do gás, responsáveis pela injeção nos pontos de recepção dos gasodutos.

O objetivo do monitoramento é assegurar que a qualidade do gás fornecido aos clientes, regulada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), esteja em conformidade com a Resolução da ANP número 16, de 17 de junho de 2008.

No caso de alguma anormalidade nas análises, ou seja, no caso de algum componente da mistura ultrapassar os limites permitidos pela Portaria da ANP, avisar imediatamente a um responsável e seguir as demais orientações constantes na FISPQ - (**Anexo B**).

6.2.3. Segurança

As instalações do Ponto de Interconexão do GASDUC II serão utilizadas para continuidade do escoamento de gás natural não processado do GASDUC II e sua interligação com o Pólo Gaslub através do GASERJ 16”.

6.3. Instalações Intermediárias
6.3.1. Estação de Compressão

Este item não se aplica ao sistema do GASERJ 16”.

6.3.2. Estação de Redução de Pressão

Este item não se aplica ao sistema do GASERJ 16”.

6.3.3. Estação de Interconexão (EDG)

Este item não se aplica ao sistema do GASERJ 16”.

6.3.4. Área Intermediária de Válvula/Scrapers

Este item não se aplica ao sistema do GASERJ 16”.

6.4. Pontos de Recebimento e Entrega

Este item não se aplica ao sistema do GASERJ 16”.

6.5. Válvulas de Bloqueio (Atuação Local / Remota e Manual / Automática)

A seguir, **Tabela 4** contendo localização e características principais das válvulas de bloqueio,

Tabela 4 – Características das Válvulas de Bloqueio e dos Scrapers.

TAG	Modos de atuação disponíveis				Posição (km)	Localidade	Diâmetro (pol)	Tipo	Classe
	L	R	M	A					
XV-4715.1503	X		X		Lançador Km 11	Guapimirim	16	Esfera	600#
XV-4715.1504	X		X		Lançador Km 11	Guapimirim	16		
XV-4715.1505	X		X		Recebedor Km 0	Pólo Gaslub	16		
XV-4715.1506	X		X		Recebedor Km 0	Pólo Gaslub	12		
XV-4715.1507	X		X		Recebedor Km 0	Pólo Gaslub	12		
XV-4715.1508	X	X	X	X	Lançador Km 11	Guapimirim	6		
SDV-4715.1501	X	X	X	X	Lançador Km 11	Guapimirim	16		
SDV-4715.1502	X	X	X	X	Recebedor Km 0	Pólo Gaslub	16		

Formas de atuação da válvula:

Modo:
Local – Acionada localmente;
Remoto – Acionada pelo sistema SCADA ou PLC

Tipo:
M – Acionada pelo técnico da malha o do CNCL
A – Acionada por lógica de controle no PLC ou por dispositivo pneumático/hidráulico/elétrico.

6.6. Volume entre Válvulas de Bloqueio do Gasoduto

Tabela 5 – Volume entre Válvulas de Bloqueio - GASERJ 16"

Trecho	Comprimento (km)	Volume Físico (m³)
XV-4715.1503 / SDV-4715.1501 A XV-4715.1505 / SDV-4715.1502	11,1135	1314,44

Média Ponderada das Espessuras=0,361 Pol
Área 16” = 0,1183 m³
Volume físico total = 1314,44 m³

6.7. Dispositivos de Passagem de PIG

Tabela 6 – Características do Lançador Guapimirim

TAG	LP-4715.1501
Tipo	Lançador
Diâmetro	16 X 20"
Tipo de tampa	Abertura / Fechamento Rápido
Volume da câmara de *pig*	1,255 m³
Dreno	3"

Tabela 7 – Características do Recebedor Pólo Gaslub

TAG	RP-4715.1501
Tipo	Recebedor
Diâmetro	16 X 20"
Tipo de tampa	Abertura / Fechamento Rápido
Volume da câmara de *pig*	1,255 m³
Dreno	3"

6.8. Instrumentos do Gasoduto

Tabela 8 - Características dos instrumentos ligados diretamente ao GASERJ 16”

TAG	Descrição	Localização	Faixa de operação
PI-4715.1501	Indicador de Pressão	Lançador LP-4715.1501	0 a 160 kgf/cm²
PIT-4715.1502	Indicador Transmissor de Pressão	Lançador LP-4715.1501	0 a 100 kgf/cm²
PI-4715.1503	Indicador de Pressão	Recebedor RP-4715.1501	0 a 160 kgf/cm²
PIT-4715.1504	Indicador Transmissor de Pressão	Recebedor RP-4715.1501	0 a 100 kgf/cm²
PSV-4715.1505	Válvula de Alivio	Lançador LP-4715.1501	100 kgf/cm²
PSV-4715.1506	Válvula de Alivio	Recebedor RP-4715.1501	100 kgf/cm2
XIS-4715.1501	Indicador de Passagem de Pig	Lançador LP-4715.1501	N/A
XIS-4715.1502	Indicador de Passagem de Pig	Recebedor RP-4715.1501	N/A

6.9. Provadores de Corrosão

Tabela 9 – Provadores de Corrosão

Provador	Tipo	Quilômetro (km)	Localização
XE-4715.1406			

XE-4715.1408	DCL (Disco Cupom)	0	Recebedor - Pólo Gaslub RP-4715.1501
XE-4715.1405	Resistência elétrica		
XE-4715.1407			

6.10. Instalações de Purga (Vents)

Este item não se aplica ao sistema do GASERJ 16”.

6.11. Estações Retificadoras (ER)

O gasoduto GASERJ possui um sistema de proteção catódica, com 6 Pontos de Teste, e um novo Retificador, inicialmente previsto no projeto para ser instalado na Área de Válvulas Nº 1, mas que foi efetivamente instalado no Ponto de Entrega de Guapimirim, e interligado ao sistema de proteção dos dutos Norte.

Tabela 10 - Estações Retificadoras - GASERJ 16"

Retificador	Quilômetro (km)	Localização
ER-01	Km 11	Ponto de Entrega de Guapimirim

6.12. Juntas de Isolamento Elétrico

Tabela 11 - Juntas de Isolamento Elétrico - GASERJ 16"

TAG	FABRICANTE / MODELO	Tipo	Localização
JI-4715.1501	NUOVAGIUNGAS / NG4/B	MONOBLOCO	Km 11 – Ponto de Entrega de Guapimirim
JI-4715.1502	NUOVAGIUNGAS / NG4/B	MONOBLOCO	Km 0– Instalações da Transpetro no Guapimirim
JI-4715.0551	NUOVAGIUNGAS / NG4/B	MONOBLOCO	Km 11 – Ponto de Entrega de Guapimirim
JI-4715.0552	NUOVAGIUNGAS / NG4/B	MONOBLOCO	Km 11 – Ponto de Entrega de Guapimirim

6.13. Controle do Processo
6.13.1. Filosofia de Controle Operacional
6.13.1.1. Modelo adotado

A **Figura 6** mostra detalhadamente o modelo adotado. Este modelo é centralizado e a supervisão, controle e coordenação operacional são realizados pelo CNCL, no Rio de Janeiro, com monitoramento das variáveis de processo em tempo real.

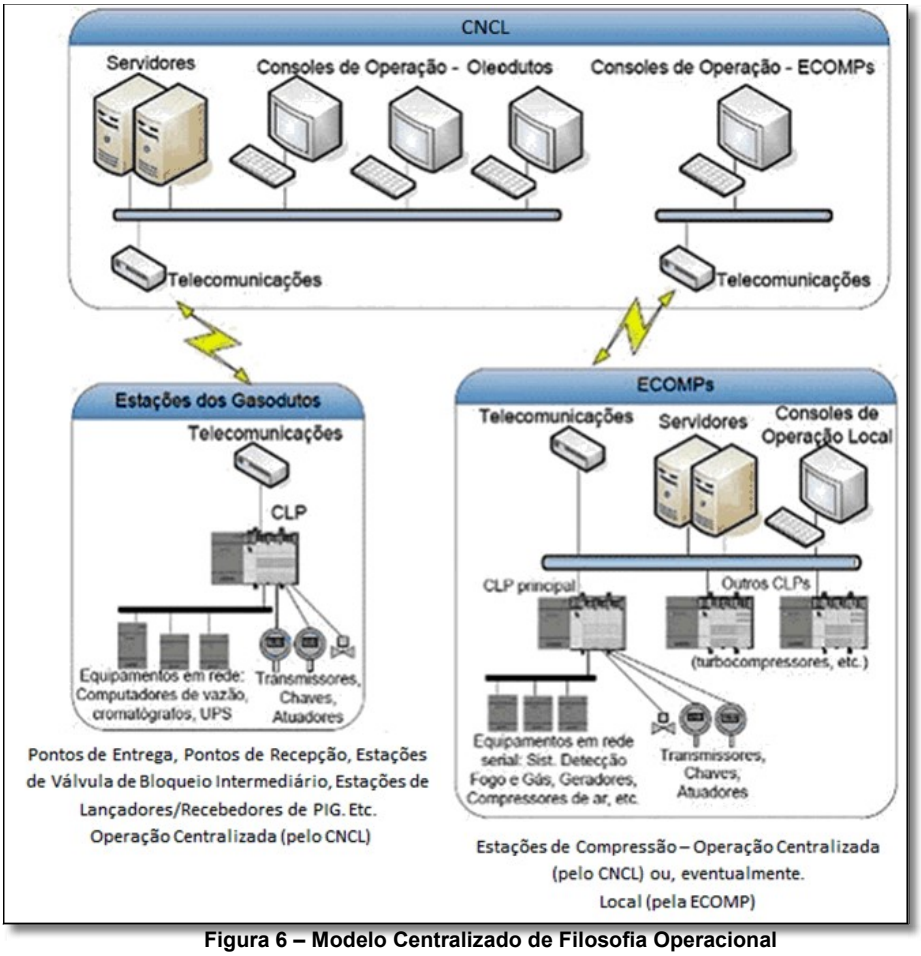


Figura 6 – Modelo Centralizado de Filosofia Operacional

Os gasodutos são operados de modo centralizado pelo CNCL (Centro Nacional de Controle e Logística) localizado na sede da TRANSPETRO. A operação dos gasodutos se dá através de dois sistemas de controle:

- Estações de Compressão (ECOMPs) - Estas estações são operadas utilizando o *software* de supervisão iFIX, cujos servidores redundantes estão nas ECOMPs. A operação pode ser feita por consoles de operação local ou no CNCL. A leitura de dados e envio de comandos entre os consoles e os CLPs é feita através dos servidores do iFIX.

- Demais Estações - As demais estações dos gasodutos, como pontos de entrega e recepção, estações de lançadores e recebedores de *pig* , estações de proteção catódica e de válvulas intermediárias etc., são operadas utilizando o *software* de supervisão OASyS. Tanto os consoles de operação quanto os servidores do OASyS se localizam no CNCL.

Em ambos os sistemas de controle a conexão com o CNCL passa por um sistema de telecomunicações gerenciado e mantido pela PETROBRAS/TIC, composto de roteadores e outros equipamentos, que variam conforme o local (fibra ótica, satélite, rede corporativa etc.). Esses sistemas de telecomunicação normalmente utilizam meios redundantes, por exemplo: fibra ótica e satélite. Também em ambos os sistemas de controle os CLPs trocam dados com os equipamentos de campo, seja por sinais 4-20 mA, binários ou em rede.

Para garantir a continuidade das operações, o CNCL conta com uma réplica completa do sistema principal (estação *backup*), localizada no Terminal de Campos Elíseos (TECAM), capaz de realizar as mesmas funções do CNCL.

As principais atribuições do Centro de Controle Operacional de Gasodutos (CCOG) são:

- Supervisionar, analisar e otimizar o sistema de escoamento de gás;
- Monitorar e ajustar a qualidade do gás movimentado;
- Acionar o Plano de Contingência de Gasodutos (PCG), quando necessário;
- Zelar pelo cumprimento integral dos procedimentos, contratos, normas e legislações; relativas às atividades sob responsabilidade do CCOG.

6.13.1.2. Estrutura do Controle Operacional (Salas de controle/CNCL)

O Centro Nacional de Controle e Logística, localizado no Rio de Janeiro (**Figura 7**), acompanha a evolução das variáveis do processo durante as etapas de repouso, regime transitório e regime permanente do gasoduto, verificando a consistência dos dados, gráficos e das tendências. O CNCL acompanha e analisa os alarmes do sistema SCADA (Sistema de Supervisão, Controle e Aquisição de Dados), tais como compressores ligados ou desligados, fechamento de válvulas de segurança, chaves de pressão, chaves de temperatura. A estação *backup* do CNCL se localiza no Terminal de Campos Elíseos, no município de Duque de Caxias, também no Rio de Janeiro (**Figura 8**).



Figura 7 – Centro de Controle Operacional de Gasodutos no CNCL



Figura 8 – Estação *backup* – Terminal de Campos Elíseos / RJ

6.14. Características Operacionais do Gasoduto

Tabela 12 – Características Operacionais do GASERJ

Gasodutos	Diâmetro Nominal (pol)	Vazão (m^3/dia)	Pressão Normal de Trabalho (Kgf/cm^2)	PMOA (kgf/cm^2)	Temperatura (°C)
GASERJ	16	3.000.000 a 7.000.000	53 a 94,8	100	0 a 40

6.14.1. Pressões, Vazões e Temperaturas Operacionais
6.14.2. Acompanhamento das Variáveis de Processo

As variáveis monitoradas são:

- Nível de líquido no vaso separador, em cm;
- Pressão de entrada e saída do gás, em kgf/cm²;
- Comando e sinalização de válvulas e equipamentos do sistema;
- Alívio térmico - temperatura, em °C – conforme DE-4515.15-6521-944-CZP-001;
- Vazão da água e HC líquido em m³/d e vazão de vapor x105 m³/d conforme DE-4515.15-6521-944-CZP-001;
- Sinalização de passagem de PIG.

A UIP é a responsável pelas funções de comando, intertravamento, sequenciamento, aquisição de dados analógicos e digitais, controle de malhas fechadas e outras, portanto é a UIP que recebe as informações dos instrumentos e age de acordo com o programa configurado em seu sistema.
A Unidade de Interface com o Processo (UIP) é um CLP.

A UIP é constituída basicamente de:

a) Módulo de processamento central (CPU);
b) Módulo/cartão de comunicação;

c) Módulo/cartão de entrada e saída;
d) Módulos de condicionamento/conversão de sinal;
e) Fonte de alimentação;
f) Cabos/conectores e réguas de borne apropriadas;
g) Hardware e software necessários à programação e carregamento da programação;
h) Drivers de comunicação;

6.15. Sistema de Supervisão, Controle e Aquisição de Dados – SCADA

A **Figura 9** apresenta um esquema do sistema SCADA, que é composto, basicamente, por três subsistemas.

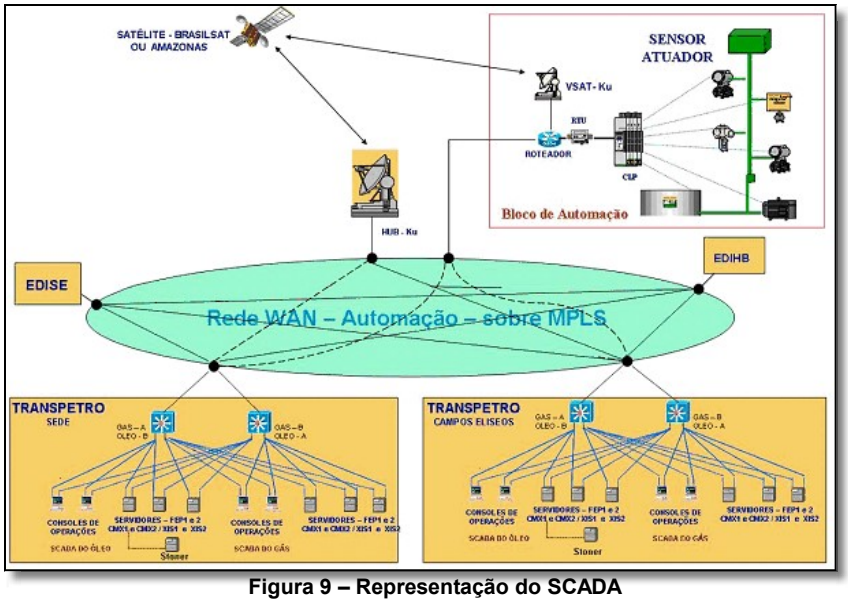


Figura 9 – Representação do SCADA

6.15.1. Automação

O gasoduto é operado do CNCL da TRANSPETRO, localizado no Rio de Janeiro, em regime contínuo de 24 horas por dia e sete dias por semana.

O *software* do SCADA é o OASyS da TELVENT, que possibilita adquirir dados das estações remotas, enviar comandos, monitorar o gasoduto através de telas gráficas e armazenar histórico das variáveis operacionais.

A conexão do SCADA ao sistema de telecomunicação se dá através do RTU_{FEP}, localizado no CNCL.

6.15.2. Telecomunicações

A conexão do SCADA ao sistema de telecomunicação se dá através do sistema VSAT e RIC até o CCG. O sistema de telecomunicação para aquisição de dados utiliza a tecnologia apresentada na **Tabela 13**

Tabela 13 – Sistema de Telecomunicação

TECNOLOGIA	VELOCIDADE	CARACTERÍSTICAS

VSAT	9.600 bps	Satélite - Banda C
RIC	10 Mbps / 100 Mbps	Rede Interna Corporativa

6.15.3. Informática

O *software* do SCADA é o OASyS da TELVENT, que possibilita adquirir dados das estações remotas, enviar comandos, monitorar o gasoduto através de telas gráficas e armazenar histórico das variáveis operacionais.

6.16. Sistemas de Segurança

As seguintes condições geram alarme:

Indicação de Posição da Chave local/remoto das válvulas SDV-4715.1501 (XA-4715.1501.2), SDV-4715.1502 (XA-4715.1502.2), SDV-4715.0551 (XA-4715.0551.2) e SDV-4715.0555 (XA-4715.0555.2), XV-4715.1508 (XA-4715.1508.2);
Falha na abertura das válvulas SDV-4715.1501 (XA-4715.1501.3), SDV-4715.1502 (XA-4715.1502.3), SDV-4715.0551 (XA-4715.0551.3) e SDV-4715.0555 (XA-4715.0555.3), XV-4715.1508 (XA-4715.1508.3);
Falha no fechamento das válvulas SDV-4715.1501 (XA-4715.1501.4), SDV-4715.1502 (XA-4715.1502.4), SDV-4715.0551 (XA-4715.0551.4) e SDV-4715.0555 (XA-4715.0555.4), XV-4715.1508 (XA-4715.1508.4);
Indicação da passagem de “pig” (XA-4715.1501, XA-4715.1502, XA-4715.0551, XA-4715.0552);
Indicação de chave de nível alto na coluna de interligação (LSH-4715.1502).
Indicação de chave de nível baixo na coluna de interligação (LSL-4715.1501).
Nota: Os detectores de passagem de PIG do Scraper do Pólo Gaslub (Origem do GASERJ) serão alarmados no CNCL.

Sistema de retenção de líquidos

A retenção de líquidos proveniente do gás natural não processado se dará nos trechos verticais de tubulação e o controle no nível de líquidos será através de duas chaves de nível (alto e baixo).

Quando o líquido atingir o nível alto a válvula XV-4715.1508 será fechada e o líquido juntamente com o gás natural será direcionado pelo sistema de alívio para um vaso separador de líquidos e posteriormente para chaminé (gás) e Sump Tank (líquido).

6.16.1. Dispositivos de Proteção

Todos os instrumentos necessários à segurança e supervisão são interligados à UIP (Unidade de Interface com o Processo).

O CLP de processo possui um sistema de proteção elétrica com disjuntores e DR’s devidamente dimensionados para proteger o sistema que está instalado no abrigo para equipamentos na área do ponto de entrega de Guapimirim.

6.16.2. Válvulas de Bloqueio Automático do Gasoduto

As válvulas são divididas em 2 (dois) grupos: válvulas com atuadores elétricos (10 XVs) e válvulas eletro-hidráulicas (4 SDVs e a XV-08). As válvulas eletro-hidráulicas são válvulas com atuação mais rápida, isto para que, caso ocorra algum sinistro a montante ou a jusante das válvulas o CNCL ou o operador local realize o fechamento. As demais válvulas (as elétricas) são de manobra.

6.17. Intertravamentos

A UIP é a responsável pelas funções de comando e intertravamento do sistema monitorando as ações apresentadas a seguir:

A válvula de bloqueio do sistema provisório (XV-4715.1508) se fecha quando detectado nível alto na coluna de interligação através da chave de nível LSH-4715.1502. A válvula de bloqueio do sistema provisório (XV-4715.1508) será aberta com temporização de 10 segundos quando for detectado nível baixo na coluna de interligação através da chave de nível (LSL-4715.1501).

6.18. Sistemas de Detecção de Vazamentos

Tem como objetivo a monitoração de vazamento no gasoduto, com base no risco do vazamento e no tempo de resposta aos eventos de cada trecho, através do uso de equipamentos, sistemas e procedimentos operacionais específicos.

A monitoração de grandes e médios vazamentos utiliza informação em tempo real pelo SCADA no Centro Nacional de Controle e Logística - CNCL e consiste principalmente no acompanhamento das variáveis operacionais de pressão, vazão e temperatura.

Vazamentos pequenos, não detectados pelo sistema supervisório, são identificados através de inspeções de campo específicas, utilizando-se ou não, dispositivos de detecção de vazamento.

A avaliação periódica do desempenho e manutenção do Processo de Monitoração de Vazamentos é de responsabilidade do Gerente de Operações do CNCL.

6.19. Sistemática de Comunicação Operacional (entre CNCL e UOs)

O número de contato com o CNCL está apresentado na **Tabela 14**. Os números de emergência vinculados ao CNCL são: 0800 252160 / 168.

Tabela 14 – Telefones de Contato

	Ramal	Telefone externo
CNCL	740-9450	(21) 3211-9450

6.20. Fonte Alternativa de Energia

Ponto de entrega de Guapimirim - O comando das válvulas localizado no Ponto de Entrega de Guapimirim, é gerenciado por um CLP instalado no Abrigo “Shelter” existente que é alimentado eletricamente por uma UPS (Uninterruptable Power

Supply) que garante energia ininterrupta e alternativa ao sistema.

A UPS está instalada no abrigo metálico existente no ponto de interconexão e tem duas fontes de alimentação: uma da concessionaria de energia da rua, e a outra provem de um banco de baterias próprio para o sistema. Quando a energia da concessionária for interrompida a UPS transfere automaticamente a fonte de energia para o banco de baterias, mantendo assim o sistema em pleno funcionamento.

A autonomia do sistema quando testado foi de 5 horas.

Área de válvulas da TRANSPETRO, origem do GASERJ – Instalado o scraper e válvulas do gasoduto: SDV-02, XV-05, XV-06 e XV-07.

7. REGISTROS

Não Aplicável

8. ANEXOS

A - Mapa de Acesso	
MO-5TP-00238-0 - Anexo A - Mapas de Acesso.pdf	
B - FISPQ de Gás Natural	
MO-5TP-00238-0 - Anexo B - FISPQ.pdf	
C - Fluxograma de Engenharia	
MO-5TP-00238-0 - Anexo C - Fluxograma.pdf	
D - Perfil Longitudinal Trecho Terrestre	
MO-5TP-00238-0 - Anexo D - Perfil Longitudinal.pdf	

SUMÁRIO DE REVISÕES		
REV.	**Data**	**DESCRIÇÃO E/OU ITENS ATINGIDOS**
0	11/12/2020	[02/06/2022 17:31:55] - O administrador SINPEP, Mauro Medina da Silva - PrestServ, executou a ação "Substituir Gestor" a qual alterou o órgão gestor do padrão de TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJSP para TP/DOP/DTNNESE/UO-RJMG/DTRM/RJSP. [02/06/2022 17:31:13] - O administrador SINPEP, Mauro Medina da Silva - PrestServ, executou a ação "Substituir Aprovador" a qual alterou o órgão aprovador do padrão de TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJSP para TP/DOP/DTNNESE/UO-RJMG/DTRM/RJSP. [15/02/2022 13:52:19] - O administrador SINPEP, Mauro Medina da Silva - PrestServ, executou a ação "Substituir Gestor" a qual alterou o órgão gestor do padrão de TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJNF para TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJSP. [15/02/2022 13:51:21] - O administrador SINPEP, Mauro Medina da Silva - PrestServ, executou a ação "Substituir Aprovador" a qual alterou o órgão aprovador do padrão de TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJNF para TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM/RJSP. Emissão Original

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO

ELETRÔNICA

G&E/PGE, G&E/UN-AGN, G&E/UN-AGN/APCAB, G&E/UN-AGN/APCAB/MI, G&E/UN-AGN/APCAB/OP-UTGCAB, G&E/UN-AGN/APCAB/PSO, G&E/UN-AGN/APCAB/SMS-APCAB, G&E/UN-AGN/APITB, G&E/UN-AGN/APITB/MI, G&E/UN-AGN/APITB/OP-UTGITABORAI, G&E/UN-AGN/APITB/PSO, G&E/UN-AGN/APITB/SMS-APITB, TP/DDT, TP/DDT/COICM/LCI/OP/GAS, TP/DDT/DTNNESE, TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG, TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM, TP/DOP/DTNNESE/UO-RJMG/DTRM/RJSP, TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SIE, TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SIE/INSP, TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS, TP/DDT/ILO, TP/DDT/ILO/GMEQ, TP/DDT/ILO/OP, TP/DDT/ILO/PIL, TP/DDT/ILO/SOL, TP/DDT/ILO/TT, TP/DSERV/SMS/PIC/ACERC

Deve-se dar prioridade à consulta a padrões através do SINPEP, evitando a sua impressão

IMPRESSA

DESTINATÁRIOS

Clique aqui para acessar ou fechar as informações sobre declaração

*** * * ÚLTIMA FOLHA DO PADRÃO * * ***

ANEXO - B

Formulário de Comunicação Inicial e Relatório de Incidente

1. FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO INICIAL ÀS ENTIDADES OFICIAIS

Os telefones de contato (FAX) com as entidades oficiais (Ibama, ANP, Órgão Ambiental Estadual e Capitania dos Portos) para recebimento da notificação.

PARA	**( ) IBAMA ( ) ANP ( ) ICMBio ( ) ÓRGÃOS AMBIENTAIS ( ) CAP. DOS PORTOS**
Nº DO FAX	
DE :	
Nº DO FAX	
Nº DO TELEFONE	

COMUNICAÇÃO INICIAL DO INCIDENTE		
I - Identificação da embarcação/instalação que originou o incidente:		
Nome da embarcação ou instalação:	( ) Sem condições de informar	
Identificação (CNPJ, nº IMO, Código da instalação, nº da Autorização ou do Contrato de Concessão):		
II - Data e hora da primeira observação:		
Hora:	Dia/mês/ano:	
III Data e hora estimada do incidente:		
Hora: Dia/mês/ano: ( ) Sem condições de informar		
IV - Localização geográfica do incidente:		
Latitude: Longitude:		
V - Substância descarregada e/ou produtos envolvidos no incidente:		
Tipo de substância:	Volume estimado em m^3:	
VI – Situação atual da descarga:		
( ) paralisada	( ) não foi paralisada	( ) sem condições de informar
VII - Breve Descrição do Incidente:		
VIII - Causa provável do Incidente: ( ) Sem condições de informar		
IX- Número de feridos: ( ) Sem condições de informar		
X - Ações iniciais que foram tomadas:		
( ) acionado Plano de Emergência Individual:		
( ) foram tomadas outras providências, a saber:		
( ) sem evidência de ação ou providência até o momento.		
XI - Data e hora da comunicação:		
Hora:	Dia/mês/ano:	
XII - Identificação do comunicante:		
Nome completo:		
Função / telefone de contato/ fax/ e-mail:		
XIII - Outras informações julgadas pertinentes:		

(nome legível, rubrica, matrícula)

2. RELATÓRIO DE INCIDENTE - ANP

PETROBRAS TRANSPORTE S.A.
TRANSPETRO

PARA ANP

Nº DO FAX

DE

Nº DO FAX

Nº DO TELEFONE

RELATÓRIO DETALHADO DE INCIDENTE
1 - DADOS INICIAIS
○ Nome e endereço do concessionário ou da empresa autorizada:
○ Identificação da pessoa responsável pela emissão do relatório, incluindo seu cargo na empresa, telefone de contato:
○ Denominação, identificação (CNPJ, nº IMO, Código da instalação, nº da Autorização ou do Contrato de Concessão) e localização (coordenadas geográficas) das instalações ou unidades envolvidas e da área geográfica atingida:
○ Demais autoridades comunicadas:
2- DESCRIÇÃO DO INCIDENTE
○ Identificação dos componentes da Comissão de Investigação de incidentes, incluindo seus cargos e empresa:
○ Metodologia utilizada para a investigação:

- Cronologia e descrição técnica do incidente:

- Descrição dos fatores causais (qualquer evento e/ou fator externo que permitiu a ocorrência ou o agravamento do incidente e/ou de suas conseqüências):

- Descrição da causa-raiz (evento determinante para a ocorrência):

- Descrição das medidas mitigadoras tomadas e resultados esperados no curto prazo, inclusive a quantidade de substância recuperada:

- Descrição de fatos relevantes (deficiências não relacionadas com o incidente, mas que foram identificadas durante a investigação):

- Descrição das recomendações para evitar a recorrência do incidente:

- Cronograma de implementação das recomendações:

3 - CONSEQUÊNCIAIS

- Substância liberada, suas características, quantidade estimada e previsão de deslocamento do óleo e/ou substâncias nocivas ou perigosas:

- Número de feridos e fatalidades decorrentes do incidente, discriminados por empregados da empresa, de firmas contratadas e das comunidades:

- Identificação dos ecossistemas afetados:

- Descrição das consequências do evento quanto à continuidade operacional e aos danos ao patrimônio próprio ou de terceiros;

4 - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS ATÉ O MOMENTO

- Descrição das medidas corretivas adotadas até o momento da emissão do relatório:

5 - OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS RELEVANTES

(nome legível, rubrica, matrícula)

3. COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA A SRTE - M.T.E e SINDICATO.

O comunicado da ocorrência deverá ser entregue e protocolado no MIN. Do TRAB. E EMPREGO e no Sindicato da Categoria Profissional predominante, para recebimento da notificação, em atendimento a NR-20.

Nota: Enviar comunicação até o segundo dia útil após a ocorrência.

PARA:	**( ) SRTE ( ) MTE ( ) SINDICATO**
ENDEREÇO:	**SRTE:** **MTE:** **SINDICATO:**
COMUNICANTE:	
Nº DO FAX	
Nº DO TELEFONE	

COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA

I – Tipo de Ocorrência:

( ) Morte de Trabalhador
( ) Ferimentos de decorrentes de explosão e/ou queimaduras 2º ou 3º que implicaram em necessidade de internação
( ) Acionamento do Plano de Emergência da UO que requereram medidas de intervenção e controle

II – Nome da Empresa:	
Endereço:	Local da Ocorrência:
Data e Hora da Ocorrência:	
III- Descrição da Ocorrência (Incluindo informações sobre inflamáveis, liquidos combustiveis e outros produtos envolvidos):	
IV-Nome e Função da Vitima:	
V- Procedimentos de Investigação Adotados:	
VI- Consequências:	
VII- Medidas Emergenciais Adotadas	

(nome legível, rubrica, matrícula)

NOTA:

Para os fins da Resolução RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 22.12.2009 e seus anexos ficam estabelecidas as definições a seguir:

I - incidente: qualquer ocorrência, decorrente de fato ou ato intencional ou acidental, envolvendo:

a) risco de dano ao meio ambiente ou à saúde humana;

b) dano ao meio ambiente ou à saúde humana;

c) prejuízos materiais ao patrimônio próprio ou de terceiros;

d) ocorrência de fatalidades ou ferimentos graves para o pessoal próprio, para terceiros ou para as populações; ou

e) Interrupção não programada das operações por mais de 24 (vinte e quatro) horas.

II - Ferimento grave: qualquer ocorrência, decorrente de fato ou ato intencional ou acidental, envolvendo:

a) fratura (excluindo de dedos);

b) amputação;

c) perda de consciência devido à asfixia ou à exposição a substâncias nocivas ou perigosas;

d) lesão de órgãos internos;

e) deslocamento de articulações;

f) perda de visão;

g) hipotermia ou outras doenças relacionadas à exposição à temperaturas extremas; ou

h) necessidade de internação por mais de 24 (vinte e quatro) horas.

III - risco: medida da probabilidade de ocorrência de um evento que possa vir a causar um impacto Indesejável.

IV - substâncias nocivas ou perigosas: qualquer substância que, se lançada na atmosfera, no solo ou descarregada nas águas, é capaz de gerar riscos ou causar danos à saúde humana ou aos ecossistemas.

V - Indústria do Petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados;

VI - Indústria do Gás Natural: conjunto de atividades econômicas relacionadas com exploração, desenvolvimento, produção, importação, exportação, processamento, tratamento, transporte, carregamento, estocagem, acondicionamento, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural;

VII - Indústria dos Biocombustíveis: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a produção de combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil.

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 00773424

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. Acusando o recebimento do ofício SEAS SUBEXE Nº730 de índex 00738066, **oficie-se à SEAS**/INEA solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II;

II. Após o decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 28 de julho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 28-07-2023 16:59

Ofício nº 1220/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00775997
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Assunto: PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS; Instituto Estadual do Ambiente - INEA
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-08-2023 18:24

Justiça acusar o recebimento do Of.SEAS/SUBEXE Nº730, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de agosto de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 00791919

Documento enviado em 03 de agosto de 2023:
Ofício 1220/2023-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 08 de agosto de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Sex, 15/09/2023 17:50
Para:Cristina Alfradique Etcharte <cgalfradique@mprj.mp.br>

4 anexos (5 MB)
PLANILHA PA COMPERJ TAC I TIMBRADO.pdf; PLANILHA PA COMPERJ TIMBRADO TAC II (1).pdf; PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO.pdf; Promoção - Ref. E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II pedido de cópia .pdf - assinado.pdf;

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 15:43
Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Cc: Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Dr. Tiago, boa tarde,

Segue abaixo pedido de cópia feito por Águas do Rio, solicitando cópia integral dos PA's do COMPERJ.
Podemos solicitar a atualização do portal RAP e informar que todos os procedimentos estão disponíveis para acompanhamento no referido portal?

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Julia Pinheiro da Silva <julia.psilva@aguasdorio.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 14:44
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc: Marcelo de Pontes Cavaco <marcelo.cavaco@aguasdorio.com.br>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Prezados,

Em nome da Águas do Rio gostaria de receber informações quanto ao procedimento de obtenção das cópias dos processos administrativos listados nos anexos. Tratam-se de procedimentos instaurados por este Ministério Público para acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC COMPERJ I e II pela Petrobrás. A Águas do Rio já foi autorizada receber as referidas cópias conforme promoção em anexo.

Obrigada desde já, abraços.

Att.;

Júlia Pinheiro da Silva
Assistente Jurídico
+55 21 97155-0129
Av. Rodrigues Alves / Armazén 2 - Saúde
Rio de Janeiro/RJ
CEP 20081-250
http://www.aguasdorio.com.br

Ref.: E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Juntar** cópia da presente promoção e do e-mail em anexo aos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II;

2. **Defiro** o pedido de cópia integral dos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, com as cautelas de estilo;

3. Não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020. **Proceda-se** a entrega virtual integral do Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, digitalizado, conforme solicitado.

Itaboraí, 15 de setembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.09.15 17:49:15 -03'00'

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº1001 Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2023

Ilmo. Sr.
Dr. TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício nº 1220/2023-2PJTCOITB
PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, que solicita informações quanto ao cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para caminhar os subsídios apresentados pela equipe de fiscalização e gestão do contrato n° 001/2023 com informações do andamento das tratativas junto à empresa Trial.

Anexos:

- Manifestação técnica;
- Parecer técnico;
- Plano de Trabalho;
- Protocolo de Auditoria;
- Acordo do Nível de Serviço.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Filipe Alves da Silva Mendes
Subsecretário Executivo - Em Exercício
ID Funcional: 4398646-3

Documento assinado eletronicamente por **Filipe Alves da SIlva Mendes**, **Subsecretário Executivo - Em exercício**, em 08/11/2023, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **62938090** e o código CRC **642C0BDC**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 62938090

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental

À Ouvidoria da SEAS
À ASSPPAM

Dando continuidade à execução do Contrato nº 001/2023 que trata da realização da Auditoria Externa dos Termos de Ajustamento de Conduta I e II do COMPERJ, encaminhamos, através do SEI-070026/002308/2023, o parecer técnico (SEI 62234082) referente à 5ª medição mensal que aprovou o **Plano de Trabalho** (SEI 62225925), o **Protocolo de Auditoria** (SEI 62181711) e o **Acordo do Nível de Serviço** (SEI 62186058). A próxima etapa de medição, em conformidade com o cronograma de trabalho aprovado (SEI 62184844) contemplará a realização da **Auditoria Piloto** e avaliação do seu respectivo relatório, com previsão de execução no mês de Novembro de 2023. O objeto da **Auditoria Piloto** será a obrigação definida no item 4.5 do TAC II, a saber: *realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento.*

Nestes termos, solicito que estas informações de andamento dos trabalhos sejam repassadas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Atenciosamente,

Waldir Ruggieri Peres
Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Waldir Ruggieri Peres**, **Assessor**, em 30/10/2023, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **62470188** e o código CRC **86C21995**.

Avenida Venezuela, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

Criado por waldirrp, versão 2 por waldirrp em 30/10/2023 16:04:33.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental

PARECER Nº: **004/2023/SEAS/COOAATE**

DATA: 26/10/2023

PROCESSO Nº SEI-070026/000410/2021
SEI-070026/002308/2023

CONTRATADA: TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
CNPJ 22.243.664/0001-14
RUA FIGUEIRA DE MELO, 444, SÃO CRISTÓVÃO
RIO DE JANEIRO – RJ – CEP 20941-000
TEL.: +55 (21) 3860-3828 / CEL.: +55 (21) 99367-4766
JULIUS.STEPANSKY@TRIAL.COM.BR

ASSUNTO: PARECER TÉCNICO DE ACEITE DE OBRA OU SERVIÇO - 4ª e 5ª Medições

CONTRATO Nº 001/2023 (SEI Nº 47853388, 47939108, 47965227) CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE E A EMPRESA TRIAL (RIO) TECNLOGIA AMBIENTAL LTDA.

Senhor Subsecretário de Infraestrutura,

Com vistas à Subsecretaria Executiva

I. RELATÓRIO

Acusamos o recebimento em 25 de outubro de 2023 da 4ª Medição (SEI Nº 62217077) ao "SERVIÇOS DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, A FIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS", no valor total de R$ 00,00 (zero real) em função de não terem sido entregues produtos no período (25/08/2023 - 24/09/2023).

Acusamos o recebimento em 25 de outubro de 2023 da 5ª Medição (SEI Nº 62216683) referente à 1ª e à 2ª Etapa do "SERVIÇOS DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, A FIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS", no valor total de R$ 439.488,00 (quatrocentos e trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais), equivalente a 7% do valor do contrato nos termos do item 6.2 do Termo de Referência.

I.1. DOS PRODUTOS

Presente no doc. SEI nº 62225925 encontra-se o PRIMEIRO PRODUTO do contrato nº 001/2023, referente ao Plano de Trabalho (revisão 02).

Presente no doc. SEI nº 62181711 encontra-se o SEGUNDO PRODUTO do contrato nº 001/2023, referente ao Protocolo de Auditoria (revisão 02).

A nota fiscal referente ao serviço executado, está inserida no doc. SEI nº 62178579, no valor de R$ 439.488,00 (quatrocentos e trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais) equivalente a 7% do valor do contrato nos termos do item 6.2 do Termo de Referência.

O Relatório de Acompanhamento de Nível de Serviço consta no doc. SEI nº 62186058.

I.2. DA AVALIAÇÃO

Quanto ao produto apresentado:

Em 19 de outbro de 2023 a Trial (Rio) encaminhou por e-mail a segunda revisão dos Produtos 1 e 2, referentes respectivamente ao Plano de Trabalho (SEI Nº 62225925) e ao Protocolo de auditoria (SEI Nº 62181711). Após análise a comissão de gestão e fiscalização do contrato, alterada pela PORTARIA SEAS Nº 55 de 01/09/2023, entende que os documentos atendem satisfatoriamente às especificações do Termo de Referência.

Com relação à documentação apresentada:

- [x] Planilhas
- [x] Relatórios
- [x] Fluxograma
- [ ] Mapas
- [ ] Memorial foográfico
- [ ] Notas fiscais

a) As ações estão de acordo com o cronograma proposto?

- [x] sim
- [ ] não
- [ ] parcialmente

Comentário:

Em 20/09/2023 a equipe de gestão e fiscalização, alterada através da PORTARIA SEAS Nº 55 de 01/09/2023 (SEI Nº 59175302), solicitou a CONTRATADA, durante reunião mensal, a revisão do Plano de Trabalho e do Protocolo de Auditoria apresentados.
Em 10/10/2023 a contratada apresentou a primeira revisão dos produtos (REV01), que novamente não foi aprovada pela comissão de fiscalização por não conter o detalhamento esperado, mais especificamente o cronograma físico e financeiro com o planejamento dos trabalhos de auditoria.
Em 17/10/2023 a equipe de gestão e fiscalização do contrato em reunião mensal esclareu à contratada o detalhamento necessário para atender aos requisitos do termo de referência e permitir o bom acompanhamento do contrato.
Em 19/10/2023 a empresa enviou a segunda revisão dos produtos em atendimento ao requisitado pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

b) As atividades previstas foram realizadas a contento?

- [x] sim
- [ ] não
- [ ] parcialmente

Comentário:

As últimas revisões do Plano de Trabalho (REV02) e o Protocolo de Auditoria (REV02) atendem aos critérios do Termo de Referência e apresentam o detalhamento necessário para permitir o acompanhamento do contrato pela equipe de gestão e fiscalização.

c) Com relação à conclusão da etapa em questão:

- [x] sim
- [ ] não
- [ ] parcialmente

Comentário:

Devidamente concluída. Por se tratarem de instrumentos de planejamento, os documentos poderão sofrer alteração ao longo da execução do serviço, conforme já previsto no próprio termo de referência.

II. FUNDAMENTAÇÃO

- DECRETO Nº 45.600 DE 16 DE MARÇO DE 2016 REGULAMENTA A GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO, ALTERA O DECRETO Nº 42.301/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 11 - São instrumentos da gestão e da fiscalização das contratações, quando couber: I - o Projeto Básico ou Termo de Referência; II - o Acordo de Níveis de Serviço - ANS; III - o Registro de Ocorrência; IV - a Capacitação dos gestores e dos fiscais do contrato.

- De acordo com o Termo de Referência SEI Nº 41848811

3.2. Plano de Trabalho e dimensionamento da equipe

Devido a extensão e complexidade do trabalho torna-se obrigatório e de suma importância que a CONTRATADA elabore um cronograma de atividades, contendo o plano de trabalho detalhado, considerando as medidas, diretrizes e atividades acima dispostos, os prazos para a execução da análise de cada um dos itens previstos no TAC, descritos nesse documento, bem como para a coordenação, gerenciamento e consolidação dos trabalhos de auditoria.

3.2.1. Elaboração do plano de trabalho

A CONTRATADA deverá elaborar plano de trabalho detalhado a ser desenvolvido com respectivo cronograma e os prazos estabelecidos nesse documento.

Esse plano deverá ser composto por pelo menos: Etapas do trabalho, o período no qual elas serão executadas; Os produtos a serem entregues; Os prazos de entrega de cada produto.

3.2.4. Elaboração do protocolo de auditoria

A CONTRATADA deverá realizar o detalhamento das metodologias, procedimentos e requisitos a serem adotados para a auditoria, levando em consideração, no mínimo, os requisitos básicos descritos no item 4 deste documento.

3.2.5. Produto previsto / prazo de entrega

Produto previsto: Protocolo da auditoria contemplando os itens a serem auditados, os quais estão descritos no item 4 desse documento

Prazo de entrega: até 45 dias após assinatura do contrato.

- DECRETO Nº 48.650 DE 23 DE AGOSTO DE 2023 DISPÕE SOBRE A GOVERNANÇA LOGÍSTICA E A GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

Art. 50° - Cabe ao gestor do contrato, ou seu respectivo substituto, a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização do contrato, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros, na forma de regulamento expedido pelo Órgão Central do Sislog.

Art. 51° - Compete aos fiscais de contrato o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, dentre outros, na forma de regulamento expedido pelo Órgão Central do Sislog.

III. CONCLUSÃO

Os produtos entregues à comissão de gestão e fiscalização do contrato, cuja composição foi alterada pela PORTARIA SEAS Nº 55 de 01/09/2023, foram apresentados em conformidade com as diretrizes constantes no termo de referência.

É o que nos parece. À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Lorena Costa Procópio**, **Coordenadora**, em 26/10/2023, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Waldir Ruggieri Peres**, **Superintendente**, em 26/10/2023, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Vanessa da Silva Flores Soares de Souza**, **Diretora Adjunta**, em 26/10/2023, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho**, **Adjunto**, em 26/10/2023, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **62234082** e o código CRC **64DB93C9**.

Grupo TRIAL

SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

PLANO DE TRABALHO

TAC I e TAC II - COMPERJ

Revisão 02

Outubro de 2023

Sumário Executivo

O presente documento estabelece a metodologia, o cronograma, as responsabilidades, os procedimentos e os critérios técnicos para a realização das auditorias que irão verificar e avaliar o cumprimento do Termo de Referência para Auditoria Técnica e Financeira das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

Índice

1. Objetivo 4
2. Referências 5
3. Definições 6
4. Avaliação de Risco 7
5. Execução da Auditoria 8
5.1 Etapas do trabalho 8
5.2 Auditoria Piloto 9
5.3 Acompanhamento e Monitoramento 9
5.4 Análise e Avaliação de Resultados 10
6. Equipe Técnica 12
7. Cronograma 13

1. Objetivo

O presente documento visa estabelecer o escopo, equipe, metodologias e cronograma de realização de Auditoria Técnica e Financeira para verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

2. Referências

Este documento segue o preconizado no Termo de Referência emitido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, cujo objeto é a prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

Também são considerados os próprios documentos de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC I e TAC II que deram fim às Ações Civis Públicas 9919-12.2018.819.0023, 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 9897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN) e 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV).

3. Definições

Para os efeitos deste protocolo de auditoria são adotadas as seguintes definições:

AUDITOR – profissional qualificado para executar auditorias em ações de TACs, nos assuntos pertinentes a sua especialidade, registrado e regular em seu respectivo Conselho de Classe, técnica e legalmente responsável pelo relatório da auditoria.

CONFORMIDADE – cumprimento da ação prevista no TAC segundo avaliação do auditor.

ESPECIALISTA TÉCNICO – profissional que provê habilidade ou conhecimentos específicos à equipe de auditoria, mas que não participa como um auditor.

EVIDÊNCIA DE AUDITORIA – informações verificáveis, registros, constatações ou declarações que comprovam conformidades ou não conformidades identificadas no processo de auditoria.

GATE - Grupo de Apoio Técnico Especializado.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente.

MPRJ - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

NÃO CONFORMIDADE – não cumprimento da ação prevista no TAC segundo avaliação do auditor.

ORGANIZAÇÃO – empresa, corporação, firma, empreendimento, autoridade ou instituição, ou parte ou combinação destes, incorporada ou não, pública ou privada, que tenha funções e administração próprias.

PARTE INTERESSADA – indivíduo ou grupo interessado ou afetado por determinada ação do TAC que esteja sendo verificada ou avaliada quanto ao seu cumprimento.

PETROBRAS - Empresa Petróleo Brasileiro S/A.

RELATÓRIO DE AUDITORIA – documento elaborado pelo auditor ou equipe de auditoria, que consolida os resultados da avaliação/verificação de determinada ação do TAC, dando parecer sobre o grau de cumprimento da referida ação.

SEAS - Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

4. Avaliação de Risco

O principal desafio referente ao escopo do presente documento está na variabilidade quanto a natureza dos diversos compromissos estabelecidos no processo do licenciamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Sendo assim, o presente documento procura sistematizar e detalhar as diversas fases a serem seguidas de forma a permitir o acompanhamento claro e preciso do trabalho a ser executado.

Outros desafios esperados se referem à disponibilidade das informações e dos profissionais a serem entrevistados, considerando o tempo decorrido desde a firmação dos TACs e a possibilidade de mudança da equipe de funcionários, principalmente no que concerne às repartições públicas, como prefeituras.

Ainda, para avaliação de alguns compromissos firmados será necessária visita *in loco* às áreas, podendo o cronograma ser alterado devido às condições climáticas nas datas programadas.

5. Execução da Auditoria

5.1 Etapas do trabalho

Concomitante ao presente Plano de Trabalho, está sendo desenvolvido Protocolo de Auditoria contemplando os critérios para execução, ações a serem desenvolvidas e instruções para a geração de relatórios.

Nos meses iniciais do contrato vem sendo desenvolvido o sistema on-line INFOTAC-TRIAL, onde os auditores irão inserir informações e imagens em tempo real e atores com diferentes permissões de acesso poderão acompanhar os passos do projeto. O mesmo será calibrado e ajustado até o final da Auditoria Piloto realizando adequações que reflitam as necessidades identificadas ao longo do período.

A obtenção dos documentos necessários à auditoria será realizada pelo acesso ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do Estado do Rio de Janeiro, através dos números de processos disponibilizados pelo INEA/SEAS em 07 de agosto de 2023. Ao ser identificada alguma dificuldade, será solicitado por via eletrônica auxílio à Auditada para resolução. Após baixados e organizados em pastas que reflitam o arquivamento do SEI, é realizada análise prévia pela equipe de gestão, onde os mesmos podem ser renomeados para facilitar a identificação, analisados seu teor e pertinência ao assunto e verificada a necessidade de obtenção de novos documentos não constantes naquele processo.

Inicialmente será realizada Auditoria Piloto conforme descrito no item 5.2 Auditoria Piloto deste documento.

Ao ser iniciada a auditoria das obrigações específicas, as pastas com arquivos analisados serão compartilhadas com o(a) auditor(a) especialista responsável e o mesmo terá 5 (cinco) dias para solicitação de documentação complementar. Quando da solicitação de documentos complementares aos Auditados, o prazo para entrega do respectivo relatório será interrompido caso ocorra uma demora superior a 5 dias e voltará a contar assim que os documentos solicitados forem entregues.

Para os casos que seja necessária a realização de entrevista com trabalhadores das empresas signatárias e seus fornecedores, bem como vistorias de campo para verificar a execução dos projetos, programas e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros, bem como acompanhar os resultados dos compromissos pactuados, o(a) auditor(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para agendamento, que será informado ao INEA/SEAS através de correspondência eletrônica.

Os relatórios de cada obrigação constante nos TACs I e II deverão ocorrer 60 (sessenta) dias após o compartilhamento dos arquivos com o(a) auditor(a) especialista responsável, conforme apresentado na Tabela 5.

Caso seja solicitada a revisão de relatório sem que seja necessária avaliação de novos documentos, o auditor terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do relatório revisado. Caso a revisão envolva a avaliação de novos documentos não entregues anteriormente ou a realização de nova vistoria de campo, o prazo para entrega de relatório revisado será de 30 (trinta) dias e deverá ser realizado acordo financeiro entre as partes.

Quando for constatado no relatório de auditoria o não cumprimento de alguma obrigação e, após cumprida a mesma, seja solicitada nova auditoria, deverá ser realizado acordo financeiro entre as partes para realização da mesma.

5.2 Auditoria Piloto

Com o objetivo de avaliar a efetividade e aplicabilidade do Protocolo de Auditoria elaborado, será realizada Auditoria Piloto anteriormente definida, em conjunto com o INEA/SEAS, pela Obrigação 4.5 da Cláusula Segunda do TAC II: “Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.”

A auditoria piloto será realizada no prazo de 45 dias, este iniciando logo que aprovado o Protocolo de Auditoria pela Contratante. Conforme pode ser verificado na Tabela 5, é estimada a entrega do relatório da Auditoria Piloto para o dia 30 de novembro de 2023.

Durante sua realização, serão discutidas as dificuldades encontradas em relatório e realizadas as adequações necessárias para melhor implementação e atendimento das Auditorias, sendo prevista as datas de 30 de novembro de 2023 para entrega do Relatório de Avaliação e 15 de dezembro de 2023 para entrega do Protocolo de Auditoria revisado, conforme Tabela 5.

5.3 Acompanhamento e Monitoramento

Durante as reuniões mensais com o órgão ambiental para acompanhamento do desenvolvimento do trabalho serão discutidas as atividades realizadas no mês e previsões para o mês seguinte. Após esta reunião será entregue o relatório mensal de acompanhamento, com prazo até o quinto dia útil de cada mês, descrevendo o progresso das ações desenvolvidas e as ações previstas para o mês seguinte. Também será discutida qualquer dificuldade ou questão relevante que surja durante o processo, verificando a implementação das recomendações e do plano de ação corretivo estabelecido e identificando a necessidade de possíveis ajustes adicionais. Junto ao relatório, serão entregues Acordo de Nível de Serviço, conforme tabela fornecida pelo SEAS/INEA, e atualização do Cronograma de Execução.

Todas as informações registradas nos formulários e fotografias obtidas em visita à campo alimentarão um sistema on-line – INFOTAC-TRIAL onde atores com diferentes permissões de acesso poderão acompanhar em tempo real os passos do projeto. Semanalmente relatórios de andamento serão produzidos de forma a sumarizar a situação em que o projeto se encontra, dificuldades encontradas, pontos negativos e positivos de forma a permitir uma experiência que permita o "*learn by doing*" do órgão contratante. Por fim, a abordagem proposta prevê uma sistematização de dados para que o sistema possa ser utilizado em outros compromissos assumidos pelos atores interessados.

5.4 Análise e Avaliação de Resultados

As constatações das auditorias serão analisadas em relação aos critérios estabelecidos no Protocolo de Auditoria, identificando as áreas de não conformidade, fraquezas ou oportunidades de melhoria.

A avaliação será realizada classificando os resultados conforme figura abaixo.

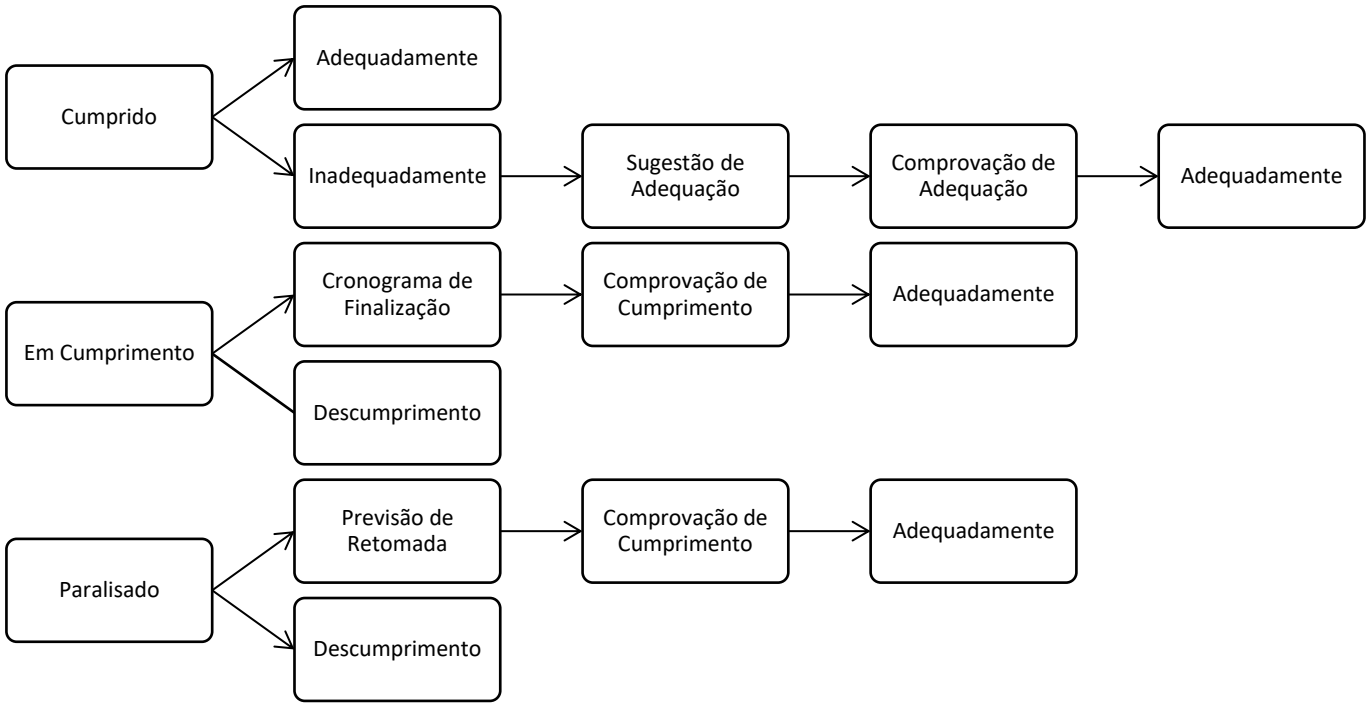


Figura 1. Classificação de status de atendimento.

Caso seja informado pelos auditados que a obrigação se encontra em cumprimento ou paralisada antes do início da auditoria da mesma, o cronograma será alterado dando prioridade para obrigações que já possuam entendimento de estarem cumpridas pelo órgão ambiental.

Caso estas situações sejam constatadas durante o processo de auditoria pelo(a) auditor(a) técnico(a) responsável, o relatório será emitido com a constatação pertinente e, caso necessário novo relatório, deverá ser realizado acordo financeiro entre as partes.

Nos casos de Cumprimento inadequado, o órgão ambiental e o Ministério Público deverão avaliar a necessidade de nova auditoria e/ou complementação de documentos e informações após a comprovação das adequações apontadas necessárias.

6. Equipe Técnica

O quantitativo e nível de conhecimento e experiência da equipe técnica visam atender a diversidade de temas abordados na presente Auditoria, conforme tabelas abaixo.

Tabela 1. Equipe técnica responsável.

COORDENAÇÃO	
PROFISSIONAL	**FORMAÇÃO**
Ricardo do Amaral Imbuzeiro (Coordenador)	Advogado e Engenheiro Químico, Auditor Líder
Marina Federhen Heberle (Suporte)	Oceanóloga e Especialista em Gestão Empresarial Sustentável, Auditora
SUPORTE TÉCNICO	
PROFISSIONAL	**FORMAÇÃO**
Estefan Monteiro da Fonseca	Doutor em Geologia e Geofísica Marinha
Marcelo Pompermayer de Almeida	Comunicador Social e Gestão Pública
Gelma Gonçalves dos Reis	Mestre em Engenharia Química

Tabela 2. Equipe técnica especializada.

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO
Aline Resende Peixoto	Bióloga, Gestora Ambiental e Doutora em Botânica
Carlos Roberto Silveira Fontenelle Bizerril	Biólogo e Mestre em Ciências Biológicas
Cristiane Jaccoud	Advogada, Engenheira Florestal e Doutora em Planejamento Ambiental
Daniel Dias Loureiro	Oceanógrafo e Doutor em Geociências
Estefan Monteiro da Fonseca	Doutor em Geologia e Geofísica Marinha
Evandro Augusto Giacomolli	Engenheiro Agrônomo
Felipe Pereira da Rocha	Geólogo e Mestre em Geologia Econômica
Gelma Gonçalves dos Reis	Mestre em Engenharia Química
Janice Rezende Vieira Peixoto	Geógrafa com Pós-doutorado em Recuperação Vegetal
Karen da Glória Antunes	Bióloga e Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental
Leandro de Oliveira Rios	Engenheiro Civil com Pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho
Maíra Mendonça da Rocha	Bióloga com Doutorado em Epidemiologia
Marcelo Pompermayer de Almeida	Comunicador Social e Gestão Pública
Marcos Aurélio Xavier da Silva	Engenheiro Civil com certificação PMP
Marina Federhen Heberle	Oceanóloga e Especialista em Gestão Empresarial Sustentável
Mauricio Rizzo	Engenheiro Civil e Eletrotécnico
Mauricio Soares da Silva	Metereologista e Doutor em Engenharia Mecânica
Noa Magalhães Pinto	Doutora em Ciências
Paulo de Tarso Marques Jussara	Graduado em Mercado e Capitais e Direito
Pieter Luiz do Amaral	Cientista Social e Especialista em Antropologia
Raone Miranda Soares	Engenheiro Agrônomo
Ricardo do Amaral Imbuzeiro	Advogado e Engenheiro Químico
Yara Teixeira Cavalcanti	Mestre em Saneamento Ambiental

7. Cronograma

O cronograma de atividades gerais é apresentado na Tabela 4. As datas de entrega de produtos são apresentadas na Tabela 5 e Tabela 6, associados ao valor definido no Termo de Referência do contrato (Tabela 3). O item referente à Auditoria das Obrigações, que corresponde a 75% do valor total do contrato é detalhado na Tabela 6.

O cronograma estará sujeito a alterações se houver necessidade de ajustes de processos durante as etapas de auditoria, prazo de disponibilização das informações solicitadas e agendamento de entrevistas com trabalhadores das empresas signatárias e seus fornecedores. Os dados e prazos serão atualizados mensalmente no relatório de acompanhamento.

Tabela 3. Cronograma Financeiro e Prazo de Cada Produto. Fonte: Temo de Referência, Contrato SEAS 001/2023.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3 A 24
Plano de Trabalho detalhado	5%		
Protocolo de auditoria contemplando todos os itens a serem auditados		2%	
Realização de auditoria piloto		3%	
Relatório da auditoria piloto, incluindo sugestões para adequação no processo de auditoria		3%	
Protocolo de auditoria ajustado		2%	
Realização da auditoria – processo completo			75%
Relatório Final de Auditoria			10%

Tabela 4. Cronograma de atividades.

ATIVIDADES	MÊS																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Acesso, organização e pré-avaliação da documentação das obrigações																								
Reunião de Acompanhamento (preparação, participação e elaboração de ata)																								
Criação e calibração do Sistema INFOTAC-TRIAL																								
Atualização de Informações no INFOTAC-TRIAL																								

Tabela 5. Cronograma de produtos.

PRODUTO	%	VALOR UNITÁRIO	MÊS																							
			julho/23	agosto/23	setembro/23	outubro/23	novembro/23	dezembro/23	janeiro/24	fevereiro/24	março/24	abril/24	maio/24	junho/24	julho/24	agosto/24	setembro/24	outubro/24	novembro/24	dezembro/24	janeiro/25	fevereiro/25	março/25	abril/25	maio/25	junho/25
Plano de Trabalho	5%	R$ 313.920,00	10/07/23			19/10/23 R$ 313.920,00																				
Protocolo de Auditoria	2%	R$ 125.568,00	10/07/23			19/10/23 R$ 125.568,00																				
Auditoria Piloto	3%	R$ 188.352,00					30/11/23 R$ 188.352,00																			
Relatório de Avaliação da Auditoria Piloto	3%	R$ 188.352,00					30/11/23 R$ 188.352,00																			
Adequações Protocolo de Auditoria	2%	R$ 125.568,00						15/12/23 R$ 125.568,00																		
Relatório Final	10%	R$ 627.840,00																								30/06/25 R$ 627.840,00
Auditoria Obrigações	75%	R$ 4.708.800,00								07/02/24 R$ 282.420,00	07/03/24 R$ 302.875,00	05/04/24 R$ 299.380,00	07/05/24 R$ 307.360,00	07/06/24 R$ 286.755,00	05/07/24 R$ 275.345,00	07/08/24 R$ 306.370,00	06/09/24 R$ 275.345,00	07/10/24 R$ 275.345,00	07/11/24 R$ 291.890,00	06/12/24 R$ 301.385,00	08/01/25 R$ 236.830,00	07/02/25 R$ 317.400,00	07/03/25 R$ 301.415,00	07/04/25 R$ 313.295,00	08/05/25 R$ 335.390,00	
SOMATÓRIO MENSAL			R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 439.488,00	R$ 376.704,00	R$ 125.568,00	R$ 0,00	R$ 282.420,00	R$ 302.875,00	R$ 299.380,00	R$ 307.360,00	R$ 286.755,00	R$ 275.345,00	R$ 306.370,00	R$ 275.345,00	R$ 275.345,00	R$ 291.890,00	R$ 301.385,00	R$ 236.830,00	R$ 317.400,00	R$ 301.415,00	R$ 313.295,00	R$ 335.390,00	R$ 627.840,00

Tabela 6. Cronograma de Auditoria das Obrigações.

PRODUTO	SITUAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	MÊS																							
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
TAC I COMPERJ - Cláusula Segunda																										
1		R$ 10.420,00								07/02/24 R$ 10.420,00																
2		R$ 39.505,00																	07/11/24 R$ 39.505,00							
3		R$ 39.505,00																	07/11/24 R$ 39.505,00							
3.1		R$ 39.505,00																	07/11/24 R$ 39.505,00							
3.2		R$ 34.520,00																	07/11/24 R$ 34.520,00							
4		R$ 43.000,00																	07/11/24 R$ 43.000,00							
5.1	No que concerne à Licença Prévia FE013990 (AVB000621) que autoriza a localização do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ):																									
5.1.1		R$ 34.520,00								07/02/24 R$ 34.520,00																
5.1.2		R$ 34.520,00								07/02/24 R$ 34.520,00																
5.1.3		R$ 34.520,00								07/02/24 R$ 34.520,00																
5.1.4		R$ 10.420,00								07/02/24 R$ 10.420,00																
5.1.5		R$ 10.420,00									07/03/24 R$ 10.420,00															
5.1.6		R$ 39.505,00								07/02/24 R$ 39.505,00																
5.1.7		R$ 39.505,00								07/02/24 R$ 39.505,00																
5.1.8		R$ 39.505,00								07/02/24 R$ 39.505,00																
5.1.9		R$ 43.000,00														07/08/24 R$ 43.000,00										
5.1.10		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.1.11		R$ 39.505,00																		06/12/24 R$ 39.505,00						
5.1.11.1		R$ 34.520,00																		06/12/24 R$ 34.520,00						
5.1.11.2		R$ 39.505,00								07/02/24 R$ 39.505,00																
5.1.12		R$ 39.505,00															06/09/24 R$ 39.505,00									
5.1.13		R$ 39.505,00									07/03/24 R$ 39.505,00															
5.1.14		R$ 34.520,00									07/03/24 R$ 34.520,00															
5.1.15		R$ 43.000,00									07/03/24 R$ 43.000,00															
5.1.17		R$ 43.000,00									07/03/24 R$ 43.000,00															
5.1.18		R$ 39.505,00									07/03/24 R$ 39.505,00															
5.1.19		R$ 39.505,00									07/03/24 R$ 39.505,00															
5.1.20		R$ 43.000,00																		06/12/24 R$ 43.000,00						
5.1.21		R$ 10.420,00									07/03/24 R$ 10.420,00															
5.1.22		R$ 10.420,00										05/04/24 R$ 10.420,00														
5.1.26		R$ 43.000,00									07/03/24 R$ 43.000,00															
5.1.27		R$ 10.420,00										05/04/24 R$ 10.420,00														
5.1.28		R$ 39.505,00										05/04/24 R$ 39.505,00														
5.1.30		R$ 34.520,00																							R$ 34.520,00	
5.1.31		R$ 39.505,00										05/04/24 R$ 39.505,00														
5.2	Licença de Instalação IN001540 (AVB001306; AVB001465; AVB001474) para realizar a obra de implantação de Unidade Petroquímica Básica (UPB) e áreas de apoio industrial e administrativo: de Instalação IN001540 (AVB001306; AVB001465; AVB001474) para realizar a obra de implantação de Unidade Petroquímica Básica (UPB) e áreas de apoio industrial e administrativo:																									
5.2.1		R$ 10.420,00											07/05/24 R$ 10.420,00													
5.2.2		R$ 11.410,00											07/05/24 R$ 11.410,00													
5.2.3		R$ 43.000,00										05/04/24 R$ 43.000,00														
5.2.5		R$ 39.505,00										05/04/24 R$ 39.505,00														
5.2.5.1		R$ 34.520,00																		06/12/24 R$ 34.520,00						
5.3	Licença de Instalação IN021327 (renovação da LI nº FE014032) para implantação da estrutura de urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que contempla as obras de terraplenagem, drenagem, anel viário, canteiro de obras referente a esta etapa, instalações de segurança patrimonial, Centro Integrado de Segurança e Centro de informação:																									
5.3.1		R$ 10.420,00												07/06/24 R$ 10.420,00												
5.3.2		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.3.3		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.3.4		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.3.5		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.3.6		R$ 10.420,00												07/06/24 R$ 10.420,00												
5.3.7		R$ 39.505,00										05/04/24 R$ 39.505,00														
5.3.8		R$ 11.410,00												07/06/24 R$ 11.410,00												
5.4	Licença Prévia IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493:																									
5.4.1		R$ 10.420,00													05/07/24 R$ 10.420,00											
5.4.2		R$ 10.420,00													05/07/24 R$ 10.420,00											
5.5	Licença de Instalação IN016106 para as obras de implantação da estrada principal de acesso com 7,8 km de extensão, interligando o complexo Petroquímico a BR-493:																									
5.5.2		R$ 10.420,00														07/08/24 R$ 10.420,00										
5.5.7		R$ 10.420,00														07/08/24 R$ 10.420,00										
5.5.8		R$ 10.420,00															06/09/24 R$ 10.420,00									
5.6	Licença Prévia IN019084 aprovando a concepção e localização para as obras de um canal de navegação, um cais e um retroporto, e de uma estrada de 20 km de extensão, para o transporte de cargas especiais: Estrada UHOS (IC 161/2015):																									
5.6.1		R$ 43.000,00										05/04/24 R$ 43.000,00														
5.6.2		R$ 43.000,00																		06/12/24 R$ 43.000,00						
5.6.3		R$ 10.420,00															06/09/24 R$ 10.420,00									
5.6.4		R$ 43.000,00																		06/12/24 R$ 43.000,00						
5.7	Licença de Instalação IN020319 para realizar obras de dragagem de um canal de acesso e bacia de evolução, construção de píer de atracação, retroárea e via de acesso de cargas especiais, com supressão de vegetação nativa em 5,4 ha de floresta ombrófila densa em estágio inicial de sucessão e 1,0 ha de vegetação típica de manguezal, e implantação do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre:																									
5.7.1		R$ 10.420,00																07/10/24 R$ 10.420,00								
5.7.2		R$ 34.520,00										05/04/24 R$ 34.520,00														
5.7.6 5.7.7		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
5.10		R$ 43.000,00											07/05/24 R$ 43.000,00													
5.11	Executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MP pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto:																									
5.11.2		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
5.11.5		R$ 39.505,00											07/05/24 R$ 39.505,00													
10		R$ 10.420,00																07/10/24 R$ 10.420,00								
11	A PETROBRAS se compromete a promover OBRIGAÇÃO DE FAZER consistente em executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atenção aos pedidos 12 e 13 da inicial:																									
11.1		R$ 43.000,00																		06/12/24 R$ 43.000,00						
11.2		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
11.3		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
11.4		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
11.5		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
11.6		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
TAC I COMPERJ - CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA																										
6.1	Não Aplicável à Auditoria																									
6.2	Não Aplicável à Auditoria																									
6.2.1	Relatório Final**																									
6.2.2	Não Aplicável à Auditoria																									
6.3		R$ 43.000,00																				07/02/25 R$ 46.500,00				
6.4	Não Aplicável à Auditoria																									

PRODUTO	SITUAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	MÊS																							
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
TAC I COMPERJ - Cláusula Segunda																										
6.5		R$ 10.420,00																	07/11/24 R$ 10.420,00							
6.6		R$ 39.505,00																				07/02/25 R$ 43.505,00				
6.7		R$ 11.410,00																	07/11/24 R$ 11.410,00							
6.8		R$ 39.505,00																				07/02/25 R$ 43.505,00				
6.9		R$ 34.520,00																				07/02/25 R$ 38.520,00				
6.10		R$ 34.520,00																				07/02/25 R$ 38.520,00				
Parágrafo Primeiro		R$ 34.520,00																				07/02/25 R$ 38.520,00				
Parágrafo Segundo		R$ 43.000,00																				07/02/25 R$ 46.500,00				
Parágrafo Terceiro		R$ 43.000,00																					07/03/25 R$ 46.520,00			
Parágrafo Quarto		R$ 34.520,00																					07/03/25 R$ 38.520,00			
TAC I COMPERJ - Cláusula Quarta																										
Parágrafo Primeiro		R$ 34.520,00																					07/03/25 R$ 34.520,00			
Parágrafo Segundo		R$ 34.520,00																					07/03/25 R$ 34.520,00			
Parágrafo Terceiro		R$ 39.505,00																					07/03/25 R$ 39.505,00			
Parágrafo Quarto		R$ 43.000,00																					07/03/25 R$ 43.000,00			
TAC II COMPERJ - Cláusula Segunda																										
4.1	No que concerne à Licença Prévia IN020510 (que aprova a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário do COMPERJ):																									
4.1.2		R$ 43.000,00											07/05/24 R$ 43.000,00													
4.1.3		R$ 43.000,00											07/05/24 R$ 43.000,00													
4.1.4		R$ 34.520,00											07/05/24 R$ 34.520,00													
4.1.5		R$ 39.505,00											07/05/24 R$ 39.505,00													
4.2	No que concerne à Licença de Instalação IN023703 (relativa às obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário para escoamento dos efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá, com supressão de vegetação nativa em área de 3,87 ha):																									
4.2.3		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
4.2.4		R$ 43.000,00											07/05/24 R$ 43.000,00													
4.2.5		R$ 43.000,00																					07/03/25 R$ 43.000,00			
4.3	No que concerne à Licença Ambiental Simplificada - LAS Nº IN025658 – na qual se aprovou a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã:																									
4.4		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
4.5	Auditoria Piloto*																									
4.6 4.8 4.9		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
4.10		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
TAC II COMPERJ - Cláusula Terceira																										
A		R$ 39.505,00																						07/04/25 R$ 39.505,00		
B	No que concerne à Licença Prévia IN020511 - que aprova a concepção e localização do Sistema Dutoviário que se destinará ao transporte de produtos líquidos, petróleo e derivados entre o Complexo petroquímico do Rio de Janeiro e o Terminal de Campos Elíseos (TECAM/REDUC) e de gás natural desde o Ponto de Entrega em Guapimirim até o COMPERJ:																									
B.1		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
B.2		R$ 39.505,00												07/06/24 R$ 39.505,00												
B.3		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
B.4		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
B.5		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
B.6		R$ 39.505,00													05/07/24 R$ 39.505,00											
C	No que concerne à Licença de Instalação IN024202 - que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:																									
C.1		R$ 43.000,00																						07/04/25 R$ 43.000,00		
C.2 C.4		R$ 34.520,00																						07/04/25 R$ 34.520,00		
C.3	Em relação à condicionante 7 - Observar as condicionantes de validade constantes da Autorização nº 068/2011, retificada em 08/04/2013, emitida pelo ICMBio, em especial:																									
C.3-a		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.3-b		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.3-c		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.3-c.1		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.3-d		R$ 10.420,00																		06/12/24 R$ 10.420,00						
C.3-e		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.5		R$ 39.505,00																07/10/24 R$ 39.505,00								
C.6		R$ 34.520,00																	07/11/24 R$ 34.520,00							
C.7		R$ 10.420,00																		06/12/24 R$ 10.420,00						
C.13 C.15		R$ 10.420,00																			08/01/25 R$ 10.420,00					
D		R$ 39.505,00																	07/11/24 R$ 39.505,00							
TAC II COMPERJ - Cláusula Quarta																										
4.1	No que concerne à Licença Prévia IN023530 - aprova a concepção e localização de Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidades de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:																									
4.1.1		R$ 11.410,00																			08/01/25 R$ 11.410,00					
4.2	No que concerne à Licença de Instalação IN025099 - para a implantação das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:																									
4.2.1		R$ 10.420,00																				07/02/25 R$ 10.420,00				
4.2.2		R$ 43.000,00														07/08/24 R$ 43.000,00										
4.2.4		R$ 11.410,00																				07/02/25 R$ 11.410,00				
4.2.5		R$ 39.505,00														07/08/24 R$ 39.505,00										
4.2.6 4.2.7		R$ 11.410,00																					07/03/25 R$ 11.410,00			
4.2.8		R$ 34.520,00														07/08/24 R$ 34.520,00										
4.3		R$ 10.420,00																					07/03/25 R$ 10.420,00			
4.5		R$ 10.420,00																						07/04/25 R$ 10.420,00		
TAC II COMPERJ - Cláusula Quinta																										
4	No que concerne às Licenças Prévia nº IN021727 e de Instalação nº IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:																									
4.1.1 4.2		R$ 43.000,00														07/08/24 R$ 43.000,00										
4.1.2		R$ 43.000,00														07/08/24 R$ 43.000,00										
4.4.1		R$ 39.505,00														07/08/24 R$ 39.505,00										
4.4.6		R$ 10.420,00																						07/04/25 R$ 10.420,00		
4.5		R$ 10.420,00																						07/04/25 R$ 10.420,00		
TAC II COMPERJ - Cláusula Sexta																										
1		R$ 39.505,00																						07/04/25 R$ 39.505,00		
2		R$ 43.000,00																						07/04/25 R$ 43.000,00		
3		R$ 43.000,00																						07/04/25 R$ 43.000,00		
4		R$ 39.505,00																						07/04/25 R$ 39.505,00		
5		R$ 43.000,00																							08/05/25 R$ 43.000,00	
TAC II COMPERJ - Cláusula Sétima																										
1		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
2		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
3		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
4		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
5		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
6		R$ 10.420,00																							08/05/25 R$ 10.420,00	
7		R$ 10.420,00																							08/05/25 R$ 10.420,00	
8		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	

* O valor da obrigação 4.5 está sendo contemplado no item Auditoria Piloto da Tabela 5.

** O valor da obrigação 6.2.1 está sendo contemplado no item Relatório Final da Tabela 5.

Rua Figueira de Melo, 444 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ | CEP 20941-000
trial@trial.com.br
(21) 3860-3828 | (21) 2589-2644
www.trial.com.br

Grupo TRIAL

SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

PROTOCOLO DE AUDITORIA

TAC I e TAC II - COMPERJ

Revisão 02

Outubro de 2023

Sumário Executivo

O presente documento estabelece a metodologia, as responsabilidades, os procedimentos e os critérios técnicos para a realização das auditorias que irão verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS. Bem como orienta os auditores na execução da referida auditoria e seus respectivos produtos.

Índice

1. Objetivo 4
2. Referências 5
3. Definições 6
4. Execução de Auditoria 7
I. Obrigações da Organização Auditada 7
II. Princípios da Auditoria 7
III. Critérios para Execução 8
IV. Etapas da Auditoria 9
5. Relatório de Auditoria 13
I. Introdução 13
II. Resumo 13
III. Legislações e Normas 13
IV. Documentos Analisados e Registros de evidências 13
V. Conclusão 14
VI. Recomendações 14

ANEXO I - FORMULÁRIOS DE AUDITORIA

ANEXO II - PERMISSÃO DE USO DE IMAGEM

1. Objetivo

Estabelecer a metodologia, as responsabilidades, os procedimentos e os critérios técnicos de avaliação, assim como abordagens de comprovação, para a realização das auditorias que irão verificar, discutir e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

O principal desafio referente ao escopo do presente documento está na variabilidade quanto a natureza dos diversos compromissos estabelecidos no processo do licenciamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Sendo assim, o presente documento procura sistematizar e detalhar as diversas fases a serem seguidas de forma a permitir o acompanhamento claro e preciso do trabalho a ser executado.

2. Referências

Este documento segue o preconizado no Termo de Referência emitido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, cujo objeto é a prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

Por não se tratar de uma auditoria nos modelos previstos em normas legais, a presente auditoria será conduzida em conformidade com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

3. Definições

Para os efeitos deste protocolo de auditoria são adotadas as seguintes definições:

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

AUDITOR – profissional qualificado para executar auditorias em ações de TACs, nos assuntos pertinentes a sua especialidade, registrado e regular em seu respectivo Conselho de Classe, técnica e legalmente responsável pelo relatório da auditoria.

ESPECIALISTA TÉCNICO – profissional que provê habilidade ou conhecimentos específicos à equipe de auditoria, mas que não participa como um auditor.

INTOSAI - Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores.

ISSAI - Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores.

ORGANIZAÇÃO – empresa, corporação, firma, empreendimento, autoridade ou instituição, ou parte ou combinação destes, incorporada ou não, pública ou privada, que tenha funções e administração próprias.

PARTE INTERESSADA – indivíduo ou grupo interessado ou afetado por determinada ação do TAC que esteja sendo verificada ou avaliada quanto ao seu cumprimento.

CONFORMIDADE – cumprimento da ação prevista no TAC segundo avaliação do auditor.

NÃO CONFORMIDADE – não cumprimento da ação prevista no TAC segundo avaliação do auditor.

EVIDÊNCIA DE AUDITORIA – informações verificáveis, registros, constatações ou declarações que comprovam conformidades ou não conformidades identificadas no processo de auditoria.

RELATÓRIO DE AUDITORIA – documento elaborado pelo auditor ou equipe de auditoria, que consolida os resultados da avaliação/verificação de determinada ação do TAC, dando parecer sobre o grau de cumprimento da referida ação.

4. Execução de Auditoria

I. Obrigações da Organização Auditada

Para o funcionamento das Auditorias de cumprimento dos TACs, a Organização Auditada deve:

a) Colocar à disposição da equipe de auditoria toda a documentação por ela requerida, como estudos, relatórios de acompanhamento e conclusão de metas, laudos, comprovações de ordem financeira, documentos comprobatórios de convênios e/ou outras relações institucionais, dados brutos, entre outros itens;

b) Franquear à equipe de auditoria o acesso a todas as partes das instalações e áreas adjacentes relacionadas a ações do TAC em avaliação/verificação;

c) Permitir a realização de entrevistas e reuniões com seu quadro funcional, para obtenção e confirmação das informações e evidências necessárias;

d) Dar suporte na organização de reuniões com empregados, responsáveis pela execução de estudos técnicos ambientais ou de engenharia;

e) Designar um representante responsável para acompanhamento quando das campanhas de auditoria nas instalações e/ou áreas adjacentes.

II. Princípios da Auditoria

Conforme descrito na ISSAI 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, esta auditoria de conformidade deverá seguir: princípio da ética e independência, em que os auditores devem cumprir exigências éticas relevantes e ser independentes; julgamento, devendo os auditores manterem comportamento profissional apropriado; controle de qualidade, realizando a auditoria em conformidade com normas profissionais de controle de qualidade; gerenciamento de equipes de auditoria e habilidades, possuindo ou tendo acesso às habilidades necessárias; risco de auditoria, gerenciando os mesmos para a entrega de relatório adequado às circunstâncias da auditoria; materialidade, conforme interpretação do auditor acerca das necessidades; documentação, preparando-a de forma a ser suficientemente detalhada para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, da evidência obtida e das conclusões alcançadas; e comunicação eficaz durante todo o processo de auditoria.

III. Critérios para Execução

O planejamento e a execução da auditoria deverão considerar, no mínimo, os requisitos básicos descritos no item 4 do Termo de Referência de auditoria técnica e financeira referente aos TACs I e II do COMPERJ. As evidências deverão estar fundamentadas não apenas em análise documental, mas também em inspeções nos locais relacionados às ações e entrevistas, assim como registro fotográfico e outras mídias.

As ações deverão ser classificadas conforme as seguintes naturezas:

a) Elaboração de Estudo;

b) Implantação de Medidas;

c) Execução de Obras;

d) Financiamento de Medidas (estudos, etc);

e) Estabelecimento de Convênios.

Ao decorrer do processo de avaliação, subitens podem ser criados de forma a tornar mais precisa a organização da natureza dos compromissos estabelecidos.

A execução das auditorias deverá considerar os formulários listados no Anexo I deste protocolo, desenvolvidos conforme a Natureza de cada Ação dos TACs em avaliação.

Em caso de necessidade de registros de evidências nos trabalhos de campo, conforme item 5.2, o auditor deverá obter permissão do uso de imagem, conforme documento apresentado no ANEXO II.

Em caso de necessidade de realização de entrevistas com trabalhadores das empresas signatárias e seus fornecedores, as mesmas devem ser confidenciais (sem a presença obrigatória de representantes da empresa). Dados como nome não devem ser registrados no relatório, bem como dados que facilitem a identificação dos mesmos após a auditoria.

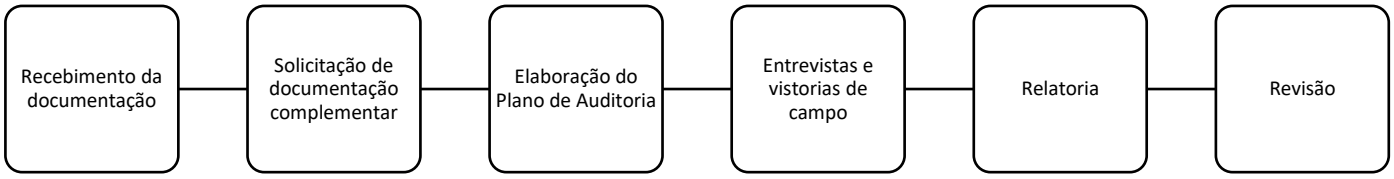
Todas as informações levantadas alimentarão um sistema on-line onde atores com diferentes permissões de acesso poderão acompanhar em tempo real os passos do projeto. Semanalmente relatórios de andamento serão produzidos de forma a sumarizar a situação em que o projeto se encontra, dificuldades encontradas, pontos negativos e positivos de forma a permitir uma experiência que permita o "*learn by doing*" do órgão contratante.

Além dos critérios apresentados, os auditores devem avaliar a necessidade de outras formas de obtenção de dados e executar procedimentos de auditoria que forneçam evidências suficientes e apropriadas para que possam avaliar e extrais conclusões adequadas em seu relatório, conforme descrito em ISSAI 100.

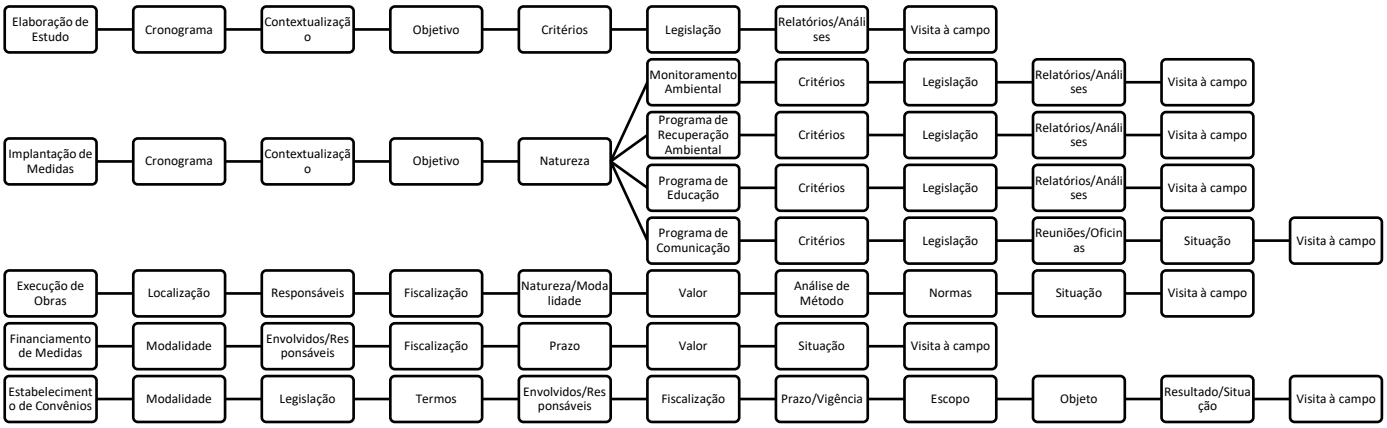
IV. Etapas da Auditoria

Estão descritas no Plano de Trabalho as etapas gerais relativas ao trabalho da Auditoria, são elas: desenvolvimento do Plano de Trabalho; desenvolvimento do Protocolo de Auditoria; desenvolvimento do sistema INFOTAC-TRIAL; obtenção de documentos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do Estado do Rio de Janeiro; organização e análise prévia dos documentos disponibilizados; e execução de Auditoria Piloto.

Ainda, são descritas as etapas e respectivos prazos para auditoria das obrigações específicas, desde o fornecimento dos documentos pertinentes ao(à) auditor(a) técnico(a) responsável até a revisão do relatório, conforme fluxograma abaixo.



Com relação à etapa de Relatoria, esta compreende as etapas relativas à auditoria propriamente dita e obedece às ações constantes nos formulários do Anexo I, conforme a natureza da obrigação. O fluxograma abaixo demonstra as ações macro a serem seguidas no processo de auditoria.



Cronograma

Para as obrigações que contenham a etapa de Cronograma deverão ser analisados os prazos solicitados na obrigação e o cumprimento do cronograma.

Contextualização

Em obrigações classificadas como “Elaboração de Estudo” ou “Implantação de Medidas” deverá ser descrito o contexto em que se deu o estudo.

Objetivo

Em obrigações classificadas como “Elaboração de Estudo” ou “Implantação de Medidas” deverá constar o objetivo da ação que está sendo analisada, podendo ser classificada em atenuação, prevenção ou compensação.

Critérios

Nas auditorias de natureza “Elaboração de Estudo” ou “Implantação de Medidas” deverão ser descritos individualmente os critérios estabelecidos para realização das ações, bem como dados obtidos, métodos utilizados, parâmetros considerados e condições de realização.

Legislação e Normas

Durante o processo de auditoria o(a) auditor(a) especialista responsável deverá realizar análise das legislações e normas pertinentes ao objeto analisado.

Relatórios/Análises e Reuniões/Oficinas

Ao avaliar os Relatórios e Análises recebidos do auditado, bem como documentos relativos à realização de Reuniões e Oficinas, no caso de Programa de Comunicação, deverão ser analisados os dados obtidos, métodos utilizados, parâmetros considerados, condições de realização, discussão de resultados, estudos de caso semelhantes, bem como outras informações pertinentes constantes nos formulários disponibilizados no INFOTAC-TRIAL (Anexo I).

Situação

Nos casos de análise de situação, deverá ser avaliado se as atividades envolvidas foram concluídas ou se encontram em andamento no momento de realização de auditoria.

Visita à campo

Para os casos que seja necessária a realização de entrevista com trabalhadores das empresas signatárias e seus fornecedores, bem como vistorias de campo para verificar a execução dos projetos, programas e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros, bem como acompanhar os resultados dos compromissos pactuados, o(a) auditor(a)

Localização

No caso de realização de obras será necessário descrever a localização em que elas foram realizadas, bem como acessos para que a visita à campo seja planejada.

Responsáveis/Envolvidos

Descrição das empresas e responsáveis pela execução das obras e/ou serviços alvos da obrigação.do TAC.

Fiscalização

Indicação dos responsáveis pela fiscalização das obras e/ou serviços alvos da obrigação.do TAC, a forma que foi realizada e sua periodicidade.

Natureza/Modalidade

Se refere à classificação da natureza do programa ou modalidade de contrato, bem como suas qualificações, conforme apresentado nos formulários disponibilizados no INFOTAC-TRIAL (Anexo I).

Valor

Quando necessário ao entendimento do cumprimento da obrigação do TAC, os valores monetários envolvidos deverão ser apresentados e informados.

Análise de Método

Análise quanto à forma que a obra/serviço foi executada frente às possibilidades existentes no mercado e estudos acadêmicos.

Prazo/Vigência

Em caso de estabelecimento de convênios ou ações não concluídas, deverá ser analisada de forma crítica o prazo e/ou vigência dos contratos visando a conclusão da obrigação de referência.

Escopo

As atividades integrantes dos contratos que estabelecem convênios deverão ser detalhadas e analisadas criticamente.

Objeto

O conteúdo dos contratos firmados para estabelecimento de convênios deverá ser relatado e analisado criticamente pelo auditor responsável.

Resultado/Situação

No caso de ações concluídas deverá ser registrado e discutido sobre o resultado obtido. Já a descrição da situação deverá ser realizada para as ações que foram interrompidas ou se encontram em andamento.

5. Relatório de Auditoria

O Relatório de Auditoria deverá ser uma exposição clara, objetiva, concisa e conclusiva sobre a verificação/avaliação do nível de conformidade de determinada ação do TAC.

Sua apresentação deverá observar o seguinte formato:

I. Introdução

a) Identificação da ação do TAC sob auditoria, apresentando o escopo e os objetivos da auditoria;

b) A(s) data(s) em que a auditoria foi conduzida;

c) Identificação dos membros da equipe de auditoria e qualificação profissional;

d) Descrição das metodologias utilizadas para realização da auditoria.

II. Resumo

a) Resumo do levantamento realizado;

b) Descrição dos pontos analisados durante a auditoria;

c) Evidências coletadas;

d) Conformidades e Não conformidades relativas ao TAC;

e) Resumo das observações a respeito de imprevistos acontecidos em campo.

III. Legislações e Normas

a) O auditor(a) deverá explicitar as Normas Técnicas e a legislação utilizadas como base na auditoria.

IV. Documentos Analisados e Registros de evidências

a) Apresentação e registro dos documentos analisados, sejam internos (das empresas verificadas) ou externos (consultas as partes interessadas, fontes de informação do governo, internet, relatórios de especialistas etc.). Quando aplicável, cópias dos mesmos devem ser anexadas ao relatório;

b) Quando houver auditoria de campo, devem ser anexados registros fotográficos ao relatório. Quando aplicável a permissão do uso de imagem, conforme item 4.2, a mesma deverá ser anexada ao relatório.

V. Conclusão

a) Parecer dos auditores sobre o nível de conformidade do item avaliado (termos dos TACs I e II);

b) Registro de não conformidades frente ao TACs I e II;

c) Recomendações, caso sejam evidenciadas não conformidades;

d) Observações a respeito de imprevistos acontecidos em campo.

VI. Recomendações

a) Recomendações de acompanhamento de atividades para o órgão fiscalizador do objeto da obrigação do TAC, se aplicável;

ANEXO I – FORMULÁRIOS DE AUDITORIA

FORMULÁRIO

ELABORAÇÃO DE ESTUDO

	ITEM	RESPOSTA
1	Estudo	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e potenciais credenciamentos
4	Estudo respeitou o cronograma de início previsto no compromisso?	Sim/Não/Não se aplica
5	Contextualização do Estudo	Em que contexto se deu o estudo?
6	Objetivo do Estudo	Atenuação/Prevenção/Compensação
7	Qual o critério do estabelecimento de pontos de coleta?	Descrição
8	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
9	Pontos de coleta são georreferenciados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
10	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
11	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica
12	Respeita sazonalidade?	Sim/Não/Não se aplica
13	Respeita parâmetros ambientais locais? (Clima, marés, etc)	Sim/Não/Não se aplica
14	Uso de dados primários	Sim/Não/Não se aplica
15	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
16	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
17	Qual?	Descrição
18	In situ?	Sim/Não
19	Data de obtenção dos Dados	Data
20	Método de Obtenção	Nome do Método
21	Forma de registro	Descrição
22	Usou aparelho e/ou sensor?	Sim/Não
23	Marca?	Descrição
24	Certificado de Calibração?	Sim/Não/Não se aplica
25	Uso de dados secundários	Sim/Não
26	Data dos Dados	Descrição
27	Fonte	Descrição
28	Método de Obtenção	Descrição
29	Forma de registro	Descrição
30	Usou aparelho?	Sim/Não/Não se aplica
31	Marca?	Sim/Não/Não se aplica
32	Limites de detecção?	Sim/Não/Não se aplica

33	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
34	Houve amostragem?	Sim/Não/Não se aplica
35	Quantas amostras?	Sim/Não/Não se aplica
36	Quantas réplicas?	Sim/Não/Não se aplica
37	Quantos parâmetros?	Numeral
38	Quais parâmetros?	Descrição
39	Tempo de estabilidade de cada parâmetro	Numeral
40	Frascaria utilizada para cada parâmetro	Descrição
41	Estabilizador químico para cada parâmetro	Descrição
42	Horário de início de amostragem	Descrição
43	Horário de fim de amostragem	Descrição
44	Qual matriz amostrada	Sedimento/Água/Ar/Ruído
45	Forma de amostragem	Descrição
46	Forma de armazenamento	Descrição
47	Método de Análise	Referência
48	Limitação Reconhecida do Método?	Não/Sim: Descrição
49	Laboratório de Análise	Dados do Laboratório
50	Credenciado no INEA/IMETRO?	Sim/Não
51	Distância da Área de Campanha para o Laboratório?	Descrição
52	Tempo de trânsito entre Área de Campanha para o laboratório?	Descrição
53	Gerou base de dados	Sim/Não
54	Possível acesso a base de dados?	Sim/Não
55	Link para o acesso	Colocar link
56	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
57	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
58	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
59	Compara com os limites estabelecidos pela legislação vigente?	Sim/Não/Não se aplica
60	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica
61	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
62	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
63	Resultados conclusivos?	Sim/Não/Não se aplica
64	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
65	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
66	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
67	Estudo finalizado?	Sim/Não
68	Resultados Conclusivos?	Sim/Não

69	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não
70	Apresenta Seção de Referências?	Sim/Não/Não se aplica
71	Seção de Referências devidamente preenchida?	Sim/Não/Não se aplica
72	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não
73	Link de acesso	Colocar link
74	Apresenta Laudos de Análises?	Sim/Não/Não se aplica
75	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
76	Link de acesso	Colocar link

FORMULÁRIO

IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS

	ITEM	RESPOSTA
1	Programa	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e potenciais credenciamentos
4	Qual a natureza do Programa	Social/Físico/Biológico
5	Programa respeitou o cronograma de início previsto no compromisso?	Sim/Não/Não se aplica
	Data de início da implementação do Programa	Descrição
6	Contextualização do Programa	Em que contexto se deu o programa?
7	Objetivo do Programa	Atenuação/Prevenção/Compensação
8	Qual a natureza do Programa?	Monitoramento/Recuperação/Educação/Comunicação
Monitoramento Ambiental		
9	Qual o critério do estabelecimento de pontos de coleta?	Descrição
10	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
11	Pontos de coleta são georreferenciados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
12	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
13	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica
14	Respeita sazonalidade?	Sim/Não/Não se aplica
15	Respeita parâmetros ambientais locais? (Clima, marés, etc)	Sim/Não/Não se aplica
16	Uso de dados primários	Sim/Não/Não se aplica
17	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
18	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
19	Qual?	Descrição
20	In situ?	Sim/Não
21	Data de obtenção dos Dados	Data
22	Método de Obtenção	Nome do Método
23	Forma de registro	Descrição
24	Usou aparelho e/ou sensor?	Sim/Não
25	Marca?	Descrição
26	Certificado de Calibração?	Sim/Não/Não se aplica
27	Uso de dados secundários	Sim/Não
28	Data dos Dados	Descrição
29	Fonte	Descrição
30	Método de Obtenção	Descrição

31	Forma de registro	Descrição
32	Usou aparelho?	Sim/Não/Não se aplica
33	Marca?	Sim/Não/Não se aplica
34	Limites de detecção?	Sim/Não/Não se aplica
35	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
36	Houve amostragem?	Sim/Não/Não se aplica
37	Quantas amostras?	Sim/Não/Não se aplica
38	Quantas réplicas?	Sim/Não/Não se aplica
39	Quantos parâmetros?	Numeral
40	Quais parâmetros?	Descrição
41	Tempo de estabilidade de cada parâmetro	Numeral
42	Frascaria utilizada para cada parâmetro	Descrição
43	Estabilizador químico para cada parâmetro	Descrição
44	Horário de início de amostragem	Descrição
45	Horário de fim de amostragem	Descrição
46	Qual matriz amostrada	Sedimento/Água/Ar/Ruído
47	Forma de amostragem	Descrição
48	Forma de armazenamento	Descrição
49	Método de Análise	Referência
50	Limitação Reconhecida do Método?	Não/Sim: Descrição
51	Laboratório de Análise	Dados do Laboratório
52	Credenciado no INEA/IMETRO?	Sim/Não
53	Distância da Área de Campanha para o Laboratório?	Descrição
54	Tempo de trânsito entre Área de Campanha para o laboratório?	Descrição
55	Gerou base de dados	Sim/Não
56	Possível acesso a base de dados?	Sim/Não
57	Link para o acesso	Colocar link
58	O trabalho usou alguma ferramenta de modelagem?	Sim/Não/Não se aplica
59	Qual?	Sim/Não/Não se aplica
60	O modelo foi utilizado em outros trabalhos?	Sim/Não/Não se aplica
61	Quais	Sim/Não/Não se aplica
62	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
63	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
64	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
65	Compara com os limites estabelecidos pela legislação vigente?	Sim/Não/Não se aplica

66	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica
67	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
68	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
69	Resultados conclusivos?	Sim/Não/Não se aplica
70	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
71	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
72	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
73	Monitoramento finalizado?	Sim/Não
74	Os dados foram discutidos estatisticamente?	
75	A malha amostral se mostrou adequada?	
76	Os métodos estatísticos foram usados adequadamente?	
77	Resultados Conclusivos?	Sim/Não
78	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não
79	Apresenta Seção de Referências?	Sim/Não/Não se aplica
80	Existem registros fotográficos?	
81	Seção de Referências devidamente preenchida?	
82	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não
83	Link de acesso	Colocar link
84	Apresenta Laudos de Análises?	Sim/Não/Não se aplica
85	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
86	Link de acesso	Colocar link
Programa de Recuperação Ambiental		
87	Qual o critério do estabelecimento dos pontos de recuperação?	Descrição
88	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
89	Pontos de recuperação foram georreferenciados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
90	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
91	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica
92	Respeita sazonalidade?	Sim/Não/Não se aplica
93	Respeita parâmetros ambientais locais? (Clima, marés, etc)	Sim/Não/Não se aplica
94	Uso de dados primários no processo de recuperação?	Sim/Não/Não se aplica
95	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
96	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
97	Qual?	Descrição
98	*In situ?*	Sim/Não

99	Data de obtenção dos Dados	Data
100	Método de Obtenção	Nome do Método
101	Forma de registro	Descrição
102	Usou aparelho e/ou sensor?	Sim/Não/Não se aplica
103	Marca?	Descrição
104	Certificado de Calibração?	Sim/Não/Não se aplica
105	Uso de dados secundários	Sim/Não
106	Data dos Dados	Descrição
107	Fonte	Descrição
108	Método de Obtenção	Descrição
109	Forma de registro	Descrição
110	Usou aparelho?	Sim/Não/Não se aplica
111	Marca?	Sim/Não/Não se aplica
112	Limites de detecção?	Sim/Não/Não se aplica
113	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
114	Houve amostragem?	Sim/Não/Não se aplica
115	Quantas amostras?	Sim/Não/Não se aplica
116	Quantas réplicas?	Sim/Não/Não se aplica
117	Quantos parâmetros?	Numeral
118	Quais parâmetros?	Descrição
119	Tempo de estabilidade de cada parâmetro	Numeral
120	Frascaria utilizada para cada parâmetro	Descrição
121	Estabilizador químico para cada parâmetro	Descrição
122	Horário de início de amostragem	Descrição
123	Horário de fim de amostragem	Descrição
124	Qual matriz amostrada	Sedimento/Água/Ar/Ruído
125	Forma de amostragem	Descrição
126	Forma de armazenamento	Descrição
127	Método de Análise	Referência
128	Limitação Reconhecida do Método?	Não/Sim: Descrição
129	Laboratório de Análise	Dados do Laboratório
130	Credenciado no INEA/IMETRO?	Sim/Não
131	Distância da Área de Campanha para o Laboratório?	Descrição
132	Tempo de trânsito entre Área de Campanha para o laboratório?	Descrição
133	Gerou base de dados	Sim/Não
134	Possível acesso a base de dados?	Sim/Não
135	Link para o acesso	Colocar link

136	O trabalho usou alguma ferramenta de modelagem?	Sim/Não/Não se aplica
137	Qual?	Sim/Não/Não se aplica
138	O modelo foi utilizado em outros trabalhos?	Sim/Não/Não se aplica
139	Quais	Sim/Não/Não se aplica
140	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
141	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
142	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
143	Compara com os limites estabelecidos pela legislação vigente?	Sim/Não/Não se aplica
144	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica
145	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
146	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
147	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
148	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
149	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
150	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
151	Estudo finalizado?	Sim/Não/Não se aplica
152	Os dados foram discutidos estatisticamente?	Sim/Não/Não se aplica
153	A malha amostral se mostrou adequada?	Sim/Não/Não se aplica
154	Os métodos estatísticos foram usados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
155	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
156	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
157	Apresenta Seção de Referências?	Sim/Não/Não se aplica
158	Seção de Referências devidamente preenchida?	Sim/Não/Não se aplica
159	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
160	Existem registros fotográficos	Sim/Não/Não se aplica
161	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
162	Apresenta Laudos de Análises?	Sim/Não/Não se aplica
163	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
164	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
Programa de Educação		
165	Qual o critério do estabelecimento do público-alvo?	Descrição
166	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
167	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
168	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica

169	Respeita características intelectuais locais?	Sim/Não/Não se aplica
170	Respeita parâmetros socioambientais locais? (condições sociais)	Sim/Não/Não se aplica
171	Uso de dados ferramentas educativas?	Sim/Não/Não se aplica
172	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
173	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
174	Qual?	Descrição
175	O trabalho previu reuniões públicas?	
176	*In loco* ou a distância	*In loco*/ A distância
177	Data de aplicação das oficinas	Data
178	Método de aplicação	Nome do Método
179	Forma de registro	Descrição
180	Usou de infraestrutura?	Sim/Não/Não se aplica
181	Usou tecnologia?	Descrição
182	Houve produção de material didático?	Sim/Não/Não se aplica
183	É possível ao acesso aos mesmos?	Sim/Não/Não se aplica
184	Uso de dados secundários para a valoração e adequação de método?	Sim/Não/Não se aplica
185	Houve registro de participação?	Descrição
186	Houve comprovação de aplicação?	Sim/Não/Não se aplica
187	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
189	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
190	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
191	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica
192	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
193	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
194	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
195	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
196	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
197	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
198	Programa finalizado?	Sim/Não/Não se aplica
199	Os resultados foram discutidos estatisticamente?	Sim/Não/Não se aplica
200	A malha amostral se mostrou adequada?	Sim/Não/Não se aplica
201	Os métodos estatísticos foram usados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
202	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
203	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não/Não se aplica

204	Seção de Referências devidamente preenchida?	Sim/Não/Não se aplica
205	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
206	Existem registros fotográficos	Sim/Não/Não se aplica
207	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
208	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
209	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
Programa de Comunicação		
210	Qual o critério do estabelecimento do público-alvo?	Descrição
211	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
212	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
213	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica
214	Respeita características intelectuais locais??	Sim/Não/Não se aplica
215	Respeita parâmetros ambientais locais? (condições sociais)	Sim/Não/Não se aplica
216	Uso de dados ferramentas educativas?	Sim/Não/Não se aplica
217	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
218	Existe possibilidade de acesso às ferramentas?	Sim/Não/Não se aplica
219	Link para acesso	Descrição
220	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
221	Qual?	Descrição
222	O trabalho previu reuniões públicas?	Sim/Não/Não se aplica
223	*In loco* ou a distância	*In loco*/ A distância
224	Data de aplicação das oficinas	Data
225	Método de aplicação	Nome do Método
226	Forma de registro	Descrição
227	Usou de infraestrutura?	Sim/Não/Não se aplica
228	Usou tecnologia?	Descrição
229	Houve produção de material didático?	Sim/Não/Não se aplica
230	Certificado de Calibração?	Sim/Não/Não se aplica
231	Uso de dados secundários para a valoração e adequação de método?	Sim/Não
232	Houve registro de participação?	Descrição
233	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
234	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
235	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
236	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica

237	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
238	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
239	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
240	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
241	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
242	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
243	Programa finalizado?	Sim/Não/Não se aplica
244	Os resultados foram discutidos estatisticamente?	Sim/Não/Não se aplica
245	A malha amostral se mostrou adequada?	Sim/Não/Não se aplica
246	Os métodos estatísticos foram usados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
247	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
248	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
249	Seção de Referências devidamente preenchida?	Sim/Não/Não se aplica
250	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
251	Existem registros fotográficos	Sim/Não/Não se aplica
252	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
253	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
254	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica

FORMULÁRIO

EXECUÇÃO DE OBRAS

	ITEM	RESPOSTA
1	Obra	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e potenciais credenciamentos
4	Localização da Obra	Endereço, Dados GPS
5	Responsável pela contratação e construção	Descrição (Petrobrás, Município etc.)
6	Contrato de Construção prevê garantias?	Sim/Não/Não se aplica
7	Qual empreiteira?	Descrição:
8	Empreiteira apresenta alguma ISO?	Qual?
9	Houve fiscalização de terceiros?	Sim/Não/Não se aplica
10	De que natureza?	Pessoa Física/Pessoa Jurídica
11	Profissional responsável	Dados da Empresa ou Profissional
12	Formação	Descrição
13	Qual a natureza da Obra?	Social/Logística
14	Obra aparente?	Sim/Não/Não se aplica
15	Qual Valor da Obra?	Numeral
16	Obra completa ou reforma	Completa/Reforma
17	Método de Contratação?	Contratação Direta/ Licitação?
18	Escopo associado a algum plano de trabalho?	Sim/Não
19	Qual?	Descrição
20	Obra iniciada no prazo?	Sim/Não/Não se aplica
21	Obra efetivada?	Sim/Não
22	Duração da obra?	Cronograma
23	Por que não foi finalizada?	Descrição
24	Obra em andamento?	Sim/Não
25	Expectativa de finalização?	Data
26	Resultados diretos da obra efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
27	Método construtivo	Descrição
28	Método adequado financeiramente?	Sim/Não/Não se aplica
30	Método adequado ecologicamente?	Sim/Não/Não se aplica
31	Segue alguma ISO?	Sim/Não/Não se aplica
32	Qual?	Descrição
33	Acesso a plantas?	Sim/Não/Não se aplica
34	Link de acesso as plantas	Link
35	Acesso a documentos comprobatórios?	Sim/Não/Não se aplica

36	Link de acesso aos documentos comprobatórios	Link
37	Acesso a fotos comprobatórias?	Sim/Não/Não se aplica
38	Link para fotos comprobatórias	Link

FORMULÁRIO

FINANCIAMENTO DE MEDIDAS

	ITEM	RESPOSTA
1	Financiamento de Medidas	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e Potenciais Credenciamentos
4	Modalidade	Repasse/ Contratação/Outros
5	Se “Outros”, qual?	Descrição
6	Modalidade legalmente adequada?	Sim/ Não
7	Partes Envolvidas	Descrição (Petrobrás, Município etc.)
8	Financiamento feito no prazo solicitado?	Sim/ Não/ Não se aplica
9	Valor?	Descrição
10	Financiamento feito em partes?	Sim/ Não/ Não se aplica
11	Financiamento totalizado?	Sim/ Não/ Não se aplica
12	Motivo para a não totalização:	Descrição
13	Resultado Efetivo	Sim/ Não/ Não se aplica
14	Houve fiscalização do compromisso firmado no ato do financiamento?	Sim/ Não/ Não se aplica
15	Qual?	Sim/ Não/ Não se aplica
16	Acesso ao documento comprobatório de execução do escopo?	Sim/Não
17	Link de acesso ao documento comprobatório de execução do escopo	Link
18	Acesso a documento comprobatório de fiscalização?	Sim/Não
19	Link de acesso ao documento comprobatório de fiscalização?	Link

FORMULÁRIO

ESTABELECIMENTO DE CONVÊNIOS

	ITEM	RESPOSTA
1	Estabelecimento de “Convênio”	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e Potenciais Credenciamentos
4	Modalidade	Acordo/ Termo de compromisso/ Convênio/ Outros
5	Se outros, qual:	Descrição
6	Modalidade legalmente adequada?	Sim/ Não
7	Termos da modalidade respeitados?	Sim/ Não/ Não se aplica
8	Partes Envolvidas	Descrição (Petrobrás, Município etc.)
9	Convênio estabelecido no prazo solicitado?	Sim/ Não/ Não se aplica
10	Tempo de vigência	Datas
11	Escopo 1 (uma das partes)	Descrição
12	Escopo 2 (uma das partes)	Descrição
13	Escopo 3 (uma das partes)	Descrição
14	Objeto	Descrição
15	Resultado Efetivo	Sim/ Não/ Não se aplica
16	Fiscal do “convênio”	Sim/ Não/ Não se aplica
17	Qual?	Sim/ Não/ Não se aplica
18	Acesso ao documento?	Sim/Não
19	Link de acesso ao documento	Link

ANEXO II – PERMISSÃO DE USO DE IMAGEM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu,_____, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente à Rua _____, nº _____, na cidade de _____, AUTORIZO o uso de minha imagem (ou do menor _____ sob minha responsabilidade) em fotos ou filme, sem finalidade comercial, para ser utilizada pela TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ 22.243.664/0001-41, nos relatórios oriundos de serviços de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

_____, ____/____/_____

_____

Assinatura

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

CONTRATO: SEAS 001/2023

SERVIÇO: Auditoria Técnica e Financeira para verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: Outubro/2023

TOTAL DE OCORRÊNCIAS: 0

OCORRÊNCIA 1: Não apresentação dos Relatórios de Detalhamento de execução e de Acompanhamento de Nível de Serviço.

AFERIÇÃO: Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato

OBSERVAÇÃO: A quantidade de ocorrência registrada corresponderá ao número de faltas que nela incorrerem um mesmo mês.

Total de Ocorrências: 0

Data da Ocorrência:

Descrição Sintética: Não haviam sido entregues Relatórios de Detalhamento de execução e de Acompanhamento de Nível de Serviço até o momento, devido não aprovação do cronograma físico-financeiro.

OCORRÊNCIA 2: Inobservância do cronograma previsto para as atividades.

AFERIÇÃO: Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato.

OBSERVAÇÃO: A cada comunicação e o não cumprimento será considerada uma ocorrência.

Total de Ocorrências: 0

Data da Ocorrência:

Descrição Sintética: Não existia cronograma aprovado até a presente data.

OCORRÊNCIA 3: Inobservância de resposta máxima em 24 (vinte quatro) horas dos questionamentos encaminhados pela fiscalização do contrato.

AFERIÇÃO: Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato.

OBSERVAÇÃO: Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Total de Ocorrências: 0

Data da Ocorrência:

Descrição Sintética: Todos os questionamentos e solicitações foram atendidos dentro dos prazos solicitados pela comissão de gestão/fiscalização do contrato.

OCORRÊNCIA 4: A não readequação de relatório rejeitado pela equipe de fiscalização.

AFERIÇÃO: Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato.

OBSERVAÇÃO: Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Total de Ocorrências: 0

Data da Ocorrência:

Descrição Sintética: Todas as readequações dos documentos apresentados até o presente momento foram realizadas conforme solicitações da comissão de gestão/fiscalização do contrato.

PRODUTOS

No mês de outubro de 2023 foram entregues os produtos abaixo relacionados com seus respectivos valores, conforme cronograma físico-financeiro estabelecido no Plano de Trabalho:

1. Plano de Trabalho (R$ 313.920,00)
2. Protocolo de Auditoria (125.568,00)

Tabela 1. Total de ocorrências.

TOTAL DE OCORRÊNCIAS E REGRA DE FATURAMENTO				
OCORRÊNCIA	**1**	**2**	**3**	**4**
Total de ocorrências	0	0	0	0
Total (+) (A)	0	0	0	0
Tolerância (-) (B)	2	2	2	1
Excesso de ocorrências (C) = (A)-(B)	0	0	0	0
Peso (X)	6	8	8	10
Número corrigido (D) = (C)x(X)	0	0	0	0
Fator de aceitação (=) SOMA (D)	**0**			
FAIXA DE FATURAMENTO*	**FAIXA 01**			
PERCENTUAL APLICADO	**100%**			
VALOR TOTAL DE FATURAMENTO	**R$ 439.488,00**			

* Faixa de faturamento estabelecida conforme Tabela 2.

Tabela 2. Regra de faturamento.

REGRA DE FATURAMENTO			
FAIXA 01	>	0	100%
FAIXA 02	1	10	95%
FAIXA 03	11	20	90%
FAIXA 04	21	50	85%
FAIXA 05	51	80	80%
FAIXA 06	81	100	75%
FAIXA 07	101	<	70%

Rua Figueira de Melo, 444 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ | CEP 20941-000
(21) 3860-3828 | (21) 2589-2644
trial@trial.com.br
www.trial.com.br

Rua Figueira de Melo, 444 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ | CEP 20941-000
(21) 3860-3828 | (21) 2589-2644
trial@trial.com.br
www.trial.com.br

Segue abaixo link para acesso ao anexo do Of.SEAS/SUBEXE Nº 1001, consistente em planilha do Excel.

Fisico_Financeiro_TAC_Versao_Final (1).xlsx

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 01286300

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 25/2020 - MPRJ n° 2020.00174193

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Juntar** cópia do ofício de índex 01210330 ao PA 62/2020 (MPRJ 2020.00174156) e ao PA 207/2020 (MPRJ n. 2019.00978605), tendo em vista que os referidos PAs possuem como objeto a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ.

2. Acusando o recebimento do ofício de índex 01210330, **oficie-se à SEAS,** após 60 dias**,** solicitando informar e comprovar o andamento do Auditoria Piloto;

3. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 28 de novembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 28-11-2023 10:31

Ofício nº 221/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01559683
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Assunto: PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ).

No uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of.SEAS/SUBEXE Nº 1001, solicitar que informe e comprove o andamento da Auditoria Piloto, no prazo de 30 (trinta) dias.**

Seguem anexas cópias da portaria de instauração e do relatório de investigação do presente procedimento.

Itaboraí, 05 de fevereiro de 2024

MPRJ Documento assinado por GLAUCIA MARIA DA COSTA SANTANA em 05-02-2024 13:40

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GLÁUCIA MARIA DA COSTA SANTANA
Promotor(a) de Justiça - Mat. 1818

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607, Centro - Itaboraí, RJ - Brasil CEP 24800-113
Email: 2pjtcoitb@mprj.mp.br - Telefones: (21) 2645-6950

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 01579185

Documento enviado em 05 de fevereiro de 2024:
Ofício 221/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 01 de março de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01693683

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TACs do COMPERJ[1]

Como se sabe, o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

No dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

Os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Isto posto, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 09:41

cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

Tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ"*.

Noutro giro, esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA

ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

Considerando que o STJ no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8) firmou a tese que: *"(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)"*

O Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

O direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

O Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

A transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

Ressalta-se que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever

de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

A publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas, não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

No que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

O Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: *"(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)*

A Lei n. 10.650/2003, estabelece que: *(...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).*

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: *"São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".*

A Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: *"São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".*

Em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

A omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

Indubitavelmente a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

Nessa toada, o MPRJ registra que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos

controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e *accountability*.

Ressalta-se que esta Promotoria de Justiça em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

É o breve relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. **Expeça-se imediatamente recomendação ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, a fim de que: ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias,***

críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC. O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis;

II. **Juntar** cópia da presente promoção e da recomendação expedida em todos os Procedimentos Administrativos (em andamento) do TAC COMPERJ I e II;

III. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

[1] TAC I e II: PA 150/2019 – MPRJ n. 2019.00977739; PA 151/2019 – MPRJ n. 2019.00978524; PA 152/2019 - MPRJ 2019.00978517; PA 153/2019 - MPRJ 2019.00978521; PA 154/2019 - MPRJ 2019.00977734; PA 155/2019 - MPRJ 2019.00977724; PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717; PA 159/2019 - MPRJ 2019.00977681; PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785; PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783; PA 162/2019 - MPRJ 2019.0097871; PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778; PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775; PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774; PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764; PA 169/2019 - MPRJ 2019.00978758; PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821; PA 172/2019 - MPRJ 2019.00978813; PA 173/2019 - MPRJ 2019.00978810; PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802; PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799; PA 179/2019 - MPRJ 2019.00978793; PA 180/2019 - MPRJ 2019.00978685; PA 181/2019 - MPRJ 2019.00978683; PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680; PA 188/2019 - MPRJ 2019.00978818; PA 189/2019 - MPRJ 2019.00978816; PA 190/2019 - MPRJ 2019.00978751; PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745; PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743; PA 194/2019 - MPRJ 2019.00978740; PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738; PA 196/2019 - MPRJ 2019.00978733; PA 197/2019 - MPRJ 2019.00978731; PA 198/2019 - MPRJ 2019.00978707; PA 199/2019 - MPRJ 2019.00978699; PA 200/2019 - MPRJ 2019.00978687; PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654; PA 202/2019 - MPRJ 2019.00978628; PA 203/2019 - MPRJ 2019.00978638; PA 204/2019 - MPRJ 2019.00978625; PA 205/2019 - MPRJ 2019.00978623; PA 206/2019 - MPRJ 2019.00978615; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605; PA 208/2019 - MPRJ 2019.00978582; PA 209/2019 - MPRJ

2019.00978564; PA 210/2019- MPRJ 2019.00978560; PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555; PA 06/2020 - MPRJ 2020.00174213; PA 08/2020 - MPRJ 2020.00174210; PA 09/2020 - MPRJ 2020.00174209; PA 10/2020 - MPRJ 2020.00174208; PA 11/2020 - MPRJ 2020.00174207; PA 12/2020 - MPRJ 2020.00174206; PA 13/2020 - MPRJ 2020.00174205; PA 14/2020 - MPRJ 2020.00174204; PA 15/2020 - MPRJ 2020.00174203; PA 16/2020 - MPRJ 2020.00174202; PA 17/2020 - MPRJ 2020.00174201; PA 18/2020 - MPRJ 2020.00174200; PA 19/2020 - MPRJ 2020.00174199; PA 20/2020 - MPRJ 2020.00174198; PA 21/2020 - MPRJ 2020.00174197; PA 22/2020 - MPRJ 2020.00174196; PA 23/2020 - MPRJ 2020.00174195; PA 24/2020 - MPRJ 2020.00174194; PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193; PA 26/2020 - MPRJ 2020.00174192; PA 27/2020 - MPRJ 2020.00174191; PA 28/2020 - MPRJ 2020.00174190; PA 29/2020 - MPRJ 2020.00174189; PA 31/2020 - MPRJ 2020.00174187; PA 32/2020 - MPRJ 2020.00174186; PA 33/2020 - MPRJ 2020.00174185; PA 36/2020 - MPRJ 2020.00174182; PA 37/2020 - MPRJ 2020.00174181; PA 39/2020 - MPRJ 2020.00174179; PA 41/2020 - MPRJ 2020.00174177; PA 43/2020 - MPRJ 2020.00174175; PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172; PA 47/2020 - MPRJ 2020.00174171; PA 48/2020 - MPRJ 2020.00174170; PA 51/2020 - MPRJ 2020.00174167; PA 52/2020 - MPRJ 2020.00174166; PA 53/2020 - MPRJ 2020.00174165; PA 54/2020 -MPRJ 2020.00174164; PA 55/2020 - MPRJ 2020.00174163; PA 56/2020 - MPRJ 2020.00174162; PA 57/2020 - MPRJ 2020.00174161; PA 58/2020 - MPRJ 2020.00174160; PA 59/2020 - MPRJ 2020.00174159; PA 60/2020 - MPRJ 2020.00174158; PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157; PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156; PA 65/2020 - MPRJ 2020.00174153.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 001/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694367
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023

(Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: "(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)".

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões

consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

> O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: "(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: "São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: "São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei

Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 002/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694303
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - INEA

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima,

obrigou-se a “(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade”.

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: “(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)”.

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o

atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: “(...) é dever dos

> órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: “São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social”.

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: “São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade”.

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios

dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts.

51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº172 Rio de Janeiro, 13 de março de 2024

Ilmo. Sr.
Dr. TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício nº 221/2024-2PJTCOITB
PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, que solicita informações quanto ao cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), servimo-nos do presente para caminhar Relatório da Auditoria Piloto e o Relatório de Avaliação da Auditoria Piloto, apresentados pela equipe de fiscalização e gestão do contrato n° 001/2023.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

FELIPE CRUZICK
Subsecretário Executivo
Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade
Id. Funcional n.º 5140032-4

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Felipe Quadrio Cruzick**, **Subsecretário**, em 26/03/2024, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **70280742** e o código CRC **2EA67DF7**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 70280742

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Grupo TRIAL

SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

AUDITORIA PILOTO

Revisão 04

Fevereiro de 2024

Lista de ilustrações

Figura 1. Vista inicial do aplicativo para cadastramento. 6
Figura 2. Processo do INFOTAC. 7
Figura 3. Vista do site. 8
Figura 4. Fluxograma do processo de auditoria. 9

Lista de apêndices

Apêndice I – Apresentação INFOTAC
Apêndice II – Fluxograma do Processo de Auditoria

Lista de siglas

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

INEA - Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro

MPRJ - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

MP - Ministério Público

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.

SEAS - Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

Sumário

1. Introdução 4
2. Aplicativo de Acompanhamento de Auditoria 5
3. Protocolo de Auditoria 9
3.1 Análise do Processo 9
3.2 Análise da relatoria 10
3.3 Recomendações para a confecção do resumo do relatório 10
3.4 Recomendações para a análise das documentações 10
3.5 Recomendações para a visita à campo 11
3.6 Recomendações para conclusões 11
3.7 Recomendações elaboradas pelos auditores 11
3.8 Considerações finais 11
4. Sugestões de Ajustes no Protocolo de Auditoria 12

1. Introdução

O presente Relatório visa avaliar a realização de Auditoria Piloto, conforme determinado no Contrato 001/2023, cujo objeto se refere à prestação de serviços de Auditoria Técnica e Financeira visando verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

Conforme Termo de Referência do Contrato e Plano de Trabalho, a Auditoria Piloto possui o objetivo de avaliar a efetividade e aplicabilidade do Protocolo de Auditoria elaborado. Este documento visa discutir as dificuldades encontradas na realização da Auditoria Piloto e sugerir as adequações necessárias no Protocolo de Auditoria para melhor implementação e atendimento das demandas.

Em reunião em que se fizeram presentes representantes do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS e da empresa Trial (RIO) Tecnologia Ambiental Ltda. foi definida para realização de Auditoria Piloto a Obrigação 4.5 da Cláusula Segunda do TAC II: “Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.”

O início da auditoria se deu com a aprovação do Plano de Trabalho e do Protocolo de Auditoria.

A vistoria de campo realizada por Renato B. Pineschi, Mestre em Biologia Animal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ocorreu no dia 09 de novembro de 2023. A análise documental e elaboração de relatório realizada por Carlos Roberto S. Fontenelle Bizerril, Mestre em Ciências Biológicas/Modalidade Zoologia, ocorreu entre 09 e 14 de novembro de 2023, sendo as revisões até 15 de janeiro de 2024.

2. Aplicativo de Acompanhamento de Auditoria

O aplicativo "INFOTAC" está sendo desenvolvido por acadêmicos com grande experiência de mercado em projetos de licenciamento ambiental nos mais diversos ramos como Portos, Aeroportos, Indústria do Petróleo, Rodovias, Hidrovias, Hidroelétricas entre outros, tanto através da prestação de serviço via mercado, quanto pelos projetos executados pela Universidade Federal Fluminense – UFF, com o objetivo de agilizar a execução da avaliação dos compromissos a serem respondidos dentro do contexto do licenciamento ambiental do COMPERJ.

Sua metodologia possui o intuito de:

- Dinamizar e normalizar os processos de auditoria;
- Gerir expectativas dos órgãos demandantes;
- Informar a respeito dos avanços do processo de auditoria;
- Permitir a difusão de informações técnicas ambientais;
- Permitir aperfeiçoamento de processos.

Além disso, a iniciativa procura promover a transparência, eficiência e colaboração no gerenciamento da Auditoria Técnica e Financeira visando verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC's.

O INFOTAC envolve duas ferramentas básicas:

- Aplicativo no formato de senso, para Celular ou Tablet, que gera um banco de dados a ser trabalhado;
- Site Informativo, com diversos níveis de acesso, que também serve para obtenção de relatórios.

O aplicativo foi desenvolvido inicialmente como um banco de dados, que quando reunidos, ficam disponíveis para o órgão de interesse com diferentes níveis de acesso. O status de cada um dos compromissos será apresentado através dos formulários que são extraídos em formato ".xlsx", ou seja, em planilhas compatíveis com o software Microsoft Excel.

Através do aplicativo o técnico ambiental envolvido na auditoria recebe um direcionamento e modelos de questionários a serem seguidos. Além de facilitar e aprimorar o processo de coleta, análise e gestão de dados em pesquisas de campo, o aplicativo visa atender às necessidades específicas da SEAS, INEA e MP, assim como de técnicos, pesquisadores, profissionais de campo e equipes envolvidas em projetos de fiscalização, coleta de informações e pesquisa em diversos setores.

Para isso, foram elaborados formulários pautados na natureza dos compromissos assumidos, com questões referentes aos contratos, estudos, programas e obrigações demandados pelos TAC's, de forma a atender qualquer futuro questionamento e entender, registrando o andamento de cada processo, protocolado e aprovado pelo INEA.

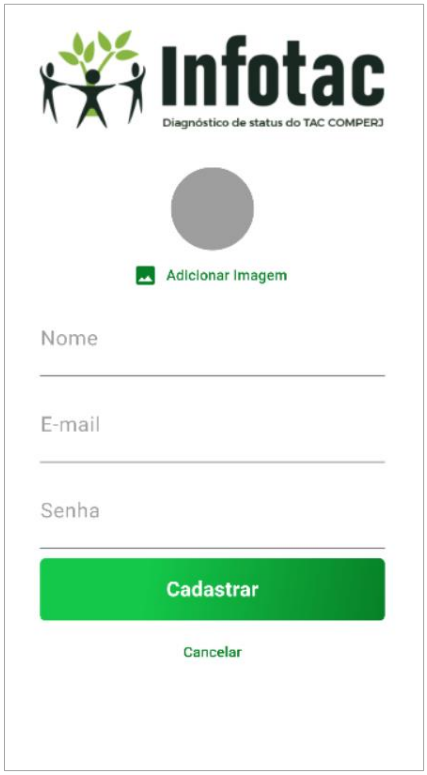


Figura 1. Vista inicial do aplicativo para cadastramento.

Foram criados cinco formulários base (com diferentes naturezas) com foco nos itens que conduzam a um detalhamento de aspectos referentes a avaliação do andamento dos compromissos estabelecidos no TAC COMPERJ. Os formulários dão divididos pela natureza do compromisso, sendo estas:

a. Elaboração de estudo

b. Implementação de estudo/programa

c. Execução de Obra

d. Financiamento de medidas

e. Estabelecimento de convênio

Com base na experiencia da auditoria piloto foram criados outros 2 formulários, são eles:

f. Formulário de campo (Novo formulário)

g. Formulário de entrevista (Novo formulário)

Os citados formulários possuem ainda espaços para a inserção de evidências de comprovação das informações levantadas pela TRIAL, como fotos, coordenadas geográficas e outras informações e anexos. Desta forma, busca-se atender ao fluxograma da Figura 2. O detalhamento do processo de utilização do INFOTAC encontra-se no Apêndice I.

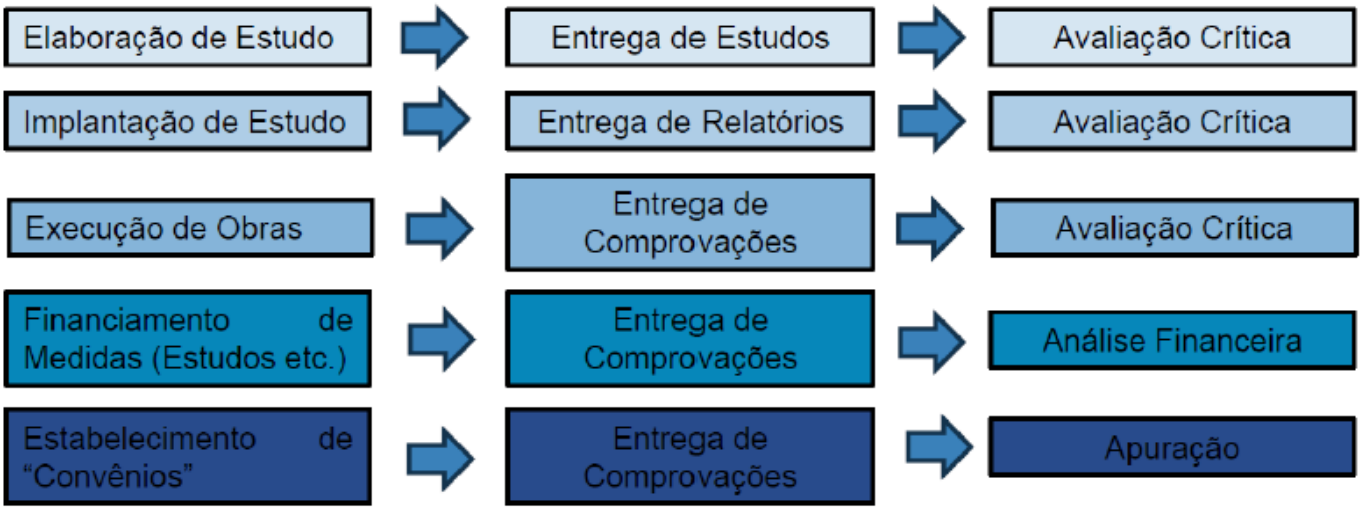


Figura 2. Processo do INFOTAC.

À medida que as respostas vão sendo respondidas, gráficos de percentuais são alimentados por demanda e do total do TAC permitindo a avaliação do avanço do projeto pelos órgãos fiscalizadores.

Ao final do processo, serão gerados relatórios com as questões respondidas pelos auditores, permitindo a realização de uma revisão e sendo apontadas possíveis sugestões para melhoria.

Além de ser uma forma de qualquer ator envolvido ter acesso imediato às informações e andamento dos processos através da geração de infográficos de avanço de metas, o INFOTAC possui segurança e garantia de sigilo de todos os dados que nele forem inseridos.

Um site foi criado (https://infotac.com.br/), dentro do contexto do INFOTAC, no qual notícias a respeito do acompanhamento e evolução das obrigações estão sendo publicadas constantemente. Estas notícias têm como principal objetivo atualizar os órgãos fiscalizadores quanto ao ritmo de evolução da auditoria performada pela TRIAL.

Foi solicitado pela equipe de fiscalização da SEAS/INEA que o site seja mantido em caráter restrito à equipe da TRIAL e à equipe de fiscalização do INEA. A disponibilização e formatação do site poderá sofrer alterações, conforme solicitações e/ou autorização da Assessoria de Comunicação Social da SEAS/INEA.

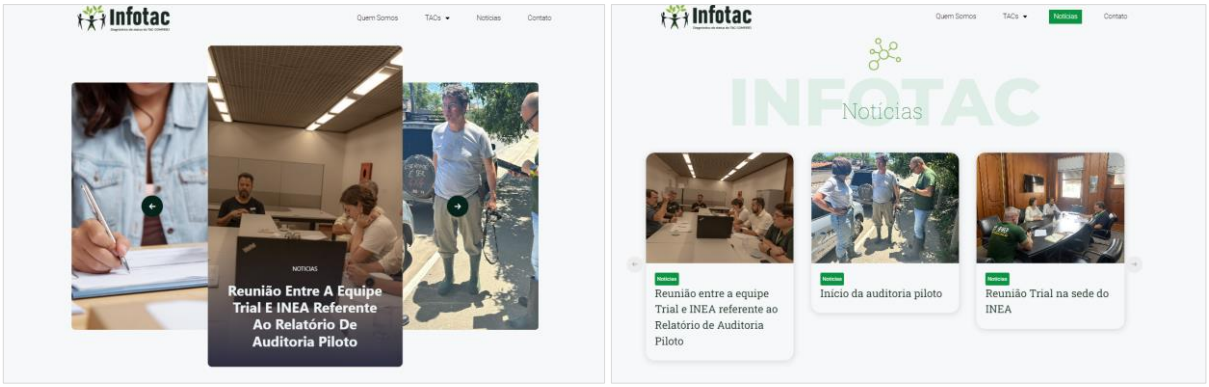


Figura 3. Vista do site.

3. Protocolo de Auditoria

Segundo Plano de Trabalho e Protocolo de Auditoria aprovados, a auditoria deveria atender de forma macro ao seguinte fluxograma:

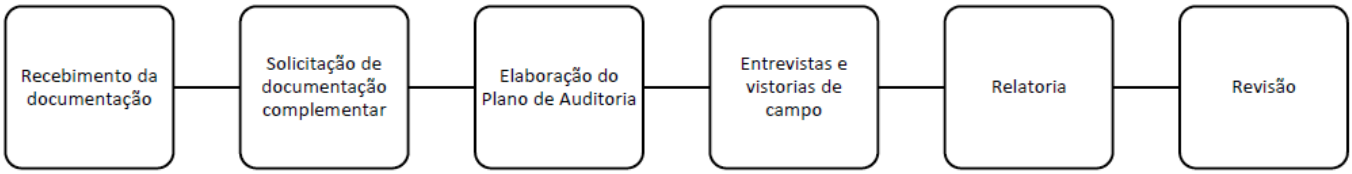


Figura 4. Fluxograma do processo de auditoria.

3.1 Análise do Processo

Com relação à Figura 4, verificou-se que o mesmo foi seguido, tendo os prazos pré-estabelecidos sido suficientes para o cumprimento das ações. No entanto, algumas das ações não se fizeram necessárias, como a solicitação de documentação complementar e entrevistas. Desta forma deve ser informado no protocolo que nem todas as etapas acima descritas necessariamente precisam ser realizadas para conclusão do processo, devendo ser incluída chave de decisão, que deverá ser apresentada como anexo ao relatório de auditoria.

Também constatou-se a necessidade de realização de reunião com a contratante para validação do plano de auditoria e esta deverá ser incluída do fluxograma no Protocolo de Auditoria.

Visando a rastreabilidade das informações, todos os documentos disponibilizados ao auditor e que sejam citados no relatório, devem constar o respectivo número SEI, tanto no capítulo “Documentos Analisados” quanto ao longo da análise crítica realizada.

No capítulo “Documentos Analisados” os números SEI informados terão “link” de acesso direto ao documento no sistema. Os documentos que não possuem número SEI e que constarem neste capítulo, deverão ser anexados ao relatório.

É necessário que o relatório de auditoria seja auto explicativo, sem a necessidade de consulta a documentos ou processos anteriores. Desta forma, deverá ser inserido novo capítulo onde constará o histórico do processo, desde a origem da solicitação da obrigação, ao cumprimento da entrega de produtos e alterações de prazos, até a avaliação pelo auditor especialista, contextualizando os fatos ocorridos.

3.2 Análise da relatoria

Quanto ao fluxograma detalhado da etapa de Relatoria, a Obrigação alvo da Auditoria Piloto se enquadrou como “Elaboração de Estudo”, sendo necessária a avaliação do cumprimento de cronograma, contextualização do estudo, definição do objetivo, estabelecimento de critérios, avaliação das legislações pertinentes e visita à campo. Embora considere-se que estes itens foram atendidos, não foram suficientes para realização de uma avaliação completa dos documentos e informações apresentados.

Para facilitar a leitura de não especialistas na área de conhecimento específico de cada obrigação, deverão ser inseridos:

- Lista de siglas;
- Glossário;
- Apêndices.

Os apêndices deverão ser criados sempre que o auditor julgar necessário realizar explicações mais aprofundadas sobre algum assunto em específico, principalmente no que se refere ao escopo das recomendações.

3.3 Recomendações para a confecção do resumo do relatório

O capítulo “Resumo” do relatório deve vir no início do documento (antes da introdução) abrangendo as seguintes informações (de forma sintética): Contexto; Propósito (verificar o atendimento às ações estipulas); Metodologia; Resultados (as respostas às perguntas elaboradas pelo auditor no Plano de auditoria); e Conclusão.

3.4 Recomendações para a análise das documentações

Na análise das documentações, todos os relatórios e documentos entregues pela PETROBRAS deverão ser analisados criticamente, bem como as manifestações do INEA/SEAS e relatórios do GATE/MP. Quando realizada tal análise, o auditor deverá apontar em qual documento a informação se encontra, apresentando evidências documentais e provas argumentativas. Quando existentes nos documentos analisados, serão apresentados os mapas ou croquis disponíveis, situando espacialmente o leitor com as informações anteriormente fornecidas na análise crítica dos mesmos. Todas as afirmações realizadas deverão apresentar fundamentação técnica e referenciada.

Caso o auditor identifique que algum documento é fundamental para a boa e completa compreensão e análise da obrigação deverá solicitar ao contratante o acesso.

3.5 Recomendações para a visita à campo

Nos casos de realização de visita à campo, deverá constar um tópico específico, onde constarão fotografias e quadro resumo com as principais informações acerca de cada local visitado, como acesso, situação, medidas a serem tomadas, coletas realizadas, se a área é de responsabilidade da PETROBRAS, entre outros.

O objetivo da visita à campo deverá ser explicitado e detalhada a forma de seleção dos locais visitados e/ou pessoas entrevistadas.

A realização ou não de visita de campo deverá ser justificada pela equipe de auditoria no Plano de Auditora apresentado e reunião subsequente.

3.6 Recomendações para conclusões

A avaliação final das auditorias das obrigações dos TACs I e II do COMPERJ deverão considerar a classificação: ATENDIDO; NÃO ATENDIDO; e PARCIALMENTE ATENDIDO. Após a classificação, deverão ser listadas todas as fragilidades e não conformidades (quando relacionadas a um requisito legal) apontadas no decorrer do relatório.

3.7 Recomendações elaboradas pelos auditores

Quando houver recomendações elaboradas pelo auditor, estas deverão ser factíveis e apresentar as ações a serem realizadas de forma objetiva e conclusiva, listando todas as solicitações a serem realizadas e permitindo que sejam definidos objetivos e escopos de solicitações à compromissária.

3.8 Considerações finais

A participação da equipe da Universidade Federal Fluminense na auditoria piloto foi de grande importância para validação e melhoria das funcionalidades do INFOTAC; constatou-se a necessidade de elaboração de formulários menores e específicos, para serem utilizados pelos auditores em visita à campo. Com isso o “Formulário de campo” e “Formulário de entrevista” deverão ser desenvolvidos e inseridos no aplicativo.

Os demais formulários, que podem ser preenchidos já com os dados que os auditores possuem em mãos, não serão aplicados para as atividades de campo, visto que são mais complexos e durante as ações de monitoramento, diversos fatores externos como sol, vento, chuva, condições de acesso de determinados pontos, podem comprometer o uso de dispositivos.

4. Sugestões de Ajustes no Protocolo de Auditoria

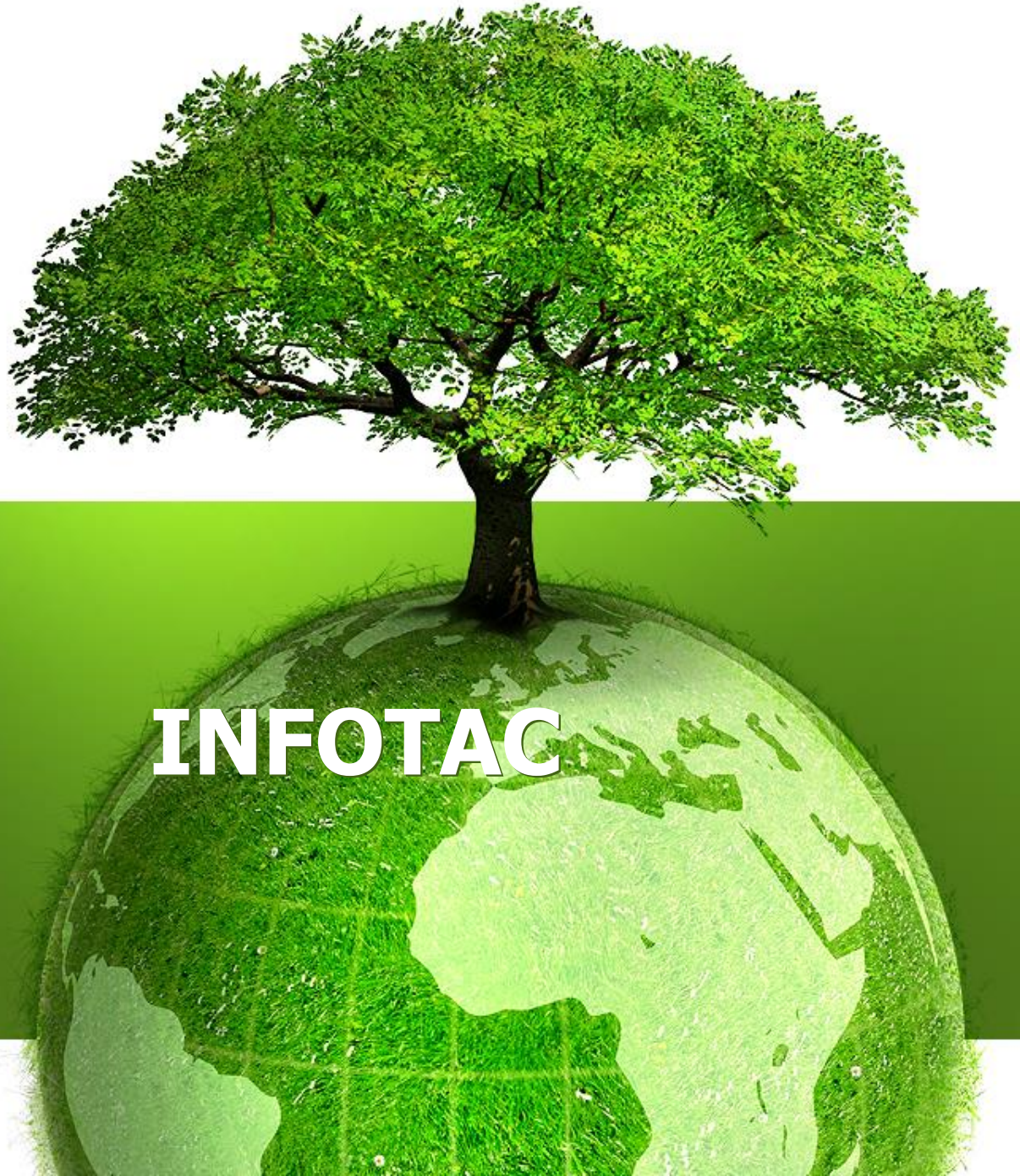
Com base na avaliação realizada, sugere-se que sejam realizados os seguintes ajustes no Protocolo de Auditoria:

- Revisar a estrutura e o conteúdo mínimo dos relatórios;
- Revisar o fluxograma, incluindo uma etapa de validação do plano de auditoria junto a contratante, conforme **Apêndice II**;
- Incluir Chave de Decisão para as etapas do fluxograma que deverá ser anexada ao relatório de auditoria;
- O Relatório de auditoria deve conter no mínimo os seguintes subtítulos: Resumo, Introdução, Documentos Analisados, Legislações e Normas, Histórico do Processo, Análise Crítica das Informações e Documentações, Constatações de Campo, Conclusão, Recomendações e Referências Bibliográficas;
- No capítulo “Introdução” deverá ser apresentada uma contextualização do assunto e sua importância;
- Informar quanto à obrigatoriedade, ou não, de todas as etapas constantes no fluxograma do processo constante no Protocolo de Auditoria;
- Detalhar no capítulo “Resumo” as ações estipuladas no Termo de Referência;
- Informar a necessidade de apresentação de respostas objetivas às perguntas elaboradas pelo auditor no Plano de Auditoria, no capítulo “Resumo”;
- Nas recomendações o auditor deverá listar todas as correções necessárias para o atendimento completo da obrigação;
- Todos os documentos que possuem número SEI deverão ter seus códigos associados quando descritos no relatório;
- Incluir lista de siglas e glossário;
- Inserir capítulo de histórico do processo;
- Informar que todos os relatórios e documentos entregues pela PETROBRAS deverão ser analisados criticamente, bem como as manifestações do INEA/SEAS e relatórios do GATE/MP. Quando realizada tal análise, o auditor deverá apontar em qual documento a informação se encontra, apresentando evidências ou provas argumentativas;
- Incluir texto indicando que caso o auditor identifique que algum documento é fundamental para a boa e completa compreensão e análise da obrigação, deverá solicitar ao contratante o acesso;

- Inserir capítulo de constatações em campo, apresentando o objetivo da visita à campo, detalhamento sobre a seleção dos locais visitados e/ou pessoas entrevistadas e quadro resumo com as principais informações observadas;
- Quando existentes nos documentos analisados, apresentar mapas que situem o leitor com as informações fornecidas;
- Definir que quando houver recomendações por parte do auditor, estas deverão apresentar detalhamento das ações a serem realizadas, permitindo que sejam definidos objetivos e escopos de solicitações à compromissária;
- Alterar a classificação das auditorias para: ATENDIDO; NÃO ATENDIDO; e PARCIALMENTE ATENDIDO;
- Nas conclusões, listar todas as fragilidades e não conformidades (quando relacionadas a um requisito legal) apontadas no decorrer do relatório;
- Criação de formulário de campo;
- Criação de formulário para entrevistas;
- Revisão e ajustes dos formulários;
- Programar o site (Infotac.com.br) para acesso restrito.

Apêndice I – Apresentação INFOTAC

Grupo TRIAL



INFOTAC

O QUE É O INFOTAC

É uma metodologia de auditoria que possui o intuito de:

- Dinamizar e normalizar os processos de auditoria;
- Gerir expectativas dos órgãos demandantes;
- Informar a respeito dos avanços do processo de auditoria;
- Permitir a difusão de informações técnicas ambientais;
- Permitir aperfeiçoamento de processos;
- entre outros.



Quem está envolvido na criação?

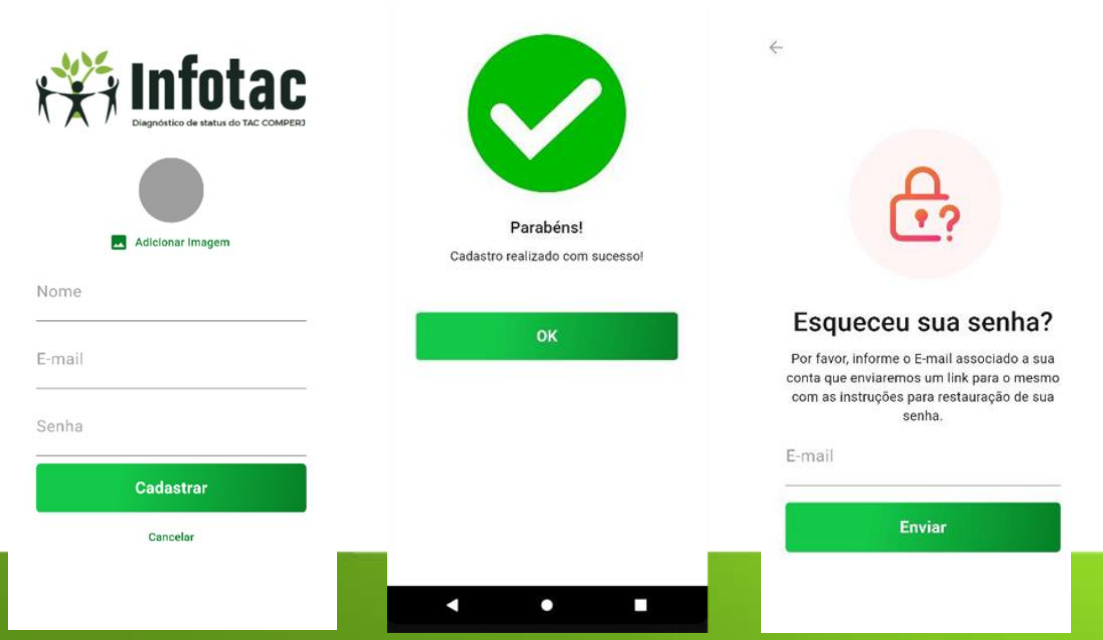
- Acadêmicos com grande experiência de mercado em projetos de licenciamento ambiental nos mais diversos ramos como Portos, Aeroportos, Indústria do Petróleo, Rodovias, Hidrovias, Hidroelétricas entre outros, tanto através da prestação de serviço via mercado, quanto pelos projetos executados pela UFF.
- **Oceanógrafos, Biólogos, Geólogos, Engenheiros, Profissionais da tecnologia, Especialistas em Marketing entre outros.**



Como funciona ?

O INFOTAC envolve duas ferramentas básicas:

- Aplicativo no formato de senso, para Celular ou Tablet que gera um banco de dados a ser trabalhado;
- Site Informativo, com diversos níveis de acesso, que também serve para obtenção de relatórios.





Aplicativo

- Basicamente é constituído de um senso digital.
- Cinco formulários base (com diferentes naturezas) foram criados com foco nos itens que conduzam a um detalhamento de aspectos referentes a avaliação do andamento dos compromissos estabelecidos no TAC COMPERJ. Os formulários dão divididos pela natureza do compromisso:
  - Elaboração de Estudo;
  - Implantação de Medidas;
  - Execução de Obras
  - Financiamento de Medidas (Estudos etc);
  - Estabelecimento de Convênios

Aplicativo

1	Elaboração de Estudo	Entrega de Estudos	Avaliação Crítica
2	Implantação de Estudo	Entrega de Relatórios	Avaliação Crítica
3	Execução de Obras	Entrega de Comprovações	Avaliação Crítica
4	Financiamento de Medidas (Estudos etc.)	Entrega de Comprovações	Análise Financeira
5	Estabelecimento de “Convênios”	Entrega de Comprovações	Apuração

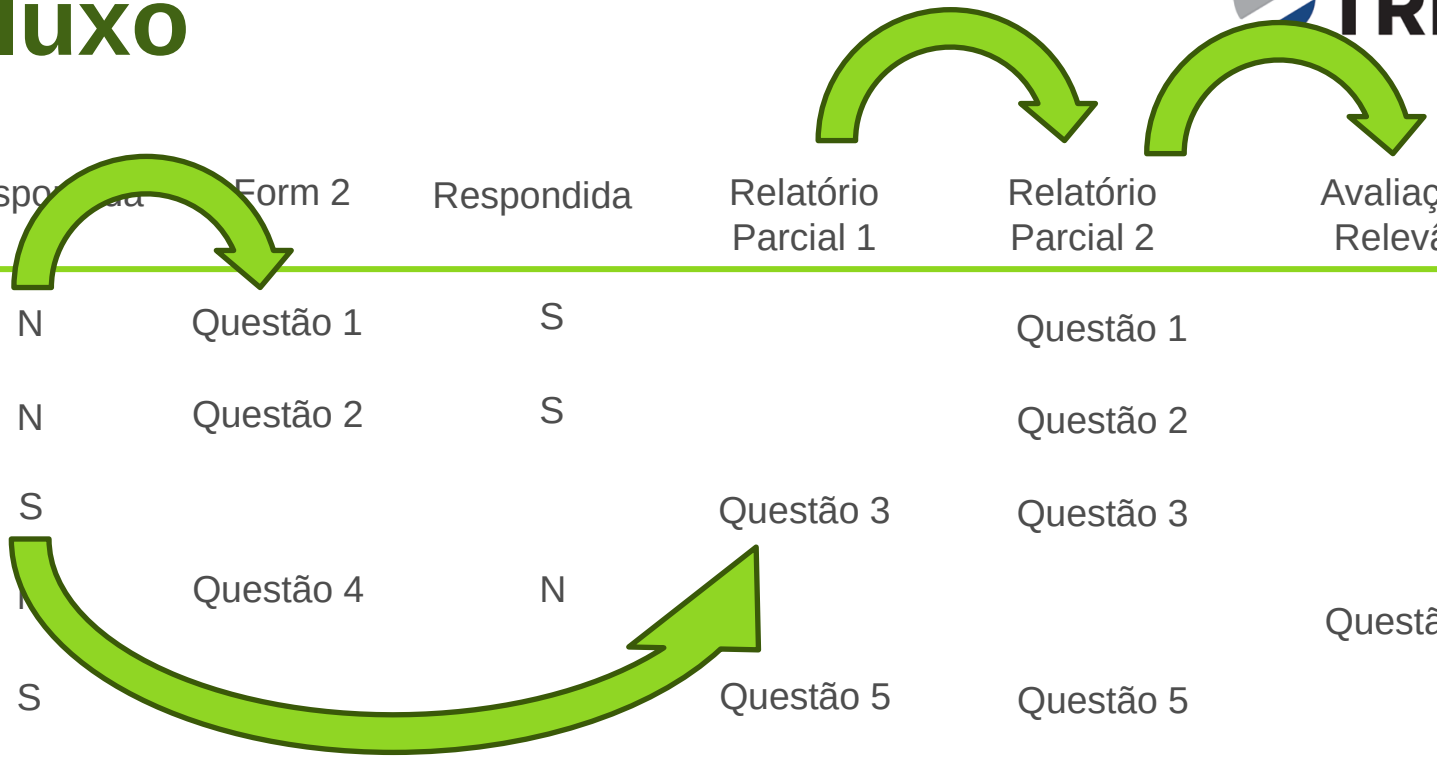


Passos

- Inicialmente os formulários são respondidos na sede da empresa, com informações de origem documental fornecidos pelo órgão demandante INEA;
- Assim que cada questão é respondida, a mesma vai para o banco de dados;
- No caso da questão em jogo não for respondida, ela migra para um segundo formulário que constitui o formulário de campo, gerando um formulário de campo personalizado para demanda específica.
- Assim o campo de torna mais assertivo, tendo como objetivo:
  - **Comprovação de informações já obtidas;**
  - **Obtenção de informações não disponíveis no processo; e**
  - **Geração de evidências.**



Fluxo



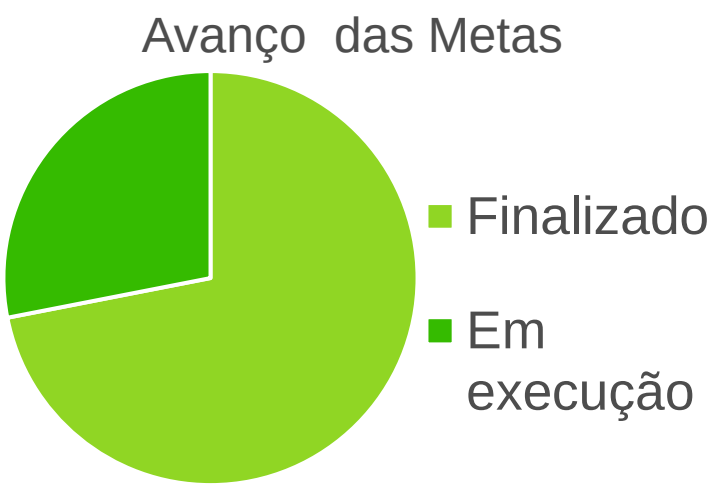
Formulário de Campo

Pré- Análise

Análise Final

Passos

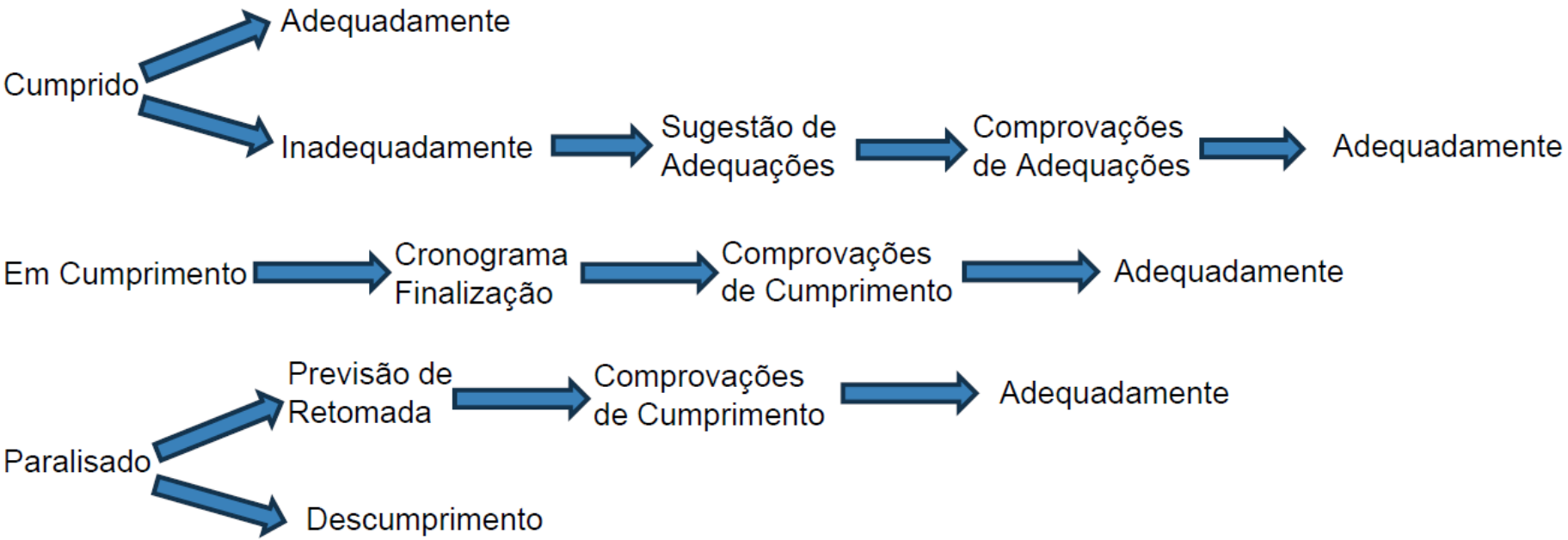
- A medida que as respostas vão sendo respondidas, gráficos de percentuais são alimentados por demanda e do total do TAC permitindo a avaliação do avanço do projeto pelos órgãos fiscalizadores.
- Geração de relatórios com questões respondidas, que ao final do processo o técnico fará uma revisão e apontará possíveis sugestões para melhoria do processo.



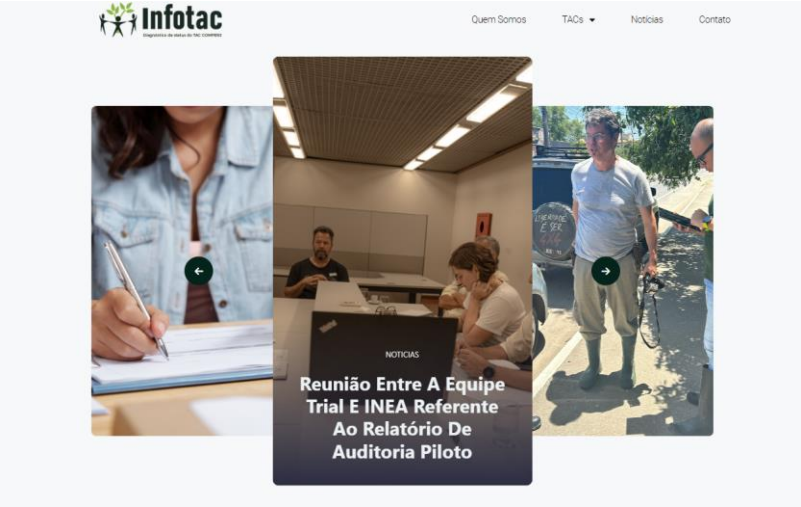


Passos

Classificação do Status



Site


Infotac
Quem Somos
TACs
Noticias
Contato
NOTICIAS
Reunião Entre A Equipe Trial E INEA Referente Ao Relatório De Auditoria Piloto


Infotac
Quem Somos
TACs
Noticias
Contato
INFOTAC
Noticias
Reunião entre a equipe Trial e INEA referente ao Relatório de Auditoria Piloto
Início da auditoria piloto
Reunião Trial na sede do INEA


Infotac
Quem Somos
TACs
Noticias
Contato
Início da auditoria piloto
No dia 09 de novembro iniciou-se a auditoria piloto referente ao projeto tac-comperj.
Participaram do campo a equipe do auditor Carlos Roberto Bizerril (Renato Pinaschi, biólogo especialista em monitoramento de fauna) e as equipes da Trial e UFF.
Como estado de início, ficou estabelecido em reuniões junto ao INEA que o monitoramento da existência de Rivulídeos, que são peixes de água doce que vivem em ambientes aquáticos muito rasos, seria priorizado.
Durante o monitoramento foi realizado registro fotográfico e observações de fauna e flora para compatibilidade de informações do diagnóstico analisado.
Além disso informações pertinentes ao estudo foram inseridas no aplicativo da Infotac para auxiliar na elaboração dos relatórios necessários!
Logo teremos mais notícias sobre os resultados da auditoria piloto.

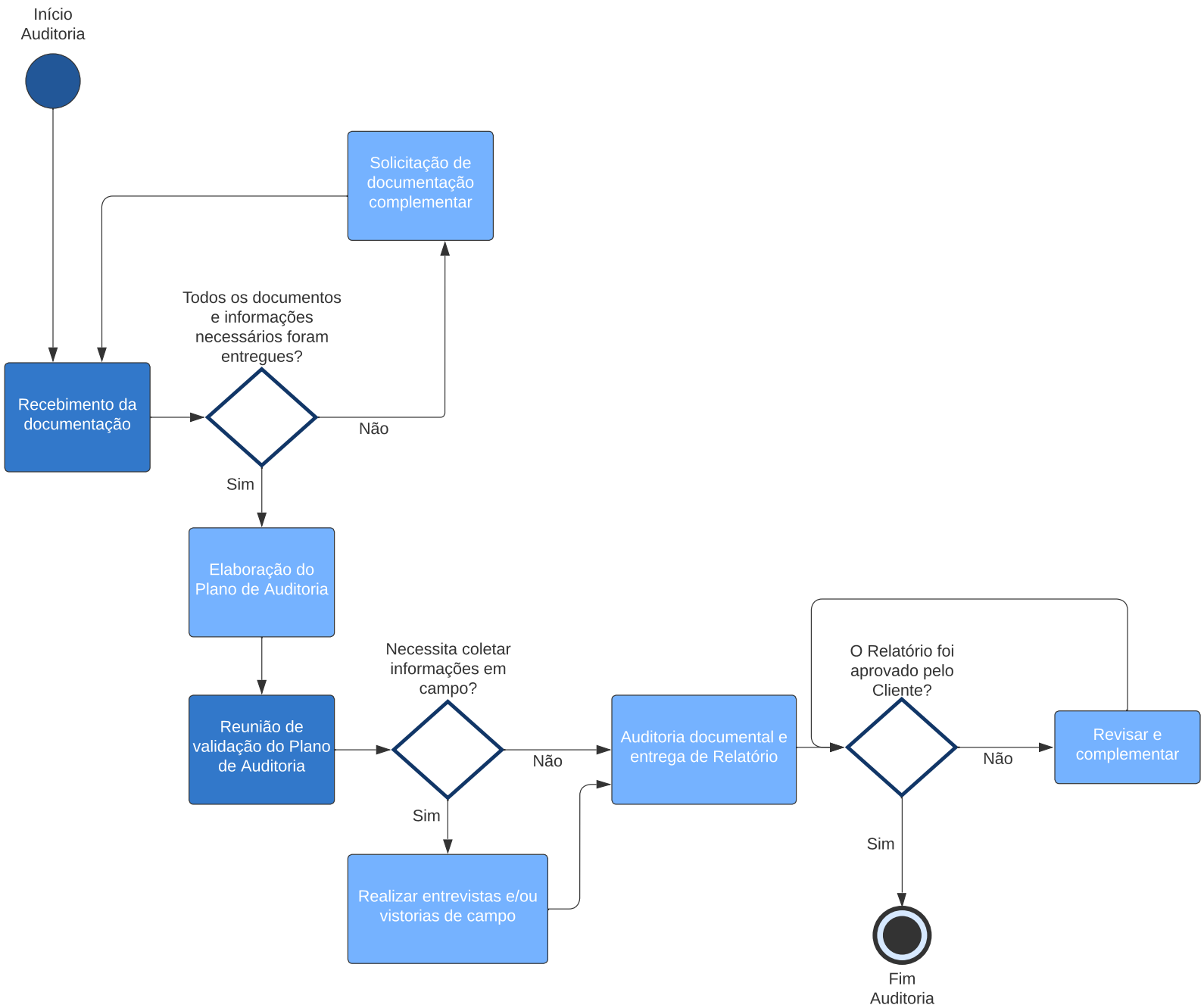
Aplicativo e material de campo serve ainda para:

Documentos de Campanha de Campo

- Registros de Campo (Fotográficos e Mídia);
- Permissão de Uso de Imagem (A ser assinado por ator envolvido);
- Folder Explicativo do Projeto (Facilitação de adesão; facilitação de contato);
- Formulários (A serem elaborados e aprovados pelo órgão demandante)



Apêndice II – Fluxograma do Processo de Auditoria


Início
Auditoria
Solicitação de documentação complementar
Todos os documentos e informações necessários foram entregues?
Recebimento da documentação
Não
Sim
Elaboração do Plano de Auditoria
Reunião de validação do Plano de Auditoria
Necessita coletar informações em campo?
Não
Sim
Realizar entrevistas e/ou vistorias de campo
Auditoria documental e entrega de Relatório
O Relatório foi aprovado pelo Cliente?
Não
Revisar e complementar
Sim
Fim
Auditoria

Grupo TRIAL

SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

TAC II / COMPERJ - CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÃO 4.5

Revisão 03

Janeiro de 2024

Lista de ilustrações

Figura 1. Trecho terrestre do emissário do COMPERJ, destacando na cor rosa o trajeto do emissário terrestre; e na cor verde a AID do emissário com áreas de potencial ocorrência de rivulídeos previamente identificadas. Fonte: Figura 1. Trecho terrestre do emissário do COMPERJ – área de estudo (Datum WGS84) – às fls. 11/83 do Diagnóstico (SEI 21333223).....17

Figura 2. Histórico de precipitação mensal e chuvas observadas no ano de 2021. Fonte: CPTEC/INPE, INMET e Centros Regionais de Meteorologia. 19

Figura 3. Pontos amostrados no Município de Maricá durante o diagnóstico, contemplando os pontos MAR2, MAR10, MAR11 e MAR12, em que foram encontrados exemplares de rivulídeos. Fonte: Figura 8. Pontos amostrados durante as três campanhas de coleta no Município de Maricá (MAR1-12) – às fls. 21/83 do Diagnóstico (SEI 21333223). 21

Figura 4. Localização das áreas com registro de espécies anuais no diagnóstico e visitadas durante a auditoria - Geral. 23

Figura 5. Ponto MAR2 - Detalhe. 25

Figura 6. Ponto MAR2 - Vista Geral. Em pastagem. 25

Figura 7. Ponto MAR10 - Detalhe. 26

Figura 8. Ponto MAR10 - Vista Geral. Ao lado de campo de futebol. 26

Figura 9. Pontos MAR11 e MAR12 - Detalhe. 27

Figura 10. Ponto MAR11 - Vista Geral. Registro de lixo no interior do ambiente. 27

Figura 11. Ponto MAR12 - Vista Geral. Em terreno a ser alugado. 28

Lista de tabelas

Tabela 1. Equipe Auditora. 7

Tabela 2. Principais características de cada ponto vistoriado. 24

Lista de apêndices

Apêndice I - Metodologia para ampliação das áreas de ocorrência de espécies

Lista de anexos

Anexo I - Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025668

Anexo II - Autorização Ambiental – AA Nº IN008429

Anexo III - Notificação INEA Nº 2648/2023

Anexo IV - Figura 1 (ampliada)

Anexo V - Figura 2 (ampliada)

Lista de siglas

AA - Autorização Ambiental

ACP - Ação Civil Pública

APA - Área de Proteção Ambiental

AID - Área de Influência Direta

CEPTA - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

GATE - Grupo de Ações Táticas Especiais

IC - Inquérito Civil

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEA - Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro

LAS - Licença Ambiental Simplificada

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPRJ - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

MP - Ministério Público

PAN - Plano de Ação Nacional

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEAS - Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SIG - Sistema de Informações Geográficas

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UPGN - Unidade de Processamento de Gás Natural

ULUB - Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes

UC - Unidade de Conservação

Sumário

1. Introdução 6
2. Resumo 8
3. Documentos Analisados 10
4. Legislações e Normas 11
5. Histórico do Processo 12
6. Análise Crítica das Informações e Documentações 17
7. Constatações de Campo 23
8. Conclusão 29
9. Recomendações 30
10. Referências Bibliográficas 31
11. Glossário 33

1. Introdução

O presente relatório tem como objetivo a avaliação do cumprimento da obrigação 4.5 da cláusula segunda do TAC II COMPERJ, onde a PETROBRAS obrigou-se a "(...) realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC".

Portanto, o foco da análise deste relatório é o estudo de diagnóstico da presença de rivulídeos anuais na Área de Influência Direta (AID) do trecho terrestre do Emissário do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, realizado pela equipe técnica da Ramboll Brasil Engenharia e Consultoria Ambiental Ltda. A importância da realização deste diagnóstico se faz, uma vez que este grupo de espécies de peixes de pequeno porte seja endêmico, ou seja, restrito a determinada região geográfica, e está ameaçado de extinção na Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (MMA, 2014; MMA, 2022) pela destruição de seus habitats, geralmente poças de águas temporárias. No caso do diagnóstico analisado, uma das espécies identificadas (*Notholebias fractifasciatus*) está distribuída nas bacias hidrográficas costeiras do Atlântico no Brasil, enquanto a outra (*Nematolebias papilliferus*) está restrita às Bacias da Laguna de Maricá e Laguna de Saquarema.

Alguns gêneros da família Rivulidae são conhecidos popularmente como “peixes anuais” ou “peixes das nuvens”, nomes que retratam o ciclo de vida destes organismos, que vivem em ambientes brejosos periódicos que secam durante a estiagem.

Em linhas gerais, durante o período de cheias, os adultos depositam seus ovos na terra e em épocas de muito calor, quando a poça onde vivem seca, os peixes adultos morrem e os ovos ficam em repouso até chover novamente. Estes períodos de repouso são chamados de diapausa, no qual o peixe para de crescer (BELOTE, 1998). Os ovos eclodem no período seguinte de chuva, quando a poça enche novamente.

Segundo COSTA (1998) o anualismo nos rivulídeos é um fenômeno originado por um único evento evolutivo e constitui uma característica ancestral para Rivulidae, sendo o não anualismo verificado em alguns gêneros visto como uma perda derivada do mecanismo de diapausa.

Aspectos como o alto endemismo e a existência em ambientes sobre forte pressão antrópica tornam este grupo particularmente susceptível a extinção. Esta colocação, apresentada por COSTA (1984), encontra-se, no presente, refletida na Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção do Estado do Rio de Janeiro, na qual estão presentes todos os peixes anuais conhecidos na região, assim como a Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (MMA, 2014; MMA, 2022), que relaciona todas as espécies anuais brasileiras no elenco de espécies ameaçadas.

A área de passagem do emissário do COMPERJ compreende trechos situados dentro da área de distribuição de duas espécies de rivulídeos anuais: *Notholebias fractifasciatus* e *Nematolebias papilliferusI* (também denominada peixe das nuvens de Inoã), ambas ocorrentes na bacia da Lagoa de Maricá.

A presente auditoria foi realizada no período de 09 a 14 de novembro pela equipe relacionada na Tabela 1. Foram analisados os documentos técnicos produzidos, assim como ofícios e pareceres emitidos pelo Ministério Público e pelo Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro - INEA. Foram vistoriados, em campo, os locais em que houve registro de espécies de rivulídeos anuais, segundo o diagnóstico entregue pela PETROBRAS.

Tabela 1. Equipe Auditora.

Equipe	Registro	CTF	Formação	Atuação
Ricardo do Amaral Imbuzeiro	CREA/RJ 2015120414 RAC Auditor Líder 32.103	6265872	Engenheiro Químico, Especialista em Engenharia de Processamento de Petróleo.	Coordenador
Marina Federhen Heberle	RAC Auditor Ambiental 32.093	6121369	Oceanóloga, Especialista em Gestão Empresarial Sustentável	Assistente
Marcelo Soares Furlanetto	CREA/RJ 2010113819	6364778	Geógrafo, Especialização Executiva em Meio Ambiente	Assistente
Carlos Roberto S. Fontenelle Bizerril	CRBio 12118/02	199059	Mestre em Ciências Biológicas, Modalidade Zoologia	Análise da documentação e elaboração de relatório
Renato B. Pineschi	CRBio01 7275	38322	Mestre em Biologia Animal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Vistoria de Campo

2. Resumo

O principal objetivo deste relatório é atender às demandas estipuladas no Termo de Referência do Contrato SEAS 001/2023, sendo estas:

- **Verificar se o diagnóstico de avaliação foi entregue no prazo e condições estabelecidas;**

O diagnóstico de avaliação foi entregue no prazo estipulado no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sendo este primeiramente suspenso em 24/03/2020 em virtude da COVID (Ofício 2ª PJTC n° 610/2020) e retomado a partir de 31/08/2020 (Ofício CONJUNTO MPRJ/SEAS n° 01/2020). Desta forma, o relatório entregue em 17/08/2021 respeitou o prazo final de 31/08/2021.

- **Realizar análise crítica do relatório;**

A análise crítica do relatório entregue pela PETROBRAS foi realizada considerando os seguintes pontos principais, propostos no plano de auditoria:

  - O estudo proposto atendeu ao escopo do TAC?
    - Parcialmente, devendo ser complementado.
  - A delimitação da área de amostragem foi correta?
    - Parcialmente, pois não analisou a APA das Serras de Maricá.
  - A metodologia de amostragem foi adequada?
    - Sim, porém fora da época adequada ao registro de peixes anuais, o que pode ter subestimado a área de ocorrência das espécies alvo.
  - Os resultados obtidos são consistentes?
    - Sim.
  - Foram identificados impactos diretos ou indiretos do empreendimento sobre a conservação da(s) espécie(s)?
    - Não.
  - Foram propostas medidas de mitigação?
    - Não.

- **Apresentar relatório técnico analítico e de verificação.**

Trata-se do presente relatório de auditoria.

Como será descrito no decorrer deste relatório, o objetivo geral da obrigação, de verificar se existem espécies de rivulídeos anuais na área do emissário terrestre do COMPERJ, foi **Parcialmente Atendida**, sendo recomendadas as seguintes ações para a preservação das espécies:

- Realizar novo diagnóstico, em período adequado (novembro a fevereiro), incluindo a área da APA da Serra de Maricá, identificando e avaliando as potenciais áreas que poderiam receber os indivíduos translocados;
- Apresentar Plano de Manejo para as populações identificadas, devendo considerar como possibilidades:
    - Adquirir áreas com a presença de rivulídeos e convertê-las em Unidade de Conservação.
    - Analisar a compatibilidade genética das populações e realizar o translocamento de espécimes de áreas de risco para espaços protegidos.

3. Documentos Analisados

Principais documentos constantes no SEI-070026/000391/2020, SEI-07.026.004632.2019 e SEI-070002.010992.2023 relacionados a esta obrigação:

a) Termo de Ajustamento de Conduta II, de 18/02/2020 (SEI 3581038)

b) Ofício 2ª PJTC nº 387/2020, de 28/02/2020 (SEI 3580459)

c) Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo nº 14/2019 (SEI 3580728)

d) Manifestação INEA/SERVAAF SEI Nº 2, de 18/10/2021 (SEI 23595895)

e) Ofício SEAS/UEBEXE SEI Nº 618, de 09/11/2021 (SEI 24580156)

f) Ofício SEAS/OUVI SEI Nº 12, de 23/03/2022 (SEI 30349303)

g) Ofício 2ª PJTC nº 2127/2022, de 08/09/2022 (SEI 39359140)

h) Ofício 2ª PJTC n° 290/2023, de 07/03/2023 (SEI 48343696)

i) Ofício SEAS/OUVI Nº 34, de 12/04/2023 (SEI 50138265)

j) Ofício nº 634/2023-2PJTCOITB, de 25/05/2023 (SEI 53898100)

k) Manifestação INEA/GERLAF SEI Nº 552, de 10/07/2023 (SEI 55454753)

l) Ofício SEAS/UEBEXE Nº 723, de 17/07/2023 (SEI 55939957)

m) Ofício SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0141/2021, de 17/08/2021, e seus ANEXOS (SEI 21328145)

n) Documento Nº 320000625/R05/V01/2021, de junho/2021, sob título “DIAGNÓSTICO DE OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES ANUAIS DA FAMÍLIA RIVULIDAE NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID) DO EMISSÁRIO DO COMPERJ - RELATÓRIO TÉCNICO CONSOLIDADO” (SEI 21333223)

o) Ofício 2ª PJTC n° 610/2020, de 24/03/2020 (SEI 21338831)

p) Ofício CONJUNTO MPRJ/SEAS n° 01/2020, de 28/08/2020 (SEI 21339439)

q) Ofício 2ª PJTC n° 456/2022, de 08/03/2022 (SEI 30348994)

r) Ofício INEA/DIRLAM nº 091/2023, de 19/07/2023 (SEI 56027772)

s) Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025668 (Anexo I)

t) Autorização Ambiental – AA Nº IN008429 (Anexo II)

u) Notificação INEA Nº 2648/2023 (Anexo III)

4. Legislações e Normas

Foram utilizados como base técnica para esta auditoria os seguintes diplomas legais:

a) Decreto Estadual nº 45482 de 04/12/2015, que altera o Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM, e dá outras providências.

b) Resolução INEA nº 157 de 19/10/2018, que dispõe sobre as categorias de uso e manejo da fauna silvestre, nativa e exótica em cativeiro, no território do estado do Rio de Janeiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos em conformidade com as atividades previstas no Cadastro Técnico Federal (CTF) de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais.

c) Portaria ICMBIO nº 553, de 4 de julho de 2022, que aprova o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção - PAN Rivulídeos, contemplando 130 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão.

d) Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014, que reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014.

e) Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022, que altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção

5. Histórico do Processo

Em 26/06/2018, o MPRJ, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Itaboraí, ajuizou as ações civis públicas nº 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023 em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO. O ajuizamento destas ACP's teve como base as investigações realizadas pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis nº 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), nº 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), nº 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), nº 16/2012 (MPRJ 2012.00126195) e nº 106/2010 (MPRJ 2010.00008169).

Nestas foram questionados o licenciamento ambiental e os aspectos dos empreendimentos do COMPERJ: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil nº 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010).

Conforme relatado em Procedimento Administrativo 14/2020 (MPRJ 2020.00174204/SEI 3580726), "após o ajuizamento das citadas ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré PETROBRAS, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos citados processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC".

Foram então realizadas constantes reuniões sobre o assunto, com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC, levando à celebração do TAC I COMPERJ em 09/08/2019 que, "em síntese, teve por objeto tratar da integridade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP's".

Entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020 foram realizados debates acerca dos pedidos remanescentes das ACP's 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.9.2023, levando à celebração do TAC II COMPERJ (SEI 3581038) em 18/02/2020, cujo objeto se deu "no bojo das citadas ACP's 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.9.2023".

"O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS (...)"

Com relação à cláusula sétima do TAC II COMPERJ - DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA, é competência do INEA e do MPRJ o acompanhamento e a fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS.

Diante da complexidade e da quantidade de compromissos tomados, o MPRJ decidiu por instaurar procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação ou conjunto de obrigações conexas. No caso da presente auditoria, foi instaurada o Procedimento Administrativo nº 14/2020 (MPRJ 2020.00174204/SEI 3580726), para acompanhar e fiscalizar o cumprimento de obrigação constante nos itens 4.3 e 4.5 da cláusula segunda, do TAC II COMPERJ, que possuem a seguinte redação:

> *"CLÁUSULA SEGUNDA: (...) 4.3) No que concerne à Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025658 – na qual se aprovou a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã". (...) 4.5) Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.*

Conforme previsto também na cláusula sétima do TAC II COMPERJ, deverá ser contratada auditoria externa independente pelo ERJ, que terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações daquele TAC e deverá elaborar relatório de auditoria. Foi então celebrado em 01/03/2023 o Contrato Nº 001/2023 entre o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, e Trial (RIO) Tecnologia Ambiental Ltda, resultando na auditoria que se trata o presente relatório.

Identificado durante a presente auditoria que o item 4.3 da cláusula segunda, do TAC II COMPERJ, não se refere à Licença Ambiental Simplificada – LAS IN025658, conforme descrito no texto do TAC e Procedimento Administrativo, sendo esta inexistente no Sistema de Consulta Unificada de Processos do INEA. A descrição do objeto quanto a aprovação da "concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã (...)" se refere à Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025668.

Analisada esta Licença Ambiental (LAS IN025668), não foi identificada nenhuma condicionante relacionada ao objeto do item 4.5 da cláusula segunda, do TAC II COMPERJ, sendo esta obrigação originada pela ausência de informações sobre a presença de rivulídeos anuais no Estudo de Impacto Ambiental (CEPEMAR, 2010).

O presente relatório considerará somente a obrigação 4.5 da cláusula segunda, do TAC II COMPERJ, que possui a seguinte redação:

> *(...) 4.5) Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.*

Quanto ao cumprimento da obrigação 4.5 da cláusula segunda, do TAC II COMPERJ, enviado em 17/08/2021, pela PETROBRAS, através da Carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0141/2021 (SEI 21328145), sob assunto "Atendimento à Obrigação 4.5 (EMISSÁRIO) do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC 2 do Comperj", em referência ao processo INEA SEI-07/026/004.632/2019, o Relatório Técnico Consolidado com o Diagnóstico de Ocorrência de Espécies Anuais da Família Rivulidae na área de influência Direta do Emissário (SEI 21333223).

Considerando o prazo estipulado de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC, que ocorreu em 18/02/2020, o prazo inicial para atendimento a esta obrigação 4.5 da cláusula segunda, do TAC II COMPERJ, seria 24/03/2021. No entanto, todos os prazos relativos aos procedimentos administrativos instaurados pelo MPRJ para acompanhar e apurar o cumprimento das obrigações constantes nos TAC's I e II do COMPERJ foram suspensos a partir de 24/03/2020, por meio do Ofício 2ª PJTC nº 610/2020 do MPRJ (SEI 21338831), argumentando a "impossibilidade fática de cumprimento das obrigações nesse momento de pandemia do coronavírus, em que o próprio Governador decretou estado de emergência no RJ" e Resolução SEAS/INEA nº 22 de 16/04/2020, que "suspende os prazos de cumprimento de obrigações administrativas ambientais, incluindo as previstas em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) e outros ajustes celebrados no âmbito da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), em decorrência da situação de emergência causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), durante o tempo que especifica".

A retomada dos prazos ocorreu em 31/08/2020, através do Ofício CONJUNTO MPRJ/SEAS nº 01/2020 (SEI 21339439) informando a publicação da Resolução SEAS/INEA nº 27, de 27/08/2020, que revoga a Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 22, de 16/04/2020.

Com base no acima exposto, considera-se que o prazo final para atendimento da obrigação 4.5 da cláusula segunda, do TAC II COMPERJ, foi dilatado em 160 dias, passando a ser 31/08/2021. Portanto, a entrega do diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, entregue em 17/08/2021 foi entregue dentro do prazo solicitado.

Em 28/02/2020, o MPRJ, através do Ofício 2ª PJTC nº 387/2020 (SEI 3580459), solicita ao SEAS e INEA as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação contida nos itens 4.3 e 4.5 da cláusula segunda, do TAC II COMPERJ, no prazo de 30 dias após do término do prazo estabelecido para a obrigação.

Em resposta, o INEA enviou em 09/11/2021, Ofício SEAS/SUBEXE SEI Nº618 (SEI 24580156), com a documentação apresentada pela PETROBRAS acima mencionada, a Manifestação INEA/SERVAAF SEI Nº2 (SEI 23595895), relatando resumo do diagnóstico apresentado pela PETROBRAS e informando que "a obrigação contida nos itens 4.3 e 4.5 da cláusula segunda do TAC II COMPERJ foi satisfatoriamente atendida", e indagando quanto à conclusão destes itens por parte da fiscalização do INEA.

Encaminhado ao INEA, Ofício 2ª PJTC nº 456/2022 (SEI 30348994), em 08/03/2022, com cópia da Informação Técnica nº 032/2022 do GATE, de 17/01/2022, solicitando no prazo de 30 dias resposta às solicitações realizadas, sendo estas: (i) "posicionamento do INEA quanto às conclusões apresentadas, tendo em vista a necessidade de ações imediatas para que se possa ter uma expectativa de conservação dessas espécies"; e (ii) "esclarecer se o estudo foi encaminhado ao CEPTA".

Solicitada prorrogação de prazo por mais 60 dias, através do Ofício SEAS/OUVI SEI Nº 12 (SEI 30349303), de 23/03/2022. Acusado recebimento e deferido o pedido de dilação de prazo por mais 60 dias através do Ofício 2ª PJTC nº 2127/2022 (SEI 39359140), de 08/09/2022.

Encaminhado Ofício 2ª PJTC nº 290/2023 (SEI 48343696), em 07/03/2023, reiterando ao termos do Ofício 2ª PJTC nº 456/2022 e solicitando a retificação e complementação das informações, conforme sugerido na Informação Técnica do GATE encaminhada, fixando-se o prazo de 30 dias.

Solicitada prorrogação de prazo por mais 30 dias, através do Ofício SEAS/OUVI SEI Nº 34 (SEI 50138265), de 12/04/2023. Acusado recebimento e deferido o pedido de dilação de prazo por mais 30 dias através do Ofício nº 634/2023-2PJTCOITB (SEI 53898100), de 25/05/2023.

Enviada em 17/07/2023, através do Ofício SEAS/SUBEXE Nº723 (SEI 55939957) a Manifestação INEA/GERLAF SEI Nº 552, realizada pela área técnica do INEA em 10/07/2023, informando que o INEA entende que "seja necessária a apresentação de programas de monitoramento para conservação das espécies da família Rivulidae registradas para a área" e, portanto, foi solicitado à PETROBRAS "por meio da notificação 2648/2023, vinculada ao processo de Autorização Ambiental para manejo, visando o levantamento de ictiofauna, com ênfase na família Rivulidae, EXT-PD/014.6305/2020, a "Apresentar Requerimento de abertura de processo para solicitação de Autorização Ambiental para Manejo de fauna para o Monitoramento das espécies da família Rivulidae na Área de Influência Direta do empreendimento, apresentando: o Plano de Monitoramento, conforme a Resolução INEA 72/2013, das espécies da família Rivulidae, registradas na Área de Influência do Emissário do COMPERJ, contemplando ações de proteção e conservação dos ambientes de áreas alagadas na AID do empreendimento"; e

encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio/CEPTA - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental, o Relatório Técnico entregue pela PETROBRAS.

Quanto a este último item, que trata de envio do relatório técnico ao ICMBio/CEPTA, verificado que o mesmo foi enviado por e-mail através do Ofício INEA/DIRLAM nº 091/2023 (SEI 56027772) e recebida resposta em 20/07/2023 informando do encaminhamento das informações para os atuais responsáveis no Instituto (SEI 56228056).

Não foram identificados novos documentos e/ou informações referentes a esta obrigação após esta data.

6. Análise Crítica das Informações e Documentações

A área de estudo do Diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários (SEI 21333223) foi definida como a Área de Influência Direta (AID) do trecho terrestre do Emissário do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, região compreendida pela faixa de 500 metros de cada lado da diretriz central do duto, conforme previamente adotado no Estudo de Impacto Ambiental (CEPEMAR, 2020) e referendado pelo INEA (2020) e PETROBRAS (2020a; 2020b). Tendo em vista se tratar de empreendimento linear, cujos impactos diretos apresentam um alcance limitado, considera-se adequado o recorte geográfico analisado. A **Figura 1**, apresentada no diagnóstico realizado pela PETROBRAS, também pode ser visualizada em tamanho original no **Anexo IV**, embora sua resolução não permita a visualização detalhada das informações.

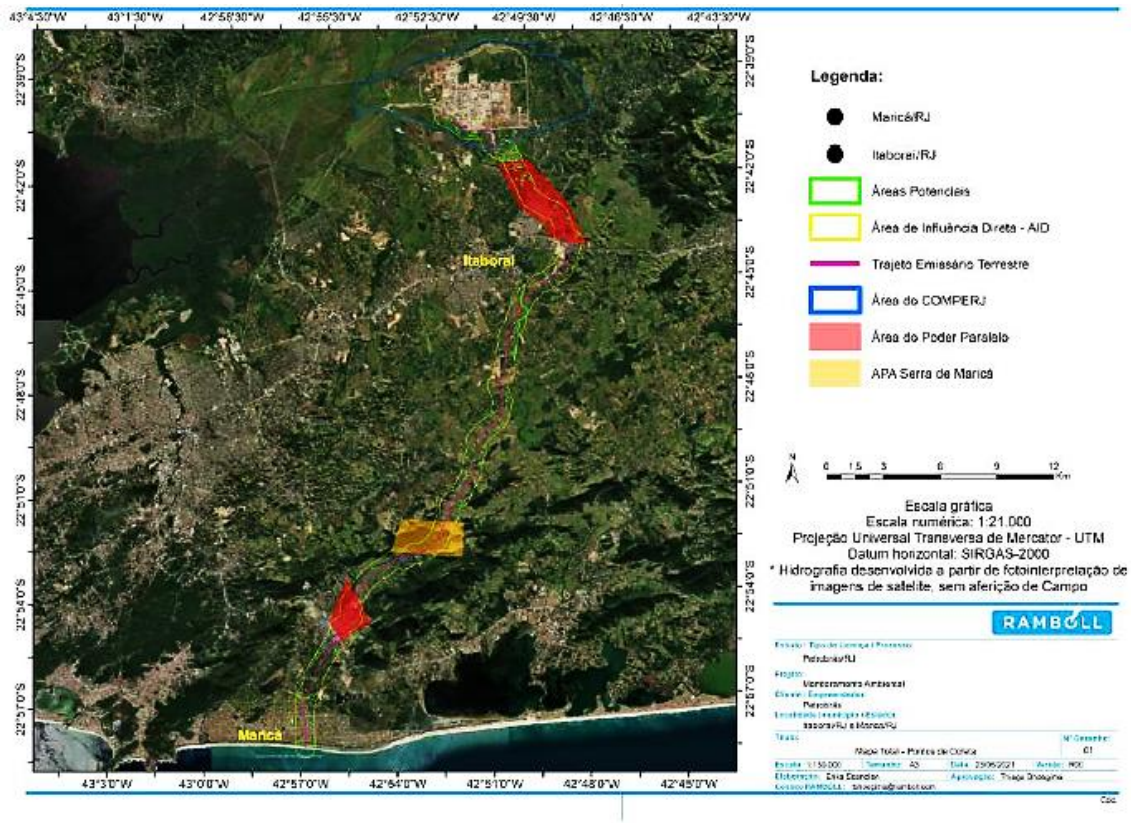


Figura 1. Trecho terrestre do emissário do Comperj – área de estudo (Datum WGS84).

Figura 1. Trecho terrestre do emissário do COMPERJ, destacando na cor rosa o trajeto do emissário terrestre; e na cor verde a AID do emissário com áreas de potencial ocorrência de rivulídeos previamente identificadas. Fonte: Figura 1. Trecho terrestre do emissário do COMPERJ – área de estudo (Datum WGS84) – às fls. 11/83 do Diagnóstico (SEI 21333223).

O diagnóstico informa que a identificação de áreas potenciais para ocorrência de rivulídeos ocorreu previamente através do uso de SIG e foram apresentadas no respectivo Plano de Trabalho. A presente auditoria não teve acesso ao Plano de Trabalho mencionado, não sendo possível avaliar as áreas potenciais selecionadas.

O estudo alega que não foram identificadas áreas de potencial ocorrência de rivulídeos na Unidade de Conservação Municipal APA das Serras de Maricá que se encontra dentro da AID, na divisa entre os munícipios de

Itaboraí e Maricá. Além disso, não houve resposta de anuência da Direção da UC para a realização de vistorias, não sendo realizadas visitas durante as campanhas exploratórias.

Quanto a este procedimento, seria oportuno realizar estudo exploratório mais aprofundado nesta UC, haja vista que, por se tratar de uma área com maior nível de controle quanto ao uso do solo, pode vir a representar um importante elemento na estratégia de conservação das espécies anuais, como será detalhado na continuidade deste documento.

Foram identificadas 84 áreas com potencial ocorrência de rivulídeos, porém, foram vistoriadas efetivamente somente 62 destas áreas. Segundo o diagnóstico, ass áreas não vistoriadas foram excluídas por serem ocupadas pelo “poder paralelo”, atitude justificável, por motivos óbvios de segurança. Tal informação foi apresentada no diagnóstico e confirmada durante a auditoria, sendo esta informação amplamente divulgada em noticiários.

Destas 62 áreas vistoriadas durante o diagnóstico, foram efetivamente amostrados apenas 42 pontos, sendo 9 na região do COMPERJ, 21 no município de Itaboraí e 12 no município de Maricá. Os demais pontos não amostrados foram justificados devido:

> *“...muitas dessas áreas mostraram-se inapropriadas para a ocorrência de espécies de Rivulidae em virtude de (i) estarem inacessíveis ou soterradas devido a novos empreendimentos/construção civil, (ii) estarem inacessíveis por ocorrerem dentro de áreas dominadas pelo poder paralelo, (iii) não possuírem as características necessárias para rivulídeos (e.g., região muito eutrofizada) ou por (iv) simplesmente não apresentarem água.”*

No entanto, as áreas vistoriadas e não amostradas não foram identificadas no diagnóstico, nem apresentada justificativa individualizada que possa identificar a exclusão ponto a ponto, consistindo em uma fragilidade no documento e dificultando a validação das informações.

Os dados de ocorrência de rivulídeos anuais foram obtidos em 3 (três) campanhas de campo, realizadas nos meses de março, abril e maio de 2021 – totalizando 13 dias de estudos em campo. Nestas campanhas toda a AID foi vistoriada, tendo como referência as 62 áreas de potencial ocorrência de rivulídeos pré-estabelecidas. Estes levantamentos foram autorizados pelo INEA após aprovação do Plano de Trabalho, em conformidade com a Resolução INEA nº 157 de 19/10/2018, e Autorização Ambiental - AA Nº IN008429, para o manejo e transporte de fauna silvestre, com ênfase em peixes da família Rivulidae, na Área de Influência Direta do trecho terrestre do Emissário do COMPERJ, entre Itaboraí e Maricá, em conformidade com o Decreto nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04/12/2015.

Como a equipe da presente auditoria não teve acesso ao Plano de Trabalho, não é possível identificar se houve sugestão de período para realização das campanhas, e no diagnóstico não foi identificada justificativa quanto a escolha da data de realização. Também não foi evidenciado questionamento ou manifestação do INEA a respeito do período escolhido.

Quanto ao período estudado no diagnóstico, observa-se que as campanhas ocorreram em meses de menor precipitação no Estado do Rio de Janeiro, conforme pode ser visualizado na **Figura 2**, que apresenta gráfico tipo boxplot - ou digrama de caixa - com dados de monitoramento climático de chuvas mensais e sazonais para a região em análise, utilizando uma série histórica de 30 anos de dados de precipitação sobre o Brasil (1981-2010), bem como dados de chuvas mensais observadas no ano de 2021, quando foi realizado o diagnóstico.

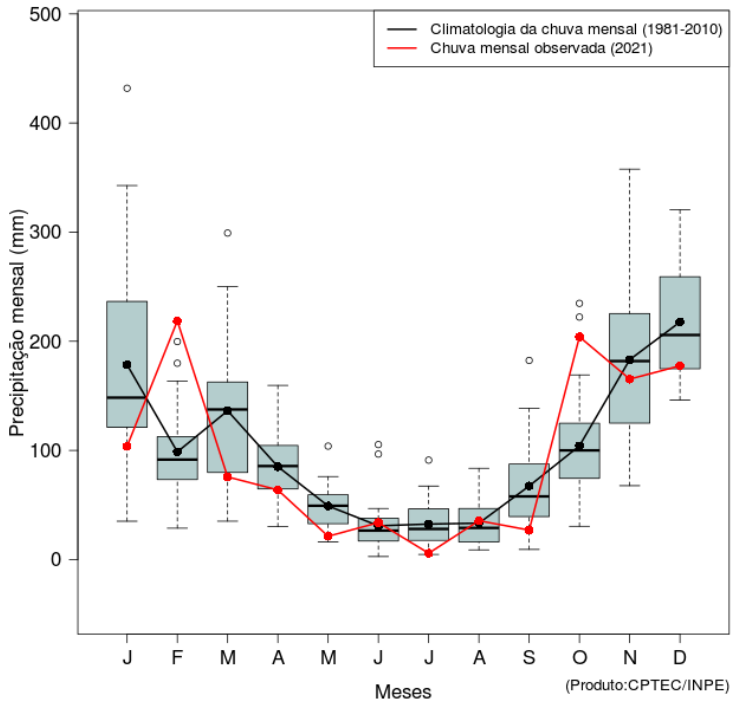


Figura 2. Histórico de precipitação mensal e chuvas observadas no ano de 2021. Fonte: CPTEC/INPE, INMET e Centros Regionais de Meteorologia.

Conforme já mencionado, os rivulídeos habitam poças formadas por água de chuva e seu ciclo de vida envolve a deposição dos ovos no solo, a morte dos pais quando a poça seca e a eclosão dos ovos no período de chuvas seguinte. Portanto, observa-se que o momento mais favorável para registros de espécies anuais são períodos após maior precipitação (novembro a fevereiro) e que o mesmo não foi contemplado no diagnóstico, o que pode ter influenciado no resultado final, não havendo como assegurar que outras áreas de ocorrência de rivulídeos não existam.

Conforme apresentado no diagnóstico, alguns ambientes vistoriados não apresentavam água, não sendo registrado no relatório detalhamento desses pontos com relação a sua quantidade ou localização, o que consiste em uma fragilidade do documento, podendo ser um reflexo da sazonalidade e não permitindo descartar a possibilidade de que a distribuição das espécies alvo seja mais ampla do que a constatada.

Esta constatação é reforçada pela observação apresentada pelo GATE que, em seu relatório (SEI 30348994), informa que:

> *"O estudo mapeou diversas áreas potenciais na região de Itaipuaçu para a ocorrência de peixes anuais. A maioria dessas áreas ainda estava seca nas campanhas de março e abril."*

Ou seja, não é possível descartar a possibilidade de que nesta localidade e nas localidades vizinhas existam outras populações, tendo em vista o estado crítico de conservação das espécies alvo.

Neste contexto, com relação às metas apresentadas no item 4.5 do diagnóstico, entende-se que a vistoria realizada em toda AID durante as três campanhas realizadas, com identificação e georreferenciamento das áreas potenciais para ocorrência de rivulídeos atenda à primeira meta. Qual seja:

> *"Mapear 100% dos habitats de potencial ocorrência de espécies anuais de peixes rivulídeos"*

No entanto, conforme exposto acima, não é possível considerar que a segunda tenha sido alcançada. Qual seja:

> *"Levantar 100% das áreas de ocorrência de espécies anuais de peixes rivulídeos na AID do Empreendimento"*

Quanto às amostragens realizadas, foram utilizados os métodos de coleta classificados como ativos, sendo neste tipo de pesca utilizado o puçá, a peneira e a rede de arrasto, que são os petrechos adequados à captura de peixes anuais.

Foram identificadas duas espécies de peixes anuais: *Notholebias fractifasciatus* e *Nematolebias papilliferus*, no município de Maricá. Cabe destacar que essas espécies são classificadas como criticamente ameaçadas de extinção, classificação conforme citação a seguir, e que a região de Inoã, localizada no município de Maricá, foi considerada por COSTA (2012) como a segunda área mais importante para a conservação de rivulídeos anuais do Estado do Rio de Janeiro, superada apenas pela região de Barra de São João.

Dos 42 pontos amostrados, foram registrados peixes anuais da família Rivulidae nos pontos MAR2, MAR10, MAR11 e MAR12, todos situados no Município de Maricá, conforme **Figura 3** apresentada no diagnóstico realizado pela PETROBRAS, podendo ser visualizada em tamanho original no **Anexo V**. Em todos esses pontos, foram

encontrados exemplares de *Notholebias fractifasciatus* (COSTA, 1988). Em MAR10, foi registrada também a espécie *Nematolebias papilliferus* (COSTA, 2002).

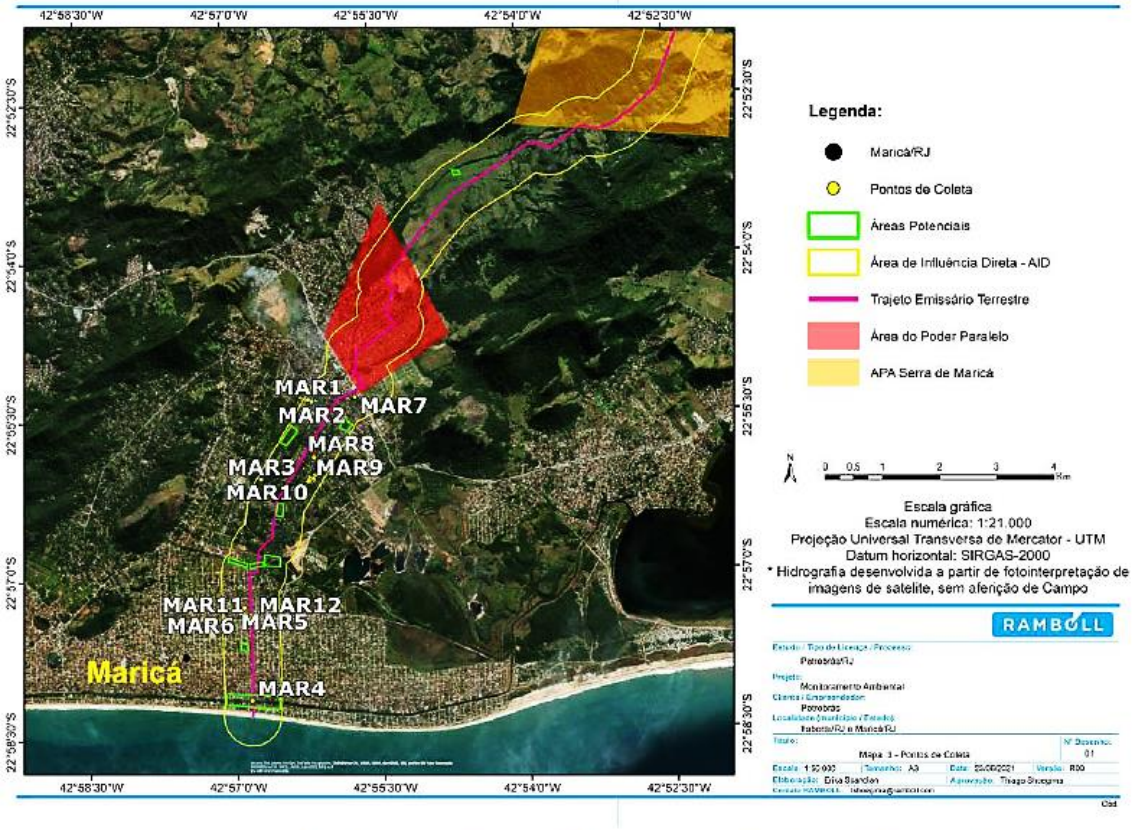


Figura 8. Pontos amostrados durante as três campanhas de coleta no Município de Maricá (MAR1–12).

Figura 3. Pontos amostrados no Município de Maricá durante o diagnóstico, contemplando os pontos MAR2, MAR10, MAR11 e MAR12, em que foram encontrados exemplares de rivulídeos. Fonte: Figura 8. Pontos amostrados durante as três campanhas de coleta no Município de Maricá (MAR1-12) – às fls. 21/83 do Diagnóstico (SEI 21333223).

Apesar de um pequeno erro de quantificação dos espécimes de *N.fractifascatus* (72 vs. 73), também apontado no relatório do GATE (SEI 30348994) o trabalho executado trabalhou corretamente os dados reunidos.

Em suas conclusões, o relatório de diagnóstico informa que:

> *"A perda de ambientes úmidos decorrente do crescimento urbano acelerado e descontrolado é uma das maiores ameaças para as espécies de peixes rivulídeos (COSTA, 2009; EGLER et al., 2019), em especial no município de Maricá (Inoã e Itaipuaçu), nas regiões da AID do trecho terrestre do Emissário do COMPERJ"*

Em paralelo sugere que:

> *"(...) recomenda-se a proteção desses habitats remanescentes, evitando sempre que possível sua perda ou fragmentação visando a conservação dessas espécies, respeitando a legislação vigente."*

A vistoria empreendida dentro do âmbito desta auditoria, apresentada no próximo item deste relatório, permitiu confirmar a pressão antrópica sobre os ambientes de ocorrência das espécies anuais. Todos os pontos vistoriados possuem baixa expectativa de manutenção de populações viáveis a curto prazo, notadamente MAR12 cuja área está anunciada para aluguel. MAR11, situada no lote vizinho à MAR12, apresenta fortes sinais de degradação, notadamente despejo de lixo.

Neste contexto, a recomendação do diagnóstico, de preservação dos habitats remanescentes, soa inócua, visto que nenhuma ação efetiva de conservação foi recomendada. Em paralelo, o documento não avaliou impactos diretos e indiretos do emissário, tampouco apresentou medidas de mitigação, dentre as quais a necessidade de implementar um plano de manejo das populações.

Esta condição crítica torna extremamente importante a análise da APA das Serras de Maricá, visto que, caso possua ambientes adequados e/ou populações residentes de rivulídeos das espécies alvo, poderia atuar como uma área receptora de espécimes translocados de locais nos quais a perpetuação da espécie mostre-se, no presente, claramente inviável. É necessário maior aprofundamento no mapeamento das áreas de ocorrência das espécies, dentro e fora da AID (neste caso no *range* de distribuição das espécies) para melhor delineamento de outras ações de manejo. Este aprofundamento pode ser alcançado mediante amostragem nos períodos mais adequados ao registro de espécies anuais.

7. Constatações de Campo

Em 09/11/2023 foi realizada, no âmbito da presente auditoria, vistoria de campo nas quatro áreas com registro de rivulídeos anuais, sendo elas os pontos MAR2, MAR10, MAR11 e MAR12. As vistorias foram apenas registros visuais, não havendo coletas e amostragens de indivíduos, as quais necessitariam de Autorização Ambiental, conforme Decreto nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04/12/2015.

A realização da vistoria de campo foi considerada necessária por esta análise tratar de Auditoria Piloto do Contrato SEAS 001/2023, sendo de interesse metodológico a realização de visita à campo para testes do Protocolo de Auditoria criado. Os pontos amostrais foram escolhidos uma vez que o diagnóstico apresentado pela PETROBRAS concluiu que:

> *"A perda de ambientes úmidos decorrente do crescimento urbano acelerado e descontrolado é uma das maiores ameaças para as espécies de peixes rivulídeos (...)"*

Considerando que nenhuma ação de conservação foi proposta no diagnóstico, optou-se por verificar a situação de conservação dos pontos que apresentaram registros de rivulídeos durante o estudo. Todas as áreas apresentam-se sob forte pressão da forma de ocupação do solo, sendo esta condição particularmente crítica nos pontos MAR11 e MAR12.

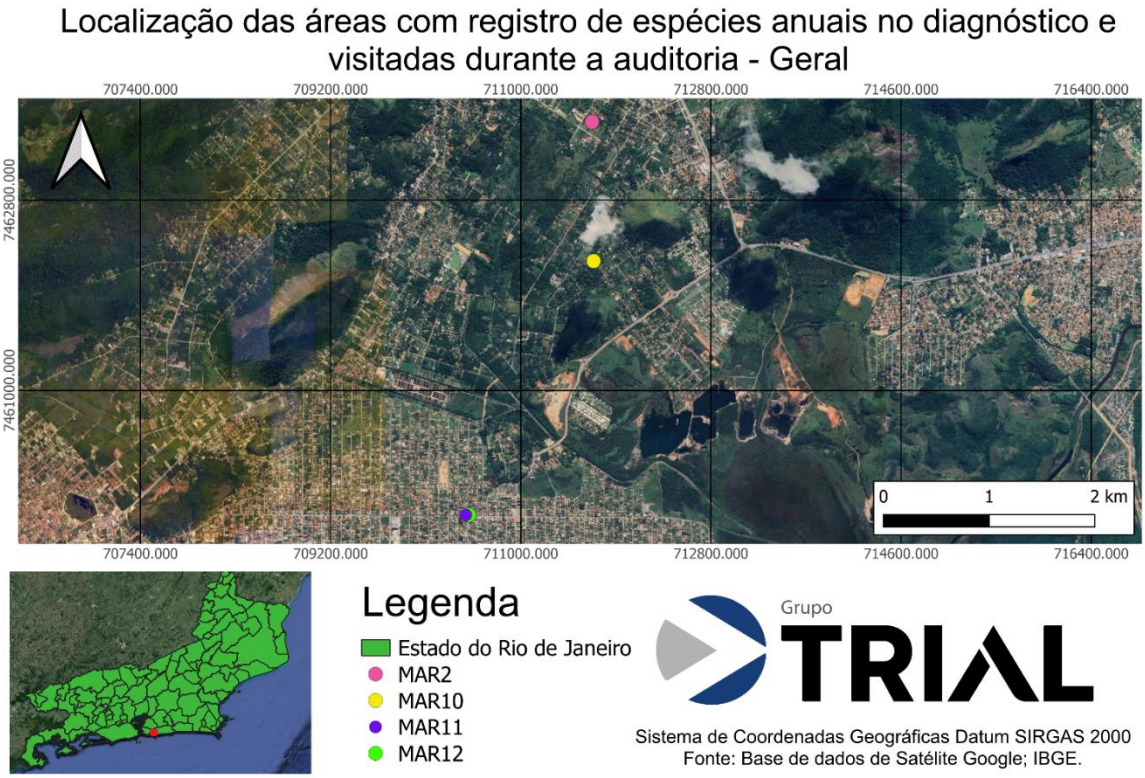


Figura 4. Localização das áreas com registro de espécies anuais no diagnóstico e visitadas durante a auditoria - Geral.

Abaixo são apresentadas as principais características de cada ponto vistoriado.

Tabela 2. Principais características de cada ponto vistoriado.

Ponto	Descrição	Nível de Criticidade*	Medida a ser tomada	Área de Responsabilidade da PETROBRAS
MAR2	Frente do terreno aberto usado como pasto. Ponto com cavas de areia nas áreas abertas e formação de brejos de junco. Mata de regeneração secundária. Poça no interior do remanescente coberta com *Lemna* sp. Pequeno canal liga as poças da área aberta com poças dentro do fragmento. Água cor clara sem cheiro e pouca matéria orgânica na lâmina. Fundo de folhas.	2	Isolamento e conservação do ambiente	Não
MAR10	Ao lado de um campo de futebol com a poça em volta de poucas árvores isoladas. Poça no interior do remanescente coberta com *Lemna* sp. Braquiária cobrindo todas as partes não sombreadas da poça. Presença de lixo. Água cor clara sem cheiro. Pouca matéria orgânica na lâmina. Fundo de folhas.	2	Translocação de fauna	Não
MAR11	Em área urbanizada e densamente ocupada. Poça no interior do remanescente coberta com *Lemna* sp. Braquiária cobrindo todas as partes não sombreadas da poça. Presença de lixo. Água cor clara sem cheiro. Pouca matéria orgânica na lâmina. Fundo de folhas.	3	Translocação de fauna	Não
MAR12	Em área urbanizada e densamente ocupada. Braquiária cobrindo todas as partes não sombreadas da poça. Presença de muito lixo. Água cor clara sem cheiro. Pouca matéria orgânica na lâmina. Fundo de folhas. Área com placas de aluga-se.	3	Translocação de fauna	Marco de passagem de gasoduto

*Nível de Criticidade (1 = Baixo; 2 = Intermediário; 3 = Crítico)

As figuras a seguir permitem visualizar a situação geral dos pontos vistoriados.

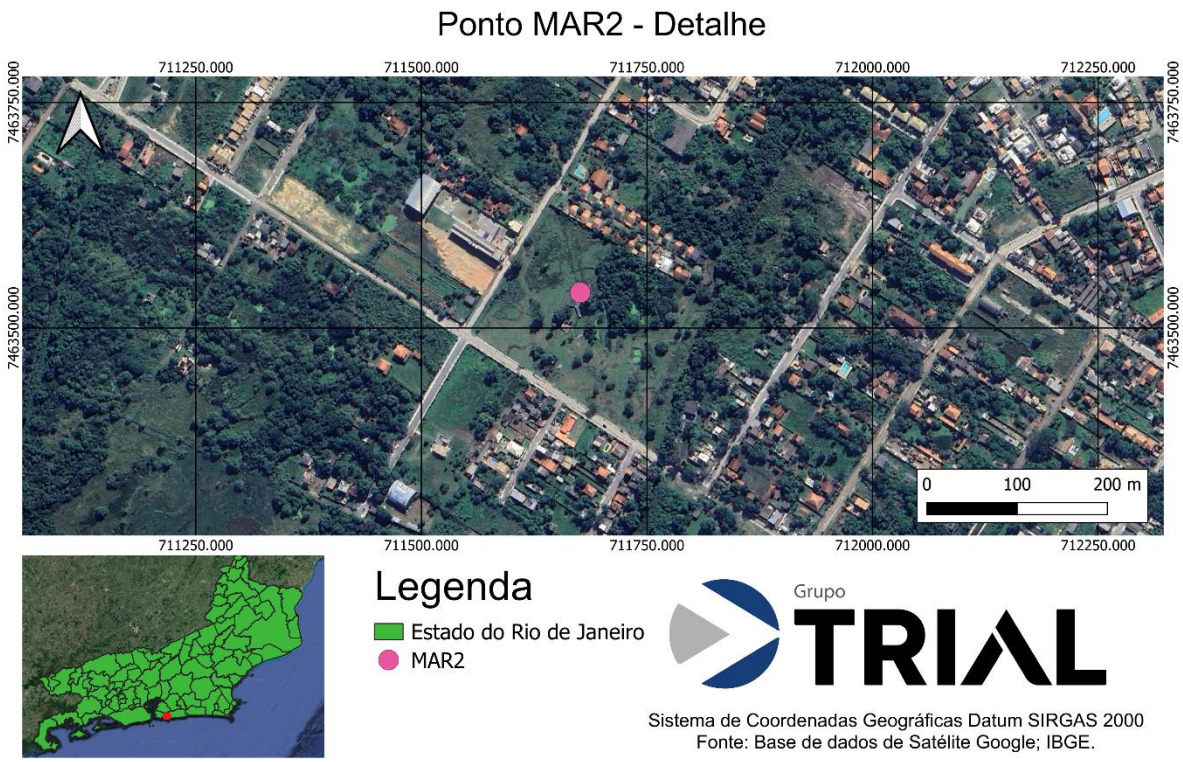


Figura 5. Ponto MAR2 - Detalhe.



Figura 6. Ponto MAR2 - Vista Geral. Em pastagem.

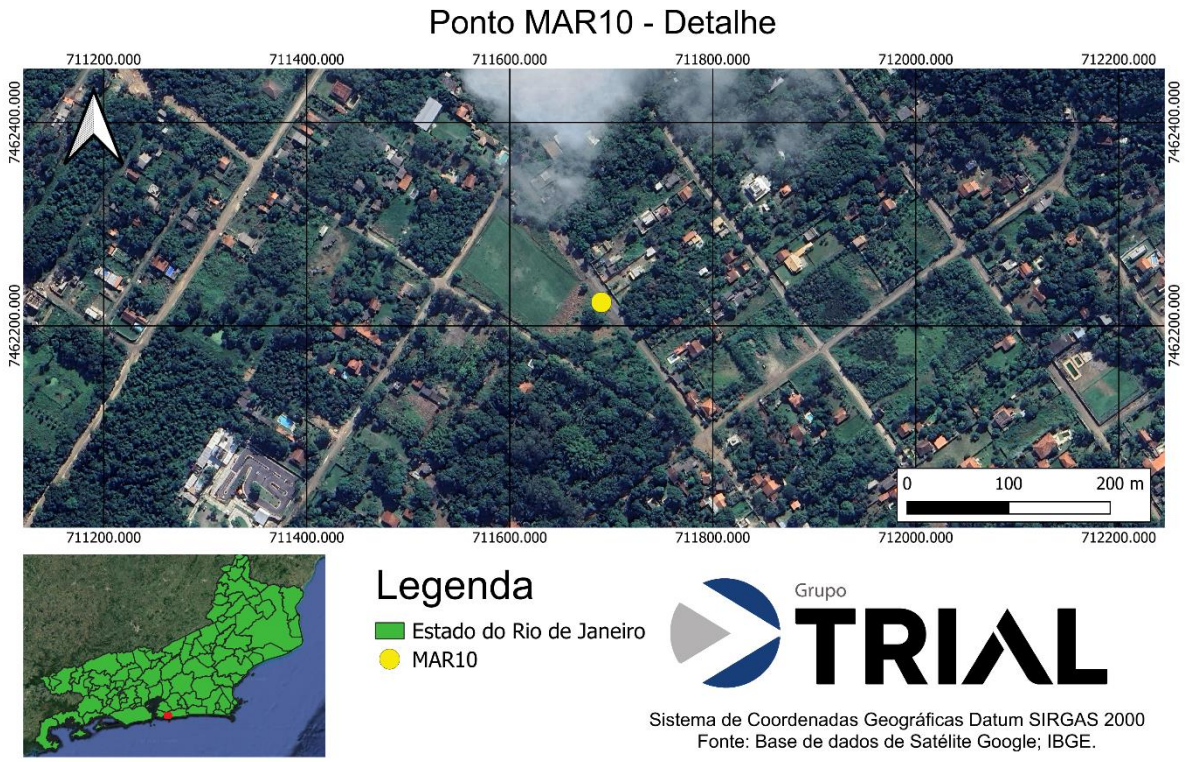


Figura 7. Ponto MAR10 - Detalhe.



Figura 8. Ponto MAR10 - Vista Geral. Ao lado de campo de futebol.

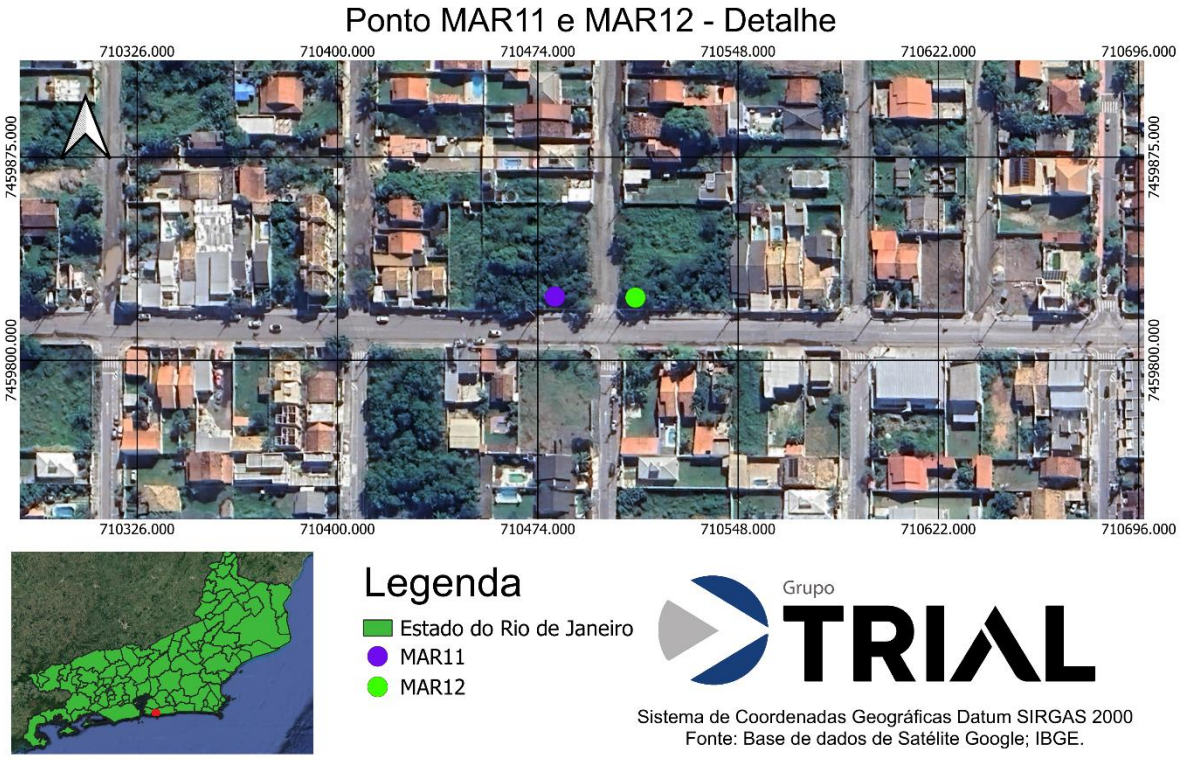


Figura 9. Pontos MAR11 e MAR12 - Detalhe.



Figura 10. Ponto MAR11 - Vista Geral. Registro de lixo no interior do ambiente.



Figura 11. Ponto MAR12 - Vista Geral. Em terreno a ser alugado.

8. Conclusão

A presente auditoria considera a obrigação 4.5 da cláusula segunda do TAC II **Parcialmente Atendida**, considerando que o diagnóstico foi apresentado pela PETROBRAS no prazo determinado, utilizando-se da metodologia adequada e tendo registrado a presença de duas espécies de rivulídeos anuais. No entanto, destacam-se as seguintes fragilidades do documento:

- Não é possível se ter uma visualização clara das imagens apresentadas no diagnóstico e, portanto, das áreas potenciais selecionadas para campanhas de campo;
- As amostragens foram realizadas fora do período mais adequado (entre novembro e fevereiro), o que pode ter levado ao subdimensionamento da amplitude de distribuição das espécies na AID e entorno;
- Considerando o período de amostragens inadequado à ocorrência das espécies, não é possível afirmar que a meta: “Levantar 100% das áreas de ocorrência de espécies anuais de peixes rivulídeos na AID do Empreendimento” tenha sido cumprida;
- Verificado pequeno erro de quantificação dos espécimes de N.fractifascatus;
- A APA das Serras de Maricá não foi avaliada;
- Não foram registradas a quantidade e localizações das áreas vistoriadas que não apresentavam água durante as campanhas;
- O diagnóstico não apresentou avaliação dos impactos diretos e indiretos do empreendimento sobre as áreas em que houve registro de rivulídeos, tampouco apresentou medidas de mitigação, dentre as quais a necessidade de implementar um plano de manejo das populações;
- Face a condição crítica de conservação dos ambientes de ocorrência, a simples recomendação de “*proteção desses habitats remanescentes, evitando sempre que possível sua perda ou fragmentação visando a conservação dessas espécies, respeitando a legislação vigente”* soa inócua e deveria ser melhor detalhada, indicando ações efetivas a serem implementadas.

9. Recomendações

Com base na análise crítica realizada, bem como visita à campo durante a presente auditoria, recomenda-se que sejam apresentados:

1. Novo Diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência direta do empreendimento, que deverá considerar:
    - Realização em período adequado para ocorrência das espécies (entre novembro e fevereiro);
    - Inclusão da APA das Serras de Marica na área de estudo;
    - Detalhamento da seleção de áreas potenciais e mapas que permitam visualização adequada;
    - Detalhamento das áreas excluídas durante o estudo, constando a localização georreferenciada e motivo da exclusão;
    - Avaliação dos impactos diretos e indiretos do empreendimento sobre as áreas em que houve registro de rivulídeos;
    - Caracterização quanto a integridade e capacidade de manutenção de populações viáveis, identificando as áreas que se mostrem adequadas para receber espécimes a serem translocados dos pontos de alto risco de extinção.

2. Plano de Manejo para as populações identificadas, que poderá considerar duas linhas de ação, a serem detalhadas e avaliadas quanto à eficácia, sendo que as ações listadas não são excludentes. A saber:
    - Aquisição de áreas com a presença de rivulídeos anuais, para conversão em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, ou outra categoria de Unidade de Conservação de proteção integral;
    - Translocação de espécimes de áreas de risco para espaços protegidos, dentro do limite natural de distribuição das duas espécies registradas, com a ampliação da área de ocorrência, conforme **Apêndice I**.

10. Referências Bibliográficas

BELOTE, D. F. **Comportamento reprodutivo do gênero Simpsonichthys Carvalho (Cyprinodontiformes-Rivulidae**). 1998. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Departamento de Ciências Naturais, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

CEPEMAR. **Estudo de Impacto Ambiental do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ, PETROBRAS**. Rio de Janeiro: CEPEMAR, 2010.

COSTA, Wilson JEM. A ameaça de extinção de peixes anuais raros do Estado do Rio de Janeiro, gênero Cynolebias Steindachner, 1876. **Bol. FBCN**, v. 19, p. 164-166, 1984.

COSTA, Wilson JEM. Delimiting priorities while biodiversity is lost: Rio's seasonal killifishes on the edge of survival. **Biodiversity and Conservation**, v. 21, p. 2443-2452, 2012.

COSTA, Wilson JEM. Phylogeny and classification of Rivulidae revisited: origin and evolution of annualism and miniaturization in rivulid fishes (Cyprinodontiformes: Aplocheiloidei). **Journal of Comparative Biology**, v. 3, n. 1, p. 33-92, 1998.

COSTA, Wilson JEM. Sistemática e distribuição do complexo de espécies Cynolebias minimus (Cyprinodontiformes, Rivulidae), com a descrição de duas espécies novas. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 5, p. 557-570, 1988.

COSTA, Wilson JEM. Trophic radiation in the South American annual killifish genus Austrolebias (Cyprinodontiformes: Rivulidae). **Ichthyological Exploration of Freshwaters**, v. 20, n. 2, p. 179, 2009.

CPTEC/INPE, INMET e Centros Regionais de Meteorologia. https://clima1.cptec.inpe.br/evolucao/pt. Acesso em: 12/01/2024.

ICMBIO. Portaria ICMBIO nº 553, de 4 de julho de 2022. Aprova o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção - PAN Rivulídeos, contemplando 130 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jul. 2022.

INEA. Resolução INEA nº 157, de 19 de outubro de 2018. Dispõe sobre as categorias de uso e manejo da fauna silvestre, nativa e exótica em cativeiro, no território do Estado do Rio de Janeiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos em conformidade com as atividades previstas no

Cadastro Técnico Federal (CTF) de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais. **Diário Oficial do Estado**, Rio de Janeiro, 25 out. 2018.

KIMURA, Motoo; CROW, James F. The number of alleles that can be maintained in a finite population. **Genetics**, v. 49, n. 4, p. 725, 1964.

MMA. Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria no 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria no 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria no 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 jul. 2022.

MMA. Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Estabelece diretrizes para reconhecer como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção". **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 dez. 2014.

MMA. Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Estabelece diretrizes para reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos". **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 dez. 2014.

NEI, Masatoshi. Genetic distance between populations. **The American Naturalist**, v. 106, n. 949, p. 283-292, 1972.

PETROBRAS. **Diagnóstico de Ocorrência de Espécies Anuais de Peixes da Família Rivulidae na área de Influência Direta do Emissário do COMPERJ**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2020b.

PETROBRAS. **Plano Diagnóstico de Ocorrência de Peixes Anuais Emissário COMPERJ**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2020a.

WEIR, Bruce S.; COCKERHAM, C. Clark. Estimating F-statistics for the analysis of population structure. **evolution**, p. 1358-1370, 1984.

11. Glossário

Alelos: Diferentes variantes de um gene que ocupam o mesmo locus em cromossomos homólogos.

Ancestral: Referente a uma linhagem que remonta a um ancestral comum.

Anualismo: Estratégia reprodutiva caracterizada por um ciclo de vida completo em um único ano.

Anuência: Consentimento ou aprovação, frequentemente referindo-se a aprovação formal ou permissão.

Área doadora: Região que fornece indivíduos para uma população em outra área.

Área receptora: Região que recebe indivíduos migrantes de outra área.

Auditoria: Exame crítico e sistemático de informações para avaliar sua confiabilidade e integridade.

Bootstrap: Método estatístico que utiliza amostragem com reposição para estimar a variabilidade de um conjunto de dados.

Braquiária: Gênero de plantas forrageiras comumente usadas em pastagens.

Brejosos: Locais caracterizados por terrenos úmidos e alagados, geralmente associados a pântanos.

Canal: Curso d'água artificial ou natural que conecta corpos de água.

Cavas de areia: Depressões ou escavações resultantes da extração de areia.

Ciclo de vida: Sequência de estágios de desenvolvimento desde o nascimento até a reprodução e morte.

Compatibilidade genética: Grau em que dois organismos podem produzir descendentes viáveis e férteis.

Conservação: Práticas destinadas a preservar a biodiversidade e proteger ecossistemas.

Corrida eletroforética: Técnica para separar e analisar moléculas com base em sua mobilidade elétrica.

Diagnóstico: Identificação ou determinação da natureza de uma condição ou problema.

Diapausa: Estado de dormência em resposta a condições ambientais adversas.

Diferenciação gênica: Acúmulo de diferenças genéticas entre populações.

Distância genética: Medida da diferença genética entre duas populações ou espécies.

Eclodem: Emergir ou nascer, geralmente referindo-se ao nascimento de organismos a partir de ovos.

Elenco: Conjunto de organismos que compartilham características específicas em uma determinada área.

Eletroforeses: Técnica para separar moléculas carregadas em um campo elétrico.

Emissário: Canal ou tubo usado para descarga de resíduos em corpos d'água.

Endêmico: Nativo ou restrito a uma determinada região geográfica.

Endocruzamento: Acasalamento entre indivíduos aparentados dentro de uma população.

Enzima: Proteína que atua como catalisador para reações químicas específicas.

Espécies: Grupo de organismos que podem se reproduzir entre si e produzir descendentes férteis.

Espécies alvo: Organismos específicos visados para conservação ou manejo.

Espécimes: Indivíduos representativos de uma espécie ou população.

Estiagem: Período prolongado de seca ou escassez de chuva.

Estrutura genética: Distribuição e variabilidade de genes em uma população.

Eutrofizada: Ambiente rico em nutrientes, muitas vezes resultando em crescimento excessivo de plantas aquáticas.

Evento evolutivo: Ocorrência que afeta a frequência de alelos em uma população ao longo do tempo.

Ex-situ: Fora do local natural, frequentemente referindo-se à conservação de espécies em cativeiro.

Exemplares: Indivíduos específicos de uma espécie.

Extinção: Desaparecimento completo de uma espécie.

Família: Grupo taxonômico que inclui várias espécies relacionadas.

Fenômeno: Ocorrência ou evento observável e mensurável.

Fígado: Órgão que desempenha funções essenciais no metabolismo e desintoxicação.

Fragmentação: Divisão de habitats contínuos em fragmentos isolados.

Fragmento: Parte isolada de um habitat ou ecossistema maior.

Frequências alélicas: Proporções relativas dos diferentes alelos em uma população.

Frequências gênicas: Proporções relativas dos diferentes genes em uma população.

Gêneros: Categoria taxonômica que inclui espécies relacionadas.

Gônada: Órgão reprodutivo que produz gametas.

Grau de polimorfismo: Extensão da variação genética em uma população.

Habitats: Ambientes específicos onde organismos vivem.

Heterozigosidade: Presença de diferentes alelos em um loci específico de um indivíduo.

Homogeneização: Redução da diversidade genética entre populações.

Homologação: Reconhecimento oficial ou certificação.

Ictiofauna: Conjunto de peixes em uma determinada região ou ambiente.

Identidades gênicas: Similaridade genética entre dois indivíduos ou populações.

Impactos diretos e indiretos: Efeitos imediatos e subsequentes de uma ação ou evento.

Índice de Nei: Medida de distância genética entre populações.

Índices de fixação: Estimativas da consanguinidade em uma população.

Inócua: Inofensivo ou que não causa danos.

Instaurar: Iniciar ou estabelecer.

Junco: Planta aquática comumente encontrada em áreas úmidas.

Loci: Posições específicas em um cromossomo onde um gene está localizado.

Locus: Local específico em um cromossomo onde um gene está localizado.

Manejo: Práticas ou ações direcionadas para o uso sustentável e conservação de recursos naturais.

Manutenção: Ato de preservar, conservar ou assegurar o funcionamento adequado de algo.

Mata de regeneração secundária: Área onde a vegetação se recupera após perturbação, geralmente após desmatamento.

Mecanismo: Processo ou conjunto de processos que causam um efeito específico.

Mitigação: Ações para reduzir ou minimizar os efeitos adversos de uma atividade.

Músculo: Tecido contrátil do corpo responsável pelos movimentos.

Ofícios: Documentos ou correspondências oficiais emitidas por autoridades ou instituições.

Organismos: Seres vivos que têm estrutura celular e realizam processos vitais.

Panmítico: Refere-se a uma população onde os cruzamentos ocorrem aleatoriamente.

Pareceres: Opiniões ou avaliações formais sobre um assunto.

Pasto: Área de terra utilizada para alimentação de animais domésticos.

Peneira: Instrumento utilizado para separar partículas de diferentes tamanhos.

Periódicos: Publicações que aparecem regularmente em intervalos específicos de tempo.

Período: Intervalo de tempo determinado.

Perpetuação: Ato de tornar algo contínuo ou duradouro.

Petrechos: Equipamentos ou dispositivos utilizados em atividades específicas.

Plano de manejo: Documento que estabelece diretrizes para a gestão sustentável de uma área.

Plantéis: Grupo de animais ou plantas criados para reprodução.

Poder Paralelo: Situação em que entidades não oficiais exercem influência significativa nas decisões.

Populações: Grupos de organismos da mesma espécie que coexistem em uma área específica.

Porte: Tamanho ou estatura de um organismo.

Pressão antrópica: Impacto causado pela atividade humana sobre o ambiente.

Puçá: Instrumento usado para capturar peixes em águas rasas.

Ré: Peça utilizada em instrumentos de cordas para produzir som.

Rede de arrasto: Equipamento de pesca composto por uma rede que é arrastada pela água.

Repouso: Estado de inatividade ou descanso.

Rivulídeos: Família de peixes de água doce, frequentemente encontrados em ambientes temporários.

Sacrificados: Indivíduos que foram mortos ou oferecidos em sacrifício.

Sazonalidade: Variações cíclicas que ocorrem em padrões regulares ao longo do ano.

Significância: Importância ou relevância de algo.

Soterradas: Cobertas ou enterradas sob terra ou outro material.

Subpopulações: Grupos distintos dentro de uma população maior.

Susceptível: Propenso ou vulnerável a algo.

Tampão: Substância que minimiza mudanças de pH em soluções aquosas.

Tecido: Conjunto de células com funções especializadas em um organismo.

Temporárias: Que ocorrem por um período limitado de tempo.

Translocamento: Movimento de organismos de uma área para outra.

Trechos: Segmentos ou partes de algo, como trechos de um rio.

Apêndice I - Metodologia para ampliação das áreas de ocorrência de espécies

Metodologia para ampliação das áreas de ocorrência de espécies

A ampliação das áreas de ocorrência da espécie é uma ação que objetiva aumentar as chances de permanência do grupo na região mediante o estabelecimento de populações viáveis em áreas que, no presente, não se encontram povoadas. Esta ação deve ocorrer em paralelo à translocação de espécimes presentes em áreas de alta criticidade para espaços protegidos que já contem com presença das espécies alvo. A Figura ilustra as principais ações que deverão ser consideradas no Plano de Manejo.

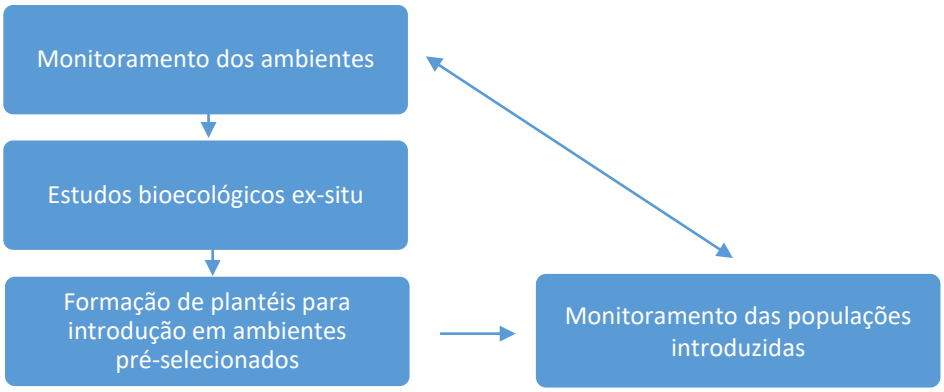


Figura 1. Ampliação das áreas de ocorrência da espécie.

No caso de ações de translocação deverá ser efetuada análise que permita aferir a distância genética entre as populações da área doadora e da área receptora, com o intuito de garantir que os espécimes translocados não venham a comprometer a estrutura genética das populações já estabelecidas.

Deverá ser efetuado teste de qual tecido responde melhor às enzimas testadas, portanto, os animais serão sacrificados e extraídos diferentes tecidos para testes.

Em estudos de genética bioquímica são realizados testes fatoriais nos quais são testados diferentes tecidos em relação a todas as enzimas disponíveis, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Enzimas disponíveis em diferentes tecidos.

Abreviação	Enzima	Nº E.C.	Nº sub.*	Nº loci	Tampão	Tecido
α-Est	Esterase, alfa	3.1.1.1	1	3	TliOH	Fígado
β-Est	Esterase, beta	3.1.1.1	1	3	TliOH	Gônada
G6pd	Desidrogenase da glucose	1.1.1.49	2	1	TliOH	Gônada

Abreviação	Enzima	Nº E.C.	Nº sub.*	Nº loci	Tampão	Tecido
	6 fosfato					
Ldh	Desidrogenase do lactato	1.1.1.27	4	1	TliOH	Músculo
Mdh	Desidrogenase do malato	1.1.1.37	2	1	TliOH	Músculo
Me	Enzima málica	1.1.1.40	4	2	TliOH	Gônada
Odh	Desidrogenase do octanol	1.1.1.1	2	2	TliOH	Gônada
Pgi	Isomerase da glicose-6-fosfato	5.3.1.9	2	1	TliOH	Gônada
Pgm	Fosfoglicomutase	2.7.5.1	1	1	TLiOH	Músculo
Sod	Dismutase de superóxido	1.15.1.1	1	1	TLiOH	Músculo
Sordh	Sorbitol desidrogenase	1.1.1.14	4	1	TliOH	Fígado
Xod	Oxidase da xantina	1.2.3.2	2	1	TliOH	Fígado

* Nº sub.(1 = monomérica; 2 = dimérica; 4 = tetramérica)

As análises genéticas devem seguir as seguintes etapas:

1. Eletroforeses

1.1. Escolha de tecidos, enzimas e tampões

1.2. Homogeneização

1.3. Preparação dos géis

1.4. Corrida eletroforética

1.5. Revelação

1.6. Interpretação dos géis

2. Análise de dados

Todas as análises deverão ser realizadas considerando as frequências gênicas de cada *locus* em cada população, a heterozigosidade e o grau de polimorfismo.

O grau de diferenciação gênica entre as populações, através dos índices de fixação de Weir & Cockerham (1984), F, f e θ. F é o índice de endocruzamento total e inclui tanto a contribuição devido ao cruzamento não panmítico dentro de cada subpopulação (f) como o efeito da subdivisão em subpopulações (θ). O cálculo da significância dos índices de fixação de Weir & Cockerham (1984) deverá ser feito por bootstrap entre os loci com intervalos de confiança de 95% e 99%. A partir dos valores de θ, será possível obter uma estimativa do fluxo gênico entre os grupos, que é o número médio de migrantes (Nem) trocados entre populações a cada geração.

O cálculo das identidades gênicas (I) deverá ser realizado a partir das frequências gênicas, utilizando-se o índice de Nei (1972). Desta forma, estima-se o grau de similaridade genética entre as populações em relação às suas frequências alélicas.

O valor de número efetivo de alelos (Ae) para cada locus deverá ser obtido a partir das frequências dos alelos, utilizando-se a equação sugerida por Kimura e Crow (1964).

Constatando-se que a distância genética entre as populações não levará a impactos nas áreas receptoras deve-se iniciar as atividades de translocação.

Para a ampliação das áreas de ocorrência das espécies deverão ser detalhadas as seguintes ações:

- Coleta de espécimes para formação de plantéis em instituição de pesquisa;
- Dimensionamento da estrutura necessária para a manutenção dos plantéis e do manejo *ex-situ*;
- Identificação de áreas adequadas para o estabelecimento de novas populações;
- Monitoramento das populações manejadas (translocação e povoamento).

Anexo I - Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025668

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

LAS Nº IN025668

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 42.159, de 2 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença Ambiental Simplificada a

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

CNPJ/CPF:33.000.167/0001-01 **Código INEA:** UN034259/33.11.99

Endereço: AVENIDA REPUBLICA DO CHILE, 65 - CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ

aprovando a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã, compreendendo um canteiro com área total de 8.436 m2 e um canteiro com área total de 600 m2 e área auxiliar com 10.000 m2, com supressão de vegetação de 41 indivíduos arbóreos sendo 24 nativos e 17 exóticos situados na área do canteiro do emboque Sul e intervenção sobre-x-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

SERRA DE INOÃ - PILÕES E CASSOROTIBA, município ITABORAÍ E MARICÁ

Condições de Validade Gerais

1- Comprovar a publicação de comunicado de recebimento desta licença no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal diário de grande circulação no Estado antes da sua retirada no INEA, conforme determinado pela Resolução INEA n. 37, de 21.07.11, publicada no D.O.E.R.J. de 25.07.11;
2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

Esta Licença é válida até 19 de Dezembro de 2017, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/002.16808/2013 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2013

ANA CRISTINA RANGEL HENNEY
DIRETOR DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

CÓPIA

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

LAS Nº IN025668

Condições de Validade Específicas

4- Requerer a renovação da Licença Ambiental no mínimo 120 (cento e vinte)dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
5- Atender à DZ-215. R-04 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem não Industrial, aprovada pela Deliberação CECA n. 4.886, de 25.09.07, publicada no D.O.E.R.J de 05.10.07;
6- Atender à DZ-1310. R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA n. 4.497, de 03.09.04, publicada no D.O.E.R.J de 21.09.04;
7- Atender à Resolução n. 307 do CONAMA, de 05.07.02, publicada no DOU de 17.07.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, alterada em parte pela Resolução n. 448 do CONAMA, de 18.01.12, publicada no DOU de 19.01.12;
8- Atender à Resolução n. 358 do CONAMA, de 29.04.05, publicada no DOU de 04.05.05, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;
9- Atender à NBR 7.229 - Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos, da ABNT;
10- Atender à NBR 8.160 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução, da ABNT;
11- Armazenar os resíduos de acordo com as normas NBR-11.174 - Armazenamento de Resíduos Classe II e NBR-12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT, e destiná-los somente a empresas licenciadas;
12- Atender à NBR 12.809:2013 - Manuseio de Resíduos de Serviço de Saúde, da ABNT;
13- Atender à NBR-12.810 - Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde, da ABNT;
14- Instalar no acesso à área do empreendimento, em local visível, placa informativa com as seguintes características:
- confeccionada em folha de flandres e coluna de madeira, medindo 1,20 m de largura x 0,70 m de altura e a 2,0 m de altura do solo;
- indicando a razão social, responsável técnico, números das diversas licenças e/ou autorizações concedidas por órgãos federais, estaduais e municipais;

CÓPIA

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

LAS Nº IN025668

Condições de Validade Específicas

15- Dotar os canteiros de obras de infraestrutura de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo;
16- Dispor o material de bota-fora proveniente das obras em local licenciado ou previamente autorizado pelo INEA;
17- Utilizar material de empréstimo somente de jazidas licenciadas pelo órgão ambiental estadual;
18- Umidificar as vias internas e de acesso à área, de forma a minimizar a emanação de material particulado proveniente do fluxo de veículos durante as obras;
19- Atender às normas municipais quanto ao tráfego de veículos pesados durante as obras;
20- Adotar medidas de controle como cobertura da carga com lona, de forma a evitar o carreamento e o transbordamento de material sólido para as vias públicas;
21- Implantar dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras;
22- Atender à Lei n. 2.049, de 22.12.92, que dispõe sobre a proibição de queimadas da vegetação no Estado do Rio de Janeiro em áreas e locais que especifica e dá outras providências;
23- Informar, no prazo de 30 (trinta) dias, o destino final do material lenhoso a ser removido da área;
24- Solicitar emissão do Documento de Origem Florestal - DOF necessário ao transporte e o armazenamento do material lenhoso nativo oriundo da supressão;
25- Recuperar área de um (1,0) hectare como medida compensatória pela supressão de vegetação autorizada e pela intervenção em área de preservação permanente, utilizando espécies nativas, situada na mesma bacia hidrográfica e, se possível, na mesma microbacia hidrográfica;
26- Incluir na lista das espécies nativas que serão utilizadas no reflorestamento, espécies ameaçadas de extinção pertencentes ao Bioma Mata Atlântica e listadas na Instrução Normativa n. 06 do MMA de 23.09.08;

CÓPIA

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

LAS Nº IN025668

Condições de Validade Específicas

27- Apresentar, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a área escolhida para receber o projeto de reflorestamento referente à medida compensatória pela supressão realizada, para analise e aprovação do INEA;
28- Apresentar, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a aprovação da área, um programa de implantação e manutenção do plantio da área que será recuperada, por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses a partir da sua implantação;
29- Apresentar, semestralmente, relatórios das atividades referentes à supressão de vegetação, bem como, do plantio que será realizado através da pertinente compensação ambiental e de sua manutenção;
30- Contratar profissional habilitado para supervisão dos trabalhos de supressão de vegetação e equipar os trabalhadores envolvidos na tarefa com os necessários Equipamentos de Proteção Individual;
31- Não lançar qualquer tipo de resíduo ou efluente na rede de drenagem ou corpos d'água;
32- Destinar os efluentes dos banheiros químicos para local autorizado por meio de empresas devidamente licenciadas pelo órgão ambiental;
33- Informar ao INEA, caso ocorra a desmobilização, paralisação ou encerramento da atividade de implantação dos canteiros de obras;
34- A Petrobras será responsabilizada por qualquer dano ambiental que porventura venha a ocorrer nas áreas ocupadas pelos canteiros de obras, juntamente com a (s) empresa (s) contratada (s) para instalar e operar os mesmos que atenderão ao COMPERJ ou outro empreendimento sob sua responsabilidade;
35- Desmobilizar as estruturas físicas dos canteiros de obras e áreas de apoio, por ocasião do encerramento das atividades e recuperar, caso necessário, todos os logradouros públicos afetados pela movimentação de máquinas, colaboradores, equipamentos e veículos de carga, bem como as redes de serviços públicos ou demais estruturas urbanas eventualmente danificadas;
36- Observar as compensações socioambientais e estruturais determinadas pelo OFÍCIO PMM/GP n. 0158/2012, emitido pela Prefeitura Municipal de Maricá;

CÓPIA

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

Condições de Validade Específicas

37- Apresentar ao INEA cópia do requerimento junto à concessionária de energia local (AMPLA) autorizando, sempre que necessário, a intervenção em qualquer trecho da rede de distribuição de energia a ser afetado pela execução do furo direcional para transposição do trecho terrestre do Emissário de Efluentes Industriais do COMPERJ;
38- Comunicar imediatamente ao SOPEA - Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão 24 horas, pelos telefones: (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
39- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
40- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possa propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue;
41- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
42- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais da empresa, submetendo, para análise e parecer, qualquer alteração nas instalações;
43- O INEA exigirá novas medidas de controle, sempre que julgar necessário. -x-x-x-

CÓPIA

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

Anexo II - Autorização Ambiental – AA Nº IN008429

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.15

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

AA Nº IN008429

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 46.619, de 2 de abril de 2019, e suas modificações posteriores e, em especial, do Decreto nº 44.820, de 02 de junho de 2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04 de dezembro de 2015 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Autorização Ambiental a
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS

CNPJ/CPF: 33.000.167/0001-01
Endereço: AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE, 65 - CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ

Objeto: Para o manejo e transporte de fauna silvestre, com ênfase em peixes da família Rivulidae, na Área de Influência Direta do trecho terrestre do Emissário do Comperj, entre Itaboraí e Maricá.

No seguinte local:
RODOVIA ESTADUAL RJ-116, KM 5,2, S/N, ACESSO A1 - ALTO DO JACÚ (SAMBAETIBA) - ITABORAÍ - RJ

Prazo de validade:
Esta Autorização é válida até 01 de março de 2023, respeitadas as condições nela estabelecidas e é concedida com base nos documentos e informações constantes do processo nº EXT-PD/014.6305/2020 e seus anexos.

Signatário: OYAMA BASTOS FREITAS:40972100768, Certificado: AC Imprensa Oficial SP RFB G5
Hash Doc: ccae2a0fec43107441f33d8e4fe5c4474e786272, Data Assinatura: 01/03/2021 17:47:30

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas em meio eletrônico.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

AA Nº IN008429

Condições de validade:

1 - Esta Autorização Ambiental diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis.

2 - Realizar soltura de todos os animais capturados, imediatamente após a coleta de dados, no mesmo local de captura

3 - Não será permitida a coleta de espécimes que constem na lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, os exemplares capturados deverão ser devolvidos ao ambiente;

4 - Aproveitar cientificamente todos os animais encontrados mortos ou que vierem ao óbito durante as atividades de levantamento de fauna, devendo estes ser encaminhados para a instituição de pesquisa depositária

5 - Nos casos em que for necessária a eutanásia de animais, o óbito deverá ocorrer sem que haja sofrimento e sem a procedência de estresse adicional, adotando o método de eutanásia adequado para a espécie, conforme Resolução CFMV n°1000, de 11 de maio de 2012

Signatário: OYAMA BASTOS FREITAS:40972100768, Certificado: AC Imprensa Oficial SP RFB G5
Hash Doc: ccae2a0fec43107441f33d8e4fe5c4474e786272, Data Assinatura: 01/03/2021 17:47:30

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas em meio eletrônico.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

AA Nº IN008429

6 - Encaminhar ao INEA relatório final consolidado em meio digital, assinado pelo representante legal, descrevendo as atividades desenvolvidas e resultados obtidos, incluindo:
- Lista de espécies encontradas, destacando as espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, e as migratórias, bem como a lista dos animais encontrados mortos;
- Cálculo da riqueza das comunidades, estimativa de abundância e frequência das espécies, índice de diversidade e demais análises estatísticas que forem pertinentes ao acompanhamento da comunidade e população da fauna local;
- Lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes capturados, constando: local e data de captura, habitat, triagem, marcação, tipo de identificação individual, registro e biometria de cada animal;
- Registros dos acidentes com animais ocorridos, com informações como data, local e causa do acidente, estado do animal, e outras que forem pertinentes;
- Encaminhar declaração de recebimento, emitida pela Instituição de depósito, com número de tombamento dos animais recebidos.

7 - Será de responsabilidade do empreendedor qualquer dano ambiental não previsto que ocorra em razão das ações para o Plano de Levantamento de Fauna

8 - Encaminhar cópia das publicações resultantes dos trabalhos decorrentes do uso de espécimes objeto desta licença, em prazo não superior a 15 (quinze) dias da data de qualquer publicação;

9 - Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais do empreendedor

10 - Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto;

11 - O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

Signatário: OYAMA BASTOS FREITAS:40972100768, Certificado: AC Imprensa Oficial SP RFB G5
Hash Doc: ccae2a0fec43107441f33d8e4fe5c4474e786272, Data Assinatura: 01/03/2021 17:47:30

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas em meio eletrônico.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

AA Nº IN008429

Rio de Janeiro, 01 de Março de 2021.

Oyama Bastos Freitas
Diretor de Licenciamento Ambiental
ID 51142481

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Autorização Ambiental (AA).

Signatário: OYAMA BASTOS FREITAS:40972100768, Certificado: AC Imprensa Oficial SP RFB G5
Hash Doc: ccae2a0fec43107441f33d8e4fe5c4474e786272, Data Assinatura: 01/03/2021 17:47:30

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas em meio eletrônico.

Anexo III - Notificação INEA Nº 2648/2023

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.58

NOTIFICAÇÃO

Processo nº: EXT-PD/014.6305/2020 **Notificação:** 2648/2023

Finalidade
A presente notificação tem por objetivo dar ciência ao notificado PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS acerca de decisão tomada pelo INEA ou intimar sobre providências a serem adotadas.

Dados do Interessado
Nome: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS
CNPJ/CPF: 33.000.167/0001-01

Dados da Atividade	
Coordenadas geográficas: 22º 40' 0" - 42 º 50' 0"	Inscrição Estadual: 80170270
Endereço: Rodovia Estadual RJ-116, Km 5,2, S/N	
Bairro/Localidade: Alto do Jacú (Sambaetiba)	
Município: Itaboraí	CEP: 24841-203
Código da Atividade:	
Atividade principal:	

Dados do Representante
Nome: Gustavo Cassiolato da Silva
E-mail: hashimoto@petrobras.com.br
Telefone: (21) 971514687

Itens com controle de prazo	
Nº do Item: 11	Tipo de ação: Solicitar documento
Setor emissor do item: SEFAU - Serviço de Análise de Fauna	
Prazo para atendimento	

Prazo original:	Prorrogação automática:	Prorrogação adicional:	Prazo total:
60 Dia(s)	30 Dia(s)	0 Dia(s)	90 Dia(s)

Motivo: Apresentação de documento(s)

Descrição: Apresentar Requerimento de abertura de processo para solicitação de Autorização Ambiental para Manejo de fauna para o Monitoramento das espécies da família Rivulidae na Área de Influência Direta do empreendimento, apresentando: o Plano de Monitoramento, conforme a Resolução INEA 72/2013, das espécies da família Rivulidae, registradas na Área de Influência do Emissário do Comperj, contemplando ações de de proteção e conservação dos ambientes de áreas alagadas na AID do empreendimento.

Dados dos solicitantes

Setor: SEFAU

Nome: Henrique Egues Lopes

Cargo: Analista Ambiental

Id funcional: 51275880

Observação:

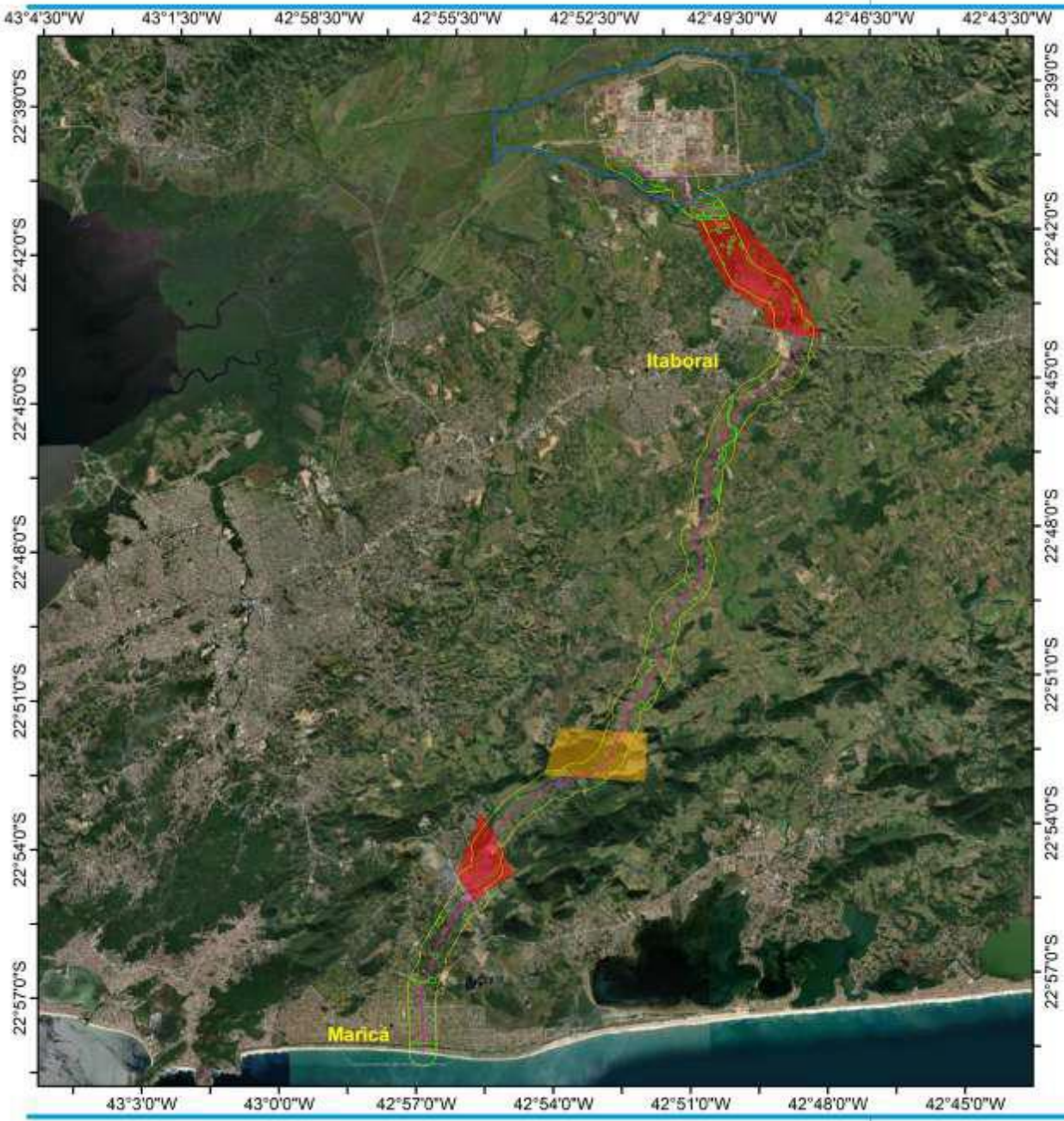
O prazo para atendimento de cada item desta notificação foi automaticamente prorrogado pela metade do prazo original, cabendo ao requerente o atendimento integral dos itens nos prazos totais estabelecidos.

Em caso de não atendimento ou de apresentação de justificativa técnica não aceita pelo INEA, para qualquer item da notificação, no prazo total estabelecido, informamos que o documento de licenciamento vigente poderá ser suspenso, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2023.

Henrique Egues Lopes
Analista Ambiental
ID 51275880

Anexo IV - Figura 1 (ampliada)



Legenda:

- Maricá/RJ
- Itaboraí/RJ
- Áreas Potenciais
- Área de Influência Direta - AID
- Trajeto Emissário Terrestre
- Área do COMPERJ
- Área do Poder Paralelo
- APA Serra de Maricá

N

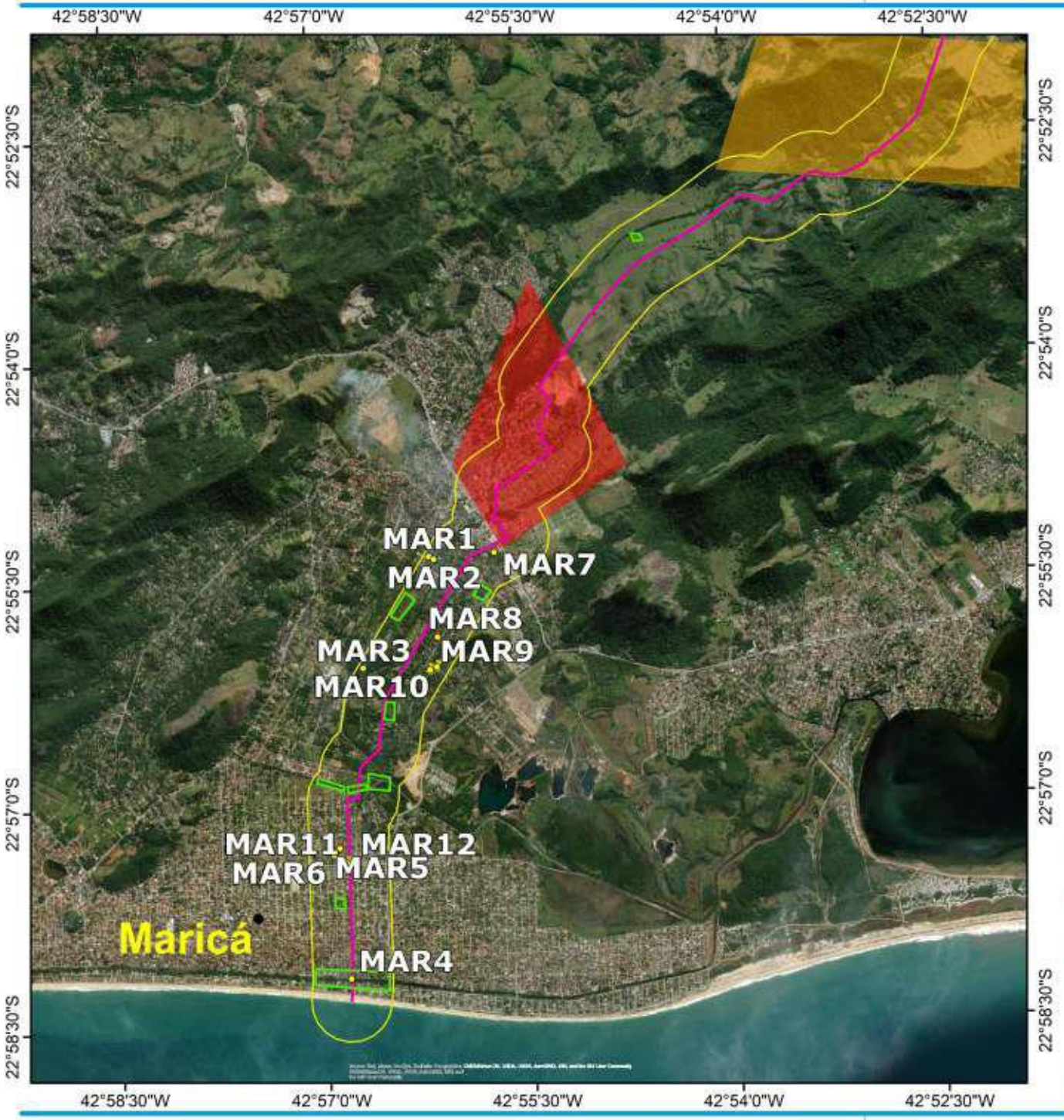
0 1,5 3 6 9 12 Km

Escala gráfica
Escala numérica: 1:21.000
Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
Datum horizontal: SIRGAS-2000
* Hidrografia desenvolvida a partir de fotointerpretação de imagens de satelite, sem aferição de Campo

RAMBOLL

Estudo / Tipo de Licença / Processo:
Petrobrás/RJ
Projeto:
Monitoramento Ambiental
Cliente / Empreendedor:
Petrobrás
Localidade (município / Estado):
Itaboraí/RJ e Maricá/RJ
Título:
Mapa Total - Pontos de Coleta
Nº Desenho:
01
Escala: 1:150.000 | Tamanho: A3 | Data: 23/06/2021 | Versão: R00
Elaboração: Erika Scandian | Aprovação: Thiago Shoegima
Contato RAMBOLL: tshoegima@ramboll.com
Cód.

Anexo V - Figura 2 (ampliada)



Legenda:

- Maricá/RJ
- Pontos de Coleta
- Áreas Potenciais
- Área de Influência Direta - AID
- Trajeto Emissário Terrestre
- Área do Poder Paralelo
- APA Serra de Maricá

N

0 0,5 1 2 3 4 Km

Escala gráfica
Escala numérica: 1:21.000
Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
Datum horizontal: SIRGAS-2000
* Hidrografia desenvolvida a partir de fotointerpretação de imagens de satelite, sem aferição de Campo

RAMBOLL

Estudo / Tipo de Licença / Processo:
Petrobrás/RJ

Projeto:
Monitoramento Ambiental

Cliente / Empreendedor:
Petrobrás

Localidade (município / Estado):
Itaboraí/RJ e Maricá/RJ

Título:
Mapa 3 - Pontos de Coleta

Nº Desenho:
01

Escala: 1:50.000 | Tamanho: A3 | Data: 23/06/2021 | Versão: R00

Elaboração: Erika Scandian | Aprovação: Thiago Shoegima

Contato RAMBOLL: tshoegima@ramboll.com

Cód.

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 01865668

DESPACHO DE PRORROGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/30-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 32/33.

Ofício da Petrobras à fl. 34, instruído de fls. 35/69, remetendo mídia digital (fl. 35), contendo informações sobre o cumprimento da obrigação supracitada.

Ofício da SEAS à fl. 76, solicitando dilação de prazo.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 04-04-2024 08:47

Despacho do GATE à fl. 80, informando que a análise solicitada ao GATE deverá ser realizada após a elaboração e apresentação do relatório de auditoria externo contratada pelo ERJ e do parecer técnico do INEA, cumprindo assim seu caráter complementar da atuação de apoio técnico especializado.

Ofício da SEAS à fl. 84, informando que o INEA após avaliação dos documentos apresentados pela Petrobras emitiu a Notificação n. 8188/2021, solicitando revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo.

Ofício da SEAS à fl. 98, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS às fls. 99/100, informando que em manifestação realizada pelo setor técnico do Instituto Estadual do Ambiente- INEA, foi informado que a PETROBRAS apresentou no âmbito do processo de requerimento de Licença de Operação nº EXTPD/007.10488/2021, o Plano de Resposta a Emergência (PRE), o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) e o relatório de atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº IN024202, dentre as quais consta a condicionante (nº 21) referente a adoção das medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Riscos.

O INEA informou também que após avaliação destes documentos, foi emitida em 30/06/2021, a notificação nº 8188/2021, solicitando a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminação das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo

Ofício da Petrobras às fls. 101/102, instruído de fls. 103/199, informando efetuou a revisão/complementação do Plano de Atendimento à Emergência - PAE e do Plano de Gerenciamento de Risco - PGR relativos ao Gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, solicitada na Notificação INEA nº 8188/2021. Tais Planos foram elaborados seguindo as diretrizes dos respectivos Termos de Referência - TRs, emitidos pelo INEA, e consideraram os cenários de emergência identificados no Estudo de Análise de Riscos - EAR elaborado para o Gasoduto, estabelecendo ações, estratégias e procedimentos para prevenir acidentes e controlar e extinguir situações de emergência, com vistas à proteção das pessoas e à redução de danos ao meio ambiente e a terceiros, atendendo,

portanto, ao demandado na supracitada Notificação, expedida pelo órgão ambiental estadual.

Ofício da SEAS à fl. 206, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS às fls. 207/211, informando que o Plano de Resposta a Emergência (PRE) e o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) foram aprovados, conforme Pareceres Técnicos nº GELRAC-PTC-065/2022 e GELRACPTC-064/2022, instruídos no processo nº EXT-PD/007.10488/2021.

Ofício da SEAS de index 00521578, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS de index 00665952, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS de index 00738066, informando que a PETROBRAS apresentou Relatório, instruído no processo nº EXT-PD/007.10488/2021, comprovando o atendimento às medidas preventivas e mitigadoras.

E-mail da empresa Águas do Rio de index 00990142, solicitando cópia.

Ofício da SEAS de index 01210330, encaminhando o parecer técnico referente à 5ª medição mensal que aprovou o Plano de Trabalho, o Protocolo de Auditoria e o Acordo do Nível de Serviço. A próxima etapa de medição, em conformidade com o cronograma de trabalho aprovado contemplará a realização da Auditoria Piloto e avaliação do seu respectivo relatório, com previsão de execução no mês de Novembro de 2023. O objeto da Auditoria Piloto será a obrigação definida no item 4.5 do TAC II, a saber: realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento.

Nos index 01698339 e 01698338, constam cópias da recomendações expedidas ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA, a fim de que: em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio

para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC.

Ofício da SEAS de index 01837610, encaminhando Relatório da Auditoria Piloto e o Relatório de Avaliação da Auditoria Piloto, apresentados pela equipe de fiscalização e gestão do contrato n° 001/2023.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes

diligências:

1. Acusando o recebimento do ofício de fls. 99/100, **oficie-se à SEAS**, após 30 dias, solicitando informar e comprovar o andamento do Auditoria Piloto;

2. Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Prazo de prorrogação: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s).

Itaboraí, 04 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 01874278

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 - MPRJ n° 2020.00174193

Trata-se de reportagem do G1[1], noticiando que representantes da Secretaria de Estado de Ambiente do RJ e da Cedae afirmaram nesta quinta-feira (4) que há indícios de que o vazamento químico que levou à suspensão da captação de água em cinco cidades do RJ saia de um oleoduto da Petrobras.

Segundo a reportagem, imagens aéreas mostram uma mancha escura se deslocando para o Rio Guapiaçu, afluente do Rio Macacu, em Magé, na Baixada Fluminense. O rio abastece o sistema Imunana-Laranjal, que abastece cerca de 2 milhões de pessoas na Região Metropolitana.

É o relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Junte-se** cópia da reportagem em anexo, veiculado pelo G1, revelando que investigação apontou que mancha é do produto tolueno, que foi achado em manancial e levou à interrupção da operação em sistema que abastece 2 milhões de pessoas;

2. **Oficie-se à Petrobras** solicitando, **que no prazo de 24 horas**, informe a esta Promotoria de Justiça se tem conhecimento de algum vazamento do produto químico tolueno em alguma região que contribui para o sistema Imunana-Laranjal,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 04-04-2024 20:52

dentro do empreendimento intramuros ou extramuros de responsabilidade da Petrobras ou de alguma empresa contratada pela Petrobras indiretamente relacionada ao GasLub;

3. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

[1] Disponível no endereço eletrônico:<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/04/imagem-aerea-mostra-mancha-em-rio-que-desagua-no-manancial-de-captacao-da-cedae-no-sistema-imunana laranjal.ghtml?UTM_SOURCE=whatsapp&UTM_MEDIUM=share-bar-app&UTM_CAMPAIGN=materias>, acessado em 04/04/2023.

Itaboraí, 04 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 488/2023 *Itaboraí*, 27 de abril de 2023.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os inquéritos civis que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, no total, 299 (duzentos e noventa e nove), conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/04/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2337100** e o código CRC **2281C744**.

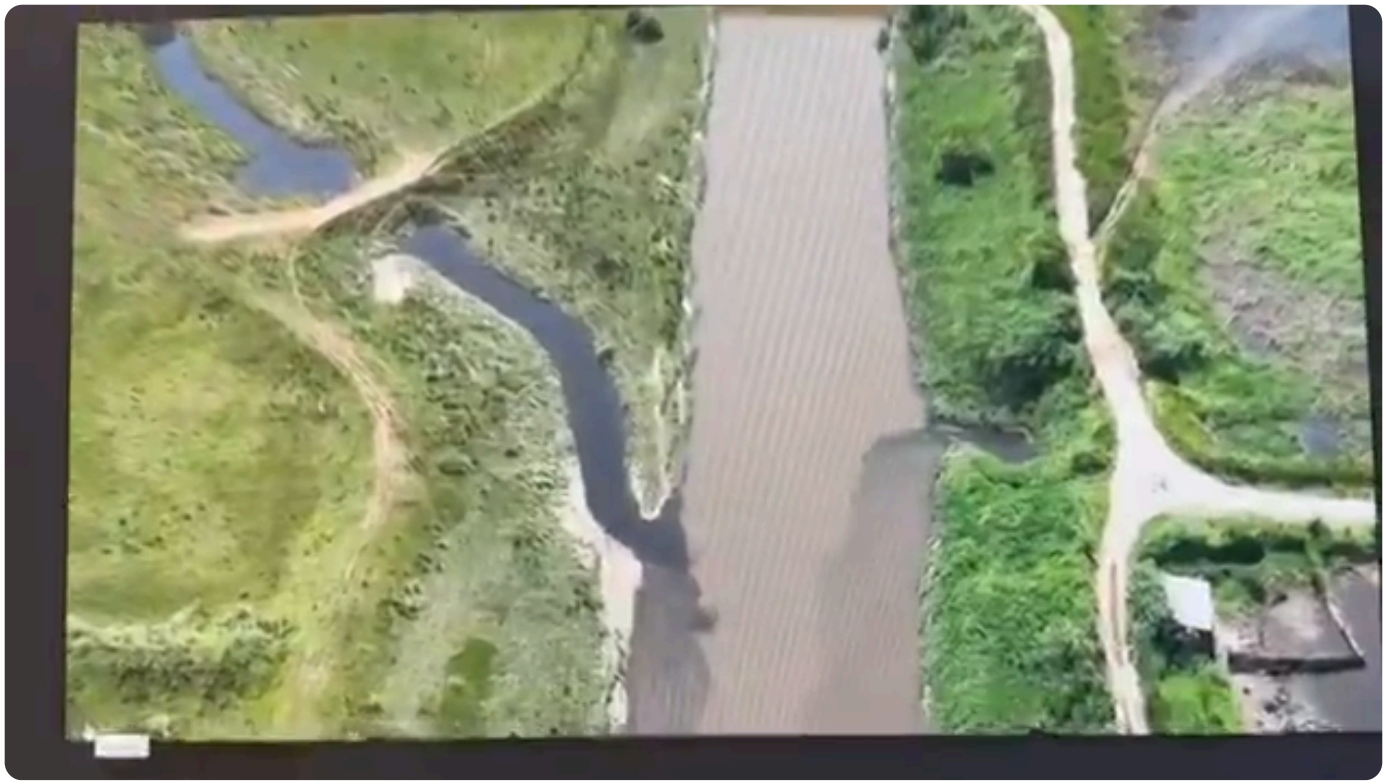
globo.com g1 ge gshow globoplay o globo guia de compras

RIO DE JANEIRO

Vazamento que contaminou água da Cedae é achado próximo a oleoduto; imagem aérea mostra mancha em rio

Investigação apontou que mancha é do produto tolueno, que foi achado em manancial e levou à interrupção da operação em sistema que abastece 2 milhões de pessoas; polícia apura. Moradores já relatam falta d'água, e captação pode ser retomada ainda nesta quinta.

Por José Raphael Berrêdo, Thaís Espírito Santo, Raoni Alves, g1 Rio
04/04/2024 16h01 · Atualizado há 2 horas



Vídeo mostra mancha escura em rio onde Cedae viu contaminação de água

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Representantes da Secretaria de Estado de Ambiente do RJ e da Cedae afirmam nesta quinta-feira (4) que há **indícios** de que o **vazamento químico que levou à suspensão da captação de água** em **cinco cidades** do RJ saia de um **oleoduto da Petrobras**.

Segundo a Cedae, uma investigação vai identificar se essa contaminação saiu ou não do oleoduto, uma vez que a Petrobras afirma que **não tem usado o duto** para transporte de substâncias.

Em nota, a Transpetro – subsidiária responsável pelos dutos da Petrobras – informou que "**não identificou qualquer despressurização nos dutos** que passam pelo município de Magé" e "mobilizou imediatamente suas equipes para a região com o objetivo de realizar inspeção visual na faixa de dutos". **"Até o momento não foi localizada nenhuma anormalidade"**, informou a nota, enviada às 17h50.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Mais tarde, a Petrobras informou que "acionou sua estrutura organizacional de resposta e não identificou qualquer anormalidade na operação dos seus ativos". A empresa disse também que "segue mobilizada e prestará todo apoio até que a crise de abastecimento de água seja superada".

> **"Vamos ver se essa contaminação não vem do solo ou se é anterior a este processo ou não. Vamos checar se em razão das cheias por causa das chuvas, se tinha substância no solo e emergiu contaminando os rios. Nosso trabalho agora é restabelecer a produção e abastecimento de água", afirmou o presidente da Cedae, Aguinaldo Ballon.**

Imagens aéreas obtidas pelo **g1** mostram uma **mancha escura** se deslocando para o Rio Guapiaçu, afluente do Rio Macacu, em Magé, na Baixada Fluminense. O rio abastece o sistema Imunana-Laranjal, que **abastece cerca de 2 milhões de pessoas** na Região Metropolitana (*veja no vídeo acima*).

O sistema teve **operação suspensa** na quarta-feira, após o produto químico **tolueno** ser encontrado na água e pode causar problemas de saúde caso seja ingerido (**saiba o que é o tolueno**).

A concentração máxima permitida por lei é de 30 microgramas por litro de água. Na manhã de quarta, a concentração observada nas amostras chegou a 59 microgramas por litro no ponto do Rio Guapiaçu onde aparece o vazamento, entre Cachoeiras de Macacu e Guapimirim.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Secretário mostra as manchas no rio — Foto: Reprodução

"Aqui [veja na imagem acima] é uma mancha mais escura que vem dessa margem do rio até a outra margem do rio. Aqui a mostra deu positiva [para tolueno], com alto grau. Aqui também [apontando para regiões a frente do duto]. Atrás do duto, zero, negativo para o produto químico", disse o secretário de Ambiente, Bernardo Rossi.

As imagens foram feitas por drones em uma vistoria da Cedae. Segundo as autoridades, foram instaladas **barreiras de contenção** nesta quinta para barrar a passagem do tolueno.

A expectativa é que, até o fim desta quinta, a captação de água no manancial possa ser retomada.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A Polícia Civil abriu um inquérito para apurar as responsabilidades sobre o vazamento.



Local do vazamento — Foto: Arte/g1

Moradores já estão sem água

O sistema, interrompido na quarta-feira, abastece **Niterói**, **São Gonçalo**, **Itaboraí**, parte de **Maricá** e a Ilha de Paquetá, na capital. No total, cerca de 2 milhões de pessoas são abastecidas e podem ser afetadas. Moradores de diversos bairros de São Gonçalo e Niterói já relatavam torneiras secas nesta quinta.

A Concessionária Àguas do Rio está usando duas balsas para o abastecimento emergencial de água a partir do Rio. A maior, de 450 mil litros, leva água para hospitais e escolas de São Gonçalo e demais municípios. A menor, de 330 mil litros, faz o transporte de água para a Ilha de Paquetá.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Segundo a concessionária, a Polícia Rodoviária Federal autorizou a passagem de caminhões pipa pela Ponte Rio-Niterói em direção aos municípios atingidos. Esse esquema, no entanto, só garante o atendimento emergencial até sexta-feira.

A prioridade é o abastecimento de unidades de saúde. Se o abastecimento não for normalizado até sexta, já poderá faltar água em algumas escolas.

'Sem uma gota', diz morador

Vagner Ferreira Leite, morador de Tribobó, São Gonçalo, diz que a população está sofrendo muito.

> **"Com esse calor está difícil. Crianças e idosos sofrendo muito, sem contar a sujeira que fica em casa. Espero que normalize o mais rápido possível," comentou.**

"Aqui em Niterói estamos **sem uma gota de água**. Estamos tendo que carregar baldes e precisamos urgentemente de um caminhão pipa," denuncia Nelcimar Brandão Cavalcante, morador do bairro do Caramujo.

Philip Fiau, morador de São Gonçalo, fala sobre como a falta d'água está afetando o funcionamento escolar na região. "A Escola Municipal Alberto Torres, Colubandê, está sem aula por causa da água", diz.

A Cedae e o Inea afirmaram que não há risco de a substância chegar às residências, "porque a captação só será retomada quando a água estiver totalmente adequada para consumo humano".

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

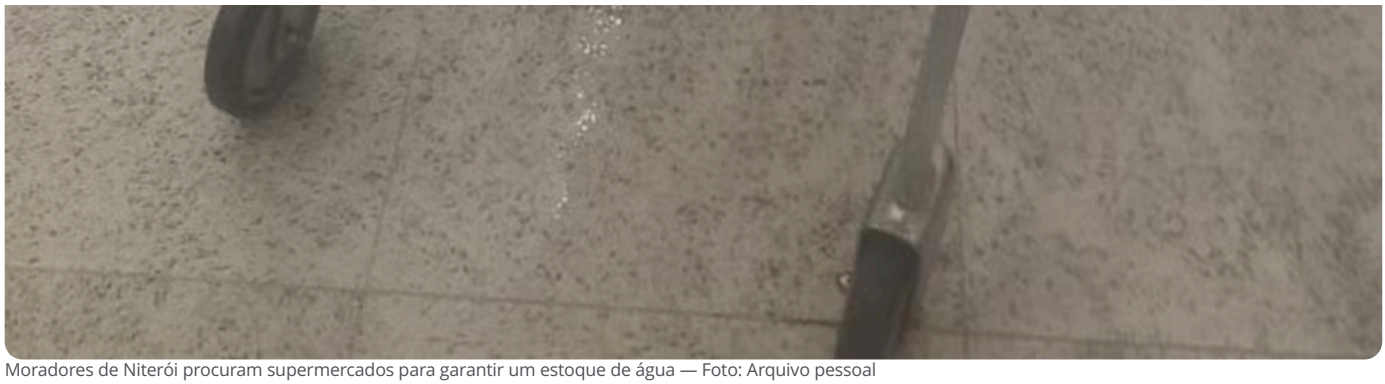
Corrida por água em Niterói

Em Niterói, muitos moradores começaram a procurar os supermercados para garantir um estoque de água suficiente para enfrentar o **desabastecimento** provocado pela paralisação do Sistema Imunana-Laranjal.

Diante do problema, a Prefeitura de Niterói divulgou um comunicado pedindo que os moradores do município economizem água até que o abastecimento seja normalizado.

> **"O abastecimento de água da cidade continua suspenso, devido à paralisação do Sistema Imunana-Laranjal, operado pela Cedae, e não tem previsão de retorno. Por isso, pedimos à população que economize água até que o abastecimento seja normalizado", dizia o comunicado da prefeitura.**


Crystal
Crystal
MUNDIAL
MUNDIAL
MUNDIAL
MUNDIAL



Moradores de Niterói procuram supermercados para garantir um estoque de água — Foto: Arquivo pessoal

Muitos condomínios, empresas e prédios públicos também já estão **alertando seus frequentadores para que tenham cuidado no uso da água**. Alguns locais já estão prevendo um período de racionamento.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O que diz a Águas de Niterói

Em nota, a concessionária Águas de Niterói, responsável pela distribuição da água em Niterói, informou que o abastecimento em toda a cidade continua suspenso e sem previsão de retorno.

A empresa reforçou que os clientes devem economizar água até que o abastecimento seja normalizado.

"A concessionária esclarece que não há nenhum risco de a população da cidade ter recebido água imprópria para consumo. A Cedae interrompeu o sistema antes da captação da água ser contaminada e garante que a operação só será retomada quando a água estiver totalmente adequada para o consumo humano. Antes de chegar às residências, a água distribuída pela concessionária passa por rigorosos testes, que comprovam o atendimento a todos os parâmetros de potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde"

"Águas de Niterói segue acompanhando o processo de restabelecimento do sistema, incluindo as análises da água, controlando os reservatórios da cidade, e enviando comunicações aos clientes. Águas de Niterói está com 30 caminhões-pipa abastecendo os locais que prestam serviços essenciais".

O caso Enel e o futuro das concessões

O Assunto

00:00

31:54

O caso Enel e o futuro das concessões

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Ofício nº 857/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01874289
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Assunto: PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193
Destinatário: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
E-mail: contenciosopetrobras@petrobras.com.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Gerente-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informe se tem**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 04-04-2024 21:14

conhecimento de algum vazamento do produto químico tolueno em alguma região que contribui para o sistema Imunana-Laranjal, dentro do empreendimento intramuros ou extramuros de responsabilidade da Petrobras ou de alguma empresa contratada pela Petrobras indiretamente relacionada ao GasLub.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e da reportagem jornalística (id. 01874287) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 04 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

[URGENTE - PRAZO 24H] Ofício nº 857/2024-2PJTCOITB - PA 25/2020 - MPRJ 202000174193

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Qui, 04/04/2024 21:19

Para:Contencioso Petrobras <contenciosopetrobras@petrobras.com.br>;Margareth Bilhalva <bilhalva@petrobras.com.br>

3 anexos (10 MB)

01874289 - Ofício 857_2024-2PJTCOITB - PETROBRAS.pdf; PA 25-2020 portaria e relatório.pdf; REPORTAGEM G1 - Vazamento que contaminou água da Cedae é achado próximo a oleoduto; imagem aérea mostra mancha em rio _ Rio de Janeiro.pdf;

Ao Senhor Gerente-Geral de Petróleo Brasileiro S/A No Rio De Janeiro,

(aos cuidados da Dra. Margareth Bilhalva)

Cumprimentando-os, sirvo-me do presente para encaminhar em anexo o Ofício nº 857/2024-2PJTCOITB, expedido pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, no bojo do PA 25/2020 - MPRJ 202000174193.

Peço a gentileza de que confirmem o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

RES: [URGENTE - PRAZO 24H] Ofício nº 857/2024-2PJTCOITB - PA 25/2020 - MPRJ 202000174193

Margareth Michels Bilhalva <bilhalva@petrobras.com.br>

Sex, 05/04/2024 16:30

Para:2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>;Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Cc:Camila Tolledo Santos <camilats@petrobras.com.br>;Joelma Goncalves Damasceno Mota <jodamasceno@petrobras.com.br>;Fabio Ribeiro da Silva <fabio.ribeiro@petrobras.com.br>;Daniele Lomba Zaneti Puelker <danielelomba@petrobras.com.br>;Candido Luis Queiroz da Silva <candidolqs@petrobras.com.br>

11 anexos (9 MB)

2024-4-5-Resposta ao Ministério Público do Estado do RJ.pdf; Anexo A-peticao 18-1-2021.pdf; Anexo B - Resposta Ofício 2ª PJTC nº 914-2022 - PA 25-2020.pdf; Anexo C - Comprovante de Protocolo.pdf; Anexo 1 – Carta SMSLCA-LIRGNLOG 00772021.pdf; Anexo 2 – Carta SMSLCA-LIRGNLOG 00022022.pdf; Anexo 3 – Carta SMSLCA-LIRGNLOG 00202022.pdf; Anexo 4 – TC do PGR.pdf; Anexo 5 – Plano de Atendimento à Emergência.pdf; Anexo 6 – Plano de Gerenciamento de Risco.pdf; Cartas.zip;

Prezado Dr. Tiago e demais:

Boa tarde! Tudo bem?

Em cumprimento ao pedido de informações por meio do Ofício 857/2024-2PJTCOITB, emitido no âmbito do PA 25/2020, segue a resposta **por petição** da Petrobras acompanhada de documentos.

Adiantamos já no corpo do correio eletrônico que não identificamos nenhuma anomalia operacional no Polo Gaslub, nem nos dutos operados pela Transpetro ou junto as empresas que prestam serviços para a Petrobras nenhum vazamento de tolueno ou produto químico que o contenha.

Estamos disponíveis para quaisquer esclarecimentos os quais se façam necessários e informamos que mantemos, em razão de solicitação, o apoio aos órgãos públicos nas ações para viabilizar o retorno do abastecimento de água no âmbito do sistema Imunana-Laranjal.

Por favor, solicitamos acusar recebimento.

Atenciosamente,

MARGARETH MICHELS BILHALVA
Consultora no Jurídico Ambiental
JURIDICO/GG-CI/JAMB

Petrobras
JURIDICO
tel: + 55 21 976154521
bilhalva@petrobras.com.br
Rua General Canabarro, 500 - EDIHB - 11° andar
20271-900 Maracanã Rio de Janeiro RJ

PÚBLICA

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviada em: quinta-feira, 4 de abril de 2024 21:19
Para: Contencioso Petrobras <contenciosopetrobras@petrobras.com.br>; Margareth Michels Bilhalva <bilhalva@petrobras.com.br>
Assunto: [URGENTE - PRAZO 24H] Ofício nº 857/2024-2PJTCOITB - PA 25/2020 - MPRJ 202000174193

Ao Senhor Gerente-Geral de Petróleo Brasileiro S/A No Rio De Janeiro,

(aos cuidados da Dra. Margareth Bilhalva)

Cumprimentando-os, sirvo-me do presente para encaminhar em anexo o Ofício nº 857/2024-2PJTCOITB, expedido pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, no bojo do PA 25/2020 - MPRJ 202000174193.

Peço a gentileza de que confirmem o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos

Técnico Administrativo
Matr. 7787

O emitente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento e deve observar as normas internas da Petrobras. Cabe ao destinatário assegurar que as informações e dados pessoais contidos neste correio eletrônico somente sejam utilizados com o grau de sigilo adequado e em conformidade com a legislação de proteção de dados e privacidade aplicável. A utilização das informações e dados pessoais contidos neste correio eletrônico em desconformidade com as normas aplicáveis acarretará a aplicação das sanções cabíveis.

The sender of this message is responsible for its content and address and must comply with Petrobras' internal rules. It is up to the recipient to ensure that the information and personal data contained in this email are only used with the appropriate degree of confidentiality and in compliance with applicable data protection and privacy legislation. The use of the information and personal data contained in this e-mail in violation of the applicable rules will result in the application of the applicable sanctions.

El remitente de este mensaje es responsable por su contenido y dirección y debe cumplir con las normas internas de Petrobras. Corresponde al destinatario asegurarse de que la información y los datos personales contenidos en este correo electrónico solo se utilicen con el grado adecuado de confidencialidad y de conformidad con la legislación aplicable en materia de privacidad y protección de datos. El uso de la información y datos personales contenidos en este correo electrónico en contravención de las normas aplicables dará lugar a la aplicación de las sanciones correspondientes.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

TAC II do COMPERJ –cláusula terceira - itens C e C.2/C.4
Procedimento Administrativo – PA 25/2020
Resposta ao Ofício 857/2023-2PJTCOITB

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada no procedimento administrativo acima indicado, **respeitosamente,** vem por meio da presente responder ao Ofício 857/2023-2PJTCOITB, dentro do prazo solicitado de 24h, nos termos que segue:

I – DA OBRIGAÇÃO DO TAC II

1. Com relação ao TAC II firmado com este Ministério Público, onde consta a obrigação de apresentar o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme documentos emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado, a Petrobras informa que cumpriu com a obrigação, que está sendo acompanhada pelo PA 25/2020, em 18 de janeiro de 2021 (conforme anexo A).

1.1. Após, em resposta ao Ofício 2ª PJTC nº 914/2022, no âmbito do PA 25/2020, em 02/06/2020, apresentou – por petição (anexo B) – o Plano de Atendimento à Emergência, o Plano de Gerenciamento de Risco e as Cartas SMS/LCA-LIRGNLOG 0077/2021, 0002/2022 e 0020/2022, seguindo todos em anexos (Anexo 1, 2, 3, 4, 5, e 6). No entanto, por um lapso (e pede desculpas pela falha), o protocolo foi feito no Ministério Público Federal (Anexo C), motivo pelo qual reenvia novamente.

II – SOBRE A CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA

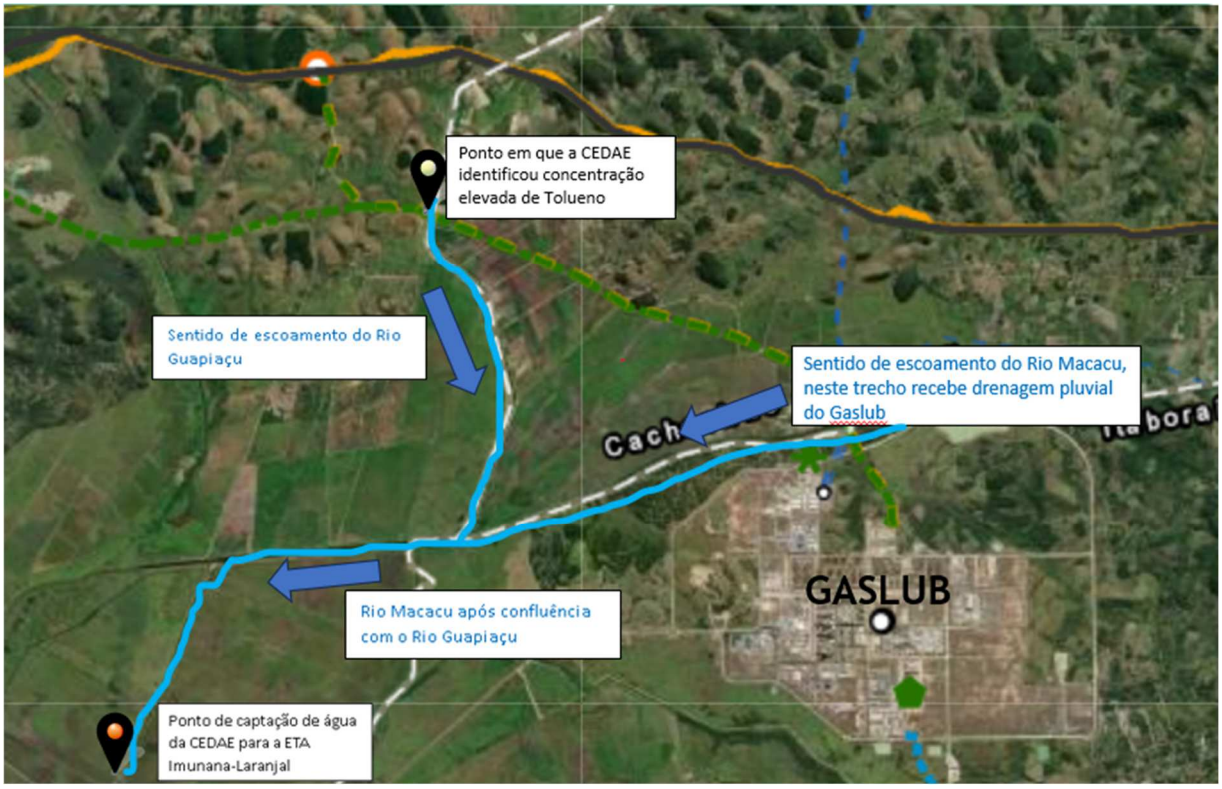
2. Com relação às notícias que vêm sendo veiculadas na mídia sobre a interrupção do abastecimento de água pela CEDAE na região de Niterói (RJ) e São

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
contenciosopetrobras@petrobras.com.

Gonçalo (RJ), a Petrobras informa que acionou as suas ações de resposta e instaurou uma Estrutura Organizacional de Resposta – EOR, no dia 04/04/2024, às 14:00h, dentro da metodologia de *Incident Command System* – ICS (criada nos Estados Unidos e mundialmente adotada), mesmo sem a identificação de nenhuma anomalia ou falha operacional em suas atividades, para investigar se existiria alguma relação com nossas operações.

3. Por oportuno, destaca-se que a Petrobras não produz e nem circula a substância ou produto denominado Tolueno em seus processos e suas instalações no Estado do Rio de Janeiro.

4. Veja-se que os pontos que a CEDAE identificou a presença de Tolueno são muito distantes do PoloGaslub, consoante se demonstra abaixo:



5. Informamos também que na manhã desta quinta-feira (4/4/2024), as equipes do INEA e as polícias civil e ambiental estiveram no Polo Gaslub, em Itaboraí (RJ), e não identificaram anormalidades.

5.1. Notificamos formalmente as empresas contratadas Toyo Setal Empreendimentos Ltda.., CPL Construtora, IB NDT Engenharia de Segurança Estrutural, Tecnokip Engenharia Ltda., G4S, L&H Engenharia e Arquitetura, Nomatel Engenharia, Magnus OIL Brasil Soluções Técnicas Ltda., Operação Resgate

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
contenciosopetrobras@petrobras.com.

Transportes Ltda., LSI – Administração e Serviços, J. Baier Locações e Serviços Ltda., Exoltech Serviços Técnicos Ltda., FC e CM Couto Sistemas Contra Incêndio e Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., as quais prestam serviços no Polo GasLub, onde foram obtidas algumas respostas (cartas em anexo), informando que nas suas respectivas áreas de atuação no Polo Gaslub ou em região que contribua para o sistema Imunana-Laranjal, não têm conhecimento de anomalia associada a vazamento de tolueno ou algum produto químico que contenha esta substância na sua composição. Caso alguma das empresas que tenham sido questionadas, e ainda não nos responderam, venham a informar a existência ou conhecimento de algum vazamento de tolueno ou produto químico que o contenha, a Petrobras se compromete a informar este d. MPRJ imediatamente.

6. A Petrobras fez um levantamento dos dutos existentes na região e não identificou nenhuma anomalia operacional nos dutos do sistema Petrobras, reiterando que em nenhum deles é transportado Tolueno, seguindo abaixo uma identificação dos dutos existentes na região:



Obs.: Os dutos GASDUC III e GASIG são de responsabilidade da empresa NTS, que não faz parte do sistema Petrobras.

7. A Petrobras informa que enviou carta externa G&E/PGE/TGN 0028/2024, em anexo, para empresa NTS questionando, com a máxima urgência possível se, nas suas áreas de atuação no Polo Gaslub ou em alguma região que

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
contenciosopetrobras@petrobras.com.

contribua para o sistema Imunana-Laranjal, esta empresa ou suas subcontratadas têm conhecimento de alguma anomalia associada a vazamento de tolueno ou algum produto químico que contenha esta substância na sua composição.

8. Ademais, com relação à parte extramuros do Polo Gaslub, no que tange aos dutos operados pela Transpetro, informamos que a referida subsidiária não opera com Tolueno e também não identificou nenhuma anomalia operacional.

9. Em relação à reportagem do G1 que indica que a contaminação da água da CEDAE é próxima a oleoduto, informamos que referido duto OCERJ nunca operou e está inertizado com nitrogênio, dessa forma, não teve nenhum derivado de petróleo ou Tolueno nele circulando.

10. De toda sorte, a Companhia permanece mobilizada e prestando apoio à CEDAE e demais autoridades até que a crise de abastecimento de água seja superada. Nesse sentido, foram instaladas barreiras absorventes de propriedade da Petrobras, que representam o cenário do dia 04/04/2024, conforme figuras abaixo:



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
contenciosopetrobras@petrobras.com.



11. Por derradeiro, a Petrobras esclarece que tem como valor o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente e continuará executando todas as suas operações seguindo rigorosamente as normas de segurança operacional e as boas práticas de relacionamento social nas comunidades onde atua.

DIANTE DO EXPOSTO, a Petrobras requer:

1) o arquivamento do procedimento administrativo 25/2020, a partir dos documentos anexados, que demonstram o cumprimento da obrigação do TAC II contida na cláusula terceira, itens C e C.2/C.4;

2) o recebimento das informações ora prestadas, onde a Petrobras informa não ter conhecimento de nenhum vazamento do produto químico tolueno em alguma região que contribuiu para o sistema Imunana-Laranjal, dentro do Polo Gaslub (extra ou intramuros) ou dos dutos do sistema Petrobras, ou ainda de empresas contratadas pela Companhia, que até o presente momento se tem notícia.

Aguarda deferimento.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 2024.

MARGARETH MICHELS BILHALVA:67533892020

Assinado de forma digital por MARGARETH MICHELS BILHALVA:67533892020
Dados: 2024.04.05 16:20:31 -03'00'

Margareth Michels Bilhalva
OAB nº 171.623

Fábio Ribeiro da Silva
OAB/SP 196.455

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
contenciosopetrobras@petrobras.com.

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2021

SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0077/2021

À Senhora
Alana da Costa di Lauro Pedreira
Analista Ambiental
Serv. de Aval. de Risco Ambiental Tecnol. e Planos de Emergência – SARAT
Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental Tecnológico – GELRAM
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
Av. Venezuela, 110, Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Assunto: Atendimento à Notificação nº 8188/2021 – Apresentação do EAR Atualizado do Gasoduto Guapimirim-Comperj I.

Referência: Processo EXT-PD/007.10488/2021.

Prezada Senhora,

Em referência ao Processo EXT-PD/007.10488/2021, enviamos o Estudo de Análise de Riscos – EAR atualizado do Gasoduto Guapimirim-Comperj I com a avaliação dos riscos desta instalação operando em sentido bidirecional, bem como das respectivas linhas de interligação situadas no Ponto de Entrega de Guapimirim e no Polo GasLub de Itaboraí.

O estudo seguiu a metodologia e demais orientações definidas no Termo de Referência – TR de análise de riscos do INEA. Quando comparado aos critérios de aceitabilidade de risco deste TR, o estudo demonstrou que os resultados de risco individual e de risco social são toleráveis.

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Guilherme Nohra Senna

Assinado de forma digital por Guilherme Nohra Senna
DN: cn=Guilherme Nohra Senna, o=Petrobras, ou=SMS/LCA, email=guilherme.senna@petrobras.com.br, c=BR
Dados: 2021.11.08 14:55:46 -03'00'

Guilherme Nohra Senna
Gerente de Licenciamento para Refino, Gás Natural e Logística

Anexo(s): EAR Atualizado do Gasoduto Guapimirim-Comperj I.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.96

PROTOCOLO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Informo que nesta data foi(ram) juntado(s) ao EXT-PD/007.10488/2021 o(s) seguinte(s) documento(s):

- Documentos em resposta a notificações, em atendimento ao(s) item(ns): 1
- Carta

São de responsabilidade do requerente e dos técnicos responsáveis os estudos e as informações prestadas, sujeitando-se às responsabilidades penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente, bem como ao indeferimento do requerimento em trâmite ou ao cancelamento do documento de licenciamento emitido.

Niterói, 09 de novembro de 2021.

Anielle Monteiro Marinho
Analista ambiental
ID 51168324

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2022

SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0002/2022

À Senhora
ALANA DA COSTA DI LAURO PEDREIRA
Analista Ambiental
Serv. de Aval. de Risco Ambiental Tecnol. e Planos de Emergência – SARAT
Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental Tecnológico – GELRAM
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
Av. Venezuela, 110, Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Assunto: Complementação ao Atendimento à Notificação nº 8188/2021 – Apresentação do PGR e PRE do Gasoduto Guapimirim-Comperj I.

Referência: Processo EXT-PD/007.10488/2021.

Prezada Senhora,

Em referência ao Processo EXT-PD/007.10488/2021 e em complementação ao atendimento à Notificação nº 8188/2021, enviamos o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e o Plano de Resposta a Emergências – PRE do Gasoduto Guapimirim-Comperj I (Gaserj). O Termo de Compromisso assinado será encaminhado posteriormente.

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Guilherme Nohra Senna

Assinado de forma digital por Guilherme Nohra Senna
DN: cn=Guilherme Nohra Senna, o=Petrobras, ou=SMS/LCA, email=guilherme.senna@petrobras.com.br, c=BR
Dados: 2022.01.12 11:51:00 -03'00'

Guilherme Nohra Senna
Gerente de Licenciamento para Refino, Gás Natural e Logística

Anexo(s): 1) Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
2) Plano de Resposta a Emergências – PRE.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.96

PROTOCOLO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Informo que nesta data foi(ram) juntado(s) ao EXT-PD/007.10488/2021 o(s) seguinte(s) documento(s):

- Carta
- Programa de Gerenciamento de Riscos

São de responsabilidade do requerente e dos técnicos responsáveis os estudos e as informações prestadas, sujeitando-se às responsabilidades penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente, bem como ao indeferimento do requerimento em trâmite ou ao cancelamento do documento de licenciamento emitido.

Niterói, 13 de janeiro de 2022.

Anielle Monteiro Marinho
Analista ambiental
ID 51168324

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 9 de março de 2022

SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0020/2022

À Senhora
ALANA DA COSTA DI LAURO PEDREIRA
Analista Ambiental
Serv. de Aval. de Risco Ambiental Tecnol. e Planos de Emergência – SARAT
Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental Tecnológico – GELRAM
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
Av. Venezuela, 110, Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Assunto: Complementação ao Atendimento à Notificação nº 8188/2021 – Apresentação do Termo de Compromisso do PGR do Gasoduto Guapimirim-Comperj I (Gaserj).

Referência: Processo EXT-PD/007.10488/2021.

Prezada Senhora,

Em referência ao Processo EXT-PD/007.10488/2021 e em complementação ao atendimento à Notificação nº 8188/2021, enviamos o Termo de Compromisso referente ao Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR do Gasoduto Guapimirim-Comperj I (Gaserj), já apresentado a este INEA por meio da carta SMS/LCA/LI-RGN-LOG 0002/2022.

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Guilherme Nohra Senna

Assinado de forma digital por Guilherme Nohra Senna
DN: cn=Guilherme Nohra Senna, o=Petrobras, ou=SMS/LCA, email=guilherme.senna@petrobras.com.br, c=BR
Dados: 2022.03.09 14:26:46 -03'00'

Guilherme Nohra Senna
Gerente de Licenciamento para Refino, Gás Natural e Logística

Anexo(s): Termo de Compromisso do PGR do Gasoduto Guapimirim-Comperj I.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

63.01.01.96

PROTOCOLO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Informo que nesta data foi(ram) juntado(s) ao EXT-PD/007.10488/2021 o(s) seguinte(s) documento(s):

- Carta
- Termo de Compromisso do PGR assinado

São de responsabilidade do requerente e dos técnicos responsáveis os estudos e as informações prestadas, sujeitando-se às responsabilidades penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente, bem como ao indeferimento do requerimento em trâmite ou ao cancelamento do documento de licenciamento emitido.

Niterói, 15 de março de 2022.

Anielle Monteiro Marinho
Analista ambiental
ID 51168324

TRANSPETRO

NP-1

COMPROMISSO COM UM PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO
Regional UN-RJMG
Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030

A Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO se compromete a manter um Programa de Gerenciamento dos Riscos proporcionados pelos ativos da Regional UN-RJMG à população, em razão da produção, operação, armazenamento, consumo, geração e/ou transporte de substâncias perigosas.

O responsável geral pelo Programa de Gerenciamento de Riscos será o Sr. Sérgio Moacir da Luz Ferreira, Gerente Setorial de Segurança, Meio Ambiente e Saúde. O Programa contará com a seguinte estrutura e atribuições mínimas para cumprir os objetivos:

1. Informações de segurança nos locais de trabalho

Responsáveis: Sr. Felipe Toneli Chagas, Gerente DTRM.
Sr. Felipe José Silveira Lapa, Gerente ANGRA.
Sr. Arlygleidson Viana Alves, Gerente BG.

Atribuições:

a) Manter disponíveis para as pessoas envolvidas as informações sobre segurança que sejam pertinentes a cada local de trabalho, que serão sempre atualizadas. Essas informações abrangerão os riscos proporcionados pelas substâncias perigosas e os riscos decorrentes da tecnologia e dos equipamentos empregados.

b) As informações relativas aos riscos proporcionados pelas substâncias perigosas conterão, pelo menos:
   - as vias e a forma de agressão ao ser humano;
   - os limites permissíveis de exposição;
   - os dados físicos;
   - os dados de reatividade;
   - os dados de corrosividade;
   - os dados de estabilidade térmica e química;
   - os efeitos perigosos sobre os diferentes materiais existentes no local de trabalho.

c) As informações relativas aos riscos decorrentes da tecnologia e dos equipamentos empregados conterão, pelo menos:

- características dos vasos, tanques, bombas, tubulações e acessórios, válvulas, sistemas de dosagem, sistemas de alívio e de ventilação, sistemas de detecção de gases e fogo, sistemas de desligamento de emergência, sistemas de intertravamento e sistemas de controle;
- requisitos especiais para a instalação elétrica;
- precauções necessárias para se evitar a exposição de pessoas;
- procedimentos no caso de exposição a agentes agressivos.

2. Informações relativas aos procedimentos e condições de operação nos locais de trabalho

Responsáveis: Sr. Felipe Toneli Chagas, Gerente DTRM.
Sr. Felipe José Silveira Lapa, Gerente ANGRA.
Sr. Arlygleidson Viana Alves, Gerente BG.

Atribuições:

a) Manter disponíveis para as pessoas envolvidas em cada local de trabalho, as informações sobre os procedimentos e condições de operação aprovados, que serão sempre atualizadas.

b) As informações relativas aos procedimentos conterão, pelo menos, o que for relativo:

- à partida;
- à operação normal;
- às operações temporárias;
- à parada normal;
- à parada de emergência.

c) As informações relativas às condições operacionais conterão, pelo menos, o que for relativo:

- aos limites operacionais;
- às consequências da ocorrência de desvios operacionais;
- às medidas que evitem a ocorrência de desvios operacionais.

d) Manter disponíveis:

- fluxogramas, isométricos e/ou diagramas de tubulação e instrumentação.

TRANSPETRO

NP-1

3. Treinamento do pessoal

Responsável: Sr. Davi Caetano Dias, Gerente Setorial de RH.

Atribuições:

a) Promover o treinamento inicial das pessoas que serão envolvidas em cada local de trabalho.

b) Promover o retreinamento das pessoas envolvidas em cada local de trabalho, no máximo a cada trinta meses.

c) Manter registros do treinamento e do retreinamento de cada pessoa envolvida em cada local de trabalho, contendo, pelo menos, as datas e o conteúdo programático.

4. Integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

Responsável: Sr. Felippe Thiago Camilo Reis, Gerente SIE.
Sr. Felipe Toneli Chagas, Gerente DTRM.
Sr. Felipe José Silveira Lapa, Gerente ANGRA.
Sr. Arlygleidson Viana Alves, Gerente BG.

Atribuições:

a) Promover a realização periódica de inspeções em todos os equipamentos e sistemas de proteção.

b) Promover as manutenções preditiva e/ou preventiva e os testes funcionais com a frequência necessária à integridade e confiabilidade dos equipamentos e sistemas.

c) Promover a manutenção corretiva imediata, no caso de falha da manutenção preditiva e/ou preventiva.

d) Manter o registro das periodicidades previstas e do efetivo cumprimento das inspeções, manutenções e testes funcionais de cada equipamento ou sistema.

5. Plano de ação para emergências

Responsável: Sr. Kilder Souza Moraes, Engenheiro de Segurança.

Atribuições:

a) Implementar um plano de ação para situações de emergência, designando as equipes que deverão atuar nessas ocasiões.

b) Treinar o pessoal previsto para participar de situações de emergência e as demais pessoas nos procedimentos de resgate e evacuação.

c) Retreinar as pessoas das equipes de emergência pelo menos uma vez por mês e as demais, no máximo, a cada trinta meses.

d) Manter o registro dos treinamentos e retreinamentos realizados, onde conste, como mínimo, as datas, os participantes e o conteúdo programático.

e) Revisar o Plano de Ação para Emergências sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato, encaminhando ao INEA uma cópia em papel e outra em meio digital;

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022

TRANSPETRO

NP-1

Flavio Godinho Vlana

Assinado de forma digital por Flavio Godinho Vlana
Dados: 2022.03.09 12:08:29 -03'00'

Flávio Godinho Viana

Responsável pela Empresa

Sérgio Moacir da Luz Ferreira

Assinado de forma digital por Sérgio Moacir da Luz Ferreira
Dados: 2022.03.08 20:28:50 -03'00'

Sérgio Moacir da Luz Ferreira

Responsável pelo Programa de Gerenciamento de Riscos

Kilder Souza Moraes

Responsável pelo Plano de Ação para Emergências

Kilder Souza Moraes
Engenheiro
Registro CREA-RJ 891015079
Matrícula: 001307-0
TP/DDT/DTNNESE/SE

TRANSPETRO

NP-1

Ricardo de Carvalho Pinheiro
Assinado de forma digital por Ricardo de Carvalho Pinheiro
Dados: 2022.03.08 16:02:42 -03'00'

Felipe Toneli Chagas

Responsável pelas informações de segurança nos locais de trabalho

FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Assinado de forma digital por FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Dados: 2022.03.08 16:15:52 -03'00'

Felipe José Silveira Lapa

Responsável pelas informações de segurança nos locais de trabalho

Arlygleidson Viana Alves

Responsável pelas informações de segurança nos locais de trabalho

Ricardo de Carvalho Pinheiro
Assinado de forma digital por Ricardo de Carvalho Pinheiro
Dados: 2022.03.08 16:08:02 -03'00'

Felipe Toneli Chagas

Responsável pelas informações relativas aos procedimentos e condições de operação nos locais de trabalho

FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Assinado de forma digital por FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Dados: 2022.03.08 15:31:53 -03'00'

Felipe José Silveira Lapa

Responsável pelas informações relativas aos procedimentos e condições de operação nos locais de trabalho

Arlygleidson Viana Alves

Responsável pelas informações relativas aos procedimentos e condições de operação nos locais de trabalho

P/ Davi Caetano Dias

Responsável pelo treinamento do pessoal

Felippe Thiago Camilo Reis

Responsável pela integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

Ricardo de Carvalho Pinheiro
Assinado de forma digital por Ricardo de Carvalho Pinheiro
Dados: 2022.03.08 16:08:22 -03'00'

Felipe Toneli Chagas

Responsável pela integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Assinado de forma digital por FELIPE JOSE SILVEIRA LAPA:90634535404
Dados: 2022.03.08 15:32:39 -03'00'

Felipe José Silveira Lapa

Responsável pela integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

Órgão Gestor: TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS

DATA REVISÃO: MAR/2022

TRANSPETRO

NP-1

Arlygleidson Viana Alves

Responsável pela integridade e confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas de proteção

Plano de Resposta a Emergências

GASODUTOS DA GERÊNCIA DTRM

REVISÃO P

12 / 2021



SUMÁRIO

1. OBJETIVO 4
2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES 4
2.1 PETROBRAS 4
2.2 TRANSPETRO 4
2.3 Legislação 5
2.4 Outros 6
3. RELACIONAMENTO COM OUTROS PLANOS 6
3.1 Integração ao Plano de Contingência Corporativo - PCCORP 6
3.2 Integração ao Plano de Emergência Individual - PEI 7
3.3 Integração a outros Planos de Resposta a Emergência – PRE 7
4. ABRANGÊNCIA 8
4.1 Limites de jurisdição de abrangência 8
4.2. Definição da área geográfica vulnerável 8
5. DEFINIÇÕES E SIGLAS 9
6. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE, INSTALAÇÃO E ATIVIDADE 9
6.1 A identificação de cada instalação compreendida neste Plano estão descritas nas respectivas pastas que contêm ANEXOS específicos de cada instalação: 9
6.2 Dados para emissão de documentos e autorização para transporte de recursos 9
7. RESPONSÁVEIS 10
7.1. Representante Legal da Instalação 10
7.2. Responsável Técnico pela Elaboração e Revisão do PRE 10
7.3. Responsável pelo Gerenciamento, Coordenação e Implantação do PRE 10
8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA - EOR 10
8.1 Grupo Especial de Contingência - GEC 11
9. SISTEMA DE ALERTA 12
9.1 Alerta por Controle Operacional 12
9.2 Alerta por Comunicação Interna 13
9.3 Alerta por Comunicação Externa 14
10. RECONHECIMENTO DA EMERGÊNCIA 14
11. COMUNICAÇÃO DA EMERGÊNCIA 14
11.1 Fluxograma de Comunicação de Emergência 14
11.2 Gestão de Comunicação de Crise 16
12. ACIONAMENTO DA EOR 17
13. CENÁRIO DE EMERGÊNCIA 17
14. OBJETIVOS DA RESPOSTA, ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS 18
14.1. Objetivos da Resposta 18
14.2. Informações para Estratégias de Resposta 18
14.2.1 Segurança às Pessoas (Fora da Instalação) 18
14.2.2 Segurança às Pessoas (na Instalação) 24
14.2.3 Ambiental 25
14.2.4 Segurança às Instalações 26

14.2.5 Análise de Vulnerabilidade 27
14.3. Descrição das Estratégias de Resposta 34
14.4. Procedimentos de Resposta 36
14.4.1 Interrupção e Controle do Evento 36
14.4.2 Proteção de Receptores Ameaçados 37
14.4.3 Recuperação de Receptores Impactados 39
14.4.4 Segurança e Saúde do Pessoal Envolvido nas Ações de Resposta 44
14.4.5 Procedimentos Não Aplicáveis 44
14.5. Procedimentos de Apoio 44
14.5.1 Monitoramento e Controle da Saúde Ocupacional 44
14.5.2 Monitoramento e Controle de Riscos 46
14.5.3 Segurança Física de Pessoas, Equipamentos e Instalações da Companhia e de Terceiros 46
14.5.4 Coleta e Disposição dos Resíduos Gerados 47
14.5.5 Acionamento e Deslocamento de Recursos 47
14.5.6 Monitoramento da Evolução da Emergência 49
14.5.7 Obtenção e Atualização de Informações Relevantes 49
14.5.8 Registro das Ações de Resposta 50
14.5.9 Desmobilização 51
14.5.10 Documentação 52
14.5.11 Levantamento de Dinheiro em Espécie 52
14.5.12 Acionamento do Seguro e Controle e Inventários dos Salvados 53
14.5.13 Compras e Contratações 53
14.5.14 Gestão de Custos 55
15. RECURSOS 55
15.1 Recursos Materiais 56
15.2 Recursos Humanos 56
16. CONTINUIDADE DA RESPOSTA 56
17. ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES 56
17.1 Desmobilização 57
17.2 Ações Suplementares 57
17.3 Análise Crítica 57
17.4 Critérios para Reinício Seguro de Operação ou Atividade Relacionada com Anomalias de SMS 58
18. GERENCIAMENTO DO PRE - PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIA 58
18.1 Revisão / Atualização 58
18.2 Planejamento e Execução de Simulados 59
18.3 Divulgação e Implantação 59
19. ANEXOS 59

1. OBJETIVO

Este Plano foi elaborado por uma equipe multidisciplinar da TRANSPETRO, observando o conteúdo da Norma PETROBRAS N-2644 e Padrão TRANSPETRO PP-0TP-00026 - Elaboração e Revisão de Planos de Resposta a Emergências.

Este documento tem como objetivo estabelecer procedimentos técnico-administrativos a serem adotados nos cenários de emergência, que eventualmente possam ocorrer durante as operações nas instalações de Gás Natural da DTRM possibilitando, desta forma, ações rápidas, eficientes e ordenadas, visando preservar vidas, evitar ou minimizar danos às instalações e impactos às comunidades vizinhas, ao meio ambiente e à imagem da Companhia.

O presente documento refere-se ao Plano de Resposta a Emergências que estabelece as estratégias, procedimentos e a estrutura de resposta a emergências.

2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

2.1 PETROBRAS

- Norma PETROBRAS N-2098 - Inspeção de Dutos Terrestres em Operação;
- Norma PETROBRAS N-2644 - Plano de Resposta a Emergências;
- Norma PETROBRAS N-2782 - Critérios para Aplicação de Técnicas de Avaliação de Riscos e Confiabilidade;
- DI-1PBR-00193 - Gestão de SMS / Diretriz 3 - Avaliação e Gestão de Riscos;
- DI-1PBR-00201 - Gestão de SMS / Diretriz 11 - Contingência;
- DI-1PBR-00202 - Gestão de SMS / Diretriz 12 - Relacionamento com a Comunidade;
- PP-1PBR-00398 - Resposta a Emergências em SMS;
- PE-1PBR-00196 - Atenção à Saúde dos Participantes da Estrutura Organizacional de Resposta (EOR), Dimensionamento e Alocação dos Recursos de Saúde em Emergências;
- PE-1PBR-00197 - Plano de Contingência Corporativo - PCCORP;
- PE-1PBR-00008 - Procedimentos em Caso de Ameaça com Explosivos;
- Guia de Comunicação de Crise da PETROBRAS.

2.2 TRANSPETRO

- EP-5TP-00011 - Produtos Químicos da Malha RJ/MG;
- MO-5TP-00068 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GNL - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00134 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GASDUC II;
- MO-5TP-00212 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - GASCAB I;
- MO-5TP-00213 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GA_PNA-1 / Cabiúnas 20" (GASCAB-II) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00214 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GA_PGP-1 / Cabiúnas 22" (GASCAB-III) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00215 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto GA_PCE-1 / Cabiúnas 18" (Enchovão) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00216 - Malha Norte Fluminense - Manual de Operação - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - (Trecho Terrestre);
- MO-5TP-00238 - Malha Norte Fluminense – Manual de Operação – Gasoduto GASERJ;

- MO-5TP-00239 - Malha Norte Fluminense – Manual de Operação – Gasoduto Rota 3 – (Trecho Terrestre);
- PE-0TP-00038 - Seguro de Riscos Operacionais/Procedimentos;
- PE-0TP-00304 - Planejar Contingência;
- PE-0TP-00311 - Responder Emergência;
- PE-0TP-00354 - Manter Estado de Prontidão;
- PE-3TP-00012 - Protocolo de Responsabilidade de Interfaces TRANSPETRO E UN-REGAP;
- PE-3TP-00014 - Protocolo de Responsabilidades das Interfaces para Operação dos Sistemas de Oleodutos entre as Unidades do TECAM, UN-REDUC E TABG;
- PE-3TP-00245 - Planos de Emergência Individuais (PEI) da Gerência Geral do Sudeste;
- PE-4TP-00023 - PRE - Plano de Resposta a Emergência Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara - TRBG;
- PE-4TP-00095 - Plano de Resposta à Emergência dos Terminais e Estações de Bombeio da Gerência DTRM;
- PE-4TP-00098 - Plano de Resposta à Emergência dos Oleodutos da Gerência DTRM;
- PE-5TP-00025 - Monitoração, Detecção e Controle de Vazamentos em Gasodutos;
- PE-5TP-00205 - Situações Anormais e de Emergência;
- PE-5TP-00212 - Acompanhamento operacional e rotinas do CNCO/GAS;
- PE-5TP-00213 - Limites Operacionais;
- PE-5TP-00399 - Malha Norte Fluminense - Atividades com PIG;
- PE-5TP-01151 – Malha Norte Fluminense - Atividades em Áreas de Válvulas;
- PE-5TP-01414 - Operações de Despressurização de Gasodutos - Estação de Barra do Furado;
- PG-3TP-00042 - Protocolo de Responsabilidades entre TRANSPETRO, E&P-AGP/UO-BC e UO-AGN/APCAB - GASCAB I / II / III e ENCHOVÃO;
- PG-3TP-00046 - Protocolo de Responsabilidades entre TRANSPETRO e UO-BS e APCAB - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - (Trecho Terrestre);
- PG-3TP-00054 - Protocolo de Responsabilidades entre Transpetro, APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ;
- PG-3TP-00055 - Protocolo de Responsabilidades entre TRANSPETRO, UN-BS e APITB - Gasoduto Rota 3 - (Trecho Terrestre);
- PP-0TP-00002 - Gerir Anomalias em SMS;
- PP-0TP-00032 - Gerir de Resíduos;
- PP-0TP-00073 - Contingência em SMS;
- PP-3TP-00043 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, APCAB e REDUC - GASDUC II;
- PP-3TP-00050 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre SE/DTRM e SE/BG - Gasoduto de GNL BG;
- PP-3TP-00051 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, UO-BS e APCAB - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - (Trecho Terrestre);
- PP-3TP-00062 - PMO - Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, APCAB e APITB - Gasoduto GASERJ;
- PP-3TP-00063 - PMO – Procedimento Mútuo de Operação entre DTRM/RJNF, UN-BS e APITB – Gasoduto Rota 3 – (Trecho Terrestre).

2.3 Legislação

- Portaria 3214 de 08/06/1978 - Aprova as Normas Regulamentadoras (NR-23- Proteção contra Incêndios/ NR 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis);
- Lei 4395 de 1998 - Cria o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC);
- Lei 9605 de 09 de dezembro de 1999, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

- Lei 9966 de 28 de abril de 2000, que estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional;
- Resolução ANP nº 44 de 22/12/2009 - Procedimento para Comunicação de Incidente;
- Instrução Normativa IBAMA nº 15 de 6/10/2014 - SIEMA - Sistema Nacional de Emergências Ambientais;
- Regulamento Técnico nº 2/2011 - Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural (RTDT);
- Decreto nº 8.127 de 22 de outubro de 2013 - Institui o Plano Nacional de Contingência;
- Resolução CONAMA nº. 398 de 11/06/2008 - "Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleos originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração".

Demais legislações associadas às atividades de SMS da TRANSPETRO, de âmbito Federal, Estadual e Municipal na área de abrangência das instalações do órgão estão disponibilizadas na intranet endereço: http://apl.ti.petrobras.com.br/lexamb/ e http://portal.transpetro.com.br/intr/appmanager/portalIntranet/SMS, ícone SGI / Legislações de SMS.

2.4 Outros

- Estudo de Análise de Riscos (EARs) das Unidades Operacionais.

3. RELACIONAMENTO COM OUTROS PLANOS

As situações de emergência na TRANSPETRO são classificadas segundo os níveis de resposta, definidos a partir de critérios de Gerenciamento de Riscos, conforme descritos a seguir:

- **Nível de Resposta Local:** inclui organização, procedimentos operacionais de resposta e recursos da instalação, atividade ou serviço que conta com recursos próprios e externos disponíveis em instituições e empresas locais ou outros recursos, inclusive corporativos, disponibilizados por meio de protocolos específicos firmados para atendimento de emergências;

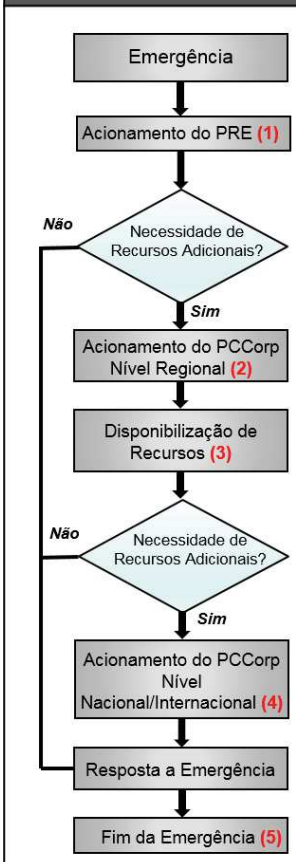
- **Nível de Resposta Regional:** quando os recursos locais não forem suficientes para combater a emergência. Incluem recursos externos disponíveis de unidades organizacionais da mesma região, instituições e empresas da região e outros recursos corporativos localizados na região;

- **Nível de Resposta Nacional ou Internacional:** quando os recursos regionais não forem suficientes para combater a emergência. Inclui recursos externos disponíveis em quaisquer unidades organizacionais da companhia, instituições e empresas nacionais ou internacionais e recursos corporativos localizados em mais de uma região.

3.1 Integração ao Plano de Contingência Corporativo - PCCORP

O objetivo do Plano de Contingência Corporativo é prover recursos adicionais as Unidades Operacionais, em nível de resposta Nacional/Internacional, quando estes não forem suficientes para a resposta à emergência e estabelecer os mecanismos para acionamento, transporte e entrega de recursos em nível Corporativo, que permitam atender pronta e eficientemente às situações de emergência decorrentes das atividades do Sistema PETROBRAS.

Nota: Em situações de emergência, quando houver necessidade de recursos adicionais aos previstos no Plano de Emergência da Unidade Operacional, o acionamento dos Planos Corporativos e PCCORP, ficam a critério da Unidade em emergência, conforme fluxograma a seguir.

O QUÊ?	QUEM?	ONDE?	QUANDO?	COMO?	POR QUÊ?
	(1) Conforme estabelecido no Plano de Emergência (PRE/PEI) da UO	Na Unidade em emergência	Após a detecção da emergência	Conforme procedimentos estabelecidos no PRE da Unidade	Para controlar a emergência
	(2) Comando da emergência ou Gerente da Unidade em emergência ou designado.	Na Unidade em emergência	Quando constatar a necessidade de recursos adicionais	Acionando o Coordenador do PCCorp e/ou Gerentes de unidades na mesma região da emergência	Para disponibilizar recursos adicionais da mesma região para o controle da emergência
	(3) Gerentes das Unidades na mesma região ou Coordenador Regional que possa atender com maior rapidez à solicitação.	Onde ele se encontrar	Quando acionado pela Unidade em Emergência	Consultando o inventário próprio da Unidade, disponibilizando os recursos e negociando a logística dos mesmos.	Para auxiliar a Unidade em Emergência
	(4) Comando da emergência ou Gerente da Unidade em emergência ou designado.	Onde ele se encontrar	Quando recursos regionais não forem suficientes para atender à emergência.	Acionando o Coordenador do PCCorp e/ou Gerentes das Unidades de outras regiões.	Para aumentar os recursos para controle da emergência
	(5) Conforme estabelecido no Plano de Emergência (PRE/PEI) da Unidade em emergência.	Na Unidade em emergência	Na conclusão das atividades de resposta à emergência	Informando às partes interessadas e envolvidas	Para desmobilização dos recursos

3.2 Integração ao Plano de Emergência Individual - PEI

Este PRE deve trabalhar de forma integrada com o PEI dos Oleodutos para resposta aos cenários de incidentes de poluição por óleo. Os cenários de incidente de poluição por óleo encontram-se detalhados no PEI, alinhados a Resolução CONAMA 398/2008.

As informações e procedimentos de resposta relacionados aos Planos de Emergência Individual - PEI dos Oleodutos estão disponíveis eletronicamente no sistema informatizado de controle a Emergências - InfoPAE, que pode ser acessado pelo endereço: http://infopae.petrobras.com.br

3.3 Integração a outros Planos de Resposta a Emergência – PRE

Este PRE deve trabalhar de forma integrada com o Plano de Resposta a Emergência dos Oleodutos da Gerência DTRM - PE-4TP-00098, quando os dutos (Gasodutos e Oleodutos) compartilham de uma mesma faixa.

4. ABRANGÊNCIA

O presente PRE, será aplicado sempre que a Coordenação das Ações de Resposta estiver sob a responsabilidade do TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM, ou seja, enquanto outra autoridade responsável não assumir a referida Coordenação e sempre que:

- Ocorra uma emergência ou exercícios no TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM, em operações sob sua responsabilidade;

- Seja necessário desenvolver/ apoiar ações, destinadas a tratar as consequências de atos ilícitos que possam afetar as pessoas, o meio ambiente e as instalações ou minimizar seus efeitos com uma pronta atuação.

4.1 Limites de jurisdição de abrangência

Este Plano de Resposta a Emergência aplica-se aos **Gasodutos e Estações de Compressão** operadas pela TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/DTRM e abrange toda a faixa de servidão e suas instalações, equipamentos e acessórios, tais como: linha tronco, canhão lançador/recebedor de dispositivos de inspeção e limpeza (PIGs), pontos de entrega e válvulas de bloqueio/segurança. As instalações compreendidas são:

1. GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC;
2. GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos;
3. GASCAB I, II, III;
4. Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2);
5. Gasoduto Guapimirim-Comperj (GASERJ I);
6. Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre.

No caso de emergência no trecho marítimo, embora as ações iniciais de bloqueio de válvulas sejam de responsabilidade de atuação direta da DTRM, através do CNCL, ações de isolamento de área com uso de embarcações apropriadas, inspeção marítima, reparo em trecho marítimo, serão realizadas através de recursos disponibilizados pelo Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara e pela área de Serviço de Engenharia da TRANSPETRO.

Para emergências envolvendo as operações do Terminal Flexível de Gás Natural Liquefeito (GNL), operado pelo Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG), consultar o PE-4TP-00023 - PRE - Plano de Resposta a Emergência Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara - TRBG.

4.2. Definição da área geográfica vulnerável

As áreas consideradas vulneráveis foram definidas com base no Estudo de Análise de Riscos - EAR, e estão descritas neste Plano.

5. DEFINIÇÕES E SIGLAS

Para os propósitos deste Plano são adotados os termos indicados no Portal Petrobras – DSERV Glossário - Definições e Siglas utilizadas em SMS no endereço:
http://portalpetrobras.petrobras.com.br/conteudo/petr_banco_anexos/transp_dserv/GLOSSrev2.pdf

Para efeito de melhor entendimento, seguem abaixo, as siglas de identificação ligadas às Questões / Órgãos de Meio Ambiente.

- ALA - Autorização para Licenciamento Ambiental;
- APA - Área de Proteção Ambiental;
- ESEC - Estação Ecológica;
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- PAED - Plano de Ações de Emergências para Dutos;
- PARNA - Parque Nacional;
- REBio - Reserva Biológica;
- RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural;
- UC - Unidade de Conservação.

6. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE, INSTALAÇÃO E ATIVIDADE

6.1 A identificação de cada instalação compreendida neste Plano estão descritas nas respectivas pastas que contêm ANEXOS específicos de cada instalação:

- Anexo 1.0 - GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC
- Anexo 2.0 - GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos
- Anexo 3.0 - GASCAB I, II, III
- Anexo 4.0 - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)
- Anexo 5.0 - Gasoduto Guapimirim Comperj (GASERJ)
- Anexo 6.0 - Gasoduto Rota 3 (Maricá) - Trecho Terrestre

6.2 Dados para emissão de documentos e autorização para transporte de recursos

- Nome: Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- CNPJ: 02.709.449/0002-30
- IE - Inscrição Estadual: 77.120.610
- Telefone: (21) 3227-6694

7. RESPONSÁVEIS

7.1. Representante Legal da Instalação

- Nome: Felipe Toneli Chagas - Gerente Operacional
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Telefone: (21) 3227-5663
- E-mail: felipetoneli@transpetro.com.br

7.2. Responsável Técnico pela Elaboração e Revisão do PRE

- Nome: Sérgio Moacir da Luz Ferreira - Gerente Setorial de Segurança Operacional
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Telefone: (21) 3227-1763
- E-mail: smoarcirluz@transpetro.com.br

- Nome: Kilder Souza Moraes – Engenheiro de Segurança do Trabalho
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Registro Profissional: CREA-RJ 891015079
- Telefone: (21) 3227-2827
- E-mail: kilder@transpetro.com.br
- Data: 27 / 01 / 2022
- Assinatura:

Kilder Souza Moraes
Engenheiro
Registro CREA-RJ 891015079
Matrícula: 001307-0
TP/DDT/DTNNESE/SE

7.3. Responsável pelo Gerenciamento, Coordenação e Implantação do PRE

- Nome: Felipe Toneli Chagas - Gerente Operacional
- Endereço: Estrada Fabor Orbel s/n, Campos Elíseos - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25225-030
- Telefone: (21) 3227-5663
- E-mail: felipetoneli@transpetro.com.br

8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA - EOR

A Estrutura Organizacional de Resposta - EOR está preestabelecida, a fim de se formar quando da ocorrência de uma emergência. É compatível com as ações necessárias ao controle destes, em seus vários tipos, dimensões e cenários de emergência, possibilitando ajustes para a ampliação de sua capacidade de ação em função da evolução do acidente ou quando requisitados recursos adicionais, internos ou externos.

O comando das ações iniciais é de responsabilidade do Gerente Operacional.

A Coordenação da Contingência é exercida pelo Gerente Operacional até a chegada do Gerente Geral de Segurança e Contingência da TRANSPETRO.

Ao chegar ao local da emergência, o Gerente Geral de Segurança e Contingência assume a Coordenação reportando-se ao Comando Unificado da Emergência, que é formado pelo Gerente Operacional, Gerente de Segurança e Contingência e Representante(s) da(s) Autoridade(s) Pública(s).

- **Funções**

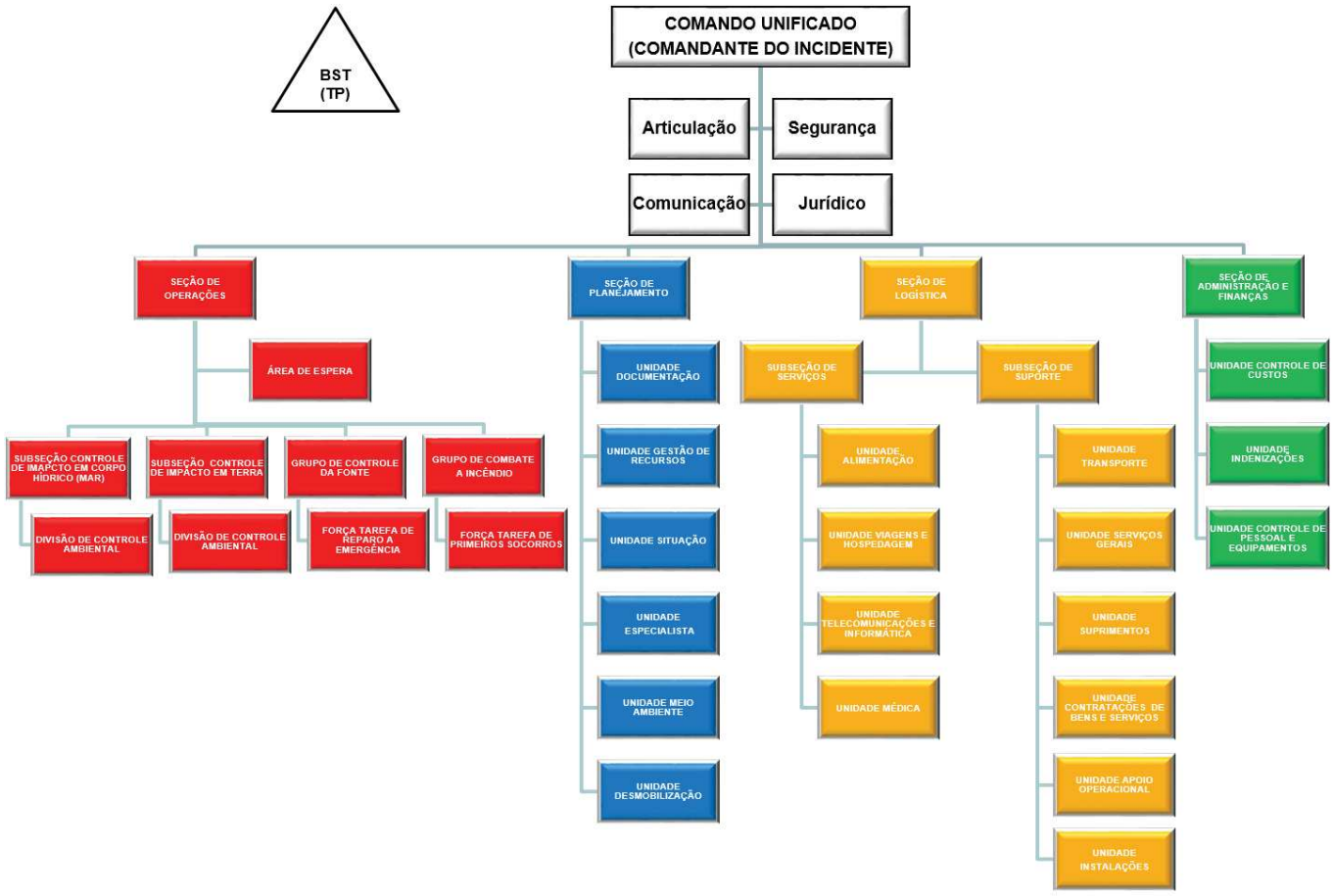
O organograma a seguir apresenta a Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) para atendimento a emergência, suas respectivas funções e a relação entre seus Grupos de Ação.

A composição nominal da EOR, durante a emergência, poderá ser alterada em função da mobilidade de pessoal ou da indisponibilidade momentânea de alguns empregados que, eventualmente, poderão ser convocados para assumir tarefas especiais, inclusive no trato da própria emergência.

- **Atribuições e responsabilidades durante a emergência**

As atribuições e responsabilidades relacionadas aos integrantes da EOR estão disponibilizada no ANEXO D.

A **Estrutura Organizacional de Resposta (EOR)** da TRANSPETRO é apresentada a seguir:



A EOR está distribuída juntamente com lista anexa em formato A4, contendo os nomes e telefones de contato das pessoas que compõem essa estrutura nos seguintes locais:

- Sala do ORBEL I;
- Sala de Reunião 2 do antigo Prédio da Malha;
- Sala de Controle Operacional.

Conforme orientações do DIP TP/DDT/DTNNESE/SE/SEG 31/2019, de 05/02/2019, todas as cópias em locais diferentes do indicado devem ser retiradas e destruídas.

A relação dos integrantes da EOR se encontra no DIP emitido pela Gerência TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS.

8.1 Grupo Especial de Contingência - GEC

Caso seja necessário, o GEC da TRANSPETRO, composto por especialistas em ações de controle e combate a emergências, é convocado pelo Gerente de Segurança e Contingência da TRANSPETRO, ficando vinculado hierarquicamente a Coordenação da Contingência.

9. SISTEMA DE ALERTA

As comunicações de alerta podem ser feitas utilizando-se o ramal interno para Comunicação de Emergência **(8800)**, telefone convencional, telefone celular, rádios transceptores fixos e portáteis e, externamente, através do **Telefone 168.**

Todos os alertas devem ser imediatamente transmitidos ao Operador na Sala de Controle ou de sobreaviso que por sua vez, dará início ao Fluxograma de Comunicação de Situação de Emergência.

Quando o alerta de emergência parte da comunidade interna e/ou externa a operação é paralisada imediatamente. Após a paralisação da operação, ou quando do recebimento do alerta, o Grupo de Reconhecimento é acionado por telefone ou rádio.

Para constatação e reconhecimento das emergências estas podem ser executadas por Técnicos de Operação, Manutenção e Segurança do Trabalho, que deverão estar portando detector de gás para medição da atmosfera, no menor tempo possível, no local da emergência com produto inflamável.

Nas situações de emergência, todos os serviços e operações locais devem ser imediatamente suspensos, atentando-se para os cuidados de segurança operacional nas ações posteriores.

FORMAS DE ALERTA

As formas de alerta são as seguintes:

- Alerta por Controle Operacional;
- Alerta por Comunicação Interna;
- Alerta por Comunicação Externa.

9.1 Alerta por Controle Operacional

A Sala de Controle através do Sistema Supervisório analisa o comportamento das variáveis de processo em tempo real (pressão, vazão, temperatura e densidade), além da diferença de volumes acumulados (DVA).

A Sala de Controle acompanha as evoluções das variáveis de processo, durante as etapas de repouso (duto parado), regime transitório (início e parada do bombeio) e o regime permanente (operação estabilizada), verificando a consistência dos dados e gráficos de tendência.

Verifica a qualquer momento se as variáveis de processo estão de acordo com os limites expressos nos Procedimentos Mútuos de Operação (PMO) para sistema dutoviário.

Na Sala de Controle do CNCL estão disponíveis todos os indicadores, registradores e comandos necessários para controle das operações realizadas, tais como:

- Sistema supervisório iFIX;
- Comandos e indicações do estado das bombas;
- Indicadores de Pressão, Vazão e Temperatura;
- Chaves de Nível para Pressão, Vazão e Temperatura;
- Computadores interligados à rede PETROBRAS (intranet);
- Controle Start/Stop das EMEDs (Estações de Medição);
- Sistema fixo de rádio (interligado ao sistema de gravação digital);
- Monitor do CFTV e joystick para controle das câmeras.

Localizado na Sede da TRANSPETRO, no Rio de Janeiro, o CNCL monitora através do Sistema Supervisório todo o processo de transferência e transporte de Gás, possibilitando paradas de equipamentos, o fechamento e a abertura de válvulas, bem como o controle das variáveis de processo comparando-os com os parâmetros definidos em procedimentos operacionais.

A qualquer anormalidade identificada no Gasoduto, o CNCL comunica ao Sobreaviso da Gerência DTRM, o qual irá ao local para avaliar a situação. Depois de confirmada a anormalidade, o técnico relata ao CNCL e a sua Supervisão, e toma as medidas necessárias para controlar a situação no local, se possível. Caso não for possível, a operação poderá ser interrompida, em comum acordo com o CNCL.
A partir da confirmação da anormalidade, dá-se início ao Fluxograma de Comunicação de Emergência.

Toda comunicação realizada com o CNCL, seja em situação de emergência ou em qualquer outra situação, é gravada automaticamente.

9.2 Alerta por Comunicação Interna

Pode ser através da operação local (intramuros) através de seus Operadores durante inspeções rotineiras e supervisão dos sistemas internos/equipamentos,

As Equipes de Operação, SMS e Segurança Patrimonial, são orientadas a realizar a observações das instalações e da faixa de dutos, com o objetivo de detectar possíveis vazamentos ou qualquer outro tipo de emergência.

Adicionalmente todas as demais pessoas, internas ao Terminal (TECAM) estão orientadas a informar a Sala de Controle Operacional do Terminal **(ramal 8800)** sobre qualquer indício de emergência.

Diariamente, conforme rotina operacional, o Inspetor de Faixas de Dutos realiza inspeção na faixa de dutos terrestre. Em caso de emergência nos Gasodutos, imediatamente, os Inspetores comunicam ao CNCL.

A comunicação interna deve ser registrada conforme Padrões específicos vigentes cuja finalidade é recolher informações para posterior registro no InfoPAE.

Nota: No caso do **Gasoduto GNL**, em seu trecho marítimo, durante as operações de transferência de gás natural comprimido, haverá embarcações de apoio, disponibilizadas pelo Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG), para inspeção do traçado do duto.

Caso seja detectado algum problema, dá-se início ao fluxograma de comunicação de emergência.

Convenções de Alarmes de Emergências

As convenções de alarmes de emergência são estabelecidas, conforme quadro abaixo.

Situação	Tipo de Toque
Teste Semanal	01 toque contínuo de 15 segundos
Início de Emergência	01 toque de 60 segundos
Término de Emergência	02 toques de 15 segundos
Abandono de Área	01 toque de 180 segundos

Em caso de acionamento do alarme as pessoas que não têm função específica na EOR se dirigem ao Ponto de Encontro para aguardar orientações. O controle de pessoas no Ponto de Encontro, bem como a manutenção da ordem e da disciplina é de responsabilidade do Grupo de Monitores da EOR.

Após o acionamento da EOR, as pessoas com função específica devem se dirigir as Salas de Crise previamente definidas e identificada, a fim de facilitar a mobilização e a organização da emergência.

As Salas de Crise se dividem em:

Sala de Comando da Emergência e Logística do Terminal TECAM:

- Sala de Reunião Orbel I;
- Sala de Reunião 2 do antigo Prédio da Malha.
- Sala de Imprensa - Recepção do Terminal TECAM.

Conforme a necessidade da estratégia de combate definida pela EOR, poderá ser deslocado para o local da emergência, um Posto de Comando Avançado para dar suporte às ações desenvolvidas nas diversas Frentes de Combate.

9.3 Alerta por Comunicação Externa

O alerta de detecção de emergência pode ser dado por outras instituições ou pela própria comunidade, principalmente no caso dos dutos, através do **Telefone 168** que são divulgados ao longo de toda a Faixa dos Gasodutos e constam nas placas de sinalização das faixas de dutos.

Estes telefones são atendidos pelos Operadores da Mesa de Atendimento da TIC que, ao identificarem que se trata de emergência, redirecionam a chamada para o COTUR do CNCL, localizado na Sede da TRANSPETRO no Rio de Janeiro.

10. RECONHECIMENTO DA EMERGÊNCIA

O reconhecimento da emergência deve ser realizado pelo Grupo de Reconhecimento da EOR, considerando as seguintes atribuições:

a) Identificar o local da emergência e pontos de referência;
b) Avaliar a extensão da emergência;
c) Definir rota de acesso ao local da emergência;
d) Informar o tipo de emergência (vazamento, incêndio, etc.);
e) Identificar o (s) equipamento (s) envolvido(s);
f) Verificar a existência e número de vítimas;
g) Avaliar os riscos envolvidos;
h) Avaliar as condições ambientais presentes no local da emergência;
i) Dar retorno imediato ao COTUR do CNCL.

11. COMUNICAÇÃO DA EMERGÊNCIA

11.1 Fluxograma de Comunicação de Emergência

A comunicação do acidente deve seguir no âmbito interno e para as autoridades públicas diretamente ligadas as atividades da Unidade Operacional. O Fluxo de Comunicação de Situação de Emergência tem como premissa básica o tempo máximo de 20 minutos para a informação chegar ao Presidente da TRANSPETRO.

As pessoas devem ser comunicadas na ordem de prioridade definida no Fluxograma de Comunicação de Ocorrências. Não conseguindo contato, a pessoa subsequente deve ser imediatamente comunicada.

O caminho da intranet é:

http://portalpetrobras.petrobras.com.br/PetrobrasPortal/appmanager/portal/desktop?_nfpb=true&_pageLabel=petr_generico_avancado_generico_menu_transp_dserv&idConteudo=generico_menu_008855&areaAtual=transp_dserv

Informações mínimas necessárias para informe no Fluxo de Comunicação de ocorrências:

- Caracterização da emergência;
- Data e horário da emergência;
- Localidade;
- Descrição do ocorrido com as informações disponíveis no momento;
- Número e situação das vítimas, quando houver;
- Ações tomadas de imediato.

A Comunicação Inicial será feita imediatamente ao Órgão Ambiental Estadual e ANP, no caso de incêndio, explosão, vazamento de gás e incidente de poluição por óleo, por meio de formulário específico, conforme modelo disponível no **ANEXO B**.

Nota: No Caso do **GASDUC II e ROTA 2**, qualquer ocorrência que afetar as Unidades de Conservação do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) também será comunicado, além do Órgão Ambiental Estadual e ANP, conforme modelo disponível no **ANEXO B**.

Posteriormente à comunicação do acidente, a Gerência Operacional tem um prazo legal de 30 dias para enviar à ANP o Relatório Detalhado de Incidente, de acordo com o Art. 3º da Resolução nº 44/2009 da ANP. As informações relacionadas ao teor do relatório podem ser acessadas no endereço: http://www.anp.gov.br/leg/legislacao.asp. O modelo de formulário de relatório encontra-se disponível também no Sistema InfoPAE.

Deve-se comunicar também ao Órgão Regional do Ministério do Trabalho e Emprego (Setor de Segurança e Saúde do Trabalho) e ao Sindicato da Categoria Profissional predominante no estabelecimento a ocorrência de vazamento, incêndio ou explosão envolvendo inflamáveis e líquidos combustíveis que tenha como consequência qualquer das possibilidades a seguir:

a) morte de trabalhador (es);
b) ferimentos em decorrência de explosão e/ou queimaduras de 2º ou 3º grau, que implicaram em necessidade de internação hospitalar;
c) acionamento do Plano de Resposta a Emergências que tenha requerido medidas de intervenção e controle.

A comunicação deve ser encaminhada até o segundo dia útil após a ocorrência e deve conter:

a) Nome da empresa, endereço, local, data e hora da ocorrência;
b) Descrição da ocorrência, incluindo informações sobre os inflamáveis, líquidos combustíveis e outros produtos envolvidos;
c) Nome e função da vítima;
d) Procedimentos de investigação adotados;
e) Consequências;
f) Medidas emergenciais adotadas.

No caso de necessidade de comunicação formal da emergência a outras instituições públicas e/ou externas, poderão ser utilizados outros meios de comunicação, conforme seja aplicável. As entidades externas a serem comunicadas e/ou acionadas de acordo com a situação são:

- Corpo de Bombeiros;

- Defesa Civil;
- Prefeituras;
- Polícia Militar;
- Polícia Rodoviária;
- Polícia Federal;
- Outras instituições direta ou indiretamente relacionadas à emergência (exemplo: PAM – Plano de Auxílio Mútuo).

Os telefones de contatos das entidades externas estão relacionados no DIP emitido pela **TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS** com a relação de contatos do Fluxo de Comunicação e Estrutura Organizacional de Resposta (EOR)**.**

Os acidentes ambientais, incidentes de poluição por óleo e demais acidentes envolvendo produto (s) perigoso (s), e outros que tenham sua comunicação exigida no processo de licenciamento ou autorização ambiental, dos empreendimentos ou atividades licenciadas ou autorizadas pelo IBAMA devem ser comunicados via Sistema Nacional de Emergências Ambientais - SIEMA, conforme previsto na Instrução Normativa nº 15 de 06 de outubro de 2014. Caso o sistema esteja inoperante, esta comunicação deve ocorrer, encaminhando a comunicação via e-mail para: emergenciasambientais.sede@ibama.gov.br.

Encontram-se distribuídos estrategicamente pelo Terminal - TECAM, quadros contendo o Fluxograma de Comunicação de Ocorrências, cuja finalidade é tornar este processo mais ágil e eficaz.

O Administrador do Plano é responsável pelo controle dos quadros e atualização do Fluxograma de Comunicação de Ocorrências. Estes quadros e os telefones de contato estão localizados:

- Sala do ORBEL I;
- Sala de Reunião 2 do antigo Prédio da Malha;
- Sala de Controle Operacional.

Todas as comunicações relacionadas à emergência devem estar de acordo com as diretrizes do Guia de Comunicação de Crise da PETROBRAS.

11.2 Gestão de Comunicação de Crise

Todas as comunicações relacionadas à emergência na Gerência DTRM devem estão de acordo com as diretrizes do Guia de Comunicação de Crise da PETROBRAS que pode ser encontrado no padrão DI-1PBR-00301 (Guia de Comunicação de Crise).

O objetivo do sistema de Comunicação de Crise é estabelecer processos de comunicação entre as áreas envolvidas em momentos de crise, de forma a gerar posicionamentos oficiais (notas e/ou comunicados) para o público externo e interno, com o objetivo de reduzir ao máximo e/ou eliminar o impacto negativo da ocorrência sobre a imagem da Companhia.

O sistema de Comunicação de Crise e o Fluxograma de Comunicação de Emergência devem ser acionados simultaneamente, sempre que for reconhecida uma situação de crise, que estará caracterizada todas as vezes que uma situação de emergência for reconhecida.

O sistema de Comunicação de Crise não substitui ou elimina o Plano de Resposta de Emergência e o Fluxograma Básico de Comunicação.

12. ACIONAMENTO DA EOR

A Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) é estabelecida pelo Gerente Operacional a partir da confirmação da emergência, sendo suas funções acionadas conforme a magnitude da emergência.

No DIP emitido pela Gerência **TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG/SMS** deste Plano de Resposta a Emergência se encontra disponível a Estrutura Organizacional de Resposta, bem como a relação com o nome de todos os elementos constitutivos, contendo o telefone de contato, inclusive dos suplentes designados para chefiar as seções da estrutura e as funções dos integrantes da EOR.

13. CENÁRIO DE EMERGÊNCIA

13.1 Vazamentos / Incêndio / Explosão

Os cenários de emergência relacionados foram identificados através de Estudo de Análise de Risco - EAR, vigente para a Gerência DTRM, elaborado por equipe multidisciplinar das Gerências Operacionais, e apresenta eventos significativos ocorridos nas instalações relacionados a Incêndio, Explosão e Vazamento.

O EAR será atualizado sempre que houver uma mudança significativa na instalação, processo, atividades, sistemas, produtos e materiais ou na periodicidade definida no Padrão correspondente.

Os cenários de emergência para vazamentos, incêndio e explosão de cada instalação compreendida neste Plano estão descritas nas respectivas pastas específicas em **ANEXO**:

- Anexo 1.0 - GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC
- Anexo 2.0 - GNL - Gasoduto Píer de GNL-Campos Elíseos
- Anexo 3.0 - GASCAB I, II, III e Enchovão (Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas)
- Anexo 4.0 - Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)
- Anexo 5.0 - Gasoduto Guapimirim COMPERJ (GASERJ)
- Anexo 6.0 - Gasoduto Rota 3 (Maricá) - Trecho Terrestre

Nota: Além de danos às pessoas, eventuais cenários acidentais a partir dos dutos podem também gerar danos à vegetação do entorno (incêndio florestal). Nestes casos, as ações de resposta estão estabelecidas no Item 14.4.

A tabela com cenários típicos e estratégias para as instalações dos Gasodutos, encontra-se no **ANEXO K**.

13.2 Outros Cenários

Estão relacionados no tópico Procedimentos de Resposta deste PRE (subitem 14.4.3 Recuperação de Receptores Impactados, alínea **a**), além das ações para respostas à emergência.

Estes cenários foram identificados através da técnica de análise de risco APR, conforme **ANEXO J.**

14. OBJETIVOS DA RESPOSTA, ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS

14.1. Objetivos da Resposta

As estratégias de reposta têm como objetivo definir o melhor conjunto de ações para controlar e extinguir as situações de emergência, no menor espaço de tempo possível, protegendo as pessoas, mitigando os danos ao meio ambiente e ao patrimônio próprio ou de terceiros, bem como reduzir a quantidade de produto vazado.

14.2. Informações para Estratégias de Resposta

As informações relevantes para subsidiar o planejamento das estratégias de respostas referentes aos cenários de emergência, considerando as distâncias de interesse, população potencialmente afetada, edificações com ocupação intensiva e as áreas vulneráveis, encontram-se descritas neste Plano e no Estudo de Análise Riscos da Instalação.

14.2.1 Segurança às Pessoas (Fora da Instalação)

a) Distâncias de Interesse

As distâncias de interesse relacionadas aos cenários acidentais identificados nos Estudos de Análise de Riscos dos Gasodutos - EARs, estão apresentadas nos respectivos **ANEXOS** referenciados no item 13.1 - Distâncias correspondentes aos maiores Alcances Vulneráveis - 1%.

Para efeito de dimensionamento de recursos e procedimentos de resposta a emergência são considerados os maiores alcances vulneráveis dos cenários de pequenos e grandes vazamentos estimados no Estudo de Análise de Riscos da instalação.

Estas distâncias visam subsidiar as ações de isolamento/evacuação de público interno e externo no âmbito do PRE, de acordo com os eventos possíveis de ocorrer. Assim sendo, é recomendado que nos primeiros momentos de um eventual vazamento de Gás Natural, proceda-se o isolamento para as distâncias estimadas.

b) População Potencialmente Afetada

As populações potencialmente afetadas pelos cenários acidentais são aqueles presentes no raio de alcance das distâncias de interesse destes cenários, sendo, por isso, consideradas no cálculo dos riscos social e individual para cada Instalação abaixo identificada:

- **GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC**

O Gasoduto atravessa oito (08) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. Os dutos passam pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios, estradas e, em alguns pontos, núcleos populacionais.

Municípios da Faixa do GASDUC II

Município	Área (km²)	População	Ext. no Município (Km)
Macaé	1.216,85	206.728	24,2
Rio das Ostras	230,6	122.196	15,4
Casimiro de Abreu	462,98	41.167	27,0
Silva Jardim	938,34	21.349	34,9
Cachoeiras de Macacu	955,8	54.770	36,8
Guapimirim	356,6	57.105	12,5
Magé	385,7	244.334	25,4
Duque de Caxias	464,6	873.921	2,5

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região foram definidas as áreas de influência, sendo a Área de Influência Direta, 400 metros para cada lado do eixo central da faixa de domínio e a Área de Influência Indireta, os municípios atingidos pelo traçado. Para a estimativa do número de pessoas foram consideradas as seguintes premissas:

- **Residência:** 4 pessoas, com base na média de moradores por domicílio particular permanente, para os municípios onde há presença de população, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Censo Demográfico 2010 (disponível no site www.ibge.com.br) conforme apresentado no quadro abaixo:

Média de Moradores por Domicílio Particular Permanente

Município	Média (pessoa/domicílio)
Macaé	3,48
Rio das Ostras	3,45
Casimiro de Abreu	3,51
Silva Jardim	3,61
Cachoeiras de Macacu	3,50
Guapimirim	3,57
Magé	3,4
Duque de Caxias	3,3
Média	3,48

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os núcleos populacionais significativos encontrados ao longo da faixa do gasoduto estão apresentados no **ANEXO 1.6-C - Hipóteses Acidentais - Aglomerados Humanos Significativos.**

Duque de Caxias

Duque de Caxias é uma cidade componente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, situada na Baixada Fluminense. O município limita-se ao Norte com Petrópolis e Miguel Pereira; ao Leste com a Baía da Guanabara e Magé; ao Sul com a cidade do Rio de Janeiro e ao Oeste com São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu. Caxias possui clima quente, porém, os 3º e 4º distritos (Imbariê e Xerém) têm temperatura amena em virtude da área verde e da proximidade da Serra dos Órgãos.

Economicamente, apresenta um grande crescimento nos últimos anos, sendo a indústria e o comércio as principais atividades. Há cerca de 809 indústrias e 10 mil estabelecimentos comerciais instalados no município. Segundo o IBGE, o município de Duque de Caxias registra o sexto maior PIB (Produto Interno Bruto 1999 - 2002) no *ranking* nacional e o segundo maior do Estado do Rio de Janeiro, em um total de 14,06 bilhões de reais. A cidade ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação de ICMS do Estado, perdendo somente para a capital. No município está localizada a REDUC, um Polo Gás-Químico e contará com uma usina termelétrica.

Os principais segmentos industriais são: químico, petroquímico, metalúrgico, gás, plástico, mobiliário, têxtil e vestuário.

Magé

Localiza-se a uma latitude 22º39'10" Sul e a uma longitude 43º02'26" Oeste, estando a uma altitude de 5 metros. Sua população estimada em 2000 era de 205.830habitantes. Possui uma área de 386,61 km² e pertence à mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro.

Guapimirim

Localiza-se a uma latitude 22º32'14" sul e a uma longitude 42º58'55" oeste, estando a uma altitude de 48 metros. Os municípios limítrofes a Guapimirim são Petrópolis e Teresópolis (Norte:), Itaboraí (Sul), Cachoeiras de Macacu (Leste) e Magé (Oeste). Está 60km distante da capital e tem como principais atividades econômicas o comércio em Geral, a indústria, a agropecuária e o turismo.

Cachoeiras de Macacu

Localiza-se a uma latitude 22º27'45" sul e a uma longitude 42º39'11" oeste, estando a sede do município a uma altitude entre 50 e 57 metros. É atravessado pelo Rio Macacu, o maior rio que deságua na Baía de Guanabara, tanto em extensão quanto em volume d'água. Sua economia baseia-se na agricultura (principalmente coco, goiaba, inhame, mandioca, milho) e a pecuária bovina.

Silva Jardim

Localiza-se 35 metros acima do nível do mar. Sua população estimada em 2005 era de 23.222 habitantes. Faz divisa com os municípios de Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Araruama.
Atualmente, a sua base econômica está centrada no setor primário, com ênfase na pecuária, apresentando pouca expressão no setor terciário (comércio e serviços), sendo que o turismo, mais precisamente o ecoturismo tem se mostrado uma atividade promissora, desenvolvendo-se mais na região da lagoa de Juturnaíba e na vila de Aldeia Velha, conhecida também pelo nome de Quartéis.

Casimiro de Abreu

Possui uma área de 462,98 km² subdividida nos distritos de Casimiro de Abreu (sede), Barra de São João, Professor Souza e Rio Dourado.

Na parte serrana do município, encontram-se os povoados de Barra do Sana, Cascata e São Romão, subindo pela rodovia RJ-142, bem como Quartéis ou Aldeia Velha, situada a 8 km da BR-101 e da portaria da Reserva Biológica Poço das Antas, por uma estrada de não pavimentada. A sede localiza-se as margens da BR-101, principal rodovia do norte do Estado do Rio de Janeiro.

Rio das Ostras

Localiza-se na Região dos Lagos, a uma latitude 22º31'37" sul e a uma longitude 41º56'42" oeste, estando a uma altitude de 4 metros. Dotado de belas praias, tem recebido altos investimentos aplicáveis em infraestrutura provenientes dos *royalties* cedidos pela PETROBRAS na área em questão.

A construção da Rodovia Amaral Peixoto e a expansão turística da Região dos Lagos pela instalação da PETROBRAS em Macaé, foram de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento de Rio das Ostras, que viu sua população crescer até chegar ao momento de sua emancipação político-administrativa, do município de Casimiro de Abreu, em 1992.

Macaé

Macaé pertence à Região Norte Fluminense, que também abrange os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. O município tem uma área total de 1.216 quilômetros quadrados, correspondentes a 12,5% da área da Região Norte Fluminense. O município está dividido em seis distritos - Sede, Cachoeiros de Macaé, Córrego do Ouro, Glicério, Frade e Sana.

Macaé está localizada a uma latitude de -22º37'08" e longitude de -41º78'69" e faz divisa com as cidades de Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabu, ao Norte; Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, ao Sul; Trajano de Moraes e Nova Friburgo, a Oeste; e com o Oceano Atlântico, a Leste.
Com uma economia que cresceu muito nos últimos vinte anos. Macaé é uma cidade em ebulição. Por conta do desenvolvimento da indústria do Gás Natural e gás. A cidade hoje é bem diferente da vila de pescadores dos anos 70.

O crescimento da indústria do Gás Natural provocou o aumento populacional, com a chegada de gente de todo o país e do mundo para trabalhar em Macaé. A população triplicou – são mais de 200 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE, estimativa feita com base no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dez por cento da população é de estrangeiros. O município é responsável por 85% da produção de Gás Natural e 47% da produção de Gás Natural do país.

- **GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos**

O Gasoduto atravessa dois (02) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. Os dutos passam pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios, estradas e, em alguns pontos, núcleos populacionais.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto GNL

Município	Km Inicial	Km Final	Ext. Município (Km)
Magé	0,000	2,670	2,8
Duque de Caxias	2,670	5,149	5,2

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região foram definidas as áreas de influência, sendo a Área de Influência Direta, 400 metros para cada lado do eixo central da faixa de domínio e a Área de Influência Indireta, os municípios atingidos pelo traçado. Para a estimativa do número de pessoas foram consideradas as seguintes premissas:

- **Residência:** 4 pessoas, com base na média de moradores por domicílio particular permanente, para os municípios onde há presença de população, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Censo Demográfico 2010 (disponível no site www.ibge.com.br) conforme apresentado no quadro abaixo:

Média de Moradores por Domicílio Particular Permanente

Município	Total	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural
Magé	3,5	3,5	3,6
Duque de Caxias (Distrito Campos Elíseos)	3,6	3,6	-x-
Média	**3,6**	**3,6**	**-x-**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os núcleos populacionais significativos encontrados ao longo da faixa do gasoduto estão apresentados na **Matriz de Ocupação Humana**, conforme **ANEXO 2.5-D.**

c) Perfil Socioeconômico

A caracterização das comunidades, na área de influência de cada Instalação, está apresentada no item 14.2.1 Segurança das Pessoas (Fora da Instalação), alínea B.

d) Organização Social das Comunidades

A caracterização das comunidades, na área de influência de cada Instalação, está apresentada no item 14.2.1 Segurança das Pessoas (Fora da Instalação), alínea B.

e) Edificações com Ocupação Intensiva

São consideradas edificações com ocupação intensiva aquelas com capacidade para agregar simultaneamente grande número de pessoas, como por exemplo, escolas, faculdades, creches, shopping centers, terminais rodoviários, terminais ferroviários, aeroportos, clubes, ginásios, templos religiosos etc.
Em uma situação de emergência as edificações que se encontrem dentro do raio de alcance dos cenários acidentais previstos para esse PRE, incluindo as com ocupação intensiva, devem ser evacuadas.

Consultar o item 14.2.1 Segurança às Pessoas (Fora da Instalação), alínea B.

f) Edificações para o Deslocamento da População

Para as situações de emergência que possam afetar comunidades próximas aos Gasodutos, caberá ao órgão público competente à coordenação da evacuação e a definição dos locais destinados a abrigar pessoas evacuadas, que normalmente ocorrerá na sede dos municípios mais próximos; neste caso poderão ser utilizadas escolas, pousadas, hotéis, entre outros.

GASODUTO LULA NE–CABIÚNAS – ROTA 2

O Gasoduto atravessa um (01) município no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. O duto passa pelo município atravessando na sua maior parte de reserva ambiental, estradas e, em um (01) núcleo populacional.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto GNL

Município	Km Inicial	Km Final	Ext. Município (Km)
Macaé	0,000	4,100	4,100

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região realizou-se uma avaliação detalhada e precisa dos dados populacionais de modo a se representar da forma mais real possível os resultados de risco social. Os dados populacionais residenciais da localidade em estudo foram obtidos utilizando-se os setores censitários abrangidos pela região, conforme figura abaixo:



A tabela a seguir, apresenta os dados do número de domicílios e respectivo número de residentes para cada setor da região:

Municípios Atravessados pelo Gasoduto Lula NE – Cabiúnas (Rota 2)

Código do Setor	Município	Distrito	Bairro	Domicílios Particulares e Coletivos	Pessoas Residentes	Média
330240305030002	Macaé	Macaé	Lagomar	235	665	2,8
330240305030023	Macaé	Macaé	Lagomar	245	795	3,2
330240305030024	Macaé	Macaé	Lagomar	240	792	3,3
330240305030025	Macaé	Macaé	Lagomar	345	1013	2,9
330240305030026	Macaé	Macaé	Lagomar	146	464	3,2
330240305030029	Macaé	Macaé	Lagomar	237	763	3,2
330240305030034	Macaé	Macaé	Lagomar	145	481	3,3
330240305030035	Macaé	Macaé	Lagomar	211	684	3,2

Fonte: Reavaliação dos Riscos do Trecho Terrestre do Gasoduto Iracema - Cabiúnas

GASODUTO GUAPIMIRIM COMPERJ (GASERJ)

O Gasoduto atravessa três (03) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. O duto passa pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios e estradas.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto GASERJ

Município	Km Inicial	Km Final	Área	População	Densidade Demográfica (hab/km²)
Guapimirim	00+000	03+020	360	51.483	142,70
Cachoeiras de Macacu	03+020	09+430	953	54.273	56,90
Itaboraí	09+430	11+113	430	218.008	506,55

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

- **GASODUTO ROTA 3 (MARICÁ) – TRECHO TERRESTRE**

O Gasoduto atravessa dois (02) municípios no Estado do Rio de Janeiro conforme apresentado no quadro abaixo. O duto passa pelos municípios atravessando na sua maior parte uma área rural, passando por rios e estradas.

Municípios Atravessados pelo Gasoduto Rota 3

Município	Km Inicial	Km Final
Maricá	0,000	22+200
Itaboraí	22+200	47+678

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

Para fins de caracterização socioeconômica da região realizou-se uma avaliação detalhada e precisa dos dados populacionais de modo a se representar da forma mais real possível os resultados de risco social. Os dados populacionais residenciais da localidade em estudo foram obtidos utilizando-se os setores censitários abrangidos pela região, conforme **Anexo 6.1**.

14.2.2 Segurança às Pessoas (na Instalação)

a) Distâncias de Interesse

As distâncias de interesse relacionadas aos cenários acidentais identificados nos Estudos de Análise de Riscos dos Gasodutos - EAR, estão apresentadas nos respectivos ANEXOS referenciados no item 13.1- Distâncias correspondentes aos maiores Alcances Vulneráveis - 1%.

Para efeito de dimensionamento de recursos e procedimentos de resposta a emergência, são considerados os maiores alcances vulneráveis dos cenários de pequenos e grandes vazamentos estimados no Estudo de Análise de Riscos da instalação.

Estas distâncias visam subsidiar as ações de isolamento/evacuação de público interno e externo no âmbito do PRE, de acordo com os eventos possíveis de ocorrer. Assim sendo, é recomendado que nos primeiros momentos de um eventual vazamento de Gás Natural, proceda-se o isolamento para as distâncias estimadas.

Em caso de emergência deverão ser desocupadas, permanecendo no local somente as equipes de combate, quando possível.

b) Trabalhadores Potencialmente Afetados (Abrigados e não Abrigados)

Tanto para o público interno quanto para o externo o estudo considerou as seguintes probabilidades de fatalidade por evento acidental:

Incêndio em nuvem (flash fire): Considerou-se que na área ocupada pelo envelope do incêndio em nuvem (flash fire) até o LII, o nível de radiação corresponde a uma probabilidade de 100% de letalidade para pessoas abrigadas

e não abrigadas. Uma característica típica do incêndio em nuvem é que ele pode "envelopar" uma pessoa. Assim, assumiu-se que haverá no máximo uma fatalidade devido a este evento até o limite da faixa correspondente ao LII.

Efeitos de Radiação térmica: Segundo o Purple Book (TNO, p. 5.7,1999), assume-se que as pessoas *indoors* (abrigadas) estarão protegidas contra o calor da radiação até que a edificação pegue fogo. O ponto inicial para a ignição de edificações é de 35 kW/m², e se a edificação estiver em chamas, assume-se que todas as pessoas dentro irão morrer. Portanto, não há fator de proteção para radiações maiores do que 35 kW/m². O número de fatalidades de pessoas *outdoors* (não abrigadas) irá variar conforme o nível de radiação térmica alcançado. De acordo com o EAR da instalação, de acordo com o evento, os níveis de radiação térmica podem chegar a 35 kW/m² ou até mesmo ultrapassar tal valor.

Uma relação entre os níveis de radiação térmica e efeitos que podem ser observados está apresentada no quadro abaixo:

Nível de radiação térmica e efeitos observados

Nível de radiação térmica (kW/m²)	Efeitos observados
1,0 a 1,6	Radiação suportável sem o uso de roupas protetoras.
4,0 a 5,0	Radiação suportável com o uso de roupas protetoras. Mal estar.
12,5	Radiação que provoca queimaduras não letais. Perigo à vida e à saúde. Fusão de tubulações plásticas. Ignição de roupas.
37,5	Radiação que provoca queimaduras letais. Perigo à vida. Dano aos equipamentos industriais.

Fonte: CETESB

As instalações compreendidas pelos Gasodutos não possuem trabalhadores fixos. O número destes trabalhadores é flutuante podendo vir a aumentar dependendo da quantidade de visitantes na instalação ou manutenção programadas.

c) Período de Trabalho (Abrigados e não Abrigados)

O Gasoduto é operado remotamente pelo Centro Nacional de Controle e Logística - CNCL e a manutenção é realizada pelos técnicos da Gerência DTRM em regime administrativo, porém este número de trabalhadores é flutuante, pois instalações compreendidas pelos Gasodutos não possuem trabalhadores fixos, conforme identificado no item 14.2.2, alínea B - Trabalhadores Potencialmente Afetados (Abrigados e não Abrigados).

14.2.3 Ambiental

a) Volume Vazado em Potencial

O volume de Gás Natural contido nas tubulações e equipamentos é estimado pelo CNCL conforme as condições operacionais no período. A estimativa do volume vazado pode ser obtida através de contato com TP/DDT/COICM/LCI/PMQ/PROG.

b) Áreas Vulneráveis (Região Geográfica, Hidrografia, Sensibilidade Ambiental)

Segundo a FISPQ do Gás Natural, a substância não é considerada passível de causar danos à vida aquática, não sendo observados efeitos sobre organismos aquáticos. O Gás Natural também não é passível de causar danos ao solo, não sendo observados efeitos sobre organismos do solo.
Porém em caso de incêndio que cause danos ambientais, a Gerência de Segurança e Contingência e Gerência de Segurança, Meio Ambiente e Saúde devem consensar com o Órgão Ambiental, a técnica adequada para subsidiar a estratégia de recuperação dos ecossistemas.

c) Condições Climáticas (Marés, Vento, Corrente, Sol, Chuva)

Avaliar a emergência considerando as **condições meteorológicas** reinantes no local (direção dos ventos, chuvas, etc.). Consultar o EAR da instalação disponível na rede interna da empresa.

d) Período de Realização de Resposta (dia ou noite)

A primeira resposta a emergência, será dada pela equipe que estiver em regime de turno/sobreaviso, podendo contar com o reforço da brigada de incêndio que se encontra em horário administrativo. Já no período noturno, a resposta será dada pela equipe que estiver trabalhando e, caso necessário, serão convocados outros membros da EOR.

14.2.4 Segurança às Instalações

a) Efeitos Diretos (Distâncias de Interesse e Instalações)

Os parâmetros para análise de danos materiais, decorrentes de radiações térmicas foram obtidas na referência *Purple-Book TNO* para instalações de superfície.

Os materiais críticos de análise são madeira, material sintético, vidro e aço. Os dois primeiros são combustíveis e podem levar a incêndios secundários. O vidro, apesar de não ser combustível, pode quebrar sob efeito de mudança de temperatura. O aço, não protegido para temperaturas elevadas, também não é combustível, mas a resistência e dureza reduzem quando a temperatura aumenta, podendo levar a uma falha estrutural.

Os danos materiais devido ao calor de radiação térmica podem ser diferenciados em dois níveis:

Danos nível 1: ignição da superfície exposta e sua quebra ou outro tipo de falha estrutural (colapso).

Danos nível 2: descoloração da superfície do material, descascamento da pintura e/ou deformação dos elementos estruturais.

A radiação térmica necessária para atingir o dano nível 1 é mais alta que a necessária para o dano nível 2.
No caso de instalações industriais, os equipamentos de processo, de armazenamento ou dutos de transporte de produtos perigosos são normalmente de aço, material de interesse para este estudo. A falha estrutural de um destes pode levar a acidentes secundários do acidente inicial (efeito dominó).

O quadro abaixo apresenta valores de radiação críticos para materiais avaliados pelo TNO, válido para um tempo de exposição superior a 30 minutos.

Valores Críticos de Radiação Térmica por Tipo de Material

Material	Intensidade de Radiação Crítica (kW/m2)	
	Danos Nível 1	Danos Nível 2
Madeira	15	2
Material sintético	15	2
Vidro	4	-
Aço	100	25

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

b) Efeito Dominó (Distância de Interesse e Instalações)

Com base em todas as informações levantadas pelos Estudos de Análise de Riscos - EAR, conclui-se que a possibilidade de ocorrência de efeito dominó não é esperada para instalações vizinhas aos Gasodutos.

14.2.5 Análise de Vulnerabilidade

Define-se ponto notável como um elemento que pode interferir na integridade da Instalação ou ser impactado pelos efeitos físicos decorrentes de eventual incidente, sendo assim, a caracterização da região sob influência de cada Instalação considerou os pontos notáveis listados abaixo:

- **GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC**

Pontos Notáveis

Km	Cruzamento / Travessia	Município
8 + 000m	Cabal Água Azul	Macaé
8 + 600m	Rio Macaé	Macaé
8 + 650m	Canal Virgem Santa	Macaé
37 + 000m	Linha de Transmissão de Furnas	Macaé
37 + 400m	Ferrovia Centro Atlântica	Macaé
65 + 800m	Rio Aldeia Velha	Casimiro de Abreu
75 + 000m	Linha de Transmissão de Furnas	Silva Jardim
81 + 300m	Rio São João	Silva Jardim

Fonte: EAR - Estudo de Análise de Risco

- **GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos**

a) Rodovias

Os principais cruzamentos que podem, de alguma forma, afetar ou sofrer os efeitos de acidentes ocorridos no Gasoduto são as rodovias não pavimentadas nos pontos: 0,519 km; 2,307 km; 3,060 km.

b) Travessias de Cursos D'Água/Corpos D'Água

O trecho submarino do Gasoduto possui aproximadamente 11 km, iniciando no Píer e percorrendo a Baía de Guanabara até a chegada na praia de Mauá.

No trecho terrestre o duto atravessa o Rio Estrela, localizado no km 2,670 e o Canal do Coelho no km 4,920.

c) Compartilhamento de Faixa

O Gasoduto foi instalado em faixa nova por cerca de 2 km. Nos 3 km restantes, segue em faixa existente dos dutos de Cabiúnas-REDUC, até atingir a área da estação de Campos Elíseos.

No **Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa**, constante no **ANEXO 2.6**, apresenta os diferentes arranjos de configurações de compartilhamento ao longo do seu traçado e larguras das faixas.

Vale ressaltar, que no trecho onde o duto segue em faixa existente (20 m), foi feita a ampliação da faixa para 70 metros.

d) Linhas de Transmissão

Ao longo do traçado do Gasoduto não foram identificados pontos de cruzamento com linhas de transmissão elétrica.

e) Outros Pontos Notáveis

Vide **ANEXO 2.5-E**.

- **GASCAB I - Gasoduto Estação Barra do Furado - Cabiúnas**

O GASCAB I possui uma extensão de 67,628 km e aproximadamente 10.000 m³ de volume e transfere gás natural oriundo das plataformas marítimas do Polo Sul e Polo Norte que chegam a Barra do Furado até o Terminal de Cabiúnas (TECAB). Além disso possui: diâmetro nominal de 18”, vazão nominal de projeto de **5.400 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 80 bar, temperatura de operação de 28°C e 4 válvulas de bloqueio.

No GASCAB I, existem quatro válvulas de bloqueio de 18” automáticas (Valve Thru Conduit- VTC), cada uma com by-pass de 6” dotado de duas válvulas de bloqueio. Em média suas válvulas de bloqueio são distanciadas entre si por 16,80 km de duto.

- **GASCAB II - Gasoduto Estação Barra do Furado-Cabiúnas**

O GASCAB II possui uma extensão de 67,710 km e aproximadamente 12.500 m³ de volume e interliga a Plataforma Marítima de Namorado I, escoando o gás natural das plataformas da UN-BC até Cabiúnas. Além disso possui: diâmetro nominal de 20”, vazão nominal de projeto de **11.000 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 102 bar, temperatura de operação de 28°C e 6 válvulas de bloqueio.

No GASCAB II, existem quatro válvulas de bloqueio de 20” automáticas (Válvulas Esfera - VES) de passagem plena, cada uma com by-pass de 4” dotado de duas válvulas de bloqueio. Além dessas válvulas, existem duas válvulas de retenção que foram instaladas como resultado de Análise de Risco realizada anteriormente. Essas duas válvulas de retenção, aliadas às VES-03 e VES-04, têm a função de isolar os trechos entre as cidades de Carapebus e Quissamã em caso de sinistro nos gasodutos. Em média suas válvulas de bloqueio são distanciadas entre si por 16,85 km de duto (não estão nesse cálculo as válvulas de retenção).

- **GASCAB III - Gasoduto Estação Barra do Furado - Cabiúnas**

O GASCAB III possui uma extensão de 67,500 km e 15.068 m³ de volume e transporta o gás natural proveniente do Garoupão até o TECAB. Além disso, possui: diâmetro nominal de 22", vazão nominal de projeto de **10.500 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 130 bar, temperatura de operação de 28°C e 6 Válvulas de bloqueio.

No GASCAB III, existem quatro válvulas de bloqueio de 22" automáticas (Válvulas Esfera - VES), cada uma com by-pass de 8" dotado de duas válvulas de bloqueio, e duas válvulas de retenção. Em média suas válvulas de bloqueio são distanciadas entre si por 16,85 km de duto (não estão nesse cálculo as válvulas de retenção).

- **Enchovão - Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas**

O Enchovão tem um trecho de apenas 5 km e aproximadamente 700 m³ de volume sob responsabilidade da TRANSPETRO, entre a válvula localizada na Praia de Cabiúnas (SDV-01) e o TECAB. Este duto destina-se a transferir o gás natural proveniente da Plataforma de Enchova até o TECAB. Além disso possui: diâmetro nominal de 18", comprimento de 5.000m, vazão nominal de projeto de **6.500 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 95 bar, temperatura de operação de 28°C e 1 válvula de bloqueio.

Como o trecho Gasoduto Enchovão sob responsabilidade da TRANSPETRO é pequeno, existe apenas uma válvula de bloqueio - SDV-01 (Shut Down Valve) - localizada na Praia de Cabiúnas.

- **Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)**

O Projeto Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) consiste na ampliação da infraestrutura de escoamento do gás oriundo das áreas produtoras do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, através da instalação de um gasoduto tronco interligando as áreas produtoras a UTGCAB - Unidade de Tratamento de Gás Cabiúnas.

O Gasoduto tem um comprimento total de aproximadamente 380 km de extensão (376 km de trecho marítimo e 4 km de trecho terrestre) e diâmetro nominal de 24 polegadas no trecho terrestre. Além disso possui: vazão nominal de projeto de **20.000 Mm3/dia**, pressão máxima de operação de 254 kgf/cm² e pressão máxima de projeto de 254 kgf/cm².

O Gasoduto, trecho terrestre, inicia no ponto de interligação com o trecho submarino após a zona de arrebentação na Praia do Lagomar. Segue utilizando faixa vizinha ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, atravessando zona residencial do Bairro do Lagomar e cruzando as rodovias RJ-178 e RJ-106 até chegar a UTGCAB.

Como o trecho do Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) sob responsabilidade da TRANSPETRO é pequeno, existe apenas uma válvula de bloqueio - XV-01 - localizada na Praia do Lagomar.

a) Cruzamento com Rodovias e Ferrovias

Foram identificados os seguintes cruzamentos ao longo do traçado do Gasoduto.

Cruzamento	Localização (Km)
Av. MPM (Maria Prado Mancebo)	1,754
Ferrovia (desativada)	2,044
Rodovia RJ 178	2,344
Rodovia Amaral Peixoto (RJ 106)	2,494

b) Travessias de Cursos D'Água/Corpos D'Água

Foi identificada a seguinte travessia:

Travessia	Localização (Km)
Canal Macaé - Campos	1,321

c) Compartilhamento de Faixa

Ao longo do seu traçado o Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) compartilhará a faixa com o Gasoduto Enchovão (18"), o emissário do TECAB (desativado) e o Oleoduto Monobóia (36") que está desativado. O início do compartilhamento ocorrerá no km 0 do Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) e finalizará no km 2,350. Dados do arranjo de compartilhamento:

Duto	Pressão	Temperatura	Diâmetro
ENCHOVÃO	95 kgf/cm2	20 ºC	18 polegadas

No Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa, constante no **ANEXO 4.4**, apresenta os diferentes arranjos de configurações de compartilhamento ao longo do seu traçado e larguras das faixas.

d) Linhas de Transmissão

Ao longo do traçado do gasoduto não foram identificados pontos de cruzamento com linhas de transmissão elétrica.

e) Outros Pontos Notáveis

Vide **ANEXO 4.7.**

- **Gasoduto Guapimirim COMPERJ (GASERJ)**

O gasoduto Guapimirim-COMPERJ I irá transferir gás não processado oriundo do GASDUC II até o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

O gasoduto será composto por uma linha tronco com aproximadamente 11 km de extensão e diâmetro nominal de 16 polegadas, interligando o GASDUC II, localizado próximo ao ponto de entrega em Guapimirim, às unidades do COMPERJ que farão o processamento deste gás. Haverá duas áreas de "scrapers", sendo uma para o lançamento e a outra para o recebimento de PIG's, sendo o lançamento a ser realizado em Guapimirim e o recebimento no COMPERJ.

a) Condições Operacionais

Principais Características Operacionais do Gasoduto Guapimirim – COMPERJ

Geral	Produto transportado	Gás Natural
	Diâmetro Nominal	16”
	Pressão Máxima de Operação	100 kgf/cm²
	Extensão total	11,1 km
	Material	Aço Carbono
Sentido Guapimirim – Polo GasLub	Vazão Máxima de Operação	7.150.000 Nm³/d
	Temperatura de Operação	5,3 – 42,3 °C
Sentido Polo GasLub – Guapimirim	Vazão Máxima de Operação	12.000.000 Nm³/d
	Temperatura de Operação	19,4 – 45 °C

b) Principais Pontos Notáveis

Foram considerados como Pontos Notáveis os locais de cruzamentos do duto por rodovias e ferrovias e as travessias de rios.

Km	Ponto Notável	Município
00+000	PE Guapimirim	Guapimirim
00+865	Cruzamento com Estrada Secundária	Guapimirim
01+430	Sítio	Guapimirim
03+010	Travessia com Rio Guapiaçú	Cachoeiras de Macacu
05+280	Sítio	Cachoeiras de Macacu
09+450	Travessia com Rio Macacu	Itaboraí
11+113	Polo GasLub	Itaboraí

c) Compartilhamento de Faixa

O gasoduto inicia na faixa existente dos dutos Cabiúnas – Campos Elíseos, junto à estação de medição de Guapimirim, seguindo por cerca de 2 km em faixa nova, com direção predominante Sul, até atingir a nova faixa dos dutos de interligação COMPERJ – Campos Elíseos. Nesta nova faixa segue na direção predominante sudeste, por cerca de 7,6 km, até atingir acerca do COMPERJ. Dentro da área do COMPERJ percorre cerca de 1,5 km até atingir a área do recebedor e do ponto de entrega.

No Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa, constante no **ANEXO 5.4**, apresenta os diferentes arranjos de configurações de compartilhamento ao longo do seu traçado e larguras das faixas.

Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre

a) Condições Operacionais

Principais Características Operacionais do Gasoduto Rota 3 – Trecho Terrestre

Geral	Fluído	Gás Natural
	Estado Físico	Gás
Vazão (106 X m3/d)	Normal	1 a 17,8
	Mínimo	1
	Máximo	17,8
Pressão Kgf/cm² Manométrico	Normal	80 a 149
	Mínimo	80
	Máximo	149
	Projeto	254
Temperatura (ºC)	Normal	2,5 a 23
	Mínimo	2,5
	Máximo	23
	Projeto	40

b) Cruzamento com Rodovias e Ferrovias

Foram identificados os seguintes cruzamentos ao longo do traçado do Gasoduto.

Km	Coordenadas		Rodovia / Estrada
0+000	739.307	7.461.106	RJ-102 / Ponta Negra – Jaconé
1+170	739.154	7.462.216	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
4+340	736.479	7.460.761	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
4+720	736.202	7.460.840	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
5+296	735.611	7.461.130	Estrada Vicinal
7+647	734.476	7.462.888	Estrada Vicinal
8+550	733.834	7.463.570	RJ - 118 / Ponta Negra – Jaconé
11+380	731.592	7.464.927	Estrada Vicinal
11+590	731.472	7.464.992	Estrada Vicinal
11+810	731.391	7.465.188	RJ - 106 / Rod. Amaral Peixoto
17+700	726.853	7.467.901	Estrada Vicinal
18+240	726.445	7.468.380	RJ - 114 / Estrada de Ubatiba
22+604	723.869	7.470.803	Estrada Vicinal
22+900	723.879	7.471.147	Estrada Vicinal
23+235	723.749	7.471.423	Estrada Vicinal
24+230	722.880	7.471.890	Estrada do Silvado
25+490	722.844	7.473.076	Estrada do Silvado
26+410	722.405	7.473.965	Estrada do Silvado
27+990	721.596	7.475.150	Estrada da Fazenda São José

29+790	721.445	7.476.923	Estrada Vicinal
30+285	721.699	7.476.923	Estrada Vicinal
31+760	721.852	7.478.446	Estrada Vicinal
33+020	722.527	7.479.830	Estrada Vicinal
33+280	722.553	7.480.007	RJ - 114 / Av. Antônio G. Maricá
33+600	722.870	7.481.043	Estrada Vicinal
34+337	722.870	7.481.043	Estrada Vicinal
35+350	723.317	7.481.916	Estrada Vicinal
35+520	723.406	7.482.111	BR - 101 / Rod. Gov. Mário Covas
35+970	723.681	7.482.381	Estrada Eugênio Costa
36+668	724.104	7.482.818	Estrada Vicinal
37+960	725.153	7.483.303	BR - 101 / Rod. Gov. Mário Covas
39+140	725.614	7.484.147	BR - 101 / Rod. Gov. Mário Covas
41+160	725.174	7.485.785	Estrada Vicinal
41+575	725.051	7.486.241	Estrada Vicinal
41+870	724.960	7.486.512	RJ - 116 / Rod. Pres. J. Goulart
43+392	723.775	7.487.491	Estrada Vicinal
45+630	722.420	7.489.200	Estrada Vicinal

c) Travessias de Cursos D'Água/Corpos D'Água

Foi identificada a seguinte travessia:

Km	Coordenadas		Curso D'água
6+030	735.086	7.461.456	Córrego Paracatu
7+560	734.428	7.462.808	Rio Bananal
9+070	733.375	7.463.785	Rio Doce
9+970	732.807	7.464.473	Rio das Conchas
15+120	728.692	7.466.676	Córrego Riachinho
15+760	728.017	7.466.876	Rio Itapateiu
18+520	726.415	7.468.657	Rio Ubatiba
19+120	726.047	7.469.137	Rio Fundo
24+010	722.923	7.471.864	Rio Brinquinho
26+660	722.334	7.474.188	Rio (sem denominação)
33+090	722.470	7.479.874	Rio Itapacorá
34+180	722.762	7.480.942	Córrego Bambuzal
34+400	722.925	7.481.053	Rio Calundu ou Iguá
36+210	723.769	7.482.624	Rio (sem denominação)
45+190	722.825	7.488.828	Rio Caceribu

d) Compartilhamento de Faixa

Ao longo do traçado do gasoduto não foram identificados pontos de compartilhamento de faixa.

e) Linhas de Transmissão

Km	Coordenadas	
34+520	731.391	7.465.188
35+550	731.391	7.465.188

f) Outros Pontos Notáveis

Vide **ANEXO 6.1.**

14.3. Descrição das Estratégias de Resposta

As estratégias de resposta do presente Plano foram elaboradas considerando a avaliação da emergência através da simulação de consequências e sensibilidade, bem como considerando os recursos disponíveis para a execução das ações de resposta previstas, inclusive aqueles oriundos de outras Unidades Organizacionais e de terceiros.

Foram considerados os tempos de mobilização desses recursos, conforme **ANEXO F** - Tempo de Deslocamento de Recursos, até o local da emergência e a logística envolvida na sua mobilização. Como premissa básica foi considerada as ações prioridades para os cenários de maior potencial identificados, com vista à redução da consequência e a mitigação dos danos e impactos.

Os tempos de chegada em locais estratégico, válvulas e Pontos de Entrega, estão disponíveis no **ANEXO C** - Tempos de Respostas a Emergências.

As descrições das estratégias de resposta a seguir consideram na instalação os cenários de emergência de maior potencial de criticidade, que necessitem de uma estratégia previamente definida, relacionados no **item 6** – Cenários de Emergência.

Segundo a análise por árvore de eventos realizada no EAR da instalação os eventos acidentais podem ser divididos em cenários com e sem a ignição do Gás Natural. Em outras palavras, basicamente, os eventos acidentais envolvendo a segurança de processo da instalação se resumirão a vazamento de Gás Natural com e sem ignição.

Um incêndio em nuvem ou um flashfire acontecerão como desdobramento de um vazamento de Gás Natural, inicialmente sem ignição, e em seguida poderá evoluir para um ou mais incêndios em jato.

O evento acidental Bola de Fogo, embora tenha grande potencial para causar danos, se extingue poucos segundos após sua ocorrência e em seguida ele evolui para um ou mais incêndios em jato.

Ações comuns a todos os cenários:

1 - Realizar o reconhecimento do local da emergência;
2 - Acionar EOR;
3 - Definir zonas quentes, morna e fria;
4 - Isolar área e controlar acesso;
5 - Controlar fontes de ignição e avaliar a necessidade de desernergizar equipamentos;
6 - Monitorar as condições climáticas.

Item	Hipóteses Acidentais	Objetivo	Estratégia	Observações	Cenários
1	Vazamento de Gás Natural	Interromper vazamento e monitorar a pluma	1 - Interromper e controlar o evento (Ações operacionais de emergência) 2 - Reduzir o inventário do trecho sinistrado 3 - Proteger equipamentos e instalações 4 - Monitorar propagação da pluma (deslocamento e LII) 5 - Apoiar ações de evacuação, controle do público interno e externo, e assistência a vítimas 6 - Interditar vias internas, rodovias e estradas.		
2	Incêndio	Combater incêndio e minimizar impactos	1 - Interromper e controlar o evento (Ações operacionais de emergência); 2 - Combater o incêndio. 3 - Monitorar a área; 4 - Proteger áreas sensíveis; 5 - Proteger equipamentos e instalações; 6 - Apoiar ações de evacuação, controle do público interno e externo, e assistência a vítimas 7- Comunicar instalações/empresas vizinhas 8 - Interditar vias externas/rodovias e estradas.		
3	Acidentes Pessoais	Preservar vidas	1 - Identificar a existência de vítima (s) no local da emergência 2 - Acionar a atividade médica e definir a estratégia de socorro à vítima 3 - Para os cenários de acidentes em espaço confinado e trabalho em altura, acionar equipe de resgate especializada, para realizar o resgate 4 - Controlar fonte geradora do acidente 5 - Monitorar área (deslocamento da mancha, e toxicidade/ LII, quando aplicável); 6 - Acionar, se necessário, a assistente social para providências junto ao hospital e familiares.		

As estratégias para o evento de explosão serão definidas com base na consequência deste evento (vazamento e/ou incêndio).

O evento de acidentes pessoais contempla todos os acidentes que se enquadram como: trauma, acidentes com meios de transporte, espaço confinado e trabalho em altura, e é coberto por procedimento de resposta específico, parte integrante deste Plano (Resgate e Atendimento a Vítimas e seus familiares).

Os acidentes ocasionados por desastres naturais e ações de terceiros devem ser enquadrado aos cenários de emergência acima.

O cenário relacionado a doenças contagiosas é coberto pelos **ANEXOS G**, parte integrante deste Plano

14.4. Procedimentos de Resposta

Estes procedimentos operacionais estabelecem ações de respostas para interrupção e controle dos cenários de emergência de acordo com as ações previstas nas estratégias.

Compete a Coordenação da Contingência avaliar as condições de segurança do local, com o objetivo de indicar a área adequada para instalação da base de controle da emergência visando a centralização das informações.

Onde há o compartilhamento com outros dutos (Gasodutos ou Oleodutos), deverão ser tomadas medidas de controle operacional necessárias para manter sua integridade e a segurança das áreas adjacentes.

Todos os empregados envolvidos na execução das ações previstas nos procedimentos devem portar e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual e entre outros que se façam necessários.

14.4.1 Interrupção e Controle do Evento

Atividade	Responsável
Seguir o procedimento PE-5TP-00205 - Situações Anormais e de Emergência.	Ações operacionais - Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL)
Acionar fluxograma conforme DIP emitido pela Gerência TP\DDT\DTNNESE\UN-RJMG\SMS, referente a Gerência DTRM e solicitar à Unidade Operacional o acionamento de seu PRE.	
Tomar as ações de contingência que podem incluir: a avaliação do nível de vazamento, monitoramento do vazamento, parada imediata do sistema de compressão a montante, se for o caso, partida ou aumento da vazão do sistema de compressão de jusante, redução ou interrupção de injeção de gás no Gasoduto afetado.	
Promover, em conjunto com o pessoal de campo, o mais rápido possível, a despressurização do trecho afetado.	
Avaliar impactos ao sistema de transporte e avisar à GE-OP/LOGÍSTICA/PCL caso a ocorrência coloque em risco o atendimento aos clientes, solicitando revisão da Programação de Transporte e ações a serem tomadas.	
Estimar o volume de gás vazado.	
Desencadear o fluxograma de comunicação de emergência e acionar o Plano de Resposta a Emergências da Instalação.	Supervisor de Operações
Assumir o comando das operações de combate, até a chegada do titular ou suplente nomeado na estrutura organizacional de resposta - EOR.	Supervisor de Operações
Enviar técnico a válvula para verificar se o fechamento foi realizado pela alta velocidade de queda de pressão (ROPD) ou pressão baixa no gasoduto (PSL) e caso esteja aberto, realizar o fechamento e informar ao CNCL.	
Acionar as brigadas de combate à emergência das Unidades Operacionais mais próximas do local da emergência.	
Definir a estratégia inicial de resposta.	
Dimensionar os recursos iniciais.	
Acionar as equipes de reparos de emergência considerando as características e a magnitude do acidente.	
Manter monitoramento constante para avaliação do andamento das ações de combate informando o Coordenador da Emergência.	
No caso de emergência no trecho marítimo do Gasoduto GNL, acionar os recursos de emergência do Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG), listados no PE-4TP-00023.	

Avaliar a emergência considerando as **condições meteorológicas** reinantes no local (direção dos ventos, chuvas, etc.). Consultar o EAR da instalação disponível na rede interna da empresa.	Brigada de Emergência Coordenação de Segurança e Contingência
Realizar o isolamento do local da emergência considerando: **Para o cenário de vazamento:** • Zona quente (80% LII): considerar a área de isolamento acima de 80% do LII (nenhuma equipe deve permanecer dentro dessa área). ***Nota 5:*** O raio de isolamento da zona quente não deve ser inferior ao definido no EAR para 100% do LII. • Zona morna: considerar o isolamento entre 80% e 20% do LII, a partir da delimitação da zona quente (equipe de monitoramento e primeiro atendimento); • Zona fria: partir da delimitação da zona morna (equipes de apoio). **Para o cenário de incêndio:** • Zona quente: Definir a área de isolamento equivalente à distância correspondente de 1% de fatalidade (distância definida no EAR para jato de fogo).	
Realizar o monitoramento da emergência.	
Identificar e bloquear todos os equipamentos que possam estar contribuindo para a ocorrência, caso possível. **Nota:** Nos casos em que as válvulas de bloqueio e outros dispositivos de emergência não possam ser atuados automaticamente ou remotamente, o coordenador de ações de resposta deve avaliar a forma mais segura de fechamento ou atuação manual das válvulas e dispositivos.	
Realizar resgate e o primeiro atendimento, se solicitado pelo Corpo de Bombeiros Militar, removendo, as vítimas da zona quente para atendimento na zona fria.	
Instalar biruta próxima ao local para monitorar a direção do vento.	
Analisar o local sinistrado para determinar a gravidade e extensão da emergência.	
Verificar a existência de vítimas.	
Identificar os possíveis danos ao meio ambiente.	
Mapear os riscos existentes no local gerados pela emergência.	
Verificar as rotas tanto para acesso como para fuga.	
Assumir o Comando das Operações de combate, até a chegada do titular ou suplente nomeado na Estrutura Organizacional de Resposta - EOR.	
Determinar o acionamento de recursos externos adicionais de acordo com a necessidade apresentada.	
Assumir a função de coordenador da emergência até a chegada do Gerente Geral de Segurança e Contingência da TRANSPETRO.	Gerente de Manutenção e Operação
Garantir os recursos humanos e materiais necessários para Interrupção e controle do evento.	
Acionar as equipes de reparos de emergência conforme as características e a magnitude do acidente.	
Solicitar recursos humanos e materiais de outras unidades da PETROBRAS e órgãos externos conforme a necessidade.	
Manter monitoramento constante para avaliação do andamento das ações de combate e definição de novas estratégias e/ou correção das estratégias sendo utilizadas.	

14.4.2 Proteção de Receptores Ameaçados

a) Evacuação e Proteção do Público Interno

As instalações do Gasoduto são desassistidas localmente, consequentemente não se faz necessário a adoção de medidas para evasão de trabalhadores ou visitantes.

b) Proteção da População Circunvizinha

Este procedimento visa estabelecer as ações que devem vigorar para proteção das populações vizinhas a faixas de dutos e Instalações de Gás Natural da DTRM. Visa também orientar a Coordenação de Relacionamento com a Comunidade e Grupo de Evasão quanto às medidas a serem tomadas para a proteção da população.
O cadastro de comunidades e seus respectivos líderes comunitários é mantido e atualizado pela Coordenação de Manutenção de Faixa de Dutos, que em situações de emergência assume a função de Coordenação de Relações com a Comunidade.

Caso seja necessário realizar a proteção de população, devem ser adotadas as ações abaixo:

Atividade	Responsável
Realizar o monitoramento de explosividade constante na área externa que poderá ser afetada, inclusive junto às comunidades.	Coordenação de Segurança e Contingência e Avaliação de Riscos
Articular e manter informados os órgãos públicos (Defesa Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros) nas estratégias de proteção à comunidade. Uma lista com telefones e endereços de Hospitais e outros telefones constam no DIP emitido pela Gerência TP\DDT\DTNNESE\UN-RJMG\SMS referente aos contatos da EOR.	Coordenação da Contingência Coordenação de Relações com a Comunidade
Manter a Defesa Civil do município afetado constantemente informada sobre a evolução da emergência (SINDEC – Sistema Nacional de Defesa Civil) bem como as demais autoridades competentes, de modo que estas autoridades tenham informação suficiente para definir, se necessário, a decretação ou homologação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública.	Comando unificado Coordenação da Contingência
✓ A comunicação com a comunidade será realizada conforme estratégia de comunicação de acordo com a “Norma de Comunicação de Crise” da Comunicação Institucional. ✓ Informar e manter informada a comunidade (interna e externa) sobre a emergência ocorrida e seu desenvolvimento de acordo com as orientações corporativas. ✓ Atender as demandas da imprensa. ✓ Preparar release sobre a emergência para a comunicação local. ✓ Recepcionar e providenciar condições de trabalho para a mídia, em conformidade com as orientações corporativas. ✓ Apoiar localmente os interlocutores designados no contato com a imprensa.	Coordenação de Relações com a Comunidade Comunicação
Solicitar à Defesa Civil a evacuação, interdição e isolamento das áreas afetadas, sempre que a situação oferecer riscos à comunidade, e apoiar estas ações, caso solicitado.	Coordenação da Contingência e Coordenação de Relações com a Comunidade
Providenciar o transporte e alojamento para a população evacuada em local seguro em comum acordo com a Defesa Civil, através de alojamentos públicos ou de hotéis.	Coordenação de Relações com a comunidade e Coordenação de Logística
Solicitar à Polícia Militar e/ou Rodoviária a interdição e isolamento das principais vias de acessos (avenidas, ruas, rodovias) às áreas afetadas, sempre que a situação oferecer riscos à comunidade e à população em trânsito.	Coordenação da Contingência
Fornecer apoio médico à comunidade, através da equipe de saúde (interna – TRANSPETRO ou externa - SAMU, Corpo de Bombeiros, SUS) com meios capazes de intervir com recursos humanos e materiais, tais como ambulância, instalação de posto de atendimento médico emergencial temporário, inclusive com recursos para atendimento a problemas respiratórios, em função das necessidades identificadas.	Coordenação de Saúde Atendimento às Vítimas

Designar, em conjunto com a Defesa Civil, pessoa ou grupo de pessoas para efetuar o levantamento das consequências e elaborar Plano de estratégias de minimização imediata dos efeitos à população comprovadamente afetada. Providenciando todos os recursos humanos e materiais necessários para o cumprimento do Plano.	Coordenação de Relações com a Comunidade
Providenciar todos os recursos humanos e materiais necessários para o cumprimento do Plano de estratégias de minimização imediata dos efeitos à população comprovadamente afetada.	Coordenação de logística
Cadastrar pessoas e partes interessadas prejudicadas com o acidente.	Coordenação de Relações com a Comunidade e Avaliação de Danos
Registrar e atender, quando pertinente, as solicitações da comunidade.	Coordenação de Relações com a Comunidade
Definir com a Defesa Civil o momento de desinterdição e liberação das áreas externas após terem sido restauradas as condições de segurança para a comunidade.	Coordenação da Contingência

c) Proteção de Áreas Vulneráveis e da Fauna e Flora

Vazamento sem Ignição:

Não foram observados efeitos adversos para animais e plantas decorrente de contato ou exposição ao Gás Natural.

Vazamento com Ignição:

Atividade	Responsável
Identificar áreas vulneráveis, consultando estudos de análise de risco, os estudos de impacto ambiental e considerando os seguintes aspectos: • Sensibilidade ambiental; • Elevada biodiversidade; • Difícil recuperação; • Ocupações humanas ao longo da faixa do duto; • Atividades socioeconômicas	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Meio Ambiente
Definir estratégias para a proteção de áreas vulneráveis, considerando o risco de surgimento e propagação de focos de incêndio pela vegetação, em conjunto com os órgãos públicos.	
✓ Avaliar os danos ambientais em conjunto com os órgãos ambientais e definir a técnica adequada para recuperação dos ecossistemas. ✓ Solicitar apoio a entidades independentes ou especialistas internos ou externos para avaliação do impacto ambiental, quando necessário. ✓ Acompanhar trabalho de entidades contratadas para avaliação de impacto ambiental.	
Apoiar o Corpo de Bombeiros Militar nas ações de combate ao fogo nas vegetações com potencial de atingir áreas vulneráveis.	

14.4.3 Recuperação de Receptores Impactados

a) Resgate e Atendimento a Vítimas e Assistência a seus Familiares

Este procedimento tem como objetivo estabelecer os procedimentos que devem vigorar quando da ocorrência de vítimas, definindo as ações para o resgate e atendimento a vítimas e seus familiares.

Visa orientar a Coordenação da Contingência e os Grupos de Saúde e Atendimento a Vítimas quanto às medidas a serem tomadas durante essas situações.

As Unidades Operacionais dispõem de kit de primeiros socorros em pontos estratégicos para atendimento inicial e transporte de acidentados, além de contar com empregados treinados em primeiros socorros.

As ações de atendimento a vítima terão prioridade sobre as demais atividades da Gerência Operacional e serão exercidas, em tempo integral e com dedicação exclusiva enquanto durar a emergência.

No momento da comunicação da emergência a Equipe de Reconhecimento deve verificar a existência de vítimas no local da emergência e comunicar a Sala de Comando.

No horário administrativo, a Sala de Comando deve acionar a Equipe de Saúde da Unidade Operacional pelo ramal interno de emergência **8800** ou via rádio, quando aplicável.

A Equipe de Saúde deve acionar o Núcleo de Atendimento a Emergências (NAE), telefone **(21) 3211-9400** ou pela rota **740-9400**, informando a situação do acidentado.

Fora do horário administrativo, o Supervisor de Turno deve acionar o Núcleo de Atendimento a Emergências (NAE) pelo telefone (**21) 3211-9400** ou pela rota **811-9400**, informando:

- Número de vítimas;
- Nome dos acidentados;
- Idade aproximada;
- Descrição do estado geral de saúde (acordado, sonolento, inconsciente, agitado) e das lesões (corte, escoriação, queimadura, perfuração, fratura, esmagamento, extensão da lesão)

O NAE deve orientar o socorrista quanto aos seguintes procedimentos: primeiros socorros, solicitação de remoção, local para encaminhamento da vítima, entre outros. Não conseguido contato, acionar diretamente o serviço de remoção.

Cabe ao Núcleo de Atendimento a Emergências (NAE):

- Orientar a equipe da unidade operacional ou prédio administrativo quanto aos procedimentos de primeiros socorros;
- Realizar o acionamento de equipes de resgate externas;
- Realizar a comunicação da emergência ao Coordenador de Saúde;
- Realizar o acompanhamento da vítima;
- Disponibilizar, caso solicitado, lista atualizada de hospitais e clínicas de atendimento de emergência e/ou especializado por região.

Nota: Para fins de fluxo de comunicação, o Coordenador da área de lotação do empregado acidentado deve comunicar ao NAE a ocorrência do acidente.

Quando possível, iniciar os procedimentos de Primeiros Socorros no local do acidente através de profissional de saúde ou brigadista (orientado por profissional de saúde).

O Coordenador de Saúde da EOR deve, quando necessário, designar grupos de socorro médico para as diversas frentes de trabalho.

O Grupo de Saúde e Atendimento a Vítimas da EOR e as equipes médicas externas devem se deslocar para as proximidades do acidente, quando convocados pela Coordenação da Contingência permanecendo instalados na zona fria.

A Coordenação de Segurança deve verificar e assegurar que os riscos em potencial foram identificados e estão controlados.

O Coordenador de Saúde da EOR manterá a Companhia atualizada quanto à assistência dispensada às vítimas, aos familiares e aos cuidados prestados a força de trabalho.

O Coordenador de Saúde da EOR deve convocar os Assistentes Sociais para atendimento social às vítimas e seus familiares visando:

- Fornecer das orientações pertinentes em relação às normas da empresa;
- Realizar estudo social, quando aplicável;
- Acompanhar os atendimentos realizados;
- Apoiar a equipe da saúde na comunicação da ocorrência de acidentes graves e óbitos a família.

Nota: No período das 19:00 às 07:00 horas da manhã nos dias úteis, sábados e domingos o Serviço Social será acionado pelo NAE.

Procedimento Para Resgate

A Equipe de Combate envolvida no atendimento à emergência na zona quente deve priorizar socorro às vítimas e providenciar sua remoção, conforme orientações do profissional de saúde utilizando os recursos de primeiros socorros existentes (maca, colete cervical, imobilizadores de membros etc.). As vítimas deverão ser removidas para a zona fria.

Caso necessário, o Coordenador da Contingência deve solicitar recursos adicionais (Corpo de Bombeiros, Serviços de Resgate etc.) para atendimento a vítimas.

Em caso de vítimas de serviços em eletricidade as medidas operacionais necessárias para desenergizar área e/ou equipamento devem ser verificadas, assim como, a interrupção do contato da vítima com a fonte energizada, utilizando luvas isolantes de borracha de acordo com a classe de tensão, bastão isolante e/ou material similar.

Como regra básica, não se deve mover uma vítima de eletricidade do local do acidente até que todo o processo de remoção tenha sido devidamente organizado. Entretanto, a remoção deve ser feita se:

- Houver perigo de incêndio;
- Houver materiais perigosos ou explosivos;
- O local do acidente, oferecer perigo à vítima ou ao socorrista.

Em caso de vítimas de intoxicação ou queimadura por produtos químicos, a conduta será orientada por profissional do NAE ou equipe de saúde local, considerando as características da lesão e FISPQ.

Resgate a vítima em espaço confinado

Pessoal capacitado e credenciado é responsável pelo atendimento à(s) vítima(s) em espaço confinado e deverá ser acionada a partir da deflagração da emergência

- Identificar a existência e a quantidade de vítima(s) em espaço confinado;
- Verificar o estado da(s) vítima(s) consciente(s) ou inconsciente(s);
- Comunicar a emergência pelo Ramal 8800 ou via rádio, contatando imediatamente o Supervisor de Entrada e o Responsável Técnico local;
- Acionar pessoal capacitado;
- Fazer uso dos equipamentos de proteção respiratória e equipamentos de resgate disponíveis;
- Efetuar a avaliação do espaço confinado (controle de riscos mecânicos, bloqueio de linhas de alimentação de fluídos, ventilação, etc.) e monitoramento da atmosfera da área da emergência e seu entorno;
- Definir estratégia de resgate, forma de retirada da(s) vítima(s) do espaço confinado e recursos de primeiros socorros a serem utilizados, em articulação com a Equipe de Resgate, Responsável Técnico, Grupo de Segurança e Monitoramento Ocupacional;
- Acionar o Grupo de Saúde e o Grupo de Atendimento a Vítimas da EOR;
- Acionar Equipe de SMS da Unidade Operacional;
- Remover vítima para fora da zona de risco, encaminhando-a para atendimento local no Setor Médico ou externo, caso necessário;
- Tomar as devidas precauções para evitar a contaminação com sangue.

Caso necessário, o Coordenador da Contingência deve solicitar recursos adicionais (Corpo de Bombeiros, Serviços de Resgate etc.) para atendimento às vítimas.

No caso de vítimas decorrentes de serviço em altura

- Comunicar a emergência pelo Ramal 8800 ou via rádio;
- Acionar a Equipe de Resgate;
- Acionar a atividade médica e definir a estratégia de socorro à vítima;
- A equipe de resgate deve avaliar o local, identificando possíveis riscos à sua segurança e a segurança da vítima;
- A área deve ser isolada, caso seja necessário;
- A equipe de resgate deve proceder ao resgate conforme técnicas de resgate em altura;
- A vítima deve ser transportada, de forma adequada, para um local seguro;
- Caso necessário, devem ser prestados os primeiros atendimentos a vítima e encaminha-la ao serviço médico;
- Acionar, se necessário, a assistente social para providências junto ao hospital e familiares.

Intoxicação Alimentar - DTA:

Para casos de suspeita de ocorrência de DTA (Doença Transmitida por Alimentos) deve ser acionado, imediatamente, o sobreaviso médico da TRANSPETRO através do número: **(21) 3211-9400** ou ramal: **740-9400**, para adoção das medidas cabíveis.

O apoio médico local da TRANSPETRO deve seguir o Fluxograma de Atendimento a Intoxicação Alimentar, **ANEXO H** e preencher o **ANEXO I** - Relatório de Atendimento para Registro e Investigação de Surto de DTA.

b) Monitoramento das Áreas Atingidas

Parâmetros a serem monitorados para segurança das equipes de combate e da comunidade:

- ✓ Explosividade;
- ✓ Ruído;
- ✓ Propagação de nuvem de Gás Natural;
- ✓ Propagação de focos de incêndio.

Os equipamentos de monitoramento devem estar sempre calibrados.

Os pontos e as periodicidades de monitoramento devem ser acordados com o Órgão Ambiental, mas devem atender no mínimo as condições a seguir:

I. No cenário de emergência deve haver no mínimo uma biruta para acompanhamento da direção de propagação de focos de incêndio ou de nuvem de Gás Natural. A biruta deve estar disposta de forma a que as equipes de emergência possam visualizar a direção do vento sem estarem expostos a risco.

II. No cenário de emergência deve haver no mínimo um decibelímetro para acompanhamento do nível de pressão sonora decorrente do vazamento. Os pontos onde cada equipe se localiza devem ser avaliados e as proximidades das residências não evacuadas também.

III. No cenário de emergência deve haver no mínimo dois detectores de explosividade para verificação de zonas de risco. Um detector deve ficar posicionado nos pontos de isolamento posicionados na direção do vento, conforme indicação da biruta, e o outro na direção contrária.

IV. O responsável pelo monitoramento deve constantemente percorrer os receptores ameaçados fazendo avaliações fora da zona quente.

V. Durante o vazamento o monitoramento de tais parâmetros deve ser constante.

Após o término da emergência, a explosividade continuará a ser monitorada nas proximidades do furo, trinca ou ruptura por onde ocorreu o vazamento. Essa ação visa impedir que uma possível fonte de ignição entre em contato com emanações de Gás Natural que por ventura possam existir antes do reparo.

Em caso de incêndio classe “A”, o procedimento de monitoramento e rescaldo de controle do sinistro, devem ser acordados com o Corpo de Bombeiros.

c) Limpeza e Controle das Áreas Atingidas

Devido as características físico-químicas do Gás Natural, torna-se desnecessário a adoção de medidas de limpeza e controle das áreas atingidas.
Porém em caso de incêndio classe “A”, a técnica de limpeza a ser adotada se compõe de:

- ✓ Delimitação da área afetada;
- ✓ Recolhimento do resíduo a ser enviado para descarte;
- ✓ Disposição final dos resíduos recolhidos conforme procedimentos prescritos no PP-0TP-00032 - Gerenciamento de Resíduos;
- ✓ Recuperação da área afetada.

Após o encerramento do evento acidental a área atingida deve ser recomposta para retornar às suas características anteriores. Para tanto se deve utilizar para limpeza da área recursos manuais (como: pás e enxadas) e/ou mecanizados (como: retroescavadeiras e caminhões caçamba). A Manutenção de Faixa de Dutos deve ser requisitada para auxiliar na limpeza da área. A técnica de recuperação da vegetação afetada deve ser consensada com o Órgão Ambiental.

Compete à Coordenação de Segurança e Contingência e Coordenação de Meio Ambiente orientar as ações de limpeza.

14.4.4 Segurança e Saúde do Pessoal Envolvido nas Ações de Resposta

Esse procedimento visa preservar a segurança e saúde do pessoal envolvido nas ações de resposta.
O pessoal envolvido nas ações de resposta deve:

I. Assegurar primeiramente a sua própria segurança e saúde;
II. Usar equipamentos de proteção individual adequado:
   a. Luvas de látex para não entrar em contato com fluidos corporais das vítimas;
   b. Conjuntos de aproximação com máscara autônoma para situações de atmosfera IPVS (Imediatamente Perigosa a Vida e a Saúde) e calor proveniente de chamas;
   c. EPIs básicos (Capacete, óculos de segurança e botina);
   d. Protetor auricular para situação de ruído proveniente da instalação ou do vazamento;
   e. Luvas para proteção contra superfícies abrasivas;
   f. Perneira para proteção contra o ataque de animais peçonhentos.

III. Assegurar a segurança da área, isolando-a para evitar o risco de atropelamento e a presença de fontes de ignição.

As demais ações para preservar a segurança e saúde do pessoal envolvido nas ações de resposta estão relacionadas nos Procedimentos de Apoio.

14.4.5 Procedimentos Não Aplicáveis

Devido às características físico-químicas do Gás Natural, os procedimentos listados abaixo não se aplicam as instalações:

- Contenção de Agente;
- Remoção de Agente;
- Dispersão de Agente;
- Neutralização de Agente;
- Desvio de Frente de Propagação.

14.5. Procedimentos de Apoio

14.5.1 Monitoramento e Controle da Saúde Ocupacional

O objetivo desse procedimento é estabelecer um Plano para implementação de ações de monitoramento e controle da saúde ocupacional das pessoas envolvidas nas ações de controle da emergência, sejam elas funcionários próprios, contratados ou funcionários de órgãos de defesa públicos, durante e após um evento acidental.

Ações	Responsável
Zelar pela saúde e pela integridade física das pessoas envolvidas no atendimento a emergência e pelo cumprimento das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho - NRs.	Todos os Responsáveis em conjunto com a EOR e os líderes das frentes de trabalho Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Prover informações e recursos para que as pessoas envolvidas nas ações de resposta se protejam contra os riscos identificados.	
Delimitar as zonas quente, morna, fria e de exclusão para cada frente de trabalho.	Coordenação de Segurança e Contingência
Manter monitoramento constante dos níveis de concentração dos gases e vapores e ruído no interior das zonas delimitadas nas frentes de trabalho. Assim como a direção de propagação de chamas.	
Estabelecer as rotas de fuga e acesso aos locais de atendimento à emergência.	
Prover alimentação, hidratação e áreas para proteção contra intempéries para as pessoas envolvidas nas ações de resposta.	Coordenação de Logística
Prever em conformidade com a legislação vigente turnos de trabalho no atendimento à emergência implantando rodízios das equipes de trabalho.	Todos os Coordenadores da EOR e líderes das frentes de trabalho
Definir, com base nas legislações e normas nacionais e internacionais pertinentes, quais os níveis de tolerância aos agentes de risco que as pessoas envolvidas no atendimento à emergência poderão ficar expostas sem comprometimento de sua saúde. Com base nessa informação orientar à força de trabalho envolvida nas ações de resposta sobre as ações preventivas.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Distribuir os EPIs necessários à preservação da saúde e integridade física das pessoas envolvidas no controle da emergência.	Coordenação de Segurança e Contingência
Utilizar os EPIs seguindo a orientação da Coordenação de Segurança e Contingência.	Todos os envolvidos nas ações de controle da emergência
Observar a realização de esforço humano excessivo nas frentes de trabalho, interromper atividades que ofereçam risco à integridade física ou à saúde das pessoas e orientá-las sobre a forma segura de agir.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Verificar e orientar o atendimento das condições de conforto nas frentes de trabalho de acordo com a NR-24.	Coordenação de Segurança e Contingência
Supervisionar as questões de Segurança e Saúde por parte das contratadas.	Todos os Responsáveis em conjunto com a EOR e os líderes das frentes de trabalho
Interromper atividades que ofereçam risco à integridade física ou à saúde das pessoas. ***Nota:*** Após a interrupção de qualquer atividade por esse motivo o coordenador por ela responsável deve ser imediatamente informado.	Todos os envolvidos nas ações de controle da emergência Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Coordenar a realização do DSMS nas frentes de trabalho.	Coordenação de Segurança e Contingência
Registrar ocorrências de SMS nas frentes de trabalhos.	
Participar do processo de investigação e análise do acidente.	Todos os envolvidos nas ações de controle da emergência que forem solicitados

Caso haja exposição a produto derramado ou vazado durante contenção ou recolhimento e/ou diante de qualquer outro risco à saúde, todos os trabalhadores envolvidos no evento devem realizar exames complementares conforme previsto no PP-0V3-00024 - ATENÇÃO À SAÚDE DOS TRABALHADORES DAS EQUIPES DE EMERGÊNCIA. Tal procedimento visa realizar o controle biológico caso tenha ocorrido da exposição ocupacional aos agentes químicos previstos no PB PP-0V3-00024. A responsabilidade de aplicar esse procedimento na Gerência é da Coordenação de Saúde e da Coordenação de Segurança e Contingência.

14.5.2 Monitoramento e Controle de Riscos

O objetivo desse procedimento é estabelecer um Plano para implementação de ações de monitoramento e controle dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes das pessoas envolvidas nas operações de ação de resposta durante e após um evento acidental.

Ações	Responsável
Definição (reconhecimento) dos riscos físicos, químicos e biológicos presentes no cenário de emergência, incluindo o produto vazado seguindo as metodologias recomendadas pelo National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH USA), FUNDACENTRO, Portaria 3214/78, NBR pertinente ou outras normas internacionalmente aceitas como adequadas. Avaliando, conforme o caso e a necessidade, os níveis de pressão sonora (ruído), a concentração de gases e vapores por amostragens nos trabalhadores expostos.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Identificar os efeitos potenciais adversos para a saúde das pessoas dos agentes de riscos físicos, químicos e biológicos, reconhecidos.	
Definição (reconhecimento) dos riscos ergonômicos e de acidentes presentes no cenário de emergência.	Coordenação de Segurança e Contingência
Manter as demais equipes e o comando informados sobre os riscos reconhecidos no cenário da emergência. Assim como sua evidente ou provável localização.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Saúde
Efetuar monitoramento constante da atmosfera da área da emergência e seus entornos verificando a presença de gases e vapores tóxicos, inflamáveis e radiação térmica (casos de incêndio) para acompanhamento da evolução das condições de meio ambiente e de segurança, subsidiando decisões de evacuação, liberação de áreas e saúde ocupacional.	Coordenação de Segurança e Contingência
Delimitar as zonas quente, morna e fria para cada frente de trabalho.	
Manter as equipes a uma distância segura dos riscos.	Todos os Responsáveis em conjunto com a EOR e os líderes das frentes de trabalho Coordenação de Segurança e Contingência

14.5.3 Segurança Física de Pessoas, Equipamentos e Instalações da Companhia e de Terceiros

Ações	Responsável
Identificar todas as pessoas envolvidas nas ações de resposta que tenham ações no local da emergência.	Coordenação da Contingência
Coordenar suas ações para resguardar as Instalações e bens da Companhia e terceiros com a autoridade policial responsável pelo local.	Vigilância Patrimonial
Em conjunto com a autoridade policial responsável pelo local providenciar o isolamento da área, restringindo e coordenando o acesso. Somente permitir acesso ao pessoal identificado.	
Efetuar o controle de pessoas nos pontos de evacuação e abandono, mantendo a ordem e a disciplina.er	
Em caso de presença de pessoas não autorizadas nas frentes de trabalho, adotar o seguinte procedimento: 1º Informá-la que se trata de uma situação de risco e solicitar que ela se desloque para local seguro; 2º Caso ela não atenda à primeira solicitação acionar defesa civil ou autoridade policial para auxílio na remoção da pessoa não autorizada.	Vigilância Patrimonial
Preservar os bens patrimoniais da companhia e de terceiro contra furto, roubo e vandalismo. Assim como a integridade física das pessoas contra qualquer tipo de violência ou agressão.	

Estabelecer, no âmbito das unidades do Sistema PETROBRAS, medidas pré-determinadas de proteção e prevenção frente à ameaça de atos potencialmente lesivos ao patrimônio ou às pessoas, entre elas invasão, sabotagem ou agressões, seja contra instalações, edificações ou pessoal.	
Manter as unidades industriais informadas sobre as ameaças levantadas que lhes sejam relevantes.	
Recepcionar e encaminhar autoridades públicas, imprensa, outras partes interessadas e apoio externo, conforme orientações da Coordenação de Contingência.	Vigilância Patrimonial
Apoiar a autoridade policial na coordenação do trânsito.	
Apoiar ações da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Grupo de Evacuação, em caso de necessidade.	
Acionar Autoridade Policial no caso de identificação de indivíduo se apropriando indevidamente ou praticando ação de vandalismo contra os bens da companhia ou de terceiros.	Vigilância Patrimonial Todos os envolvidos nas ações de contingência

14.5.4 Coleta e Disposição dos Resíduos Gerados

Este procedimento tem como objetivo orientar a Coordenação da Contingência e estabelecer as ações que devem vigorar para coleta e destinação dos resíduos gerados quando da ocorrência de uma emergência.

A identificação, classificação, manejo e disposição dos resíduos gerados na emergência devem ser realizados conforme PP-0TP-00032 Gerenciamentos de Resíduos - **ANEXO C** Armazenamento e Disposição dos Resíduos Gerados na Emergência, e em consonância com os requisitos legais vigentes.

14.5.5 Acionamento e Deslocamento de Recursos

Este procedimento tem como objetivo estabelecer as ações, para acionamento e deslocamento de recursos humanos e materiais quando da ocorrência de emergência.

Cabe ao Gerente da DTRM o acionamento dos recursos da EOR. Caso ele esteja impedido, o acionamento poderá ser realizado através de pessoa por ele designada.

O acionamento ou requisição de qualquer recurso (humano ou material) deve seguir a hierarquia da EOR.

O acionamento do Plano de Contingência Regional é feito pelo coordenador de recursos de emergência, após consentimento do Gerente da DTRM. Assim como por pessoa por eles designada.
O acionamento Plano de Contingência Corporativo - PCCORP é feito pelo Gerente da DTRM. Assim como por pessoa por eles designada.

A prioridade para deslocamento de recursos deve obedecer a seguinte hierarquia:
1º Recursos humanos para isolamento da área e socorro médico;
2º Material para isolamento da área e comunicação;
3º Recursos para hidratação e alimentação das equipes;
4º Recursos para deslocamento de pessoas da comunidade;
5º Demais recursos que se façam necessários.

Ações	Responsável
Avaliar o cenário acidental e definir o tipo e quantitativo de recursos adicionais, materiais e humanos, para o atendimento à emergência.	Coordenação da Contingência Coordenação de Planejamento e Estratégias

Identificar as instalações da PETROBRAS que possam fornecer os recursos adicionais necessários (via: InfoPAE web, contatos CDA, contatos CRE, entre outros).	Coordenação da Contingência Coordenação de Logística - Suporte
Formalizar a solicitação junto às instalações PETROBRAS.	
Realizar ou coordenar o deslocamento de recursos de terceiros.	Coordenação de Logística
Encaminhar para “compras e contratações” informações sobre prestadores de serviços/fornecedores e solicitar pagamentos/contratação.	
Providenciar alimentação e água para as frentes de trabalho. ***Nota:*** Na 1ª hora da emergência, deve-se designar um responsável por fornecer água e alimentação.	
Providenciar o transporte/mobilização dos recursos materiais e humanos para o local da emergência, priorizando: 1º Contratos e convênios previamente existentes; 2º Contratação de empresas previamente identificadas e cadastradas; 3º Contratação de empresas identificadas durante a emergência.	
Disponibilizar hospedagem para o pessoal envolvido nas ações de resposta, preferencialmente em hotéis de rede credenciada.	Coordenação de Logística
Identificar e providenciar local seguro para armazenamento dos recursos materiais, tanto em campo, quanto dentro das Unidades Operacionais.	
Realizar o registro de entrada e saída de recursos materiais, considerando no mínimo: origem, data e hora de recebimento/ expedição, integridade na entrada, característica operacional, quantidade, localização em campo, responsável, manutenção, integridade na saída e desmobilização.	
Indicar colaborador para percorrer as frentes de trabalho (logística de campo) identificando as demandas (água, alimentação, EPI, recursos materiais consumíveis e não consumíveis, recursos humanos) repassando as mesmas para a coordenação da logística.	
Identificar e providenciar local para realização de reparos e manutenção nos equipamentos avariados, controlando a entrada e a saída de recursos.	
Identificar e providenciar local para abastecimento de veículos e equipamentos ou acordar rotina de abastecimento em pontos descentralizados diretamente pelos responsáveis pelos veículos e equipamentos	
Verificar se o condutor do veículo possui todas as documentações e habilitações necessárias ao desempenho de suas funções.	
Concluir o processo de pagamentos/contratações dos serviços/recursos.	Controladoria de Custos e Fundo Rotativo
Avaliar a necessidade de acionamento dos recursos humanos especializados.	Coordenação de Segurança e Contingência
Realizar o controle dos recursos humanos, considerando no mínimo: origem, localização em campo, função, local de hospedagem e desmobilização.	Coordenação de Planejamento e Estratégias
Atualizar, diariamente, o inventário de material identificando a necessidade de aquisição de recursos adicionais (reposição ou novos).	Coordenador da Contingência Coordenação de Planejamento e Estratégias Coordenação de Logística
Devolução de recursos. ***Nota:*** A devolução de recurso deve ser informada pela área responsável à Coordenação de Logística que dará o encaminhamento adequado para sua devolução, caso o recurso não seja necessário em outra unidade.	Todas as Coordenações envolvidas nas ações de resposta Coordenação de Logística
Verificar o estado de conservação do veículo.	Motoristas e Condutores Coordenação de Segurança e Contingência
Certificar a utilização correta do cinto de segurança por todos os passageiros.	Motoristas e Condutores Coordenação de Logística
Não transportar passageiros nas caçambas de peruas e caminhões.	
Respeitar os limites de velocidade de acordo com o indicado nas sinalizações e na falta destas cumprir a legislação vigente, atentando para as condições das	

estradas. Respeitar as demais sinalizações do sistema de trânsito, tanto verticais como horizontais.	
Não ultrapassar a capacidade máxima de carga do meio de transporte a ser utilizado.	
Não trafegar pelas pistas (ruas, avenidas e estradas) com excesso lateral, caso seja necessário este tipo de transporte providenciar batedores e autorização das autoridades competentes, conforme legislação.	

14.5.6 Monitoramento da Evolução da Emergência

O objetivo do procedimento de monitoramento da evolução da emergência é disponibilizar informações ao Comando Unificado e Coordenação da Contingência para que ela tome as ações necessárias.

Em um cenário envolvendo vazamento de Gás Natural as variáveis de processo que podem interferir na emergência são:

- ✓ Pressão;
- ✓ Vazão;
- ✓ Inventário.

Ações	Responsável
Efetuar monitoramento constante da atmosfera no entorno da área da emergência verificando a presença de gases e vapores tóxicos, inflamáveis e monitoramento da radiação térmica (casos de incêndio) até o término do reparo do equipamento sinistrado.	Coordenação de Segurança e Contingência
Efetuar monitoramento constante dos parâmetros disponíveis remotamente no trecho sinistrado e manter Coordenação da Contingência informada.	CNCL
Solicitar, sempre que necessário, à TP/DDT/COICM/LCI/PMQ/PROG a estimativa de inventário de produto na instalação para dimensionar e prever a continuidade das ações de resposta.	Coordenação da Contingência
Realizar estimativa de inventário de produto na instalação e manter Coordenação da Contingência informada.	TP/DDT/COICM/LCI/PMQ/PROG
Acompanhar parâmetros disponíveis para visualização em local seguro na instalação.	Coordenação de Ações de Resposta
Acompanhar a evolução dos reparos dos equipamentos que deram causa a emergência.	Coordenação de Ações de Resposta Reparos de Emergência
Elaborar relatório diário, para monitoramento da ocorrência pelo Comando Unificado e Coordenação da Contingência, contendo: todas as atividades desenvolvidas, materiais, equipamentos, veículos disponíveis e utilizados, recursos humanos disponíveis, serviços contratados e ocorrências de SMS.	Todos os Grupos

14.5.7 Obtenção e Atualização de Informações Relevantes

Ações	Responsável	Periodicidade
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência os documentos que contém as informações mínimas relevantes sobre a região afetada para definições das estratégias de combate.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Relações com a comunidade	No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência informações sobre as características da região: relevo, corpos hídricos, ocupação populacional, perfil socioeconômico, acessos rodoviários e ferroviários.	Coordenação de Segurança e Contingência	No início da emergência

Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência o Estudo de Análise de Risco da instalação.		No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência e na Sala de Operações informações sobre as condições meteorológicas presentes e futuras (previsões).		Permanentemente
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência os Fluxogramas dos processos, mapas das redes de drenagem, dentre outros.		No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência, na Sala de Operações e na Sala de Logística a relação de recursos materiais com suas características técnicas, localização e quantidades.		No início da emergência
Obter fotos aéreas, imagens de satélites, fotos comuns das áreas do antes, quando houver, durante o desenrolar e após o término da emergência.	Registros e Relatórios	Diariamente e ao término da emergência
Obter e disponibilizar na Sala de Operações as Fichas de Informação de Produtos Químicos movimentados e/ou em uso pela instalação.	Supervisão de Operação e Manutenção	No início da emergência
Obter e disponibilizar na sala de Comando da Emergência os Planos de Emergência Regional e Corporativo.	Coordenação de Segurança e Contingência	Quando solicitado pelo Comando Unificado
Dar divulgação dos dados relevantes atualizados para todos os Coordenadores e Líderes de Frentes de Trabalho de forma clara, rápida e objetiva, através de radiofrequência, telefones, cópias impressas ou pessoalmente.	Comando Unificado Coordenação da Contingência	Ao início dos trabalhos de cada equipe Sempre que for necessário divulgar informações relevantes
Registrar e manter todas as informações relevantes e suas atualizações com data e horário de obtenção	Registros e Relatórios	Permanentemente
Consultar para obtenção de dados mais específicos os Órgãos Oficiais (tais como IBGE, IBAMA, INPE, Órgãos Ambientais Estaduais e municipais, ICMBio e outros), Universidades, sites da Intranet PETROBRAS, Internet.	Coordenação de Segurança e Contingência Coordenação de Relações com a comunidade	Sempre que for necessário

14.5.8 Registro das Ações de Resposta

Ações	Responsável
Designar pessoa para efetuar todos os registros das ações de resposta até o término da emergência.	Coordenação da Contingência
Elaborar relatório diário contendo: duração da jornada de trabalho, atividades realizadas, horário das atividades realizadas, fatos relevantes (ex.: acompanhamento das ações e acidentes ocorridos no local da emergência), quantidade e relação dos recursos humanos e materiais na frente de serviço.	Líderes das frentes de serviço
Diariamente obter as informações relevantes e atualizar o relatório da emergência.	Registros e Relatórios
Ao fim da emergência confeccionar book com toda documentação produzida em decorrência da emergência, incluindo, mas não se restringindo a estes itens: ✓ Atas das reuniões de planejamento; ✓ Registros fotográficos e fílmicos; ✓ Registros diários de acompanhamento das ações desenvolvidas e efetuadas pelas frentes de trabalho; ✓ Boletins meteorológicos;	

✓ Atas das reuniões com Órgãos externos; ✓ Registro e cópia de correspondências recebidas e enviadas durante e sobre a emergência; ✓ Relatórios quantitativos diários de HH utilizados para o combate à emergência; ✓ Relatórios quantitativos diários de materiais e equipamentos utilizados para o combate à emergência; ✓ Registros de comunicações expedidas para a imprensa; ✓ Registros dos monitoramentos efetuados e seus resultados; ✓ Registros e relatórios das solicitações e atendimento as comunidades afetadas; ✓ Registro dos pousos e decolagens de aeronaves; ✓ Registro das oportunidades de melhorias observadas e levantadas durante as reuniões de planejamento; ✓ Todo e qualquer registro que o Comando das Operações achar pertinente sua inclusão. ✓ Todos os documentos, boletins, relatórios, etc. ou suas cópias, deverão ser arquivados em pasta própria e específica da emergência em curso e guardados sob os cuidados da Gerência Setorial de Segurança Operacional.	

Os relatórios escritos em campo poderão ser manuscritos ou em formato digital e seus elaboradores devem encaminha-los para os seus respectivos superiores hierárquicos dentro da EOR.

Os relatórios das coordenações deverão ser elaborados em formato digital, consolidando as informações dos líderes de suas respectivas frentes de trabalho e encaminhados para o Comando Unificado e para o responsável pelos Registros e Relatórios com periodicidade mínima diária.

Os coordenadores devem manter a Coordenação da Contingência e o Comando Unificado permanentemente informados sobre a evolução da emergência e sobre suas ações, essas informações podem ser efetuadas via telefone, rádio, pessoalmente ou mensagem de texto de celular.

O responsável pelos Registros e Relatórios deve elaborar, após o encerramento da emergência um Relatório de Ocorrência, com coleta de dados, análises, desenvolvimentos das ações de combate e recomendação de prevenções visando o controle dos riscos que geraram a emergência. Esse relatório deve ser encaminhado à Gerência de Segurança e Contingência da TRANSPETRO, à Diretoria de SMS Corporativo da PETROBRAS S/A e outras partes interessadas.

O responsável pelos Registros e Relatórios deve elaborar relatórios para envio ao órgão ambiental, à ANP e para ficar à disposição do MTE. O modelo a ser seguido para envio à ANP está relacionado no **ANEXO B** - Formulário de Comunicação Inicial e Relatório de Incidente. O modelo de relatório a ser seguido para os demais órgãos deve seguir o mesmo elaborado corporativamente para acidentes e incidentes.

14.5.9 Desmobilização

Ao encerramento da emergência a desmobilização se dará da forma apresentada no quadro abaixo:

Ações	Responsável
Ordenar aos coordenadores envolvidos que iniciem a desmobilização de seus recursos. ***Nota:*** a coordenação das ações de desmobilização cabe à equipe de logística de campo.	Comando Unificado
Atender às solicitações da equipe de desmobilização e apresentar relação de recursos que devem ser desmobilizados.	Todas as Coordenações e Equipes envolvidas nas ações de resposta.
Levantar o quantitativo de recursos humanos mobilizados, o nome, o endereço de residência de cada colaborador ou outro destino ao qual o mesmo deve ser encaminhado e o período contínuo de trabalho de cada um até o momento da ordem de desmobilização.	Coordenação de Logística Logística de Campo

Levantar o quantitativo e o tipo dos recursos materiais mobilizados e os destinos aos quais devem ser enviados.	
Verificar quais os recursos humanos necessários para realização da desmobilização, comunicar aos colaboradores, formar equipes e definir seus objetivos. ***Nota:*** Podem ser aproveitados recursos humanos que tenham atuado na contingência, desde que respeitada a carga horária diária máxima de trabalho definida na legislação.	
Mobilizar os recursos materiais necessários à desmobilização e disponibilizá-los para as equipes.	
Desmobilizar os recursos humanos que já estiverem liberados, encaminhando-os para suas respectivas residências ou outros destinos aos quais os mesmos devam ser enviados.	
Desmobilizar os recursos materiais que já estiverem liberados, encaminhando-os para os destinos aos quais devam ser enviados.	
Desmobilizar a equipe de Logística de Campo juntamente com as demais equipes que a estiverem apoiando.	Coordenação de Logística

14.5.10 Documentação

Ações	Responsável
Designar pessoa para efetuar os registros e relatórios das ações de resposta até o término da emergência.	Coordenação da Contingência
Documentar, registrar e classificar as ações de controle da emergência tomadas de acordo com a norma de classificação da informação da PETROBRAS. ***Nota:*** Para a documentação devem ser considerados os registros fotográficos, filmagens, coleta de amostras para análises químicas, toxicológicas e monitoramento biológico.	Registros e Relatórios
Registrar e escriturar as atas de reuniões.	
Atualizar diariamente com as frentes de trabalho informações sobre a emergência.	
Elaborar relatório diário sobre todas as atividades desenvolvidas, consolidando as informações recebidas de todos os grupos.	
Reportar os relatórios a Coordenação da Contingência para validação.	
Repassar todas as informações pertinentes ao Operador do InfoPAE para inserção no sistema, se aplicável.	
Registrar o tratamento das ações, que possam se postergar após o término da emergência, relativas a restauração do local afetado, ressarcimento a comunidade e ações de saúde.	
Elaborar relatório final da emergência de forma a permitir a posterior avaliação do PRE e subsidiar processos investigatórios e jurídicos.	
Encaminhar documentação gerada na emergência para guarda pela Coordenação de Segurança e Contingência.	
Guardar a documentação gerada na emergência de forma a resguardar a TRANSPETRO e a PETROBRAS contra eventuais demandas jurídicas.	Coordenação de Segurança e Contingência

14.5.11 Levantamento de Dinheiro em Espécie

Para levantamento de dinheiro em espécie a Gerência DTRM possui Agentes de Fundo Rotativo distribuídos geograficamente. O levantamento de dinheiro em espécie em caso de emergência se dará através dos agentes.
A qualquer momento cada agente pode sacar até R$ 1.000,00 por dia, respeitando-se as restrições bancárias quanto a horário para saque em caixas eletrônicos.

Mediante autorização da Gerência Operacional da DTRM, o valor de saque poderá ser ampliado para atender às necessidades geradas pela emergência.

Ações	Responsável
Acionar o Agente do Fundo Rotativo e autorizá-lo a realizar o levantamento de dinheiro em espécie para atender às necessidades geradas pela emergência.	Gerência da DTRM
Acionar a DIRETORIA FINANCEIRA ADMINISTRATIVA para levantamento das quantias adicionais necessárias e para criação de OI (SAP-R3) para emergência.	
Elaborar controle diário de prestação de contas das despesas efetuadas.	Agente do Fundo Rotativo
Elaborar relatório diário de despesas efetuadas.	
Emitir relatório de caixa ao final da emergência.	
Atender as normas e prazos previstos no Manual Financeiro da TRANSPETRO.	
Orientar pessoal que efetuará as compras sobre os dados a serem utilizados na emissão das notas fiscais.	
Solicitar as notas fiscais dos bens e serviços adquiridos conforme orientação do Agente do Fundo Rotativo.	Todas as Coordenações e Equipes envolvidas nas ações de resposta que realizarem compras ou contratações durante a emergência

14.5.12 Acionamento do Seguro e Controle e Inventários dos Salvados

Este procedimento tem por objetivo orientar a Coordenação da Contingência e estabelecer os procedimentos para acionamento do seguro e controle de inventário dos salvados quando da ocorrência da emergência.

Conforme procedimento PE-0TP-00038 Seguro de Riscos Operacionais/Procedimento, são cobertos pelo procedimento de acionamento de seguros de riscos operacionais as seguintes instalações: tanques e esferas e respectivos produtos, unidades de processamento / geração, bens móveis, prédios, utilidades e dutos internos.

Nota: O Seguro de Riscos Operacionais não cobre a atividade de transporte de dutoviário (Gás ou Petróleo e Derivados).

Para fins de ressarcimento a terceiros, o Seguro de Responsabilidade Civil cobre danos corporais e materiais a terceiros em decorrência de acidentes nas instalações operacionais, incluindo poluição súbita e acidental e remoção de destroços.

São cobertas, pelo Seguro de Responsabilidade Civil, as atividades operacionais de todas as unidades operadas pela TRANSPETRO (dutos, terminais, estações intermediárias, terminais de GNL e unidades de processamento de Gás Natural).

O Procedimento para acionamento das modalidades de seguro de Riscos Operacionais e de Responsabilidade Civil está descritos no item 6.2 Comunicação de Sinistro do padrão PE-0TP-00038 Seguro de Riscos Operacionais/Procedimento.

Nos casos de colisão de navios com cais, píeres, quadros de bóias ou monobóias e nos casos de poluição causada por navios, o procedimento para ressarcimento dos prejuízos deve seguir o definido no procedimento PE-3TP-00152 Ressarcimento de Danos de Causados aos Terminais por Navios /Procedimentos.

14.5.13 Compras e Contratações

As compras e contratações de recursos externos para atendimento à emergência devem ser realizadas de forma a atender as necessidades das equipes de controle do evento quanto ao tipo de recurso e tempo de mobilização.

Para compra ou contratação de tais recursos não é necessário que os fornecedores estejam cadastrados na TRANSPETRO, bastando apenas que:

1º A Coordenação da Contingência ou o Gerente da DTRM autorizem;
2º Os recursos supram a necessidade provocada pelo evento acidental quanto ao tipo e tempo de mobilização;
3º O fornecedor aceite os termos da TRANSPETRO para posterior recebimento dos valores monetários pelo serviço prestado / venda ou que a equipe em campo possua dinheiro em espécie para efetuar a contratação ou aquisição.

Ações	Responsável
Solicitar os recursos externos necessários para os coordenadores das equipes.	Todos os membros das equipes envolvidas nas ações de controle da emergência
Solicitar os recursos externos necessários para a Coordenação de Logística, Coordenação da Contingência ou Comando Unificado.	Todos os Coordenadores das equipes envolvidas nas ações de controle da emergência
Centralizar solicitações de recursos, submetendo a sua aprovação ao Coordenador de Logística.	Logística de campo
Identificar fornecedor com disponibilidade do recurso necessário. ***Nota:*** Os fornecedores podem ser identificados em campo no cadastro de fornecedores do Sistema PETROBRAS e TRANSPETRO, em lista telefônica ou pela internet.	Logística de campo Todos os Coordenadores das equipes envolvidas nas ações de controle da emergência Gerência SUP
Entrar em conto com o fornecedor e expor os termos para contratação ou aquisição e pagamento.	Logística de campo Gerência SUP
Demarcar, sinalizar e preparar área para controle e recebimento de equipamentos e materiais.	Logística de campo
Indicar pessoa para apontar serviços, veículos e aeronaves próprios e de terceiros mobilizados.	
Controlar o recebimento e devolução de recursos externos, mantendo o Comando de Operações ciente destas demandas.	
Inspecionar e cadastrar materiais, viaturas e equipamentos recebidos e a devolver.	
Controlar os recursos colocados à disposição.	
Assegurar estoques mínimos para prevenir faltas.	
Consolidar diariamente as medições de serviços para a emergência.	
Providenciar a manutenção dos equipamentos usados na emergência que forem locados pela logística	

14.5.14 Gestão de Custos

Ações	Responsável
Definir estrutura de custos para a emergência e informar à Controladoria de Custos.	Comando Unificado
Adotar as ações necessárias junto à área financeira para levantamento das quantias adicionais necessárias em espécie e para criação de OI (SAP-R3) para emergência.	Controladoria de Custos
Acompanhar as ações relativas ao Fundo Rotativo.	
Acompanhar o responsável pela contratação para atender a emergência no que tange aos contratos.	
Avaliar disponibilidade e utilização dos recursos usados e/ou contratados para a emergência.	
Elaborar planilha específica para acompanhamento de custos.	
Elaborar formulários específicos para acompanhamento de contratação.	
Acompanhar diariamente com as frentes de trabalho os custos realizados.	
Elaborar diariamente planilha contendo os valores estimados referentes às atividades executadas durante a emergência, entregando ao final do dia a Coordenação da Contingência.	
Controlar o uso dos helicópteros para planilhamento de custos, quando aplicável.	Serviços e Materiais
Entregar medições consolidadas para o responsável pelo Grupo de Controle de Custos.	
Entregar medições consolidadas para o responsável pelo Grupo de Controle de Custos.	
Elaborar os relatórios e demais documentos relativos aos custos ressarcíveis conforme orientações das companhias seguradoras e instruções internas.	Seguros

15. RECURSOS

Foram relacionados os equipamentos, materiais de resposta e recursos humanos, compatíveis com as ações necessárias ao controle das emergências, em seus vários tipos, dimensões e cenários de emergência, considerando aspectos de segurança, meio ambiente e saúde.

Os recursos materiais e humanos incluindo equipamentos de monitoramento biológico e ambiental, identificados pelo nome, tipo, características operacionais, quantidade e localização estão relacionados no Sistema Informatizado de Apoio a Emergência (InfoPAE) – Módulo Gestão de Recursos, na intranet da Companhia no endereço: https://infopae.petrobras.com.br.

Os equipamentos de monitoramento devem estar sempre calibrados.

O **ANEXO E** - Informações sobre recursos médicos de emergência e listagem de equipamentos e materiais terrestre apresenta a relação dos equipamentos e materiais de resposta, considerando nome, tipo, características operacionais, quantidade e localização.

15.1 Recursos Materiais

Os equipamentos e materiais próprios de emergência estão disponíveis nas Bases Operacionais fixadas na região de influências dos Gasodutos.

Caso os recursos materiais da Gerência DTRM não sejam suficientes para o controle da emergência, o Comando da Emergência poderá consultar o **InfoPAE - Sistema Informatizado para Apoio a Plano de Ação de Emergência** e requisitar os equipamentos e materiais necessários ao controle da emergência às Unidades Organizacionais do Sistema PETROBRAS, conforme os Planos de Emergências Corporativos descritos no item 9.

Os CREs (Centro de Resposta a Emergência) das bases de apoio aos Gasodutos são os seguintes:

- ESLOR - Estação de Lorena;
- ESMAN - Estação da Mantiqueira;
- ESTAP - Estação de Tapinhoã;
- PE - São Brás do Suaçuí;
- TABG - Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara;
- TECAM - Terminal de Campos Elíseos;
- TEJAP - Terminal de Japeri;
- TEVOL - Terminal de Volta Redonda.

15.2 Recursos Humanos

Os recursos humanos existentes para combate a emergências a serem utilizados são os disponíveis na EOR descrita no item 9, além de outros órgãos da PETROBRAS, se necessário.

Os Órgãos Públicos de apoio à emergência (Corpo de Bombeiros, SAMU, Defesa Civil, Policia Militar, Polícia Rodoviária, etc.) e especialistas externos estão disponíveis na Lista de contatos do fluxo de Comunicação e EOR emitida por DIP pela Gerência TP\DDT\DTNNESE\UN-RJMG\SMS.

16. CONTINUIDADE DA RESPOSTA

Quando as ações da primeira resposta não forem suficientes para o controle da emergência deve ser elaborado Plano de ação para controle da emergência, visando garantir a continuidade das operações de resposta. O Plano de ação deve ser elaborado em intervalos de tempo pré-estabelecidos, de 6 horas, 12 horas ou 24 horas, e é utilizado para definir e compartilhar prioridades, objetivos e metas comuns, bem como definir e organizar o uso dos recursos. A elaboração do Plano de ação permite planejar dentro de um horizonte de tempo mais confiável e garantem o gerenciamento da emergência em ciclos sucessivos de planejamento, organização, execução e controle da emergência.

17. ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES

O encerramento das operações de resposta está a cargo do Comando Unificado da Emergência, após à confirmação que a fonte foi controlada e não existe mais risco de novos impactos às pessoas, ao patrimônio e ao meio ambiente.

As ações pós-emergência e monitoramento de áreas afetadas devem ser decididas pelo Coordenador de Contingência, em comum acordo com os órgãos ambientais competentes.

17.1 Desmobilização

- Desmobilizar as equipes envolvidas, equipamentos e materiais utilizados na emergência, depois de assegurar que toda área atingida tenha sido limpa e todo o resíduo gerado tenha sido recolhido.

17.2 Ações Suplementares

- Gerar no SIGA (Sistema Integrado de Gestão de Anomalias) um Relatório de Tratamento de Anomalias - RTA, conforme o padrão **PG-0TP-00024 - Tratamento de Anomalias** e elaborar um relatório de análise e investigação de incidentes/acidentes conforme preconiza o padrão **PP-0TP-00002 - Apropriação, Identificação e Tratamento de Anomalias de SMS;**

- Encaminhar o relatório à Gerência de Segurança e Contingência da TRANSPETRO, à Diretoria de SMS Corporativo da PETROBRAS S/A e outras partes interessadas;

- Confirmar o cumprimento de cada etapa prevista neste Plano, efetuando o registro das ações que devam se postergar para após o encerramento da emergência, destacando-se as ações de ressarcimento à comunidade e recuperação dos ecossistemas.

- Após situações de emergência, a Coordenação de Meio Ambiente deve avaliar os danos ambientais e o processo de recuperação dos ecossistemas em conjunto com o órgão ambiental responsável.

- Após situações de emergência, a equipe de reparos de emergência deve:

    - ✓ Realizar os reparos de emergência no gasoduto ou outras instalações atingidas;
    - ✓ Recuperar a área atingida, efetuando escavação, recomposição de terreno, remoção de escombros e limpeza que forem necessários e aplicáveis;
    - ✓ Articular-se com o CREDUTO nos casos aplicáveis.

Nota: Caso haja exposição a produto derramado ou vazado durante contenção ou recolhimento e/ou diante de qualquer outro risco à saúde, todos os trabalhadores envolvidos no evento devem realizar exames complementares conforme previsto no PP-0V3-00024 - ATENÇÃO À SAÚDE DOS TRABALHADORES DAS EQUIPES DE EMERGÊNCIA. Tal procedimento visa realizar o controle biológico caso tenha ocorrido da exposição ocupacional aos agentes químicos previstos no PB PP-0V3-00024. A responsabilidade de aplicar esse procedimento na gerência DTRM é da Coordenação de Saúde e da Coordenação de Segurança e Contingência.

17.3 Análise Crítica

- Realizar análise crítica da emergência conforme os critérios descritos no PG-0TP-00088 - Gestão de Contingência em SMS.

17.4 Critérios para Reinício Seguro de Operação ou Atividade Relacionada com Anomalias de SMS

Anomalia de SMS	Atividade	Responsável
Anomalias de SMS relacionadas a equipamentos operacionais sob responsabilidade da Gerência DTRM Vazamento de gás em Linha Tronco e/ou acessórios do Gasoduto Presença de fogo na instalação	Após confirmação do fim da emergência retomar as operações somente após liberação da Gerência responsável pelos reparos de emergência.	Gerente de Manutenção e Operação
	Avaliar as condições de segurança do local, verificando se estão controlados os riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Colher as informações relevantes para investigação e analisar a ocorrência.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Autorizar a remoção do isolamento da área.	Comissão de Investigação e Análise da Ocorrência
	Após confirmação do fim da emergência retomar as atividades somente após liberação da Coordenação Segurança e Contingência	Gerente de Manutenção e Operação Supervisor de Operações
Anomalias de SMS relacionadas acidentes com lesão à força de trabalho ou terceiros. ***Nota:*** Neste item também estão considerados os acidentes de trânsito.	Avaliar as condições de segurança do local, verificando se estão controlados os riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Colher as informações relevantes para investigação e analisar a ocorrência.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Autorizar a remoção do isolamento da área.	Comissão de Investigação e Análise da Ocorrência
	Após ações de socorro à vítima retomar as atividades e operações somente após liberação da Coordenação de Segurança e Contingência	Gerente de Manutenção e Operação Supervisor de Operações
Demais Anomalias de SMS	Avaliar as condições de segurança do local, verificando se estão controlados os riscos químicos, físicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Colher as informações relevantes para investigação e analisar a ocorrência.	Coordenação de Segurança e Contingência
	Autorizar a remoção do isolamento da área.	Comissão de Investigação e Análise da Ocorrência
	Após ações de socorro à vítima, retomar as atividades e operações somente após liberação da Coordenação de Segurança e Contingência	Gerente de Manutenção e Operação Supervisor de Operações

18. GERENCIAMENTO DO PRE - PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIA

18.1 Revisão / Atualização

O Plano de Resposta à Emergência deve ser revisado ou atualizado conforme definido no PP-0TP-00026 - Elaboração e Revisão de Planos de Resposta a Emergências.

18.2 Planejamento e Execução de Simulados

O PRE deve ser avaliado através da realização de simulados, na frequência estabelecida no Cronograma Anual de Simulados, conforme definido no PP-0TP-00020 - Manutenção do Pronto Atendimento a Emergências em SMS.

18.3 Divulgação e Implantação

- **Interna:** A Gerência Setorial de Segurança Operacional realizará treinamento para a força de trabalho da Unidade Operacional.
- **Externa:** A Comunicação Institucional em conjunto com a Manutenção de Faixa de Dutos realizará a divulgação para as partes interessadas.

19. ANEXOS

Pasta: Anexos Comuns

- ✓ Anexo A - Mapa de Acesso Rodoviário e Ferroviário
- ✓ Anexo B - Formulário de Comunicação Inicial e Relatório de Incidente
- ✓ Anexo C - Atribuições e Responsabilidades dos Integrantes da EOR
- ✓ Anexo D - Recursos Médicos, Equipamentos e Materiais de Resposta
- ✓ Anexo E - Tempo de Deslocamento de Recursos
- ✓ Anexo F - Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico
- ✓ Anexo G - Fluxograma de Atendimento a Intoxicação Alimentar
- ✓ Anexo H - Relatório atendimento registro e investigação de surto de DTA
- ✓ Anexo I - APR Complementar
- ✓ Anexo J - Cenários típicos e estratégias
- ✓ Anexo K - Acordos de Cooperação

Pasta: GASDUC II - Gasoduto Cabiúnas-REDUC

- ✓ Anexo 1.0 - Itens 6 e 13 - GASDUC II
- ✓ Anexo 1.1 - Traçado do Duto
- ✓ Anexo 1.2 - Fluxograma de Engenharia
- ✓ Anexo 1.3 - Diagrama Blocos
- ✓ Anexo 1.4 - Mapa de Localização Geográfica
- ✓ Anexo 1.5 - Croquis de Acesso
- ✓ Anexo 1.6 - Dados do EAR

Pasta: GNL - Gasoduto Pier de GNL-Campos Elíseos

- ✓ Anexo 2.0 - Itens 6 e 13 - GNL
- ✓ Anexo 2.1 - Fluxograma de Engenharia
- ✓ Anexo 2.2 - Diagrama de Blocos
- ✓ Anexo 2.3 - Mapa de Localização Geográfica
- ✓ Anexo 2.4 - Croquis de acesso
- ✓ Anexo 2.5 - Dados do EAR
- ✓ Anexo 2.6 - Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa

- **Pasta: GASCAB I, II, III e Enchovão (Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas)**

✓ Anexo 3.0 - Itens 6 e 13 - GASCAB I, II, III e Enchovão (Gasoduto Praia Lagomar - Cabiúnas)
✓ Anexo 3.1 - Desenhos, Plantas e Croquis
✓ Anexo 3.2 - Receptores Ameaçados
✓ Anexo 3.3 - Características Climáticas

- **Pasta: Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)**

✓ Anexo 4.0 - Itens 6 e 13 – Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2)
✓ Anexo 4.1 - Acordos Formais
✓ Anexo 4.2 - Coordenadas Geográficas Gasoduto Lula NE-Cabiúnas (Rota 2) - Trecho Terrestre
✓ Anexo 4.3 - Dados do EAR
✓ Anexo 4.4 - Descrição do Sistema
✓ Anexo 4.5 - Diagrama Unifilar de Compartilhamento de Faixa
✓ Anexo 4.6 - Fluxograma de Engenharia
✓ Anexo 4.7 - Mapas de Acesso
✓ Anexo 4.8 - Mapa de Localização Geográfica e Pontos Notáveis
✓ Anexo 4.9 - Procedimento Básico de Resposta

- **Pasta: Gasoduto Guapimirim COMPERJ (GASERJ)**

✓ Anexo 5.0 - Itens 6 e 13 – Guapimirim COMPERJ (GASERJ)
✓ Anexo 5.1 - Fluxograma de Engenharia
✓ Anexo 5.2 - Mapeamento Traçado
✓ Anexo 5.3 - Mapas de Acesso
✓ Anexo 5.4 - Dados EAR

- **Pasta: Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre**

✓ Anexo 6.0 - Itens 6 e 13 – Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre
✓ Anexo 6.1 - Matriz de Ocupação Humana
✓ Anexo 6.2 - Fluxograma de Engenharia
✓ Anexo 6.3 - Mapas de Acesso
✓ Anexo 6.4 - Mapeamento Traçado
✓ Anexo 6.5 - Dados EAR

PG-3TP-00040

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)

Segurança Operacional



Sumário

1. OBJETIVO 3
2. APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA 3
3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIAS E COMPLEMENTARES 3
3.1. Documentos de Referência 3
3.2. Documentos Complementares 3
4. DEFINIÇÕES E SIGLAS 5
5. AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE 5
6. DESCRIÇÃO 5
6.1. Caracterização do Empreendimento e do Entorno 6
6.2. Identificação de Perigos 9
6.2.1. Revisão do Estudo de Análise de Risco ou da Identificação de Perigos 10
6.3. Procedimentos Operacionais 11
6.4. Gerenciamento de Modificações 13
6.5. Manutenção e Garantia de Integridade 14
6.6. Capacitação de Recursos Humanos 15
6.7. Investigação de Incidentes e Acidentes (Gerir Anomalias de SMS) 16
6.8. Plano de Resposta a Emergência (PRE) 18
6.8.1. Exercícios Simulados 19
6.9. Indicadores e Metas 20
6.10. Auditoria do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) 21
7. REGISTROS 21
8. ANEXOS 21

1. OBJETIVO

Prover, em nível tático, orientações gerais para o estabelecimento dos procedimentos de segurança operacional, e subsidiar a elaboração dos Planos de Emergência (PRE e PEI), visando à prevenção de acidentes no desenvolvimento de operações nas instalações da Gerência Geral do Sudeste.

2. APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Aplica-se a todas as instalações (terminais terrestres e aquaviários, oleodutos, gasodutos, pontos de entrega e estações de compressão e de bombeio) sob responsabilidade da Gerência Geral do Sudeste

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIAS E COMPLEMENTARES

3.1. Documentos de Referência

- NORMA CETESB P4.261
- RTDT - REGULAMENTO TÉCNICO DE DUTOS TERRESTRES ANP Nº 02/2011
- Estudos de Análise de Riscos (EAR's) das Unidades Operacionais
- Termo de Referência - Estudo de Análise de Riscos em Polidutos de Transporte (IBAMA)

3.2. Documentos Complementares

- **PG-0TP-00001** - Gestão do Sistema de Padronização da Transpetro
- **PG-0TP-00012** - Diretrizes dos Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos da TRANSPETRO
- **PG-0TP-00043** - Sistema de Indicadores
- **PG-0TP-00142** - Desenvolvimento de Recursos Humanos
- **MG-1TP-00005** - Plano Diretor da Manutenção da Diretoria de Dutos e Terminais - PMD-DDT
- **PP-0TP-00002** - Apropriação, Identificação e Tratamento de Anomalias de SMS
- **PP-0TP-00017** - Avaliação e Gestão de Riscos

- **PP-2TP-00075** - Gerenciamento das Atividades para Integridade Estrutural de Dutos
- **PP-0TP-00073** - Contingência em SMS
- **PE-0TP-00304** - Planejar Contingência.
- **PE-0TP-00354** - Manter Estado de Prontidão
- **PE-0TP-00311** - Responder Emergência
- **PE-0TP-00029** - Gestão de Mudanças em Tecnologias, Instalações e Pessoas
- **PE-0TP-00076** - Gestão da Matriz de Capacitação em SMS
- **PE-0TP-00183** - Gerir Aspectos de SMS em Contratos de Prestação de Serviços
- **PE-0TP-00279** - Divulgação e Análise de Abrangência de Anomalias de SMS
- **PE-0TP-00298** - Indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- **PE-0TP-00300** - Execução de Auditoria Interna do Sistema de Gestão de QSMS
- **PE-0TP-00303** - Avaliação de Gestão de SMS
- **PE-3TP-00245** - Planos de Emergência Individuais (PEI) da Gerência Geral do Sudeste
- **PE-4TP-00023** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) - Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara/TRBG
- **PE-4TP-00025** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) - Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Comprida
- **PE-4TP-00026** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) - Terminal Aquaviário da Ilha d'Água
- **PE-4TP-00039** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) - Terminal Aquaviário de Angra dos Reis
- **PE-4TP-00086** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) dos Gasodutos e ECOMPS da Gerência DTRM
- **PE-4TP-00095** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) dos Terminais e Estações de Bombeio da Gerência DTRM
- **PE-4TP-00098** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) dos Oleodutos da Gerência DTRM
- **PE-4TP-00339** - Plano de Resposta a Emergências (PRE) -dos Ativos da Nova Transportadora do Sudeste (NTS)
- Plano de Resposta a Emergências (PRE) dos Ativos da DTRM/TECAM (InfoPAE)
- **N-2782** - Técnicas Aplicáveis à Análise de Riscos Industriais.

- **N-2644 -** Plano de Resposta a Emergências

4. DEFINIÇÕES E SIGLAS

As definições das terminologias e siglas de SMS adotados neste procedimento estão disponíveis no portal de SMS da Transpetro na Intranet Glossário - Definições e Siglas utilizadas em SMS.

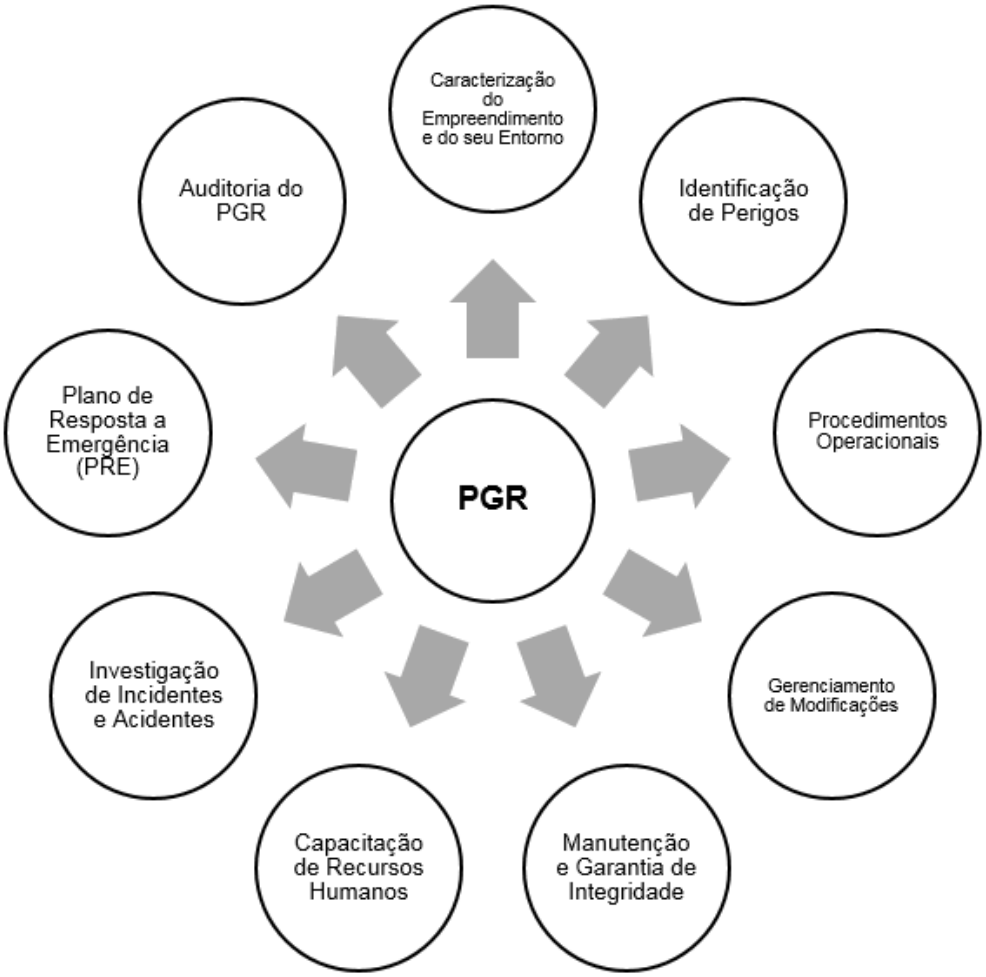
5. AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE

Tabela 1 – Atribuições e Responsabilidade

Atribuições e Responsabilidade	
Quem	**O quê**
Gerência Setorial de Segurança Operacional	Gerir o Programa de Gerenciamento de Riscos e os Planos de Resposta a Emergências (PRE) e os Planos de Emergência Individual (PEI)
	Subsidiar as Unidades Organizacionais (UO's), sob a gestão da Gerência Geral do Sudeste, na implementação dos PRE's e PEI's
	Coordenar a elaboração e atualização dos EAR's
Gerências das Unidades Organizacionais	Implementar os Planos de Resposta a Emergências (PRE) e os Planos de Emergência Individual (PEI)

6. DESCRIÇÃO

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) é um documento de nível tático do Sistema de Gestão da Transpetro, o qual estabelece orientações gerais de gestão, que devem ser observadas e desdobradas em todas as UO's, através dos seus respectivos Planos de Resposta a Emergência (PRE). O PGR descreve os processos a serem adotados, em cada uma das instalações, com vistas à prevenção de acidentes. Estes processos estão demonstrados na figura a seguir.

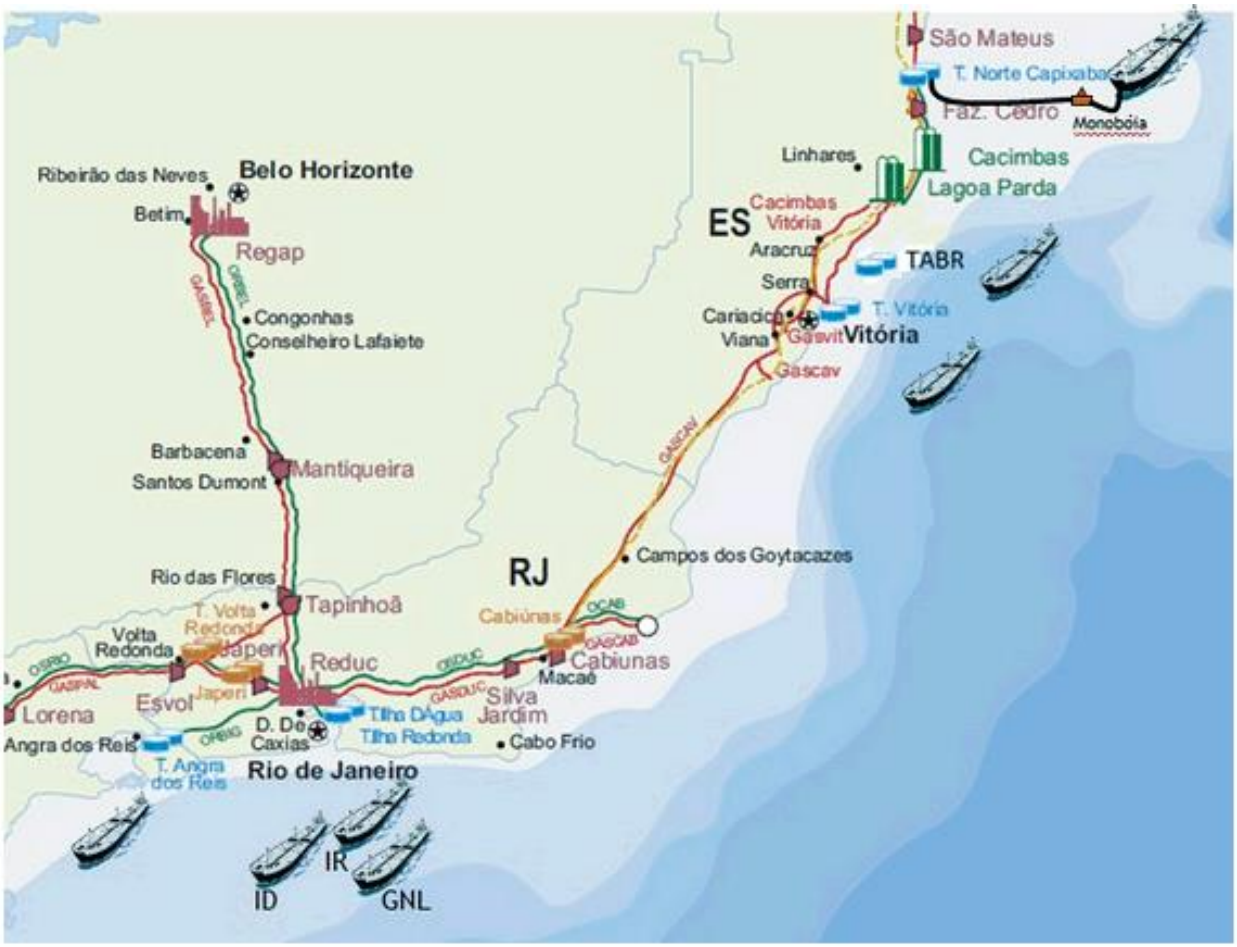


Uma vez que estes processos são desenvolvidos por áreas distintas dentro da Transpetro, o Gerente Setorial de Segurança Operacional é o responsável pelo acompanhamento do PGR. Entretanto, a conformidade dos diversos processos que abrangem este PGR, é de responsabilidade do Gerente de cada instalação.

6.1. Caracterização do Empreendimento e do Entorno

A Gerência Geral do Sudeste (TP/DDT/DTNNESE/UN-RJMG) é responsável pelo gerenciamento dos Terminais e Dutos presentes na sua área de atuação, visando atingir os resultados negociados, atuando de forma integrada com os demais segmentos da Companhia e buscando rentabilidade, excelência nas operações, confiabilidade, máxima disponibilidade das instalações, elevado nível de segurança operacional e observando os valores de SMS, com o objetivo de assegurar o abastecimento e a distribuição de derivados, dentro das condições econômicas estabelecidas. A Gerência Geral do

Sudeste é responsável pelas instalações existentes no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, conforme figura a seguir.



As instalações (Terminais Terrestres, Terminais Aquaviários, Estações de Compressão e de Bombeio, Oleodutos, Gasodutos e Pontos de Entrega) compreendidas em cada uma das Unidades Organizacionais da Gerência Geral do Sudeste, bem como um breve descritivo das atividades realizadas é apresentado no Anexo I. A Transpetro é responsável pela manutenção e operação destas instalações.

A caracterização das instalações e de seus entornos, para cada um dos ativos encontra-se de forma detalhada nos respectivos Estudos de Análise de Risco (EAR's) das instalações, elaborados conforme orientações dos Órgãos Ambientais competentes. A tabela a seguir, indica o conteúdo mínimo necessário para a caracterização dos empreendimentos e respectivos entornos.

Caracterização do Empreendimento e do seu Entorno	
Empreendimentos Pontuais	**Dutos**
Identificação do empreendimento	Identificação do empreendimento
Substâncias químicas	Substâncias químicas
Instalações e Processos - Características físicas - Atividades e processos realizados - Substâncias armazenadas - Operações de carga e descarga - Sistemas de proteção - Informações gerais - Normas/ Aspectos de segurança - Lista de documentos anexos	Instalações - Informações construtivas - Parâmetros e condições operacionais - Métodos construtivos - Classe de locação - Válvulas, dispositivos de segurança e de alívio - Sistema de proteção de corrosão - Tipos de proteção Mecânica - Parâmetros de Monitoração - Sinalização - Faixa do duto - Gradiente hidráulico - Normas e códigos de projeto - Lista de documentos e anexos - Outros aspectos relevantes
	Traçado do sistema
Caracterização do entorno	Caracterização do entorno - Caracterização dos pontos notáveis - Caracterização das condições meteorológicas

Além dos EAR's, informações detalhadas das instalações também podem ser encontradas no Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Técnicos de Engenharia da Transpetro (Gedtrans) e nos respectivos data-book e Manuais de Operação.

Os traçados gerais dos dutos com o mapa de localização das instalações e suas respectivas coordenadas geográficas estão inseridos no sistema GIS Transpetro, cujo acesso está disponível para toda força de trabalho.

As variáveis de processo são monitoradas e controladas pelo Centro Nacional de Controle Logístico (CNCL), localizado na sede da Companhia, no Rio de Janeiro. No impedimento do seu funcionamento operacional, é acionada uma unidade de backup

localizada no Terminal de Campos Elíseos, a qual permanece de prontidão para assumir o controle das operações.

O monitoramento e controle remoto das instalações são realizados pelo Sistema de Controle Supervisório e de Aquisição de Dados (SCADA), que consiste em computadores executando um sistema operacional do tipo multiusuário e multitarefa em tempo real. Além do controle operacional, esse sistema permite o controle de inventário, monitoramento de pressão, vazão e temperatura das substâncias transportadas. Os alarmes do sistema são ajustados para evitar que os limites operacionais extremos das variáveis de processo atinjam valores que acarretem numa operação insegura.

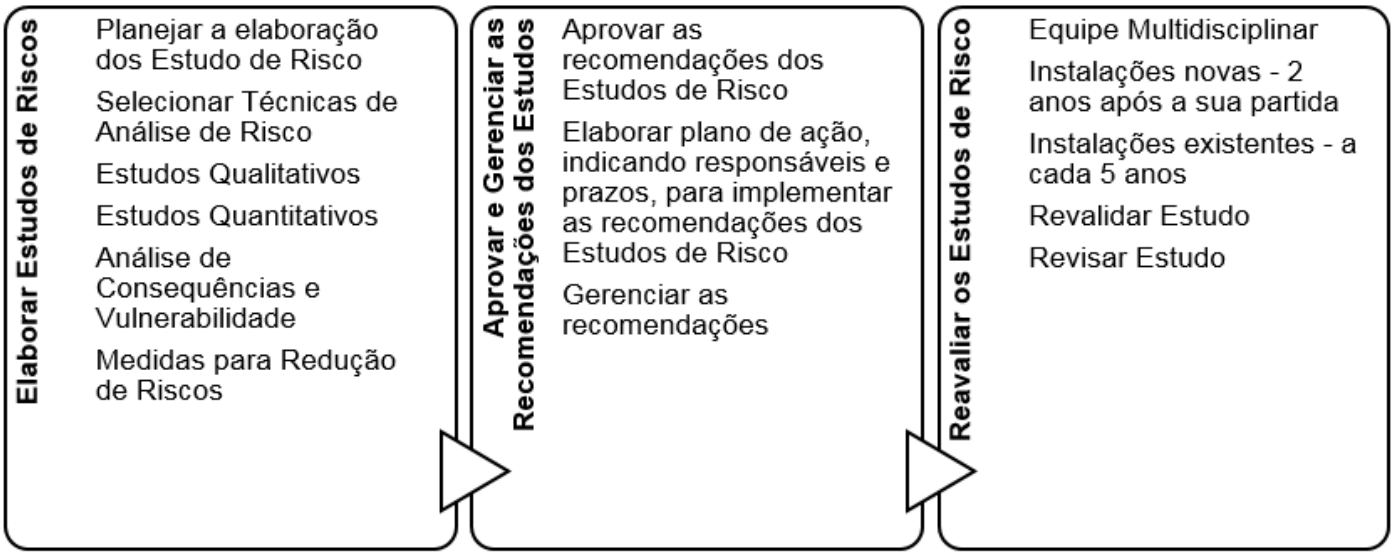
Os limites das variáveis operacionais das instalações encontram-se disponíveis nos procedimentos dos órgãos TP/DDT/COICM/LCI/OP/GAS e TP/DDT/COICM/LCI/OP/OL, no Sistema Integrado de Padronização Eletrônica da Petrobras (SINPEP)

6.2. Identificação de Perigos

As orientações para a identificação, avaliação e gerenciamento de riscos operacionais na Transpetro, durante todo ciclo de vida das instalações, processos e produtos encontram-se descritas no PP-0TP-00017 - Avaliação e Gestão de Riscos Operacionais Relacionados a SMS.

A Norma Técnica N-2782 estabelece as técnicas de identificação de perigos e análise de riscos de processo a serem empregadas nas diversas fases do ciclo de vida das instalações industriais do Sistema Petrobras.

As principais atividades compreendidas no processo de identificação, avaliação e gerenciamento de riscos operacionais, encontram-se na figura a seguir:



Os ativos abrangidos pela Gerência Geral do Sudeste possuem EAR, onde constam a identificação dos perigos e suas consequências, bem como a análise histórica dos acidentes ocorridos em instalações similares no mundo, consultada através de bancos de dados internacionais.

A metodologia e os formulários utilizados na identificação dos perigos podem variar entre os estudos em função do termo de referência para elaboração do EAR e do Memorial Descritivo (MD) utilizado, solicitando à contratada responsável pela elaboração do estudo o atendimento às normas Petrobras ou a outras técnicas internacionalmente reconhecidas.

6.2.1. Revisão do Estudo de Análise de Risco ou da Identificação de Perigos

Em conformidade com o PP-0TP-00017 - Avaliação e Gestão de Riscos Operacionais Relacionados a SMS, para instalações novas, a primeira reavaliação deve ser feita em até 2 anos após sua partida. No caso de instalações existentes, a reavaliação das suas condições de risco deve ser realizada a cada 5 anos.

A reavaliação deve ser deve ser realizada pela equipe multidisciplinar designada pela Gerência Operacional, considerando a análise criteriosa de todos os cenários acidentais identificados no estudo, ressaltando eventuais alterações em sistemas, parâmetros operacionais ou dados populacionais.

No processo de Gerenciamento de Modificações, a avaliação e gestão de riscos se aplica previamente a mudanças nas instalações, pessoas ou tecnologia.

6.3. Procedimentos Operacionais

O PG-0TP-00001 - Gestão do Sistema de Padronização da Transpetro, estabelece a sistemática para elaboração, implementação e controle dos padrões, bem como a hierarquia dos tipos de padrões e seus níveis de abrangência.

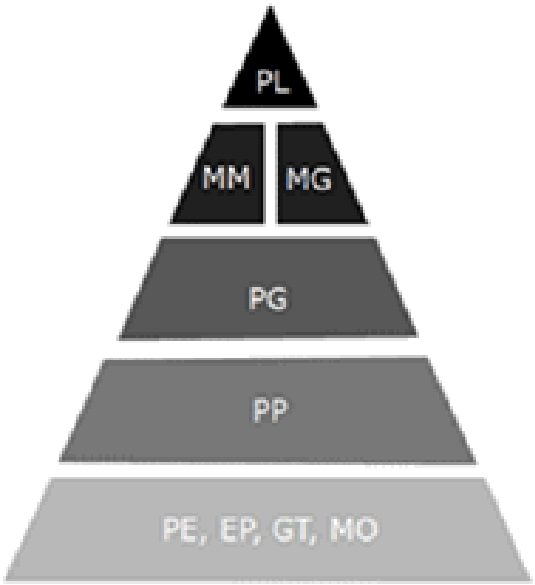
A Gerência Geral do Sudeste e as UO's sob sua gestão, estabelecem para cada uma de suas instalações, um conjunto de padrões documentados, os quais estabelecem as disposições e requisitos relacionados à execução de processos de natureza operacional, administrativa ou estratégica, atividades, tarefas e produtos.

O Sistema de Padronização abrange os seguintes tipos de padrões:

- **Política (PL)**: Orientação de caráter estratégico, com conteúdo aprovado pelo Conselho de Administração (CA).
- **Manual de Gestão do Macroprocesso (MM)**: Documento que estabelece diretrizes, requisitos, práticas e apresenta os padrões relativos aos macroprocessos identificados na cadeia de valor.
- **Manual de Gestão da Área ou Unidade (MG)**: Documento que detalha a gestão da Área ou da Unidade de forma alinhada com os macroprocessos.
- **Padrão de Gestão (PG)**: Documento que detalha os Manuais de Gestão em orientações gerenciais ou que descreve a gestão da unidade organizacional com os seus elementos (produtos, clientes, processos, insumos e fornecedores).

- **Padrão de Processo (PP)**: Documento que orienta a execução e o controle de um processo (gestão, suporte ou negócio), definindo processos desdobrados ou atividades que o compõem, assim como seus clientes, produtos, insumos e fornecedores.
- **Padrão de Execução (PE)**: Documento que detalha o procedimento para a execução de uma atividade crítica e suas tarefas. Pressupõe a existência de um processo mapeado em que a atividade descrita se inclua.
- **Especificação de Produto (EP)**: Documento que estabelece as características de um produto (bens ou serviços) de entrada (insumo) ou de saída de um processo. Quando pertinente, pode ser incorporado em um PP ou PE.
- **Guia de Treinamento (GT)**: Documento que organiza as informações e conhecimentos essenciais à capacitação dos empregados para executar uma ou mais tarefas.
- **Manual de Operação (MO)**: Documento que orienta o funcionamento de instalações. Deve conter informações de projeto, construção e dados de operação.

A figura a seguir indica a hierarquia dos tipos de padrões existentes no Sistema Petrobras:

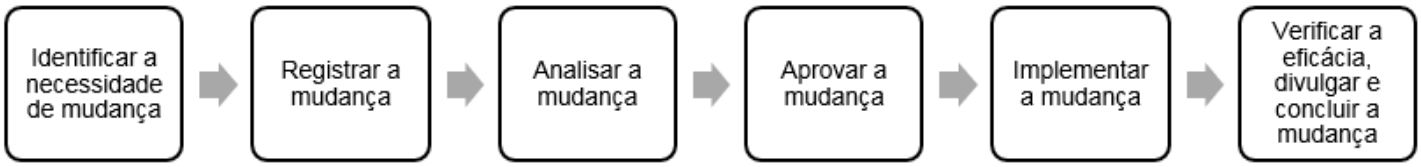


Todos os procedimentos estão disponíveis no Sistema Integrado de Padronização Eletrônica da Petrobras (SINPEP) e podem ser facilmente acessados por todos os empregados.

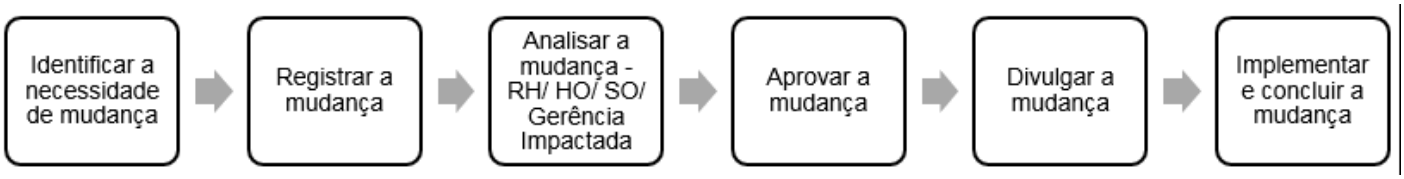
6.4. Gerenciamento de Modificações

A sistemática para a gestão de mudanças em tecnologias, instalações e pessoas, que inclui as etapas de registro, análise, aprovação, implementação, verificação da eficácia, divulgação e conclusão da mudança, visando à eliminação ou redução de riscos decorrentes de sua implantação, encontra-se descrita no PE-0TP-00029 - Gestão de Mudanças em Tecnologias, Instalações e Pessoas. Este processo tem por objetivo assegurar que potenciais riscos decorrentes da implementação das mudanças, sejam identificados, avaliados e gerenciados, previamente à sua implementação.

A figura a seguir apresenta as etapas do processo de gestão de mudanças em tecnologias e instalações:



As etapas de execução da atividade de gestão de mudança de pessoas encontram-se na figura abaixo:



Nota: RH - Recursos Humanos; HO - Higiene Ocupacional; SO - Saúde Ocupacional.

Durante a etapa de análise da mudança, os riscos devem ser avaliados quanto à sua aceitabilidade e, conforme a sua magnitude, deve ser verificada a necessidade de implementação de medidas de controle preventivas e/ou corretivas para a implementação da mudança proposta, sendo que o resultado dessa análise pode implicar na inviabilidade da implantação da mudança.

O processo de gestão de mudanças é feito por meio do Sistema de Gerenciamento de Mudanças (SGM).

6.5. Manutenção e Garantia de Integridade

O MG-1TP-00005 - Plano Diretor da Manutenção da Diretoria de Dutos e Terminais - PMD-DDT estabelece um plano de ações, concatenadas em níveis hierárquicos e visão temporal, para desenvolvimento da função manutenção nas diversas instalações operadas e mantidas por esta diretoria a partir de conceitos e práticas de Gestão de Ativos.

O programa de manutenção dos equipamentos sob responsabilidade da Gerência Geral do Sudeste é realizado pelas gerências de O&M. Já o programa de manutenção das faixas de dutos é realizado pelas gerências de faixa.

A Gerência Geral do Sudeste e as UO's sob sua gestão, estabelecem procedimentos para a manutenção das instalações e das faixas de dutos sob sua responsabilidade. Estes procedimentos podem ser facilmente acessados através do SINPEP, sob a gestão do órgão TP/DDT/COICM/MN.

O PG-0TP-00014 estabelece a gestão das Atividades de Inspeção de Equipamentos Estáticos e Instalações. As orientações para o Gerenciamento da Integridade de Dutos em operação encontram-se descritas no PP-2TP-00075.

Os procedimentos relacionados à integridade de dutos são gerenciados pelo órgão TP/DSERV/ETI/TII/INTEG.

A integridade dos vasos de pressão das instalações é garantida através dos Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos (SPIE), cujas diretrizes estão estabelecidas no PG-0TP-00012 - Diretrizes dos Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos da TRANSPETRO, gerenciado pela TP/DSERV/ETI/TII/INTEG.

Todas as manutenções são controladas por meio do sistema SAP-R3.

6.6. Capacitação de Recursos Humanos

Programas de Treinamento devem ser previstos com o objetivo de habilitar e manter a capacitação das pessoas, de acordo com as diferentes funções e atribuições na execução das atividades de contingência.

As orientações, regras e critérios para o treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos no âmbito da Transpetro estão definidas no PG-0TP-00142 - Desenvolvimento de Recursos Humanos.

O PE-0TP-00183 - Gerir Aspectos de SMS em Contratos de Prestação de Serviços, através dos seus anexos de SMS, prevê, em função da categoria do serviço a ser contratado, a obrigatoriedade de treinamento dos empregados terceirizados. Essa obrigatoriedade fica prevista no contrato de prestação de serviço.

O PE-0TP-00354 - Manter Estado de Prontidão, estabelece que os recursos humanos devem estar preparados para resposta a emergência. Com base no perfil das funções definidas pelo Incident Command System (ICS), a UO deve selecionar as pessoas para a composição da Estrutura Organizacional de Resposta, definir e acompanhar a realização dos treinamentos necessários considerando os cenários de emergência.

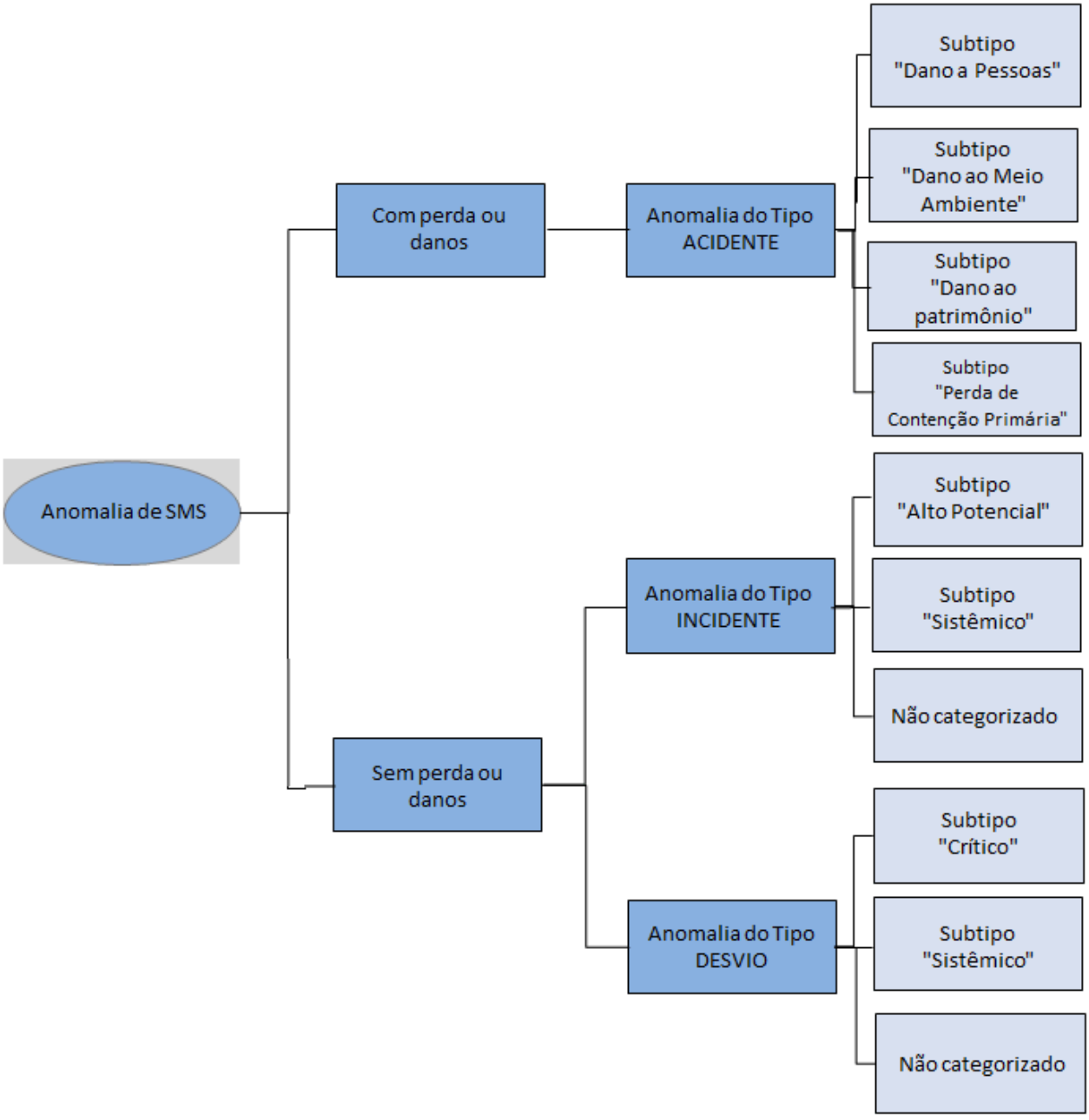
A Matriz de Capacitação de SMS encontra-se no PE-0TP-00076 - Gestão da Matriz de Capacitação em SMS e tem por objetivo assegurar que os empregados próprios Transpetro e cedidos do Sistema Petrobras à Transpetro estejam capacitados conforme legislação vigente e normas e padrões internos que compõem a Matriz de Capacitação em SMS.

Adicionalmente, o responsável pelo gerenciamento, coordenação e implementação do Plano de Resposta a Emergência (PRE) deve treinar e divulgar o PRE à força de trabalho da unidade, de forma a garantir que todos tenham conhecimento dos cenários, ações e papeis a serem executados em caso de emergência, em conformidade com a Política e Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde e PE-0TP-00304 - Planejar Contingência.

Na Gerência Geral do Sudeste, a capacitação dos empregados também é realizada conforme o Programa de Qualificação de Dutos e Terminais do Sudeste (PQDT), cujo objetivo é treinar os empregados, qualificando-os em tarefas críticas e acelerar a transferência de conhecimento entre os técnicos mais experientes e os menos experientes em atividades relacionadas aos Dutos e Terminais.

6.7. Investigação de Incidentes e Acidentes (Gerir Anomalias de SMS)

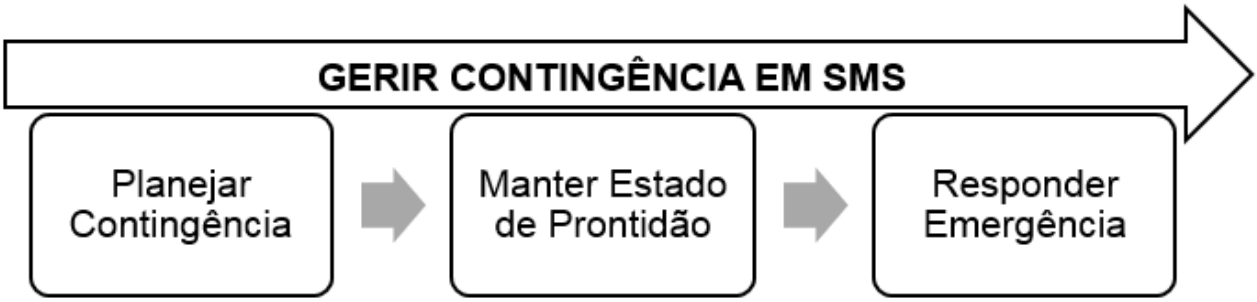
Os critérios para apropriação, identificação, análise e tratamento das anomalias dos tipos acidente, incidente e desvio correlacionados às atividades e operações da Transpetro, que afetem a força de trabalho, as comunidades, as instalações, o patrimônio, a contenção de produtos perigosos ou o meio ambiente estão descritos no PP-0TP-00002. De acordo com este padrão, as anomalias de SMS podem ser classificadas, conforme figura a seguir.



O PE-0TP-00279 - Divulgação e Análise de Abrangência de Anomalias de SMS estabelece as etapas de recebimento, envio e análise dos Alertas de SMS sobre as anomalias ocorridas no Sistema Petrobras, de forma a regulamentar sua abrangência para análise de pertinência e implantação das ações preventivas e/ou de bloqueio recomendadas.

6.8. Plano de Resposta a Emergência (PRE)

O processo da Contingência estabelece que as situações de emergência que podem sobrevir em cada instalação, atividade, operação, serviço ou empreendimento devem ser previstas e enfrentadas com rapidez e eficácia, visando a minimizar seus impactos negativos. A descrição deste processo encontra-se no PP-0TP-00073 - Contingência em SMS.



O planejamento da contingência em SMS descreve a atividade para elaboração e revisão de Planos de Resposta a Emergências (PRE), incluindo sua atualização contínua, conforme PE-0TP-00304 – Planejar Contingência.

A figura a seguir indica as etapas para a elaboração dos Planos de Resposta a Emergências.



A Norma Técnica Petrobras N-2644 - Plano de Resposta a Emergências estabelece as orientações e requisitos mínimos para a elaboração dos PRE, bem como a sua estrutura.

Os planos de resposta a emergências devem ser revisados e atualizados nas situações:

a) Sempre que uma análise de risco assim o indicar;
b) Sempre que a instalação sofrer modificações físicas, operacionais ou organizacionais capazes de afetar os seus procedimentos ou a sua capacidade de resposta;

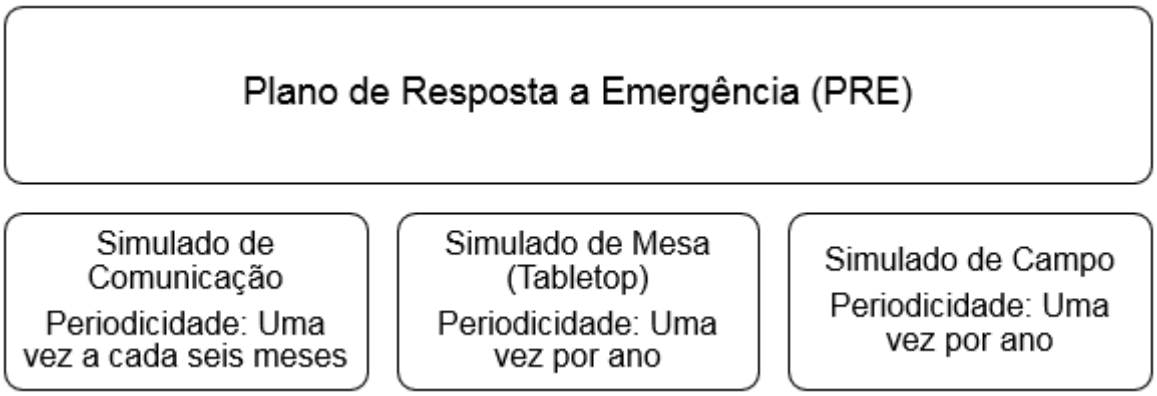
c) Quando a análise crítica do desempenho do plano, decorrente do seu acionamento por emergência ou exercício simulado, recomendar;
d) A critério de órgão oficial competente;
e) A cada 2 anos, caso nenhuma das situações anteriores seja verificada.

Nota: Para o cenário de incêndio em instalações terrestres, conforme a ABNT NBR 15219, deve ser aplicado o Anexo A da norma, em atendimento ao critério de periodicidade de 12 meses para a sua revisão.

6.8.1. Exercícios Simulados

Exercícios simulados são ferramentas fundamentais e obrigatórias para verificar a eficácia dos Planos de Resposta a Emergência e dos treinamentos das equipes de resposta. A sistemática para planejar, definir os objetivos, classificar, executar, analisar criticamente e registrar os exercícios simulados está prevista no PE-0TP-00354 - Manter Estado de Prontidão.

A frequência mínima estabelecida para cada simulado encontra-se na figura a seguir.



Simulado de Comunicação: permite a verificação de todo o processo de comunicação com os públicos de interesse internos e externos, incluindo os sistemas utilizados, o fluxograma de comunicação de ocorrências e a qualidade das informações

Simulado de Mesa (Tabletop): realizado em sala de treinamento para verificação da eficácia da coordenação da EOR no exercício de suas respectivas atribuições e no planejamento para resposta a um determinado cenário de emergência

Simulado de Campo: para um dado cenário de emergência, consiste da mobilização e aplicação de recursos permitindo a verificação de todo o processo de acionamento, mobilização e deslocamento das equipes, dos materiais e dos equipamentos necessários, próprios ou de terceiros, bem como da aplicação desses recursos nas ações de resposta predefinidas.

6.9. Indicadores e Metas

O estabelecimento do Sistema de Indicadores da Transpetro, incluindo a orientação para a criação, desdobramento, classificação, controle e acompanhamento dos indicadores de desempenho dos processos de negócio, suporte e gestão está descrito no PG-0TP-00043. As metas estabelecidas para os indicadores são revisadas anualmente e cadastradas no Sistema de Gestão por Resultados (SIGER), onde são periodicamente analisados criticamente

A definição dos indicadores de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Transpetro e as responsabilidades de operação dos dados, encontra-se disponível no PE-0TP-00298 - Indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

E finalmente, o PP-0TP-00073 - Contingência em SMS, estabelece os indicadores utilizados para a verificação do desempenho do processo de contingência, cujas identidades encontram-se disponíveis no **Anexo II**:

IRS - Índice de Realização de Simulados

TRTCE - Taxa de Realização de Treinamentos de Combate a Emergência

IPAS - Taxa de Implantação do Plano de Ação de Simulados

VAZO - Volume de Vazamento de Óleo e Derivados

NVAZO - Número de Vazamentos de Óleo e Derivados

VPV - Volume de Produto Vazado

VTPD - Volume Total de Produto Derramado

TIER 1 - Taxa de Anomalias de Segurança de Processo Nível 1

TIER 2 - Taxa de Anomalias de Segurança de Processo Nível 2

6.10. Auditoria do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)

Este PGR deve ser submetido a processo de auditoria, seguindo as orientações dos procedimentos PE-0TP-00300 - Execução de Auditoria Interna do Sistema de Gestão de QSMS, o qual estabelece as orientações para planejamento e execução das auditorias internas do Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Transpetro e PE-0TP-00303 - Avaliação de Gestão de SMS, o qual define a execução do processo de Avaliação da Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde com base no PAG-SMS da Petrobras.

O resultado da auditoria pode indicar a necessidade de revisão deste PGR. Este PGR também será revisado sempre que:

a) Houver mudança significativa nas características da instalação;
b) Outro empreendimento for incorporado pela Gerência Geral do Sudeste;
c) Houver mudança em diplomas legais ou nos requisitos estabelecidos pela Transpetro que justifiquem a revisão.

7. REGISTROS

Não aplicável.

8. ANEXOS

Anexo I - Caracterização dos Empreendimentos GGSE.

Anexo II - Identidade dos Indicadores de Contingência.

PETROBRAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ITABORAÍ - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TAC2 do COMPERJ
Referência: ACP nº 0009897-51.2018.8.19.0023
Procedimento Administrativo - PA 25/2020 - Itaboraí

MPRJ/GECOM 20210004201 3 190121 14:41:04

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública em referência, vem por meio dos documentos constantes da mídia anexa comprovar o cumprimento da obrigação insculpida na CLÁUSULA TERCEIRA, item C.2/C.4, do TAC2 do COMPERJ, que assim estabelece:

> *"C) No que concerne à Licença de Instalação INO242O2 — que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ 1, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:*
>
> *C.2 / C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 — Apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco — PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando a medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado."*

Nesse sentido, requer a juntada da referida documentação aos autos deste procedimento.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2021.

Fernando Lourenco de Sousa
Assinado de forma digital por Fernando Lourenco de Sousa
Dados: 2021.01.18 11:52:03 -03'00'

Fernando Lourenço de Sousa
OAB/RJ 126.742

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ITABORAÍ - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TAC2 do COMPERJ
Referência: Ofício 2ª PJTC nº 914/2022
Procedimento Administrativo - PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada nos presentes autos, em cumprimento à requisição constante do Ofício 2ª PJTC nº 914/2022, vem à presença de Vossa Excelência informar que efetuou a revisão/complementação do Plano de Atendimento à Emergência - PAE e do Plano de Gerenciamento de Risco - PGR relativos ao Gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, solicitada na Notificação INEA nº 8188/2021, conforme atestam os documentos anexos.

Tais Planos foram elaborados seguindo as diretrizes dos respectivos Termos de Referência - TRs, emitidos pelo INEA, e consideraram os cenários de emergência identificados no Estudo de Análise de Riscos - EAR elaborado para o Gasoduto, estabelecendo ações, estratégias e procedimentos para prevenir acidentes e controlar e extinguir situações de emergência, com vistas à proteção das pessoas e à redução de danos ao meio ambiente e a terceiros, atendendo, portanto, ao demandado na supracitada Notificação, expedida pelo órgão ambiental estadual.

Com efeito, requer que Vossa Excelência digne declarar satisfeita a obrigação insculpida na CLÁUSULA TERCEIRA, item C.2/C.4, do TAC2 do COMPERJ, extinguindo o feito.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2022.

Fernando Lourenco de Sousa

Assinado de forma digital por Fernando Lourenco de Sousa
Dados: 2022.06.02 11:43:42 -03'00'

(documento assinado digitalmente)

Fernando Lourenço de Sousa

OAB/RJ 126.742

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com

Fernando Lourenco de Sousa

De: MPF Protocolo Eletrônico <protocolo-noreply@mpf.mp.br>
Enviado em: quinta-feira, 2 de junho de 2022 12:12
Para: Fernando Lourenco de Sousa
Assunto: Protocolo Eletrônico MPF - PRM-GON-RJ-00005479/2022

Sr(a) **Fernando Lourenço de Sousa**
Seu documento foi protocolado, em 02/06/2022 , no Ministério Público Federal com as seguintes informações:

Instituição:

PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - PETROBRAS - EDISE

Destinatário:

PROMOTOR DE JUSTIÇA TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE S.GONÇ/ITABOR/MAGE / RJ

2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí

Número do Expediente:

PRM-GON-RJ-00005479/2022

Descrição do documento:
Resposta ao Ofício 2ª PJTC nº 914/2022 Procedimento Administrativo - PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193

Arquivo(s) anexado(s):
- Resposta Of&#65533;cio 2&#65533; PJTC n&#65533; 914-2022 - PA 25-2020.pdf
- Anexo 1 ? Carta SMSLCA-LIRGNLOG 00772021.pdf
- Anexo 2 ? Carta SMSLCA-LIRGNLOG 00022022.pdf
- Anexo 3 ? Carta SMSLCA-LIRGNLOG 00202022.pdf
- Anexo 4 ? TC do PGR.pdf
- Anexo 5 ? Plano de Atendimento &#65533; Emerg&#65533;ncia.pdf
- Anexo 6 ? Plano de Gerenciamento de Risco.pdf

As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa forma, **Polícia Federal** e **Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Atenciosamente,

Protocolo Eletrônico

Ministério Público Federal

Obs.: Não responda a este e-mail. Mensagens encaminhadas/respondidas para o endereço eletrônico do remetente serão desconsideradas.

CRT-0125102-91A-NSS-28

À

PETROBRAS S/A -
GASLUB SRGE/SI-
III/UTR3/COMIS

A/C.: Sr. Diogo Luiz Teixeira Santiago

CARTA
ASSUNTO: RESPOSTA SOBRE CONHECIMENTO DE ANOMALIA COM VAZAMENTO DE TOLUENO OU AFINS
CONTRATO: Nº 5900.0125102.23.2

Prezado;

Em resposta carta CRT- 0125102-91A-PHN-0026, referente ao questionamento sobre conhecimento de anomalia com vazamento de Tolueno ou de alguma substância química que o tenha em sua composição, gostaríamos de fornecer a seguinte informação que a IB-NDT e suas subcontratadas não têm conhecimento de vazamento algum da referida substância supracitada nas instalações da GASLUB da qual tem atuação ou em alguma região que contribua para o sistema Imunana-Laranjal.

Atenciosamente,

Princia Pavão Mendes
CPF: 409.537.003-30

Princia Mendes Pavão

(GERENTE DE CONTRATO)

www.ibndt.com

Rua Chopin. 59 – Parque Residencial Laranjeiras - Serra/ ES - CEP 29.165-240. Tel: +55 (27) 33480370

MO8/PB-C-0051/2024

Itaboraí, 05 de abril de 2024

À PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

At.: **Diogo Luiz Teixeira Santiago**
Gerente do Contrato

Ref.: 1) Contrato PETROBRAS – Magnus Oil Brasil – Nº 5900.0118086.21.2

Assunto: Resposta ao comunicado PB/MO8-C-0050/2024

Prezado Senhor,

Vimos através dessa formalizar que em nossas atividades dentro do Polo Gaslub, não fazemos utilização de produtos à base de tolueno e desconhecemos qualquer anomalia associada a vazamento de produto químico nas dependências do polo ou em alguma região que contribua para o sistema Imunama-Laranjal.

gov.br
Documento assinado digitalmente
DANIEL CARLOS BRITTO
Data: 05/04/2024 12:56:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Magnus Oil Brasil Soluções Técnicas LTDA

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024.

G&E/PGE/TGN 0028/2024

Beatriz Fonseca
Gerente Comercial
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS
Praia do Flamengo, 200, 23º andar
Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Incidente no Sistema Imunana-Laranjal

Prezada Senhora,

Como é de conhecimento da sociedade, em virtude da paralisação do sistema Imunana-Laranjal dada alteração da qualidade da Água Bruta no manancial de capitação (presença de produto químico conhecido como Tolueno), em 03/04/2024 a concessionária Águas do Rio informou sobre a suspensão do fornecimento de agua tratada para alguns municípios da região Metropolitana do Rio de Janeiro dentre os quais Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

Face ao exposto acima, solicitamos informar com a máxima urgência possível se, nas suas áreas de atuação no Pólo Gaslub ou em alguma região que contribua para o sistema Imunana-Laranjal, esta empresa ou suas subcontratadas têm conhecimento de alguma anomalia associada a vazamento de tolueno ou algum produto químico que contenha esta substância na sua composição.

Atenciosamente,

Fernanda Silva Costa
Gerente de Transporte de Gás Natural

CONFIDENCIAL

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 01881918

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 - MPRJ n° 2020.00174193

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Ciente** do acrescido no ofício de index 01880580;

2. **Encaminhe-se** cópia integral do presente procedimento ao GTT de Saneamento Básico, Desastres Socioambientais e Mudanças do Clima para ciência e colaboração com apuração da contaminação da água a ser tratada no sistema do Imunana-Laranjal, colocando esta Promotoria à disposição para atuação conjunta, inclusive para eventual auxílio consentido no presente procedimento, caso seja do interesse estratégico do Grupo;

3. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 05 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 05-04-2024 18:08

Ofício nº 870/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01882068
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Assunto: PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193
Destinatário: Grupo Temático Temporário – Saneamento Básico, Desastres Socioambientais e Mudanças do Clima
E-mail: gtt-sbds@mprj.mp.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para encaminhar à Vossa Excelência cópia integral do procedimento em epígrafe para ciência e colaboração com a apuração da contaminação da água a ser tratada no sistema do Imunana-Laranjal, colocando esta Promotoria de Justiça à disposição para atuação conjunta, inclusive para eventual auxílio consentido no presente procedimento, caso seja do interesse estratégico do Grupo.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Itaboraí, 05 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 05-04-2024 18:25

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 01882140

Documento enviado em 05 de abril de 2024:
Ofício 870/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via email.

Itaboraí, 05 de abril de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Ref.: E-mail encaminhado pela 1ª PJTC de São Gonçalo

PROMOÇÃO

Trata-se de e-mail encaminhado pela 1ª PJTC de São Gonçalo solicitando informações a respeito da existência de outros procedimentos nesta Promotoria, que versem sobre o mesmo objeto que trata o PP 01/24/MA: *Acompanhar o adequado funcionamento da ETA Laranjal, sua capacidade de tratamento e condições operacionais e de conservação; acompanhar o adequado fornecimento de água (produção/distribuição) proveniente do Sistema Imunana-Laranjal, em observância aos padrões de potabilidade da água e Planos de Monitoramento; fomentar a implementação de Plano de Segurança da Água para o Sistema Imunana-laranjal; e fomentar a integração entre os órgãos de fiscalização, controle e monitoramento da qualidade da água proveniente do Sistema Imuna-Laranjal.*

É o relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Atenda-se** informando sobre a instauração do PA n. 12/2024 - MPRJ 202400291770, instaurado para acompanhar a implementação das ações de política pública no Município de Itaboraí, ante a interrupção do serviço de abastecimento de água potável, em virtude de eventual poluição hídrica afetando o sistema Imunana-Laranjal, bem como remetendo cópia integral do referido procedimento, bem como a existência do PA n. 25/2020 - MPRJ n° 2020.00174193, instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim,

para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado"*;

2. **Junte-se** cópia da presente promoção e e-mail em anexo ao PA n. 12/2024 - MPRJ 202400291770 e PA n. 25/2020 - MPRJ n° 2020.00174193.

Itaboraí, 8 de abril de 2024.

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2024.04.08 12:09:57 -03'00'

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RE: PORTARIA E RELATÓRIO PP 01/24/MA - MPRJ 2024.00287718 - Informações

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Seg, 08/04/2024 15:05

Para:1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de São Gonçalo <1pjtcosgo@mprj.mp.br>

1 anexos (11 MB)

PA 12-2024 MPRJ 202400291770.pdf;

Prezados, boa tarde,

Em resposta ao email anterior, informamos acerca da existência dos procedimentos abaixo listados, em tramitação nesta Promotoria de Justiça.

- **PA 12/2024 - MPRJ 202400291770**, instaurado para acompanhar a implementação das ações de política pública no Município de Itaboraí, ante a interrupção do serviço de abastecimento de água potável, em virtude de eventual poluição hídrica afetando o sistema Imunana-Laranjal. Segue cópia integral em anexo.

- **PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193**, instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".

Peço a gentileza de que confirmem o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de São Gonçalo <1pjtcosgo@mprj.mp.br>
Enviado: sexta-feira, 5 de abril de 2024 16:29
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Assunto: RE: PORTARIA E RELATÓRIO PP 01/24/MA - MPRJ 2024.00287718 - Informações

Prezados,

agradecemos a confirmação.

Att.,

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE SÃO GONÇALO/RJ
TEL: (21) 3707-2339
1pjtcosgo@mprj.mp.br

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: sexta-feira, 5 de abril de 2024 15:50
Para: 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de São Gonçalo <1pjtcosgo@mprj.mp.br>
Assunto: RE: PORTARIA E RELATÓRIO PP 01/24/MA - MPRJ 2024.00287718 - Informações

Prezados, boa tarde,

Acuso o recebimento e encaminhamento ao Promotor de Justiça nesta data.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de São Gonçalo <1pjtcosgo@mprj.mp.br>
Enviado: sexta-feira, 5 de abril de 2024 13:51
Para: Leonardo Cuña De Souza <leocuna@mprj.mp.br>; Marcela Do Amaral Barreto De Jesus Amado <marcelaab@mprj.mp.br>; Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Maricá <pjtcomar@mprj.mp.br>; Felipe Pires Cuesta <cuesta@mprj.mp.br>; Daniela Abritta Carneiro Ribeiro De Freitas <abritta@mprj.mp.br>; Carlos Frederico Saturnino De Oliveira <cfsaturn@mprj.mp.br>; 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>; Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Cc: Mariana Bruno Nepomuceno Da Silva <mnepomuceno@mprj.mp.br>
Assunto: PORTARIA E RELATÓRIO PP 01/24/MA - MPRJ 2024.00287718 - Informações

Prezados,

Em decorrência da paralisação da operação no sistema Imunana-Laranjal, responsável pelo abastecimento de água nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Ilha de Paquetá, de ordem do Exmo. Dr. Promotor de Justiça Reinaldo Moreno Lomba, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Meio Ambiente de São Gonçalo, venho por meio deste e-mail solicitar informações a respeito da existência de outros procedimentos em sua Promotoria, que versem sobre o mesmo objeto que trata o **PP 01/24/MA: Acompanhar o adequado funcionamento da ETA Laranjal, sua capacidade de tratamento e condições operacionais e de conservação; acompanhar o adequado fornecimento de água (produção/distribuição) proveniente do Sistema Imunana-Laranjal, em observância aos padrões de potabilidade da água e Planos de Monitoramento; fomentar a implementação de Plano de Segurança da Água para o Sistema Imunana-laranjal; e fomentar a integração entre os órgãos de fiscalização, controle e monitoramento da qualidade da água proveniente do Sistema Imuna-Laranjal.**

Favor acusar o recebimento.

Att.,

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE SÃO GONÇALO/RJ
TEL: (21) 3707-2339
1pjtcosgo@mprj.mp.br

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 01890147

TERMO DE DESENTRANHAMENTO

erro material

Itaboraí, 08 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 08-04-2024 16:39

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 01890204

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 (MPRJ n. 2020.00174193)

PROMOÇÃO SANEADORA

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/30-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 32/33.

Ofício da Petrobras à fl. 34, instruído de fls. 35/69, remetendo mídia digital (fl. 35), contendo informações sobre o cumprimento da obrigação supracitada.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 08-04-2024 16:44

Ofício da SEAS à fl. 76, solicitando dilação de prazo.

Despacho do GATE à fl. 80, informando que a análise solicitada ao GATE deverá ser realizada após a elaboração e apresentação do relatório de auditoria externo contratada pelo ERJ e do parecer técnico do INEA, cumprindo assim seu caráter complementar da atuação de apoio técnico especializado.

Ofício da SEAS à fl. 84, informando que o INEA após avaliação dos documentos apresentados pela Petrobras emitiu a Notificação n. 8188/2021, solicitando revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminações das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo.

Ofício da SEAS à fl. 98, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS às fls. 99/100, informando que em manifestação realizada pelo setor técnico do Instituto Estadual do Ambiente- INEA, foi informado que a PETROBRAS apresentou no âmbito do processo de requerimento de Licença de Operação nº EXTPD/007.10488/2021, o Plano de Resposta a Emergência (PRE), o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) e o relatório de atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº IN024202, dentre as quais consta a condicionante (nº 21) referente a adoção das medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Riscos.

O INEA informou também que após avaliação destes documentos, foi emitida em 30/06/2021, a notificação nº 8188/2021, solicitando a revisão/complementação do PRE e o PGR, bem como discriminação das ações adotadas para cada uma das medidas indicadas no Estudo

Ofício da Petrobras às fls. 101/102, instruído de fls. 103/199, informando efetuou a revisão/complementação do Plano de Atendimento à Emergência - PAE e do Plano de Gerenciamento de Risco - PGR relativos ao Gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, solicitada na Notificação INEA nº 8188/2021. Tais Planos foram elaborados seguindo as diretrizes dos respectivos Termos de Referência - TRs, emitidos pelo INEA, e consideraram os cenários de emergência identificados no Estudo de Análise de Riscos - EAR elaborado para o Gasoduto, estabelecendo ações, estratégias e procedimentos

para prevenir acidentes e controlar e extinguir situações de emergência, com vistas à proteção das pessoas e à redução de danos ao meio ambiente e a terceiros, atendendo, portanto, ao demandado na supracitada Notificação, expedida pelo órgão ambiental estadual.

Ofício da SEAS à fl. 206, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS às fls. 207/211, informando que o Plano de Resposta a Emergência (PRE) e o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) foram aprovados, conforme Pareceres Técnicos nº GELRAC-PTC-065/2022 e GELRACPTC-064/2022, instruídos no processo nº EXT-PD/007.10488/2021.

Ofício da SEAS de index 00521578, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS de index 00665952, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS de index 00738066, informando que a PETROBRAS apresentou Relatório, instruído no processo nº EXT-PD/007.10488/2021, comprovando o atendimento às medidas preventivas e mitigadoras.

E-mail da empresa Águas do Rio de index 00990142, solicitando cópia.

Ofício da SEAS de index 01210330, encaminhando o parecer técnico referente à 5ª medição mensal que aprovou o Plano de Trabalho, o Protocolo de Auditoria e o Acordo do Nível de Serviço. A próxima etapa de medição, em conformidade com o cronograma de trabalho aprovado contemplará a realização da Auditoria Piloto e avaliação do seu respectivo relatório, com previsão de execução no mês de novembro de 2023. O objeto da Auditoria Piloto será a obrigação definida no item 4.5 do TAC II, a saber: realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento.

No index 01698341, consta juntada de despacho determinado a expedição de recomendação ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA, a fim de que: em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas

as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC. O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Ofício da SEAS de index 01837610, encaminhando Relatório da Auditoria Piloto e o Relatório de Avaliação da Auditoria Piloto, apresentados pela equipe de fiscalização e gestão do contrato n° 001/2023.

No despacho de index 01874278, foi determinado a juntada de cópia da reportagem em anexo, veiculado pelo G1, revelando que investigação apontou que mancha é do produto tolueno, que foi achado em manancial e levou à interrupção da operação em sistema que abastece 2 milhões de pessoas, bem como a expedição de ofício à Petrobras solicitando, que no prazo de 24 horas, informasse a esta Promotoria de Justiça se tem conhecimento de algum vazamento do produto químico tolueno em alguma região que contribui para o sistema Imunana-Laranjal, dentro do empreendimento intramuros ou extramuros de responsabilidade da Petrobras ou de alguma empresa contratada pela Petrobras indiretamente relacionada ao GasLub.

Ofício da Petrobras de index 01880580, informando que: (i) acionou as suas ações de resposta e instaurou uma Estrutura Organizacional de Resposta – EOR, no dia 04/04/2024, às 14:00h, dentro da metodologia de Incident Command System – ICS (criada nos Estados Unidos e mundialmente adotada), mesmo sem a identificação de nenhuma anomalia ou falha operacional em suas atividades, para investigar se existiria alguma relação com nossas operações; (ii) a Petrobras não produz e nem circula a substância ou produto denominado Tolueno em seus processos e suas instalações no Estado do Rio de Janeiro; (iii) que os pontos que a CEDAE identificou a presença de Tolueno são muito distantes do PoloGaslub; (iv) na manhã desta quinta-feira (4/4/2024), as equipes do INEA e as polícias civil e ambiental estiveram no Polo Gaslub, em Itaboraí (RJ), e não identificaram anormalidades; (v) que notificou formalmente as empresas contratadas Toyo Setal Empreendimentos Ltda.., CPL Construtora, IB NDT Engenharia de Segurança Estrutural, Tecnokip Engenharia Ltda., G4S, L&H Engenharia e Arquitetura, Nomatel Engenharia, Magnus OIL Brasil Soluções Técnicas Ltda.,

Operação Resgate Transportes Ltda., LSI – Administração e Serviços, J. Baier Locações e Serviços Ltda., Exoltech Serviços Técnicos Ltda., FC e CM Couto Sistemas Contra Incêndio e Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., as quais prestam serviços no Polo GasLub, onde foram obtidas algumas respostas (cartas em anexo), informando que nas suas respectivas áreas de atuação no Polo Gaslub ou em região que contribua para o sistema Imunana-Laranjal, não têm conhecimento de anomalia associada a vazamento de tolueno ou algum produto químico que contenha esta substância na sua composição. Caso alguma das empresas que tenham sido questionadas, e ainda não nos responderam, venham a informar a existência ou conhecimento de algum vazamento de tolueno ou produto químico que o contenha, a Petrobras se compromete a informar este d. MPRJ imediatamente; (vi) que fez um levantamento dos dutos existentes na região e não identificou nenhuma anomalia operacional nos dutos do sistema Petrobras, reiterando que em nenhum deles é transportado Tolueno; (vii) que enviou carta externa G&E/PGE/TGN 0028/2024, em anexo, para empresa NTS questionando, com a máxima urgência possível se, nas suas áreas de atuação no Polo Gaslub ou em alguma região que contribua para o sistema Imunana-Laranjal, esta empresa ou suas subcontratadas têm conhecimento de alguma anomalia associada a vazamento de tolueno ou algum produto químico que contenha esta substância na sua composição; (viii) com relação à parte extramuros do Polo Gaslub, no que tange aos dutos operados pela Transpetro, informamos que a referida subsidiária não opera com Tolueno e também não identificou nenhuma anomalia operacional; (ix) que em relação à reportagem do G1 que indica que a contaminação da água da CEDAE é próxima a oleoduto, informamos que referido duto OCERJ nunca operou e está inertizado com nitrogênio, dessa forma, não teve nenhum derivado de petróleo ou Tolueno nele circulando.

No despacho de index 01881918, foi determinado a remessa de cópia integral do presente procedimento ao GTT de Saneamento Básico, Desastres Socioambientais e Mudanças do Clima para ciência e colaboração com apuração da contaminação da água a ser tratada no sistema do Imunana-Laranjal, colocando esta Promotoria à disposição para atuação conjunta, inclusive para eventual auxílio consentido no presente procedimento, caso seja do interesse estratégico do Grupo.

É o relatório.

Diante do objeto do presente procedimento administrativo, verifica-se a conveniência e ora se requerer o auxílio ao Grupo Temático Temporário – Saneamento Básico, Desastres Socioambientais e Mudanças do Clima, com o objetivo estratégico de propiciar as circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e à regular gestão dos recursos hídricos, do saneamento básico, da prevenção e resposta a situações de emergência ou estado de calamidade provocados por desastres socioambientais e da prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Dessa forma, patenteia-se a presença da relevância institucional e a pertinência temática para se requerer o auxílio do GTT, nos termos do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.582, do art. 24 da Lei nº 8.625/93, do art. 32, §3º, da Lei Complementar nº 106/03 e do art. 2º, caput da Resolução GPGJ 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1. **Oficie-se à Coordenação Geral de Atuação Coletiva Especializada,** remetendo o formulário em anexo de solicitação de auxílio de atuação coletiva especializada voltada à regular gestão dos recursos hídricos, do saneamento básico, da prevenção e resposta a emergências ou estado de calamidade provocados por desastres socioambientais e da prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima;

2. **Caso seja deferido o auxílio ora requerido, remeter** o feito original ao Grupo Temático Temporário, com as homenagens de estilo.

Itaboraí, 08 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 913/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01891008
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Assunto: PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193
Destinatário: COORDENAÇÃO-GERAL DE ATUAÇÃO COLETIVA ESPECIALIZADA
E-mail: scgace@mprj.mp.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Coordenador, Doutor ÁTILA PEREIRA DE SOUZA,

Cumprimentando-o, primeiramente, cumpre informar que procedimento administrativo em epígrafe visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".

Diante do objeto do presente procedimento administrativo, verifica-se a conveniência de ora se requerer o auxílio ao Grupo Temático Temporário – Saneamento Básico, Desastres Socioambientais e Mudanças do Clima, com o objetivo estratégico de propiciar as circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e à regular gestão dos recursos hídricos, do saneamento básico, da prevenção e resposta a situações de emergência ou estado de calamidade provocados por desastres

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 09-04-2024 11:06

socioambientais e da prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Desta forma, patenteia-se a presença da relevância institucional e a pertinência temática para se requerer o auxílio do GTT, nos termos do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.582, do art. 24 da Lei nº 8.625/93, do art. 32, §3º, da Lei Complementar nº 106/03 e do art. 2º, caput da Resolução GPGJ 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

Neste sentido, cordialmente, **sirvo-me do presente para remeter-lhe, em anexo, formulário de solicitação de auxílio de atuação coletiva especializada voltada à regular gestão dos recursos hídricos, do saneamento básico, da prevenção e resposta a emergências ou estado de calamidade provocados por desastres socioambientais e da prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima.**

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Itaboraí, 09 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO DO GRUPO TEMÁTICO TEMPORÁRIO - SANEAMENTO BÁSICO, DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MUDANÇAS DO CLIMA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUÍDO PELA RES. GPGJ Nº 2582/2024

Excelentíssimo Senhor Coordenador-Geral de Atuação Coletiva Especializada,

Promotor de Justiça: Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula: 3226 (X) Titular ( ) Designado ( ) Auxílio

Órgão de Execução: 2ª PJTC Núcleo Itaboraí

Comarca: Itaboraí, requer a **DESIGNAÇÃO DE AUXÍLIO** do Grupo Temático Temporário instiutído pela Res. GPGJ nº 2.582/24, voltado à garantia do Saneamento Básico, Desastres Socioambientais e Mudanças do Clima no Estado do Rio de Janeiro, para atuação conjunta, integrada e temporária, a título de auxílio consentido ao órgão de execução requerente, para oficiar noS procedimentos abaixo especificados, diante do disposto no art. 24 da Lei nº 8.625/93, no art. 32, §3º, da Lei Complementar nº 106/03 e no art. 2º, *caput* da Resolução GPGJ 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

Os referidos procedimentos tem por objeto definido na ementa o que consta abaixo:

1) **PA 12/2024 - MPRJ 202400291770** - Acompanhar a implementação das ações de política pública no Município de Itaboraí, ante a interrupção do serviço de abastecimento de água potável, em virtude de eventual poluição hídrica afetando o sistema Imunana-Laranjal.

2) PA 25/2020 - MPRJ 2019.00978517 – Apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no

item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".

Diante dos objetos de cada procedimento acima elencados, verifica-se a conveniência de ora se requerer o auxílio ao Grupo Temático Temporário – Saneamento Básico, Desastres Socioambientais e Mudanças do Clima, com o objetivo estratégico de propiciar as circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e à regular gestão dos recursos hídricos, do saneamento básico, da prevenção e resposta a situações de emergência ou estado de calamidade provocados por desastres socioambientais e da prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Desta forma, patenteia-se a presença da relevância institucional e a pertinência temática para se requerer o auxílio do GTT, nos termos do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.582, do art. 24 da Lei nº 8.625/93, do art. 32, §3º, da Lei Complementar nº 106/03 e do art. 2º, caput da Resolução GPGJ 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

P. Deferimento.

Itaboraí, 08 de abril de 2024.

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2024.04.09 09:01:01 -03'00'

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Histórico do Processo 20.22.0001.0021302.2024-69

Ver histórico completo

Lista de Andamentos (2 registros):

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
09/04/2024 11:22	SCGACE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
09/04/2024 11:19	SP2TCOITB	thais.santos	Processo público gerado

Pedido de Cópias - Procedimento Administrativo nº 2020.00174193

Nathalia Faria | Palma Guedes <nathalia.faria@palmaguedes.com.br>

Qui, 11/04/2024 12:21

Para:2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc:Ofícios AEGEA <oficiosaegea@palmaguedes.com.br>

2 anexos (512 KB)

Formulário - Pedido de Cópias MPRJ - 2020.00174193.pdf; CNH Digital.pdf;

Prezado(a), boa tarde.

Solicito cópias integrais do procedimento MPRJ nº 2020.00174193, referenciado no ofício nº 10/2024/GTT-SBDS-MPRJ.

Att.,

Nathalia Faria
PALMA GUEDES ADVOGADOS
Rio de Janeiro | São Paulo | Brasília
https://www.palmaguedes.com.br/
+55 21 2523 6604
+55 21 99320 4150

Conteúdo confidencial e privilegiado.
Privileged and confidential communication.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE CÓPIAS OU IMPRESSÕES

(Resolução GPGJ nº 2198, de 12 de abril de 2018)

DADOS DO REQUERENTE	
Nome: Nathalia Maia Terra de Faria	
RG: 28.901.325-2	CPF: 167.731.357-96
Telefones: (21) 993204150	E-mail: nathalia.faria@palmaguedes.com.br

Sr. Responsável,

O requerente acima qualificado vem, respeitosamente, solicitar o fornecimento do(s) serviço(s) adiante identificado referente o documento, processo ou procedimento do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro:

DADOS DO SERVIÇO REQUERIDO
( ) Cópia ou impressão ( ) Autenticação
(X) Cópia digitalizada ( ) Mídia de armazenamento
Identificação do documento, número do processo ou procedimento: MPRJ 2020.00174193
Indicação das folhas a serem copiadas ou impressas: Cópias integrais
Indicação do órgão de execução ou administrativo responsável do documento, processo ou procedimento: 2 Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Requer, também, que o material ora solicitado lhe seja entregue pela via abaixo indicada:

FORMA DE ENTREGA
( ) Retirada pessoal
(X) Envio para o seguinte e-mail: nathalia.faria@palmaguedes.com.br

Em 11/04/2024

Nathalia Maia T. de Faria

Assinatura do requerente

Obs. 1: Cópia do documento de identidade do solicitante e o comprovante de pagamento do preço pelos serviços solicitados devem ser anexados ao requerimento (artigo 3º, incisos II e VII, da Resolução GPGJ nº 2198, de 12 de abril de 2018).

Obs. 2: São isentos de pagamento aqueles cuja situação econômica não permita arcar com os preços previstos para fornecimento do serviço, nos termos da Lei 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 (artigo 5º, § 2º, da Resolução GPGJ nº 2198, de 12 de abril de 2018).

Obs. 3: É vedado o fornecimento de cópias ou impressões: a) de documentos sigilosos (entregues somente ao interessado ou a advogado regularmente constituído nos autos); b) protegidos por direito autoral; e. c) em estado de preservação precário, cuja reprodução possa acarretar dano, nos termos do artigo 4º, da Resolução GPGJ nº 2198, de 12 de abril de 2018.

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 01928298

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 25/2020 - MPRJ 2020.00174193

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Defiro** o pedido de cópia integral do PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193, com as cautelas de estilo;

2. Não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020. **Proceda-se** a entrega virtual de cópia integral do PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193 digitalizado, conforme solicitado.

Itaboraí, 12 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 12-04-2024 16:10

RE: Pedido de Cópias - Procedimento Administrativo nº 2020.00174193

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Seg, 15/04/2024 10:47

Para:Nathalia Faria | Palma Guedes <nathalia.faria@palmaguedes.com.br>
Cc:Ofícios AEGEA <oficiosaegea@palmaguedes.com.br>

Prezada, bom dia.

Informamos que não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020.

Assim sendo, conforme solicitado, segue abaixo link para acesso à cópia integral do PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193.

PA 25-2020 - MPRJ 2020.00174193

Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mayara Oliveira
Matr.62001514

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Nathalia Faria | Palma Guedes <nathalia.faria@palmaguedes.com.br>
Enviado: quinta-feira, 11 de abril de 2024 12:19
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc: Ofícios AEGEA <oficiosaegea@palmaguedes.com.br>
Assunto: Pedido de Cópias - Procedimento Administrativo nº 2020.00174193

Prezado(a), boa tarde.

Solicito cópias integrais do procedimento MPRJ nº 2020.00174193, referenciado no ofício nº 10/2024/GTT-SBDS-MPRJ.

Att.,

Nathalia Faria
PALMA GUEDES ADVOGADOS
Rio de Janeiro | São Paulo | Brasília
https://www.palmaguedes.com.br/
+55 21 2523 6604

+55 21 99320 4150

Conteúdo confidencial e privilegiado.
Privileged and confidential communication.

Ofício nº 1282/2024-2PJTCOITB
Documento id. 02053337
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Assunto: PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ). C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ: A PETROBRAS, no item C.2/C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 da cláusula teceira, obrigou-se a "(...) apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº197, solicitando**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 06-05-2024 12:42

informar e comprovar o andamento do Auditoria Piloto. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e do Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº197 (id. 00520828 - fls. 99/100) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 06 de maio de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005596/2023-51
Documento id. 02057650

Documento enviado em 06 de maio de 2024:
Ofício 1282/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 08 de maio de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787